

O paradigma interpretativo: uma introdução

Reiner Keller

Angaben zur Veröffentlichung / Publication details:

Keller, Reiner. 2023. *O paradigma interpretativo: uma introdução*. Porto Alegre: Edipucs.

O PARADIGMA INTERPRETATIVO

Uma introdução

PUCRS

CONSELHO EDITORIAL EDIPUCRS

Chanceler Dom Jaime Spengler

Reitor Evilázio Teixeira | **Vice-Reitor** Manuir José Mentges

Luciano Aronne de Abreu (Editor-Chefe e Presidente), Adelar Fochezatto, Antonio Carlos Hohlfeldt, Antonio de Ruggiero, Cláudia Musa Fay, Helder Gordim da Silveira, Livia Haygert Pithan, Lucia Maria Martins Giraffa, Maria Martha Campos, Norman Roland Madar

MEMBROS INTERNACIONAIS

Fulvia Zega – Universidade de Gênova, **Jaime Sánchez** – Universidad de Chile, **Moisés Martins** – Universidade do Minho, **Nicole Stefane Edwards** – University Queensland, **Sebastien Talbot** – Universidade de Montréal.

Conforme a Política Editorial vigente, todos os livros publicados pela editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (EDIPUCRS) passam por avaliação de pares e aprovação do Conselho Editorial.

REINER KELLER

O PARADIGMA INTERPRETATIVO

Uma introdução

Tradução do original em
alemão por Débora Rinaldi

Apresentação e revisão Técnica
da tradução de Hermílio Santos



PORTO ALEGRE
2023

© EDIPUCRS 2023

CAPA EDIPUCRS

DIAGRAMAÇÃO EDIPUCRS

REVISÃO GAÍIA REVISÃO TEXTUAL

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

COPYRIGHT

First published in German under the title

Das Interpretative Paradigma; Eine Einführung

by Reiner Keller, edition: 1

Copyright © VS Verlag für Sozialwissenschaften | Springer Fachmedien Wiesbaden, 2012*

This edition has been translated and published under licence from Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, part of Springer Nature.

Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, part of Springer Nature takes no responsibility and shall not be made liable for the accuracy of the translation.

*to be reproduced exactly as it appears in the original work

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.



O presente trabalho foi realizado com apoio do
Centro de Estudos Europeus e Alemães: CDEA



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 05
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3353 4536
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA 9

Débora Rinaldi
Hermílio Santos

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA 13

Reiner Keller

1 INTRODUÇÃO: O PARADIGMA INTERPRETATIVO 15

1.1 Sociologia: ciência da cultura e da realidade 15

1.2 A revolta do concreto 27

2 A ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO 43

2.1 Um experimento social e cultural 44

2.2 A principal escola de sociologia norte-americana de seu tempo 52

2.2.1 Gênese da disciplina e reformas sociais: o contexto de surgimento 53

2.2.2 O modelo de ação do pragmatismo 61

2.2.3 O teorema-chave: a “definição da situação” 74

2.2.4 Os lavradores poloneses no Novo Mundo 89

2.2.5 Entre nas aventuras da grande cidade! 97

2.2.6 Realidades cosmopolitas 115

2.2.7 Onde está a ação: sociologia como “trabalho de campo” 118

2.2.8 Sociedade de esquina 123

2.3 Balanço e atualidade da Escola de Chicago 127

3 O INTERACIONISMO SIMBÓLICO 135

3.1 Uso de símbolos e a constituição social do self 140

3.1.1 A capacidade humana de usar símbolos 148

3.1.2 Como funcionam os símbolos significativos 151

3.1.3 A constituição comunicativa da consciência
e o desenvolvimento do self social 158

3.1.4 Identidade e desempenho dos papéis 167

3.1.5 Comunicação e sociedade 170

3.2 O interacionismo simbólico 172

3.2.1 Pressupostos teóricos básicos 178

3.2.2 Da interação simbólica à sociedade 188

3.2.3 Consequências metodológicas 191

3.3 A prática diversificada do interacionismo simbólico 196

3.3.1 *Doing things together* 200

3.3.2 Cruzadas simbólicas: a carreira e a cultura
dos problemas públicos 218

3.3.3 “Mundos sociais” como ordens negociadas e cadeias de ação 228

3.3.4 Pesquisa do discurso: arena e análise de temas 246

3.3.5 O trabalho das emoções e a vida profissional 249

3.3.6 Estudos organizacionais, da ciência e da tecnologia 251

3.3.7 Sexo 258

3.3.8 Perspectivas futuras: interacionismo simbólico,
pós-estruturalismo, estudos culturais & Co 262

3.4 Balanço e atualidade do interacionismo simbólico 264

**4 SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO SOCIAL
CONSTRUTIVISTA 273**

4.1 Fundamentos sociofenomenológicos 275

4.1.1 A constituição de sentido na consciência 284

4.1.2 A ação e sua estrutura de motivos 294

4.1.3 A atitude natural e as estruturas do mundo da vida 297

4.1.4 O eu e os outros 301

4.1.5 Conhecimento, linguagem, signos 303

4.1.6 Metodologia das ciências sociais da compreensão de sentido 311

4.2 A construção social da realidade 313

4.2.1 Fundamentos teóricos 323

4.2.2 Sociedade como realidade objetiva e subjetiva 328

4.2.3 A realidade objetiva como um estoque coletivo de
conhecimento 330

4.2.4 Sociedade como realidade subjetiva 340

4.2.5 Dois exemplos práticos 347

4.3 Balanço e atualidade da sociologia do conhecimento social construtivista 350

4.3.1 Neoinstitucionalismo 353

4.3.2 Sociologia hermenêutica do conhecimento 355

5 ETNOMETODOLOGIA 369

5.1 Agnes e a questão de como o gênero é “feito” 382

5.2 Ordem social como resultado de realizações da ação 388

5.3 Conceitos teóricos 406

5.4 Balanço e atualidade da etnometodologia 416

5.4.1 Análise da conversação 416

5.4.2 *Doing Gender* 419

5.4.3 Estudos sobre trabalho (científico) 420

5.5 Ainda em posição de combate em relação ao resto da sociologia? 426

6 SOCIOLOGIA DA ORDEM INTERACIONAL 429

6.1 Situações e suas pessoas: rituais de interação 440

6.2 A situação como palco do Eu e dos Outros 448

6.3 Situações e seus enquadramentos 465

6.4 Balanço e atualidade da sociologia da ordem interacional 472

7 UM BALANÇO PRELIMINAR DO PARADIGMA INTERPRETATIVO 477

REFERÊNCIAS 481

Apresentação à edição brasileira

O LIVRO INTITULADO *O paradigma interpretativo. Uma introdução*, de Reiner Keller, agraciado em 2014 pela Sociedade Alemã de Sociologia (DSG) com o Prêmio Réne-König-Lehrbuchpreis como o melhor livro de sociologia do ano, nos presenteia com uma introdução bastante original das diferentes abordagens teóricas e de pesquisa, que compõem o chamado paradigma interpretativo. Esse termo cunhado na metade do século XX por Thomas Wilson (1981), em contraposição ao paradigma normativo na sociologia, reúne diferentes abordagens que se assemelham, entre outras razões, por considerar a capacidade e a necessidade das pessoas de entender o mundo por meio da interpretação e da ação como o ponto de partida da análise sociológica.

O livro contém sete capítulos e seus respectivos subcapítulos, traçando de forma cronológica o processo de desenvolvimento dessa tradição sociológica, destacando as Escolas, universidades, institutos e autores nele envolvidos. Cada capítulo representa uma Escola, ou uma abordagem, ou um autor que se tornou muito importante para o desenvolvimento tanto empírico como teórico dessa maneira de se fazer sociologia.

Enquanto no primeiro capítulo o autor realiza uma breve introdução ao paradigma interpretativo dentro da sociologia, destacando a influência de autores clássicos como Max Weber e Georg Simmel, cujos trabalhos tornaram-se os fundamentos básicos e um denominador comum para todas as abordagens que seguiram, no segundo capítulo Reiner Keller inicia falando da criação da Escola de Chicago e de que forma alguns de seus membros, como William Isaac Thomas, Florian W. Znaniecki, Robert E. Park, entre outros, impulsionaram esse fazer sociológico.

No terceiro capítulo, o autor apresenta os futuros desdobramentos da Escola de Chicago e a forte influência que pensadores como Georg

H. Mead exerceram sobre a “segunda geração de autores”, que culminou na criação da abordagem do interacionismo simbólico, mais especificamente por Herbert Blumer, mas também sob a influência das abordagens de pesquisa de Everett C. Hughes e na sua difusão por intermédio dos trabalhos de Howard S. Becker, Joseph R. Gusfield, Anselm Strauss e Erving Goffman.

No capítulo quatro, o autor fala das importantes contribuições da sociologia social construtivista de orientação fenomenológica para o desenvolvimento de tal paradigma, assim como das influências da Etnometodologia de Garfinkel no capítulo cinco. Já no capítulo seis, Keller nos apresenta a abordagem da sociologia da ordem interacionista, destacando o protagonismo de Erving Goffman no desenvolvimento da perspectiva “microsociológica” sob os fenômenos sociais. Por fim, no capítulo sete o autor realiza um balanço geral sobre o processo percorrido dentro dessa tradição, destacando a sua relevância para a atualidade.

Para os leitores brasileiros, estudantes ou interessados em um conhecimento sociológico da realidade, trata-se de uma obra aparentemente modesta, mas que, de forma bastante eloquente, sintetiza uma abordagem sociológica ainda relativamente pouco difundida no Brasil, se comparada com outras escolas de pensamento, que prevalecem no universo das ciências sociais brasileiras, dominado por diferentes influências do marxismo e por diferentes versões estruturalistas ou pós-estruturalistas. Nesse sentido, esta introdução de Reiner Keller chega em boa hora, quando se percebe, por exemplo, um interesse crescente por autores como Goffman e Alfred Schütz, dentre outros.

Além de oferecer uma escrita clara, instigante e por vezes descontraída sobre as mais importantes abordagens e autores dentro do paradigma interpretativo, a presente obra consegue resgatar de forma profunda e didática a relevância e os saberes de uma das mais importantes tradições sociológicas, que se encontra, no entanto, em sua abrangência e potencial explicativo ainda pouco conhecida

no Brasil, apesar dos grandes esforços exercidos nos anos 1980 por pensadores brasileiros, como Gilberto Velho, para a sua difusão entre pesquisadores das ciências sociais. O livro está voltado para estudantes de graduação e pós-graduação, assim como para professores e pesquisadores interessados em textos introdutórios em sociologia.

Gostaríamos, por fim, de fazer um agradecimento especial ao Professor e Sociólogo Reiner Keller, por aceitar dividir sua obra conosco, leitores de língua portuguesa. Mais uma vez, nosso muito obrigado.

Débora Rinaldi

Hermílio Santos

Porto Alegre, dezembro de 2022

Prefácio à edição brasileira

É UM GRANDE PRAZER E UMA HONRA para mim que este livro tenha sido traduzido para o Brasil e esteja agora sendo publicado. Ele apresenta as linhas básicas do paradigma interpretativo, uma perspectiva sociológica abrangente desenvolvida em estreito intercâmbio entre as abordagens clássicas originalmente alemãs da sociologia e as abordagens americanas da sociologia. Além dos contextos de surgimento, argumentos básicos, áreas de pesquisa e principais autores das várias abordagens, o livro também visa deixar claro o que eles têm em comum, assim como aquilo que os diferem. Uma certa seleção foi inevitavelmente necessária – os estudos e as contribuições resultantes são muito mais extensos do que aquilo que foi possível ser tratado em uma apresentação tão breve. É por isso que gostaria de entender o livro como um convite para entrar numa perspectiva sociológica fundamental sobre o social, a partir da qual são possíveis aprofundamentos muito diferentes, dependendo dos próprios interesses de cada um. Isso inclui também e em particular os desenvolvimentos atuais nesses diversos campos de pesquisa e abordagens. Suas principais perguntas são dirigidas ao que constitui a relação e também os conflitos do social em nossa vida humana cotidiana – tanto no contexto privado como no público, nas relações de trabalho e nas famílias.

Gostaria de agradecer, especialmente, a meu colega brasileiro Hermílio Santos, pela ideia da tradução e pelo seu grande empenho com o projeto, a tradutora Débora Rinaldi, por seu trabalho tão maravilhosamente preciso, e a minha assistente estudantil Pietra Martins, pelo seu apoio na preparação do manuscrito. Gostaria também de agradecer aos editores envolvidos pelo trabalho conjunto e por sua colaboração.

Reiner Keller

Augsburg e Munique, novembro de 2022

1

INTRODUÇÃO: O PARADIGMA INTERPRETATIVO

1.1 Sociologia: ciência da cultura e da realidade

Pois tanto a prostituição como a religião ou o dinheiro são fenômenos *culturais*, e os são única e exclusivamente enquanto sua existência e a forma que *historicamente* adotam correspondem direta ou indiretamente aos nossos *interesses* culturais, enquanto animam nosso desejo de conhecimento a partir de pontos de vista derivados das ideias de valor, as quais tornam *significativo* para nós o fragmento de realidade expresso naqueles conceitos (Weber, 2006, p. 59).

No início do século XX, Max Weber (1854-1920) sugeriu que a sociologia fosse praticada como uma “ciência da cultura”. No seu artigo intitulado “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais” (“Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis”), de 1904, o qual é fundamental até os dias de hoje para a compreensão científica, ou melhor dizendo, para um entendimento específico da sociologia, ele explica esse ponto de vista:

A “cultura” é um segmento finito do decurso infinito e destituído de sentido próprio do mundo, a que o pensamento conferiu. [...] A premissa transcendental de qualquer *ciência da cultura* reside *não* no fato de considerarmos *valiosa* uma “cultura” determinada ou qualquer, mas, sim, na circunstância de sermos *homens* de cultura, dotados da capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido* (Weber, 2006, p. 58).

A sociologia não é uma ciência da cultura por tratar de “bens culturais de valor” como arte, teatro, música etc., e sim porque a sua análise inicia a partir de uma capacidade específica da relação do homem com o mundo, sendo este também um pré-requisito: a “infinidade desprovida de sentido própria do mundo” só se torna acessível a nossa experiência humana por meio dos processos de interpretação e atribuição de sentido, pelos quais ordenamos o caos das sensações e dos processos físico-materiais. Uma relação interpretativa, de interpretação do mundo, está presente em todas as nossas ações no mundo, incluindo o trabalho científico da própria sociologia.¹

A tradição histórica-filosófica da “hermenêutica”, a qual nessa altura desempenhava um papel importante nas discussões sobre a natureza científica das ciências humanas ou mesmo das ciências históricas na Alemanha, correspondeu ao pano de fundo dessa concepção de sociologia defendida por Weber (Jung, 2001; Kurt, 2004). Perto do final do século XIX, o filósofo Wilhelm Dilthey (1833-1911) argumentava que a diferença essencial entre as ciências naturais e as ciências humanas se caracterizava da seguinte maneira: enquanto as primeiras investigam (e explicam) fenômenos, que não têm “significado próprio”, nenhum significado em si mesmo, o objeto desta última é aquele que desde

¹ Uma seleção de textos clássicos, tanto da Alemanha como do contexto norte-americano, referente às ideias aqui discutidas e trazendo contribuições, entre outros, de Max Weber, Wilhelm Dilthey, John Dewey, William I. Thomas & Florian Znaniecki, pode ser encontrada em Strübing e Schnettler (2004). Sobre fundamentos científico-culturais da sociologia, ver Pöferl (2007).

de sempre se autointerpreta e, acima de tudo, consiste de “interpretações”, que por sua vez só podem e devem ser analisadas com base em “processos de compreensão”. Isso corresponde a uma

questão da maior importância. Nossas ações pressupõem todo o tempo a compreensão de outras pessoas; grande parte da felicidade humana brota da empatia do estado de espírito de terceiros; toda ciência filológica e histórica se baseia na premissa de que esta compreensão do singular possa ser elevada à objetividade (Dilthey, 2004, p. 21).

E mais adiante consta:

Chamamos o processo, no qual reconhecemos por meio dos sentidos algo interior a partir de signos que são transmitidos exteriormente: compreensão. [...] [Esta] compreensão vai desde a apreensão do balbuciar infantil até a de Hamlet ou da crítica da razão [...]. [A] arte de compreender as expressões da vida constantemente estabelecidas é chamada de concepção ou interpretação (Dilthey, 2004, p. 22).

“Hermenêutica” significa, em primeiro lugar, o ensino teológico e filosófico de compreensão e interpretação “correta” de textos sagrados, filosóficos, poéticos e literários, cujos rastros Dilthey seguiu ao longo dos séculos. Trata-se de um “ensino da arte de interpretar”, ou seja, a hermenêutica busca desenvolver regras gerais para a organização de processos de compreensão. Assim, tais processos podem se tornar – sendo esse o seu objetivo – um processo compreensível do conhecimento teológico, filosófico e, mais tarde, científico, tendo este último iniciado, especialmente, com o filósofo Friedrich Schleiermacher (1768-1834).²

² Do mesmo modo, as reflexões sociológicas sobre a metodologia da interpretação estão, hoje, reunidas sob o termo “hermenêutica das ciências sociais” (Hitzler & Honer, 1997).

Dilthey apresenta, portanto, uma teoria da compreensão, que procura explicar as condições e os procedimentos de tais processos de compreensão, apresentando algumas afinidades com o pragmatismo americano (cf. subcapítulo 2.2). Ele menciona, por exemplo, como o “grau de compreensão” desejado está condicionado a interesses. George Herbert Mead (1863-1931), um dos mais importantes fundadores do “interacionismo simbólico” (cf. subcapítulo 3.1), foi estudante de Dilthey em Berlim, por volta de 1889-1890 (Jung, 2001, p. 79). Sob a influência de Dilthey também se encontravam os sociólogos alemães clássicos Max Weber e especialmente Georg Simmel (1858-1918), cujos estudos foram introduzidos bastante cedo na sociologia norte-americana.

Não foi por acaso que Max Weber sugeriu, um pouco mais tarde, que a sociologia fosse compreendida como uma ciência que “pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (Weber, 2012, p. 3). E também a ação é determinada por ele à medida que as pessoas relacionam um “sentido subjetivo” ao comportamento (Weber, 2012, p. 3). Esse conceito de “sentido subjetivo” é, em alguns aspectos, impreciso.³ Ele não significa que nossas ações estejam vinculadas a um sentido único, que é relacionado por nós, por você e por mim a uma ação de forma original ou cada vez mais original. Se você estende sua mão a um desconhecido ou a uma desconhecida ao cumprimentar, então isso é apenas uma forma de agir, que em nosso contexto social é realizado por milhões de pessoas todos os dias.

Diante disso, nos perguntamos: até que ponto podemos falar de “subjetivo”? Bem, esse adjetivo não significa, aqui, mais do que o importante pressuposto de que eu, nós e vocês associamos – mais

³ Uma versão anterior dessa definição pode ser encontrada no seu ensaio de 1913 “Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie” (“Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”) (Weber, 1980a).

precisamente, temos que associar – um sentido a tal gesto, para que possamos conduzi-lo nas situações sociais como uma ação, coordená-lo mutuamente e compreender os movimentos corporais correspondentes. Ninguém pode fazer isso por nós, em nosso lugar. Falar sobre o sentido subjetivo indica que os próprios indivíduos devem prover sua existência no mundo com motivos, tornando seus corpos ativos. Isso diferencia a ação também, mesmo essa ocorrendo, como tantas vezes, “em surda semiconsciência ou inconsciência de seu ‘sentido visado’” (Weber, 2012, p. 13), daquilo que Weber explica a partir do exemplo do choque não intencional entre ciclistas como um simples “acontecimento do mesmo caráter de um fenômeno natural” (Weber, 2012, p. 11).⁴

Para Weber, a sociologia como “ciência da cultura” era, ao mesmo tempo, uma “ciência da realidade”, que está interessada em saber por que os fenômenos culturais são assim como são e que significado isso tem – mais precisamente, em relação a todos os diferentes níveis dos “fenômenos culturais”, dos quais já tratamos. Ou seja, para ele – assim como para a sociologia que ele representava – não se tratava nem se trata de compreendermos os “fenômenos culturais” a partir de si mesmo, mas, sim, como algo produzido nos processos sociais da ação e da estruturação; melhor dizendo, como “fenômenos” sociais e socialmente moldados, por isso pesquisáveis. Portanto, não estamos falando de ciências humanas, e sim de uma *ciência da realidade*:

⁴ Em geral, a questão é um pouco mais complexa, porque de fato é possível diferenciarmos entre diferentes níveis de “sentido subjetivo”. Por exemplo, pode ser feita referência à dimensão social, origem ou incorporação do sentido subjetivo, apresentando diferentes graus de objetividade, estando, por exemplo, fortemente relacionado a um contexto situacional ou a definições sociais mais gerais de sentido (cf. capítulo 5). Frequentemente, os atores conferem de fato, ao mesmo tempo, um sentido subjetivo mais individual à ação, por assim dizer, quando, por exemplo, uma canção é a “minha” canção favorita, à qual eu me entrego ao êxtase e esqueço do mundo. Na pesquisa social qualitativa se fala, de modo geral, em sentido subjetivo quando questionamos os atores sociais sobre sua visão de mundo, das coisas e dos fenômenos de interesse por intermédio de entrevistas longas e abertas, em vez de fazermos uso de questionários padronizados, estatísticos e técnicas semelhantes de levantamento de dados. Sobre a relação entre o paradigma interpretativo, compreensão do sentido e subjetividade abstrata e concreta (Knoblauch, 2008).

A ciência social que *nós* pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*. Procuramos compreender a realidade da vida que nos rodeia, e na qual nos encontramos situados, naquilo que tem de *específico*; por um lado, as conexões e a *significação* cultural de suas diversas manifestações em sua configuração atual e, por outro, as causas pelas quais se desenvolveu historicamente assim e não de outro modo (Weber, 2006, p. 44).

Tal sociologia não se contenta com a análise de fenômenos micro, como as relações sociais na vida cotidiana ou as ações sociais cotidianas das “pessoas comuns”. Também isso ninguém conseguiu ilustrar de forma tão precoce e tão convincente como o próprio Weber. Em seu estudo sobre “A ética protestante e o espírito do capitalismo” (“Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus”), de 1905, ele analisou nem mais nem menos do que a importância dos motivos religiosos para a dinâmica do capitalismo ocidental. Mais precisamente, ele buscou compreender como os modos de vida e de ação motivados pela religião, que eram exigidos por algumas seitas protestantes de seus membros, resultaram em uma ação permanente de secularização, orientada pela profissão e pelo lucro, a qual Weber denominou “forma de vida metódica” e que se tornou fonte de sucesso econômico. Ciência da cultura, ciência da realidade, análise da ação e das consequências sociais de longo alcance, tudo isso está reunido, aqui, de forma exemplificada (Weber, 2004; 2007).⁵

Por que, portanto, é realizada a presente introdução ao *paradigma interpretativo* fazendo essas referências ao entendimento de Weber sobre a sociologia? A essa pergunta há uma resposta simples: os desdobramentos subsequentes e as abordagens sociológicas podem ser atribuídos – mesmo aqueles que foram desenvolvidos sobretudo

⁵ Sobre a “ética protestante” e também as duras críticas realizadas de forma engajada por Heinz Steinert, o qual fala de um “irrefutável erro de construção”, ver Steinert (2010).

nos Estados Unidos – às influências da antiga sociologia alemã, da hermenêutica e das discussões a respeito do conceito de compreensão no círculo de Dilthey, Weber ou também de Simmel. Não apenas Mead, mas outros importantes protagonistas da influente “Escola de Sociologia de Chicago” (cf. capítulo 2, a seguir), tais como Robert E. Park (1864-1944), passaram curtas temporadas de estudo na Alemanha na virada do século XX, por vezes também mais longas, encontrando as ideias ali discutidas. Certamente, isso lhes deu uma formulação própria, assim que nomes como os de Dilthey e Weber não assumiram mais um papel importante.

No entanto, pode-se identificar a situação de contato inicial, assim como ilustrada acima, a partir da qual, por exemplo, abordagens como o “interacionismo simbólico” puderam surgir. Nas diferentes abordagens do paradigma interpretativo, a sociologia é praticada como uma ciência da cultura, no sentido de Weber. O termo “paradigma interpretativo” faz referência a isso de duas maneiras, assim como mencionado anteriormente: as pessoas são “seres culturais por natureza”, pois vivem sempre e necessariamente “de forma cultural” e “envolvidas em culturas”. Elas interpretam o mundo, no qual se movimentam, e a sociologia, por sua vez, interpreta essa ação. Isso não vale apenas para situações extremas, quando um interlocutor, com o qual acabamos de bater um papo durante a participação em um congresso de sociologia, nos convida para uma “orgia no décimo quarto andar”.⁶

Dentre as diferentes e entre si concorrentes possibilidades de se fazer sociologia nos tempos atuais, seu entendimento como “ciência da cultura”, no sentido de Max Weber ou Georg Simmel, não possui uma posição fácil. Sem dúvida que o endeusamento dessas posições clássicas pertence ao bom tom, cultivado na disciplina. As respectivas tradições teóricas correspondem, em certa medida, a partes

⁶ Peter Berger e Hansfried Kellner usam esse exemplo para desenvolver seu discurso de forma engajada “por uma nova sociologia” (Berger & Kellner, 1984, p. 22).

de obras fortemente dedicadas à introdução e a uma visão geral sobre o campo disciplinar. No entanto, pouco disso ficou visível no cotidiano do trabalho teórico, assim como do empírico. Isso fez com que em parte da esfera pública, mas também no campo científico e não menos importante na própria sociologia, surgisse a impressão na última década de que a sociologia trabalha com “cultura”, na melhor das hipóteses, no sentido de uma subárea social específica e delimitável, como a “sociologia da cultura”, a “sociologia cultural”, a “sociologia da produção de arte” etc. Tal sociologia da indústria cultural – da arte, dos museus e seu público, da literatura, da pintura, da música – certamente existe, mesmo que não ocupe uma grande parte da disciplina e não seja, necessariamente, praticada como “ciência da cultura” no sentido descrito.

Nos últimos anos, tem sido, sobretudo, os *estudos culturais* (*cultural studies*) os quais têm reivindicado para si uma análise cultural genuína do social, colocando-se, nesse sentido, acima da sociologia. Nesse contexto, surgiram algumas polêmicas entre os protagonistas da sociologia da cultura e dos estudos culturais (Keller, 2005, p. 59). Enquanto os estudos culturais têm acusado a sociologia de negligenciar de maneira geral ou, pelo menos, de abordar a dimensão cultural de forma excessivamente fragmentada, bem como apresentar pouca compreensão dos processos de circulação social do significado, a sociologia crítica os estudos culturais pela sua atração por modas culturais populares, apontando para uma metodologia e um método de pesquisa, geralmente, apenas pouco desenvolvidos, os quais levam, igualmente, a declarações e resultados arbitrários e modistas.

De lá para cá, a situação tem se amenizado e dado lugar a menções, em certa medida, gentis e às vezes até mesmo à inspiração mútua. Uma razão para essa calma reside, certamente, no fato de que os estudos culturais, uma vez que possuem origem na literatura, percorreram um longo e pouco conhecido caminho de “sociologização” de suas perspectivas teóricas e de pesquisa já nos anos de 1960, e

isso, justamente, dentro e pela adesão ao paradigma interpretativo. Assim como o estudo realizado na tradição do interacionismo simbólico sobre “outsiders” de Howard S. Becker (1981) foi considerado um exemplo de pesquisa de estudos culturais, o trabalho, por exemplo, acerca da cultura escolar de jovens britânicos da classe trabalhadora – “Learning to Labour”, em português “Aprendendo a ser trabalhador” – apresentado catorze anos depois por Paul Willis (1979; 1991) no contexto dos estudos culturais é entendido, hoje, como um exemplo de etnografia sociológica sobre cultura jovem. Em contrapartida, ficou claro que não existe uma sociologia única, mas, sim, diferentes paradigmas sociológicos, alguns dos quais estão mais próximos, enquanto outros menos, dos pressupostos e interesses de pesquisa dos estudos culturais. Portanto, quando mais adiante estivermos falando do paradigma interpretativo da sociologia, gostaríamos de enfatizar que as passagens entre essas várias formas de análise cultural científica do social são bastante fluidas.

Uma nova razão para lembrar a tradição da sociologia interpretativa em estudos culturais pode ser encontrada na tendência e na discussão atual sobre uma reorientação “pós-estruturalista” da pesquisa sociológica no mundo de língua alemã, que teve seus predecessores na Inglaterra nos anos de 1990 (Atkinson & Housley, 2003, p. IX). Assim consta em apelos recentes por uma virada cultural teórica pós-estruturalista na sociologia, como, por exemplo, uma sociologia que se orienta por uma teoria da cultura tem como perspectiva “o social como um todo e, portanto, tudo o que acontece de cultural dentro da sociedade: da economia à tecnologia, da política à arte” (Reckwitz, 2008, p. 7). Tem como objetivo que “todo objeto das ciências humanas e sociais possa e deva, então, ser reconstruído como um fenômeno cultural” (Reckwitz, 2008, p. 16). Naturalmente, isso não é, por si só, nem novo nem original. Tais exigências só ganham um peso relevante na atualidade devido a sua relação com a tradição filosófica francesa do pós-estruturalismo:

A perspectiva pós-estruturalista se concentra, dessa forma, na análise da permanente desestabilização, na autodesconstrução de sistemas culturais de significado e ordens de conhecimento, na sua inegável falha de significado e na produção de novos elementos imprevisíveis de significado, de processos que só temporariamente são interrompidos por estabilizações culturais, por ordens culturais aparentemente sem alternativas que tornam sua própria constituição invisível (Moebius & Reckwitz, 2008, p. 14).

Klaus Holz e Ulrich Wenzel (2003) destacaram com razão a implicação sociologicamente bastante problemática de tal posição filosófica teórica cultural, ao separar as práticas culturais de campos de ação sociais concretos e

considerar a possibilidade de reinterpretação, da constante nova compreensão dos significados culturais [...] não como consequência da combinação da forma textual e da capacidade de agir, mas como uma propriedade autóctone do próprio texto [...] Não o homem sob condições [...] mas a semiose dos sistemas de sinais, compreendida como uma semiose desprovida de limites, aparece aqui como o demiurgo do desenvolvimento sociocultural (Holz & Wenzel, 2003, p. 199).

É exatamente isso que fica claro quando a análise da “autodesconstrução de sistemas de significação cultural” é nomeada como central em tal perspectiva. Em contrapartida, todas as posições do paradigma interpretativo enfatizam a importância da capacidade de agir e de ser o agente da ação, em síntese: o papel dos atores sociais na produção, estabilização e transformação dos fenômenos sociais. Já no contexto britânico, Atkinson e Housley (2003, p. XIV) falam de uma “amnésia coletiva” em relação à sociologia interpretativa interacionista,

e com isso criticam, entre outras coisas, a ignorância das sociologias pós-estruturalistas ou pós-modernas por “reinventarem a roda”. De maneira semelhante, em relação às discussões pós-estruturalistas sobre sexo e gênero, ou seja, gênero biológico e social e sexualidade vivenciada, os sociólogos britânicos Sue Scott e Stevi Jackson (2011) comentam sobre as contribuições ou “intervenções” específicas do paradigma interpretativo:

Teorias sociais muito recentes, influenciadas pelo pós-estruturalismo, tratam gênero e sexualidade como constituídos através da linguagem e do discurso. Em muitos aspectos, o pós-estruturalismo converge com uma posição interacionista, pois ambas as perspectivas conceituam o sentido como fluido, flexível e polivalente, e nenhuma delas fala de gênero e sexualidade como objetos que existiam antes dos significados a eles atribuídos. A tradição interacionista, juntamente com outras sociologias interpretativas se atenta, no entanto, a aspectos da construção de significados, que geralmente não são abordados pelos pós-estruturalistas: em particular aqueles significados produzidos intersubjetivamente pelos agentes de forma ativa no curso das práticas sociais cotidianas. Os efeitos da linguagem e do discurso são, portanto, vistos como resultado da produção local de significados e das “intenções das pessoas de dar sentido”. [...] É a partir da sua compreensão do social, como algo que surge na interação e na intersubjetividade, que o interacionismo chega à ideia de sexualidade incorporada. Embora haja mais no social do que apenas interação, é impossível evidenciarmos o social sem a interação cotidiana, através da qual ele é vivenciado (Jackson & Scott, 2007, p. 96).

De forma gradual, a “obstinação dos sujeitos” teve que ser redescoberta no contexto pós-estruturalista, que é, justamente, o que

não aparecia nos sistemas culturais de significação, assim como também a prática de pesquisa etnográfica havia experimentado uma surpreendente redescoberta, visto que o processamento concreto de sentido em situações e interações deveria ser, então, examinado de forma empírica. Tudo isso aponta, sem dúvida, para problemas importantes da disciplina sociológica e do seu ensino universitário, bem como para as condições atuais da pesquisa sociológica e da produção de textos; os quais, porém, não poderão ser discutidos aqui. Isso porque, para as abordagens do paradigma interpretativo, sociologia significa, naturalmente – e isso há cerca de 100 anos –, sempre a análise dos significados socioculturais, sua estabilização e transformação nos mais diversos níveis sociais e contextos situacionais, organizacionais e mediáticos.

Diferentemente de um pós-estruturalismo, que não pode deixar de lado a sua origem filosófica, essas abordagens vêm trabalhando, há muito tempo, na pesquisa empírica a respeito do uso do sentido pelos atores sociais, os quais são dotados da capacidade (criativa) de agir e cujas identidades se constituem e modificam, ao longo de suas vidas, nos processos sociais. Essas podem ser modificadas em períodos relativamente curtos de tempo, em contextos estáveis, relativamente efêmeros de significado e cujas mudanças são produzidas pelos próprios sujeitos, sem que se assuma que esses processos tenham sido, inteiramente, planejados ou controlados por eles.

A presente introdução a importantes fundamentos e desdobramentos do paradigma interpretativo visa inscrever novamente a riqueza dessa tradição sociológica na sociologia contemporânea de língua alemã. Ela pretende também evidenciar que se trata de uma tradição teórica e de pesquisa viva, a qual pode contribuir de maneira rica para muitos e diferentes problemas sociológicos do presente. Por essa razão, ela se dedica, mais fortemente, ao emprego atual e aos desdobramentos recentes das primeiras posições teóricas do que se espera normalmente de uma visão geral sobre teorias (clássicas).

Exercício

Em que medida e por que a sociologia pode ser compreendida e praticada como uma ciência da cultura e da realidade?

1.2 A revolta do concreto

Até a metade da década de 1960, aquela que ficou conhecida como a fusão de posições sociológicas clássicas, a saber, a teoria do sistema estrutural-funcionalista do sociólogo norte-americano Talcott Parsons (1902-1979), dominou a discussão teórica sociológica nos Estados Unidos e em grande parte da Europa. Ela forneceu também os conceitos de referência – definições, tais como papéis sociais, estratificação social, desigualdade e assim por diante – à pesquisa social empírica, à medida que essa buscava ideias teóricas iniciais. O campo da sociologia pode ser dividido nesse período basicamente em dois polos: de um lado, encontramos a teoria do sistema *à la* Parsons e as análises baseadas nela e, por outro, a pesquisa social empírico-quantitativa de cunho positivista e em certa medida “livre de teoria”. Outras grandes escolas teóricas – como a de orientação marxista ou a teoria crítica da Escola de Frankfurt – existiam primeiramente em grupos remanescentes, se tornando, nos anos de 1960, as teorias de referência dos movimentos estudantis.⁷

Durante esse período, o panorama teórico e empírico claramente estruturado da sociologia foi se rompendo. O sociólogo norte-americano Alvin Gouldner chegou a falar, por essa razão, de uma “próxima crise da sociologia ocidental” (Gouldner, 1974; 2013). No contexto das mudanças sociais – como, por exemplo, dos movimentos negros, estudantis e de mulheres – e das esperanças que emergiam de uma formação democrática e equitativa de sociedade, especialmente o

⁷ Sobre a teoria sociológica dos sistemas de Talcott Parsons, ver a introdução de Junge (2007); sobre teoria crítica e a Escola de Frankfurt, ver Brock (2009).

modelo teórico de Parsons se revelou, segundo o autor, inadequado para uma análise apropriada dos eventos sociais. Isso porque faltavam-lhe conceitos para a análise de conflitos e mudanças sociais e também, como se baseava em processos de autorregulação social, não poderia ofertar soluções para as novas expectativas de planejamento e de formação das sociedades.⁸

Gouldner viu o indício sociológico interno dessa “crise” no distanciamento de estudantes e colegas mais jovens da teoria de Parsons. Esses, por sua vez, demonstraram forte interesse por posições novas, em certa medida radicais e, certamente, não convencionais, ligadas aos nomes de Harold Garfinkel, Erving Goffman, Howard S. Becker e outros. Isso, sem dúvida, só se aplicava para alguns movimentos sociais e estudantes dos anos 1960. Em outros casos, a orientação pelas tradições teóricas marxistas e críticas era mais importante, visto que, assim como Parsons, elas buscavam manter o foco no “grande todo” das relações sociais.

Em contrapartida, os novos sociólogos “radicais” não estavam interessados em conceitos teóricos abstratos e visões macroestruturais da sociedade. Pelo contrário, eram a favor de um distanciamento das grandes estruturas e de complexos institucionais em prol da valorização das situações concretas da vida cotidiana, da abordagem da experiência direta do “aqui e agora” da vida vivenciada, bem como das relações sociais. A sua exigência era de que a sociologia parasse de distanciar-se dos fenômenos sociais e retornasse para o vale da vida real, sujando literalmente as mãos. E isso, não necessariamente lá, onde eles podem se acomodar de forma confortável, e sim com os *outsiders* sociais, os criminosos, as gangues de jovens, os reclusos de instituições psiquiátricas.

⁸ Uma discussão mais diferenciada sobre a sociologia americana nos anos 1960 pode ser encontrada em Calhoun e Van Antwerp (2007).

Isso não estava, de forma alguma, associado à renúncia de posições teóricas fundamentais e ao distanciamento analítico. Embora muitos da nova geração de jovens sociólogos simpatizassem com *outsiders*, grupos e figuras duvidosas, que viviam à margem da sociedade burguesa, lhes dando visibilidade por meio de suas pesquisas, isso não significou que eles simplesmente mudaram de lado e se tornaram os seus defensores políticos. Em vez disso, vários desses sociólogos (mais uma vez, especialmente homens) – além daqueles já mencionados, também Herbert Blumer, Anselm Strauss, Aaron Cicourel, dentre outros – começaram, a partir de meados dos anos 1950, a desenvolver novas posições teóricas, em certa medida, vinculadas entre si e que se tornaram conhecidas pelos nomes de interacionismo simbólico, teoria do etiquetamento social, teoria fundamentada (também *Grounded Theory*), etnometodologia etc.

Independentemente da diversidade de suas posições e de seus interesses de pesquisa, essas novas abordagens tinham duas coisas em comum: primeiro, elas estavam interessadas no desempenho interpretativo prático, que os atores sociais precisam permanentemente ter nas suas ações. Tais desempenhos interpretativos são importantes não apenas para a ação individual, mas também para a ação recíproca, ou seja, para as interações e, além disso, para a produção de fenômenos sociais e ordens sociais, transpondo a respectiva situação da ação. A isso vem associado, em segundo lugar, uma preferência pela pesquisa social qualitativa, a qual era vista como central para a apreensão desses desempenhos interpretativos.

As pessoas precisam interpretar e compreender constantemente as situações e relações nas quais se encontram e transitam para poder agir. Tais situações não são simplesmente dadas ou construídas com base em normas e modelos de papéis sociais preestabelecidos, uma vez que exigem que os participantes as construam e interpretem de forma ativa. Isso pode ser ilustrado por dois exemplos: um seminário na universidade não pode ser, sociologicamente, descrito e

explicado somente a partir da definição de papéis sociais fixos – a dos estudantes e dos professores, respectivamente. Pelo contrário, todos os envolvidos estão constantemente ocupados em interpretar o que todos estão fazendo, individualmente ou de forma coletiva. Por que estamos, aqui, sentados? O que o fato de alguém estar ali na frente, em pé, falando ou fazendo perguntas significa? Por que ela ou ele espera por respostas etc.? É, portanto, com base nessas interpretações, que os sujeitos direcionam seu próprio comportamento e ações.

Com certeza, essa permanente combinação de interpretar e agir corresponde geralmente a um processo habitual, o qual não requer nenhuma atenção especial e que depois de alguns meses na universidade pode ser realizado de forma automática. No entanto, é necessário que fique claro que tais processos fundamentais de interpretação são indispensáveis para que se possa trabalhar com temas científicos “em um seminário tal como um seminário”.

Isso também pode ser ilustrado por outro exemplo, no qual fica, inicialmente, menos evidente de que tipo de situação se trata. Imagine que você esteja de pé em uma discoteca, na pista de dança. Do outro lado da pista, alguém fica por um longo tempo olhando na sua direção. A pessoa, então, passa por você e pergunta se você tem fogo. Como você reage? Em primeiro lugar, você precisa naturalmente entender a pergunta. Isso requer um certo conhecimento básico sobre fumar, cigarros, isqueiros, discotecas, música, dança etc., mas também sobre a situação legal de possíveis proibições do uso de cigarro. Suas próprias ações dependem, portanto, de sua interpretação do evento: o seu interlocutor era míope, por isso não olhou nos seus olhos, desviando o olhar? Roupas e aparência física são indicativos de que eu possa vir a me interessar por alguém, seja lá com qual finalidade? Será que eu sou o tipo de pessoa que uma pessoa assim se interessa? Será que a pergunta pelo fogo foi feita realmente só por necessidade, ou seja, pelo propósito de fumar? E se for somente uma tentativa de vir falar comigo, sem compromisso (embora não muito original)?

Independentemente da maneira pela qual você responderá a estas e outras perguntas, você associa a ela uma ação, sobre a qual a outra parte reagirá com possibilidades de interpretação igualmente amplas. Talvez se trate realmente apenas de uma pessoa míope, que queira fumar – e que rejeite espontaneamente qualquer outra interpretação. Em todo caso, todos esses processos exigem desempenhos permanentes de interpretação por parte das pessoas envolvidas, tanto no que diz respeito aos sinais ou mensagens daqueles que emitem quanto daqueles que recebem. Nessa perspectiva, o envolvimento dos participantes torna-se muito mais importante do que a teoria de Parsons assumia, pois, nessa abordagem, a combinação de comportamentos e ações parecia resultar basicamente da adoção bem-sucedida dos papéis e das normas sociais nos processos de socialização.

Uma sociologia interessada, por sua vez, nas interpretações que os atores possuem das situações tinha que concentrar sua abordagem sociológica também na compreensão dos processos de interpretação, até mesmo entendendo e aplicando metodologicamente a sua própria prática como um processo de interpretação. Para tanto, os métodos vigentes de pesquisa social empírica quantitativa – técnicas de questionário padronizado ou análises de variáveis estatísticas – pareciam inadequados. Ao invés disso, foi necessário desenvolver e aplicar abordagens “qualitativas” ou “interpretativas” capazes de tornar acessível a complexidade dos processos de interpretação na área sociológica de estudo.

Alguns anos após Gouldner ter identificado os sinais de uma crise na sociologia, essas novas abordagens já haviam se estabelecido tão bem e se tornado tão populares que Thomas Wilson (1980) falou de um *paradigma interpretativo*, enquanto Roland Robertson (1993) destacou o surgimento de uma “virada sociológica do conhecimento” (*wissenssoziologische Wende*), dada a importância auferida ao papel dos processos de interpretação nesse período. Wilson descreveu a intenção inicial do paradigma interpretativo de compreender a intera-

ção social como um processo interpretativo, enfatizando que também os fenômenos macrosociais são construídos a partir de interações:

Não há ações isoladas; ao contrário, as ações estão inter-relacionadas à medida que um ator “responde” ao outro enquanto prevê as ações do outro, mesmo que ao agir estejamos sozinhos na situação. Assim, cada ação individual e particular é parte de um processo de interação que envolve vários atores, cada qual respondendo às ações do outro. Os fenômenos macrosociais (tais como organizações, instituições, conflitos sociais) aparecem nessa perspectiva como relações estruturadas entre as ações relacionadas de forma interativa entre os indivíduos. [...] Fenômenos sociais complexos aparecem assim como arranjos estruturados e sequências de interações entre os atores (Wilson, 1980, p. 55).

Wilson compara o *paradigma interpretativo* com o *paradigma normativo*. Com isso, se referia basicamente à sociologia de Parsons já mencionada, na qual se partia, por um lado, do princípio de que os agentes são dotados de determinadas disposições adquiridas (tais como competências linguísticas e a capacidade de agir de acordo com a norma). Por outro lado, se considerava que eles tinham que corresponder às expectativas sobre os papéis sociais, cujo descumprimento estaria sujeito a sanções negativas, assim como seu respeito e sua observância poderiam ser recompensados. Ações e interações entre as pessoas eram aqui identificadas como relações entre papéis sociais claramente identificáveis. Essas relações são possíveis, visto que os atores estão integrados em um sistema de símbolos e em um “consenso cognitivo” sobre as respectivas situações, nas quais eles agem.

Esse modelo foi considerado “normativo”, visto que confere importância central às expectativas dos papéis sociais, ou seja, a uma forma específica de normas: os atores cumprem as expectativas associadas a

um papel ou se desviam delas. Em ambos os casos, porém, a referência à norma é o verdadeiro motor do evento. Em comparação, o *paradigma interpretativo* pressupõe que os atores precisam primeiramente chegar a uma percepção mais ou menos comum da situação, na qual eles acompanham a maneira e o curso de suas ações e interações de forma ativa num processo contínuo de interpretação. Ralph Turner fala, portanto, fazendo referência às reflexões de Georg Herbert Mead, em “role taking”, ou seja, a assunção ativa dos papéis sociais em oposição ao pressuposto da *execução* passiva dos papéis sociais no *paradigma normativo*:

Com a ideia de assumir um papel, a perspectiva muda: a ênfase não está mais no simples processo de desempenhar um papel prescrito, mas na maneira como se planeja e se projeta suas próprias ações com base num papel assumido pelo outro. O ator não assume simplesmente um *status* para o qual existe um conjunto bem ordenado de regras ou normas; ao contrário, o ator é alguém que tem que agir a partir de uma perspectiva que é parcialmente determinada por suas relações com os outros, embora essas ações desses outros manifestem papéis que ele tem que identificar. Como o ego só pode concluir ou deduzir o papel do outro, mas não pode reconhecê-lo diretamente, esse testar das conclusões sobre o papel do outro se torna um elemento constante da interação. O caráter experimental da definição e da representação dos papéis nunca é totalmente suspenso (Turner, 1976, p. 118).

Por essa mesma razão, o *paradigma interpretativo* está associado a um apelo enfático por métodos de pesquisa qualitativa; no que corresponde aos procedimentos de coleta de dados, isso pode incluir, por exemplo, longas entrevistas, o registro de dados “naturais” – ou seja, dados não criados de maneira artificial com o propósito de realizar experimentos –, conversas, observações, imersão etnográfica nos

respectivos campos de pesquisa, o amplo uso da própria percepção, de diários, fotografias etc. Essa variedade de abordagens metodológicas é o que caracteriza a pesquisa sociológica na tradição do paradigma interpretativo desde o início do século XX. A sociologia atual não depende, portanto, necessariamente, de disciplinas correlatas, podendo recorrer à sua própria riqueza de experiência do “qualitativo”, ao estudar o seu objeto para além dos parâmetros estatísticos e de grandes amostras representativas de pesquisa. O atributo “qualitativo” se refere aqui tanto aos “dados”, sobre os quais se baseia a análise sociológica, quanto às formas e meios de sua análise.⁹

Se as interpretações ativas, ou seja, as atribuições de sentido dos sujeitos, desempenham um papel tão importante nas interações sociais, então, uma pesquisa em ciências sociais, que se propõe a analisar o motivo pelo qual os fenômenos sociais se manifestam de determinada maneira e como eles são produzidos, interpretados e vivenciados pelos atores com base em frequências estatísticas ou questionários padronizados com respostas fixas, fica muito aquém das expectativas. Em vez disso, torna-se necessário “ir ao campo” e participar das interações ou pelo menos explorar os sentidos e as interpretações dos atores, fazendo uso de uma “observação participante”. Os sociólogos deveriam “bisbilhotar”, diziam frequentemente muitos protagonistas dessa linha ao referirem-se às estratégias de pesquisa jornalística, mas também à pesquisa de campo de etnólogos, como, por exemplo, nas culturas tribais da África ou da América do Sul.

Muitas vezes, se torna necessário entrarmos em longas conversas e discussões com os sujeitos pesquisados e recorrermos aos “dados naturais”, isto é, utilizarmos documentos originais do campo pesquisado (cartas, fotografias, artigos de jornal etc.) para termos acesso

⁹ Questões a respeito da coleta e análise de dados só serão abordadas de forma esporádica na presente obra. De maneira geral, serão feitas referências sobre o tema de forma complementar no contexto da ampla literatura introdutória sobre pesquisa social qualitativa.

à realidade do social. As gravações em áudio ou vídeo de “ações da vida real” também foram utilizadas para que essas pudessem ser analisadas em sua complexidade concreta, ou seja, abrindo mão da utilização de técnicas padronizadas reducionistas da realidade (esta última abordagem é especialmente aquela escolhida pela etnometodologia de Garfinkel, conforme expõe o capítulo 5).

O filme norueguês *Kitchen Stories* (*Histórias de cozinha*), de Bent Hamer, de 2003, faz uma bela alusão a esse apelo. Baseado em pesquisas reais nas ciências sociais sobre formas de se economizar tempo em casa, ele descreve as experiências bizarras de um “observador”, cientista social, enviado à Noruega em nome do instituto sueco de pesquisa para “Lar e Casa”, nos anos 1950, para estudar o uso da cozinha por homens noruegueses solteiros em uma pequena cidade. O objetivo dessa pesquisa era otimizar o *design* interno de cozinhas a fim de reduzir as distâncias e assim “economizar” tempo, isto é, reduzir a carga de trabalho na cozinha. O filme conta de maneira muito divertida as diferentes etapas da abordagem, começando pelas investigações “estritamente científicas” de laboratório com uso de fichas de observação, altamente formalizadas, sobre os caminhos percorridos na cozinha, seguindo pelas tentativas fracassadas de não intervir no campo, a observação do observador pelo observado até a quebra absoluta de tabus e o início da conversa entre o cientista social e o observado. Somente a partir dessa troca é que se tornou possível a compreensão do comportamento.¹⁰

¹⁰ O filme está situado em um contexto no qual a quantificação da pesquisa social se estabeleceu como a posição científica dominante. Menos divertida, mas com muitos paralelos, a diretora austríaca Karin Brandauer filmou, em 1988, em *Einstweilen wird es Mittag*, a realização de um dos grandes estudos clássicos das ciências sociais: em 1933, Maria Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel publicaram seu famoso estudo sobre a alta do desemprego em uma pequena vila na Áustria, assim como as mudanças resultantes no comportamento das pessoas afetadas. Também aqui, a cientista social e seus colegas vão a campo, porque se sentem comprometidos com uma nova estratégia de pesquisa; diferentemente do que acontece em *Kitchen Stories*, eles se esforçam para obter evidências “exatas”, incluindo observações precisas do comportamento de caminhar e o uso do tempo na vida cotidiana dos desempregados (Jahoda *et al.*, 2007). Lazarsfeld, que não estava envolvido no estudo empírico, tornou-se mais tarde um dos mais importantes protagonistas da pesquisa social quantitativa (não apenas) nos Estados Unidos.

A diferença entre o *paradigma normativo* e o *paradigma interpretativo*, ou entre a sociologia dominante e a brisa fresca, foi muito bem ilustrada em uma citação de Joseph Gusfield, um famoso expoente do interacionismo simbólico, o qual se recordava em 1982:

Costumávamos dizer que uma tese sobre beber escrita por um estudante de Harvard poderia muito bem ser intitulada “Modes of Cultural Release in Western Social Systems”; por um estudante de Columbia seria intitulada “Latent Functions of Alcohol Use in a National Sample”; e por um estudante de pós-graduação de Chicago como “Social Interaction at Jimmy’s: A 55th St. Bar”. Se tratava de uma metodologia que mantinha o estudante firmemente naquilo que ele poderia ver, ouvir e experimentar em primeira mão [...] Abstrações e conceitos formulados a partir da experiência com observações concretas eram suspeitos [...] Lembro-me da primeira vez que eu ouvi Talcott Parsons apresentar sua perspectiva teórica em uma palestra em Mandel Hall [no *campus*], na qual ele foi apresentado por Louis Wirth, que então se sentou na primeira fila e ficou lendo sua correspondência durante a apresentação do professor Parsons! (Gusfield, referido em Galliher, 1995, p. 183).

Harvard representa a posição de Parsons na citação acima. Uma tese de doutorado sobre bebida alcoólica realizada lá seria, provavelmente, chamada de “formas de desinibição cultural nos sistemas sociais ocidentais”. Na Universidade de Columbia, na qual Robert Merton, um representante das teorias funcionalistas de “médio alcance”, e o pesquisador social quantitativo Paul Lazarsfeld (cf. nota de rodapé 10) eram professores, teria o título de “funções latentes do uso de bebida alcoólica numa amostra nacional”. Chicago finalmente representa o paradigma interpretativo ou a tradição da Escola de Chicago (cf. capítulo 2). Nele, portanto, se lê o título “Interação social no Jimmy’s:

um bar na rua 55”. Um dos primeiros estudos de Howard S. Becker, Anselm Strauss e outros, os quais se tornaram mais tarde importantes representantes do interacionismo simbólico, levou assim o título de “Boys in White” (“Garotos de Branco”) (Becker *et al.*, 1992). Os “Garotos de Branco” eram jovens estudantes de medicina; e o estudo buscou compreender de que forma eles conduziam seus estudos e como se tornaram gradativamente membros “sérios” da profissão médica. Os próprios títulos de suas publicações deixam claro em qual direção essa nova geração de sociólogos se movia.

No mundo de língua alemã, os pressupostos do paradigma interpretativo haviam sido incorporados bastante cedo por Jürgen Habermas em seu livro publicado em 1967 sobre *A lógica das ciências sociais (Zur Logik der Sozialwissenschaften)* (Habermas, 1985; 2015).¹¹ Uma recepção mais ampla ocorre a partir de diferentes coletâneas, contendo traduções de textos fundantes dos pressupostos e autores mencionados acima. Esses incluem em particular a publicação *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit (Conhecimento da vida cotidiana, interação e realidade social)*, que foi publicada em 1973 pelo grupo de trabalho de sociólogos de Bielefeld¹², assim como a coletânea publicada no mesmo ano por Heinz Steinert, intitulada *Symbolische Interaktion. Arbeiten zu einer reflexiven Soziologie (Interação simbólica. Trabalhos sobre uma sociologia reflexiva)* (Steinert, 1973). Outras coletâneas surgiram nos anos seguintes.¹³

No decorrer deste livro, discutiremos, portanto, as várias abordagens ou posições por trás do termo genérico, um tanto simplista,

¹¹ Em sua “teoria da ação comunicativa”, Habermas (1981; 2018) trata, em particular, de Georg Herbert Mead, conectando-se com o paradigma interpretativo por meio do conceito de “mundo da vida” (cf. capítulos 3 e 4).

¹² Trata-se de Joachim Matthes, Werner Meinefeld, Fritz Schütze, Werner Springer, Ansgar Weymann, assim como Ralf Bohnsack, o qual vem se juntar mais tarde ao grupo.

¹³ Com exceção do trabalho amplamente traduzido de Erving Goffman, apenas alguns textos dessa tradição, que foram traduzidos para o alemão, haviam sido publicados em coletâneas (por exemplo, Auwärter *et al.*, 1976).

do *paradigma interpretativo*, uma vez que, apesar dos pressupostos básicos e das preferências de pesquisa mencionados, essas correntes teóricas diferem entre si. Isso se aplica tanto aos seus pontos de partida teóricos quanto aos interesses de pesquisa e procedimentos metodológicos associados a eles. Entretanto, quando comparadas com outros fundamentos teóricos da sociologia, essas posições se encontram bastante próximas umas das outras, podendo ser tratadas de forma conjunta. Em especial, mais recentemente, pode-se observar uma variedade de inter-relações entre elas, mesmo que certamente ainda encontremos representantes da “doutrina pura”.

No mundo de língua inglesa, Atkinson e Housley (2003) usam o termo “interacionismo” para descrever a gama e a relação das perspectivas aqui reunidas. Não se trata de um grande complexo teórico, que pudesse competir diretamente com a teoria do sistema de Parsons ou outras grandes teorias sociológicas contemporâneas, mas, sim, de argumentos enfáticos e bem fundamentados teoricamente por uma compreensão diferente dos fenômenos sociais e por uma perspectiva sociológica distinta. As diferentes ênfases do *paradigma interpretativo* têm em comum o fato de que seus pontos de partida social-teóricos enfatizam o uso ativo e criativo dos sinais e dos símbolos pelos sujeitos, na combinação permanente entre interpretação e ação em situações concretas, como também na produção interativa das ordens sociais. Por essa razão, elas não produzem teorias gerais sobre o funcionamento de suas áreas temáticas, e sim desenvolvem conceitos com base em pesquisas empíricas, a partir dos quais fenômenos e processos sociais podem ser compreendidos de maneira adequada.

Todas essas abordagens foram desenvolvidas por sociólogos norte-americanos ou por sociólogos que viviam na época nos Estados Unidos – como no caso dos trabalhos fenomenológicos da sociologia do conhecimento de Alfred Schütz, Peter L. Berger e Thomas Luckmann (cf. capítulo 4). Isso não significa que eles não mantinham vínculos com a tradição clássica europeia da sociologia – especialmente as obras

e posições de Georg Simmel e da “tradição compreensiva” alemã (de Wilhelm Dilthey a Max Weber) foram importantes para eles. De forma paralela, eles estavam vinculados a uma escola americana específica de sociologia, que no início do século XX, ou seja, antes da ascensão de Parsons, era considerada a sociologia dominante; aquela que era “a” sociologia americana por excelência e que, por sua vez, havia sido influenciada pela hermenêutica alemã e pelo debate alemão a respeito da compreensão – a “Escola de Chicago”. É por essa razão que a ideia do paradigma interpretativo encontra ali seu ponto de partida.

A partir do final dos anos 1950, as abordagens e seus protagonistas tomaram caminhos diferentes, os quais, no entanto, se cruzam frequentemente e são unidos por vezes – como, por exemplo, na sociologia social construtivista do conhecimento de Peter L. Berger e Thomas Luckmann –, desembocando em amplas avenidas. Em especial, as seguintes abordagens serão apresentadas:

- No segundo capítulo, estão reunidas as posições da Escola de Chicago, as quais representam importantes fundamentos do paradigma interpretativo. Trata-se de uma sociologia que esteve diretamente ligada aos argumentos filosóficos do *pragmatismo* – associados aos nomes de Charles S. Peirce, William Morris e John Dewey. Os representantes mais importantes da Escola de Chicago são *William I. Thomas*, *Robert E. Park* e *Edward Hughes*.
- O terceiro capítulo apresenta as novas ligações com a tradição da Escola de Chicago, surgidas nos anos 1950 e início dos anos 1960. A psicologia social de *George Herbert Mead*, desenvolvida em Chicago, desempenhou um papel fundamental para os desdobramentos do pragmatismo na sociologia. A base teórica do *interacionismo simbólico* de *Herbert Blumer* foi o ponto de partida para isso. Concepções mais específicas podem ser encontradas no *Labeling appro-*

ach ou na *teoria do etiquetamento social* (Howard Becker), nas *análises de processos coletivos de interpretação* (Joseph Gusfield) e na “teoria fundamentada”, também “grounded theory” (Anselm Strauss). Estudos recentes tratam, dentre outras coisas, de diferentes campos de organização social, combinando o *interacionismo simbólico* com outros paradigmas teóricos.

- Sob a influência de *Alfred Schütz*, em meados dos anos 1960, *Peter Berger* e *Thomas Luckmann* publicaram um fundamento teórico da sociologia do conhecimento, retomando muitas ideias das abordagens mencionadas e as combinando com outras tradições sociológicas no intuito de ofertar um programa de teoria sociológica consistente. No mundo de língua alemã, esse braço do paradigma interpretativo continua sendo desenvolvido na sociologia hermenêutica do conhecimento. As respectivas abordagens e estudos serão discutidos no quarto capítulo.
- A partir dos anos 1950, *Harold Garfinkel* desenvolveu outra conexão com a fenomenologia de Schütz por meio da *etnometodologia*, fornecendo uma resposta original, estritamente empírica, ao problema da “ordem social”, que Parsons concebeu como objeto da sociologia. Encontramos desdobramentos dessa teoria na *análise da conversação*, nos *estudos sobre ciência* e nos *estudos sobre trabalho*. Esse é o tema do quinto capítulo.
- A sociologia de *Erving Goffman* é frequentemente associada à tradição do interacionismo simbólico. Embora ela certamente tenha afinidades com essa tradição, a sua “sociologia da ordem interacional” é apresentada de forma separada em um sexto capítulo, dada a sua originalidade e sua tônica independente.

Ao final, será realizado um breve resumo da importância atual do paradigma interpretativo.

Exercícios

- Quais são os dois pressupostos básicos a partir dos quais os representantes do paradigma interpretativo fizeram oposição à sociologia vigente dos anos 1950?
- O que significam o *paradigma normativo* e o *paradigma interpretativo* e quais são suas diferenças?
- Usando um exemplo de sua própria escolha, explique o papel das interpretações das situações para as ações dos sujeitos.
- Por que as abordagens do *paradigma interpretativo* apresentam especial afinidade com os métodos de pesquisa qualitativa da sociologia?

2

A ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO

A primeira coisa que os estudantes de sociologia precisam aprender é observar e registrar suas observações; ler e depois selecionar e registrar os dados que surgem como resultado de sua atividade de leitura; em suma, organizar e utilizar suas próprias experiências (Park & Burgess, 1924, p. v, referido em Christmann, 2007, p. 95).

A CHICAGO SCHOOL OF SOCIOLOGY (Escola de Sociologia de Chicago) configura um contexto de trabalho sociológico na Universidade de Chicago que desempenhou um papel de liderança nas primeiras décadas do século XX e continua a fazê-lo nos dias de hoje, combinando fundamentos teóricos do paradigma interpretativo com pesquisa social empírica (qualitativa) no contexto das grandes metrópoles. Para entender essa escola de sociologia, suas preocupações, seus problemas e suas abordagens, é importante conhecer o contexto histórico do seu trabalho. Por essa razão, isso será abordado a seguir, no subcapítulo 2.1. Os fundamentos teóricos, bem como os exemplos de estudos empíricos da sociologia de Chicago, serão o tema do subcapítulo 2.2, seguido de um breve balanço de sua relevância (subcapítulo 2.3).

2.1 Um experimento social e cultural

Desde, aproximadamente, a década de 1930, os Estados Unidos se encontravam em uma grande convulsão e transformação. Muitos milhões de emigrantes europeus foram em busca da felicidade no “novo mundo”, onde, após a guerra civil, a economia se expandiu como em nenhum outro lugar. O que acontecia ali era uma experiência social gigantesca, em ensaio clínico aberto, mas naturalmente sem controle das condições de laboratório e sem garantias:

Em comparação com todas as sociedades europeias, a estrutura social e a cultura política dos EUA se desenvolveu a partir de outros contextos: em primeiro lugar, o fato da imigração e da colonização de um país vasto e pouco povoado por puritanos ingleses; todos os fluxos migratórios que ocorreram mais tarde da Europa e da Ásia, das culturas católica, judaica ou asiática, por mais numerosos que fossem, só podiam modificar o caráter puritano ético dessa sociedade, adaptando-se a ela, mas não eliminando-a. [...] Nos anos de 1920, ocorre uma forte tensão na cultura americana entre as normas éticas puritanas de piedade, abstinência, aquisição e respeitabilidade da velha América e as tendências urbano-industriais da vida moderna. Os “Roaring Twenties” (“Loucos Anos Vinte”) foram um período incrível de crescimento econômico e prosperidade – as cidades cresceram e desenvolveram sua estrutura típica de subúrbios empresariais e residenciais, bairros brancos e negros, surgiram os “panoramas urbanos” das cidades – a sociedade de consumo de massa tornou-se uma realidade; a imigração em massa, a industrialização, a concentração de capital e a urbanização moldaram as condições sociais. [...] Isto não só resultou em grandes diferenças de renda, poder e prestígio e, portanto, em uma grande injustiça social, mas também erodiu os padrões morais na economia; corrupção, suborno, repressão violenta do movimento operário e dos negros não foram raros (Mikl-Horke, 1997, p. 163).

Entre 1870 e 1900, o número de trabalhadores industriais no país aumentou de 6 milhões para 18 milhões, em apenas trinta anos; em 1910, esse número tinha aumentado para 25,7 milhões.¹⁴ Também o número de habitantes aumentou rapidamente, subindo de 20 milhões para 60 milhões de americanos entre 1870 e 1890. Os novos migrantes europeus foram responsáveis por um terço desse crescimento, se tornando uma parte significativa; eles constituíam a maioria da população, especialmente nas grandes cidades em rápido crescimento. Também a migração interna de afro-americanos vindos do sul agrícola em direção às cidades industriais em expansão, que aumentou acentuadamente a partir de 1890, mudou a paisagem social dos Estados Unidos. Os efeitos secundários negativos da rápida industrialização e do crescimento incluíram más condições de trabalho, baixos salários e diferentes formas de miséria, contra os quais, por sua vez, vários movimentos sociais, como também leis trabalhistas e sociais, reagiram. O trabalho infantil foi proibido e permitido novamente; limites máximos para o horário de trabalho diário foram estabelecidos e revogados, ao passo que os valores da classe média protestante faziam oposição aos modos de vida dos novos imigrantes:

No debate sobre imigração e sobre a questão racial, a maioria dos reformadores se comportou de todas as formas, menos liberal e progressista. Muitos progressistas não apenas exigiram veementemente que os imigrantes fossem “americanizados” o mais rápido possível, o que ameaçava destruir sua identidade étnico-religiosa, mas também se colocaram na frente de batalha como defensores das restrições de imigração. Eles viam isso como a única maneira de evitar graves conflitos sociais e encargos financeiros insustentáveis, causados pela superlotação

¹⁴ Mais informações sobre esse tema e o que será abordado mais adiante, ver Heideking (1999, p. 199; 252).

das cidades com “lixo humano” (*human garbage*). [...] O termo “nova imigração”, assim como foi denominada a imigração em massa do final do século XIX e início do século XX, foi associada à rejeição e ao preconceito, visto que os recém-chegados da Itália, a monarquia dos Habsburgos e o império czarista [...] eram considerados menos adaptáveis e menos predispostos à assimilação do que os “velhos” imigrantes da Europa Ocidental e da Escandinávia (Heideking, 1999, p. 253).

Nos “anos dourados da década de 1920”, a primeira sociedade moderna de consumo de massa surgiu no contexto de outro *boom* econômico sem precedentes. Nessa sociedade, as mais variadas formas de entretenimento adquiriram um valor social até então desconhecido, contra o qual a Lei Seca (a proibição da produção e venda de bebidas alcoólicas) de 1919 provou ter efeito ínfimo. No final da década de 1920, a crise econômica mundial traria, então, um fim (temporário) inesperado a esse desenvolvimento.

O desenvolvimento de Chicago é um exemplo de todas as tendências mencionadas acima – enquanto consistia em 1820 apenas de um acampamento do exército com poucos assentamentos, 80 anos mais tarde já havia se tornado a segunda maior cidade dos Estados Unidos, com 1,7 milhão de habitantes (Schmidt & Rodenberg, 2006). A razão para essa expansão incrivelmente rápida havia sido a vinda de migrantes da Europa, que desembarcaram na metrópole industrial em ebulição em busca de trabalho e formaram uma mistura populacional explosiva. A situação em Chicago naquela época, especialmente em relação aos “Roaring Twenties” – um *slogan* comum da época fazendo referência ao despertar sociocultural nos Estados Unidos – pode ser compreendida como uma selva, na qual imigrantes dos mais diversos países europeus e uma proporção cada vez maior de afro-americanos conviviam de forma mais ou menos pacífica. Não é coincidência que Chicago seja a cidade das grandes figuras de gângsteres, com o

lendário Al Capone bem à frente, que subverteu as leis de proibição, forneceu ilegalmente bebidas alcoólicas à população e também controlou o mercado da diversão:

Chicago se diferenciava de cidades como Detroit e Filadélfia, entre outras coisas, por atender às necessidades de sobrevivência de todas as classes sociais e grupos étnicos em um grau extremo. Chicago foi considerada uma cidade “aberta” com uma forte cooperação entre políticos, polícia e o submundo. Certamente não foi coincidência que anti-heróis e vilões suspeitos, como o prefeito “Big” Bill Thompson ou o chefe mafioso Al Capone, tenham encontrado seu campo de atividade em Chicago e não em nenhuma outra cidade. Nem foi coincidência que a proibição do álcool em janeiro de 1920 não tenha prejudicado a vida noturna de Chicago, mas, sim, [...] agitado imensamente. Em poucos meses após a promulgação da lei, estima-se que havia 20.000 estabelecimentos em Chicago vendendo álcool ilegalmente, desde clubes noturnos de alta classe até bares clandestinos decadentes (*speakeasies*) (Jost, 2003, p. 56).

Após um grande incêndio em 1871, que destruiu grande parte da cidade, houve uma ampla reconstrução, na qual foram construídos os primeiros arranha-céus. Chicago tinha uma localização favorável em relação aos meios de transporte, estando situada no ponto de encontro entre as principais linhas ferroviárias do país. “Porkopolis”, a “metrópole do porco”, viria a se tornar a sua marca devido à expansão do comércio de grãos e da pecuária, que, juntamente com a produção e o transporte de aço, moldaram a paisagem urbana de Chicago e influenciaram a vida dos trabalhadores.

A Feira Mundial de 1893, realizada com o objetivo de melhorar a imagem da cidade, pouco pôde mudar esse fato. Não apenas os famosos e notórios matadouros, mas também seu odor e o abatimento em

massa de animais, capturados de forma magnífica no romance crítico social *O pântano*, ou mais tarde *A selva* (*The Jungle*), de Upton Sinclair (2000; 2012), de 1906, ficaram na memória de seus visitantes como a característica mais peculiar. Sinclair, que havia trabalhado durante várias semanas nos abatedouros de Chicago e pesquisado pela região para seu romance, ilustrou um quadro assustador da subestrutura da economia em expansão, na qual 20.000 pessoas trabalhavam.¹⁵ Ele descreve as tentativas de uma família de imigrantes agrícolas da Lituânia de sobreviver na selva da cidade grande e nos matadouros. A descrição dramática do processamento da carne é suficiente para passar uma imagem fiel das condições. Nos vários acidentes, frequentemente um ou outro trabalhador desaparecia na cuba de carne. E as escandalosas condições de trabalho refletiam as condições de vida. O romance de Sinclair, que por seu compromisso socialista, em certa medida explícito, foi mantido na tradição de narrativas realistas socialmente críticas, causou uma grande agitação pública, abrindo espaço para uma legislação que viria frear os piores excessos da produção de carne.

A forte separação espacial dos diferentes grupos étnicos – entre eles muitos alemães, irlandeses, escandinavos, italianos, russos, poloneses, gregos, húngaros – era um fato característico para uma cidade como Chicago, marcada pela imigração (Drake & Cayton, 1993, p. 8). Esses grupos se concentraram, inicialmente, cada qual em seus próprios bairros e ruas, antes que se misturassem nas gerações seguintes no “caldeirão cultural”, com exceção do grupo de poloneses e italianos. Eles viviam e trabalhavam em condições precárias, eram apoiados por várias instituições de assistência social desde o final do século XIX, enquanto outros aproveitavam a sua nova riqueza e faziam da cidade um centro de diferentes tipos de diversão. Chicago era considerada, portanto, como uma cidade “negra”, ou seja, pobre

¹⁵ *A Heilige Johanna der Schlachthöfe* (*Santa Joana dos matadouros*), de Berthold Brecht, também aborda esse tema.

e feia, e uma cidade “branca”, esta última aludindo ao lema da Feira Mundial (“White City”), com seus numerosos novos edifícios em estilo renascentista, que deveriam representar a Chicago do futuro e, ao mesmo tempo, ser uma expressão da sua alta cultura vibrante – pois “cultura” não era algo que os líderes da cidade quisessem chamar as diversas diversões “baratas” e “desonestas” do povo (simples), ou seja, os bares, os teatros das avenidas, os salões de dança e os bordéis, considerados uma pedra no sapato pelos movimentos reformistas:

A Chicago da virada do século parecia ser para muitos de seus visitantes uma cidade de excessos – de enorme energia, ambiciosa e, ao mesmo tempo, cheia de depravação. Era um lugar onde toda a força e violência da industrialização pode ser vivenciada sem ser amortecida pelos amortecedores sociais e culturais das estruturas e tradições herdadas. A transformação fundamental dos Estados Unidos de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbana aconteceu na história de Chicago como um drama do crescimento brutal e da constante modernização. Como um ímã, a cidade atraiu milhares de imigrantes dos arredores do país e de todas as partes da Europa, transformando-se de forma radical e expandindo-se constantemente num processo constante de demolição e reconstrução. Escurecida pela fumaça das chaminés de centenas de fábricas, Chicago parecia a personificação da feiura urbana: uma cidade com um fedor insuportável [...]. Não menos extrema era Chicago em seus contrastes sociais: enquanto as condições de moradia nos bairros da classe trabalhadora chocavam os observadores de todas as orientações políticas, a vanguarda dos arquitetos trabalhava nos primeiros arranha-céus para uma clientela pequena e rica. Os contrastes de classe não poderiam ter sido maiores: uma elite econômica e cultural predominantemente anglo-saxônica contrapunha uma massa de imigrantes de primeira ou

segunda geração que não falavam inglês. Chicago era a capital do crime, um foco de corrupção, constantemente abalada por escândalos políticos [...]. Mas Chicago era também o centro de movimentos de protestos radicais, organizações de trabalhadores e movimentos de reforma progressista. E finalmente, Chicago foi a cidade do mecenato intelectual, o qual se orientava pelos príncipes mercantes da Renascença italiana e buscava mostrar, no intuito de representar o seu próprio poder financeiro, o potencial da cidade através da criação de uma variedade de instituições culturais (Ickstadt, 2006, p. 103).

Numerosas greves, manifestações em larga escala e disputas sobre as condições de trabalho moldaram a vida política, mas também conflitos raciais, especialmente o ódio racial dos brancos pelo crescente número de negros, que culminou em surtos de violência em 1919. Após o fluxo de imigrantes europeus ter cessado com a Primeira Guerra Mundial, o número de afro-americanos imigrantes do Sul cresceu bastante nos Estados Unidos. Eles se estabeleceram no sul da cidade, no “Cinturão Negro”. Por volta de 1940, eles eram a principal minoria étnica local, com mais de 330.000 pessoas (Drake & Clayton, 1993). Isso não fica apenas evidente pela presença vibrante do *jazz*, mas também pelas muitas, em certa medida, extravagantes atividades de diversão:

O *jazz* uniu em som e ritmo muitos momentos da postura em relação à vida daquela época: desenraizamento social, afastamento da família, adaptabilidade rápida, alegria hedonista de desfrutar, vontade de viver sem compromisso, liberdade pessoal e luta pelo sucesso no espaço do entretenimento urbano. [...] Para os convidados brancos, por outro lado, significava uma emoção especial estar numa atmosfera do proibido (gin e maconha), do infame (*performances* sexuais) e do exótico (gírias, música “estrangeira”) (Schmidt, 2006, p. 41).

Por outro lado, o fluxo afro-americano não consistiu apenas na expressão violenta do racismo, mas também na formação e expansão de um enorme gueto negro, descrito de forma detalhada, em 1945, por Drake e Cayton como *Black Metropolis. A Study of Negro Life in a Northern City* (*Metropole negra. Um estudo da vida negra em uma cidade do Norte*), em um estudo dentro da tradição da Escola de Chicago. Inicialmente, na segunda metade do século XIX, foi criado o “Cinturão Negro”, no qual, porém, a partir de 1914, a parte negra da população, que estava em constante crescimento, não tinha mais espaço; sua expansão levou, em 1919, aos conflitos raciais de cinco dias, nos quais pelo menos 38 negros foram mortos¹⁶ (Drake & Cayton, 1993, p. 65; 174):

Foram travadas batalhas campais nas ruas do *Black Belt* (Cinturão Negro). Negros foram jogados de bondes e espancados; gangues de bandidos vagueavam pelo bairro negro, atirando de forma aleatória. Em vez dos atentados ocasionais de dois anos atrás, este foi um *pogrom*. Mas os negros revidaram. Ataques e represálias foram particularmente amargos por todos os lados na fronteira oeste e sul entre os bairros irlandeses e o Cinturão Negro (Drake & Cayton, 1993, p. 66).

Em seu estudo, Drake e Cayton deixam claro quão diferenciadas eram não apenas as estruturas social e ocupacional, mas também as normas e os valores dos negros do “gueto”, embora representassem em especial uma coisa na percepção dos brancos: o “problema social número 1”, dando motivo para o surgimento de um possível “Adolf Hitler de Chicago”, que seduziria a população urbana branca com promessas de “higienização”. Alguns anos mais tarde, os afro-ame-

¹⁶ Não será possível, aqui, entrar nas amplas análises referentes aos problemas de segregação étnica, da estrutura social e ocupacional diferenciada dos negros, de suas posições na vida profissional urbana, da criminalidade e da vida no gueto.

icanos foram, no entanto, substituídos como problema número 1, na percepção pública “dominada pelos brancos”, pelo cenário dos gângsteres, sendo que a segunda metade dos anos 1920 também provou ter sido a era das “vacas gordas” para a população negra (Drake & Cayton, 1993, p. 77).

Em suma, a situação em Chicago à época pode ser descrita como um caldeirão de bruxas, no qual se deram novas e extremas desigualdades sociais, confrontos entre os mais diversos grupos e valores étnico-culturais, potencial criativo e contrastes entre os conceitos morais oficiais e a vida cotidiana atual, bem como a busca de trabalho e diversão – uma cidade que foi feita para debates e movimentos de reforma social de todos os tipos. Foi provavelmente por tais razões que o pensador clássico da sociologia urbana de Chicago, Robert E. Park, descreveu a cidade, em 1929, como um “laboratório”, que havia sido criada pelo homem e que agora estava recriando o homem: “Assim, de forma indireta, e sem nenhuma clareza sobre a natureza do seu trabalho, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo. É um pouco nesse sentido e um pouco nessa relação que podemos pensar a cidade como um laboratório social” (Park, 1952a, p. 73).

2.2 A principal escola de sociologia norte-americana de seu tempo

Não parece exagero dizer que durante cerca de vinte anos, desde a Primeira Guerra Mundial até meados dos anos 1930, a história da sociologia nos EUA pode ser escrita em grande parte como a história do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Durante esses anos, o departamento deu o tom geral das pesquisas sociológicas, publicou a única grande revista da disciplina e treinou a maioria dos sociólogos que deixaram uma marca na profissão e que assumiram a presidência

da Sociedade Americana de Sociologia. Seus membros escreveram as monografias e os livros didáticos mais influentes (Coser, 1978, p. 311).

A Escola de Chicago foi fundada no contexto dos processos de reforma social e de pesquisa de problemas sociais surgidos nos contextos descritos acima, a qual estava, inicialmente, bastante orientada na solução de problemas práticos. Isso será explicado, a seguir, no subcapítulo 2.2.1. Em relação aos seus pressupostos básicos, ela se baseou em importantes fundamentos filosóficos do pragmatismo norte-americano – esse é o tema do subcapítulo 2.2.2. Na sequência (2.2.3), serão apresentados importantes pressupostos e exemplos de estudos da tradição sociológica da Escola de Chicago, em sentido restrito.

2.2.1 Gênese da disciplina e reformas sociais: o contexto de surgimento

O pensamento sociológico se estabeleceu, oficialmente, nos Estados Unidos no final do século XIX, após uma história de cerca de cem anos de seminários e pesquisas relacionadas à sociologia.¹⁷ William Graham Sumner (1840-1920), por exemplo, ministrou seus primeiros seminários de sociologia em Yale, em 1875, e logo os seminários nessa nova disciplina substituíram gradativamente os currículos estabelecidos de filosofia moral ou história do espírito (Coser, 1978). As influências europeias de Auguste Comte (1798-1857) e Herbert Spencer (1820-1903) foram muito importantes.¹⁸ No entanto, a sociologia foi introduzida desde o início com uma ênfase claramente diferente do que no contexto europeu, a saber, diretamente como uma “ciência prática”, isto é, como um meio de lidar com

¹⁷ Ver Coser (1978), sobre a gênese da sociologia nos Estados Unidos, e as contribuições de Calhoun (2007).

¹⁸ Sobre os trabalhos de Comte e Spencer, ver Brock *et al.* (2007).

os problemas urgentes, que tinham surgido como resultado do desenvolvimento acelerado dos Estados Unidos.¹⁹

Influências religiosas, motivações e origens familiares desempenharam um papel central nesse processo. As ciências sociais eram o “sacramento mais sagrado, disponível para o homem”, escreveu Albion Small, um dos fundadores da sociologia nos Estados Unidos (como referido em Coser, 1978, p. 283). Na virada do século XIX para o século XX, muitos desses sociólogos eram próximos ao movimento protestante de reforma social, especialmente ao movimento protestante gospel social. Este foi um movimento intelectual que por motivos cristãos se dedicou a enfrentar os problemas mais urgentes, que haviam surgido com as mudanças sociais descritas acima: pobreza, miséria e a situação das pessoas simples, que foram esmagadas pelo *boom* econômico (Coser, 1978). Uma das primeiras cátedras de sociologia foi criada na Universidade de Columbia (Nova York) em meados da década de 1890. Na justificativa para a sua criação, a posição da sociologia norte-americana é exemplificada de forma clara:

“Está ficando cada vez mais evidente que o progresso industrial e social está colocando a comunidade moderna frente a frente com questões sociais da maior magnitude, cuja solução exigirá o melhor estudo científico e o esforço prático mais honesto. O termo ‘sociologia’ [...] inclui um grande número de temas, que são de grande interesse aos homens no momento atual. A abordagem eficaz dos problemas sociais exige que eles sejam tratados tanto de forma teórica, como concreta”. O instituto recém-criado “proporcionará estudos profundos da sociologia filosófica ou geral e de questões sociais práticas ou concretas em sua relação com os princípios sociológicos [...] serão oferecidos

¹⁹ Herbert Spencer, na Inglaterra, Auguste Comte e mais tarde Émile Durkheim, na França, também desenvolveram suas ideias com referência direta aos problemas e conflitos sociais de seu tempo, embora de uma forma muito mais abstrata e apresentando diferentes níveis de abstração.

cursos especiais de ensino sobre a pobreza, leis para os pobres, métodos de caridade, crime, penalologia e ética social” (Frankling Giddens, como referido em Coser, 1978, p. 287).

Por volta de 1900, os sociólogos começaram a se diferenciar entre aqueles que queriam continuar a trabalhar com a análise direta e a solução prática de problemas sociais e aqueles que, dali em diante, desejavam desenvolver a sociologia como ciência acadêmica geral dos fenômenos sociais e que se empenhavam por uma forte ancoragem universitária dessa perspectiva. A Universidade de Chicago foi fundada em 1892 e logo se transformou em uma das universidades mais importantes do mundo. Em seu ano de fundação, o primeiro departamento de sociologia dos Estados Unidos foi criado no *campus* de Chicago; as posições ali desenvolvidas foram rapidamente consideradas líderes mundiais.

A mais importante figura da criação da sociologia de Chicago foi Albion W. Small (1854-1926), o qual havia dado início ao *American Journal for Sociology*, em 1885, e se tornado cofundador da *American Sociological Society*, em 1895. Embora uma ampla gama de posições sociológicas e estratégias de pesquisa estivesse representada em Chicago, incluindo tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, uma configuração específica de pessoas e posições ficou marcada na história da sociologia sob o nome de Chicago School of Sociology (Escola de Chicago), a qual não contava com todos os antigos sociólogos de Chicago.²⁰ As figuras centrais nessa configuração foram William I. Thomas e Robert E. Park e, mais tarde, seu aluno Everett C. Hughes.

Thomas e Park haviam estudado, entre outros lugares, na Alemanha – as universidades alemãs eram consideradas na época as melhores ins-

²⁰ Sobre o desenvolvimento da Escola de Chicago, ver Bulmer (1984). Uma boa visão geral das pessoas e cargos pode ser encontrada em Pragmatism Cybrary (2022). Lindner (1990) fornece em seu estudo *Die Entdeckung der Stadtkultur. Soziologie aus der Erfahrung der Reportage (A descoberta da cultura da cidade. Sociologia a partir da experiência da reportagem)* uma introdução bastante útil sobre a sociologia de Chicago.

tituições educacionais do mundo – e lá conheceram diferentes tradições de pensamento. Essas incluíam a psicologia cultural (*Völkerspsychologie*) de Wilhelm Wundt, a hermenêutica de Wilhelm Dilthey, as obras sociológicas de Georg Simmel e a sociologia compreensiva de Max Weber. Precisamente Simmel, com suas análises da vida na cidade grande foi – especialmente para Robert E. Park – um autor influente. Na virada do século, as traduções dos ensaios de Simmel foram publicadas no *Chicago American Journal for Sociology*. Do mesmo modo, obras e conceitos centrais de Émile Durkheim ou Gabriel Tarde, entre outros, foram introduzidos e usados para fornecer à nova disciplina da sociologia uma ampla base e uma rede teórica reconhecida.

Publicada em 1921, por Robert E. Park e Ernest W. Burgess, a obra *Introduction to the Science of Sociology (Introdução à ciência da sociologia)* (Park & Burgess, 1924), que havia sido rapidamente distribuída, tornando-se muito influente, reúne em uma combinação de apostila com textos teóricos dos autores quase toda a amplitude do conhecimento sociológico e referências importantes da época. No entanto, o livro, que ainda hoje impressiona e cuja leitura traz muitos benefícios, faz mais do que isso: ele ilustra, também, por meio da sua estrutura e das contribuições dos autores, os principais fundamentos do entendimento (de Robert Park e Ernest Burgess) da sociologia de Chicago sobre a sociologia.

Assim como Georg Simmel em Berlim, sociólogos de Chicago (e poucas sociólogas) estavam interessados na vida da cidade grande. Ao contrário de Simmel, porém, eles não estavam tão interessados na experiência geral da vida na grande cidade, mas, sim, na relação entre diferentes grupos étnicos e diferentes culturas na metrópole em expansão, a qual eles pesquisaram em diversos estudos de caso (cf. adiante), muitas vezes com uma abordagem multimétodo.

Eles estavam menos interessados nas grandes teorias e mais em lidar com questões muito concretas sobre as experiências, os conflitos e as inovações da vida da grande cidade, incluindo as possibilidades e os limites de influenciá-las pelos movimentos de reforma social e

política. Já em 1889, Jane Addams (1860-1935), que mais tarde ganhou o Prêmio Nobel da Paz, fundou juntamente com sua amiga Ellen Gates Starr uma organização de apoio aos imigrantes nas periferias de Chicago, a “Hull House”, onde eram realizados trabalhos de aperfeiçoamento moral e político, serviços educacionais e culturais e outros tipos de assistência. A Hull House foi um exemplo paradigmático do amplo movimento de assentamento (*Settlement Movement*) e de uma abordagem reformista dentro do serviço social, que se concentrava no trabalho comunitário direto com grupos-alvo locais:

Os *settlements* eram casas de acolhimento e abrigo criados por assistentes sociais nos bairros tidos como problemáticos da cidade, a fim de fazer surgir uma espécie de centro de comunicação para os moradores de bairros pobres. O serviço social não era concebido como uma intervenção externa, realizada por pessoas que viviam suas próprias vidas em segurança e prosperidade, distantes da realidade de seus usuários e que definiam esse contato meramente como profissional. As casas ofereciam atividade gratuita em grupos de interesse para membros de diferentes nacionalidades, trabalhadoras etc., e ofereciam de forma opcional a possibilidade do acompanhamento social por parte dos assistentes sociais (Joas, 1980, p. 28).

Daí também resultaram, de forma crescente, iniciativas políticas para a melhoria da situação de moradores da periferia, as quais foram formuladas com base em estudos sobre a situação de vida dos migrantes e com as quais os reformadores sociais, bastante engajados, deram origem à sociologia da Escola de Chicago:

No seu auge, a Hull House era um enorme complexo de 13 edifícios [...]. Foi principalmente graças ao trabalho de Florence Kelley, que traduziu os trabalhos de Friedrich Engels e que zombou das Tea Parties (festas do chá) e do

aperfeiçoamento moral na Hull House, que a luta pela abolição do trabalho infantil, a construção de sindicatos e o estabelecimento de um serviço público de saúde ganhou centralidade. Para desgosto das autoridades, Kelley pesquisou a exploração nas empresas (*sweatshops*), especialmente na indústria do vestuário, e publicou os famosos *Hull House Maps and Papers*, com Jane Addams, cujos estudos de campo tiveram um grande impacto na escola de sociologia urbana de Chicago (Schmidt, 2006, p. 28).

É certo que o engajamento da classe média alta, que estava ali organizada, mirava, principalmente, na “higienização moral” do modo de vida dos imigrantes e na integração dos diferentes grupos étnicos. No entanto, em seu livro *The Spirit of Youth and the City Streets (O espírito da juventude e das ruas da cidade)*, publicado em 1907, Jane Addams havia compreendido, com grande intuição sociológica, o sentimento de “perda das origens e de desorientação” dos imigrantes na grande cidade de Moloch e, em 1892, ela dava publicidade às tarefas de uma “sociologia do assentamento” em palestras acadêmicas²¹:

Com mais sensibilidade do que outros, ela reconheceu na ascensão da nova cultura popular a expressão de necessidades e desejos genuínos, embora grotescamente distorcidos e criativos, especialmente de crianças imigrantes, para escapar das exigências insensatas de uma cultura étnica importada e agora sem raízes. O sofrimento da puberdade, a monotonia opressiva do trabalho de fábrica, o desejo secreto de uma vida de liberdade pessoal e realização – tudo isso foi intensificado e pervertido pelos encantos sensuais da grande cidade: “os salões de dança com jovens fúteis e despreocupados, numa busca incessante pelo prazer,

²¹ Sobre as conexões entre os movimentos de reforma, o serviço social e a antiga sociologia nos Estados Unidos, ver Lengermann e Niebrugge (2007, p. 65).

eram apenas um pobre substituto das danças populares antigas realizadas no vilarejo, das quais todos os mais velhos participavam” [...]. O que faltava eram meios mais sinceros e autênticos de expressar a individualidade e a criatividade coletiva (Ickstadt, 2006, p. 118).

Jane Addams trabalhou mais tarde com sociólogos de Chicago, mas sem fazer parte do quadro de funcionários da universidade. Diversas mulheres participaram de forma ativa da área da sociologia dos assentamentos, combinando perspectivas sociológicas com os compromissos da reforma social e com a assistência social. Elas viam a solução dos problemas causados pela situação migratória como a principal tarefa da formação da sociedade na virada do século. Alguns dos representantes da filosofia e sociologia de Chicago, que serão apresentados mais adiante, também estiveram envolvidos no ambiente da Hull House, como, por exemplo, George Herbert Mead, que foi tesoureiro (Joas, 1980, p. 28). No entanto, nas lutas disciplinares de criação e distinção entre a sociologia universitária, a sociologia dos assentamentos e o serviço social, a sociologia acadêmica tornou-se a “ciência masculina”, enquanto as mulheres eram associadas às disciplinas supostamente “inferiores”, ou seja, ao serviço social e ao “assentamento”. Nesse sentido, também, aqui, ocorreu uma forma clássica de homogeneização de gênero:

Nestes primeiros anos, as mulheres assumiam um papel na sociologia de Chicago, mas essa participação começou a diminuir à medida que o século virava. [...] Deegan e outras historiadoras feministas [...] argumentam que as sociólogas eram sistematicamente segregadas, direcionadas para os campos vizinhos da ciência doméstica e do bem-estar social, ou relegadas a papéis subordinados nos projetos dos homens [...]. Os anos 1920 parecem ser a chave para esse processo de formação disciplinar de

gênero: esta foi a década em que o bem-estar social foi transferido definitivamente do departamento de sociologia para a Escola de Administração de Ciências Sociais, na qual se manteve isolado [...] (DeVault, 2007, p. 159).

Também na “Introdução à ciência da sociologia” de Park e Burgess, a superioridade das ciências acadêmicas em relação aos reformadores sociais é apresentada de forma programática logo no início: “A sociologia, na medida em que pode ser considerada como uma ciência fundamental e não um mero amontoado de programas e práticas de bem-estar social, pode ser descrita como a ciência do comportamento coletivo” (Park & Burgess, 1924, p. 42).

Entretanto, a separação da sociologia do movimento reformista não significou um afastamento de seus temas ou objetos. O que mudou foi mais a maneira de lidar com isso. Em vez de uma perspectiva voltada à solução imediata de problemas, surgia a necessidade de se compreender o comportamento dos habitantes da cidade de uma maneira imparcial, buscando conhecer sua visão das coisas. A tarefa da sociologia seria, portanto, realizar análises empíricas, que fornecessem novas perspectivas sobre os fenômenos sociais – e, assim, também sobre questões sociais. Só recentemente, Howard S. Becker, que vem da tradição de Chicago, confirmou esta posição: a sociologia é mais útil quando se distancia das noções sociais de “utilidade” e segue seu próprio caminho.

Assim, a chance de desenvolver novas perspectivas sobre “o conhecido” é maior (Becker, 2003b).²² A realidade complexa da selva urbana era considerada como um lugar de criatividade cultural e inovação, onde eram realizados experimentos com base nas novas formas de convivência, as quais, por sua vez, precisavam ser exploradas. E isso não excluía, de forma alguma, o envolvimento em questões político-sociais.

²² Cf. subcapítulo 3.2.

2.2.2 O modelo de ação do pragmatismo

A sociologia de Chicago não estava sozinha nas considerações mencionadas acima. Em vez disso, pôde recorrer a uma escola de filosofia com presença em Chicago à época – o pragmatismo –, a qual assumia posições semelhantes. De modo geral, as ideias do pensamento e da ação humana, bem como dos processos sociais, representadas na sociologia e no pragmatismo também eram bastante próximas. Vários filósofos do pragmatismo tiveram contato direto com sociólogos de Chicago. O modelo de ação do pragmatismo apresentado mais adiante é de importância central para as diversas abordagens do paradigma interpretativo, para além da Escola de Chicago.²³

Os principais representantes da filosofia do pragmatismo são Charles S. Peirce (1839-1914), William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), assim como George Herbert Mead (1863-1931), que é apresentado com mais detalhes no capítulo 3. Entre eles e os sociólogos de Chicago houve múltiplos contatos, em parte amistosos e com influências mútuas. John Dewey lecionou em Chicago de 1894 a 1904; George Herbert Mead, o qual tinha estudado anteriormente com William James em Harvard e com Dewey em Michigan, permaneceu no departamento de filosofia da universidade, a convite de Dewey, de 1894 a 1933. Em um fragmento autobiográfico, William I. Thomas sugeriu, por exemplo, que suas ideias sociológicas haviam sofrido menos influência de Dewey do que ao contrário, tendo ele fomentado com suas reflexões a concepção filosófica de Dewey (Baker, 1981).

Evidências mais claras encontramos sobre a influência de Dewey e James no pensamento sociológico de Park, o qual estudou com ambos, se tornando mais tarde amigo de Dewey e realizando projetos jornalísticos

²³ Gross (2007) fornece uma visão atualizada das influências do pragmatismo e da fenomenologia (cf. capítulo 4) sobre o paradigma interpretativo.

conjuntos.²⁴ James, que como muitos outros representantes da filosofia pragmática e da sociologia também havia participado de palestras na Alemanha, defendeu em um artigo intitulado “On a certain blindness in human beings” (“Sobre uma certa cegueira no ser humano”), entre outras coisas, uma “perspectiva compreensiva” nas ciências, que levasse em conta a perspectiva da percepção individual. Ao fazer isso, ele enfatizou que, como regra geral, as pessoas raramente sabem muito sobre como seus semelhantes experimentam o mundo e veem suas vidas. A tarefa de não pressupor que as visões de mundo dos outros são tidas como certas e conhecidas, mas de explorá-las como desconhecidas, tornou-se assim uma tarefa importante e urgente de pesquisa:

A “cegueira” da qual James falou é a cegueira que cada um de nós provavelmente tem a respeito do sentido da vida de outras pessoas. De qualquer forma, o que os sociólogos realmente precisam saber é o que se passa atrás dos rostos dos homens, o que é que torna a vida de cada um de nós monótona ou emocionante (Park, 1950a, p. vi).

James discutiu essa posição em seus seminários, dos quais Park participou. Ele também aconselhou a este último que, como sociólogo, deveria buscar adquirir o máximo de “conhecimento privilegiado” a respeito da sua área de pesquisa, dado o fato de que pessoas de fora nunca compreendem o que está acontecendo em uma situação social: “qualquer entendimento real exige uma participação imagi-

²⁴ Sobre a importância do pragmatismo para a Escola de Chicago e para o interacionismo simbólico, ver Rock (1979), Strauss (1991a) e o trabalho de Hans Joas (1992a). Rock (1979, p. 64) também explica as origens do pragmatismo a partir do estudo da filosofia de Hegel. Apenas alguns desses aspectos poderão ser abordados a seguir. A esse respeito, gostaríamos de fazer referência, especialmente, à semiótica de Charles Sanders Peirce, a qual não será abordada neste livro (Pape, 2004).

nativa na vida dos outros; compreensão exige empatia, assim como observação” (Matthews, 1977, p. 33).²⁵

O pragmatismo é uma filosofia da ação, que se interessa em compreender como as pessoas se aproximam do mundo por meio da ação, como elas abordam os problemas práticos de suas vidas. As pessoas desenvolvem rotinas de interpretação e ação, mas também demonstram criatividade, quando se deparam com perturbações ou imprevistos. Em seguida, eles testam novas interpretações do mundo e estratégias de ação. O pragmatismo é frequentemente classificado como uma filosofia da utilidade. Isso é verdade quando se aplica um conceito bastante amplo de utilidade, referindo-se, com isso, à suposição de que as pessoas se esforçam, nas suas ações, para lidar com tarefas ou problemas, fazendo uso dos meios necessários para isso.

Tomemos, assim, um exemplo simples, que aparece reiteradamente na literatura (Mead, 1969b, p. 242): imagine, por favor, que você está indo dar uma caminhada, mas não está andando por um caminho, e sim atravessando um campo aberto. Você chega a um riacho profundo, que é muito largo para, simplesmente, saltar por cima. Portanto, você está enfrentando um problema muito concreto, pelo menos se não quiser ter sapatos, meias, saias ou calças molhadas. Nessa situação, você provavelmente tentará coisas diferentes, como correr ao longo do riacho para encontrar um ponto mais estreito e pular sobre ele; procurar pedras na água que você possa pisar; procurar nos arbustos por um galho grosso, sobre o qual você poderia se equilibrar, mantendo os pés secos; ou, se tudo não ajudar, basta tirar suas calças e sapatos, ranger os dentes e partir. Com seu conceito de ação, o pragmatismo está interessado em tais

²⁵ A discussão com William James também é importante para os desdobramentos futuros da posição fenomenológica-social de Alfred Schütz (cf. capítulo 4). Sobre James, ver Diaz-Bone e Schubert (1996).

situações criativas de resolução de problemas na sua relação com as formas cotidianas ensaiadas de agir e pensar. Por fim, o importante de tudo isso é que não se trata de uma questão individual, mas, sim, de algo, que sempre acontece no âmbito de um mundo socialmente interpretado, ou seja, um sistema social de símbolos e um cosmo de significado. Diferentemente da filosofia de René Descartes, que se baseia em uma consciência individual e independente do mundo, os pragmatistas enfatizaram os fundamentos sociais da atividade da consciência e os fundamentos sociais da criação e do uso dos sinais.

Na visão dos pragmatistas, não haveria a separação cartesiana da mente e do corpo, pois [...] eles entendiam o pensamento como sendo uma ferramenta que os seres humanos utilizam para lidar e se adaptar aos vários ambientes que enfrentam. O pensamento é apenas uma fase da ação que o organismo humano, como um todo, põe em movimento, de modo que a noção de que mente e corpo são substâncias diferentes se torna insustentável (Gross, 2007, p. 188).

Há principalmente três pressupostos do pragmatismo, que se tornaram importantes para a Escola de Chicago, assim como para o interacionismo simbólico, que surgiu mais tarde: o modelo da ação (e do pensamento) já brevemente apresentado, a ênfase na importância dos processos de comunicação e as reflexões acerca do próprio processo de formação do conhecimento científico. Esses pontos serão agora explicados com mais detalhes.

O modelo pragmatista da ação e do pensamento

É característica do modelo de pensamento e ação do pragmatismo a ênfase dada à estreita relação entre os processos de pensamento (percepção, atividades da consciência) e a ação, a continuidade dos

processos cognitivos de forma paralela às percepções e ações.²⁶ A ação humana é uma sequência de tentativas ou experimentos da ação e da solução de problemas que, se forem bem-sucedidas, são adotadas como rotina, mas, se falharem ou não puderem ser confirmadas, são substituídas por outras ações num processo criativo. Nesse sentido, o critério de ação do pragmatismo pode ser entendido como o de “utilidade”. Isso não está associado de forma alguma a uma posição filosófica chamada utilitarismo, que vê o homem como um ser orientado pela maximização e no cálculo racional de seus próprios benefícios (relação meios e fins). Tal fundamento filosófico é a base da teoria da ação econômica (e sociológica) da escolha racional (Hill, 2002). Essa última pressupõe que os indivíduos decidem agir seguindo certas preferências e assim tentam pesar os custos e benefícios envolvidos e maximizar seus benefícios individuais.

De um ponto de vista pragmatista, o utilitarismo, com suas ideias de objetivos, propósitos, motivos e cálculos, que precedem e orientam a ação, formula um modelo teórico, que corresponde às ações reais das pessoas apenas em raros casos-limite. Por essa razão, a plausibilidade do modelo utilitarista da ação é fortemente contestada.

O pragmatismo se voltou não apenas contra o utilitarismo e seu modelo de ação, mas também contra outra direção psicológica da análise do comportamento humano, conhecida hoje como behaviorismo, que está associada, por exemplo, ao nome de John B. Watson (1878-1958). Em relação ao comportamento e à ação humana, o behaviorismo parte do pressuposto de que esses, assim como o comportamento animal, poderiam ser descritos como um *mecanismo ou relação entre estímulo e reação*. O foco não está tanto nas reações

²⁶ Nesse contexto, encontramos textos importantes, como o ensaio de John Dewey, intitulado “The reflex arc concept”, de 1896, e seu trabalho posterior, chamado *Human Nature and Conduct. An Introduction to Social Psychology* [A natureza humana e a conduta: introdução à psicologia social], de 1922, e a *Experience and Nature* (Experiência e natureza), bem como o ensaio de William James *On a certain blindness in human beings* (Sobre uma certa cegueira no ser humano), publicado em 1889.

inatas ou geneticamente determinadas, mas na aquisição de novos padrões de reação por intermédio da aprendizagem baseada em estímulos-reações em contato com o ambiente.

Em experiências de laboratório com cães, o pesquisador russo e ganhador do Prêmio Nobel Ivan P. Pavlov (1849-1936) havia mostrado que os animais podiam ser induzidos a se comportar de certas maneiras (produzir saliva) a partir da conexão de certos estímulos externos (por exemplo, o toque de um sino) com recompensas (comida) ou punições (choques elétricos). Da mesma forma, considerou-se que o comportamento e as ações humanas poderiam ser analisados e compreendidos com base no mesmo modelo, como uma relação entre estímulos e reações. Um exemplo bastante interessante do possível uso dessa teoria foi o filme *Laranja mecânica*, de 1971, de Stanley Kubrick, baseado no romance de mesmo título de Anthony Burgess, que havia sido publicado cerca de dez anos antes. Ali o protagonista “malvado” é “corrigido” após ser submetido a um procedimento que combina a exibição de filmes e imagens contendo violência excessiva com a aplicação de uma substância que causa náusea. Depois disso, ele passa não só a ter crises de vômito etc. (reação) toda vez que presencia cenas de violência (estímulo) como também quando escuta sua música favorita, a sinfonia de Ludwig van Beethoven – um pequeno efeito colateral, não intencional, do tratamento, no qual as cenas de violência eram apresentadas com fundo musical.

Enquanto o utilitarismo, do ponto de vista do pragmatismo, atribui um “pensar a mais” à ação como pré-requisito, no behaviorismo é um “pensar a menos” ou uma completa renúncia do pressuposto acerca dos processos do pensamento humano, o qual é criticado por filósofos pragmatistas:

Dewey nega que possamos abstrair as ações como compostas sumariamente de fases de estímulo externo, processamento interno dos estímulos e reação externa; ele

contrasta este “modelo de arco reflexo” com a totalidade da ação: a ação constitui primeiro quais estímulos são relevantes no seu contexto (Joas, 1992b, p. 31).

Exatamente entre as duas posições do utilitarismo e do behaviorismo é que os pragmatistas estão localizados, ou seja, seu modelo de ação parte da inter-relação entre pensar e agir nas situações concretas de execução da ação e resolução de problemas. James e Dewey enfatizam os processos constantes, melhor dizendo, os processos interativos de ajuste entre o desempenho da consciência e a ação das pessoas. Assim, os estímulos externos não geram a ação, mas atuam como impulsos para o reajuste permanente dos processos de ação em andamento. James insistia com a ideia de que tanto a consciência quanto nossas experiências do mundo exterior devem ser entendidas como processos que ocorrem de maneira simultânea e que se desenvolvem ao longo das formas de solução de problemas. O sociólogo Anselm Strauss (1916-1996), que vem da tradição do interacionismo simbólico, resumiu muitos anos depois o modelo do pensamento e da ação em sua relevância sociológica, elencando os seguintes pontos:

- tanto as ações quanto as experiências diretamente relacionadas devem ser entendidas como processos em andamento;
- a ação consiste, principalmente, em ações ou hábitos de rotina socialmente incorporados;
- se o fluxo das ações de rotina for perturbado, os estímulos levam à procura por novas formas de agir;
- tais estímulos formam o núcleo em torno do qual as novas rotinas de ação são organizadas;
- isso ocorre porque os estímulos acionam processos cognitivos;

- nesses processos, várias opções de ação são simuladas e experimentadas. Dewey chama esse processo cognitivo de “deliberação”;
- a deliberação – a ponderação (interna ou externa) da análise da situação e das possibilidades de ação – é, portanto, a busca por um modo de agir adequado. Isso implica pensar nas possíveis consequências das ações, ponderar alternativas, refletir sobre a própria autopercepção, explorar novas regras de ação etc. Isso se aplica tanto ao nível da ação individual quanto às diversas formas de ação coletiva (Strauss, 1991a, p. 8).²⁷

O exemplo da situação dos migrantes de Chicago, mencionado acima, ilustra a relevância desse modelo de ação. Após a emigração, estes se encontravam em uma situação complexa de cidade grande, na qual as rotinas de suas vidas anteriores muito pouco – se é que – podiam ajudar. Eles foram forçados a reinventar suas vidas.

Criação de conhecimento (científico)

Não apenas na vida cotidiana, mas também nas ciências, novas formas de pensar surgem de forma bastante análoga a partir do confronto com problemas. Os pragmatistas se voltam, assim, contra uma teoria do conhecimento científico, que parte de uma contraposição absoluta entre a mente (a consciência) e o mundo, a qual foi defendida, por exemplo, por René Descartes. Este último havia tentado encontrar um ponto de partida seguro e estável para pensar e compreender o mundo.

²⁷ O sociólogo alemão Hans Joas, que segue a tradição do pragmatismo, fala de uma teoria da “criatividade da ação”. Ao dizer isso, ele não está se referindo às formas artísticas de expressão, mas toda ação, que busca alternativas diante de rupturas nas rotinas, contém tal momento de criatividade (Joas, 1992e).

De acordo com Descartes, pode-se duvidar de tudo – da existência de outras pessoas, do mundo exterior –, mas não do fato de que se é aquele quem pensa (Precht, 2000).²⁸ Esse é o ponto de partida seguro, a partir do qual, passo a passo, o conhecimento de tudo o que existe fora do “eu penso” deve ser reintroduzido e justificado. Na história da filosofia existe uma longa discussão sobre essa questão, isto é, se essa proposta é realmente convincente. Ela é criticada pela maioria das posições que surgem posteriormente porque Descartes não consegue realmente justificar como se torna possível a aquisição de um conhecimento seguro sobre o mundo desde o ponto de partida, ou seja, como se pode evitar que o eu pensante esteja equivocado sobre a existência do mundo. Os pragmatistas também criticam a abordagem de Descartes. Em particular, acusam-no da artificialidade da situação inicial e, por outro lado, estabelecem um modo de pensar que está ancorado no aqui e agora, em situações concretas, e que tem que lidar com ações igualmente concretas:

Os pragmatistas argumentavam que a mente, a consciência, o pensamento etc. não poderiam ser pensados sem a ação. Ou, dito de outra forma: o pensamento surge primeiramente em situações problemáticas da ação, o pensamento e a ação estão diretamente relacionados um com o outro (Joas & Knöbl, 2004, p. 188).

Dessa forma, a ação no mundo, a questão sobre a possibilidade do seu sucesso, comprovação ou fracasso, ou seja, uma “referência prática ao problema”, torna-se o ponto de partida para o reconhecimento. Aqui, a dúvida está ancorada na situação concreta da ação, a

²⁸ A trilogia de ficção científica *Matrix*, dos irmãos Wachowski, cuja primeira parte foi lançada nos cinemas em 1999, brinca, por exemplo, com tais temas. Ali, o personagem principal masculino, “Neo”, começa a aprender que sua vida, até então assumida como normal e “real”, é apenas um sonho tomado por máquinas, para as quais seu corpo serve de bateria. Ver também Peirce (2004) e Dewey (2004b).

perturbação das rotinas torna-se a porta de entrada para a busca do novo, e não uma oposição mental abstrata imaginada entre o homem e o mundo. Isso se aplica ao processo do conhecimento científico, bem como à formação do conhecimento na vida cotidiana. Assim é que John Dewey escreve ao resumir a sua teoria cognitiva:

O pensamento tem como ponto de partida o que se denominou apropriadamente *uma bifurcação de caminhos*, uma situação ambígua, que apresenta um dilema, que propõe alternativas. Não existe reflexão quando consentimos que nossa atividade mental passe insensivelmente de um assunto para o outro, ou que nossa imaginação se entregue aos seus caprichos. Caso se apresente, porém, uma dificuldade, um obstáculo, no processo de alcançar uma conclusão, precisamos deter-nos. Na suspensão de incerteza, trepamos metaforicamente em uma árvore; procuramos atingir um lugar onde possamos inspecionar outros fatos, e por um descortino mais completo da situação, compreender a relação desses fatos entre si. *A necessidade da solução de uma dúvida é o fator básico e orientador em todo o mecanismo da reflexão.* Quando não se trata de um problema a resolver ou de uma dificuldade a superar, o curso de nossas sugestões flui ao acaso [...]. Mas uma pergunta a responder, incerteza a esclarecer, apresenta um objetivo a nossa reflexão e canaliza em determinado álveo a correnteza das [ideias]. Qualquer conclusão sugerida é verificada em sua relação com esse fim regulador, em sua pertinência ao problema que nos está a interessar. A necessidade de esclarecer uma perplexidade controla também a espécie de investigação a proceder. Um viajante cujo intuito seja escolher um caminho mais belo procurará outros sinais, verificará as sugestões por outra base, diversa da que tomaria em linha de conta se sua intenção fosse saber qual o caminho mais curto para determinada cidade. *A natureza do problema a resolver*

determina o objetivo do pensamento e esse objetivo orienta o processo do ato de pensar. [...] a origem do pensamento é alguma perplexidade, confusão ou dúvida [...] Há alguma coisa que o ocasiona e o provoca (Dewey, 1979, p. 23-24).

Charles S. Peirce formula com seu conceito de “abdução”, no sentido de um *insight* a partir do qual chega-se a algo novo, uma teoria da criatividade dos processos do conhecimento científico, ancorando essa linha de pensamento no campo da construção do conhecimento científico (Reichertz, 2002). Ao contrário da “dedução”, na qual observações concretas são explicadas com base no conhecimento de leis gerais, e da “indução”, na qual uma relação é estabelecida entre um fenômeno concreto e uma “lei” conhecida, a “abdução” refere-se a uma inferência, na qual uma “nova” hipótese interpretativa de um fenômeno é formulada. Os pragmatistas se posicionaram, ao mesmo tempo, contra um conceito objetivo da verdade e, portanto, contra a possibilidade de reconhecer verdades absolutas sobre fenômenos mundanos. A “verdade” vem sempre integrada nas perspectivas humanas seletivas sobre o mundo; a verdade é aquela que funciona tanto no nível do pensamento e da ação individual quanto no nível do “pensamento” e da ação coletiva.

A primazia do social – a importância da comunicação

Portanto, não é coincidência que os pragmatistas – em particular Dewey (1996; 2004a) – enfatizaram a importância da esfera social pública, dos debates e dos processos de comunicação coletiva, os quais acompanham as experiências coletivas com consequências imprevistas para a ação, as perturbações provocadas por elas e os subsequentes processos de busca conjunta por soluções para os problemas: *a sociedade existe através da e na comunicação*. Especialmente, Georg Herbert Mead buscou compreender como os sistemas de símbolos são formados nos processos de interação na história e

como a capacidade de usar símbolos nos processos de interação é adquirida na socialização da primeira infância (cf. subcapítulo 3.1). O pensamento humano, a atividade da consciência, também pressupõe essa capacidade para o uso de símbolos; por essa razão, pode-se falar da origem social da consciência individual. Por causa da integração inevitável do pensamento em processos sociais é que a experiência e a aquisição de conhecimentos fazem sempre parte de processos *sociais* e de maneira alguma (exclusivamente) de processos individuais.

A competência do uso de símbolos tem origem nos sistemas sociais de símbolos, os quais estão, por sua vez, ancorados nos grupos sociais e cuja importância e uso Charles S. Peirce analisou. A autoconfiança e a diversidade dos membros da sociedade são condições para o sucesso da comunicação, caso contrário, ela não seria necessária. A “comunicação” é, portanto, aquela que cria relações, a partir das quais emerge a uniformidade das instituições e os padrões de pensamento de uma sociedade. Logo, para Park e Burgess, Dewey fornece a explicação para o surgimento das “representações coletivas”, das quais falava Émile Durkheim:

A comunicação não envolve apenas a criação, a partir de experiências que são individuais e privadas, de uma experiência que é comum e pública, mas, sim, de uma experiência comum que se torna a base para uma existência comum e pública na qual cada indivíduo, em maior ou menor grau, participa, se tornando ele próprio uma parte. [...] A característica final de um grupo de indivíduos, em seus esforços para comunicar-se, é por outro lado algo objetivo e compreensível, ou seja, um gesto, um sinal, um símbolo, uma palavra ou um conceito, no qual uma experiência ou um objetivo que era privado se torna público. Esse gesto, sinal, símbolo, conceito ou representação, no qual um objeto comum não é meramente indicado, mas num sentido criado, Durkheim chama de “representação coletiva”. A descrição de Dewey do que ocorre na comu-

nicação pode ser feita como uma descrição do processo pelo qual essas representações coletivas passam a existir (Park & Burgess, 1924, p. 37).

Os grupos sociais formam uma estrutura de comunicação e significado comum que, de forma alguma, está livre de contradições; um *universe of discourse* (*universo de discurso*) que se encontra em constante fluxo. Esse “universo de discurso” é a base a partir da qual os processos de ação e experiência de diferentes indivíduos, dentro de um grupo social, podem ser relacionados uns com os outros, ponderados e coordenados entre si. Entretanto, não há apenas um universo discursivo, mas vários, em certa medida, fortemente conflitantes ou concorrentes entre si ou simplesmente existindo lado a lado – a depender da complexidade das respectivas estruturas sociais.

A comunicação pode, portanto, criar conexões, assim como linhas divisórias: “a expressão ‘diferentes universos de discurso’ indica como a comunicação separa, assim como une pessoas e grupos” (Park & Burgess, 1924, p. 423). Nesse sentido, não apenas as formas de pensar, mas também as rotinas de ação, são de natureza social, dado a estreita e indissolúvel relação entre pensamento e ação. O que vale para a ação individual vale também para a ação coletiva. Nesta última estão incluídos processos públicos de comunicação, que são tratados de forma análoga às atividades individuais da consciência e nos quais ocorre a busca experimental pelas soluções de problemas, até a “formação de estados” como um “processo experimental” com vistas à solução de problemas da ação, o qual também tem que ser iniciado constantemente (Dewey, 1996, p. 42; 2004a):

A “ação humana encontra problemas e leva a consequências não intencionais ou imprevistas, que devem ser processadas de forma reflexiva pelo coletivo atuante”. Dentro da estrutura de normas comuns, não apenas as instituições específicas, mas também todos os indivíduos

e coletivos afetados reconhecem, interpretam e avaliam as consequências das ações, considerando-as no planejamento de ações futuras. Nesse processo de interpretação e avaliação das consequências, a comunicação entre todas as partes envolvidas desempenha um papel fundamental (Joas, 1992b, p. 35).

A relevância da comunicação e o conceito de universo de discurso serão discutidos mais adiante no subcapítulo 3.1. A seguir, será apresentado como o modelo de pensamento e ação do pragmatismo foi adaptado para a sociologia.

2.2.3 O teorema-chave: a “definição da situação”

“Toda ação concreta é a solução de uma situação”
(William I. Thomas & Florian Znaniecki).

Em que relação se encontram o modelo de ação do pragmatismo e as posições sociológicas da Escola de Chicago? Bem, ela aparece aqui na forma da ênfase nos processos de interpretação e atribuição de significado pelos agentes. Tais processos têm uma base social, ou seja, intersubjetiva. A isso se soma o pressuposto de que a ação humana representa, sempre, uma forma rotineira ou criativa de lidar com uma situação – ou seja, “resolução de problemas” num sentido bastante literal. Todos esses aspectos considerados de forma conjunta resultam em um conceito-chave – a “definição da situação”. A partir desse conceito, o sociólogo americano William I. Thomas (1863-1947), juntamente com sua esposa e colega Dorothy S. Thomas (1899- 1977), a qual viria mais tarde, assim como William Thomas, se tornar presidente da Associação Americana de Sociologia, e com seu colega Florian Znaniecki (1882-1958), cunharam uma doutrina que até os dias de hoje desempenha um papel central no *paradigma interpretativo* e para muito além dele. A posição de William Thomas,

que está intimamente vinculada ao trabalho de Florian Znaniecki, será elucidada, portanto, com mais detalhes.²⁹

As sociedades podem ser classificadas – segundo Thomas e Znaniecki – como interações, relações de reciprocidade ou dependências mútuas entre os níveis social e cultural, ou seja, entre os significados socioculturais – chamados “valores sociais” –, e o nível das ações individuais motivadas por “atitudes”:

Por valor social, entendemos qualquer condição com um conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social e com um significado em termos do qual essa condição pode ser objeto da ação. Por exemplo, um alimento, um instrumento, uma moeda, um poema, uma universidade, um mito, uma teoria científica são valores sociais. Todos eles têm um conteúdo; no caso do alimento, do instrumento e da moeda, é físico; no caso do poema, é em parte físico, em parte imaginário, porque o poema consiste não somente das palavras escritas ou faladas, mas também das imagens mentais que suscita; no caso da universidade, o conteúdo consiste de todo um complexo de pessoas, edifícios, acessórios materiais e imagens mentais representando sua atividade; finalmente, no caso de uma personalidade mítica ou uma teoria científica, o conteúdo é puramente imaginário. O significado desses valores torna-se claro quando os vemos no contexto das ações humanas. A importância dos alimentos consiste, em última análise, no consumo; o do instrumento na obra para a qual foi criado, [...] o valor social é, portanto, algo bem diferente do objeto natural [...]. Por uma atitude entendemos um processo da consciência individual, o qual determina um tratamento

²⁹ Referimo-nos, apenas, às contribuições duradouras de Thomas para a sociologia; as discussões a seguir referem-se com frequência ao texto introdutório do estudo sobre os “lavradores poloneses” escrito com Florian Znaniecki. Para outros elementos de sua abordagem, como, por exemplo, o conceito dos “quatro desejos” relacionados às tipologias motivacionais, ver Thomas (1965b). Sobre Znaniecki, ver as notas no subcapítulo 2.2.4.

real ou possível do indivíduo no mundo social: a fome, que força o consumo de alimentos; a vontade do trabalhador de usar a ferramenta; a tendência do desperdiçador em gastar a moeda [...] (Thomas & Znaniecki, 2004, p. 256).

Thomas considera que as pessoas sempre agem em “situações” e que essa ação pode ser entendida, no sentido do pragmatismo, como uma “solução de problemas” relacionada à situação. Isso não significa que, numa situação concreta, deva surgir grandes problemas, tais como imprevistos ou mal-entendidos. O termo “solução de problemas” se refere, aqui, basicamente a qualquer intervenção ativa humana em uma situação (e, portanto, naturalmente, também uma omissão). A compra de uma passagem no ônibus representa também uma dessas atividades de solução de problemas, preparar um café para a visita dos parentes ou assistir a uma palestra no intuito de aprender sobre um determinado assunto (ou com o objetivo de finalmente conhecer aquela antiga paquera). Tais situações podem ser descritas sociologicamente de três maneiras (como demonstra a próxima citação):

- primeiramente, em termos de “valores”, ou seja, os fatores objetivos e as condições da situação, tais como o contexto espacial ou o número de pessoas presentes;
- então em termos dos motivos ou “atitudes” das pessoas que impulsionam o evento. Entretanto, ambos os momentos não se comportam como dimensões independentes, por assim dizer, na situação – as ações dos atores sociais só podem ser compreendidas se
- em terceiro lugar, sua percepção subjetiva desses fatores, ou seja, sua *definição da situação* seja considerada.³⁰

³⁰ Assim, Thomas e Znaniecki formularam um pressuposto empírico clássico da sociologia do conhecimento e da pesquisa social qualitativa (Hitzler, 1999b; Christmann, 2007, p. 27).

A sociologia, portanto, deve empenhar-se para entender como a realidade de uma situação é apresentada a partir da perspectiva do ator ou dos atores. Só então poderá explicar o que está acontecendo, só então poderá entender por que os atores agem desta e não de outra forma. Tal exigência vai além da formulação feita por Max Weber a respeito da tarefa de uma sociologia compreensiva, que analisa o “sentido subjetivo”, que os atores atribuem às suas ações. O teorema da “definição da situação” inclui certamente esse momento, mas o complementa na medida em que considera todo o enquadramento da interpretação e dos objetos, os quais constituem uma situação de ação concreta.

O interesse de Thomas por esse tipo de abordagem se concentra, evidentemente, na dinâmica da selva urbana de Chicago, a qual se tornaria o principal objeto da sociologia de Chicago. Para entender como era a vida em Chicago desde a perspectiva dos migrantes europeus, negros, criminosos, prostitutas, pobres, ricos etc., a sociologia não deveria se orientar pelas explicações e pelos padrões morais dos reformadores sociais e governantes, mas, sim, descer ao vale da vida concreta e real e lá conduzir suas “investigações”, a fim de descobrir como os próprios atores percebem suas condições e possibilidades de ação. A partir disso, vale considerar tanto para a ação individual como para a coletiva:

A situação como um conjunto de valores e atitudes que o indivíduo ou grupo tem que considerar no processo da ação, sendo ela referência para o planejamento dessa ação, bem como para a avaliação de seus resultados. Cada ação concreta é a solução de uma situação. A situação contém três tipos de dados: 1) as condições objetivas sob as quais um indivíduo ou uma sociedade tem que agir, ou seja, a totalidade dos valores [...]; 2) as atitudes existentes do indivíduo ou do grupo que, em um dado momento, influenciam seu comportamento de forma

concreta; 3) a “definição da situação”, ou seja, a ideia mais ou menos clara das condições e a consciência das atitudes. A definição da situação é uma condição necessária para cada ato desejado, pois sob determinadas condições e com uma determinada combinação de atitudes, um número ilimitado de ações se torna possível, podendo uma determinada ação somente ocorrer se essas condições forem selecionadas, interpretadas e combinadas de uma determinada maneira e se uma certa sistematização dessas atitudes for alcançada, superando as outras (Thomas & Znaniecki, 2004, p. 263).

Além da primeira formulação do conceito de “definição da situação”, essa citação também ilustra o entendimento do pragmatismo sobre a ação, a ação como uma “solução de problemas” (a “solução de uma situação”). A seleção das ações requer uma interpretação que reduza a complexidade do evento a uma dimensão administrável. No exemplo acima mencionado sobre o caminhante que se depara com o problema do “largo riacho de águas torrentes”, não há necessidade de se reinterpretar o “mundo inteiro”. A busca de meios adequados para atravessar um riacho só tem chance de dar certo se certas ideias, critérios de busca e interpretações existirem e forem aplicados – incluindo a ideia de que não se deve simplesmente caminhar por um riacho. Nesse sentido, o caminhante também tem uma “definição da situação”, a qual constitui a relação entre o “problema” e as “possíveis soluções”.

Thomas formulou a ideia da definição da situação em várias passagens. Ela foi consagrada particularmente em uma das citações – denominada “teorema de Thomas”, levando os nomes de sua criadora e de seu criador – mais famosas da história da sociologia. Da seguinte forma escreveram Dorothy e William Thomas em seu estudo de 1928, chamado *The Child in America (A criança na América)*:

Um documento escrito por alguém que tem um complexo de inferioridade ou que sofre de mania de perseguição pode estar o mais distante possível da realidade objetiva, mas a imagem que a pessoa em questão tem da situação é sem dúvida um fator muito importante para a interpretação. Pois seu comportamento imediato está intimamente relacionado à sua definição de uma situação, que pode corresponder tanto à realidade objetiva quanto à imaginação subjetiva. Muitas vezes é precisamente a grande discrepância entre a situação tal como aparece aos outros e a situação tal como aparece ao indivíduo em questão que causa a dificuldade do comportamento visível aos outros. Por exemplo, um agente penitenciário que se recusa a cumprir uma ordem judicial de enviar um preso por motivos específicos para fora dos muros da prisão. Ele se desculpou dizendo que o homem era muito perigoso. Ele havia matado várias pessoas que tinham o infeliz hábito de falar sozinhas na rua. Pelo movimento de seus lábios, o assassino concluiu que eles o chamavam de nomes e ele agiu como se isso fosse verdade. *Se as pessoas definem as situações como reais, também suas consequências são reais* (Thomas; Thomas, 1928, como referido em Thomas, 1965b, p. 113).³¹

Não se deve interpretar o exemplo aqui apresentado de forma errônea, considerando que se trata apenas de exceções ou distúrbios mentais para os quais a “definição da situação” cria problemas e se torna importante. Ao contrário, a conexão descrita entre a definição da situação e as ações ou consequências subsequentes se aplica a todas as situações da ação humana: a definição de uma situação, por mais errada ou ilusória que possa parecer aos olhos dos outros, é a base para as ações dos que nela atuam e, portanto, também para as “reais

³¹ Ênfase dada ao teorema de Thomas por R. K.

consequências” observáveis dessa situação. Recordemos a “situação com o fogo” descrita no capítulo anterior: se a pessoa que pede fogo a define como uma situação de flerte, essa pessoa pode, de uma forma ou de outra, tentar aceitar o flerte e continuá-lo, ou então rejeitá-lo abruptamente. Em ambos os casos, a definição da situação tem consequências reais, mesmo que “originalmente” possa ter se tratado apenas da simples pergunta por “fogo para acender um cigarro”.

As definições da situação não são de forma alguma expressão de uma ideia, no sentido estrito da palavra, subjetiva ou de uma atribuição subjetiva de significado. Pelo contrário, Thomas pressupõe que toda cultura fornece aos indivíduos atuantes definições da situação socialmente consolidadas e, portanto, em certa medida, fortemente predeterminadas, como, por exemplo, na forma de diretrizes comportamentais, regulamentos, tradições ou “relações sociais padronizadas” (Volkart, 1965, p. 21). Assim, as definições da situação têm, semelhantemente às concepções coletivas no pensamento sociológico de Émile Durkheim, uma existência *sui generis*, ou seja, por direito próprio: elas surgem de processos sociais de institucionalização e se apresentam ao indivíduo, nas suas ações, como padrões sociais externos contendo exigências de comportamento adequado.³²

Ao mesmo tempo, Thomas admite que os agentes possam influenciar ou modificar a definição de uma situação. Em posições sociais especiais – por exemplo, como a de juízes que examinam se um suspeito cometeu um crime, como a de cientistas que perguntam sobre as causas sociais das más notas escolares, ou como a de profetas que interpretam certas experiências religiosas –, tais possibilidades de cada indivíduo podem ter um impacto muito maior do que no fluxo comum da vida cotidiana. Os atores relevantes na gênese das definições da situação são, aqui, grupos sociais com diferentes possibilidades de

³² Thomas antecipa ideias que são discutidas mais tarde na sociologia do conhecimento de Peter L. Berger e Thomas Luckmann (cf. capítulo 4) (ver Hitzler, 1999b).

abrangência e integração em processos sociais mais amplos. No entanto, há “agentes da sociedade” específicos que apresentam especial importância para o compartilhamento das definições das situações na vida cotidiana. Thomas escreve: “Essa definição da situação é iniciada pelos pais, à medida que esses dão ordens, proíbem e ensinam, ela é conduzida pela comunidade com louvor e culpa e é formalmente representada pela escola, a lei, a igreja” (Thomas, 1965b, p. 298).

O interesse de pesquisa sociológica de Thomas estava voltado para a relação entre as regras sociais de comportamento, as instituições ou a organização social de um grupo e as ações e definições reais de situação dos membros do grupo. Mais especificamente, ele analisou – e isso está claramente expresso em seus estudos – as configurações, nas quais as definições de situações individuais divergem das regras ou expectativas coletivas e “públicas” do grupo, tais como a questão por qual razão jovens poloneses, cumpridores da lei e com desejo de integração, se tornaram criminosos. As causas de tais desvios são múltiplas, podendo, por exemplo, ter origem, como no caso dos lavradores poloneses, em experiências de transformação social, no sentimento de desorganização social, no choque entre diferentes grupos sociais ou, de modo geral, em crises sociais, que forcem todo o grupo a modificar ou adaptar suas definições da situação às novas circunstâncias.

Outra possibilidade, que Thomas explica com base no exemplo da “garota desajustada”, um estudo realizado em 1923 sobre o “comportamento sexual feminino não convencional” e prostituição, faz referência ao choque de diferentes ideias morais e como consequência uma orientação pouco clara da ação. O tema deste e dos demais estudos foi claramente influenciado pelas ideias de Émile Durkheim sobre a “clareza normativa” ou “a força obrigatória dos valores” ou a ausência destes, isto é, a anomia. Thomas identificou diferentes definições de situações e reações às situações problemáticas (“desespero, revolta, comportamento selvagem atípico”), que também podem ser lidas

como precursoras da *teoria da anomia do comportamento desviante* desenvolvida por Robert K. Merton no final dos anos de 1930 (Lamnek, 2007). Para tanto, Chicago representou um exemplo de terreno fértil³³:

A revolta e a inquietação moderna se baseiam no contraste entre o baixo nível de realização dos desejos do indivíduo e a plenitude – ou a aparente plenitude – da vida ao seu redor. Todas as fases da vida são apreendidas pela sensação de que eles estão perdendo muito, muito da vida. Essa inquietação é sentida mais profundamente por aqueles que até agora mais foram excluídos da participação na vida: a mulher madura e a jovem. Algumas vezes isso se expressa em desespero e desânimo, outras vezes na quebra de todos os limites. A esse respeito, os imigrantes representam uma classe especial. Na pressa em se adaptar ao novo sistema, eles com frequência abrem mão rapidamente do antigo (Thomas, 1965b, p. 316).

A definição da situação é como uma determinação do indeterminado. [...] Se o casamento é indissolúvel, se uma vida sexual extramatrimonial é permitida, se já as crianças devem ser educadas sobre questões de gênero, se o número de crianças deve ser limitado – todas essas questões se tornaram vagas. Existem definições de situações concorrentes sem que nenhuma tenha se tornado obrigatória. Um elemento da individualização também penetrou nas relações conjugais. Mulheres casadas passaram a assumir sem mais impedimentos e por vontade própria profissões, assim como seguir interesses amadores, que antes eram considerados incompatíveis com o casamento. E isso é obviamente bom e estabiliza

³³ Os números dos documentos referidos na citação referem-se às declarações feitas por mulheres sobre suas vidas (amorasas), citadas no texto original. Em geral, Thomas concebeu seu estudo sobre “moças desajustadas” como um estudo da “individualização” do comportamento; particularmente na área das relações de gênero, ele antecipou algumas teses da discussão atual sobre individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 1994; 2001; Pöferl, 2008).

o casamento. O casamento sozinho não é uma vida, especialmente desde que a comunidade, como forma de organização, está desaparecendo. O grito de desespero no documento n. 37 vem de uma mulher que limita sua vida ao casamento – provavelmente por sua própria vontade – e agora se sente aparentemente velha demais para ter outros interesses. Por outro lado, encontramos uma definição de casamento no documento n. 49 como um meio de satisfazer desejos pessoais e evitar deveres (Thomas, 1965b, p. 324).

No nível individual, as coincidências e as condições de processos biográficos individuais asseguram que diferentes competências e padrões para a definição de situações sejam, em certa medida, adquiridos. No contexto das relações sociais, parece ser realmente normal que definições da situação divergentes e às vezes concorrentes se encontrem. No entendimento de Thomas, as culturas não são de forma alguma completamente regulamentadas, livres de conflitos e estoques rígidos de tais modelos. Ao contrário, elas são caracterizadas por um alto grau de heterogeneidade interna, conflito e também flexibilidade na interpretação das situações.

Uma tarefa importante da sociologia é, portanto, evidenciar os diferentes pontos de vista ou as definições de situações, que se encontram em situações sociais concretas. Tais definições podem ser evidenciadas a partir da situação ou de registros e materiais que foram produzidos pelos próprios atores (tais como diários, cartas pessoais ou cartas para jornais). Elas também podem ser investigadas em conversas entre os pesquisadores e os envolvidos em uma situação. Os resultados de tais “investigações” são, por sua vez, novamente parte da definição científica da situação – os pesquisadores também não estão excluídos dos processos de definição.

Se, mesmo no caso das sociedades complexas, é possível assumir uma grande heterogeneidade e “falta de clareza” de definições da

situação, isso se aplica ainda mais àquelas sociedades que, devido, por exemplo, a processos de migração, se encontram em fases de grandes transformações. Portanto, Thomas descreveu naquela época uma dinâmica de individualização, a qual levou a numerosos julgamentos morais – por exemplo, a respeito da sexualidade vivenciada por “moças desajustadas” – e conflitos sociais, mas que acabou encontrando o seu lugar na diversidade e na crescente “efemeridade” das definições de situação disponíveis.

Por fim, no contexto da enorme dinâmica de mudanças, a exemplo do que estava ocorrendo em Chicago, Thomas institui, como programa de pesquisa em sociologia, o estudo dos “processos de adaptação”, ou seja, da reorientação da ação individual e/ou coletiva diante de novos problemas da ação:

1) A situação cultural, à qual cada indivíduo deve se adaptar (estudos culturais). 2) Os meios e métodos de adaptação do indivíduo à situação cultural (organização social e educação). 3) A capacidade e oportunidade de adaptação do indivíduo (fatores relacionados à disposição do indivíduo, estímulos, posição social). 4) A falta de adaptação; para o indivíduo isso significa: vício, vagabundagem, crime, alcoolismo, dependência de drogas, psicose etc.; para o grupo isso significa: declínio, subordinação, destruição. 5) Mudanças na situação cultural (por exemplo, mobilidade interna da população, urbanização, migração, invasão, colonização, propagação de traços culturais, preconceito racial, progresso tecnológico, mudanças nas profissões, mudanças de atitudes e valores etc.), que exigem que o indivíduo se reajuste constantemente e requerem uma reorganização da cultura e do aprendizado, surgindo questões de participação de indivíduos e grupos na promoção e influência das mudanças culturais (Thomas, 1965b, p. 137).

Naquela época, esse programa estava claramente dirigido contra os representantes do mencionado behaviorismo, que analisavam o comportamento humano como um processo de estímulo-resposta. Thomas não nega a existência e a necessidade de processos bioquímicos na forma de processos perceptuais, estímulos musculares etc., entretanto, eles não têm poder explicativo causal para a análise do comportamento e da ação humana. Pelo contrário, o que importa – e aqui a posição de Thomas está diretamente ligada ao “behaviorismo social” de George Herbert Mead, apresentado mais adiante – é o “nível intermediário” de interpretação ou definição da situação, que acaba de ser explicado e que se situa entre o estímulo e a reação.

Percebe-se, assim, que não existe uma realidade social imediata, tanto para os sociólogos quanto para os próprios atores sociais, que atua como estímulo para suas ações e que provoca reações específicas neles. Ao contrário, os processos de interpretação com os quais os atores interpretam “o que está acontecendo” estão sempre interpostos de forma intermediária. Isso se aplica não apenas aos elementos objetivos-materiais das situações da ação, mas também à percepção do que os respectivos outros (aparentemente) fazem.

Os dois aspectos mencionados acima, portanto, são necessários para a análise sociológica: a investigação das condições ou dos fatores externos da situação – isso também pode ser feito de forma estatística (Volkart, 1965, p. 42) – e o registro das definições da situação tratadas individualmente e/ou em conjunto pelos atores envolvidos. Somente a combinação desses dois níveis de análise permite uma abordagem adequada dos fenômenos sociais. Uma possibilidade importante de acesso a tais definições das situações é, por exemplo, a análise qualitativa de documentos biográficos pessoais, assim como William I. Thomas e Florian Znaniecki fizeram em seu estudo clássico de pesquisa social qualitativa sobre os lavradores poloneses. Esse estudo será apresentado, por conseguinte, no capítulo seguinte.



William Isaac Thomas (1863-1947)

William I Thomas nasceu em 1863 em uma área rural remota como filho de um pastor metodista e fazendeiro. Em um texto autobiográfico, ele comparou seu caminho de lá para o *mundo da vida* da grande cidade de Chicago como vivendo por “três séculos”, como uma migração para “reinos culturais superiores” (Baker, 1981). Sua experiência biográfica corresponde, assim, em muitos aspectos, ao tema de seu famoso estudo sobre os “lavradores poloneses”.

Em 1880, Thomas começou seus estudos de literatura contemporânea e clássica na Universidade do Tennessee, onde ensinou grego, latim, alemão e francês por um curto período de tempo, após receber seus primeiros diplomas. De 1888 a 1889, ficou em Berlim e Göttingen, onde seu interesse pela etnografia e etnologia foi despertado pelo trabalho, por exemplo, de Wilhelm Wundt (1832-1920), intitulado *Völkerpsychologie (Psicologia dos povos)*. Após uma breve parada no Oberlin College (Ohio) – constituído a partir de uma fundação religiosa – como professor de língua inglesa, ele decidiu fazer pós-graduação

no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Lá recebeu, em 1895, um cargo como professor assistente; em 1910, se tornou “professor titular”. Durante esses anos, viajou novamente para a Europa várias vezes, especialmente para a Polônia.

Interessado metodologicamente em estudos etnológicos e comparativos, aprendeu polonês e decidiu estudar a comunidade polonesa em Chicago juntamente com Florian Znaniecki, a partir de um financiamento para a pesquisa de problemas relacionados à imigração. Com sua esposa, Thomas participou ativamente da vida social e intelectual de Chicago e manteve contatos com os vários projetos de reforma urbana da época, embora suas opiniões – por exemplo, sobre a inevitabilidade da prostituição – não estivessem de acordo com as posições reformistas e seu estilo de vida extrovertido gerasse controvérsia.

Thomas é descrito como um *bon vivant*, com senso para roupas elegantes, boa comida e bebida. Em 1918, foi preso pelo FBI por “comportamento imoral”. Embora as acusações tenham sido retiradas mais tarde, sua reputação foi arruinada – como consequência das campanhas da imprensa – e foi demitido de sua cátedra. A University of Chicago Press havia interrompido a publicação dos volumes até então não publicados de *The Polish Peasant*, um estudo sobre migrantes poloneses, tido hoje como um clássico. Thomas foi para Nova York e lecionou na New School for Social Research. Várias bolsas de estudo lhe permitiram fazer mais pesquisas. Em 1926, foi eleito presidente da Sociedade Americana de Sociologia por uma grande maioria. Entre 1936 e 1937, assumiu uma cátedra de professor convidado em Harvard. Thomas morreu em 1947, aos 84 anos de idade.

Sugestão de literatura

Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (2004). Methodologische Vorbemerkung. In J. Strübing, & B. Schnettler (ed.), *Methodologie interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte* (pp. 245-264). Konstanz: UVK [1918]. [Texto clássico de fundamentos da sociologia.]

Literatura complementar

Coulon, A. (1995). *A escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus. [O livro traz a história e a importância da Escola de Chicago em relação aos métodos de investigação utilizados pelos autores.]

Thomas, W. I. (1965b). *Person und Sozialverhalten*. Neuwied am Rhein: Luchterhand. [Contém ensaios e trechos retirados de vários trabalhos.]

Volkart, E. H. (1965). Einführung: Soziales Verhalten und Definition der Situation. In W. I. Thomas (ed.), *Person und Sozialverhalten* (pp. 9-52). Neuwied am Rhein: Luchterhand. [Informações sobre a vida e a obra.]

Obras originais (seleção)

Thomas, W. I. (1967). *The unadjusted girl. With cases and standpoint for behavior analysis*. New York: Harper & Row [1923].

Thomas, W. I., & Thomas, D. S. (1928). *The child in America*. New York.

Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1958). *The Polish peasant in Europe and America*. New York: Dover [1918].

Thomas, W. I., Znaniecki, F., & Zarco, J. (2004). *El campesino polaco en Europa y en América*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Boletín Oficial del Estado (Clásicos del pensamiento social, 3). [Tradução em espanhol da obra original.]

Crédito fotográfico

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.³⁴

³⁴ Esta e todas as imagens que seguem foram obtidas das páginas da ASA com sua gentil permissão.

2.2.4 Os lavradores poloneses no Novo Mundo

A ubiquidade das consequências da migração, os esforços dos políticos municipais para manter a ordem social e a implementação de várias reformas sociais influenciaram os interesses de pesquisa da sociologia de Chicago. Não é, portanto, surpreendente que um dos primeiros grandes estudos sociológicos do século XX da Escola de Chicago tenha tratado de experiências de migração ou, de forma mais geral: com processos de modernização, suas consequências e “processamento” nas ações dos atores sociais.

O tema e a abordagem desse trabalho mantêm ainda hoje sua atualidade intacta. Trata-se do famoso estudo intitulado *The Polish Peasant in Europe and America (O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos)*, conduzido por William I. Thomas juntamente com Florian Znaniecki e publicado em diversos volumes entre os anos 1918 e 1920. Esse estudo foi iniciado com auxílio financeiro recebido por Thomas de Helen Culver, em 1908, no contexto do movimento reformista anteriormente mencionado, Hull House Settlement, liderado por Jane Addams, entre outros, e que deveria ser usado para estudar os problemas dos imigrantes poloneses (DeVault, 2007, p. 159).

Curiosamente, o prefácio metodológico escrito por Thomas e Znaniecki expressa o conflito acima mencionado entre uma ciência social orientada na aplicação, que está intimamente relacionada ao serviço social, e a sociologia acadêmica emergente. Contra as “falácias da sociologia do senso comum”, ou seja, contra as perspectivas sociológicas da “sociologia dos assentamentos” defendidas pelos reformistas, os autores enfatizam a necessidade de uma perspectiva sociológica abrangente, que não selecione “arbitrariamente” “grupos de fatos” isolados, mas, sim, que considere “toda a vida de uma determinada sociedade” (Thomas & Znaniecki, 2004, p. 247).³⁵

³⁵ Thomas e Znaniecki admitiam que a abordagem criticada não tinha muitas vezes como ser diferente, especialmente quando tratava de situações, nas quais não era possível esperar por

Isso não contradiz de forma alguma as exigências legítimas da sociedade por uma ciência aplicada, por sua utilidade prática. Entretanto, a natureza de um problema só pode ser determinada após uma investigação abrangente, e não de forma antecipada, com base em preconceitos sem análise prévia:

Mas mesmo que objetivos práticos não devam ser introduzidos na pesquisa científica desde o início, a prática social tem o direito de exigir da teoria social que pelo menos alguns de seus resultados sejam imediatamente aplicáveis e que o número e o significado de tais resultados aumentem constantemente. A vida prática, como diz um pragmatista, deve dar crédito à ciência, mas mais cedo ou mais tarde a ciência deve pagar suas dívidas [...]. A exigência final da aplicabilidade prática é para a própria ciência tão importante quanto para a prática; ela é um teste não do prático, mas do valor teórico da ciência (Thomas & Znaniecki, 2004, p. 253).

Como uma abordagem sociológica abrangente pode ser possível? Essa questão também é explicada pelos autores:

Para evitar limitações arbitrárias e interpretações subjetivas, há apenas duas possibilidades. Podemos estudar sociedades inteiras monograficamente, com toda a complexidade dos problemas e situações que constituem sua cultura; ou podemos nos concentrar em problemas sociais particulares e acompanhar cada problema a partir de um certo número limitado de grupos sociais concretos e estudá-lo em cada grupo em relação à forma particular que assume sob a influência das condições existentes

uma investigação científica, visto que, dada a urgência do problema, se tornava necessário agir, ajudar e decidir imediatamente.

naquela sociedade, levando em conta o significado complexo de um fenômeno cultural concreto em um determinado ambiente cultural. Quando estudamos a sociedade, abordamos o problema a partir de todo o contexto social, mas quando estudamos o problema em específico, abordamos todo o contexto social a partir desse problema. Em ambas as abordagens, porém, é mais seguro partir do pressuposto de que não sabemos nada sobre o grupo ou o problema que estamos investigando, exceto por alguns critérios puramente formais que nos permitem distinguir entre o material pertencente ao nosso campo de interesse e o material não pertencente a ele (Thomas & Znaniecki, 2004, p. 254).

A exigência por uma postura sociológica da “ignorância artificial” (Hitzler, 1988, p. 58), em relação ao objeto de pesquisa, famosa na pesquisa social qualitativa contemporânea, tem, portanto, uma longa tradição. Thomas conheceu o filósofo Znaniecki durante uma viagem à Polônia. Este último era então diretor da Polish Emigrants Protective Association (Associação protetora dos emigrantes poloneses) e conhecia bem a vida dos lavradores poloneses. Após o início da Primeira Guerra Mundial, ele deixou a Polônia e trabalhou com Thomas em Chicago.

Ambos estavam interessados nas experiências dos imigrantes poloneses que haviam deixado o ambiente bucólico e rural da Polônia, a segurança e suas raízes nas cidades de origem em direção à caótica metrópole norte-americana, que se encontrava em rápida transformação e expansão. As questões levantadas a respeito dos processos e mecanismos da “desorganização social”, que afetam todos os contextos sociais e a subsequente “reconstrução social”, são ainda hoje de enorme importância em um mundo globalizado: como transcorrem os processos de integração no país de imigração? Que relações com o país de origem são criadas ou mantidas? Que

papel desempenharam as identidades étnicas e a formação de sub-culturas étnicas? Thomas e Znaniecki usaram como fontes de dados, especialmente, cartas escritas por migrantes poloneses, enviadas ao seu país de origem ou que foram recebidas desde lá. Eles receberam mais de 700 cartas desse tipo após um anúncio de procura em uma revista de imigrantes poloneses com sede em Chicago.

Thomas e Znaniecki introduziram, portanto, enfaticamente o método biográfico, ou seja, o uso de histórias de vida e experiências como material de dados sociológicos na sociologia moderna.³⁶ Eles também tiveram acesso a 8.000 documentos dos arquivos de um jornal polonês. Além disso, utilizaram dados de associações de imigrantes, organizações sociais, autobiografias e diários. A coleta, análise e interpretação dos dados levaram cerca de uma década, sendo esta pesquisa publicada originalmente em um trabalho de cinco volumes, que se tornou mais tarde dois volumes sob o título *O lavrador polonês na Europa e nos Estados Unidos* (Bulmer, 1984, p. 45).³⁷

³⁶ Vários autores, como Wilhelm Heinrich Riehl (1823-1897), trabalhavam com material biográfico na pesquisa da cultura folclórica europeia do século XIX.

³⁷ Para a apresentação e avaliação como um todo, ver Bulmer (1984, p. 45) e os resumos em Kaesler e Vogt (2000, p. 470-477), Papcke e Oesterdiekhoff (2001, p. 485-488).



Florian W. Znaniecki (1882-1958)

Florian Znaniecki estudou sociologia e filosofia em Varsóvia, Genebra, Paris, Cracóvia, entre outras cidades. Após seus estudos, trabalhou como diretor de uma associação que cuidava de emigrantes poloneses. Em 1913, conheceu William Thomas durante sua viagem à Europa. De 1914 a 1919, foi para a Universidade de Chicago a convite de Thomas, onde iniciou o estudo sobre os “lavradores poloneses”. Entre 1919 e 1939, Znaniecki viveu novamente na Polônia e lecionou como professor de sociologia na Universidade de Poznan, desenvolvendo inúmeras atividades de institucionalização da sociologia na vida acadêmica polonesa. Após uma estadia como convidado na Universidade de Columbia, em Nova York, no início da década de 1930, assumiu cátedras e posições de professor convidado nessa mesma universidade a partir de 1939. Em 1940, se mudou para a Universidade de Champaign, Illinois, onde foi professor de sociologia até 1958. Em 1954, se tornou presidente da Associação Americana de Sociologia.

Mesmo que a ideia da “definição da situação” tenha ficado na história da sociologia como o teorema de Thomas, a influência de Znaniecki não pode ser ignorada. Em *Social Action (Ação social)* (1936), ele corrigiu e desenvolveu a perspectiva do estudo sobre os lavradores de acordo com sua própria avaliação; em 1940, escreveu

um estudo importante, um clássico da sociologia do conhecimento, *The social role of the man of knowledge* (*O papel social do homem do conhecimento*) (Znaniecki, 1986), tendo apresentado bastante cedo uma análise muito interessante da constituição do mundo do homem como uma “cultural reality” (“realidade cultural”) (Znaniecki, 2010), a qual pode ser considerada como um texto básico do entendimento da tradição de Chicago sobre a realidade.

Sugestão de literatura

Halas, E. (1983). Florian Znaniecki – Ein verkannter Vorläufer des Symbolischen Interaktionismus. *Zeitschrift für Soziologie*, 12(4), 341-352. [Artigos que oferecem uma visão geral sobre aspectos importantes da obra e referências à tradição de Chicago.]

Znaniecki, F. (1986). *The social role of the man of knowledge*. New York: Columbia University Press [1940]. [Estudo clássico da sociologia do conhecimento sobre o papel social dos especialistas científicos.]

Literatura complementar

Kaczynski, G. J. (2008). *La Connaissance Comme Profession*. Paris: L'Harmattan. [Introdução aos aspectos gerais do seu trabalho.]

Znaniecki, F. (2010). *Cultural reality*. Milton Keynes: Bibliolife [1919]. [Fundamentação filosófica de uma teoria interpretativa construtivista da cultura com forte orientação fenomenológica e social construtivista. Segundo Howard S. Becker, “a fundamentação mais abrangente e convincente da teoria sociológica da cultura”.]

Znaniecki, F. (1969). *On humanistic sociology*. Chicago: University of Chicago Press. [Seleção de textos importantes.]

Znaniecki, F. (1936). *Social actions*. Poznan: Universität Poznan, und New York: Farrar & Rinehart. [Por Znaniecki, como continuação da “concepção insuficiente”, em sua opinião, do estudo *O lavrador polo-*

nês... escrito com Thomas; esboça uma classificação abrangente dos tipos de ação social.]

Znaniecki, F. (1934). *The method of sociology*. New York: Farrar & Rinehart. [Introdução e fundamentação própria de uma metodologia de pesquisa sociológica.]

Cf. também as explicações dadas no texto corrido e as referências bibliográficas no estudo de W. I. Thomas sobre os “lavradores poloneses” (especialmente o prefácio metodológico).

Crédito fotográfico

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.

Partindo de imigrantes poloneses nos Estados Unidos (especialmente em Chicago), oriundos em grande parte do meio rural, o estudo trata das formas de vida tanto no país de chegada como no país de emigração, ou seja, na própria Polônia, numa perspectiva comparada. Os primeiros volumes abordam a respectiva vida familiar e o meio social mais próximo. O terceiro volume apresenta a autobiografia de um imigrante. O quarto analisa os processos de transformação da vida rural na Polônia. Finalmente, o quinto volume trata dos processos de transformação das comunidades imigrantes nos Estados Unidos.

Em todos os volumes há um interesse por questões relacionadas às experiências de mudança em aceleração, vivenciadas pelos respectivos grupos e seus *mundos da vida* na transição do meio rural e tradicional para o mundo moderno. Mais precisamente, o foco se encontra nos processos anômicos, nas crises e na desestabilização de todos os tipos

que afetam as relações de comunidades tradicionais³⁸ e sua absorção – nos Estados Unidos e na Polônia claramente diferentes – por novas e modernas formas de relações de sociedade (*Vergesellschaftung*). Isso é particularmente evidente no fenômeno da dissolução das famílias extensas tradicionais e das pequenas comunidades na transição para formas de vida individualistas.

Nesse contexto, os autores desenvolvem uma diferenciação típico-ideal de três tipos de personalidade que se distinguem, consideravelmente, na maneira de lidar com as experiências de transformação: o *filisteu* (careta), aquele que está preso em um espartilho apertado de definições da situação e crenças; o *boêmio*, o qual não assume uma posição moral, faz piada com os moralistas de plantão e que se apresenta como infinitamente flexível, beirando a desorientação; e finalmente os *criativos*, cujo estilo de vida e valores são submetidos a uma orientação permanente por novas situações, ou seja, são constantemente repensados, ponderados e desenvolvidos.

O supracitado “prefácio metodológico”, que Thomas e Znaniecki trazem de forma preliminar em seu estudo sobre os migrantes poloneses (Thomas & Znaniecki, 2004), exemplifica o posicionamento sociológico da Escola de Chicago. A fim de alcançar possibilidades de intervenção causais eficazes, os autores argumentam que a sociologia não deve ser ingênua, permitindo ser conduzida pelo senso comum, e sim deve ser concebida como uma ciência independente, livre de ideais reformistas e morais. Somente dessa forma poderia produzir e oferecer um conhecimento sobre as formas e condições de vida reais, podendo este ser utilizado (ou não) de forma autônoma pela esfera pública social.

³⁸ Desde os autores clássicos Ferdinand Tönnies e Max Weber, o termo “relações de comunidade” (*Vergemeinschaftung*) (e consequentemente “comunidade”) tem sido usado, na sociologia, para descrever uma forma de relacionar-se dos indivíduos uns com os outros, que é essencialmente baseada em sentimentos de pertencimento e tradições, enquanto “relações de sociedade” (*Vergesellschaftung*) se refere a relações racionais ou afiliações abstratas (por exemplo, como cidadãos).

Tal posição foi dirigida – como muitas obras da Escola de Chicago – contra o fervor moral ingênuo das reformas vindo “de cima”. Para a sua concretização, os autores optaram por uma abordagem interpretativa. O objetivo era entender como os próprios lavradores percebiam sua situação e como – lembrem-se do modelo de ação do pragmatismo! – lidavam de forma prática e criativa com as rupturas, que experimentaram em suas rotinas tradicionais da ação sob as duras condições de vida na grande cidade de Chicago.

De forma alguma pode-se confiar em uma análise externa, que abra mão do conhecimento preciso a respeito das condições reais da vida. O fundador do *interacionismo simbólico*, Herbert Blumer, prestou uma grande homenagem ao estudo sobre os lavradores poloneses pouco depois de sua publicação, tecendo já nessa época, no entanto, algumas críticas, especialmente no que diz respeito ao manuseio pouco sistemático e transparente dos materiais empíricos. Pode-se concordar com essa avaliação sem desvalorizar o significado sociológico e social do estudo. Um simpósio sobre questões de metodologia foi realizado em 1938 para discutir a resenha crítica de Blumer, cuja leitura ainda hoje é útil. Thomas e Znaniecki concordaram mais tarde com Blumer em pontos importantes de sua crítica.³⁹

2.2.5 Entre nas aventuras da grande cidade!

“A cidade é um estado de espírito”
(Robert E. Park).

Em seguida, não será possível abordar todos os representantes, estudos e conceitos importantes da Escola de Chicago. Depois de William I. Thomas, Robert E. Park e Ernest W. Burgess (1886-1966), pertenceram a esse contexto de trabalho, na década de 1930, além de um grande

³⁹ Cf. a reimpressão da resenha, discussão e declarações em Blumer (1979).

número de doutorandos e pesquisadores, também seus alunos Louis Wirth (1897-1952), Herbert Blumer (1900-1987)⁴⁰, Ellsworth Faris (1874-1953), mais tarde também o antropólogo W. Lloyd Warner (1898-1970), E. Franklin Frazier (1894-1964) e Everett C. Hughes (1897-1983), sem mencionar os numerosos autores de estudos de caso, que ganharam grande relevância (ver abaixo).

Uma visão geral é fornecida por diversas obras que ilustram amplamente a sociologia de Chicago. Bulmer (1984), por exemplo, destaca em particular a heterogeneidade do departamento de sociologia naquela época e concentra-se nos programas de pesquisa empírica e nos impulsos que dali surgiram. Faris (1967) foca na história do desenvolvimento interno das posições. Harvey (1987) lança um olhar crítico sobre os “mitos”, que existiam em torno da Escola de Chicago. Becker (1999) enfatiza a heterogeneidade dos então sociólogos, que não se entendiam de forma alguma como uma “escola”, formada por um conjunto. Fine (1995) discute até que ponto as novas abordagens interpretativas formaram uma “segunda” Escola de Chicago.⁴¹

Nos anos entre 1920 e 1932, a sociologia de Chicago se tornou o principal instituto de sociologia do mundo. A primeira designação como “Escola de Chicago” pode ser encontrada em 1930 (Bulmer, 1984, p. 229). É verdade que posições muito diferentes foram representadas no departamento de sociologia. Especialmente os sociólogos que seguiram o pragmatismo e Thomas, mas também as pesquisas antropológicas – etnológicas da cultura e as abordagens jornalísticas –, formaram, com suas abordagens, o núcleo do que é considerado hoje a Chicago School of Sociology. Embora utilizassem diferentes formas de coleta de dados, eles demonstraram clara preferência

⁴⁰ Cf. subcapítulo 3.2.

⁴¹ Outras explicações sobre a Escola de Chicago também podem ser encontradas nos trabalhos citados em outras partes deste texto, que se referem a representantes e posições individuais, como, por exemplo, Robert E. Park ou o *interacionismo simbólico*.

por estratégias de pesquisa qualitativa e um interesse em estudos de caso sobre meios e lugares sociais urbanos.

A sociologia da Escola de Chicago é, portanto, essencialmente uma sociologia da vida urbana. Não parece coincidência que William I. Thomas, em seu discurso presidencial à Associação Americana de Sociologia, em 1926, tenha feito um apelo contundente por uma pesquisa abrangente e detalhada das grandes cidades – proclamando, entretanto, para a sociologia, o que vinha sendo praticado há muito tempo em Chicago:

Devemos buscar bairros selecionados em certas cidades, incluindo as zonas, onde a delinquência juvenil é mais alta, e os bairros bons, onde a delinquência juvenil é menor, e nós devemos investigar todos os fatores que apresentem uma influência social. Um estudo desse tipo incluiria todas as instituições – família, gangues, serviços sociais, instalações recreativas, tribunais juvenis, a imprensa, o entretenimento comercial etc. – as quais seriam pesquisadas a partir de todos os métodos disponíveis [...] (Thomas, 1965b, p. 99).

E no caso de seu companheiro Robert E. Park, este afirmava uma década antes que:

A antropologia, a ciência do homem, tem se preocupado até o presente principalmente com o estudo dos povos primitivos. Mas o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante e, ao mesmo tempo, sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida urbana e a cultura são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são, em ambos os casos, os mesmos. Os mesmos métodos de observação participante, que antropólogos como Boas e Lowie têm empregado no estudo da vida e costumes do índio norte-americano, po-

dem ser ainda mais ricos se aplicados na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais da vida dominantes em Little Italy, no Lower North Side, em Chicago, ou no levantamento dos costumes mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e do bairro de Washington Square, Nova York (Park, 1952a, p. 15).

Os sociólogos de Chicago assumiram inicialmente uma perspectiva teórica evolucionista. Assim como os sociólogos europeus da época⁴², eles consideravam o desenvolvimento das sociedades – nas palavras de Tönnies – como a transição da “comunidade” para a “sociedade”, de unidades simples e homogêneas para relações sociais complexas e diferenciadas. Chicago era considerada por eles, com razão, como um protótipo desses processos. Eles se voltaram para esse “laboratório da modernidade” com a ajuda de estudos de caso, que, no entanto, poderiam ser de tipos muito diferentes, utilizando também uma grande variedade de materiais – desde observação participante até entrevistas e dados estatísticos. No entanto, “to see the world – the world of men”, ou seja, o conhecimento sobre as visões de mundo adquirido no contato direto deveria formar a base de todo o conhecimento sociológico. “Fausto” de Goethe era o grande modelo de sua sociologia, dizia Park, pois também ele estava preocupado em deixar a sua sala de trabalho para entender “o que mantém o mundo unido em sua essência” (Park, 1950a, p. v).

Juntamente com William I. Thomas, e em vista de sua saída prematura do departamento, ninguém mais provável que Robert Ezra Park se tornaria o mais importante motivador de estudos de caso sociológicos sobre os modos de vida na metrópole de Moloch. Ele

⁴² Referências importantes foram: Herbert Spencer (1820-1903), Ferdinand Tönnies (1855-1936), Gabriel Tarde (1843-1904), Émile Durkheim (1858-1917) e especialmente Georg Simmel (1858-1918), entre outros, dos quais importantes textos eram conhecidos. As obras de Auguste Comte (1798-1857), Karl Marx (1818-1883) e Charles Darwin (1809-1882) também haviam sido incorporadas (Park & Burgess, 1924).

desafiou frequentemente seus alunos a “bisbilhotar”, a perambular, observar, explorar, a meter o nariz diretamente na vida urbana – eles não deveriam se envolver em estudos teóricos, mas “em pesquisas reais, sujar as mãos, molhar os pés”. Ou seja, se você quisesse realmente conhecer as periferias da então Chicago, deveria tomar essas palavras ao pé da letra:

O mundo tinha sido descoberto. Essa aventura estava finalizada. Mas o mundo ainda é jovem, ainda ansioso por aventura; e agora? Há outros mundos a serem descobertos; ainda mais interessantes. O mundo das grandes cidades. As colônias de imigrantes. Os guetos e os china-towns (Park, 1915, como referido em Lindner, 1990, p. 98).

Nisso tudo fica evidente uma estreita relação entre a sociologia e a antropologia cultural, a qual Park frequentemente expunha aos seus alunos. No entanto, era necessário que eles ajustassem as abordagens dos antropólogos culturais, ou seja, a pesquisa de campo, à sua própria sociedade, à selva urbana de Chicago. Assim, viria mais tarde Everett C. Hughes, aluno de Park, dar início a um importante “treinamento em pesquisa de campo” (cf. capítulo 3). Dessa forma, surgiram na então sociologia de Chicago estudos, entre outros, sobre:

- a “Gang” (Thrasher, 1927), um estudo sobre a auto-organização social de jovens em “gangues de rua” dos bairros de grandes cidades, enriquecido com muitas fotos e realizado com base em 1.313 gangues;
- o “Ghetto” judeu (Wirth, 1927) como uma nova forma de “área natural” segregada, ou seja, os enclaves étnicos da grande cidade que se desenvolvem de forma natural;
- o “Taxi Dance Hall” (Cressey, 1932), onde as meninas podiam ser “alugadas” para dançar;

- o “Hobo” (trabalhador migrante e vagabundo; Anderson, 1923; 2018) e sua criatividade em lidar com a vida em “Hobohemia”;
- os bairros ricos e pobres de Chicago, “The gold coast and the slum” (Zorbaugh, 1929);
- a vida familiar dos negros (*The Negro Family in Chicago*, Frazier, 1932);
- “Jack Roller” (jogador) (Shaw, 1930), uma “história de vida”, ou seja, um estudo biográfico sobre um jovem criminoso, sua definição da situação e sua maneira de agir;
- até a complexa análise da “metrópole negra” (Drake & Cayton, 1993).⁴³

Além dos estudos de caso na sociologia, adaptações literárias dessas abordagens também podem ser encontradas, como, por exemplo, na obra de James T. Farrell (1904-1979), que estudou com Park, Burgess e Mead e retratou o bairro irlandês de Southside, em Chicago, em uma trilogia romântica em torno do personagem principal “Studs Lonigan” (Klepper, 2006). Farrell retratou seus estudos da seguinte forma: “na sociologia começamos a inventar o método de Chicago, ou seja, deixar a universidade e perguntar às prostitutas – com todo respeito à ciência – por que elas eram prostitutas. Como você pode ver, foi um grande momento para aprender nos portões de Chicago!” (Klepper, 2006, p. 199).

O quadro de referência disponível às pesquisas em áreas urbanas anteriormente mencionadas foi fornecido pela sociologia urbana e pelo programa de teoria social, que Park formulou, no ano de 1915, em sua palestra inaugural “The City: Suggestions for the Investigation

⁴³ Cf. referências aos estudos mencionados em Park (1952b).

of Human Behavior in the Urban Environment” (“A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no ambiente urbano”) (Park, 1952a). A cidade seria, segundo ele,

algo mais do que uma congregação de homens individuais e de conveniências sociais – ruas, edifícios, luzes elétricas, bondes, telefones etc.; algo mais, também, do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. A cidade é, antes, um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e de atitudes e sentimentos organizados que herdam esses costumes e são transmitidos com essa tradição. A cidade não é, em outras palavras, um mero mecanismo físico e uma construção artificial. Ela está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; ela é um produto da natureza, e, em particular, da natureza humana (Park, 1952a, p. 13).

Em seu ensaio, Park faz uma diferenciação entre as organizações de comunidades e sua formação físico-espacial, bem como sua determinação geográfica, por um lado, e a ordem moral ou cultural de conotações conscientes, comunicações e instituições dotadas de sentido, constituídas com base nessa primeira, por outro. A sociologia deveria, portanto, tratar de que forma ambas se relacionam mutuamente, como, por exemplo, de que forma bairros se desenvolvem de forma natural, sem planejamento específico, como “áreas naturais”, ou seja, como distritos etnicamente homogêneos e separados entre si; ou ainda, como a população é distribuída em relação aos processos econômicos, quais processos de mobilidade, crises e revoltas ocorrem, que formas de controle social e de relações sociais existem para além das relações primárias, como a cultura comercial do lazer se desenvolve e assim por diante.

Isso expressa uma postura que apresenta grande afinidade com a pesquisa de campo antropológica cultural e etnológica, assim como era realizada, até então, em relação aos “povos indígenas”, e que também converge com o jornalismo investigativo, tendo suas raízes na experiência jornalística de Robert E. Park (Lindner, 1990, p. 11).⁴⁴ O próprio Park havia trocado inúmeras vezes, em sua vida, o mundo acadêmico e a sala de estudos pelo “mundo lá fora”, seja devido aos projetos reformistas, às numerosas viagens de pesquisa, que o levaram por todo o mundo, ou em função justamente dos trabalhos jornalísticos.

O que fez a diferença foi, entretanto, a integração das análises sociológicas aos pressupostos clássicos da sociologia sobre a modernização, a base teórica do pragmatismo, o desenvolvimento de conceitos de análise e a demanda por uma investigação abrangente, que objetivava ver mais do que aquilo, que era apresentado ao rápido olhar da imprensa sensacionalista ou daquilo que os reformadores urbanos queriam impor com seus valores. Tudo isso foi explicado na obra clássica introdutória de Park e Burgess intitulada *Introduction to the Science of Sociology (Introdução à ciência da sociologia)*, publicada pela primeira vez em 1921. Se a Escola de Chicago exerce, hoje, influência especialmente com seus estudos de caso e de campo, isso não significa que ela não tenha feito uso de nenhuma base teórica.

Park e Burgess traçam as análises sociológicas das transformações para a sociedade moderna, assim como haviam sido apresentadas por Comte, Spencer, Tarde, Durkheim, Simmel, entre outros. As análises de Wilhelm Wundt, William Graham Sumner (1840-1910) e muitas outras também foram discutidas por eles. Park e Burgess combinaram a ideia desses autores com a tradição do pragmatismo americano aqui apresentada, especialmente com argumentos de Dewey, James, Cooley (cf. subcapítulo 3.1) e Mead (cf. subcapítulo 3.1). Além disso, eles

⁴⁴ Ver também Christmann (2007) e a nota biográfica sobre Park.

propuseram uma variedade de conceitos básicos (tais como: interação social, distância social, competição, conflito, adaptação, controle social, comportamento coletivo) para a pesquisa sociológica.⁴⁵

Como ponto de partida de sua análise sociológica, Park e Burgess fazem referência primeiramente à concepção evolucionista da “luta pela existência”, extraída do pensamento de Charles Darwin e Herbert Spencer, como princípio norteador do desenvolvimento da vida. Dentre os vários mecanismos básicos dos processos sociais descritos pelos autores em seu livro, o princípio da “competição” é o mecanismo no qual as populações vegetais, animais e humanas se assemelham. Esse é o ponto de partida “humano-ecológico”, a partir do qual os autores realizam suas discussões:

Park questiona se existe uma rede funcional de relações sob aquilo que chamamos de sociedade (a qual para ele, a partir de Dewey, se constituiria em e pela comunicação). Ele identifica isso no que ele chama, em analogia ao mundo animal e vegetal, de uma comunidade (sim)biótica ou ecológica, a qual resulta das inter-relações que surgem da luta pela existência e conservação das espécies. [...] A distinção entre a subestrutura biótica resultante da competição e a superestrutura cultural que emerge na e pela comunicação é fundamental para a ecologia social de Park. A ordem ecológica (biótica) forma a base daquilo que constitui o verdadeiro campo de investigação do sociólogo: toda a estrutura moral e de crenças, de hábitos e tradições produzida pela comunicação e pela interação, em suma, da cultura, é o que torna possível a diferenciação entre a sociedade humana e a comunidade de plantas e animais. A estrutura socioespacial da cidade surge como efeito da competição por recursos materiais e espaciais escassos (Lindner, 1990, p. 78).

⁴⁵ Ver, além do próprio livro, o resumo das etapas de argumentação em Christmann (2007, p. 33).

Entretanto, as sociedades humanas diferem dos ambientes vegetais e animais na medida em que os processos de comunicação criam conexões diferentes entre as pessoas daquelas observadas entre animais e plantas. Para Park e Burgess, a sociedade existe, fazendo referência a John Dewey, por meio dos processos de comunicação e nos processos de comunicação. A comunicação é a ponte entre os indivíduos, o processo pelo qual um “universo de discurso público” é criado, uma área, na qual diferentes perspectivas podem se encontrar e desenvolver símbolos e interpretações comuns das situações:

A sociedade não só continua a existir *por* transmissão, *por* comunicação, mas pode ser dito que ela existe justamente *na* transmissão, *na* comunicação. Há mais do que uma conexão verbal entre as palavras comum, comunidade e comunicação (Dewey, 1916, 2007, como referido em Park & Burgess, 1924, p. 36).

Para Park e Burgess, é evidente que, já em 1921, as novas tecnologias de comunicação de seu tempo haviam produzido a sociedade mundial, desencadeando com isso transformações abrangentes das culturas “conectadas”:

A sociedade mundial de hoje, que depende da comunicação quase instantânea de eventos e opiniões em todo o mundo, repousa sobre a invenção da telegrafia e a colocação dos grandes cabos oceânicos. A telegrafia e o rádio sem fio só aperfeiçoaram esses meios anteriores e impossibilitam um monopólio ou uma censura da intercomunicação entre os povos. As culturas tradicionais, as heranças sociais de eras de isolamento, estão agora em um processo mundial de interação e modificação como resultado da rapidez e do impacto desses modernos meios de circulação de ideias e sentimentos (Park & Burgess, 1924, p. 343).

A comunicação é uma forma de interação social na qual os indivíduos traduzem suas experiências individuais em experiências públicas e comuns, em sinais, em símbolos, “representações coletivas” (Émile Durkheim) e tudo o que constitui uma “cultura” específica, como valores, normas e padrões de comportamento. Por intermédio da comunicação, os indivíduos criam um universo comum de sinais, um “universo de discurso”, o qual por sua vez se torna a base do seu uso individual de sinais, desenvolvido nos processos de socialização:

Cada área natural [*natural area*] tem ou tende a ter suas próprias tradições, costumes, convenções, códigos de conduta [*decency*] e práticas de boas maneiras [*propriety*], e se não possui sua própria língua, apresenta pelo menos um universo de discurso, no qual palavras e ações têm um significado, que varia consideravelmente de uma comunidade local para outra (Park 1952c, p. 201, como referido em Christmann, 2007, p. 80).

Park e Burgess partem do pressuposto de que a ordem cultural é criada por dois processos básicos supracitados: a comunicação, que tem um efeito integrador e socializador, bem como a competição, que tem um efeito individualizador e de divisão do trabalho. Juntas, elas resultam em quatro tipos básicos de interação ou formas de socialização, que se encontram ligadas uma à outra como um “círculo de interação”: a *concorrência competitiva* (e com isso instintiva), o *conflito* (como competição, que se tornou consciente), a *acomodação* (isto é, o surgimento do consenso) e a *assimilação* (isto é, o desaparecimento das diferenças). Neste último, Park viu o ponto de fuga dos desenvolvimentos migratórios, mesmo que a atual situação de Chicago tenha dado poucas provas disso. Entretanto, segundo os autores, esses são processos sociais que, de uma forma ou de outra, afetam todas as formações sociais, não apenas a sociedade de imigração.

Nessa perspectiva humano-ecológica, as cidades aparecem como grandes conglomerados de pessoas em equilíbrio instável, em constante movimento e em uma crise crônica. Assim como para Georg Simmel, cujo conceito da constante “ação recíproca” (*Wechselwirkung*) entre os indivíduos como base do social assume, aqui, imensa influência (Simmel, 1992; 2015), Park e Burgess consideram o nível do social como um constante processo, no qual a sociedade busca direcionar tentativas de estabilização do controle social – controle social não entendido como o controle do comportamento, mas como a autor-realização bem-sucedida do social.

Em termos de desenvolvimento urbano, isso significa que os meios urbanos são estabilizados por processos de segregação espacial e assim se tornam um quebra-cabeças de pequenos mundos, o que por um lado consolida as distâncias entre padrões culturais, mas, por outro lado, também permite a liberação e o desenvolvimento da individualidade para aqueles que fogem de filiações específicas. A análise sociológica pode descrever esses processos tanto em termos de características socioestruturais (distribuição populacional, estruturas ocupacionais) como em termos de desenvolvimento de padrões culturais (aqueles específicos de bairros urbanos e de migração).

No laboratório urbano não surgem apenas novas profissões e tipos de personalidade, mentalidades e comportamentos. As formas institucionais, os problemas e as possibilidades de controle social também mudam. Os processos de comunicação assumem um papel central nessa sequência de configurações de interação, pois é por meio deles que a nova forma de coesão social é criada. Por essa razão, Park estava especialmente interessado na “imprensa étnica”, ou seja, nas culturas de mídia específicas de cada grupo de migrantes e na questão de até que ponto diferenças entre elas eram perpetuadas ou referências à cultura e à sociedade dos Estados Unidos eram realizadas.

Os processos de comunicação não formam apenas – a exemplo da esfera pública dos meios de comunicação de massa – uma base

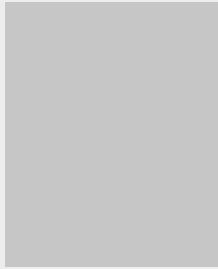
histórica geral de coesão social, mas também são a condição prévia para qualquer formação da personalidade humana. O desenvolvimento da competência humana no uso de símbolos pressupõe a comunicação e é transmitida pela comunicação. Em sua teoria da pessoa ou da formação da identidade, Park e Burgess adotaram, em especial, as ideias de Charles H. Cooley, que tinha desenvolvido uma teoria da socialização (cf. subcapítulo 3.1). Thomas e Znaniecki já haviam enfatizado em seu estudo sobre os lavradores poloneses que a personalidade humana não é uma unidade fixa, mas, sim, que está em constante desenvolvimento nos contextos sociais e que, portanto, assemelha-se mais à ideia de “carreira”, encontrando, constantemente, novos desafios e se transformando como consequência⁴⁶:

A concepção sociológica da personalidade, na medida em que os sociólogos formularam quaisquer concepções independentes de si mesmos, pode ser dita a partir das observações de Thomas e Znaniecki de que “a personalidade é o aspecto subjetivo da cultura”. Os costumes da comunidade tornam-se inevitavelmente os hábitos dos indivíduos que a compõem [...]. O que pode ser descrito como os processos de socialização [...] não são, portanto, apenas os processos pelos quais um indivíduo é incorporado a uma sociedade, mas são os processos pelos quais o indivíduo, ao alcançar um *status* social, torna-se não apenas um ser humano, mas uma pessoa. Ou seja, um indivíduo consciente de direitos e deveres e mais ou menos preocupado com o bem-estar comum do grupo ao qual ele pertence (Park, 1950c, p. 358).

De acordo com a análise de Park, sempre vivenciamos os outros inicialmente como portadores de papéis ou “máscaras” – esse é o

⁴⁶ Quanto às influências de Thomas sobre Park, ver Matthews (1977, p. 97).

significado original do termo “pessoa” –, ou seja, como tipos sociais, por trás dos quais não vemos a particularidade do indivíduo e que muitas vezes nem sequer conseguiremos ver, se a relação e o contato não se aprofundarem. Ele também enfatizou que os indivíduos sempre têm vontade própria e participação, isto é, não se desenvolvem completamente na interação e nas relações sociais, e sim contrariam tais relações com questões próprias, resistência etc. Cada indivíduo tem uma espécie de segredo residual, que é sua liberdade e tragédia ao mesmo tempo – uma posição intermediada pelo estudante de Park, Everett C. Hughes e que reverberou fortemente no trabalho de Erving Goffman (cf. capítulo 6).



Robert Ezra Park (1864-1944)

Robert Park é considerado um dos sociólogos americanos mais influentes de seu tempo. Nasceu em 1864 em Harveyville, Pennsylvania. Park estudou filosofia com William James em Harvard e John Dewey em Michigan. Ele se tornou amigo de John Dewey, com quem fundou a revista *The Thought News* em Michigan, destinada a promover reportagens sociais com orientação reformista e objetivos educacionais e filantrópicos, mas que nunca foi publicada. Mais tarde, em Chicago, Dewey continuou sendo um importante parceiro da sociologia de Park.

Entre 1890 e 1899, Park trabalhou como jornalista para vários jornais e revistas, incluindo o *Chicago Journal*. Nas suas reportagens

sobre temas jurídicos, policiais e locais e mais tarde como sociólogo, ele se interessava pelo sensacionalismo, bem como pela situação de vida e pela vida cotidiana de grupos sociais marginalizados. Em 1898, Park foi para Harvard para continuar seus estudos em filosofia. Lá, em especial William James o inspirou com suas críticas às categorias abstratas e universais e com seu apelo pela experiência das proposições. A partir de 1899, Park ficou na Alemanha por quatro anos com sua esposa e filhos, onde estudou sociologia com Georg Simmel em Berlim, entre outros.

No outono de 1903, eles voltaram para os Estados Unidos. Park trabalhou como assistente de filosofia em Harvard, fazendo desde lá seu doutorado sob a orientação de Wilhelm Windelband em Heidelberg, com uma tese sobre “massa e público”. No final de 1904, deixou a universidade novamente, dessa vez para assumir o cargo de secretário e agente publicitário chefe da Associação de Reforma do Congo, uma instituição que atuava pela melhoria da situação no então Congo belga. Park havia voltado a trabalhar como jornalista. Em 1905, conheceu o ativista negro de direitos civis Booker T. Washington, do Instituto Tuskegee de orientação reformista. Durante muitos anos, trabalhou como seu assessor de imprensa, assistente e escritor-fantasma, o que o levou a pesquisar os problemas e a vida da população negra.

Em 1910, viajou com Washington pela Europa para compreender a vida dos trabalhadores nos diversos países e compará-los com as condições de vida dos negros nos Estados Unidos. Em 1913, com então 49 anos de idade, assumiu seu primeiro cargo como sociólogo na Universidade de Chicago a pedido de William Thomas, de quem se tornara amigo, dando palestras a seu pedido sobre “o negro na América”. Em 1923, foi nomeado professor de sociologia. Em 1925, Park foi eleito presidente da Associação Americana de Sociologia. Ainda que tenha realizado uma sociologia orientada nas reformas e estivesse envolvido, por exemplo, na questão das relações raciais ou nos movimentos democráticos locais-urbanos, ele pleiteou por uma

sociologia que se abstinhasse de fazer julgamentos morais: os “bons samaritanos” morais não dariam bons sociólogos.

Em 1934, deixou a Universidade de Chicago e lecionou nos últimos anos de sua vida na Universidade de Fisk. No decorrer de sua vida, numerosas viagens de estudo o levaram a países como Alemanha, Inglaterra, Itália, Hungria, Polônia, Havaí, China, Índia, Brasil e África do Sul, entre outros lugares. Talvez também por essa razão (e no contexto da sua análise da importância da mídia de massa) ele tenha escrito: “A América, que já foi num sentido exclusivo o caldeirão das raças, já não é mais hoje. O caldeirão é o mundo” (Park, 1950d, p. 149, como referido em Christmann, 2007, p. 90).

Juntamente com seu jovem estudante e colega Ernest W. Burgess, Park escreveu um livro de introdução à sociologia (o trabalho mais importante na sua época), que foi extremamente influente. Sua palestra inaugural sobre “A cidade”, realizada em 1915, é um texto fundador da pesquisa urbana moderna, quando não da pesquisa social empírica de modo geral; o tipo social do “homem marginal”, que ele desenvolveu no contexto das relações migratórias, representa um diagnóstico ainda muito atual acerca da implicação dos processos migratórios nas sociedades modernas.

Sugestão de literatura

Park, R. E. (1928). Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*, 33, 881-893. [Uma perspectiva clássica sobre a situação de vida dos migrantes como aqueles, que não pertencem a lugar algum.]

Literatura complementar

Christmann, G. (2007). *Robert E. Park*. Konstanz: UVK. [Uma apresentação rica em informações sobre a vida e obra.]

Coulon, A. (1995). *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus. [O livro traz a história e a importância da Escola de Chicago para os métodos de investigação utilizados pelos autores; ver *Introduction to the science of sociology*, p. 42-45.]

Joas, H. (1992b). Von der Philosophie des Pragmatismus zu einer soziologischen Forschungstradition. In H. Joas (ed.), *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie* (pp. 23-65). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Original de 1988 como artigo na *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*.]

Lindner, R. (1990). *Die Entdeckung der Stadtkultur. Soziologie aus der Erfahrung der Reportage*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Uma explicação detalhada e de fácil leitura sobre a importância de Park para a Escola de Chicago.]

Plummer, K. (ed.) (1997). *The Chicago School. Critical assessments*. London: Routledge. [Uma coleção de mais de 1.000 páginas com contribuições sobre o desenvolvimento, orientação teórica e significado da Escola de Chicago.]

Valladares, L. P., & Park, R. E. (ed.) (2017). *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. [Coletânea de textos de Robert Park. Textos sobre sua vida e estudos, incluindo estudos no Brasil.]

Obras originais (seleção)

Park, R. E. (2017). A migração humana e o homem marginal. *Sociabilidades Urbanas*, 1(3), 14-123. [Parte da obra *Race and Culture* que discorre sobre migrações, seus conflitos e a mistura de culturas. Além disso, desenvolve sobre caráter instável o tal homem marginal, produzido por meio de diversas consequências das migrações.]

Park, R. E. (2005). *Race and culture*. London: Routledge. [Coleção de ensaios publicada pela primeira vez como volume I dos *Collected Papers* de 1950; contém, entre outros, o ensaio sobre o “homem marginal”.]

Park, R. E. (1999). La ciudad. fenómeno natura. In E. Park (ed.), *La ciudad: y otros ensayos de ecología urbana* (pp. 141-148). España: Ediciones del Serbal. [Parte da coleção *Human communities. The city and human ecology*.]

Park, R. E. (1967). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. G. Velho (ed.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Parte da coleção *Human communities. The city and human ecology*.]

Park, R. E. (1955). *Society. Collected papers* (vol. III). Glencoe: The Free Press. [Coleção de ensaios, incluindo trechos da *Introdução à ciência da sociologia*, assim como artigos sobre os meios de comunicação de massa e o comportamento coletivo.]

Park, R. E. (1952e). *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II.). Glencoe: The Free Press. [Leva, entre outros, o ensaio sobre “a cidade”, de 1915 e 1925.]

Park, R. E., & Burgess, E. W. (1924). *Introduction to the science of sociology* (2. Aufl.). Chicago: University of Chicago Press [1921].

Crédito fotográfico

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.

Embora tais considerações – assim como foram apresentadas de forma mais geral e abrangente também na *Introdução à ciência da sociologia* (Park & Burgess, 1924) – tenham constituído o arcabouço teórico da sociologia urbana de Chicago, nos estudos acima mencionados elas corresponderam mais a um pano de fundo teórico lógico ou o pontapé inicial da pesquisa empírica. O interesse sociológico de Park, assim como da sociologia de Chicago influenciada por ele,

concebe a mudança no nível da ação, dos grupos e das instituições, voltando-se menos às formações estruturais fixas.

Park estava voltado, principalmente, às consequências dos processos migratórios, não analisando apenas a diversidade dos modos de vida urbanos, da situação de vida dos afro-americanos e das afro-americanas ou dos migrantes europeus, que trouxeram seu comportamento do “velho mundo” para a nova experiência de cidade grande. Também o papel dos meios de comunicação de massa e a publicidade produzida para a separação ou integração dos diversos grupos de imigrantes, assim como a análise dos fundamentos socioculturais das relações raciais e dos conflitos raciais, foram temas constantemente presentes nos seus trabalhos. Isso tudo pôde ser perfeitamente relacionado à situação de Chicago, assim como estudado.

2.2.6 Realidades cosmopolitas

Quando se faz hoje referência à atual “cosmopolitização” de nossas sociedades na sociologia de língua alemã, especialmente por Ulrich Beck, no contexto dos fenômenos de redes globais, transnacionalização e migração (Beck, 2000), tal experiência parecia evidente a Park há quase cem anos no contexto da imigração norte-americana:

Particularmente em um país cosmopolita como o nosso, onde os indivíduos se diferenciam tanto no que diz respeito às suas origens culturais, bem como em suas vocações, as coisas não têm para cada indivíduo, nem para cada comunidade, o mesmo valor relativo (Park, 1952a, p. 19).

No âmbito de sua sociologia urbana, Park estava particularmente interessado nos fenômenos migratórios e na sua relação com a mobilidade social, cultural e espacial. Tendo em conta o ensaio de Georg Simmel sobre o “estrangeiro”, ele ficou fascinado pela ideia de que uma nova figura social poderia emergir dos processos de mobilidade, a do intelec-

tual cosmopolita, do “homem marginal”, do trabalhador fronteiro ou “marginalizado” (Merz-Benz & Wagner, 2002), que está consciente de sua situação “entre os mundos” e a partir daí desenvolve nova criatividade.

O “homem marginal” é um híbrido cultural que, diante de todos os mundos que encontra, deve e sabe como assumir o papel do estrangeiro e cosmopolita. Semelhantemente ao “estrangeiro”, ele é uma figura social que vem e fica, mas sem criar raízes, mantendo-se móvel, sem romper completamente com suas origens ou ser completamente absorvido pelo novo grupo. Sim, ele não pode fundir-se com ele, porque sob as condições do laboratório urbano não existe nenhuma sociedade homogênea. Nesse sentido, ele se encontra em uma situação ambivalente, um estranho entre os estranhos. Os bairros urbanos etnicamente mistos dos tempos atuais são exemplos emblemáticos de tais configurações.

O que aconteceu primeiramente na Grécia ocorre desde então no resto da Europa e agora está acontecendo na América. O movimento e a migração dos povos, a expansão dos negócios e do comércio e, particularmente, o crescimento, nos tempos modernos, desses vastos pontos de fusão de raças e culturas, as cidades metropolitanas, têm deixado os laços locais, destruído as culturas das tribos e do povo, substituindo-os pelas lealdades locais, pela liberdade das cidades; a ordem sagrada dos costumes tribais pela organização racional que chamamos civilização. Nessas grandes cidades, onde todas as paixões, todas as energias da humanidade são liberadas, estamos em condições de investigar os processos da civilização, por assim dizer, sob um microscópio. [...] É na mente do homem marginal que o tumulto moral que os novos contatos culturais ocasionam, se manifesta nas formas mais óbvias. É na mente do homem marginal – onde as mudanças e fusões de cultura estão acontecendo – que podemos estudar melhor os processos da civilização e do progresso (Park, 1950b, p. 353; 356).

A situação sociocultural do homem marginal (e, é claro, da mulher marginal) retrata um equilibrista vulnerável na linha divisória entre culturas, o que certamente pode acarretar problemas de definição e afirmação da identidade. Um bom exemplo disso é o filme *Gegen die Wand* (*Contra a parede*), de Fatih Akin, de 2004, no qual os protagonistas, um homem e uma mulher turco-alemães de Hamburgo, estão envolvidos em um doloroso processo de perda das raízes e autodescoberta, no qual coisas diferentes não se encaixam, as imposições de um meio social turco na Alemanha e a busca pelas raízes na Turquia estão dramaticamente entrelaçadas. Essa é a variante negativa do homem marginal, da qual Park também fala: “mas no caso do homem marginal, o período de crise é relativamente permanente” (Park, 1952b, p. 356).

Park enfatiza não apenas os lados negativos, mas também as novas e criativas possibilidades da experiência e da ação que tal situação social oferece. Por essa razão, talvez se possa dizer que o “homem marginal” é o protótipo da subjetividade moderna, e ainda mais: o nômade cosmopolita de nosso tempo (Makropulus, 2004):

O homem marginal é um tipo de personalidade que surge em um momento e em um lugar onde, fora do conflito de raças e culturas, novas sociedades, novos povos e culturas passam a existir. O destino que o condena a viver, ao mesmo tempo, em dois mundos é o mesmo que o obriga a assumir, em relação aos mundos em que vive, o papel de um cosmopolita e de um desconhecido. Inevitavelmente, ele se torna, em relação ao seu meio social, o indivíduo com o horizonte mais amplo, a inteligência mais aguçada, o mais desapegado e o ponto de vista mais racional. O homem marginal é sempre relativamente o mais civilizado ser humano (Park, 1950e, p. 375).

O conceito de “homem marginal” é a contribuição de Park para a pesquisa da agitação migratória em Chicago, assim como uma expres-

são de sua própria história de vida e uma esperança utópica, ainda muito atual, especialmente nos dias de hoje. O “homem marginal” nesse último sentido não trata somente da pessoa marginal, daquele que não pertence realmente a lugar algum, mas, sim, daquele que extrai suas possibilidades de viver no cruzamento, na zona de mescla ou na linha de confronto entre diferentes culturas:

A personalidade marginal torna-se a figura-chave do contato cultural, porque ela o absorve, na verdade ela o incorpora, porque corresponde ao caldeirão, no qual acontecem os processos culturais. A vida no limbo leva inicialmente a uma crise psicológica, na qual o sentimento de desenraizamento e desorientação predomina. Mas o processamento dessa crise abre uma oportunidade para os marginalizados, que não consegue ser percebida tão facilmente pelos enraizados. [...] Devido à sua dupla situação cultural, o estrangeiro perde aquela ingênua autoconfiança, que é característica do tipo firmemente enraizado em sua cultura; na ausência de técnicas culturais correspondentes ele não apresenta condições de se integrar simplesmente ao novo meio social [...]. Em sua pessoa, o homem que vive no limbo une o conhecimento e a visão do principiante com a atitude crítica do estrangeiro, o que o predestina para o papel de mediador e intérprete (Lindner, 1990, p. 203).

2.2.7 Onde está a ação: sociologia como “trabalho de campo”

O trabalho de campo refere-se [...] à observação de pessoas *in situ*; encontrá-las onde estão, permanecer com elas assumindo algum papel que, embora seja aceitável para elas, permitirá tanto a observação íntima de certos aspectos de seu comportamento quanto o seu relato, de maneira que possa ser útil às ciências sociais, mas não prejudicial aos observados (Hughes, 1993b, p. 496).

Onde está a ação é o título de um ensaio do sociólogo canadense Erving Goffman do ano de 1967, no qual ele fala sobre pesquisas em cassinos (cf. capítulo 6). Goffman se via como um “etnógrafo urbano” na tradição do Everett C. Hughes (1897-1983).⁴⁷ Ele destaca, aqui, a pesquisa de campo em contextos urbanos, a qual pode ser considerada como a verdadeira particularidade da sociologia de Chicago.⁴⁸ Esse modo de fazer pesquisa, orientado na etnologia e na antropologia cultural, transfere seu “trabalho de campo” para a grande cidade e seus múltiplos meios sociais ou subunidades espaciais. Fazer pesquisa de campo nesses locais significava, por um lado, arriscar uma proximidade sociológica nova com os objetos de pesquisa, o que implicava, por outro lado, no uso dos mais diversos dados e métodos de coleta de dados – incluindo, simplesmente, tudo o que estava disponível ou poderia ser disponibilizado.

Hughes e Herbert Blumer (cf. subcapítulo 3.2) pertencem à geração intermediária entre a primeira e a “segunda” Escola de Chicago (Fine, 1995). Eles haviam visitado seminários em Chicago, entre outros com Park, se tornando, no caso de Blumer, imediatamente funcionário do departamento de sociologia de Chicago, ou como Hughes, que assumiu um cargo no final dos anos 1930, depois de sua estadia como professor interino em Montreal. Foram seus alunos, por sua vez, Joseph Gusfield, Howard S. Becker, Erving Goffman e Anselm Strauss, que mais tarde se tornaram importantes protagonistas do *interacionismo simbólico* e de outras abordagens do *paradigma interpretativo* (cf. subcapítulo 4.3 e capítulo 7).

⁴⁷ Sobre Goffman, ver Raab (2008a, p. 41). Embora os primeiros trabalhos de Goffman sejam atribuídos, por vezes, a essa “segunda Escola de Chicago” (Fine, 1995), ele mesmo rejeitou ser definido como interacionista simbólico. Na verdade, seu trabalho é altamente original, de modo que será apresentado a seguir como uma abordagem independente dentro do paradigma interpretativo (cf. capítulo 6). Uma visão geral contemporânea pode também ser encontrada na coletânea de Rose (1962).

⁴⁸ Sobre uma visão geral das etnografias da Escola de Chicago, ver Deegan (2007).

A influência de Blumer e Hughes sobre a tradição de Chicago foi muito diferente. Enquanto Blumer viria a se tornar, em razão de seu conceito teórico de “interacionismo simbólico”, o principal criador do conceito-chave da teoria desse paradigma, a influência de Hughes foi bastante subcutânea, ocorrendo de forma concreta devido à sua motivação e realização do trabalho de campo em Chicago e no trabalho que se seguiu posteriormente. Embora Park tenha sido um importante precursor da pesquisa de campo sociológica em *mundos da vida* urbanos, posicionando-se de maneira bastante categórica em relação a uma abordagem prática, não havia mais apoio para a realização de pesquisas empíricas na Escola de Chicago, com exceção do livro de Vivien Palmer (Palmer, 2007) *Estudos de campo na Sociologia*, publicado em 1928.

As entrevistas e análises de documentos privilegiadas por William I. Thomas não exauriram de maneira alguma as possibilidades de pesquisa. Palmer havia supervisionado muitos dos primeiros estudos de campo em Chicago, reunindo as várias abordagens em seu livro. Esse foi considerado, juntamente com a *Introdução à ciência da sociologia* apresentada por Park e Burgess, o trabalho metodológico mais relevante (e ainda hoje útil) da sociologia de Chicago. Isso compreende a análise de dados estatísticos e todos os tipos de dados possíveis e acessíveis que poderiam fornecer informações sobre um problema, incluindo observação participante. A esse respeito, os estudos de campo não se limitavam necessariamente às abordagens etnográficas, mas, sim, incluíam uma variedade de fontes, selecionadas com base no assunto.

E o que significava realmente ir “para o campo”? Como os possíveis sociólogos devem ser apresentados a essa difícil e pouco clara tarefa? Além do incentivo de Park e Burgess e do importante apoio metodológico fornecido por Vivien Palmer, a orientação foi prestada, sobretudo, pelo estudante de Park, Hughes. Após longos eventos universitários de introdução à pesquisa de campo, no início dos anos 1950, Hughes

iniciou um abrangente “projeto de treinamento de campo” (Hughes, 1993b) para futuros sociólogos. No tocante ao trabalho realizado em Chicago, Hughes tornou-se, a partir de 1938, pelo seu grande interesse por pesquisa de campo e da sua iniciativa em promover cursos de qualificação em pesquisa, um importante mentor dos estudos mais recentes do *interacionismo simbólico* (e também da sociologia de Goffman): “O projeto de treinamento de campo foi o momento da invenção de uma metodologia interacionista de trabalho de campo na sociologia e da articulação de uma série de questões, que ainda hoje se encontram em manuais de trabalho de campo” (Cefaï, 2002, p. 25).

Hughes estava menos interessado em teoria e metodologia do que em observações empiricamente substanciais. Nelas, os sociólogos, pesquisadores de campo, deveriam deixar-se inspirar, sobretudo, por aquilo que lhes viesse à mente: “observação” e “imaginação” – em referência ao famoso livro de Charles W. Mills (1916-1962), *A imaginação sociológica*, de 1959 (Mills, 1973; 1975) – são as duas palavras-chave que servem, em retrospectiva, como marcadores centrais de sua perspectiva sociológica (Hughes 1993a, p. XVI). Para tanto, se poderia fazer uso, por exemplo, de ousados paralelos entre categorias de pessoas, ao tentar explorar semelhanças e diferenças entre seus respectivos campos de trabalho e tarefas, ou para elucidar o funcionamento específico de um campo social pela relação com um outro campo aparentemente diferente (Riesman & Becker, 1993, p. XI).

Comparações entre “grupos extremos”, como, por exemplo, entre psicoterapeutas e prostitutas, cujos clientes esperariam de ambos os benefícios especiais, ou o uso de metáforas deveriam, a seu ver, promover *insights* sociológicos sobre as áreas temáticas (Raab, 2008a, p. 41). O seu estudo a respeito das transformações do Quebec, *French Canada in Transition (Francês canadense em transição)*, escrito durante o período na Universidade de Montreal McGill (Hughes, 2009), é considerado um importante clássico.

Hughes atuou, principalmente, nas áreas da sociologia do trabalho e das profissões, envolvendo-se com instituições e organizações que eram entendidas como atores coletivos, ou dedicando-se a questões voltadas aos problemas raciais e às relações étnicas, aos perigos do nacional-socialismo ou do movimento trabalhista na Renânia (Hughes, 1993c). Após a Segunda Guerra Mundial, ele participou de programas na Universidade de Chicago para a reconstrução das universidades alemãs (por intermédio do financiamento de docentes), assumindo, entre 1948 e 1958, três vezes o cargo de professor visitante em Frankfurt/Main.⁴⁹ Em seus trabalhos escritos, ele deu continuidade, entre outros, ao conceito de marginalidade de Park, aplicando-o à situação das mulheres. Ele também influenciou as pesquisas em gestão de pessoas e nos campos do trabalho e das profissões. Sua influência se manifestou menos por textos, como no caso de seu colega Herbert Blumer, e mais na seleção dos objetos de pesquisa do *interacionismo simbólico* mais recente e nos métodos concretos de pesquisa:

A atenção de Hughes está voltada especificamente para as profissões, para as profissões acadêmicas [...]. Ele analisa a ideologia de vários tipos de profissões acadêmicas de forma crítica como um meio de alcançar liberdade de controle e *status*; ele está interessado nas técnicas e táticas de se livrar de trabalho indesejável e ocultar erros diante de subordinados e clientes (Joas, 1992b, p. 52).

O estudo das instituições, organizações e de outras entidades sociais sempre esteve ligado à necessidade de lidar com a respectiva

⁴⁹ Cf. os dados biográficos no site da Biblioteca da Universidade de Chicago (University of Chicago Library, 2006).

vida interior desses fenômenos e ao mesmo tempo refletir sobre a própria atividade de observação e análise sociológica⁵⁰:

Se a sociologia é concebida como a ciência da interação social e dos resultados culturais e institucionais da interação (que se tornam fatores condicionantes da interação futura), então a observação de campo é aplicável à sociologia. À medida que o observador de campo se torna um observador consciente e um analista de si mesmo no papel de observador, ele se torna também um sociólogo puro (Hughes, 1993b, p. 505).

2.2.8 Sociedade de esquina

A tradição de pesquisa de campo da Escola de Chicago encontrou um eco e um exemplo de sua aplicação quando, pelo menos no que diz respeito à sua relevância inicial, ela já estava em declínio. Trata-se do famoso estudo de William F. Whyte (1914-2000) intitulado *The Street Corner Society (A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada)*, com a qual ele recebeu seu título de doutor pela Universidade de Chicago, em 1942. Whyte tinha estudado em Harvard, por isso não veio diretamente da sociologia de Chicago. Entretanto, seu estudo foi associado à sua tradição, não apenas por sua abordagem e temática, mas provavelmente porque Whyte o finalizou em dois anos na Universidade de Chicago, tendo sido supervisionado por Everett C. Hughes e W. W. Lloyd Warner.

Whyte, que mais tarde se tornaria professor na Universidade Cornell e, como Park e Thomas, presidente da Associação Americana de Sociologia, apresenta em seu estudo de 1939/1940 os resultados de uma observação participante realizada na periferia de North End,

⁵⁰ Cf. as contribuições sobre os diferentes campos de atuação de Hughes na publicação dedicada a ele, editada por Howard S. Becker *et al.* (2009).

em Boston, onde ele morou por dois anos. Ele retratou, em particular, a vida cotidiana de duas gangues de rua, os Corner Boys (rapazes da esquina) e os College Boys (rapazes formados), num bairro degradado que era evitado pelos americanos “decentes”. Os demais capítulos são dedicados às relações entre o submundo e a política – os “big shots” (“peixes graúdos”) – em relação aos negócios e jogos de azar, em certa medida, ilegais. Os “peixes miúdos”, ou seja, os Corner Boys e os College Boys, são “jovens de origem estrangeira”, ou seja, filhos de imigrantes italianos que desenvolviam e viviam sua própria “cultura local” (Peter Atteslander) no bairro e em suas gangues:

Os rapazes da esquina são grupos de homens cujas atividades sociais giram em torno de algumas esquinas em particular e as adjacências, com suas barbearias, lanchonetes, bilhares ou clubes. Constituem o nível mais baixo da sociedade dentro de sua faixa etária e, ao mesmo tempo compõem a maioria dos jovens de sexo masculino de Cornerville. Durante a Depressão, a maior parte estava desempregada ou tinha apenas emprego irregular. Poucos haviam completado o segundo grau, e muitos deixaram a escola antes de terminar a oitava série. Os rapazes formados são um pequeno grupo de jovens que superaram o nível de rapaz de esquina por meio de uma educação universitária. Como tentam abrir espaços para si mesmos como profissionais, continuam subindo socialmente (Whyte, 2005, p. 22).

O tema do livro não trata apenas das relações dentro do grupo dos “peixes miúdos” e dos “peixes graúdos”, mas também dos encontros entre os representantes desses dois grupos sociais. Assim, “sabermos como a sociedade de Cornerville é organizada. Com base nesse conhecimento, torna-se possível explicar as lealdades pessoais e o significado das atividades políticas e mafiosas” (Whyte, 2005, p. 24).

Whyte nos fornece, por exemplo, uma descrição densa impressionante de como a hierarquia do grupo influencia o desempenho dos membros no boliche, uma das atividades de lazer mais comuns. Jogadores que, quando jogam sozinhos, são muito bons e claramente superiores aos membros mais bem posicionados na ordem hierárquica, mas que, ao jogarem em grupo, atuam somente da forma que corresponda à sua posição geral no grupo.

A atualidade desse trabalho reside na capacidade de Whyte deixar claro como as diferentes gangues constroem suas próprias culturas de bairro, moldando, assim, suas vidas, mas também entrando em conflitos com os outros – um tema ainda hoje muito presente nas grandes cidades. O livro continua interessante devido à transparência de como lida com questões metodológicas: Whyte descreve suas tentativas repetidamente malsucedidas de encontrar uma boa abordagem para o seu campo e não esconde os erros, as tentativas e as buscas por procedimentos, as dificuldades e os problemas que um projeto de pesquisa desse tipo pode trazer consigo. Antes de conseguir um lugar no bairro com a interferência de um líder dos rapazes da esquina, que aparece no texto como “Doc” e cuja confiança ele conquistou, foi necessário lidar com retrocessos:

Nessa época, conheci em Harvard um jovem professor de economia que me impressionou com sua autoconfiança e seu conhecimento de Eastern City. Ele estivera ligado a um centro comunitário e falava levemente sobre suas associações com os jovens durões do distrito, homens e mulheres. Também descreveu como, às vezes, entrava num bar na área, travava conhecimento com uma garota, pagava uma bebida para ela e então a encorajava a contar sua história de vida. Ele garantia que as mulheres que encontrava desse modo apreciavam a oportunidade e que não havia aí qualquer obrigação adicional. Essa abordagem parecia pelo menos tão plausível quanto qual-

quer outra que eu tivesse sido capaz de pensar. Resolvi tentar o mesmo. Escolhi o Regal Hotel, que ficava no final de Cornerville. Com uma certa agitação, subi as escadas para a área de comida e lazer e dei uma olhada em volta. O que encontrei foi uma situação para a qual meu conselheiro não me preparara. De fato, havia mulheres, mas nenhuma delas sozinha. Algumas se faziam acompanhar por um homem, e havia dois ou três pares de mulheres. Avaliei rapidamente a situação. Senti pouca confiança em minha habilidade de escolher uma mulher e me parecia desaconselhável lidar com duas ao mesmo tempo. Ainda assim, estava determinado a não me dar por vencido sem lutar. Olhei em volta de novo e percebi um trio: um homem e duas mulheres. Ocorreu-me que ali havia má distribuição de mulheres e que eu poderia corrigir isso. Aproximei-me do grupo com uma fala mais ou menos assim: “Perdoem-me. Vocês se importam se eu me juntar a vocês?” Houve um momento de silêncio, enquanto o homem me encarava. E então se ofereceu para me jogar escada abaixo. Garanti que isso não seria necessário e demonstrei o que dizia saindo de lá sem qualquer ajuda (Whyte, 2005, p. 292).

O estudo de Whyte difere dos demais estudos de campo de sociólogos urbanos que trabalharam diretamente com Park na medida em que foca no uso de dados etnográficos e numa apresentação compreensível desses dados, dispensando o vocabulário sociológico e as longas listas de literatura. Em comparação, as pesquisas mencionadas acima geralmente reuniam uma grande mistura de dados, incluindo estatísticas, análises de jornais, entrevistas e observações. Desde sua publicação, a “sociedade de esquina” tem estimulado um grande número de análises semelhantes, não apenas na sociologia, mas também em disciplinas vizinhas, tais como nos estudos culturais. Um dos mais famosos “sucessores” é o estudo realizado por Paul

Willis sobre as experiências escolares de jovens ingleses do meio operário, escrito em meados dos anos 1970 e intitulado *Aprendendo a trabalhar* (Willis, 1979).

Sugestão de literatura

Whyte, W. F. (2005). *The Street Corner Society. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. [Especialmente p. 38-48; 113-162.]

2.3 Balanço e atualidade da Escola de Chicago

Para a sociologia, em geral, e para o *paradigma interpretativo*, em particular, a contribuição específica da Escola de Chicago reside, por um lado, em sua compreensão claramente pragmática e construtivista da ação humana, bem como sua incorporação indispensável em situações sociais e outros contextos. O teorema da *definição da situação* é um exemplo disso. Em segundo lugar, deve ser enfatizada a aplicação dessa perspectiva às *situações sociais, tipos e meios da metrópole (cosmopolita)*, as quais são analisadas a partir de *desenhos de pesquisa qualitativa exploratória*. E, em terceiro lugar, deve ser observado que isso não foi feito sem o uso de teoria, e sim como parte integrante de um *arcabouço teórico mais abrangente de constituição, dinâmica, conflitualidade e modernização das sociedades humanas*, mesmo que seus componentes, assim como argumentado por Thomas ou Park e Burgess, possam hoje não mais parecer contemporâneos em todos os aspectos. A importância da Escola de Chicago para o desenvolvimento do pensamento sociológico e da pesquisa sociológica pode ser resumida nos seguintes pontos⁵¹:

⁵¹ Ver também sua ampla contribuição geral a nível textual em Plummer (1997).

- o modelo de ação pragmatista introduziu um conceito de ação na sociologia que direciona o interesse da pesquisa para a ação prática, concreta e cotidiana como um processo criativo e de solução de problemas;
- a ênfase na interação e nos processos de comunicação acentua que essa ação não é um evento individual isolado, mas que ocorre entrelaçada em processos sociais;
- o conceito de “definição da situação” (Thomas & Thomas; Thomas & Znaniecki) mostra afinidades com a sociologia compreensiva de Max Weber. Assim, a capacidade de compreender e interpretar dos atores é estabelecida como uma variável central da análise sociológica. Ao mesmo tempo, é enfatizado que essas interpretações não são invenções individuais, mas sempre se baseiam em padrões de interpretação disponibilizados pela sociedade;
- a Escola de Chicago direciona seu interesse sociológico para a gestão prática e concreta de problemas de interpretação e ação. Com isso, ela está particularmente interessada nas desordens e inovações, que surgem das constelações de mudanças sociais e culturais, do contato ou do confronto de diferentes configurações socioculturais. Para tanto, a cidade de Chicago se tornou, com suas culturas migrantes segregadas e diversos fenômenos sociais, um objeto emblemático de pesquisa;
- o conceito de Robert Park do “homem marginal” descreve, assim, não apenas uma constelação específica de processos migratórios, mas pode ser considerado, de maneira geral, como um exemplo prototípico do homem moderno e destradicionalizado;

- dedicada à sua participação nos “mundos sociais da grande cidade”, à sua imersão na realidade concreta dos fenômenos sociais e à combinação de diferentes métodos de pesquisa no processo de análise, a Escola de Chicago desenvolveu um novo estilo de análise sociológica que viria influenciar os desdobramentos futuros de toda pesquisa social qualitativa.

Em meados dos anos 1930, depois de inúmeros estudos etnográficos (Deegan, 2007), os sociólogos de Chicago perderam sua primazia na sociologia norte-americana. A reconstrução de departamentos de sociologia em outras universidades e o interesse em métodos estatísticos ou tradições teóricas alternativas, bem como uma mistura de pesquisa *survey* e sociologia funcionalista, promoveram seu “declínio”. Algumas deficiências que encontramos em seus trabalhos podem ter sido responsáveis por isso, como a dificuldade bastante comum, com poucas exceções, de gerar novos conceitos teóricos baseados em estudos empíricos. Sucessivos descuidos na aplicação dos métodos de coleta e na análise dos dados também contribuíram para isso.

O estudo supracitado de Thomas sobre as “moças desajustadas” é um bom exemplo disso. Nele, declarações de conversas, cartas etc. são intercaladas, servindo de ilustração às explicações de Thomas, sem que o processo de análise tenha sido explicado em detalhes. Essas abordagens, criticadas por Herbert Blumer (1939) na década de 1930, certamente não poderiam competir com os critérios da pesquisa social quantitativa ascendente, deixando algumas questões em aberto sob a perspectiva da pesquisa social qualitativa contemporânea. Finalmente, a formulação de conceitos da ação baseada em teorias da psicologia resultante do debate com o behaviorismo, ou a abordagem humano-ecológica de Park, podem ter contribuído para seu declínio.

Tudo isso se manifestou de forma institucional: enquanto ainda nos anos 1920 as figuras de liderança da Escola de Chicago, a exemplo de Park e Thomas (e muitos outros sociólogos mencionados acima), ainda

atuavam como presidentes da Associação Americana de Sociologia, determinando os debates sociológicos no *American Journal for Sociology* de Chicago, a *American Sociological Review* foi fundada em 1935 como uma alternativa, se tornando a então revista da Associação Americana de Sociologia. Foi somente no início dos anos 1950 que se deu início a uma nova retomada sob o rótulo de *interacionismo simbólico*, na qual muitos ex-alunos da fase inicial da Escola de Chicago se envolveram como professores e pesquisadores. É exatamente por essa razão que se fala de uma “segunda Escola de Chicago” (Fine, 1995).

Hoje temos (novamente) um cenário de pesquisa vibrante (não apenas) nos Estados Unidos ligada à antiga tradição de estudos de caso da sociologia de Chicago. Entretanto, existem, até então, poucos estudos sociológicos em língua alemã que façam referência a ela. Alguns exemplos podem servir para ilustrar a diversidade e a vitalidade da tradição da pesquisa de campo etnográfica:

- Duneier (1999), que foi aluno de Howard S. Becker (ver abaixo), conviveu com moradores de rua negros em Manhattan, os quais administravam um sebo de livros móvel na rua; entre outras coisas, ele ficava cuidando da livraria quando eles tinham que dar uma saída rápida. Anderson (1999), também do círculo de Becker, apresentou uma análise sobre as violentas rixas familiares de gueto na Filadélfia. Newman (1999) ilustrou as lutas cotidianas pela sobrevivência dos pobres em Harlem.⁵² Venkatesh (2008) analisou a estrutura de quadrilhas e a economia do submundo na região sul de Chicago até o final dos anos 1990. Bernstein (2007) estudou

⁵² No âmbito de um simpósio, o sociólogo francês Louic Wacquant, um seguidor da tradição sociológica de Bourdieu, apresentou uma forte crítica aos estudos de Duneier, Anderson e Newman (Wacquant, 2002), os quais reagiram fortemente com suas próprias críticas à posição e às análises de Wacquant (Duneier, 2002; Anderson, 2002; Newman, 2002). A discussão pode ser usada como exemplo para ilustrar as diferentes posições sociológicas e suas implicações.

as várias formas e transformações da prostituição em São Francisco, Amsterdã e Estocolmo;

- na França, Daniel Bizeul escreveu vários estudos que trazem claras influências da tradição de Chicago, incluindo, por exemplo, o estudo de um grupo local da Frente Nacional, no qual ele realizou observação participante durante vários anos (Bizeul, 2003)⁵³;
- nos países de língua alemã, o sociólogo austríaco Roland Girtler se posicionou explicitamente a favor da tradição de Chicago. Além de orientações a respeito dos critérios da abordagem de pesquisa de campo (Girtler, 2001; 2004a), ele apresentou vários estudos, incluindo um sobre o meio social de prostitutas de Viena dos anos 1980 (Girtler, 2004b) ou sobre as “pessoas distinguidas” (Girtler, 2002);
- além disso, devem ser mencionados os trabalhos de Werner Schiffauer, que, embora tenham sido realizados no âmbito da disciplina de etnologia europeia, possuem uma abordagem etnográfica mais próxima da pesquisa de campo da tradição sociológica de Chicago, como os estudos sobre migrantes turcos e suas organizações na Alemanha (por exemplo, Schiffauer, 1991). Em alguns aspectos, a etnologia europeia, mas também os estudos sociológicos-etnográficos mais recentes, seguem métodos de trabalho e temas de pesquisa que apresentam afinidade com as tradições de pesquisa da Escola de Chicago (aqueles inspirados pela etnografia e antropologia cultural) (por exemplo, Löw & Ruhne, 2011; Benkel, 2010);

⁵³ Ver também o trabalho de Chapoulie sobre a recepção na França (2001).

- a “etnografia do *mundo da vida*”, assim como foi concebida por Ronald Hitzler e Anne Honer e que é discutida mais adiante no capítulo 4, também deve ser lida dentro do contexto da tradição de pesquisa de campo de Chicago, mesmo que esteja, aqui, mais fortemente ligada à tradição em língua alemã da sociologia hermenêutica do conhecimento segundo Alfred Schütz e fundamentos fenomenológico-sociais específicos (Honer, 1993; Hitzler, 1999a). Um estudo mais recente sobre “a cultura dos fliperamas” (Reichert & Englert, 2010) mostra claramente as referências à tradição de Chicago.

Exercícios

- Explique o modelo de ação do pragmatismo usando um próprio exemplo.
- Aplique os modelos de ação do utilitarismo e do behaviorismo ao mesmo exemplo. Como muda a compreensão da situação apresentada no exemplo?
- Qual dos modelos lhe parece ser o mais plausível para explicar o exemplo a partir da perspectiva teórica? Justifique sua resposta.
- Como os pressupostos do pragmatismo são incorporados na sociologia de Chicago?
- Aplique o conceito de “definição da situação” usando exemplos empíricos, nos quais temos definições da situação concorrentes. Quais são as consequências?
- Quais são as especificidades e a atualidade existente à época no contexto da Escola de Chicago?
- Por que são necessários estudos sociológicos sobre os modos de vida concretos quando se pretende realizar reformas sociais?

- Explique o papel dos processos de comunicação e o conceito de “universo do discurso” na sociologia de Chicago.
- Quais são as características do “homem marginal” para Park e como se explica sua situação social?
- Em que medida o conceito de “homem marginal” pode ser transferido para as experiências sociais de hoje? [Nota: discuta a questão com base nas formas de expressão artística atuais, por exemplo, com base no filme de Fatih Akin, *Contra a Paredes*, de 2004].
- Os atuais “contextos étnicos” e (por exemplo, da cultura dos jovens) modos de vida na grande cidade diferem da situação em Chicago naquela época? Valeria a pena investigá-los? Quais são as perguntas possíveis? De que bases teóricas você precisaria? Como você procederia?

3

O INTERACIONISMO SIMBÓLICO

NO INÍCIO DOS ANOS 1950, começou o renascimento da Escola de Chicago nos Estados Unidos. Dois ex-sociólogos de Chicago, Herbert Blumer e Everett C. Hughes, mencionados anteriormente, desempenharam um papel importante nesse processo. Blumer foi assistente do filósofo social e psicólogo social George Herbert Mead, tendo cunhado o termo “interacionismo simbólico” ou “interacionistas simbólicos” em um artigo sobre psicologia social no final dos anos 1930 (Blumer, 1938) e formulado, seguindo as reflexões de Mead, a base teórica dessa abordagem para a sociologia.

Na verdade, os filósofos James e Dewey já haviam desenvolvido uma série de elementos de uma teoria da ação, mas sem oferecer uma forma de argumentação sociológica sobre a relação entre o nível da ação individual e o nível das regras coletivas e padrões de interpretação. Isso é o que os pragmatistas de orientação sociológica ou sociopsicológica Charles H. Cooley e, especialmente, George Herbert Mead conseguiram realizar com suas reflexões sobre o curso dos processos de socialização, a formação das identidades, bem como a gênese e o significado do uso de símbolos. Em especial, o trabalho de Mead é considerado hoje – sem

antes graças aos esforços de Blumer, entre outros, no contexto do interacionismo simbólico – como uma contribuição fundamental para a sociologia.⁵⁴ Esse tema ainda será abordado mais adiante.

Everett C. Hughes tinha uma orientação mais etnográfica e socio-antropológica do que Blumer e estava mais interessado em observações empíricas densas do que em teoria e metodologia sociológica. Enquanto Blumer influenciou a perspectiva teórica com o termo “interacionismo simbólico” – para muitos, como escreveu Fine (1993, p. 63), “Herbert Blumer *era* o interacionismo simbólico” –, a influência de Hughes foi expressa nos objetos de pesquisa e na forma como eram analisados, tendo sido adotados pela “segunda geração da Escola de Chicago”. Tratava-se frequentemente de métodos como observação participante e abordagens etnográficas, também utilizadas pelos precursores de Chicago (Rock, 2007).

A pesquisa de Howard S. Becker ou de Anselm Strauss, que trabalharam com Hughes no início de suas carreiras, foi realizada, por exemplo, diretamente dentro dessa tradição (Fine, 1995; Joas, 1992b, p. 50). Erving Goffman, apesar de sua distância em relação ao interacionismo simbólico, se considerava um “etnógrafo metropolitano na tradição de Hughes”. Os primeiros trabalhos importantes dessa “segunda Escola de Chicago” aparecem no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, incluindo, entre outros, os trabalhos de Goffman, *A representação do eu na vida cotidiana* (1956/1959) e *Manicômios, prisões e conventos* (1961); de Becker, Geer, Hughes e Strauss, *Boys in White* (1961); de Becker, *Outsiders* (1963); e de Gusfield, *as Cruzadas simbólicas* (1963). Ao invés de uma *teoria crítica* de grande envergadura no sentido da Escola de Frankfurt (Dubiel, 1992; Brock *et al.*, 2009, p. 127), se buscou aqui adotar, entre outras coisas, uma postura “crítica”, na medida em que se levava a sério as perspec-

⁵⁴ Sobre a conexão entre as obras de James, Cooley e Mead cf. Fabermann (1985). Thomas e Park já haviam sido influenciados pelas ideias de Cooley e Mead, tendo utilizado termos como “sociologização” e “intersubjetivação” presentes no modelo da ação do pragmatismo.

tivas até então desconhecidas ou ignoradas dos “desfavorecidos” ou, de maneira geral, dos membros “comuns” da sociedade como objeto sociológico de pesquisa (por exemplo Becker, 1967).

Blumer e Hughes, certamente, trabalharam em cima de uma percepção mais ampla do interacionismo simbólico como uma sociologia nova, refrescante, radical e de inspiração pragmatista, voltada para o concreto. Entretanto, o que realmente impulsionou o interesse público (sociológico) por essa abordagem foi, provavelmente, o grande número de seus estudantes extremamente ativos e criativos. Entre eles estão Becker, Strauss, Goffman ou Gusfield, entre muitos outros, cujos estudos não poderão ser apresentados todos aqui; nos últimos tempos, alcançou-se a uma “terceira geração” de sociólogas e sociólogos, como Adele Clarke, Juliette Corbin, Arlie Hochschild, Gary Alan Fine, Norman Denzin, dentre muitos outros.

Os estudos que aqui surgiram se caracterizam por algumas semelhanças: um enfoque resolutivo na investigação de eventos concretos em situações concretas, uma análise densa e exaustiva da experiência e uma tendência a se identificar com os “outsiders” estudados (Howard S. Becker), além de um certo desrespeito ao *establishment* social, mas também sociológico, da época. Aquilo que era feito dos dados e das análises obtidos por meio de observação participante dependia em grande medida dos interesses gerais, das perguntas de pesquisa e, provavelmente, dos talentos dos pesquisadores.⁵⁵ Uma reflexão sistematizada sobre os processos de formulação teórica baseada nos dados pode ser encontrada, por exemplo, em Anselm Strauss e Barney Glaser. Howard S. Becker também desenvolveu, paralelamente aos seus estudos, estratégias de análise e, sobretudo, formas de apresentação de resultados e de escrita científica.

⁵⁵ Mais uma vez, as sociólogas assumiram um papel secundário no que corresponde à recepção das grandes teorias ou na formação de conceitos e procedimentos para a discussão sociológica mais geral. Isso está mudando atualmente, especialmente no contexto da *teoria fundamentada* na sucessão de Anselm Strauss.

As pesquisas sociológicas desde uma perspectiva simbólico-interacionista contemplaram desde o início uma ampla gama de temas, incluindo estudos sobre processos de formação e representação da identidade, emoções e trabalho das emoções, construção social de comportamentos e problemas sociais desviantes, sociologia da arte, análise das organizações e da ação coletiva e, posteriormente, sobre questões das tradições sociológicas feministas e críticas, assim como acerca do pós-estruturalismo e estudos culturais (Sandstrom *et al.*, 2001).

Mais recentemente, a situação do interacionismo simbólico vem sendo avaliada de forma ambivalente: por um lado, ele tem uma incrível trajetória de sucesso e suas ideias podem ser encontradas hoje em quase todas as abordagens sociológicas; por outro lado, é possível constatar uma forma de amnésia sociológica coletiva, ou seja, um profundo esquecimento daquilo que foi trabalhado nessa teoria, o desaparecimento de sua unidade como perspectiva teórica, por meio do qual muitas coisas que são hoje consideradas como novas, na verdade, haviam sido descobertas há muito tempo – um bom motivo, consequentemente, para se trabalhar com ele (Fine, 1993; Atkinson; Housley, 2003; Maines, 2001).

Então, o que há de tão especial nessa “primeira e mais diferenciada teoria sociológica americana” (Sandstrom *et al.*, 2001)? Em geral, pode-se antes de mais nada considerar os seguintes pontos:

- o interacionismo simbólico questiona como os fenômenos sociais são construídos a partir das interações e que papel os processos de interpretação dos participantes e a coordenação mútua desses processos de interpretação desempenham;
- ele segue o modelo pragmatista da ação e enfatiza o entrelaçamento entre a interpretação (pensamento) e a ação, bem como a primazia da interação e dos processos de comunicação em relação à ação individual;

- um papel central é, portanto, desempenhado pela inclusão do conceito de “definição da situação” e a questão de como as definições da situação são utilizadas em situações sociais e são tratadas de forma rotineira ou criativa pelos atores sociais;
- essas questões têm como base a ampla teoria do uso humano de símbolos e as condições sociais do *self*, desenvolvidas pelo filósofo e psicólogo social pragmatista George Herbert Mead, que, em comparação com a antiga Escola de Chicago, agora são utilizadas de forma explícita na ampliação da fundamentação teórica da abordagem;
- como consequência, as implicações metodológicas das abordagens são mais fortemente refletidas e elaboradas;
- o interacionismo simbólico está, portanto, interessado na forma como os fenômenos sociais são constituídos por intermédio do uso humano de símbolos;
- a “sociedade” aparece, então, como uma estrutura interligada, estabilizada, dinâmica e complexa de processos de interação mediados por símbolos.

A seguir, serão abordados os elementos mais importantes dessa perspectiva teórica. Primeiramente, daremos ênfase à teoria de Mead sobre o uso humano de símbolos e a constituição social do *self* (subcapítulo 3.1). Depois, apresentaremos a teoria do interacionismo simbólico, conforme formulada por Herbert Blumer (subcapítulo 3.2).⁵⁶ A aplicação empírica desse paradigma teórico deu origem a várias

⁵⁶ Somente a tradição de Blumer do interacionismo simbólico será discutida aqui. A partir de Mead, surge também a “Escola de interação simbólica de Iowa” em torno de Manford E. Kuhn (1911-1963), o qual adota uma abordagem quantificadora, buscando investigar grandes contextos estruturais.

tradições de pesquisa (como a *teoria da rotulação* ou *teoria fundamentada*), que serão discutidas no subcapítulo 3.3. Ao final, será realizado um breve balanço sobre o interacionismo simbólico, considerando sua relevância atual (subcapítulo 3.4).

3.1 Uso de símbolos e a constituição social do self

Os filósofos pragmatistas conceberam a sua ideia de ação coletiva em grupos sociais ou sociedades a partir do seu modelo de ação individual. Enquanto no nível dessa ação individual o pensamento ou as atividades da consciência e as ações encontram-se diretamente entrelaçadas, bem como os processos criativos de pensamento surgem com base em situações de perturbação ou desordem da ação rotineira, no nível da ação coletiva tal papel é desempenhado por processos públicos de comunicação. Por essa razão, eles se interessavam tanto pelos processos de pensamento quanto pelos processos de comunicação. No entanto, seu modelo da ação é, em última análise, “individualista”. Isso significa dizer, que o indivíduo atuante se torna o ponto de partida cuja ação individual é então reproduzida pela “ação do grupo”.

Thomas e Park, no entanto, apontaram para o fato de que as definições da situação não são normalmente uma invenção da consciência individual e isolada, mas, sim, têm origem num estoque social de interpretações compartilhado e mais ou menos obrigatório (cf. subcapítulo 2.2.3). Apesar dessas importantes observações, as abordagens sociológicas de Thomas e Park carecem, no entanto, de um olhar mais atento sobre a questão de como os atores chegam a essas “definições da situação” sociais e até que ponto eles mesmos podem ser considerados como seres sociais. Isso é exatamente o que o psicólogo social, sociólogo e professor em Michigan Charles H. Cooley e, em particular, o pragmatista e psicólogo social de Chicago George Herbert Mead fazem com suas reflexões sobre o percurso dos processos de socialização, a formação das identidades e o significado

do uso humano de símbolos. Eles distinguem dois componentes da consciência humana, que são chamados de “eu” e de “mim”.

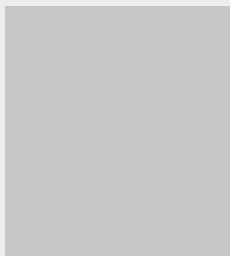
Charles Horton Cooley (1864-1929) pode ser considerado o verdadeiro fundador de uma teoria sociológica processual da socialização e da identidade. O filósofo pragmatista William James havia realizado em sua análise da consciência a separação entre o “eu” (o *self* conhecedor) e o “mim” (o *self* como um objeto reflexivo do próprio pensamento). Cooley e, mais tarde, Mead retomam essa ideia e a desenvolvem ainda mais. Primeiramente, Cooley havia se posicionado de forma crítica em relação à análise pragmatista apresentada por William James, alegando que não seria possível falar de uma consciência individual, de experiências e ações individuais; de fato, no que corresponde aqui à sua gênese, trata-se desde sempre de *processos sociais*. Assim como argumentou Cooley, indivíduos e coletivos estão ligados uns aos outros de forma indissociável; a ideia da “individualidade pessoal” corresponderia apenas a uma visão retirada no vai e vem da interação social, cuja origem estaria ligada à ideia de que as pessoas seriam “sacos de pele separados uns dos outros” (Farbermann, 1985, p. 16).

Qualquer ideia que se tenha de uma identidade própria pressupõe, precisamente, uma outra pessoa e um grupo, sem os quais qualquer diferenciação não faria sentido. Com base na observação do desenvolvimento de sua filha, Cooley formulou um conceito de autodesenvolvimento e autoestabilização que se tornou famoso sob o termo “*self*-espelho” (“*looking-glass self*”). De acordo com esse conceito, a autopercepção ocorre como um processo de reflexo que pode ser dividido em três partes: a ideia de como os outros nos veem; nossa ideia de como os outros julgam essa aparência; e, finalmente, nossa própria sensação a respeito daquilo que associamos com essa ideia.

A sociedade e o *self* individual ou a identidade do eu não podem, portanto, ser concebidos de maneira independente um do outro; ao contrário, de acordo com Cooley, essas são duas manifestações do mesmo fenômeno. Também a ideia do próprio eu seria impensável

sem sua relação com um outro. Segundo Cooley, os “grupos primários” desempenham um papel particularmente importante nesse processo. São grupos que se caracterizam pelo frequente contato face a face, relacionamentos próximos e pela cooperação, como, por exemplo, a família ou um grupo de amigos (grupo de pares). Os grupos primários desempenham um papel igualmente relevante na formação da identidade. Cooley concebia, por fim, as sociedades como uma “rede de comunicações” entre atores agrupados, ou seja, coletivos ou sub-grupos (Helle, 2001, p. 50; Coser, 1978, p. 306; Mikl-Horke, 1997, p. 176).

Embora Cooley tenha desenvolvido a ideia de uma constituição social e interativa da identidade pessoal, é mérito de George Herbert Mead a formulação dos fundamentos teóricos de tal suposição. Por essa razão, sua teoria da socialização e dos símbolos é considerada hoje como a base precursora (não apenas) do interacionismo simbólico. Mead exerceu influência sobre a sociologia de Chicago nos anos 1920, quando muitos estudantes de sociologia participavam de seus seminários. A posterior recepção de sua teoria no interacionismo simbólico foi, entretanto, influenciada, sobretudo, pelo seu ex-assistente Herbert Blumer, que retoma seletivamente alguns aspectos centrais de seu trabalho. A teoria dos símbolos de Mead, assim como sua formulação acerca da constituição social do *self* e da consciência, serão tratados a seguir.

**Georg Herbert Mead (1863-1931)**

Georg Herbert Mead nasceu em 1863 em South Hadley, Massachusetts (EUA), e era filho de um pastor protestante, crescendo, portanto, em um ambiente puritano. Antes de começar a estudar filosofia em Harvard, em 1887, ele havia trabalhado como topógrafo em uma empresa ferroviária. Durante seus estudos, Mead foi professor particular dos filhos do filósofo pragmatista William James. Em 1888, ele viajou para a Alemanha e estudou psicologia e filosofia em Leipzig e em Berlim (entre outros, o idealismo alemão e a psicologia experimental de Wilhelm Wundt). Havia planejado realizar sua tese com Wilhelm Dilthey, a qual, porém não pôde ser finalizada, visto que Mead havia retornado para os Estados Unidos em 1891 devido a uma oferta repentina de trabalho.

Em 1894, se mudou com seu amigo e mentor John Dewey para Chicago. Lá, assumiu uma cátedra em filosofia e psicologia até a sua morte, em 1931. Politicamente, Mead se engajou em movimentos de reforma social, como no supracitado Hull House Movement em torno de Jane Addams, entre outros, que lutavam pela conquista dos direitos das mulheres ou pela reforma do sistema penal juvenil. Ao que tudo indica, Mead foi um professor inspirador, mas um escritor bastante hesitante. Durante toda a sua vida não publicou livros, apenas ensaios. Trata-se de publicações realizadas em forma de coletâneas de textos, que foram publicadas, por exemplo, por ex-alunos e que compreendem ensaios e anotações de palestras.

Sugestão de literatura

Mead, G. H. (1969b). *Sozialpsychologie*. Neuwied: Luchterhand [1956] (p. 218-225; 235-306). [Desenvolvimento de pressupostos básicos centrais da teoria de Mead.]

Literatura complementar

Joas, H. (1993d). *Pragmatism and Social Theory*. Chicago: University of Chicago Press. [Obra sobre o desenvolvimento do pragmatismo na sociologia – cf. também Joas, 1993a; 1993b; 1993c.]

Joas, H. (1992a). *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Versão em alemão de *Pragmatism and Social Theory*.]

Joas, H. (1985). *George Herbert Mead. A Contemporary Re-examination of His Thought*. Cambridge: MIT Press. [Visão geral das obras.]

Joas, H. (1980). *Praktische Intersubjektivität. Die Entwicklung des Werkes von G. H. Mead*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Visão geral das obras.]

Wenzel, H. (1990). *George Herbert Mead zur Einführung*. Hamburg: Junius. [Introdução à vida e obra.]

Obras originais (seleção)

Mead, G. H. (2010). *Mente, self e sociedade*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, [1934]. [Outras traduções de palestras de Mead.]

Mead, G. H. (2008). *La filosofía del presente*. Madrid: Boletín Oficial del Estado; Centro de Investigaciones Sociológicas (Clásicos del Pensamiento Social, 9). [Palestra da qual as notas que geraram a obra *Philosophie der Sozialität* foram extraídas.]

Mead, G. H. (1973). *Geist, Identität und Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1934]. [Versão em alemão de *Mente, self e sociedade*.]

Mead, G. H. (1969a). *Philosophie der Sozialität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Tradução alemã das notas da palestra “Philosophy of the Present”, 1932; cf. também Mead, 2008].

Mead, G. H. (1969b). *Sozialpsychologie*. Neuwied: Luchterhand [1956]. [Contém, os fundamentos da teoria dos símbolos e da socialização formulados em grande parte para suas palestras; também contém partes do trabalho *Geist, Identität und Gesellschaft (Mente, self e sociedade*, 1973) impressas em uma tradução diferente; além disso, há alguns ensaios importantes de Mead, especialmente aquele sobre *A realidade objetiva das perspectivas*].

Conexões e desdobramentos importantes

Habermas, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns* (2 Bd.). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Habermas, que se tornou bastante cedo um adepto do pragmatismo, desenvolveu aqui sua teoria da comunicação, recorrendo a uma intensa discussão sobre Mead.]

Joas, H. (1996). *The Creativity of Action*. Chicago: University of Chicago Press. [Discussão teórico-social e elaboração do modelo pragmatista da ação].

Joas, H. (1992c). Die Kreativität des Handelns und die Intersubjektivität der Vernunft. Meads Pragmatismus und die Gesellschaftstheorie. In H. Joas (ed.), *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie* (pp. 281-308). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Versão em alemão de *The Creativity of Action*.]

Websites

Pragmatism Cybrary. [2022?]. *Where have pragmatists come from? A pragmatic genealogy*. Retrieved from <http://www.pragmatism.org/genealogy.htm>.

The Mead Project. Foundational documents in sociological social psychology. Department of Sociology, Brock University, St. Catharines,

Kanada. (2022). Retrieved from https://scout.wisc.edu/archives/r10882/the_mead_project_foundational_documents_in_sociological_social_psychology.

Crédito fotográfico

George Herbert Mead. (2022). In Wikipédia. Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Herbert_Mead.

O livro *Mente, self e sociedade* (Mead, 1973; 2010), composto por anotações realizadas por Mead para palestras e editado por Charles W. Morris, traz como subtítulo complementar *do ponto de vista de um behaviorismo social*. No entanto, o próprio Mead, que pelos padrões atuais poderia muito bem ser considerado um psicólogo social e filósofo social, raramente usou esse rótulo, o que facilmente gera mal-entendidos a respeito de sua posição devido à palavra “behaviorismo”, a qual tão pouco se consagrou como um termo para uma abordagem psicológica social específica.

Esse livro, que foi criticado por alguns problemas de tradução, reúne as palestras de Mead sobre “psicologia social”. Nele, ele desenvolve reflexões sobre comunicação e socialização, que influenciaram o interacionismo simbólico de forma significativa.⁵⁷ A ampliação de sua teoria, que passou a incluir as sociedades e suas estruturas institucionais, bem como sua teoria da constituição das coisas e dos processos do conhecimento, desenvolvida em outras passagens, foram bem menos incorporadas (Joas, 1980).

⁵⁷ Joas critica o fato de que o interacionismo simbólico realiza apenas uma recepção reducionista e “subjetivista” de Mead, que difere de Mead em pontos centrais – a “compreensão da organização social e das necessidades humanas e a equação da interação com a ação humana como um todo”; é uma “recepção fragmentada”; em vez disso, o “verdadeiro” Mead representa um “pragmatismo intersubjetivista consequente” (Joas, 1980, p. 12).

Já na primeira frase da sua palestra sobre psicologia social, Mead formula sua tese:

Via de regra, a psicologia social tem estudado as várias fases da experiência social pela perspectiva psicológica da experiência individual. A abordagem que pretendo sugerir consiste em tratar a experiência do ponto de vista da sociedade, no mínimo entendo a comunicação como um fator essencial à ordem social (Mead, 2010, p. 11).⁵⁸

A importância sociológica de Mead reside na ênfase dada à primazia dos processos de comunicação e, portanto, à interação ou à consciência social ou societária em relação à consciência individual. Essa última só pode desenvolver-se como pensamento e identidade do eu se antes existir um “universo de discurso” social, uma comunidade de comunicação.⁵⁹ A chave para a capacidade especificamente humana da comunicação está na habilidade e na competência do uso de símbolos. Mead desenvolve essas reflexões em três etapas:

- em primeiro lugar, ele está interessado no pano de fundo histórico evolutivo (filogenético) da capacidade humana para o uso de símbolos e, portanto, realiza uma análise precisa do uso de gestos em animais e seres humanos, que se estende até os fundamentos fisiológicos;
- em segundo lugar, ele analisa como os símbolos “significativos”, ou seja, símbolos que são usados e interpretados

⁵⁸ Essas palestras estão disponíveis em duas traduções diferentes. A seguir, serão realizadas citações de forma alternada a partir de Mead (1973; 2010) e Mead (1969b; contém apenas trechos das palestras, complementados por artigos).

⁵⁹ Na versão em língua alemã do livro acima mencionado, o termo “universo de discurso” é traduzido erroneamente como “universo lógico”, enquanto o volume editado por Strauss fala de um “universo linguístico”. Em português, o termo foi traduzido corretamente como “universo de discurso”.

de forma semelhante pelos agentes durante a interação, surgem nos processos de interação;

- em terceiro lugar, ele está interessado no nível ontogenético de cada indivíduo, na formação da competência do uso de símbolos que ocorre em cada trajetória de vida individual.

3.1.1 A capacidade humana de usar símbolos

Mead, como os pragmatistas em geral, primeiro critica o modelo behaviorista da ação humana de John B. Watson, anteriormente mencionado. Esse modelo explica o comportamento animal e humano com base em um esquema de estímulo-resposta. Apenas aquilo que é visível exteriormente é reconhecido como um dado: um estímulo pode ser medido, uma reação pode ser registrada ou vista. Em animais ou humanos, o estímulo causa efeito, e os organismos reagem a ele. Isso pode ser observado quando comparado à “caixa preta” da consciência animal e humana, que não é visível.

Ademais, Mead havia concebido os seres humanos como seres biológicos em um ambiente específico, assim como os behavioristas, em geral, e seu amigo Watson. No entanto, assim como Dewey ou Thomas, Mead enfatizou que algo mais ocorre entre o estímulo vindo do ambiente e a reação do ser humano, que é o que o torna único: a percepção do estímulo, que é ao mesmo tempo sempre uma interpretação, um uso ativo dos signos e símbolos em relação ao gerenciamento de uma situação: “a situação, na qual se busca reações desencadeadas, acredito que sempre se coloca – contanto que se trate realmente de inteligência – sob a forma de um problema” (Mead, 1969b, p. 242). Ele fala de “mind” (“mente”) – traduzido para o alemão como “espírito” ou “consciência” – a fim de designar a capacidade especial do homem de gerar e usar símbolos significativos. A partir desse entendimento, os símbolos correspondem a todos os signos, que fazem referência a algo, que são portadores de um significado

que transcende a si próprios, ou seja, um significado que está para além de sua aparência material concreta, como consequência de sons ou de linhas sobre o papel.

Símbolos significativos são aqueles que são usados e compreendidos da mesma forma por vários ou todos os membros de um grupo social, por meio dos quais a relação com o “mundo” é coordenado: “o mecanismo da sociedade humana consiste em indivíduos físicos apoiando ou interferindo uns aos outros, fazendo uso de objetos físicos em suas ações cooperativas” (Mead, 1969a, p. 221). Assim, em relação à teoria de Mead, pode-se falar de “intersubjetividade prática” (Joas, 1980).

Os símbolos transmitem a percepção do estímulo e decidem o que o “estímulo do estímulo” significa. Entretanto, como a capacidade humana de usar signos ou símbolos pode ser explicada em termos evolutivos ou a partir da teoria da evolução? Como e onde ocorre a transição do animal para o humano, do uso de gestos, passando por sons pré-linguísticos até a linguagem como um sistema de símbolos? Essas são as perguntas que Mead quer primeiramente responder. Para tanto, ele compara o padrão de comportamento animal e humano, entrando em um debate com Charles Darwin e Wilhelm Wundt. Enquanto os seres humanos têm “consciência” e intenções que constituem o padrão de comportamento, os animais apresentam um comportamento instintivo ou reflexo. Não é possível falar seriamente de objetivos, intenções etc., pelo menos não no sentido de uma imaginação intelectualmente consciente.⁶⁰

⁶⁰ Seria necessário discutir mais detalhadamente como essa posição é hoje apresentada no contexto das pesquisas em andamento sobre o comportamento animal. Na tradição filosófica do pragmatismo, Robert B. Brandom propôs recentemente diferenciar entre “seres discursivos e não discursivos”, a fim de compreender “as semelhanças e diferenças entre, por um lado, os julgamentos e atos dos usuários de conceitos e, por outro, o registro de informações do ambiente e as intervenções instrumentais através de organismos não conceituais e artefatos” (Brandom, 2001b, p. 11). Dessa forma, a principal diferença entre os seres humanos e, por exemplo, papagaios consistiria no fato de que, no primeiro grupo, o uso de conceitos está condicionado a um

Assim, um cão pode anunciar um ataque iminente a um segundo cão rosnando seus dentes, mas é difícil pressupor que ele esteja rosnando os dentes de forma intencional no intuito de ameaçar seu entorno. O comportamento do cão que acabamos de mencionar pode, no entanto, ser entendido como um “gesto”:

Tenho dado o exemplo da briga de cachorros como forma de exemplificar como podemos chegar ao conceito de gestos. A ação de cada cão torna-se um estímulo para a reação do outro cão. Existe então uma relação entre os dois; e dependendo de como a ação é respondida pelo outro cão, essa se modifica. O simples fato de que um cão está em posição de ataque, torna-se um estímulo para o outro cão mudar sua posição ou sua própria atitude. Tão pouco ele conseguiu fazer isso, a mudança de comportamento do outro cão faz com que o primeiro mude a sua atitude novamente. Estamos lidando aqui com uma conversa apenas de gestos. Eles não são, no entanto, gestos no sentido de um significado específico. Nós não partimos do pressuposto de que o cão está dizendo para si mesmo: “se o animal vier desta direção, ele vai pular no meu pescoço e eu irei me virar de acordo.” Ele só mudará sua própria posição dependendo da direção de onde o outro cão estiver vindo (Mead, 1969b, p. 210).

Os gestos são reações corporais externas perceptíveis que sucedem como um reflexo ou de forma instintiva entre os animais e permitem “interações” ou “compreensões” entre os animais. Fenômenos similares também podem ser observados no comportamento humano, muito provavelmente onde – como nos jogos de boxe, por exemplo – ocorre uma rápida troca de golpes, que é dificilmente controlada consciente-

horizonte de significado e, portanto, pode ser enriquecido pelo usuário por intermédio de motivos no contexto de uma comunidade linguística. Brandom chama sua posição de “inferencialismo”.

mente, mas, sim, com base em reflexos treinados. Contudo, há uma diferença decisiva entre os gestos animais e humanos. Os gestos humanos estão sempre integrados em ações sociais e contextos de ação e interpretação. Isso também se aplica ao exemplo que acabamos de mencionar sobre a luta de boxe. É por isso que aqui o processo de interação prevalece. O significado concreto dos gestos humanos resulta desse contexto, e não da vontade individual.

Certamente, pode ser feita uma distinção entre a realização individual do gesto e a atribuição externa de significado: alguém que evita um golpe de forma reflexiva, usando seu braço para proteger seu rosto, não tem necessariamente ideia do que está fazendo ao realizar seu gesto. Nesse caso, o significado do gesto é inicialmente atribuído por um observador da situação da ação; entretanto, a pessoa que realiza o gesto também pode ter uma ideia consciente semelhante sobre aquilo que está fazendo. Então, a atribuição de significado “interno” e “externo” coincide. Em relação aos gestos dos animais, não se pressupõe que eles possam, da mesma forma, ter “consciência” ou “plano” e “intenção”. Essa é uma diferença essencial entre o comportamento humano e animal, conforme *concluem os observadores humanos*.

3.1.2 Como funcionam os símbolos significativos

Com exceção do reflexo defensivo no boxe (que, aliás, também é treinado), há um certo atraso na resposta humana a um estímulo. Trata-se do momento do pensamento ou dos processos da consciência, da interpretação. Em relação ao gesto defensivo em si, pode-se dizer que ele tem o mesmo significado para ambos os boxeadores à medida que protege um e dificulta o outro: ambos podem interpretá-lo como um gesto defensivo. Se dois oponentes atribuem o mesmo significado a um gesto, ele se torna um “símbolo significativo”. O som é um gesto que funciona como um símbolo significativo quando lhe é atribuído o mesmo significado pelos participantes. A linguagem nada mais é

do que a concretização de um estoque de símbolos significativos, de gestos sonoros ou signos:

Se o gesto apresenta o mesmo significado que a ideia, que lhe dá origem, e evoca a mesma ideia noutro indivíduo, estamos lidando com um símbolo significativo. A luta entre os cães é um gesto que provoca uma reação correspondente, mas aqui trata-se de um símbolo, que corresponde ao significado na experiência de um indivíduo e que evoca o mesmo significado noutro indivíduo. Quando os gestos chegaram a esta fase, eles se tornaram o que chamamos de “linguagem”. Um gesto é agora um símbolo significativo, ele sinaliza um certo significado (Mead, 1969b, p. 213).

Mead vê na capacidade de falar uma condição essencial para a possibilidade de desenvolver símbolos significativos: sons, que se pronuncia, são ouvidos em certa medida da mesma maneira que outros os ouvem (o que não se aplica, por exemplo, às expressões faciais e à percepção dos movimentos corporais), ou pelo menos se os ouve simultaneamente. Isso se aplica tanto aos humanos quanto aos animais. Mead se refere ao leão que ruge alto e assim afugenta seus inimigos. E será que o rugido faz o leão ter medo de si mesmo, por assim dizer, desencadeando a mesma reação em si mesmo que desencadearia em seus inimigos? Isso parece pouco convincente. E como o leão distingue entre seu próprio rugido e o dos outros? As pessoas também ouvem sua própria voz de forma diferente do que seus interlocutores; isso pode ser facilmente experimentado com um gravador. De fato, a argumentação de Mead não parece, aqui, convincente (ver as críticas de Habermas, 1981, p. 25; Joas, 1980, p. 115).

O gesto funciona na utilização humana dos gestos como um signo que faz referência a algo – ele tem um significado. Um símbolo é significativo se tiver o mesmo significado para diferentes pessoas

envolvidas na ação, ou seja, se elas souberem o que normalmente se entende por ele. Isso porque tal conteúdo de significado é socialmente determinado, isto é, regulamentado, e se aplica não apenas aos gestos corporais e à “linguagem corporal”, mas da mesma forma aos gestos vocais ou aos gestos sonoros e, portanto, à linguagem falada (e a escrita, que deriva dessa): uma palavra, um conceito pode ser entendido como um símbolo significativo, na medida em que evoca o mesmo conteúdo de significado para o falante e para o ouvinte, ou seja, designa de forma semelhante um ponto de referência, uma coisa, uma relação, sugerindo assim a todos os participantes reações compatíveis. Desse modo, as ações individuais podem estar relacionadas entre si, tornando-se parte de contextos mais amplos de ação ou interação.

[...] pois os gestos significativos evocam no indivíduo, que os realiza, a mesma atitude (pelo menos em relação ao seu significado) do que nos outros indivíduos envolvidos na ação social em questão. Assim, o indivíduo toma consciência (como parte de seu comportamento) de sua atitude em relação ao gesto; e o gesto, a partir dessa atitude, lhe permite ajustar seu próximo comportamento à atitude dos outros. Em suma, a comunicação consciente ou significativa com gestos é um mecanismo muito mais adequado e eficaz para a adaptação mútua durante a ação social do que a comunicação inconsciente e não significativa com gestos; pois implica no fato de que cada indivíduo que executa a ação social adota para si a atitude dos outros. Quando, em uma determinada ação ou situação social, uma pessoa indica a outra com um gesto o que essa deve fazer, ela está ciente do significado do seu próprio gesto – ou o significado de seu gesto torna-se parte de sua experiência – desde que considere a atitude dos outros em relação a esse gesto e esteja preparada para reagir implicitamente da mesma forma

que os outros fazem explicitamente. Os gestos tornam-se símbolos significativos quando causam de forma implícita as mesmas reações no indivíduo que os realiza, o que causaram (ou se destinam a causar) de forma explícita nos outros indivíduos, aos quais eles estavam dirigidos. [...] Somente onde os gestos são símbolos significativos pode haver pensamento – que nada mais é do que a comunicação internalizada ou implícita, mediada por gestos, do indivíduo consigo (Mead, 1969b, p. 213).

Trata-se de uma conquista evolutiva que não pode ser subestimada. A atividade da consciência do indivíduo, ou seja, o pensamento requer, por sua vez, símbolos significativos e a competência de seu uso. Em última análise, é uma espécie de comunicação entre o indivíduo e ele mesmo com a ajuda de símbolos significativos (Mead, 1969b, p. 213). Portanto, os indivíduos podem desenvolver a capacidade de assumir “o papel” ou “a atitude do outro” (“taking the attitude of the other”), de antecipar seu comportamento e de desempenhar os papéis de forma ativa (“role making”, nas palavras de Ralph Turner).

Vamos resumir brevemente as ideias: a consciência ou o pensamento funciona somente porque existem símbolos significativos. Ele requer comunicação, o que, segundo Mead, só é possível se houver símbolos significativos. Então, de onde vem o “significado” (*meaning*), que é transportado por tais símbolos, e como um símbolo se torna um “símbolo significativo”? A resposta de Mead é: o significado não vem da consciência individual – o contexto social da ação, a interação é a fonte do significado. O que isso quer dizer? Imagine um gesto simples inserido em um contexto da ação, cujo significado é inicialmente indeterminado: o ato de estender a mão direita. Uma pessoa posicionada à frente agarra a mão e a aperta. O significado agora torna-se claro: é uma forma de saudação que é comum em nossa cultura. Segundo Mead, é precisamente a reação do interlocutor, e não a intenção individual original, que constitui o significado do gesto. No entanto,

essa reação só ocorre porque o gesto apareceu antes. Portanto, tudo isso deve ser feito de forma conjunta para que o surgimento de um significado seja compreensível:

O gesto de um organismo, a ação social dali resultante, na qual o gesto forma uma etapa inicial, e a reação de outro organismo são os elementos de uma relação tríplice; uma relação entre o gesto e um organismo, entre o gesto e o outro organismo, e entre o gesto e as etapas da ação social em questão, que dele resultam; essa relação tríplice é a rede da qual emerge o significado, forma a matriz a partir da qual se desenvolve um campo de significado [...], e o significado pode assim ser compreendido ou formulado como uma reação. [...] O mecanismo do significado se encontra, logo, na ação social, mesmo antes de surgir a consciência ou de se tomar consciência do significado. A ação ou a reação de adaptação do segundo organismo dá sentido ao gesto do primeiro organismo. [...] O significado não deve ser visto, portanto, em primeiro lugar como um estado de consciência ou como um conjunto de relações que se encontram mentalmente fora do domínio da experiência; pelo contrário, o significado deve ser visto de forma objetiva como algo que existe diretamente nesse mesmo domínio. A reação de um organismo ao gesto de outro constitui o significado desse gesto em uma determinada ação social. [...] Assim como na esgrima, o desfile é uma interpretação do contra-ataque, também na ação social a reação de adaptação de um organismo ao gesto de outro é a interpretação desse gesto por esse organismo. De fato, trata-se do significado desse gesto. No nível da consciência do *self*, esse gesto se torna um símbolo, um símbolo significativo. [...] A base do significado se encontra, assim, de forma objetiva no comportamento social ou no tipo de relação com tal comportamento (Mead, 1969b, p. 219).

Nessa citação também ecoa a teoria pragmatista da semiótica de Charles S. Peirce, que foi aperfeiçoada a partir do final da década de 1930 por Charles W. Morris, o editor das notas da palestra de Mead (1973; 2010). Essa teoria dos signos enfatiza, em contraste com o modelo abstrato dos signos do estruturalismo, os momentos interpretativos e relacionados à ação, pragmáticos do uso prático dos signos (Morris, 1972; 1976; Peirce, 1993; Prechtel, 1994).⁶¹

A argumentação de Mead sobre a origem e o funcionamento dos símbolos significativos pode ser criticada de forma plausível: a reação de dois organismos humanos a um gesto pode até ser interpretada por um observador externo como correspondente, mas até então não foi possível provar que ambos compartilhem o mesmo significado (Habermas, 1981, p. 25; Joas, 1980, p. 108; Schneider, 2002a, p. 185):

Um observador pode atribuir ao gesto um significado *objetivo* correspondente para ambos os organismos, porque ele pode se colocar na perspectiva de cada organismo e, por isso, constatar que ambos estejam reagindo ao mesmo estímulo de forma semelhante. Sem a capacidade de adotar uma perspectiva, não seria possível constatar tal correspondência, pois nenhuma comparação poderia ser feita entre as reações dos dois organismos. O mesmo se aplica aos organismos que interagem: eles devem ser capazes de comparar sua própria reação ou tendência de reação com a reação do outro a fim de perceber que interpretam um gesto de forma semelhante através de seu comportamento; e só podem fazer tal comparação se forem capazes não só de reagir a partir de sua própria perspectiva, mas também de se colocar na perspectiva de ação do outro (Schneider, 2002a, p. 186).

⁶¹ Com o tempo, a pesquisa de Saussure conseguiu mostrar que o fundador do estruturalismo linguístico também estava muito interessado no uso da linguagem, no entanto esse aspecto não recebeu a devida atenção nas notas das palestras publicadas (Jäger, 2010).

De antemão é necessário conhecer a “perspectiva do outro”, ou seja, saber que significado ele está atribuindo, a fim de poder julgar se o próprio significado corresponde a ele. O fato de alguém não pegar a mão que acabei de estender pode ter razões muito diferentes: ele não conhece o gesto, tem uma doença contagiosa, não me suporta, tem as mãos sujas etc. A simples observação do fato de não pegar a mão diz pouco sobre seu significado. Esse argumento se aplica, porém, “apenas” ao aspecto evolutivo das ideias de Mead. Portanto, ainda não foi explicado como ocorre o surgimento de símbolos significativos na transição do nível animal para o nível humano dos contextos comportamentais.⁶²

Entretanto, tão logo existam sistemas de símbolos correspondentes no nível do comportamento humano, o processo pode funcionar exatamente como Mead explicou. Para que símbolos significativos de fato se tornem significativos para além das situações no sentido mencionado, se faz necessário que exista um contexto social, dentro do qual eles possam ser aplicados. Mead chama esse contexto, dentro do qual os símbolos recebem seu significado, de um “universo de discurso”.⁶³ Tal universo de discurso (ou “universo de linguagem”) surge das interações das pessoas dentro das relações sociais. É uma “comunidade de discurso”, na qual os significados, ou seja, símbolos significativos, são permanentemente produzidos e reproduzidos. Isso inclui um certo “vai e vem”: com frequência símbolos desaparecem, como, por exemplo, palavras ou expressões que não são mais usadas, ao passo que novas são acrescentadas. Tal universo de discurso

⁶² Cf. as considerações filosóficas em Brandom (2001a; 2001b) ou as reflexões sociológicas sobre a gênese da linguagem em Günter Dux (2000), também em Wenzel *et al.* (2003).

⁶³ Mais sobre a discussão do conceito no contexto da teoria do discurso e da pesquisa do discurso, ver Keller (2005); na linguagem da fenomenologia social de Alfred Schütz, tais sistemas de signos ou símbolos significativos correspondem ao “estoque coletivo de conhecimento” (cf. capítulo 4).

é constituído por um grupo de indivíduos que, executando-o, participam do processo comum de experiência e comportamento dentro do qual esses gestos ou símbolos têm os mesmos significados comuns para todos os membros desse grupo, quer os realizem ou dirigem a outros indivíduos, quer a eles respondam explicitamente ao serem abordados por outros indivíduos que para tanto fizeram uso deles. O universo de discurso é simplesmente um sistema de significados sociais ou comuns (Mead, 2010, p. 103).

Nesse processo, os símbolos têm o “mesmo significado ou um significado comum” para todos os membros desse grupo, sejam eles os usuários ou os destinatários de gestos significativos. O universo de discurso é um sistema de significados comuns ou maneiras de uso dos símbolos que surgiram e modificaram-se no processo histórico e social em coletivos, em certa medida, separados entre si.

3.1.3 A constituição comunicativa da consciência e o desenvolvimento do self social

A capacidade, isto é, a competência, de usar símbolos significativos não pode ser explicada com base no pressuposto de que existe um indivíduo dotado de consciência fora do ou anterior ao processo social. Um corpo humano vivo ainda não tem uma concepção de si mesmo, não pode ser equiparado aos processos de pensamento da consciência. Ao contrário, processos de pensamento pressupõem a disponibilidade de símbolos significativos – caso contrário, pensar não seria significativo. Entretanto, como os símbolos significativos só surgem em contextos sociais de experiência e ação, o fenômeno da consciência é agora um fenômeno *secundário* – esse é o argumento central da posição de Mead. É por isso que o “eu” pensante tem que ser

explicado em termos do processo social e da comunicação. [...] Mas se [...] você considera o processo social da experiência como anterior (mesmo que em forma rudimentar) à existência da mente e explica a origem da mente em termos da interação envolvendo os indivíduos dentro desse processo, então não só a origem da mente como também a interação entre várias delas [...] deixa de ser algo misterioso ou milagroso. [...] A mente surge pela comunicação, por meio de um diálogo de gestos, num processo social ou no contexto da experiência – não da comunicação através da mente (Mead, 2010, p. 61).

O significado dos objetos ou das coisas no mundo não resulta desses, e sim é constituído pelos processos de consciência induzidos comunicativamente e pela “organização das atitudes” dos indivíduos em relação a essas coisas, às quais, no entanto, é atribuída uma resistência interna para que possam ser constituídos como objetos na experiência. Mead antecipa nesse contexto ideias que surgiram nos últimos anos em teorias recentes da sociologia da tecnologia, mais precisamente: na teoria ator-rede de Bruno Latour, entre outros, que foram em parte retrabalhadas de forma menos diferenciada (cf. subcapítulo 5.4)⁶⁴:

Um engenheiro que está construindo uma ponte está falando com a natureza no mesmo sentido em que nós estamos falando com o engenheiro. Existem ali tensões e estresses que ele enfrenta, e a natureza reage com outras respostas que têm de ser enfrentadas de um outro jeito. No pensamento dele, o engenheiro está adotando a atitude das coisas físicas. Ele fala com a natureza, e essa responde a ele. A natureza é inteligente no sentido de que dá certas respostas à ação que lhe podemos apresentar e

⁶⁴ Sobre a teoria ator-rede, ver Belliger e Krieger (2006) e Latour (2007; 2008).

às quais podemos reagir e que ainda se tornam diferentes depois de termos respondido. É uma mudança, portanto, à qual podemos responder e, finalmente, chegamos ao ponto em que podemos cooperar com a natureza (Mead, 2010, p. 204).

Os processos da consciência e as “atitudes” mencionados acima são no sentido descrito resultado da configuração social do significado em contextos de ação social e de experiência, em “universos de discurso” sociais. O organismo também desempenha aqui um papel, pois suas possibilidades de experiência, como, por exemplo, seu olfato, a organização de seu aparelho visual etc., são centrais para o “conteúdo da experiência” de um objeto. Entretanto, as características do mundo ou da realidade são sempre para os grupos sociais e para as sociedades apenas características em relação a sua perspectiva específica, seu sistema específico de símbolos significativos, por meio dos quais eles realizam sua experiência do mundo. Isso se aplica também aos diferentes organismos ou diferentes formas de vida.

Mead fala, portanto, de forma “revolucionária”, quando comparado com demais, de que a única coisa que seria “objetiva” é a “realidade objetiva das perspectivas”. Tal posição antecipa algumas das descobertas dos estudos sobre ciência no contexto das ciências sociais modernas e também o apelo de Donna Haraway a respeito da inevitabilidade do “saber localizado” (Haraway, 1991; 1995a; 1995b). Isso é tão importante porque refuta a percepção de uma “natureza objetiva”, que existe para todos os organismos da mesma forma:

Assim, o organismo é de certa forma responsável por nosso meio ambiente. E como o organismo e o ambiente se determinam mutuamente e dependem um do outro em sua existência, segue-se que o processo da vida, para ser adequadamente compreendido, deve ser entendido como uma inter-relação entre os dois. No mundo social,

surtem significados do processo da ação social, que consiste em uma estrutura de relações objetivas dentro do grupo de organismos que estão envolvidos em tais ações, em processos de experiência e comportamento social. O mundo exterior tem certas características apenas em relação a um grupo social interativo de organismos individuais; da mesma forma que ele apresenta outras características somente para organismos individuais (Mead, 1969b, p. 248).

A consciência surge nas interações concretas, no processo social, e pressupõe a capacidade de reflexão; as experiências dos indivíduos só são possíveis como membros de um contexto social, de uma sociedade – é aqui que entra a teoria da socialização de Mead. As pessoas nascem em “universos de discurso” preexistentes, ou seja, em grupos e comunidades sociais que possuem um sistema formado de símbolos significativos. Esses símbolos são “universais” dentro de um coletivo social, quer dizer, todos os participantes estão suficientemente familiarizados com seu significado. No processo de desenvolvimento individual, especialmente nas primeiras fases da infância, as crianças são introduzidas nesse sistema de símbolos, são “socializadas nele”. Elas internalizam seus elementos mais importantes e suas formas de aplicação. Ao fazer isso, elas desenvolvem sua capacidade de pensar e a ideia de sua “identidade do eu”, isto é, uma “autoconsciência”, bem como a capacidade de assumir papéis.

Mead fala do *self*, que consiste nos componentes do “eu” (I) e do “mim” (Me). O “eu” representa o indivíduo criativo, ativo e também os elementos que acionam a consciência, aquilo que pode surpreender o próprio indivíduo (“Oops, eu não queria nada disso!”, “Eu não me conheço assim”), mas também aquilo que causa suas motivações. Ao mesmo tempo, esse “eu” não é, de forma alguma, independente dos vínculos sociais: luto, raiva e amor são sentimentos que surgem nas relações sociais. O “mim” é a imagem que eu tenho de mim mesmo

sob a perspectiva dos outros, ou seja, corresponde à maneira como eu vejo que os outros me veem e como reagem a mim, na medida em que diferentes vínculos sociais formam diferentes variantes do “mim”, que são sintetizadas a uma figura geral mais ou menos consistente. O *self* é a totalidade, a identidade que surge da interação do “eu” e do “mim”.

Não se trata de forma alguma do resultado de um desenvolvimento individual, mas “emerge do processo de experiência e ação social, isto é, desenvolve-se no respectivo indivíduo como resultado de suas relações com o processo social como um todo e com os outros indivíduos nesse processo” (Mead, 1969b, p. 263). Embora esse esquema lembre a distinção de Sigmund Freud entre “id” (as pulsões do prazer e da destruição), o “ego” (a autoconsciência que orienta e controla) e o “superego” (o controle social internalizado ou a moralidade), tanto a atribuição de tarefas quanto a constelação geral dos três componentes é completamente diferente no trabalho de Mead. Em particular, não se trata do controle bem-sucedido das pulsões, o que era central para Freud:

O modelo de Mead, ao contrário do de Freud, se orienta por um diálogo entre as pulsões e as expectativas da sociedade; não [se trata de] uma repressão culturalmente necessária ou uma satisfação anárquica das pulsões como alternativa sem esperança, mas [sim de] um debate aberto, no qual as normas sociais de mudança comunicativa e as pulsões de uma reorientação mais perspicaz e voluntária, uma vez que mais satisfatória, são possíveis (Joas, 1980, p. 117).

A consciência do “eu” está localizada no corpo, mas não é idêntica a esse corpo. Na verdade, pode-se voltar-se ao próprio corpo a partir de uma certa distância, voltar-se para ele reflexivamente, observar

suas reações.⁶⁵ Isso se aplica de forma semelhante ao ato de pensar sobre seus próprios sentimentos, sensações, humores, experiências, memórias etc. É claro que nossa vida cotidiana nem sempre é permeada por tais momentos de reflexão. Realizamos muitas ações de forma bastante rotineira sem pensarmos sobre elas: começo a caminhar enquanto converso, paralelamente presto atenção para ver se tenho que desviar de algum pedestre; ao mesmo tempo, que meu corpo respira, meu sangue circula, e assim por diante. O pressuposto básico de Mead é semelhante ao de Cooley, de que a experiência do próprio *self* não ocorre diretamente, mas é transmitida pelo ponto de vista de outros indivíduos ou do ponto de vista generalizado de um grupo social, ao qual se pertence:

O eu é basicamente – à medida que pode ser um objeto de si mesmo – uma estrutura social, ele surge na experiência social. Após a formação de um eu, ele mesmo promove suas experiências sociais, por assim dizer, e por isso podemos imaginar um eu que tem que contar completamente consigo. No entanto, é totalmente impossível aceitar um eu que surgiria fora da experiência social. [...]. Nós observamos constantemente o efeito que causamos nas outras pessoas: à medida que compreendemos aquilo que dizemos, utilizando essa compreensão como orientação para aquilo que diremos a seguir. Enquanto estamos dizendo e fazendo algo, constatamos o que estamos dizendo e fazendo; ao fazermos isso, estamos constantemente controlando esse processo (Mead, 1969b, p. 268).

Nesse sentido, o pensar é uma interação interna, um monólogo, que pressupõe a competência do uso de símbolos significativos: só

⁶⁵ Na tradição alemã da antropologia filosófica, seguindo Helmuth Plessner (1975), fala-se da “posicionalidade excêntrica” como a característica constitutiva do ser humano, ou seja, a capacidade de ver-se de fora, como um objeto, não apenas de “ser um corpo”, mas de “ter o próprio corpo”.

então posso usar signos, cujo significado é suficientemente constante e com os quais minha consciência possa operar, por exemplo, para distinguir “meu corpo” da camisa que estou usando ou do cachorro que está mordendo minha perna. Em princípio, essa comunicação consigo funciona como a comunicação prática com os outros. Também é importante que tenhamos diferentes interações e relações com diferentes outros. As pessoas observam constantemente o efeito que causam nas outras pessoas; elas se orientam, orientam a sua fala e seu comportamento não verbal com base na compreensão dos símbolos significativos e assim tentam controlar as ações que vão sendo coordenadas uma à outra.

De acordo com Mead, podemos falar, portanto, de várias formas do eu que surgem dos respectivos processos sociais. A identidade do eu consiste, assim, em muitas partes elementares do eu, formadas em diferentes contextos; ela não é alcançada de forma alguma só uma vez e depois segue completamente estável, mas, sim, corresponde a um processo que está sujeito a mudanças de acordo com os contextos sociais da experiência. Ela pressupõe símbolos significativos e, por conseguinte, um universo de discurso suficientemente estabilizado e, por último, e não por isso menos importante, a capacidade de assumir a perspectiva do outro e de se ver com seus olhos.

Na formação socializadora dessas habilidades, as brincadeiras das crianças e a aprendizagem de jogos de tabuleiro assumem uma função especial. No livre desempenho de papéis (“play”) com troca frequente de papéis, as crianças aprendem a se ver por intermédio dos olhos da mãe, do pai ou de outros cuidadores, formulando desde a perspectiva do outro aquilo que se espera delas, como, por exemplo, em “brincadeiras de papai, mamãe e filhos”. Pai e filha estão brincando, por exemplo, de “passeio da escolinha” com grande dedicação e um arsenal de bonecas. Nesse estágio do desenvolvimento do eu, o indivíduo orienta-se por outros bem específicos, geralmente as pessoas de referência mais importantes de seu ambiente infantil imediato.

No entendimento de Mead, esses correspondem aos “outros significativos”, ou seja, aos outros concretos que possuem – devido às relações de dependência e às assimetrias de poder da primeira infância – uma proximidade e influência especial sobre a criança. Por exemplo, nessa fase e sob as atuais condições sócio-históricas da cultura ocidental, a mãe ainda incorpora muitas vezes o mundo dos outros por excelência. Somente mais tarde a criança descobre o mundo que existe para além dos outros significativos. Isso acontece, então, essencialmente pelo jogo baseado em regras (“game”), isto é, em jogos de competição ou jogos de tabuleiro, de acordo com regras fixas. Primeiramente, um papel é definido: goleiro ou atacante, mas não ambos ao mesmo tempo, e há, fazendo uso de uma analogia, um espartilho de controle apertado, que precisa ser levado em conta para que a interação seja bem-sucedida:

Quando se participa de um jogo de beisebol, se faz necessário que se considere as reações de todas as outras posições em sua própria posição. Para poder participar do jogo, é necessário saber o que todos os outros irão fazer. É necessário que se assuma esses papéis em sua totalidade. [...] Jogar de acordo com as regras corresponde a uma transição na vida da criança; uma transição do desempenho dos papéis dos outros para a participação organizada, que é o que constitui a autoconfiança no sentido pleno da palavra (Mead, 1969b, p. 279).

Também aqui a assunção das perspectivas é praticada, naturalmente, em um sentido diferente: a criança aprende que os diferentes papéis dependem um do outro, por isso tem que ser capaz de tomar a atitude dos outros, assim como reconhecer a sua posição no contexto. Mead chama essa consideração da perspectiva geral de assumir a posição do “outro generalizado”. Onde antes a criança só via que a mãe ou o pai não queria que ela arrotasse à mesa, agora ela sabe que não “se” faz isso:

A comunidade organizada ou grupo social que dá ao indivíduo a unidade do seu eu pode ser chamada de “o outro generalizado”. A atitude do outro generalizado corresponde à atitude de toda a comunidade. Em um grupo social, como um time de beisebol, o time é, portanto, o outro generalizado na medida em que – como um processo organizado da ação social – passa a fazer parte da experiência de cada membro individual (Mead, 1969b, p. 282).

Não se trata apenas de exercitar as perspectivas dos outros em relação ao próprio eu, mas também de sua orientação no processo e no objetivo geral do jogo. A adoção dessas muitas perspectivas, ou, de forma mais geral, a atitude do outro generalizado é o pré-requisito que possibilita determinar também o próprio eu, que se desenvolve assim em grupos sociais, em relações sociais e em suas atividades. Por outro lado, atividades coordenadas por coletivos sociais só são possíveis se deles fizerem parte indivíduos que desenvolveram as competências necessárias para assumir papéis, assim como as identidades do eu. O pensar

só é possível ao indivíduo se ele se colocar desta ou daquela maneira na atitude do outro generalizado em relação a sua pessoa; pois só assim surge o pensamento, a comunicação internalizada com gestos, que é constitutiva para o pensamento. E somente quando os indivíduos assumem a atitude ou as atitudes do outro generalizado em relação a si mesmos pode haver uma comunicação universal, tal como o sistema de símbolos gerais ou sociais, que é a condição para o contexto do pensamento (Mead, 1969b, p. 287).

A assunção dessas muitas perspectivas ou, de forma mais geral, a atitude do outro generalizado é o pré-requisito para determinar o

próprio eu. O ego se desenvolve nas relações sociais. Isso não significa que o eu consiste apenas nessa “estrutura de atitudes” induzida externamente. É certo que “só podemos ser nós mesmos se houver uma uniformidade de atitudes que controle as atitudes de todos os membros de uma comunidade” (Mead, 1969b, p. 291). E atividades coordenadas por coletivos sociais só são possíveis na medida em que deles façam parte indivíduos que desenvolveram as competências necessárias para assumir papéis, assim como as identidades do eu.

No entanto, algo imprevisível, indeterminado, está enraizado no componente da identidade do “eu” mencionado acima: é o espaço da liberdade, da espontaneidade e da criatividade. O “eu” jogando a bola no campo de futebol pode perder um passe pela falta de concentração, pode ficar feliz com uma jogada de sucesso e esquecer o jogo que continua seguindo. No lado oposto, se encontra o “mim”, que representa as normas e convenções adotadas pelo grupo social ao qual se pertence, para aquilo que “se” pode ou não fazer ao se seguir as regras gerais. Em sua interação, o “eu” e o “mim” permitem que o indivíduo seja único, individual ao mesmo tempo que é socialmente constituído.

Na estrutura social dos papéis, há posições que enfatizam especialmente a criatividade do “eu”: esse é o caso do campo da arte. Em muitas situações da ação cotidiana, por vezes, o “eu”, ou seja, a expressão espontânea ou impulsiva do indivíduo, ou o “mim”, isto é, a adesão às convenções sociais, desempenha um papel mais importante. Portanto, é assim que aos olhos dos outros parecemos em certa medida “especiais” ou “ímpares”, é por isso que recebemos o reconhecimento de um tipo específico de individualidade que nos torna inconfundíveis, populares, invisíveis ou odiados no círculo dos grupos sociais e de relacionamentos, nos quais circulamos.

3.1.4 Identidade e desempenho dos papéis

A teoria da socialização de Mead, suas análises sobre o uso de símbolos e a capacidade de assumir papéis estão na base da reformulação

da teoria dos papéis, que, como explicado no início, foi fundamental para a distinção entre o *paradigma interpretativo* e o *normativo*. No paradigma normativo, ou seja, sobretudo na teoria dos sistemas de Talcott Parsons, os papéis foram definidos como um conjunto de regras ou expectativas direcionadas aos detentores de posições específicas em uma sociedade. Seu cumprimento ou sua observância é recompensado, quer dizer, “sancionado positivamente”; seu desrespeito é punido, “sancionado negativamente”.

A ação humana com base em papéis foi concebida aqui como o cumprimento de regras, o que permite a coordenação de ações, por exemplo, em organizações, mas também na família, em última instância, em todas as relações sociais possíveis. Do ponto de vista da sociedade, era necessário garantir que um número suficiente de indivíduos estivesse disponível e fosse capaz de cumprir os papéis existentes. Exemplos típicos dessa compreensão de papéis são as ideias sobre o papel do médico, do paciente, do marido e da esposa etc. Que tipo de comportamento é esperado de cada um desses papéis? Como isso está relacionado com o comportamento do papel do outro?

No *paradigma interpretativo*, a ideia da ação com base em papéis não é abandonada, e sim, decisivamente, modificada em vários pontos (Joas, 1992d; 1993c; cf. também Shibutani, 1961). Isso diz respeito, em primeiro lugar, à questão do “desempenho” ou da “assunção” dos papéis. As regras de comportamento dos papéis não explicam por si só sua própria aplicação. Ao contrário, a capacidade e a competência do indivíduo para reconhecer, interpretar e “desempenhar” posições/papéis sociais e expectativas associadas a eles devem ser levadas em consideração. Isso pode ser facilmente ilustrado usando o exemplo de uma partida de futebol. Certamente, as regras gerais do jogo, assim como certas posições em campo, se encontram definidas (como goleiro, árbitro, atacante). No entanto, disso ainda não resulta uma partida – primeiro é necessário a concretização ativa dessas regras e das posições pelos jogadores e jogadoras, os quais podem produzir

uma infinita variedade de movimentos e sequências de jogo, que todos nós reconhecemos como um jogo de futebol mais ou menos emocionante. O mesmo pode ser dito de todas as situações da interação social, sejam elas no tempo livre ou no trabalho, na vida privada ou pública, em contextos informais ou em organizações. Ralph Turner (1976) falou de “role-making” (“desempenho de papéis”) ao se referir a essa atuação ativa necessária dos papéis.⁶⁶

Nesse entendimento é possível constatar outra possibilidade, que Erving Goffman (cf. capítulo 6) enfatizou: a capacidade do distanciamento dos papéis, ou seja, de manusear e distanciar-se de forma evidente e visível de elementos da ação com base em papéis, por exemplo, a partir de “interrupções de tom irônico”, com as quais a ação que acaba de ser realizada é comentada e relativizada. A capacidade de distanciamento dos papéis não significa que os que desempenhamos não nos “toquem profundamente”. Peter L. Berger resume bem os argumentos do paradigma interpretativo:

Sentimo-nos mais apaixonados quando nos beijamos, mais humildes quando nos ajoelhamos, mais zangados quando apertamos os punhos. Isso significa que o beijo não só expressa a paixão, mas a intensifica, quando não a produz. Os papéis não incluem apenas certas ações, mas também o sentimento correspondente e o estado de espírito interior. Um professor que tem que ser sábio na tribuna sente-se também aos poucos sábio. O pastor no púlpito finalmente acredita no que ele diz. O soldado descobre sentimentos bélicos em seu peito quando veste o uniforme. O sentimento e a atitude podem muito bem estar presentes antes que o papel seja posto em prática. Mas certamente ele reforça o que existia antes. Em

⁶⁶ Sobre a compreensão sociológica do homem como “ator de papéis sociais”, ver também o clássico de Ralf Dahrendorf (2006; 1991). Na sociologia de língua alemã houve, no início dos anos 1970, uma discussão mais intensa sobre as diferentes variantes do conceito de papéis.

muitos casos, tudo indica que antes da consciência do agente nada existia. Assim você se torna sábio quando se torna um professor, religioso quando tem que fazer algo que requer fé, guerreiro quando você marcha em uma formação de combate. [...] O ponto decisivo em nosso exemplo é que tal processo quase nunca se baseia em uma decisão ou reflexão. [...] É exatamente na irreflexão e na inconsciência do processo que se encontra a sua força (Berger, 2011b, p. 108).

Em suma, pode-se, portanto, pressupor uma relação complexa entre o *self* no sentido de Mead e seus encontros sociais na ação com base em papéis sociais. Se considerarmos a natureza processual da autopercepção elucidada acima, então somos estáveis como pessoas com uma identidade inconfundível apenas de forma limitada; é muito mais provável que estejamos “à deriva” com uma estrutura em permanente mudança sobre o mar das diferentes situações sociais, que só se mantêm unidas por um “fino fio de memória” (Peter L. Berger) e pelas atribuições sociais, de se ser esta ou aquela pessoa, e ninguém outrem.⁶⁷

3.1.5 Comunicação e sociedade

Mead conduz, por fim, suas reflexões no nível da sociedade, das instituições e de seu contexto. Em oposição a Marx, que viu a essência do homem em seu compromisso ativo com a natureza na forma do “trabalho”, considerando-o como a principal relação social, Mead

⁶⁷ Em seu livro *Espelhos e máscaras*, Anselm Strauss (1968a) desenvolve uma visão geral das teorias da identidade e dos papéis sociais da tradição interpretativa. Já no título, ele retoma as ideias já mencionadas de Cooley (o “*self* espelho”) e Park (a pessoa, o outro como “máscara”). Stanley Cohen e Laurie Taylor apresentam em seu estudo *Escape Attempts: The Theory and Practice of Resistance in Everyday Life* (*Tentativas de fuga: teoria e prática da resistência na vida cotidiana*), uma excelente descrição, bastante útil, sobre as diferentes estratégias dos indivíduos de fugir de padrões de identidade e das exigências em torno dos papéis a partir da tradição do paradigma interpretativo (Cohen & Taylor, 1977; 1992).

ênfatiza que a coordenação dos processos de trabalho, rituais religiosos, atividade econômica etc. requer comunicação: “o processo da comunicação é, em certa medida, mais universal do que todos esses diversos processos cooperativos. É o meio pelo qual essas atividades cooperativas podem ser executadas numa sociedade autoconsciente” (Mead, 2010, p. 279-280).

O conteúdo da comunicação desenvolve-se, antes de tudo, a partir das situações e dos problemas estabelecidos por ele, nos quais as sociedades se encontram. As instituições da sociedade nada mais são do que “uma reação conjunta de todos os membros de uma sociedade a uma determinada situação” (Mead, 1969b, p. 319). Em termos práticos, isso é determinado naturalmente pelos campos da prática ou áreas de atuação, que são levados em consideração: a organização de uma Copa do Mundo requer diferentes conjuntos de reações do que o trabalho com comportamentos desviantes, furtos etc., o qual envolve promotores públicos, juízes e policiais. Em todos os casos, porém, essas são “cadeias organizadas de reação”, mais ou menos amplas, baseadas na capacidade humana de usar símbolos.

Com a competência de se utilizar símbolos significativos, a capacidade de assumir papéis é também adquirida. As pessoas podem, assim, se colocar no “papel da outra pessoa”. Somente então é possível coordenar e trabalhar em rede. Ao conhecer o símbolo significativo, um indivíduo deve saber, por exemplo, o que é um “vendedor” para se referir a ele como um “cliente” em suas ações e vice-versa (Mead, 1969b, p. 320). As instituições são, portanto, no entendimento de Mead,

formas organizadas de ação grupal ou ação social – formas que estão organizadas de tal forma que os membros individuais dessa sociedade, adotando atitudes de outros, possam participar adequadamente e de acordo com o contexto social desta ação. [...] As instituições sociais são, assim como o eu dos indivíduos, desenvolvimentos

dentro do processo da vida social ou sua manifestação, especial e formalizada, que o homem alcançou no nível da evolução (Mead, 1969b, p. 320).

Isso pode, por fim, ser relacionado à compreensão de *sociedade* como um todo: essa última é, repetindo mais uma vez, nem mais nem menos que um “conjunto organizado de respostas a certas situações”, como aparece em outra tradução da passagem recém-citada (Mead, 2010, p. 291).

Desde tal perspectiva, Mead está sugerindo aqui o surgimento de um sentimento de pertencimento a uma comunidade mundial, que as relações e instituições locais estão cada vez mais em sintonia com as demais que se encontram em todas as partes do mundo e disso – essa é sua esperança – podem surgir orientações semelhantes por um outro generalizado no nível da sociedade mundial, em uma “concepção de solidariedade universal” (Mead, 2010, p. 295): “A própria universalidade dos processos que pertencem à sociedade humana, quer sejam vistos pelo prisma da religião, do comércio ou do pensamento lógico, pelo menos abre a porta a uma sociedade universal (Mead, 2010, p. 305).

3.2 O interacionismo simbólico

A teoria sociopsicológica e filosófica da intersubjetividade prática de Mead, o uso de símbolos, a constituição interativa-comunicativa da consciência e a coordenação da ação social foram utilizados por seu assistente Herbert Blumer como ponto de partida de uma posição sociológica independente e conectada com um nome próprio específico: o *interacionismo simbólico* utiliza o trabalho de Mead para elaborar uma teoria sociológica geral da interação e da concatenação interativa de contextos de interpretação e ação, na qual tanto o modelo de ação do pragmatismo filosófico quanto a tradição de pesquisa da Escola de Sociologia de Chicago continuam a desempenhar um papel importante (Blumer, 1969a; 1969b).

Além disso, as ideias de Georg Simmel sobre as constantes “interações entre indivíduos” como base de todas as estruturas sociais, assim como da tradição alemã compreensiva, que está associada aos nomes Wilhelm Dilthey e Max Weber, também foram incorporadas. Como mencionado no primeiro capítulo, Dilthey via a especificidade das humanidades na tarefa de “compreender” os fenômenos culturais. Isso se dá devido ao fato que os fenômenos sociais ou culturais consistem sempre em significados que, por sua vez, só podem ser analisados de forma interpretativa. O interacionismo simbólico está interessado em entender como os indivíduos criam, estabilizam e mudam suas teorias sobre a realidade, ou generalizando ainda mais: sobre a ordem simbólica de seu mundo, em processos de interação e pelo uso de símbolos. Entidades sociais maiores, tais como organizações, instituições e até mesmo “a” sociedade, são consideradas como um processo permanente conectado de criação e modificação de tais ordens.

O interacionismo simbólico é ainda hoje uma das mais importantes subcorrentes do paradigma interpretativo da sociologia; sob seu “teto” se reúne uma infinidade de posições e estudos que, partindo das premissas básicas apresentadas a seguir, escolhem objetos de pesquisa mais específicos e os exploram a partir de abordagens metodológicas qualitativas, isto é, acima de tudo, com base em entrevistas não padronizadas e observação participante. Isso compreende, indicando somente alguns poucos exemplos que serão apresentados de forma mais detalhada mais adiante, desde trabalhos teóricos e metodológicos (como de Howard S. Becker, Anselm Strauss, Adele Clarke ou Norman Denzin), estudos organizacionais sobre cozinhas de restaurantes (Gary Alan Fine) ou processos de interação em enfermarias de hospitais (Barney Glaser/Anselm Strauss), análises da organização social da produção da arte e do mercado de arte (Howard S. Becker), carreira social dos problemas sociais (Joseph Gusfield), administração dos sentimentos e expressões no trabalho, ou a relação entre trabalho e vida familiar (Arlie Hochschild), e até

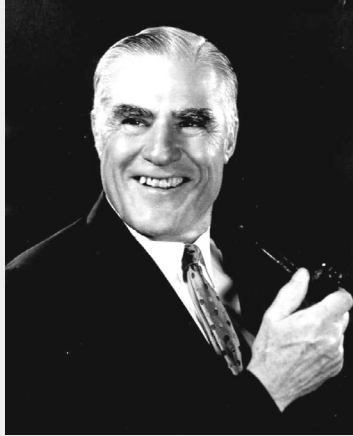
mesmo a incorporação e representação do prazer sexual orgânico nas relações íntimas (Sue Scott/Stevi Jackson).

As primeiras coletâneas de ensaios sobre o interacionismo simbólico surgiram no início dos anos 1960 nos Estados Unidos (Rose, 1962). O livro de Herbert Blumer de mesmo nome (*Interacionismo simbólico*, 1969a), que surgiu no final dos anos 1960 e continha textos de Blumer de várias décadas, é considerado como a base teórica da abordagem. De especial importância são seus ensaios *Symbolic interactionism: perspective and method* (*Interacionismo simbólico: perspectiva e método* (Blumer, 1969d) e “Society as Symbolic Interaction” (“Sociedade como interação simbólica”) (Blumer, 1969a; originalmente publicado no volume já mencionado de Rose). Os pressupostos aí elaborados formam o “núcleo teórico”. Sob o teto construído por Blumer se encontra reunido um grande número de autores independentes, que utilizaram o interacionismo simbólico e também continuaram a desenvolvê-lo. Muitos desses protagonistas haviam estudado em Chicago ou mais tarde com os “ex-chicagoenses” (“ex-alunos da Escola de Chicago”) que haviam se mudado para outras universidades.

Blumer foi repetidamente acusado de ter promovido uma recepção muito reduzida da psicologia social e filosofia de Mead no sentido de “orientações microsociológicas”. Resta saber se essa acusação é realmente verdadeira. Pelo menos a recepção em língua alemã do interacionismo simbólico foi, todavia, prejudicada pelo fato de que nem o trabalho de Blumer – por exemplo, seus trabalhos sobre cinema, industrialização, conflitos étnicos e racismo ou sobre conflitos sociais e atores coletivos (Blumer, 2000; 1969c; 1970; 1990) – nem muitos dos desdobramentos e das aplicações que surgiram nos Estados Unidos desde então dentro da tradição do interacionismo simbólico (cf. subcapítulos 3.3 e 3.4) foram retomados em sua abrangência.

Após a discussão da abordagem de Blumer, serão apresentados três trabalhos que deram seguimento nos campos do comportamento desviante (Howard S. Becker), a definição coletiva dos problemas

sociais (Joseph Gusfield) e os processos de interação em organizações (Anselm Strauss). Em seguida, serão ilustrados alguns exemplos atuais de pesquisa e tendências de desenvolvimento.



Herbert George Blumer (1900-1987)

Herbert Blumer nasceu em St. Louis, Missouri, estudou e lecionou na universidade de lá até 1925. Em 1923, iniciou seu doutorado na Universidade de Chicago; de forma paralela, tornou-se jogador profissional de futebol nos “Chicago Cardinals”. Seu trabalho sociológico foi fortemente influenciado por William I. Thomas, Ellsworth Faris e George Herbert Mead, buscando relacionar suas posições (Helle, 2001, p. 96). Quando Mead adoeceu gravemente, no início da década de 1930, ele assumiu seus seminários em Chicago; lá, ensinou de 1925 a 1952. De 1941 a 1952, Blumer foi editor do *American Journal of Sociology*. Em 1956, se tornou presidente da Associação Americana de Sociologia. Posteriormente, foi presidente da Society for the Study of Social Problems (Sociedade para o Estudo de Problemas Sociais), da Pacific Sociological Association (Associação de Sociologia do Pacífico), e vice-presidente da Associação Internacional de Sociologia.

No campo da política social, atuou como mediador de conflitos entre empregadores e sindicatos. Em 1952, se mudou para a Universidade da Califórnia (Berkeley) e tornou-se chefe do recém-fundado departamento de sociologia. Desde o final da década de 1930, Blumer trabalhou com temas como conflitos raciais, comportamento coletivo, relações industriais e os efeitos dos filmes sobre o comportamento humano. Ele estava interessado, por exemplo, no desenvolvimento de definições coletivas em grupos dominantes, por meio das quais esses buscavam manter seu poder e *status* (Wacker, 1995, p. 143).

Sugestão de literatura

Blumer, H. (1981). *Der methodologische Standort des Symbolischen Interaktionismus*. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.), *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 80-146). Reinbeck: Rowohlt [1969]. [1973 corresponde à primeira edição alemã; reimpressão em Strübing e Schnettler em 2004, pp. 319-388. [Explicação relevante da perspectiva com discussão das implicações para a pesquisa social.]

Blumer, H. (1980). A natureza do interacionismo simbólico. In D. C. Barnlund, C. D. Mortensen *et al.* (org.), *Teoria da comunicação. Textos básicos* (pp. 119-137). São Paulo: Mosaico.

Blumer, H. (1969a). Society as symbolic interaction. In H. Blumer (ed.), *Symbolic interactionism. Perspective and method* (pp. 78-89). Engelwood Cliffs: Prentice-Hall. [Desenvolve a perspectiva correspondente sobre a sociedade.]

Literatura complementar/obras originais (seleção)

Blumer, H. (2018). Sociedade como interação simbólica. *Plural*, 25(2), 282-293.

Blumer, H. (2004). *George Herbert mead and human conduct*. Walnut Creek: Alta Mira Press. [Manuscrito primeiramente não publicado, no qual Blumer discute a posição de Mead.]

Blumer, H. (2000). *Selected works of Herbert Blumer. A public philosophy for mass society*. Urbana: University of Illinois Press [1988]. [Uma coleção de ensaios com uma apresentação detalhada da sociologia de Blumer, compreendendo mais de 100 páginas, na qual as referências a Mead não ganham destaque, mas, sim, seu trabalho sobre a mídia de massa (jornais, filmes), a esfera pública, os conflitos raciais e as relações industriais; além disso, há contribuições originais selecionadas por Blumer sobre os tópicos mencionados.]

Blumer, H. (1990). *Industrialization as an agent of social change: A critical analysis*. In von D. R. Maines, & T. J. Morrione (ed.), New York: Aldine de Gruyter. [Manuscrito primeiramente não publicado que traz os aspectos mais “macrossociológicos” do interacionismo simbólico com base nas análises de Blumer sobre os processos de industrialização.]

Blumer, H. (1982). *El Interaccionismo simbólico. Perspectiva y Metodo*. Barcelona: Hora. [Diferentes obras de Blumer sobre o interacionismo simbólico, incluindo: *La posición metodológica del interaccionismo simbólico* e notas sobre *El Campesino Polaco e Europa y America*, de Thomas y Znaniecki.]

Blumer, H. (1979). *Critiques of research in the social sciences. An appraisal of Thomas and Znaniecki's „The Polish Peasant in Europe and America“*. With a new introduction by the author. New Brunswick: Transaction [1939]. [Discussão detalhada, homenagem e abordagem do estudo de Thomas & Znaniecki.]

Blumer, H. (1970). *Movies and conduct*. New York: Arno Press [1933]. [Um antigo estudo de Blumer sobre as consequências da recepção da nova mídia de massa, o filme.]

Blumer, H. (1969d). *Symbolic interactionism. Perspective and method*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall. [Coleção de ensaios com as mais importantes contribuições de Blumer para a fundação do interacionismo simbólico.]

Morrione, T. J. (2004a). Editors introduction. In Blumer (ed.), *George Herbert Mead and human conduct* (pp. 1-13).

Morrione, T. J. (2004b). Herbert Blumer – A biography. In Blumer (ed.), *George Herbert Mead and human conduct* (pp. 179-184).

Plummer, K. (ed.) (1991a). *Symbolic interactionism*. Vol. I: Foundations and history. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited. [Contém numerosas contribuições sobre a história e as discussões sobre e com o interacionismo simbólico até o final dos anos 1980.]

Plummer, K. (ed.) (1991b). *Symbolic interactionism*. Vol. II: Contemporary issues. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited. [Contém numerosas contribuições sobre o interacionismo simbólico, especialmente sobre a importância e a análise das emoções.]

Shibutani, T. (ed.) (1973). *Human nature and collective behaviour: Papers in honor of Herbert Blumer*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall. [Contém diferentes contribuições dos estudantes de Blumer do contexto do interacionismo simbólico, que discutem aspectos do trabalho e desdobramentos.]

Crédito fotográfico

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.

3.2.1 Pressupostos teóricos básicos

Para Herbert Blumer (1969a), considerar a sociedade como “interação simbólica” significa tomar a mediação simbólica e a dependência

interpretativa dos referenciais humanos de mundo como ponto de partida das análises sociológicas. Isso se aplica tanto ao nível direto das ações e interações entre os indivíduos quanto ao nível das organizações ou atores coletivos, ou seja, às diferentes manifestações de “unidades de ação”:

A sociedade humana deve ser vista como consistindo de pessoas atuantes, e a vida da sociedade deve ser vista como consistindo de suas ações. As unidades de atuação podem ser indivíduos separados, coletividades cujos membros estão agindo juntos em uma busca comum, ou organizações agindo em nome de um eleitorado. Respectivos exemplos são compradores individuais em um mercado, um grupo de teatro ou uma banda missionária e uma corporação de negócios ou uma associação nacional de profissionais. [...] Eu acrescentaria que qualquer modelo de sociedade humana que se diz ser uma análise realista tem que respeitar e ser congruente com o reconhecimento empírico de que uma sociedade humana consiste em unidades de atuação (Blumer, 1969a, p. 85).

A ação humana ocorre dentro e em relação a situações e à definição dessas situações. Muitas vezes, a experiência e as rotinas de interpretação podem servir como orientação; no entanto, novos esforços de interpretação são sempre necessários. A existência de formações estruturais, organizações e outros níveis emergentes do social não é de forma alguma negada. O que é negado, entretanto, é a suposição de um “efeito determinante na ação” a partir desse nível. As pessoas agem em relação às situações, e não em relação às estruturas, mesmo que padrões estruturais como “cultura”, “estratificação social” ou “papéis sociais” forneçam os enquadramentos para a respectiva ação. E quanto mais complexas são as sociedades, mais diversificadas são os respectivos enquadramentos – e mais carentes

de interpretação se tornam as situações (talvez também mais abertas à interpretação), nas quais as pessoas se movimentam. Do ponto de vista do interacionismo simbólico

a organização de uma sociedade humana [é] o enquadramento, dentro do qual a ação social acontece e não é o determinante dessa ação. Em segundo lugar, tal organização e mudanças nela são o produto da atividade de unidades atuantes, e não de “forças” que não levam em conta tais unidades atuantes (Blumer, 1969a, p. 87).

O posicionamento do *interacionismo simbólico* pode ser caracterizado de forma mais diferenciada segundo as três premissas formuladas por Blumer a partir de Mead:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo – objetos físicos, como árvores ou cadeiras; outras pessoas, como mães ou balconistas de loja; categorias de seres humanos, como amigos ou inimigos; instituições, como escolas ou o governo; ideais norteadores, como independência individual ou honestidade; atividades alheias como ordens ou solicitações de outrem –, além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia a dia. A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por este modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (Blumer, 1980, p. 119).

O que significam inicialmente essas premissas? Começemos com uma breve discussão sobre o primeiro ponto. Em primeiro lugar, nos lembra, por um lado, o conceito de “definição da situação”; além disso, nos lembra a ideia dos significados, que se encontram nos seres humanos entre o estímulo externo e sua reação a ele, assim como Mead havia formulado. As “coisas” correspondem, aqui, não apenas a objetos materiais concretos, mas também a ideias muito abstratas (liberdade, progresso e paz), contextos sociais da ação (instituições e organizações), comportamentos e atividades (trabalhar, descansar e ajudar), criaturas humanas ou animais, plantas, objetos produzidos e “naturais” etc.

Blumer distingue, portanto, entre objetos físicos (árvore), sociais (amigos) e abstratos (liberdade). Ao fazer referência ao “significado” dessas coisas, ele não está falando de uma “importância” particular, por exemplo, no sentido de que um determinado livro, uma determinada pessoa que você conheceu, tinha “importância” para você. Pelo contrário, o termo “significado” se refere ao sentido ou à dimensão de sentido de tais “coisas”. Quando falamos de uma árvore, uma mãe, um amigo, uma escola etc., então esses termos contêm mais do que a respectiva palavra.

A palavra ou o signo é apenas o portador do significado, do conteúdo de significado, que associamos ao termo, e o qual também usamos para designar algo real, uma coisa, um fenômeno, uma ação ou um processo. Isso não exclui a possibilidade de que em alguns casos associemos também um “significado especial” ao que é designado: “meu filho” tem um significado diferente para mim do que “as crianças na pracinha”. Em ambos os casos, porém, a palavra “criança” também denota uma idade aproximada e uma posição social específica em relação aos adultos etc. Tudo isso (e muito mais) pertence ao significado da “coisa” “criança”. Se alguém quer entender as ações das pessoas, tem que saber como seu “mundo de objetos” é construído. Esses objetos são “criações sociais” que devem ser consideradas “como elementos

formados e originados do processo de definição e interpretação, à medida que esse ocorre na interação humana” (Blumer, 1980, p. 128).

Os “objetos” e “mundos” que existem para pessoas ou coletivos humanos são o produto de interações simbólicas. Isso também se aplica a “um exército”, a uma “corporação”, a uma “nação” (Blumer, 1980, p. 133). Blumer distingue entre três categorias de tais objetos:

- (a) objetos físicos, como cadeiras, árvores ou bicicletas;
- (b) objetos sociais, como estudantes, padres, o presidente, a mãe ou um amigo e (c) objetos abstratos, como princípios morais, doutrinas filosóficas ou conceitos, tais como justiça, exploração ou compaixão. Repetimos mais uma vez: o objeto é qualquer coisa passível de ser indicada ou referida (Blumer, 1980, p. 127).

A natureza de um objeto não deriva, portanto, do próprio objeto, mas do significado que lhe é dado por uma pessoa ou várias pessoas, um grupo, um coletivo. Isso acontece mesmo quando o objeto se mostra resistente a muitas atribuições de significado: posso tentar me convencer por muito tempo que a barbatana dorsal que segue pela água em minha direção é de um golfinho – em algum momento veremos se isso é verdade. Também posso pressupor que chego até a parada de ônibus em cinco minutos, portanto, ainda tenho tempo. Talvez da próxima vez já terei mais certeza a respeito. O que importa aqui é o fato de que se trata sempre da capacidade humana de interpretar, pois a busca e a descoberta de um “significado apropriado”, incluindo a avaliação da razoabilidade, ocorre por intermédio da pessoa ou de um grupo de pessoas, um coletivo, mas nunca por meio do próprio objeto.⁶⁸

⁶⁸ Isso não é levado em consideração de forma adequada pela teoria ator-rede (TAR).

Em uma dada sociedade, em um “universo de discurso” existente, muitos desses significados estão, até a nova ordem, fixados a partir do processo histórico e não precisam ser renegociados ou testados repetidamente no sentido estrito – na verdade, cada “aplicação bem-sucedida” é um teste que confirma a validade de um significado até a nova ordem. Entretanto, há uma constante coordenação de atribuições de significado em nossa vida diária, e não apenas quando discutimos com nossos parceiros sobre qual peça de roupa suja pertence a qual montanha de roupa, quem assume a tarefa de lavar hoje (Kaufmann, 2005), ou se o passeio promovido pela empresa na próxima semana não trata afinal de uma bela estratégia do chefe para testar aquele que se mostrará mais apto a se tornar seu funcionário preferido. Mesmo aqui não se trata de forma alguma de uma “teoria espontânea” da atribuição de significado.

O processo de “negociação da definição das situações” não deve ser entendido literalmente como um processo de argumentação concreto, como Jürgen Habermas (1981), por exemplo, o concebe em sua teoria da ação comunicativa. “Negociação” significa antes uma sequência sucessiva de ajustes mais ou menos implícitos, inconscientes e às vezes explícitos de externalização e interpretação recíproca de sinais nos processos de interação, ou seja, uma coordenação intersubjetiva e contínua dos processos de interpretação entre a confirmação e a correção *suficientemente convergentes* de interpretações da situação. Isso não precisa ser necessariamente realizado pela linguagem, mas também pela expressão corporal, por gestos etc.

Ao mesmo tempo, o potencial criativo da ação, a possibilidade de mudança, depende da margem de ação do problemático ou indeterminado. Se alguém quer entender as ações das pessoas, deve saber como seu “mundo de objetos” está construído. Por exemplo, um problema como o do “vandalismo noturno” parece completamente diferente do ponto de vista de uma gangue de jovens do que do ponto de vista da autoridade policial local (Berger, 2011b); um problema

social é diferente para a sociologia do que para o departamento da assistência social ou para um grupo de políticos. Sim, nesse último caso, a relevância da sociologia consiste precisamente em insistir de que para ela se trata de um “problema diferente” (Becker, 2003b). Entretanto, tais objetos são sempre “criações sociais” que precisam ser consideradas

como elementos formados e originados do processo de definição e interpretação, à medida que esta ocorre na interação humana [...]. Em suma, do ponto de vista do interacionismo simbólico, a coexistência grupal humana traduz-se em um processo no qual os objetos são criados, confirmados, transformados e desprezados. A vida e os atos do homem são necessariamente alterados conforme as mudanças ocorridas em seu universo de objetos (Blumer, 1980, p. 129).

As pessoas conduzem suas ações em um processo permanente de coordenação de indicações ou atribuições de significado. Sua interpretação pode ser corrigida pela “realidade”; mas isso não leva a uma saída do mundo significado, e sim “apenas” à substituição dos padrões de percepção, interpretação e ação utilizados – o que pode muito bem equivaler a uma e a mesma coisa no sentido de um interacionismo simbólico:

Basicamente, os atos por parte de um ser humano consistem na atenção despendida aos vários elementos que observa e na confecção de uma linha de conduta fundamentada na maneira pela qual os interpreta. Tais elementos abrangem aspectos como desejos e necessidades, seus objetivos, os meios disponíveis para a consecução destes, os atos e os atos antecipados de outrem, a imagem que faz de si mesmo e o provável resultado de uma determinada linha de ação específica. Seu com-

portamento é formado e controlado através do referido processo de indicação e interpretação. Nesse processo, certas linhas de ação podem ser iniciadas ou encerradas, abandonadas ou adiadas, confinadas à mera intenção ou a realidades íntimas de fantasia; ou, se porventura forem iniciadas, podem se transformar (Blumer, 1980, p. 132).

Na segunda premissa consta, então, que esse significado deriva ou surge da interação social com os outros. Recordemos: antes tínhamos explicado como George Herbert Mead deduz de modo geral a emergência histórica e evolutiva de “símbolos significativos” da interação, ou seja, os símbolos, que têm o mesmo significado para os membros de um grupo social. Minha ação, a reação de meu interlocutor e minha percepção dessa reação – resumindo: o processo de interação determina o significado de um fazer, uma coisa, uma ação.

Desde que nós, como seres humanos, nascemos em coletivos sociais, nos quais um ou mais sistemas de símbolos significativos já foram formados em um longo processo histórico (que, aliás, está em estado de permanente transformação), adotamos essas linguagens simbólicas no processo de socialização ou desenvolvemos a competência de usá-las nas interações e de lidar com tais símbolos em processos interpretativos. Essas são as rotinas usuais de interpretação, as quais recorremos concomitantemente, por assim dizer, em nossas ações, oferecendo e confirmando significados uns aos outros de forma alternada e permanente, sem as quais ficaríamos desesperadamente sobrecarregados nos mais simples contextos de ação e interação. No entanto, essa é apenas uma das leituras contidas nessa premissa, pois ela também pode ser entendida de tal forma que realmente criamos o significado das coisas agindo em conjunto uns com os outros, interagindo.

Isso vale para ideias abstratas como “paz”, quando, por exemplo, dois oponentes precisam chegar a um acordo em um caso concreto

sobre o que se entende por isso, e ocorre quando novos fenômenos são descobertos pela ciência, como, por exemplo, quando os astrônomos deduzem a partir da mensuração de certas variáveis a existência de uma estrela, um sistema planetário ou um buraco negro etc. Isso vale para nossas ideias mais concretas do dia a dia sobre o que constitui uma “melhor amiga” e a quem esse termo deve ser aplicado (ou não aplicado) e sob quais condições. Contudo, isso vale também para coisas muito “tangíveis”, como uma cadeira ou uma mesa, cujo “significado” nós confirmamos a nós mesmos dia após dia.

Dessa forma, as reproduzimos simultaneamente, assegurando mutuamente a validade exata desse significado. Em vários aspectos, pode-se afirmar: “Para um indivíduo, o significado de um elemento nasce da maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento” (Blumer, 1980, p. 121). Não se trata (somente), por exemplo, do comportamento infantil – “se outros querem meu animal de estimação favorito, eu o quero mais ainda” –, mas vale também nestes casos: “para mim uma mesa é uma mesa, porque eu já experimentei através dos outros o que é uma mesa e o que você faz com ela”; e “eu amo esta música porque meus pais a acham horrível e meus amigos e amigas gostam dela”.

Na terceira premissa, Blumer fala de um processo interpretativo, dentro do qual “manejamos” o significado ou também o mudamos. Normalmente, nossa interpretação diária funciona, em geral, sem grandes problemas: uma mesa é uma mesa, uma cadeira é uma cadeira, uma dor é uma dor, uma rosa é uma rosa etc. Mead havia apontado para o fato de que os processos de pensamento na consciência individual podem ser entendidos como uma espécie de “interação interior”. Elas só são possíveis se e à medida que tivermos competência para utilizar “símbolos significativos”. Os significados não estão “em si” nos objetos e processos materiais ou imateriais no mundo, mas são atribuídos por nós no contato e no processo mútuo, ou seja, no encontro com o mundo pela “interpretação”. Isso já foi

descrito de forma semelhante no modelo de ação do pragmatismo acima mencionado.⁶⁹ Blumer enfatiza que esse processo consiste em “duas etapas”:

Na primeira, o agente determina a si mesmo os elementos com que se relaciona; necessita especificar para si próprio os elementos possuidores de significado. A execução de tais designações constitui um processo social interiorizado, no qual o agente interage consigo. Essa operação equivale a algo bem diferente de uma combinação de fatores psicológicos; trata-se de uma situação em que o indivíduo se empenha em um processo comunicativo consigo. Na segunda, em virtude desse processo de autocomunicação, interpretar torna-se uma questão de manobra de significados. O agente seleciona, modera, susta, reagrupa e transforma os significados sob o ponto de vista da situação em que se encontra e da direção de seus atos. Por conseguinte, a interpretação não deveria ser considerada como uma mera aplicação automática de significados existentes, mas, sim, como processo formativo em que os significados são utilizados e trabalhados para orientar e formar as ações (Blumer, 1980, p. 122).

O ator fica atento às coisas que são importantes para ele (por exemplo, os componentes de uma situação), avaliando então seu significado para suas ações. Em ambos os casos, trata-se de um “processo social internalizado”, uma interação dos atores consigo, que não deve ser pensado como “mera aplicação automática dos significados existentes”, mas como um processo “formador”, aberto à mudança (Blumer, 1980, p. 122). Falar aqui de “interação simbólica” não significa uma oposição a uma “interação real”, nem denota uma forma particular de ação (por exemplo, o “simbólico” gesto da cruz do

⁶⁹ Alfred Schütz (cf. capítulo 4) analisou as sutilezas desse processo de atribuição.

padre católico ao dar o perdão dos pecados), e sim descreve a forma como todas as interações humanas são mediadas e coordenadas: por meio do uso de símbolos significativos.

Assim, as conquistas interpretativas dos atores humanos contêm um forte momento criativo. Somente dessa forma eles são capazes de reagir, no sentido do pragmatismo, a distúrbios, irritações, problemas, em suma: resistências da realidade e do mundo. Atribuições de significado podem “falhar” diante da realidade (Blumer, 1981, p. 103). Isso pode ser explicado por um exemplo simples: suponha que você esteja andando por uma rua com lojas e de repente você avista uma pessoa mascarada com uma bolsa e uma arma saindo de um banco. Você provavelmente identificará (isto é, interpretará) essa situação como um assalto a um banco. Pouco depois de sair do banco, porém, a pessoa para, tira a máscara do rosto e grita: “estava bom assim?” Você então percebe (interpreta!) que se encontra em meio a um *set* de filmagem. Portanto, você muda sua interpretação da situação. Histórias de crime brincam com a ideia de como primeiras suspeitas vão mudando constantemente à medida que novos detalhes ou novas informações vão sendo acrescentadas.

Na vida cotidiana, temos a enorme competência de reinterpretar, assim como uma reação rápida, por assim dizer; essa busca por interpretações “apropriadas” ocorre de forma sistemática, por exemplo, na ciência. O interacionismo simbólico é, portanto, uma perspectiva teórica que destaca o significado das interações humanas mediadas por símbolos para a construção da realidade social.

3.2.2 Da interação simbólica à sociedade

Com base nas premissas apresentadas, Blumer cria uma estrutura teórica das “ideias centrais” do interacionismo simbólico a respeito da sociedade e do comportamento humano (Blumer, 1980, p. 124). De acordo com isso, grupos humanos e sociedades consistem apenas em ações; sociologicamente eles precisam ser, portanto, analisados

a partir de uma abordagem teórica da ação ou mais precisamente da interação, com base em “categorias da ação”. O ser humano é considerado aqui como um organismo capaz tanto de agir de forma não simbólica (por exemplo, martelar um prego na parede) quanto de agir de forma simbólica, ou seja, usar signos (por exemplo, falar, conversar, flertar). Isso implica no fato de que ele desenvolve uma identidade do eu ou um *self*, bem como as competências para o controle do corpo, para o uso de instrumentos, signos e símbolos, e que é capaz de “interagir” ou de se comunicar consigo no sentido descrito, isto é, saber indicar a si mesmo uma situação e seus componentes e reagir a ela. Portanto, as pessoas não estão presas em cadeias reflexivas de estímulos e reações, mas agem e projetam planos de ação respectivamente – um processo que é realizado frequentemente como um exercício de rotina, dispensando a devida atenção.

Do mesmo modo como Georg Simmel, Blumer escreve: “a vida de qualquer comunidade humana consiste necessariamente em um processo contínuo de coordenação das atividades de seus membros” (Blumer, 1981, p. 86). As ações individuais ou coletivas anteriormente mencionadas correspondem em sua maioria a interações simbólicas, que são componentes de cadeias de interação. Qualquer coisa que possa ser considerada uma realidade social estável durante um longo período de tempo, quer dizer, estruturas de interpretação (que, de acordo com sua origem, também são estruturas sociais), bem como estruturas sociais no sentido usual (por exemplo, instituições, organizações, estruturas de *status* social), surge da ação interpretativa permanente do ser humano e é reproduzida nela ou transformada.

Como consequência, isso significa que é necessário compreender os “processos de definição dos atores” para entender ações e interações; isso se aplica tanto às ações individuais quanto às ações coletivas de “grupos, instituições, organizações ou estratos sociais”, que estão no centro da atenção sociológica. O objeto da sociologia, ou melhor dizendo, os fenômenos sociais como casamento, comércio, guerra,

culto etc. podem ser entendidos como uma “ação conjunta”, que de fato é composta por concatenações, por vezes abrangentes, de ações individuais. Blumer fala também de “redes complexas de ações” no que diz respeito, por exemplo, à divisão social do trabalho:

Esta, seja um exército empenhado em uma campanha, uma empresa procurando expandir suas operações ou um país tentando controlar um saldo desfavorável, entre importações e exportações, necessita elaborar seus atos por meio de uma interpretação do que está ocorrendo em sua área de operação (Blumer, 1980, p. 133).

A maior parte da ação social consiste em “padrões repetidos de ação conjunta”, que ocorrem porque todos os participantes fazem uso dos símbolos ou das interpretações significativas comuns. Isso, por si só, não significa um automatismo de mero desenrolar, porque cada repetição de um padrão deve ser entendida como um processo ativo de interpretação. Existem – pelas mais diversas razões: o desenvolvimento da tecnologia, os encontros culturais, a complexidade das relações sociais – muitos e sempre novos fenômenos, situações, distúrbios das rotinas da ação e problemas da ação que desencadeiam uma busca ativa por formas apropriadas de processamento na interpretação e na ação. Isso também se aplica a valores e normas: esses são o resultado de interações sociais, não necessariamente sua précondição.

O mesmo pode ser dito das instituições e organizações: elas não funcionam com base em uma dinâmica interna, por exemplo, sistêmica, mas porque as pessoas que nelas se encontram definem as situações e agem de forma coordenada. Tal ação conjunta sempre emergiu de contextos históricos anteriores de ação e significado; ela representa, portanto, para cada caso específico, uma mescla de conexão, repetição e inovação a ser compreendida. No entanto, isso não significa o controle dos participantes sobre os processos em curso; assim como

efeitos emergentes, não intencionais, resultantes dos numerosos processos interativos não podem ser de forma alguma excluídos. Um exemplo frequentemente analisado no campo dos estudos do comportamento desviante faz referência ao fortalecimento da ilegalidade do consumo de drogas que resulta de estratégias policiais específicas: tentativas de escapar dos controles levam, então, a encontros em lugares “suspeitos”.

3.2.3 Consequências metodológicas

As premissas teóricas básicas do interacionismo simbólico apresentam implicações metodológicas. À medida que uma teoria determina o objeto da sociologia, surgem conclusões específicas a respeito da maneira como ela pode e precisa investigar esse objeto de forma empírica. Isso se aplica a todas as abordagens da teoria sociológica. Também no caso de Herbert Blumer, os pressupostos básicos apresentados deram origem a consequências específicas para as possibilidades da pesquisa sociológica empírica.⁷⁰ Em suma, tendo como base a teoria do interacionismo simbólico, surgiu a demanda à sociologia “de levar a interação social a sério. Se faz necessário considerar a respectiva área da vida em análise como um processo dinâmico, no qual os participantes definem e interpretam as ações uns dos outros” (Blumer, 1981, p. 136).

Não se trata de instruções concretas de trabalho ou dicas de pesquisa propriamente ditas. Ele demonstra ter sido, aqui, tão reservado quanto foi Robert E. Park. Anselm Strauss, um dos mais importantes estudantes de Blumer, mencionou em uma entrevista que Blumer havia dado poucos conselhos sobre como proceder: “Blumer não possuía

⁷⁰ No paradigma interpretativo, foram realizadas em várias ocasiões críticas às estratégias de pesquisa quantitativas ou de mensuração e de teste de hipóteses, as quais não podem ser discutidas aqui (Blumer, 1981; Helle, 2001, p. 99; Baugh, 1990). O exame crítico mais conhecido e detalhado de “métodos e mensurações” pode ser encontrado em Aaron Cicourel (1970; 2011), que trabalha na tradição etnometodológica.

nenhum método. Ele dizia apenas: 'faça o que quiser com os dados' (Strauss, como referido em Legewie, 2004, parágrafo 22). E como se poderia chegar até os dados, isso certamente foi melhor indicado por Hughes. Para Blumer era, entretanto, indiscutível qual tinha que ser o objetivo das abordagens qualitativas, a partir das quais os cientistas sociais recorriam às competências interpretativas, que os próprios agentes colocam em prática (Blumer, 1981, p. 117):

A metáfora que eu gosto é aquela de levantar os véus que obscurecem ou escondem o que está acontecendo. [...] Os véus não são levantados pela substituição do conhecimento direto por ideias pré-formadas, qualquer que seja a sua dimensão. Pelo contrário, os véus são levantados aproximando-se dessa área e penetrando-a profundamente através de uma pesquisa cuidadosa. Os esquemas metodológicos que não incentivam ou não permitem isso traem o princípio básico de considerar a constituição do mundo empírico (Blumer, 1981, p. 121).

É por isso que, segundo Blumer, fazendo referência a Talcott Parsons, as teorias do sistema social (e, acrescentando ainda, teorias críticas e teorias de sistemas mais recentes que argumentam no sentido macroestruturalista), mas também teorias do conflito ou teorias da escolha racional, que elevam formas específicas da ação a um modelo geral, tomam caminhos "estranhos" e errados em sua análise do social. Em contrapartida, o caminho da explicação sociológica, no sentido auferido pelo teorema de Thomas, está "na forma como os participantes definem, interpretam e se deparam com as situações em suas respectivas posições" (Blumer, 1981, p. 141). Isso exclui o recurso a estruturas "invisíveis" ou "mais profundas" (por exemplo, estruturas de classe) como explicação, se não for possível evidenciar como tais estruturas ou lógicas de sistema são empregadas na interpretação dos participantes da interação, na forma da definição da situação.

Aqui, como em toda ciência empírica, pressupõe-se a existência de um mundo real empírico, que pode ser dócil ou indisciplinado às tentativas humanas – também científicas – de interpretação. No entanto, podemos somente acessá-lo por intermédio das interpretações humanas. Tal pressuposto combina “pressupostos idealistas” – não temos acesso direto ao mundo em si, e sim somente acesso às interpretações humanas do mundo – a “pressupostos realistas”: o mundo empírico pode influenciar nossas ideias e tentativas de interpretação, confrontando-nos com problemas, com a inadequação de nossas interpretações, nos obrigando a procurar alternativas:

Essa resistência dá ao mundo empírico um caráter persistente, que é a marca da realidade. O fato de que a resistência pode ser contornada simplesmente desenvolvendo uma nova ideia ou concepção não muda o caráter persistente do mundo empírico. É esse caráter persistente do mundo empírico – sua capacidade de resistir e influenciar – que legitima a ciência empírica, tornando-lhe indispensável. A ciência empírica é essencialmente um empreendimento que busca desenvolver ideias e conceitos que possam dar conta de forma satisfatória da resistência demonstrada pelo mundo empírico em estudo. [...] É necessário, no entanto, evitar duas concepções que sobrecarregam o realismo tradicional e minam seriamente sua riqueza. Um desses conceitos parte do pressuposto de que o caráter persistente, ou seja, a realidade do mundo empírico em sua forma final, cuja descoberta é o objetivo da ciência empírica, seria fixo e imutável. Ao contrário do que esse pressuposto defende, a história da ciência empírica mostra, no entanto, que a realidade do mundo empírico aparece no “aqui e agora” e que ela se transforma constantemente à medida que novas descobertas são feitas. [...] A segunda concepção, que destrói a riqueza do realismo, assume que a realidade do mundo empírico deve ser compreendida da mesma

forma que os resultados das ciências naturais modernas, tendo que ser modelada a eles – essa é uma concepção que provou ser particularmente desvantajosa em relação aos seus efeitos sobre as ciências sociais e a psicologia. [...] O real entendimento da ciência empírica corresponde, na minha opinião, à busca comum de respostas a questões relacionadas ao caráter relutante do respectivo mundo empírico estudado (Blumer, 1981, p. 103).

Há uma polêmica antiga e recorrente contra a insistência no papel dos processos de interpretação para a percepção e para o manuseio de situações, objetos, atores etc., que é, por exemplo, levantada por Karl Marx e Friedrich Engels na ideologia alemã em oposição à filosofia idealista⁷¹:

Certa vez, um nobre homem imaginou que os seres humanos se afogavam na água apenas porque estavam possuídos pela *ideia da gravidade*. Se afastassem essa representação da cabeça, por exemplo esclarecendo-a como uma representação supersticiosa, religiosa, eles estariam livres de todo e qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida, combateu a ilusão da gravidade, de cujas danosas consequências todas as estatísticas lhe forneciam novas e numerosas provas. Aquele nobre homem era do tipo dos novos filósofos revolucionários alemães (Marx & Engels, 2007, p. 523-524).

Edwards *et al.* (1995) falam a esse respeito de argumentos em *Death and furniture* (*Morte e móveis*). Entretanto, assim como as observações acima deixam claro, o interacionismo simbólico não nega de forma alguma que a realidade oferece resistência a nossas interpretações,

⁷¹ Citado segundo a edição on-line Marx & Engels (1969).

ou que dentro de contextos de interpretação consolidados e a partir das determinações estruturais que deles resultam surgem outras interpretações igualmente impostas. Como Erving Goffman escreveu: “Quer se construa um teatro ou uma fábrica de aviões, é preciso prever espaços para estacionar os carros e para guardar os casacos e seria aconselhável que sejam espaços reais e realmente dotados de seguro contra roubo” (Goffman, 2012, p. 23).

Com base na posição básica do interacionismo simbólico, segue uma abordagem sociológica que busca “compreender e explicar” os fenômenos sociais no famoso ditame de Max Weber, examinando as atividades interpretativas ou as “definições de situação” dos sujeitos envolvidos nos processos de interação, sem que sejam, no entanto, compreendidas como “subjetivas” em termos de um “sentido privado, idiossincrático”, mas, sim, como o “sentido social” gerado e processado de forma interativa. Esse é um pré-requisito para a análise dos eventos sociais.

Consequentemente, os interacionistas simbólicos utilizam o método de observação participante, além de entrevistas detalhadas e análises de documentos. Assim, os cientistas sociais fazem uso em seu trabalho da mesma competência que os próprios atores sociais dispõem quando se deparam com situações desconhecidas: eles avaliam (e geram de forma interativa) o que está acontecendo. A abordagem dos cientistas difere da dos atores do cotidiano somente quando utilizam de forma sistemática essa competência, reunindo os resultados de suas investigações em uma nova forma de descrição (isto é, interpretação) e para outro campo de ação – em específico das ciências sociais (e, às vezes, da arena pública) (Blumer, 1981, p. 117).

Partindo dessa precondição, tudo aquilo que permite a “exploração” de fenômenos sociais é considerado como bom por Blumer: observação direta, escuta, análise de histórias de vida, cartas, atas públicas, discussões em grupo, entrevistas com participantes bem informados etc. Os cientistas sociais precisam ser capazes de abordar o campo

de investigação com empenho e curiosidade, não menos importante com capacidade de colocar preconceitos de lado, se permitindo rever pressupostos básicos e conclusões alcançadas no decorrer da investigação. Tais explorações levam a “apresentações” mais ou menos densas dos fenômenos sociais. No entanto, isso não é o fim da análise. Para Blumer, segue ainda uma etapa que ele chama de “inspeção” e que ele descreve como um “intenso exame do conteúdo empírico de quaisquer elementos analíticos”, que são utilizados como categorias para fins de análise e das “relações entre tais elementos” (Blumer, 1981, p. 126). Fica claro que Blumer não é aqui muito preciso em suas observações. Foi, em especial, Anselm Strauss (em colaboração com Barney Glaser) que desenvolveu sugestões de como tais abordagens podem ser descritas de forma mais concreta (cf. subcapítulo 3.3.4).

Sugestão de literatura

Koob, D. (2007). Lorient als Symbolischer Interaktionist. Oder: Warum man selbst in der Badewanne gelegentlich soziale Ordnung aushandeln muss. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 8 (1), Art. 27. Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/1-07/07-1-27-d.htm>. [Dirk Koob escreveu uma divertida aplicação e explicação do interacionismo simbólico em um esquete de *Lorient como interacionista simbólico. Ou: por que se precisa ocasionalmente negociar a ordem social na banheira.*]

3.3 A prática diversificada do interacionismo simbólico

Da tradição do interacionismo simbólico surgiram numerosos estudos sobre processos de grupo, que foram realizados, muitas vezes, com base em observação participante.⁷² Isso significa passar um período de tempo

⁷² O aluno de Blumer, Tamotsu Shibutani, se empenhou especialmente para desenvolver um conceito sociológico de “grupo de referência”. Em seu uso do termo, ele distingue entre aqueles grupos com os quais nos comparamos, aqueles aos quais gostaríamos de pertencer e finalmente

mais longo em um determinado campo de investigação – por exemplo, num bairro, numa empresa, numa gangue de jovens etc. – ou seja, viver, participar de atividades, conhecer (e às vezes fazer amizade) com o povo, contemplando, portanto, diversos dados (incluindo entrevistas abertas) na investigação. Tais abordagens fizeram com que o interacionismo simbólico virasse também motivo de piada na literatura, conforme encontramos na obra de Alison Lurie (1989; 1990), publicada em 1967, na qual dois sociólogos, protagonistas do romance *Amigos imaginários*, estudam uma seita religiosa de uma cidade pequena, a qual se prepara para a chegada de seres vindos do espaço, semelhantes a um Deus:

Quando cheguei aqui na universidade pela primeira vez [...], eu sempre olhava para essa porta e pensava para mim mesmo: “por trás dela está sentado Thomas B. McMann”, que escreveu o livro *Wir und Sie: Rollenkonflikt in River City (Nós e você: conflitos de papéis em River City)*, um dos primeiros no campo e um dos melhores, um clássico da sociologia descritiva. [...] O gelo [entre os protagonistas, nota do autor] começou a quebrar, quando um dia eu estava zombando dos seguidores de Parsons. Eu disse algo sobre caixas e setas, porque era assim que nós, como estudantes, chamávamos esse método de trabalho, e então ele foi realmente quebrando. [...] Tínhamos também um nome para a escola de sociologia da qual McMann fazia parte – as pilhas de estudos de caso e análises sociais um pouco bobas, que ainda eram leitura obrigatória nos meus anos de faculdade: “zeros à esquerda e vagabundas”. *River City* era, à sua maneira, um livro de zeros à esquerda e vagabundas; mas *The Streetcorner Society [Sociedade de esquina, de Whyte]* e *The Lonely Crowd [A multidão solitária, de David Riesman]* também eram (Lurie, 1990, p. 7).

aqueles cuja visão de mundo e perspectiva adotamos. Para ele, o significado sociológico do conceito se encontra na última formulação (Shibutani, 1955; 1962; em geral, ver Helle, 2001, p. 144).

O famoso McMann, que naturalmente estudou sociologia em Chicago e cuja aparência descrita lembra Herbert Blumer, se torna ele próprio o líder da seita e a encarnação da divindade vinda do espaço – porém, ele só passa a fazer isso quando deixa a psiquiatria.

No entanto, os estudos dos processos de grupo e interação são apenas parte da pesquisa. O próprio Blumer – e isso é frequentemente negligenciado – também havia examinado o nível da ação coletiva. A análise dos processos coletivos na interação de instituições, organizações, meios de comunicação de massa e esferas públicas sociais forma assim um segundo pilar (Sandstrom, Martin & Fine, 2001). Já na segunda metade da década de 1920, o público americano estava preocupado, por exemplo, com a influência dos filmes, como novo meio de comunicação de massa, sobre pessoas, especialmente sobre crianças e jovens. Como de costume se temia em relação a esse último grupo um declínio da moral e a forte orientação sexual:

Em 1928, o proeminente sociólogo da Universidade de Wisconsin, Edward Alsworth Ross, havia advertido que o cinema já havia tornado “os jovens que eram crianças da cidade há dezesseis anos ou menos... mais sexualizados, excitados e absorvidos pelo sexo do que... qualquer outra geração da qual temos conhecimento. [...] Graças à sua exposição prematura a filmes estimulantes, os instintos sexuais de meninos e meninas de bons lares foram despertados mais cedo do que costumava ser o caso, e como resultado para muitos a ‘caça ao amor’ se tornou o interesse principal na vida” (Lyman & Vidich, 2000, p. 37).

Entre 1929 e 1932, um grupo de sociólogos de Chicago (Robert E. Park, Paul Cressey, Frederick M. Thrasher, Herbert Blumer, entre outros) realizou uma série de análises sobre as influências dos filmes (Lyman & Vidich, 2000, p. 36). Blumer (1970), por exemplo, enfatizou em seus estudos sobre o público de cinema a diversidade de recepção e in-

interpretação do que é assistido e a abertura com a qual a integração com o mundo fora do filme é feita. Ele criticava, assim, estudos que pressupunham um “efeito” direto sobre os telespectadores, insistindo na apropriação ativa dos filmes pelos indivíduos. Esses, por sua vez, usavam filmes de amor, por exemplo, como um recurso para desenvolver seu próprio repertório para constelações amorosas e para a “arte de amar” (por exemplo, Blumer, 1970, p. 50; 1969c).

Em outros estudos, no contexto de uma permanência mais longa no Brasil, ele tratou da industrialização e das mudanças sociais (Blumer, 1990), dos fenômenos socioestruturais e dos conflitos de poder entre grupos de interesse social ou também das relações raciais e da desigualdade social, ou seja, da emergência de problemas sociais nos processos de definição social entre atores coletivos (Blumer, 2000). Se existem, por exemplo, estruturas sociais hierárquicas e certas interpretações dos problemas raciais, então essas interpretações também moldam as percepções desses fenômenos, tendendo a reforçá-los etc.⁷³

Doing things together (Fazendo coisas em conjunto) se torna mais tarde a variante de Howard S. Becker do interacionismo simbólico (Becker, 1986b), a partir de uma “perspectiva de mundos sociais”, de uma “social world perspective”, conforme enfatizou Anselm Strauss (1991b). A seguir, são apresentadas aplicações e outros desdobramentos do interacionismo simbólico em vários campos. Por um lado, a seleção ocorre com base em autores importantes e paradigmáticos como Becker ou Anselm Strauss e suas obras.⁷⁴ Além disso, serão apresentados desdobramentos e autores recentes – embora não no

⁷³ Ver também Shibutani (1973) e Maines (2001, p. 55).

⁷⁴ O fato de outros antigos e recentes protagonistas não serem apresentados – como Tamotsu Shibutani (que trabalhou em questões de identidade), Thomas Scheff (1975; 1983, que analisou o “rótulo da doença mental” e a microsociologia dos sentimentos), Paul Atkinson (que apresentou muitos textos sobre questões relacionadas aos procedimentos etnográficos), Peter M. Hall (que tratou da esfera da política e de questões de poder, assim como das organizações; cf. Hall, 2003) e muitos outros – é culpa do formato introdutório da presente obra. Por esse motivo, indicamos uma literatura secundária.

mesmo grau de detalhamento – que compreendem novos campos de pesquisa ou estão estabelecendo conexões com outras teorias sociológicas e métodos. Isso demonstra também a ampla gama de temas e questões que são abordadas desde a perspectiva do interacionismo simbólico sem realmente visar uma visão geral completa. Esses compreendem, por exemplo:

- a relação entre comportamento desviante, sistemas de normas sociais, a produção coletiva de ordens simbólicas e a construção de problemas sociais;
- a investigação dos mundos sociais usando o exemplo da arte;
- a análise de processos interativos e de trabalho incorporados de forma institucional e organizacional;
- a sociologia do corpo e das emoções;
- a sociologia da sociedade de mídia;
- reflexões teórico-metodológicas e conexões com outros paradigmas sociológicos.

3.3.1 *Doing things together*

Um dos mais importantes protagonistas do interacionismo simbólico é, sem dúvida, Howard S. Becker, que foi pianista de uma banda de *jazz* e estudou sociologia em Chicago. As influências centrais da sua perspectiva sociológica partiram de autores como Robert Park, Everett Hughes, Lloyd Warner e Georg Simmel. Assim como seu amigo Erving Goffman, Becker também abriu mão da etiqueta “interacionismo simbólico”, uma vez que não sabia, na verdade, o que isso deveria significar, conforme afirmou em uma entrevista. Em vez disso, ele se interessava por aquilo que as pessoas fazem em conjunto. Sempre se pode analisar o que acontece quando alguém está fazendo ou trabalhando (Plummer, 2003, p. 23).

Doing things together (Fazendo coisas em conjunto) (Becker, 1986b) é o título de uma seleção de textos que tratam de diferentes ilustrações dessa perspectiva. No entanto, o fato de que ela tem como base teórica a teoria da interação simbólica e sua concepção de “ação coletiva” – compreendida como uma interação frequentemente confusa e de forma alguma combinada entre os mais diversos atores, linhas de ação, definições de situação e contextos –, fica rapidamente claro (Becker, 2012). Assim, tanto os contextos institucionais da educação quanto a produção social de comportamentos desviantes ou o processo de produção social da “arte” podem ser examinados. Em particular, esses dois últimos campos de trabalho foram aqueles a partir dos quais Becker cunhou conceitos que se tornaram muito importantes para o desenvolvimento posterior da sociologia.

Além disso, Becker também escreveu em várias publicações sobre a prática da pesquisa sociológica e da escrita. Em um discurso que ficou famoso, realizado no Dia da Sociologia Americana nos Estados Unidos, em 1966, ele defendeu que a sociologia deveria considerar a perspectiva dos *outsiders*, dos desfavorecidos em suas análises, pois apenas assim seria possível aprender alguma coisa – a perspectiva da “classe dominante” era de qualquer forma conhecida. Anselm Strauss caracterizou, certa vez, de forma muito apropriada, a questão da “liberty, freedom” – assim como disse Becker em uma entrevista – como o principal interesse de Becker (Plummer, 2003, p. 36). Isso inclui também sua recusa categórica em se orientar por demandas de interesse social e determinações sobre a relevância dos temas de pesquisa, reconquistando dessa forma a real relevância da sociologia:

Embora eu não ache que a sociologia deva ser irrelevante, acho que as formas usuais de falar sobre essas questões são tidas como dadas, especialmente sobre para que a sociologia deve ser relevante e como devemos tentar maximizar essa relevância. Meu receio fundamental é que

ao tentar tornarmos a sociologia relevante, inevitável e necessariamente a tornamos irrelevante. Por quê? Porque vamos olhar para os “problemas” da maneira como eles são enquadrados pelos outros. Isso, por sua vez, nos levará a ignorar aqueles elementos de uma situação que podem na verdade ser relevantes para a solução de problemas graves. [...] Descobrimos, em nossas pesquisas sobre instituições educacionais e em outros lugares, que nossas sugestões mais relevantes sobre o que fazer em relação a um problema que alguém definiu para nós – as sugestões que pensávamos ser as mais prováveis de produzir os resultados que nos tinham dito que eram desejados – eram geralmente descartados por não serem de forma alguma relevantes, porque eram “impraticáveis”. “Impraticável”, em tal contexto, significa que os acordos estabelecidos tornam a ação sugerida muito custosa e que a ação perturbaria um certo modo de fazer as coisas que é satisfatória aos participantes na situação como ela existe agora, uma perturbação que eles não estão dispostos a tolerar. [...] Na verdade, é útil estudar o que a maioria das pessoas pensa ser irrelevante. [...] Faça a melhor pesquisa que você puder, olhe para tudo o que pode valer a pena ver, mesmo quando outros pensam que você está errado, e não se preocupe se alguém acha seus resultados úteis ou não. A melhor maneira de produzir conhecimento é a que realmente funcionará, se alguém estiver disposto a experimentá-la (Becker, 2003b, p. 1).



Howard S. Becker (1928-)

Howard S. Becker nasceu em Chicago. Lá ele estudou na universidade, principalmente, como aluno de Lloyd Warner, Everett Hughes e Herbert Blumer e mais tarde também foi amigo de Erving Goffman. Outras influências importantes em seu trabalho vieram de Georg Simmel e Robert Park (Plummer, 2003, p. 23). Ele trabalhava ao mesmo tempo como pianista profissional em uma banda de *jazz*, que se apresentava em um bar de Chicago. Em sua tese de doutorado (1951), analisou professores de escola. Depois de seu tempo em Chicago, ensinou e pesquisou em várias universidades, mais recentemente de 1965 a 1991 como professor de Sociologia e depois de “Artes e Ciência” na Northwestern University, assumindo, depois disso, várias cátedras como professor convidado, entre outras, em academias de arte (por exemplo, no Rio de Janeiro).

Os estudos de Becker tratam de processos de interação e trajetórias de carreira em instituições educacionais, comportamento desviante ou arenas sociais e “mundos da arte”. Ele também escreveu um guia para a escrita das ciências sociais. Seu livro *Truques da escrita* contém sugestões para a concretização das abordagens metodológicas do interacionismo simbólico. Ele foi temporariamente presidente da Society for the study of social problems (Sociedade para estudos de

problemas sociais) e recebeu inúmeros prêmios por seus estudos. Becker vive em São Francisco há muito tempo. Todos os anos ele passa vários meses na França, onde nos últimos anos, especialmente seu trabalho sobre a produção de arte, tem sido fortemente recebido e onde foi premiado com dois *Doctor Honoris Causa*. Recentemente, foi lançado um CD, no qual pode-se escutar Becker como pianista de jazz (Becker, 2003a).

Sugestão de literatura

Becker, H. S (2008b). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Tradução em português de *Außenseiter*.]

Becker, H. S. (1981). *Außenseiter. Zur Soziologie abweichenden Verhaltens*. Frankfurt a. M.: Fischer [1963].

Literatura complementar/obras originais (seleção)

Becker, H. S. (2015). *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar. [Uma ajuda muito útil para escrever textos nas ciências sociais.]

Becker, H. S. (2009b). *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar. [Reúne ensaios recentes que tratam da representação de fatos e processos sociais em diferentes áreas como sociologia, teatro, literatura e outras formas de arte, estatísticas, fotografia etc.]

Becker, H. S. (2009a). *Trucos del oficio: cómo conducir su investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires: Siglo XXI. [Versão em espanhol de *Tricks of the trade*.]

Becker, H. S. (2008d). *Art worlds. Aktualisierte und erweiterte Jubiläumsausgabe zum 25 jährigen Erscheinen*. Berkeley: University of California Press [1982]. [Importante trabalho para a análise da produção da arte como um processo complexo de interação.]

Becker, H. S. (2008c). *Los mundos del arte: sociología del trabajo artístico*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. [Versão em espanhol de *Art worlds*.]

Becker, H. S. (2008b). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. [Inclui a teoria da rotulação, que baseia-se em estudos sobre músicos de *jazz* e dança, como também usuários de maconha.]

Becker, H. S. (2007). *Telling about society*. Chicago: University of Chicago Press. [Versão original de *Falando da sociedade*.]

Becker, H. S. (2000). *Die Kunst des professionellen Schreibens. Ein Leitfaden für die Geistes und Sozialwissenschaften*. Frankfurt a. M.: Campus [1986]. [Versão em língua alemã de *Truques da escrita*.]

Becker, H. S. (1998). *Tricks of the trade. How to think about your research while you're doing it*. Chicago: University of Chicago Press. [Dicas de Becker sobre como proceder na pesquisa e análise sociológica.]

Becker, H. S. (1986a). *Photography and sociology* [1974]. [Importante discussão sobre a relação entre fotografia e sociologia como abordagem para a análise dos fenômenos sociais; ensaio clássico de sociologia visual.]

Becker, H. S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar. [Coletânea com trabalhos do autor, incluindo "a teoria do desvio".]

Becker, H. S., & Keller, R. (2016). Ways of Telling about Society. Howard S. Becker in Conversation With Reiner Keller [65 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 17(2), Art. 12. [Entrevista com Becker.]

Becker, H. S., & McCall, M. M. (ed.) (1990). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: University of Chicago Press. [Discussão da relação entre o interacionismo simbólico e os estudos culturais e as vantagens do interacionismo simbólico.]

Becker, H. S., & Ragin, C. (ed.) (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. New York: Cambridge University Press. [Reflexões sobre a estratégia das ciências sociais na análise de caso.]

Becker, H. S., Geer, B., Hughes, E. C., & Strauss, A. L. (1992). *Boys in white. Student culture in medical school*. New Brunswick: Transaction [1961]. [Um dos primeiros estudos famosos do interacionismo simbólico sobre carreiras educacionais em contextos institucionais.]

Pessin, A. (2004). *Un sociologue en liberté. Lecture de Howard S. Becker*. Laval: Presse universitaire. [Introdução sobre a vida e o trabalho de Becker.]

Plummer, K. (2003). Continuity and change in Howard S. Becker's work. An interview with Howard S. Becker. *Sociological Perspectives*, 46(1), 21-39.

Werneck, A. (2008). Segredos e truques do pesquisador outsider – Entrevista com Howard S. Becker. *Dilemas*, 1(1), 157-171. Recuperado de: <https://www.howardsbecker.com/articles/werneck.pdf>. [Entrevista com Becker em português sobre o pesquisador *outsider*.]

Website e crédito fotográfico

Howies Home Page. (2012). Retrieved from <http://www.howardsbecker.com/articles.html>. [Website com amplas informações sobre o trabalho e influência de Becker, incluindo várias opções de *download*.]

Comportamento desviante como resultado do estabelecimento de normas sociais e do etiquetamento: a teoria da rotulação

No início de sua carreira, Becker participou inicialmente de um grande número de estudos que tratavam de processos de interação e trajetórias de carreira em instituições educacionais etc. O estudo realizado em conjunto com Blanche Geer (sob a supervisão de), Everett Hughes e Anselm Strauss sobre os processos de socialização na cultura estudantil em faculdades de medicina se tornou famoso, por exemplo.

Ele foi publicado sob o título de *Boys in White (Jovens de branco)*, tendo a observação participante e entrevistas semiestruturadas como métodos aplicados. O estudo tratou, por um lado, da maneira como a “faculdade de medicina” era compreendida como uma instituição que consistia nos modos de ação coletiva e, por outro lado, como os estudantes tornavam-se gradativamente membros da profissão médica, ou seja, que efeitos a instituição médica exercia sobre os estudantes que nela se encontravam:

Ao se tornarem estudantes de medicina, os meninos entram num dos ritos de passagem mais longos em nossa parte do mundo. Um rito de passagem corresponde àquela série de instruções, cerimônias e provações por meio das quais aqueles que já possuem um *status* especial iniciam os neófitos em seu círculo encantado, pelo qual os homens transformam os rapazes em companheiros, aptos a serem seus próprios companheiros e sucessores (Becker *et al.*, 1992, p. 4).

Alguns anos depois, foi publicado *Making the Grade (Cursando a faculdade)*, uma pesquisa que tratou das formas de interpretação e ação a partir das quais os estudantes reagiam às exigências e “subordinações” praticadas pela instituição *College* no decorrer de seus estudos (Becker *et al.*, 1995, p. 12). Nesse meio-tempo, Becker publicou um livro que desloca a análise de “processos educacionais e de carreira” – os quais já haviam sido relacionados a uma grande variedade de fenômenos sociais nos estudos da Escola de Chicago – para um cenário bastante diferente, o que o tornou mundialmente famoso.

Nesse texto sobre “outsiders”, que aparece no início dos anos 1960 e que contém ensaios escritos, em parte, dez anos antes, ele reúne vários estudos sobre músicos de *jazz* e dança e usuários de maconha (que muitas vezes resultavam numa mesma pessoa). Ele se tornou assim um dos principais cofundadores da “teoria da rotulação”, a

contribuição do interacionismo simbólico para a análise sociológica de comportamentos e problemas sociais desviantes (Becker, 1981). Nessa perspectiva, três argumentos se encontram interligados:

1. não há nenhum comportamento desviante “em si” que possa ser considerado “desviante”, independentemente de um enquadramento social de referência. A definição do comportamento como desviante é sempre o resultado de um processo (coletivo) de distinguir ou definir normalidade e desvio e depois aplicar essa definição a um comportamento concreto. Becker fala aqui (assim como, por exemplo, Joseph Gusfield) de “empresários morais” e “cruzadas morais”. Grupos sociais criam o comportamento desviante,

ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não corresponde à qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções contra um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (Becker, 2008b, p. 22).

2. assim, o comportamento desviante não é o resultado de uma disposição individual ao comportamento, mas de processos de socialização em subculturas sociais específicas; ele é aprendido sucessivamente. Becker ilustra isso a partir do uso da maconha: é preciso adquirir as técnicas certas de fumar, perceber os efeitos e, por fim, achá-los agradáveis – “Em suma, o indivíduo *aprende* a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular” (Becker, 2008d, p. 41). Tudo isso se aplica de forma bastante análoga ao consumo de álcool, por exemplo;

3. a partir da combinação entre 1 e 2, pode ser desenvolvido um *modelo de carreira do comportamento desviante*, o qual compreende diferentes níveis, a partir dos quais as qualidades do “desvio” gradualmente emergem. Nesse contexto, Becker fala de “carreiras desviantes”. Tais carreiras não são ruas de mão única, nem completamente canais desesperançosos, que determinam sempre da mesma forma as ações – em qualquer dos níveis é também possível abandonar a carreira.

Como essas considerações podem ser entendidas? Os pressupostos mencionados implicam no fato de que, primeiro, regras e normas sociais têm que existir, cuja observância parece desejável ou necessária – pelo menos aos olhos daqueles que impuseram essas normas e as deram publicidade, em certa medida, em forma de lei, mas também certamente para o aparelho de controle (policial-legal) envolvido. No entanto, aquilo que os olhos não veem, o coração não sente: não é a violação de uma regra que faz de alguém um *outsider*, e sim, primeiramente, a percepção e a rotulação social dessa violação da regra. Em contrapartida, alguém pode ser tratado pela sociedade como se tivesse quebrado uma regra sem realmente ter feito isso. A qualidade do “desvio” surge, em analogia à teoria de Mead, na interação entre vários atores.

Becker analisa isso com base no exemplo do uso da maconha. Em primeiro lugar, a proibição ou não do uso dessa droga depende da cultura ou da sociedade. Se o uso da droga for proibido, isso não exclui a possibilidade de que ela seja realmente consumida, nem todos os casos de uso são relatados à polícia. Na verdade, os policiais seguem certas estratégias de busca para encontrar possíveis suspeitos. Apenas alguns dos usuários de drogas são “pegos” e submetidos aos vários procedimentos de processo e punição. Ao mesmo tempo, a ameaça de acusação constitui uma coesão especial de grupo, um sentido de unidade especial entre os “infratores da lei”, que têm de

encontrar seus lugares secretos para se entregarem ao uso (muitas vezes conjunto) de drogas.

Becker usa os termos “empreendedores morais”, “criadores de regras”, “aplicadores de regras” e “cruzadas morais” para descrever atores e processos sociais que visam definir certos tipos de comportamento como “desviantes” e estabelecer um quadro legal de sanções ou, inversamente, dismantelar um quadro existente. Nem todo o desvio é também submetido à pena da lei; existem outras possibilidades de sanção com base em formas de desaprovação social (por exemplo, antigamente contra mulheres que tinham filhos fora do casamento). No entanto, a rotulação dos desvios não é de forma alguma apenas uma questão de política de Estado ou de instituições morais, pois também se encontra no nível das relações interativas dentro e entre grupos. Lá, não se trata necessariamente de uma questão de normas legais, mas, sim, mais frequentemente, de estruturas informais das normas, que se desenvolvem a partir das dinâmicas de grupo, se aplicando apenas aos próprios grupos.

O código de honra dos músicos de *jazz* com os quais Becker conversava e com os quais tocou também tinha seus *outsiders*: aqueles que, para ganhar dinheiro, trabalhavam como músicos de festas e não tinham nenhum problema em tocar para um público desinteressado. Se a teoria da “abordagem da rotulação” tem seu interesse na análise dos conflitos de definição e nas carreiras do comportamento desviante acima mencionados, ela não pretende dar conta de todos os tipos de desvio ou ser capaz de considerar todos os aspectos do comportamento desviante. O assassinato sob influência de violenta emoção, certamente, não pode ser analisado sociologicamente dessa forma. Em um prefácio escrito para a nova edição de sua obra, Becker também criticou recepções muitas vezes distorcidas ou excessivamente “românticas” da abordagem: “Seria tolice propor que assaltantes atacam simplesmente porque alguém os rotulou de assaltantes, ou

que tudo que um homossexual faz resulta do fato de alguém tê-lo chamado de homossexual” (Becker, 2008b, p. 181).

No entanto, o que é de interesse na tradição do interacionismo simbólico são os complexos entrelaçamentos da ação ou interação, por meio das quais os fenômenos sociais de desvio são constituídos. Não apenas os acusados são analisados, mas todo o complexo interativo de definições da situação, estabelecimento de regras, violação de regras e aplicação da lei:

A abordagem interacionista do desvio serviu para elucidar os fenômenos que foram convencionalmente estudados sob essa rubrica, mas também para complicar a visão moral que temos deles. A abordagem interacionista inicia essa dupla tarefa de elucidação e complicação, pondo os sociólogos a par de que devem incluir um conjunto mais amplo de pessoas e eventos em seus estudos dos fenômenos desviantes, sensibilizando-os para a importância de um conjunto mais amplo de fatos. Estudamos todos os participantes desses dramas morais, tanto acusadores quanto acusados, não oferecendo uma isenção convencional de nossas indagações profissionais a ninguém, por mais respeitáveis ou altamente situados que sejam. Examinamos cuidadosamente as atividades reais em questão, tentando compreender as contingências da ação para todos os envolvidos. Não aceitamos a invocação de nenhuma força misteriosa em ação no drama do desvio, respeitando aquela versão do senso comum que concentra nossa atenção no que podemos ver claramente: bem como naqueles eventos e interesses que demandam mais sutileza na coleta dos dados e na análise teórica. Num segundo nível, a abordagem interacionista mostra aos sociólogos que um elemento importante em todos os aspectos do drama do desvio é a imposição de definições – de situações, atos e pessoas – por aqueles poderosos o bastante ou legitimados o bastante para

tanto. Uma plena compreensão exige o estudo completo daquelas definições e dos processos pelos quais elas se desenvolvem, adquirem legitimidade e são consideradas óbvias (Becker, 2008b, p. 206).

A teoria da rotulação ou a abordagem da rotulação, que foi fundada por Becker e demais trabalhos no contexto do interacionismo simbólico, tornou-se nos anos seguintes uma importante base teórica sociológica sobre o comportamento desviante e também da pesquisa criminológica, apesar de algumas críticas que apontam para seu limitado alcance explicativo. Nesse contexto, há muita proximidade com a análise da definição coletiva de problemas sociais, que será discutida a seguir (subcapítulo 3.3.2) e é discutida por Becker (1966). Informações mais detalhadas sobre o significado da teoria da rotulação para a análise do comportamento desviante podem ser encontradas, por exemplo, em Dotter (2004), Meuser e Löschper (2002) ou Haferkamp (1975). Um exemplo de estudo sobre o “rótulo da doença mental” foi apresentado por Thomas Scheff (1983). Também as análises a respeito do tráfico de drogas de Werse (2008) fazem referência a tais considerações.

Em muitas publicações, Jack Douglas também tratou de questões do julgamento moral, “moralidade situada” e do comportamento desviante (Douglas, 1970a; 1970b; 1971; 1973; Douglas & Waksler 1982; Douglas *et al.*, 1977), bem como dos fundamentos do interacionismo simbólico (Douglas & Johnson, 1977), da relação entre amor, intimidade e sexualidade (Douglas, 1988) e de uma análise do Estado de bem-estar social como um “mito” (Douglas, 1989). Em seu estudo sobre suicídio, Douglas (1973) realiza, por exemplo, uma análise detalhada e crítica das estatísticas oficiais e depois esboça uma abordagem sociológica original que trata da atribuição de significado e construções de atos suicidas na vida cotidiana, recorrendo a Harold Garfinkel e Aaron Cicourel (cf. capítulo 5).

Em *Nude Beach (Praia de nudismo)* (Douglas et al., 1977), ele analisa os códigos corporais e sexuais do movimento nudista americano – e em comparação também os da cultura dominante – com base em estudos e entrevistas etnográficas.

Fazendo arte em conjunto

No início dos anos de 1970, Becker se afastou do estudo dos processos educacionais – dado o tédio diante da ameaça dos mesmos estudos e das mesmas perguntas, como ele mesmo afirma (Becker, 2008d, p. X). A arte ou, mais precisamente, os mundos da arte tornaram-se seu novo campo de trabalho. No livro de mesmo nome, publicado em 1982, Becker apresenta uma abordagem abrangente da arte como um “mundo social”. O termo “mundo social”, que é também e sobretudo usado sabidamente por Anselm Strauss (cf. subcapítulo 3.3.3), refere-se aqui à inter-relação entre todas aquelas atividades (e a cooperação das pessoas que as realizam) que contribuem para um “produto” comum em um determinado recorte da realidade. Quando uma escultora cria uma obra, isso pressupõe, por exemplo, que as pedras sejam quebradas e disponibilizadas, bem como que as ferramentas que ela utiliza também sejam fabricadas. Requer canais de distribuição e de informação, provavelmente também mercados de arte, revistas e museus, que aceitam e exibem tais obras:

Todo trabalho artístico, como toda atividade humana, envolve a atividade conjunta de um número, muitas vezes um grande número, de pessoas. Através de sua cooperação, o trabalho artístico que a gente vê ou ouve ao final surge e continua existindo [...]. A existência de *mundos da arte*, assim como a forma como sua existência afeta tanto a produção quanto o consumo de obras de arte, sugere uma abordagem sociológica para as artes. [...]

Não se trata de uma abordagem que produz julgamentos estéticos [...]. Produz, ao invés disso, uma compreensão da complexidade da rede cooperativa por meio da qual a arte acontece [...] (Becker, 2008d, p. 1).

Becker toma o termo “artworld” (“mundo da arte”) da filosofia da arte de Arthur Danto, que no início dos anos 1960 descrevia a existência de um mundo da arte como um pré-requisito para a percepção da arte como arte. Becker o define de forma mais específica, levando em consideração seus interesses:

Os mundos da arte consistem em todas as pessoas cujas atividades são necessárias para a produção das obras características que esse mundo, e talvez outros também, definem como arte. Os membros dos *mundos da arte* coordenam essas atividades pelas quais o trabalho é produzido, referindo-se a um conjunto de entendimentos convencionais incorporados na prática comum e em artefatos frequentemente utilizados. [...] As obras de arte, sob esse ponto de vista, não são produtos de fabricantes individuais, “artistas”, que possuem um dom raro e especial. Eles são, em vez disso, produtos conjuntos de todas as pessoas que cooperam através das convenções características de um mundo da arte para trazer à existência obras como essa. [...] Os mundos da arte produzem obras e também lhes dão valor estético. [...] Desse ponto de vista, a interação de todas as partes envolvidas produz um sentido compartilhado do valor do que elas produzem coletivamente. Sua apreciação mútua das convenções que compartilham, e o apoio que oferecem um ao outro, os convence de que o que estão fazendo vale a pena. Se eles agem sob a definição da “arte”, sua interação os convence de que o que eles produzem são obras de arte válidas (Becker, 2008d, p. 34).

Becker toma como base para a sua análise numerosos exemplos da literatura e suas próprias observações, que vão da alta arte à pintura dominical, da música à escrita, da pintura e escultura à arte da *performance*. Não se trata, portanto, de um estudo etnográfico, mas, sim, da elaboração de uma estrutura conceitual geral, que encontrou numerosas aplicações na investigação de produções artísticas (Becker *et al.*, 2006; Faulkner & Becker, 2009; 2008; Grazian, 2008; Rothenberg & Fine, 2008).⁷⁵ Assim, Becker se propõe a olhar para o surgimento de práticas estabelecidas e convenções de colaboração, a mobilização de recursos, o processo de divulgação de uma obra, o lado da crítica de arte e do julgamento estético, a reputação dos artistas, a regulamentação estatal da produção de arte, as estratégias de publicação e os diferentes tipos de produção da arte, desde a arte amadora até redes altamente profissionais de produção da arte.

Becker fala dos “profissionais integrados”, que dominam perfeitamente e cumprem as regras do negócio, enquanto os “mavericks” produzem trabalhos para além de todas as convenções, se expondo ao risco devido ao descumprimento das regras. Ao seu lado, se encontra a “arte popular” das pessoas comuns, estando localizada fora do mundo da arte, mas também os “artistas ingênuos” que produzem arte sem se orientar pelo negócio da arte. Embora tenha sido concebida de forma diferente, pode-se atestar uma certa afinidade entre a ideia de análise do mundo da arte com a Teoria Ator-Rede (TAR) e sua abordagem de pesquisa da produção do conhecimento científico em redes e de seus processos de mobilização, nos quais os mais diversos “atores” estão entrelaçados. Enquanto o mais famoso protagonista da TAR, o filósofo, antropólogo e sociólogo francês Bruno Latour, se

⁷⁵ Faulkner e Becker (2009) realizam um estudo sobre músicos profissionais de *jazz* de Massachusetts e São Francisco, que se apresentam em bares, boates, festas particulares, casamentos, clubes de *jazz* e outros locais. Os autores estão particularmente interessados em como os músicos selecionam suas músicas, como coordenam suas contribuições, de onde obtêm sua experiência e questões semelhantes. Em referência a Becker, Fine (2004) realiza um estudo etnográfico detalhado sobre a produção de “arte amadora”.

distancia do interacionismo simbólico, Becker não só sublinha sua admiração pelos estudos de Latour como também enfatiza sua proximidade com sua própria posição, embora ele suspeite que Latour infelizmente não tenha levado em conta a tradição pragmatista da filosofia e da sociologia (Plummer, 2003, p. 27).^{76, 77}

Na verdade, o mundo da arte é muito parecido com a rede que Bruno Latour descreve. Sabe, sou muito próximo de Latour, temos relações muito amigáveis, lemos um ao outro. Conheci Bruno quando ele tinha acabado de publicar *Les Microbes*. De certa forma, é como se entre a etnometodologia e o interacionismo simbólico, nós tivéssemos praticamente as mesmas posições, mas a partir de pontos de partida muito diferentes (Bourmeau & Heurtin, 1997, p. 165).

Vale a pena mencionar outra referência teórica que Becker menciona, mas da qual ele se distancia, em uma entrevista com o sociólogo francês Alain Pessin e que foi trazida na nova edição de *Mundos da arte*. Trata-se da comparação da perspectiva sociológica de Becker com a teoria de Pierre Bourdieu, especialmente com seu conceito de campo social (Becker, 2008a).

Para Bourdieu, os campos sociais são áreas do social, nos quais os atores sociais lutam pelo domínio, recorrendo a diferentes recursos de capital e configurações de hábito (padrões de percepção, interpretação e ação adquiridos no processo de socialização, cada qual relacionado tanto de forma individual como em referência a uma classe específica). A sociologia da arte de Bourdieu não está

⁷⁶ Sobre a TAR, ver Latour (2007; 2008), bem como Belliger & Krieger (2006).

⁷⁷ Nessa entrevista, Becker aponta em termos gerais para as semelhanças entre a etnometodologia (cf. capítulo 5) e o interacionismo simbólico, que, no entanto, são sempre negadas por Garfinkel, o qual ele conhece há muito tempo. Becker também dá pistas sobre alguns traços difíceis da personalidade de Garfinkel.

interessada na produção concreta de obras de arte e na diversidade dos grupos profissionais envolvidos nela, e sim na luta pelo poder e reconhecimento dos cargos mais bem pagos e do “capital cultural” que está por trás das diferentes formas de conceber a arte. A sociologia da arte de Bourdieu explica, portanto, o processo artístico desde a perspectiva exógena: com base em uma teoria pós-marxista modernizada da luta de classes, pressupostos que, segundo Becker, são completamente reducionistas e esquemáticos e que desviam da realidade da produção de arte (Becker, 2008a, p. 372).

Informando sobre a sociedade

Certamente, os sociólogos possuem uma posição social de destaque em seus esforços em informar sobre a sociedade, mas a sociologia não está sozinha nisso. Inúmeras outras disciplinas e grupos profissionais fazem isso também: escritores, cineastas, artistas visuais, fotógrafos, estatísticos, jornalistas etc. Como essas diferentes formas de informar o que acontece nas sociedades funciona, como elas encontram seus embasamentos, se afirmam em suas declarações, constroem suas análises, combinam imagem, ilustrações e texto e em que relação essas se encontram são os temas de uma coleção de ensaios que Becker publicou recentemente.

Além de análises a respeito das estratégias narrativas e de plausibilidade no trabalho de Jane Austen, Georges Perec e outros, ou de reflexão sobre as diversas estratégias de produção de evidências na sociologia visual que trabalha com fotografias ou na fotografia documental, Becker desenvolve aqui, de forma bastante semelhante aos “mundos da arte”, várias dimensões e processos que juntos produzem a evidência de uma “representação da sociedade”. Esses incluem procedimentos organizacionais e a cooperação de uma ampla gama de atores sociais, bem como o trabalho de recepção dos destinatários, incluindo diferentes estratégias para a formulação de aprendizados e conclusões a serem retiradas daquilo que foi exposto etc. O próprio

Becker colocou várias ferramentas metodológicas à disposição da sociologia, revelando os “truques do negócio” – dicas de como proceder nas análises das ciências sociais e a aplicação de uma “lógica de pesquisa de estudos de caso” (Becker, 1998; Becker & Ragin, 1992).

Nesse contexto, ele escreveu um guia de fácil compreensão e útil para estudantes e jovens pesquisadores (Becker, 2015; 2000), defendendo a especificidade das abordagens qualitativas. Em termos gerais, ele aconselha que os sociólogos definam a relevância dos temas e questões, abrindo mão das restrições impostas por seus mandatários. Essa é a melhor maneira de tornar o trabalho sociológico socialmente relevante, pois somente dessa forma é possível gerar novas perspectivas e ideias sobre um objeto.

Por fim, é importante enfatizar em especial sua argumentação a respeito da combinação entre sociologia e fotografia, que ele desenvolveu a partir do conhecimento acumulado nas fases iniciais do desenvolvimento da sociologia (quando já se trabalhava com fotografia), se tornando um dos pioneiros da atual e universal “visual turn” (“virada visual”), visto que começou a trabalhar com fotografia no começo dos anos 1970 (Becker, 1986a).

3.3.2 Cruzadas simbólicas: a carreira e a cultura dos problemas públicos

As explicações dadas até agora devem ter deixado claro que o interacionismo simbólico não se limita a análises da situação, processos de interação e constituições de significado em microssituações sociais, pois vai além ao analisar comportamentos coletivos, debates públicos e conflitos públicos sobre definições da situação ou a construção dos mais diversos mundos sociais. Enquanto Becker, em seu estudo sobre “outsiders”, aborda apenas brevemente a construção pública do desvio e dos problemas sociais, surgindo também como organizador de uma seleção de textos sobre problemas sociais (Becker, 1966), outros representantes se concentraram mais fortemente em

tais investigações acerca da definição científica e pública dos fatos sociais – incluindo processos de mobilização de movimentos sociais.⁷⁸

Herbert Blumer, Malcolm Spector e John Kitsue haviam proposto investigar problemas sociais como construções sociais (Spector & Kitsue, 1977). Os problemas sociais são – esse é um breve resumo da perspectiva – resultados de lutas coletivas de definição entre atores sociais, que são constituídos e disputados em certa medida em discursos públicos e em arenas de discurso (Keller, 2005, p. 74). Útil para uma aproximação a esse ramo do interacionismo simbólico é, antes de tudo, o modelo de carreira de problemas sociais desenvolvido por Hilgartner e Bosk (1988). De acordo com esse modelo, os problemas sociais são fenômenos que são rotulados como problemáticos em arenas de discurso público e ação pública. Suas carreiras são (parcialmente) determinadas pelos contextos de atenção pública, que incluem as estruturas institucionais da mídia e a economia da atenção do público. Os problemas sociais competem com outras questões/problemas pela devida atenção e são integrados em complexas relações de definição da formulação e circulação de problemas. A competição por definições de problemas e entre problemas é visto como competição entre os grupos sociais:

Em sua forma mais esquemática, nosso modelo tem seis elementos principais:

- um processo dinâmico de competição entre os membros de uma grande “população” de reivindicações de problemas sociais;
- as arenas institucionais que servem como “ambientes”, nos quais os problemas sociais competem por atenção e crescem;

⁷⁸ Cf. Snow e Davis (1995), a introdução à análise sociológica da “carreira dos problemas sociais”, de Michael Schetsche (1996), e a visão geral sobre a “perspectiva construtivista”, de Schneider (1985).

- as “capacidades de comportar” dessas arenas, que limitam o número de problemas que podem obter ampla atenção de uma só vez;
- os “princípios de seleção” ou fatores institucionais, políticos e culturais que influenciam a probabilidade de sobrevivência de formulações de problemas concorrentes;
- padrões de interação entre as diferentes arenas, como retroalimentação e sinergia, por meio dos quais as atividades em cada arena se espalham sobre as demais; e
- as redes de operadores que promovem e tentam controlar problemas específicos e cujos canais de comunicação cruzam as diferentes arenas (Hilgartner & Bosk, 1988, p. 56).

É certo que essa em comparação às demais é uma síntese relativamente tardia dos resultados mais importantes dessa tradição de pesquisa. Um dos protagonistas de tal perspectiva analítica é Joseph Gusfield, com um estudo clássico sobre a “cultura dos problemas públicos”, no qual a discussão pública norte-americana sobre “dirigir embriagado” é analisada. O álcool é o tema de muitos dos estudos de Gusfield.⁷⁹ Sua dissertação, aceita em 1955, foi publicada em 1963 sob o título *Symbolic Crusade: Status Politics and the American Temperance Movement* (*Cruzadas simbólicas: política de status e o movimento americano da temperança*) (Gusfield, 1986). Nessa pesquisa, ele examina as “cruzadas simbólicas”, ou seja, o papel, os objetivos e as estratégias de movimentos sociais e reformadores morais do contexto histórico do tempo de proibição na “construção de sentidos” e definição de desvios no vasto campo do consumo de álcool. Ele mostra como o “as cruzadas simbólicas” do movimento de proibição levam a leis que servem para a distinção entre os apoiadores rurais protestantes da proibição do álcool e os imigrantes da Irlanda e da Alemanha que

⁷⁹ Cf. também Gusfield (1996).

consomem bebida alcoólica, intervindo nos modos de vida e nas condições de trabalho dos respectivos grupos.

Além de sua integração ao interacionismo simbólico, Gusfield parte de autores como Paul Ricoeur, Erving Goffman, Berger e Luckmann (cf. capítulos 4 e 6) e o estudioso literário, crítico de música e literatura americano Kenneth Burke (1897-1993). Burke (1989; 1969; 1966) havia desenvolvido em seu trabalho elementos importantes de uma teoria do uso humano de símbolos na ação e no uso da linguagem, destacando o significado de ordens simbólicas abrangentes para as definições concretas da situação dos indivíduos e o papel de diferentes elementos linguísticos (por exemplo, metáforas) na criação de tais ordens. Ele não estava se referindo a Mead, mas se orientou por estudos literários e pelo teatro. Além disso, ele propôs analisar situações sociais fazendo referência a cinco elementos, que dão o significado do fenômeno em questão: “1) Agir: o que aconteceu? 2) Cena: qual o contexto em que ocorreu? 3) Agente: quem realizou o ato? 4) Agência: como foi feito? 5) Objetivo: por que foi feito?” (Gusfield, como referido em Burke, 1989, p. 15).

Não apenas Gusfield, mas também vários outros autores da tradição do paradigma interpretativo – dentro do interacionismo simbólico temos, por exemplo, os sociólogos John Gagnon e Walter Simon, que pesquisaram a sexualidade e desenvolveram a teoria dos roteiros sexuais (Gagnon & Simon, 2004)⁸⁰, mas também, em especial, Erving Goffman em suas análises sobre a ordem interacionista (cf. capítulo 6) – retomaram as sugestões de Burke, cada qual com base em seus próprios fins analíticos. Também o conceito de Charles W. Mills dos “vocabulários motivacionais” (Mills, 1940) faz referência às ideias de Burke.

O estudo de Gusfield sobre “embriaguez ao volante” trata de como um fenômeno social – dirigir sob efeito de bebida alcoólica – se torna

⁸⁰ Cf. subcapítulo 3.3.7.

um problema público e, portanto, experimenta uma interpretação específica com certas consequências institucionais e materiais. Gusfield enfatiza a interação entre os processos de construção do conhecimento e a estruturação institucional dos respectivos campos de ação. Aqui ele está preocupado com os mais diversos aspectos da construção social da realidade desse problema:

Um problema público, essas não são apenas ideias na cabeça das pessoas! É antes o conjunto das práticas mais ou menos coordenadas entre si e que formam uma arena pública [...]. Bem, pode-se analisar as controvérsias a partir de um *corpus* de textos que são comparados entre si, como em artigos de jornais. Mas também é possível observar, em uma série de reuniões de especialistas, através das discussões muitas vezes moderadas entre médicos, advogados, políticos e representantes de associações, como medidas para tratamento, prevenção ou controle, cura ou supressão do vício de drogas desenvolvem-se gradualmente. Também é possível entrar no campo para observar as interações entre assistentes sociais e dependentes de drogas, e a forma como o significado da dependência, as dificuldades concretas envolvidas e o significado das medidas adotadas em outros lugares são reformulados em trocas concretas. Pode-se escolher os lugares onde os problemas públicos são constituídos e usar as mesmas ferramentas que a antropologia científica ou a sociologia interacionista, as quais a tradição de Chicago herda (Gusfield, 2003, p. 74-75, tradução nossa).

Além das ciências que tratam da produção de fatos (incluindo estatísticas de acidentes, amostras de sangue, procedimentos de testes e a retórica de relatórios científicos), estão incluídas ainda a teoria subjacente que trata do motorista como causa do acidente, a organização social da base de dados incluindo os atores envolvidos

(por exemplo, o Conselho Nacional de Segurança), a dramatização do fenômeno na arena pública e sua abordagem no direito. Todo o processo é interpretado como um ritual público de criação de uma ordem moral coletiva. Gusfield desenvolve assim, por um lado, uma abordagem que mostra fortes afinidades com as primeiras pesquisas científicas de Bruno Latour, com quem também esteve em estreito contato por algum tempo (Cefaï & Trom, 2001).

Por outro lado – e aqui reside a real especificidade de sua abordagem –, ele interpreta o processo público de negociação de problemas em termos de “representação” ou “*performance* da ação” (Gusfield, 2000). Isso lhe permite adotar uma “atitude de espectador” que, além de uma análise detalhada do caso, pode produzir diferentes leituras do evento. Esse é o passo que o leva a falar sobre “drama” e a “concretização ritualizada da ordem moral”.

Primeiro, Gusfield parte da concorrência entre definições de problemas e soluções de problemas. Uma primeira questão da análise sociológica diz respeito à definição de atores ou instituições responsáveis pela solução de problemas – uma atribuição que está incutida na respectiva definição do problema. Por um lado, o problema da competência e da responsabilidade tem uma “dimensão cultural”. Isso compreende questões de percepção e significado, como, por exemplo, ideias sobre se a relação entre consumo de álcool e direção é considerada como um processo de tomada de decisão de uma pessoa sadia ou como o resultado de fatos médicos, de uma doença que não permite que uma decisão seja tomada (alcoolismo).

Por outro lado, o nível estrutural dessa área do fenômeno também tem que ser considerado: a determinação de responsabilidades eleva ao mesmo tempo diferentes instituições e pessoas – por exemplo, as igrejas, a lei, a polícia, a medicina etc. – à categoria de atores envolvidos. Isso pode variar muito, dependendo da construção cognitiva do problema: se os problemas relacionados ao álcool são considerados como uma doença, a medicina ganha mais influência, enquanto a lei

tende a ficar mais restringida em relação às suas possibilidades de ação. O domínio institucional e estrutural de uma perspectiva específica sobre o problema canaliza as soluções disponíveis e exclui alternativas como possibilidades de reflexão. Assim resta apenas a reeducação dos motoristas e a proibição do consumo de bebida alcoólica como a única posição possível:

As pessoas com quem conversei [...] apresentaram uma visão bastante uniforme do problema. O álcool compromete a capacidade de dirigir e aumenta o risco de acidente, ferimentos e morte. Uma vez que o álcool associado à condução “causa” acidentes automobilísticos, as soluções residem em estratégias que diminuem o consumo de álcool ou a condução após o consumo. A estratégia disponível é persuadir o usuário de bebida alcoólica a não se colocar atrás do volante do carro. A aplicação da lei e a punição talvez aliadas à educação são os meios mais úteis e aceitáveis para diminuir os acidentes automobilísticos causados por consumo de álcool. [...] Essa consciência homogênea do uso do álcool e do automóvel aparece ao sociólogo como uma forma saliente de controle social. Ela elimina conflitos ou divergências ao tornar impensáveis definições e soluções alternativas. Esta sutil e invisível implicação de ideias culturais é talvez a forma mais poderosa de restrição. Diferente do conflito de poder, ela fica irreconhecível. O que não podemos imaginar, não podemos desejar. [...] A ausência de meios de transporte alternativos é logicamente uma causa da condução sob o efeito de álcool, tanto quanto o uso do álcool em si (Gusfield, 1981, p. 11).

Os problemas públicos e “sociais” são, como mostra muito claramente o estudo de Gusfield, conceitual e institucionalmente ordenados e estruturados na esfera pública – na “arena pública” – a partir

de uma forma sócio-histórica específica. Com isso, as atribuições de legitimidade, possibilidades de influência e definição de atores sociais são distribuídas de maneiras muito diferentes, estando sujeitas a deslocamentos ao longo do tempo. Isso também se aplica àquilo que aparece como a “estrutura” de uma relação do problema e da ação. As estruturas sociais, institucionais e organizacionais são, de acordo com Gusfield, nada além de processos que se congelaram no tempo em padrões de ordem:

A qualquer momento, a própria “estrutura” pode ser combatida à medida que os grupos tentam afetar as definições de problemas e de autoridade para afetá-los [...]. A estrutura é um processo congelado no tempo como um estado de ordem. É uma ferramenta conceitual com a qual tentamos tornar esse processo compreensível. O que é importante aqui para o meu raciocínio é que nem tudo é situacional; ideias e eventos estão contidos em um recipiente impreciso e mutável (Gusfield, 1981, p. 5).

Tais estruturas podem ser “atacadas”, combatidas, alteradas ou destruídas e substituídas por grupos sociais. Tal conceito de estrutura também é necessário como ferramenta analítica para o interacionismo simbólico, porque – e esse argumento é dirigido, por exemplo, contra a etnometodologia (cf. capítulo 5) – nem todos os fenômenos e fatores sociais são meramente situacionais ou contidos na situação em estudo. Ao contrário, situações, ideias ou mesmo eventos são sempre colocados em um contexto mais amplo e mutável, que deve ser levado em consideração na sua análise (Gusfield, 1981, p. 5).⁸¹

⁸¹ Esse também é o tema principal dos novos desdobramentos da teoria fundamentada (*grounded theory*) e da expansão do conceito de situação em Adele Clarke (2012). Cf. subcapítulo 3.3.3.



Joseph R. Gusfield (1923-2015)

Gusfield, que vem de uma família judia e foi soldado na França e na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, estudou direito e depois sociologia em Chicago após o fim da guerra. Foi aluno de Herbert Blumer e Everett Hughes, entre outros, e esteve em contato próximo com Anselm Strauss e Erving Goffman (de quem foi amigo). Muito cedo foi influenciado pelas obras de Karl Marx, depois pelo pragmatismo de John Dewey, pelas obras de Mead, Thorsten Veblen e Kenneth Burke e esteve envolvido em grupos comunistas. Escreveu sua tese de doutorado sobre a *União de Mulheres cristãs da temperança* sob orientação de Herbert Blumer, embora, como ele aponta em uma entrevista com Cefai e Trom (2001), ele “não fosse mulher nem cristã e, além disso, gostava de beber”.

Em suas obras, que tratavam de questões acerca da construção social de problemas públicos ou sociais por meio da ação coletiva, Gusfield combina a pesquisa de campo etnográfica com análises históricas. Isso o tornou um dos mais importantes autores da pesquisa sobre movimentos sociais e problemas sociais.

Sugestão de literatura

Gusfield, J. R. (1981). *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press. [Apresentação dos pressupostos centrais do estudo.]

Literatura complementar

Burke, K. (1989). *On symbols and society*. Chicago: University of Chicago Press. [Uma coleção de textos organizados por Gusfield, contendo as mais importantes contribuições de Burke para a sociologia.]

Gusfield, J. R. (2009). *La Culture des problèmes publics*. Tradução de Daniel Cefai. Paris: Économica.

Gusfield, J. (2003). Action collective et problèmes publics. Entretien avec Daniel Cefai & Dany Trom. In C. Daniel, & P. Dominique (ed.), *Les sens du public* (pp. 63-78). Paris: Puf. Retrieved from https://www.u-picardie.fr/curapp-revues/root/48/1._ACTION_COLLECTIVE.pdf_52c-fbb16d24b7/1._ACTION_COLLECTIVE.pdf. [Entrevista detalhada sobre suas influências e seu trabalho.]

Gusfield, J. R. (1981). *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press. [Estudo apresentado no corpo do texto sobre a política norte-americana de proibição do “uso de bebida alcoólica ao volante”.]

Gusfield, J. R., Arijón, T., & Nijensohn, C. (2014). *La cultura de los problemas públicos: El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. (Sociología y política. Rumbos teóricos). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. [Versão em espanhol de *The culture of public problems*.]

Hilgartner, S., & Bosk, C. L. (1988). The rise and fall of social problems: A public arena model. *American Journal of Sociology*, 94(1), 53-78. [Novos desdobramentos do modelo de carreira do interacionismo simbólico para a análise de problemas sociais em arenas públicas.]

Schetsche, M. (1996). *Die Karriere sozialer Probleme. Eine soziologische Einführung*. München: Oldenbourg. [Uma ótima visão geral da discussão sobre a carreira de problemas sociais.]

Crédito fotográfico

Center for the Study of Law & Society, UC Berkeley. (2022). Retrieved from <https://csls.berkeley.edu/>

3.3.3 “Mundos sociais” como ordens negociadas e cadeias de ação

Um dos representantes mais influentes do interacionismo simbólico até os dias de hoje é Anselm Strauss, que desenvolveu primeiramente uma teoria da identidade, tendo como base Cooley, Mead, Simmel e outros, na década de 1950 e que é ainda hoje relevante. Nessa teoria, “identidade” é entendida como um processo em contextos sociais e organizacionais, nos quais as estabilizações são sempre acompanhadas por transformações (Strauss, 1968a; Helle, 2001, p. 123).⁸² Praticamente durante essa mesma época, Strauss trabalhou com Howard S. Becker, entre outros, em estudos sobre a formação médica e, um pouco mais tarde, sobre “imagens do urbano” nos Estados Unidos (Strauss, 1976; 1968a).

A obra que realizou posteriormente, e que é aqui o nosso principal foco, pode ser dividida em três partes principais: 1) estudos empíricos sobre processos de interação em contextos organizacionais do sistema de saúde ou em termos gerais no campo da sociologia médica e das profissões da saúde; 2) fundamentação teórica da metodologia da pesquisa social qualitativa, que se tornou muito influente na forma da “teoria fundamentada” (*grounded theory*) (com Barney Glaser) no contexto desses estudos; e 3) o desenvolvimento posterior do interacionismo simbólico por meio dos conceitos de “ordens negociadas” e “permutações da ação” contínuas, assim como a perspectiva dos “mundos sociais”. Em especial, a partir da formulação de uma “teoria fundamentada em dados” desenvolvida com base na análise de dados gerados na pesquisa, ele influenciou a pesquisa sociológica para muito além do interacionismo simbólico.

⁸² Ver as observações em Strauss (1993).

Estudos da sociologia médica

Strauss abordou de maneiras diferentes os processos de interação e contextos organizacionais no campo da medicina, doenças e cuidados.⁸³ Esses estudos – como, por exemplo, sobre como lidar com doenças crônicas ou a necessidade de cuidados – estão muitas vezes diretamente relacionados com a prática profissional das profissões estudadas ou de grupos profissionais, isto é, esses são capazes de ser sensibilizados, no intuito de melhorar a forma como lidam com os pacientes (Corbin & Strauss, 2010; Glaser & Strauss, 2007). Uma de suas obras mais conhecidas é a em que faz uma análise do “cuidado de pacientes terminais” (Glaser & Strauss, 1995; 2017; 2007), que ele escreveu juntamente com Barney Glaser nos anos 1960. O tema trata do processo da morte em hospitais e sua incorporação nas interações. O resultado central desse estudo é o conceito de “contexto de conscientização” (“context of awareness”), que também pode ser aplicado para outros contextos da ação.

A “teoria da conscientização” (“awareness theory”) está ligada à ideia das múltiplas realidades, bem como comprometida com o teorema de Thomas, na medida em que os parceiros da interação precisam fornecer uma definição da situação, a partir da qual passam a lidar um com o outro. Para Strauss e Glaser, um “contexto de conscientização” é antes de tudo, em termos gerais, a combinação de tudo o que cada ator em uma situação conhece sobre a identidade do outro e também sobre como a sua própria identidade é vista pelo(s) outro(s). Como exemplo, os autores citam o funcionário do governo e sua secretária, que é uma espiã. Como ela não pode deixar ninguém saber quem ela realmente é, ela finge uma falsa identidade, a partir

⁸³ Cf. a extensa bibliografia em Strübing (2007) sobre os numerosos estudos no campo da medicina e das profissões da saúde, assim como sobre outros campos de trabalho (como imagens de cidades americanas usando o exemplo de Chicago). Diferentes publicações contendo abordagens teóricas demonstram a abrangência de seu trabalho (Strauss, 1979; 1991d; 1993). Strauss (1993, p. 47) fala da investigação dos processos de trabalho como o principal objeto de sua pesquisa.

da qual ela esconde sua identidade como agente, mas o funcionário do governo descobre, então, depois de certo tempo, que ela é uma espiã. No entanto, ele não deixa transparecer que sabe do que está acontecendo, lhe passando documentos que devem ser entregues aos seus mandatários a fim de confundi-los. Numa próxima fase da relação, a secretária percebe que seu chefe sabe que ela é uma espiã, porém finge não ter notado, porque precisa encontrar o momento oportuno para sua fuga. Esse é um exemplo das diferentes sequências de contextos de conscientização.

Em seus estudos em espaços de tratamento de pacientes terminais em hospitais, Glaser e Strauss descobriram que as interações entre os diferentes grupos de pessoas em uma clínica (equipe médica e de enfermagem, pacientes, parentes) dependiam em grande medida do conhecimento “público” sobre a situação do respectivo paciente (por exemplo, sobre a impossibilidade de cura de sua doença e morte iminente) e como esse conhecimento era “gerenciado” por todos os envolvidos:

Eles ficavam sabendo, por exemplo, em uma conversa com o médico que um de seus pacientes tinha uma doença incurável, mas que, segundo o médico, a morte deveria ser ocultada para evitar que ele ficasse sem esperança. Na conversa com o paciente descobriam, então, que ele sabia muito bem como estava a sua situação. No entanto, o paciente terminal explicou ao entrevistador que queria passar a sensação ao médico e às enfermeiras que acreditava na sua cura para não dificultar o seu trabalho. Assim, o médico e os enfermeiros interagiam com o paciente terminal em um nível de simulação do desconhecimento (Helle, 2001, p. 121).

Glaser e Strauss diferenciam os contextos de percepção entre a “conscientização fechada”, a “suspeita”, o “ritual da simulação mútua” e

a “ambiguidade do conhecimento” ou o “esclarecimento direto” (Glaser & Strauss, 1995; 2017). A interação concreta de cada ator orienta-se com base no contexto de conscientização gerada em conjunto. A partir disso são possíveis mudanças específicas, como, por exemplo, da conscientização fechada para a conscientização aberta. Isso acaba mudando, então, a ação recíproca.

Outro conceito gerado empiricamente é o de “trajetórias” (“trajects”) ou percurso, com o qual, por exemplo, o contexto e a mudança na trajetória de uma biografia de doença pode ser descrita (Corbin & Strauss, 2010).⁸⁴ Esse conceito lembra a ideia de “carreira” de Howard Becker e busca evidenciar que a biografia de doença percorre diferentes fases, todas elas sujeitas a contextos específicos de interação e cadeias de ação (ou são processadas nelas).

Grounded Theory

A “grounded theory” (“teoria fundamentada”), ou seja, a formulação teórica resultante da análise de objetos de pesquisa, representa a fundamentação mais desenvolvida de uma abordagem metodológica para a análise de dados empíricos dentro do interacionismo simbólico. Ela apresenta um grande número de recomendações úteis para se obter *insights* teóricos a partir da pesquisa empírica.⁸⁵ Juntamente com vários colegas, Strauss desenvolveu propostas com base no arcabouço teórico do interacionismo simbólico sobre como dados de pesquisa podem ser coletados e analisados qualitativamente de tal forma que façam, por um lado, jus às considerações teóricas e ao conhecimento existente, mas que, por outro lado, também possibilitem a combinação da sistemática necessária na análise com momentos criativos no próprio processo de pesquisa.

⁸⁴ Sobre a generalização, ver Strauss (1993).

⁸⁵ Como o presente volume se concentra mais nas perspectivas teóricas do paradigma interpretativo, as respectivas ideias serão apresentadas aqui apenas brevemente.

As primeiras considerações, mais teóricas e metodológicas sobre a “teoria fundamentada”, foram desenvolvidas por Barney Glaser e Anselm Strauss nos anos 1960 no contexto de seu estudo acima mencionado sobre processos da morte em uma publicação, que é considerada hoje um clássico (Glaser & Strauss, 2008). Nos desdobramentos e refinamentos metodológicos posteriores, Glaser e Strauss deram tônicas muito diferentes, as quais, ao menos do ponto de vista de Barney, também são incompatíveis entre si – ele acusa Strauss de ter traído o projeto original da teoria fundamentada (Glaser, 1978). No processo de recepção, as obras de Strauss, em particular – mais tarde em colaboração com Juliet Corbin –, receberam, porém, muito mais atenção. Nesses trabalhos são feitas muitas recomendações de como trabalhar empiricamente na pesquisa social qualitativa, que, embora não sejam garantia de sucesso da pesquisa, são um apoio extremamente útil na tentativa de “formulação de teorias a partir do objeto de pesquisa” com base em dados.

Assim, Strauss e Corbin descrevem estratégias de formação de amostras de acordo com critérios teóricos (“amostragem teórica”) e estratégias de análise baseadas no contraste máximo ou no contraste mínimo entre os casos, a fim de aumentar o alcance de um objeto. Utilizando estratégias sucessivas de “codificação”, conceitos teóricos são formulados com base nos dados e sistematizados em um processo de classificação baseado em teoria ao longo da “matriz condicional”. Também os diferentes contextos das situações analisadas, assim como os processos interacionais e as organizações de interação, são considerados.⁸⁶

Nesse meio-tempo, tais procedimentos acabaram sendo muito difundidos em países de língua alemã (Mey & Mruck, 2011). Desenvolvimentos

⁸⁶ Ver as descrições em Strauss (1991c) e Strauss e Corbin (2007), bem como o atual redirecionamento e a forte referência a *softwares* de apoio para a análise de textos de Corbin em Corbin e Strauss (2008). A maioria das introduções à pesquisa social qualitativa em língua alemã apresenta a teoria fundamentada a partir da versão de Strauss e Corbin (2007).

mais recentes e muito dinâmicos da teoria fundamentada no contexto norte-americano combinam as ideias de Strauss com outras abordagens e programas de pesquisa – como análise de discurso, conceitos ator-rede, assim como a “análise da situação” de Adele Clarke (2012), que incluem mais fortemente contextos situacionais abrangentes na análise – e levam a uma clara abertura e pluralização das abordagens associadas à teoria fundamentada (por exemplo, Morse *et al.*, 2009; Charmaz, 2006; 2009; Bryant & Charmaz, 2010).

(Negoci)ações nos mundos sociais

Estamos confrontando um universo marcado por uma grande fluidez; ele não ficará e não pode ficar parado. É um universo onde fragmentação, separação e desaparecimento são a imagem espelhada do surgimento, da emergência e da coalescência. Esse é um universo, onde nada é estritamente determinado. Seus fenômenos devem ser em parte determináveis através de análises naturalistas, incluindo o fenômeno dos homens [e mulheres] que participam da construção das estruturas, que moldam suas vidas (Strauss, 1991b, p. 237).

No contexto de seus estudos empíricos, Anselm Strauss se esforçou para desenvolver ainda mais o interacionismo simbólico. Além de sintetizar e reformular a teoria simbólica interacionista da ação e interação, ele tornou os termos “ordem negociada” ou “negociações”, “mundo social”, “trajetória” e “arena” conhecidos. Assim, ele forneceu uma estrutura conceitual que pode ser usada para analisar situações, interações, processos biográficos, organizações e a carreira de problemas públicos – em outras palavras, todo o espectro da pesquisa simbólico-interacionista. Suas respectivas propostas serão a seguir brevemente apresentadas.

Em vista dos “processos de negociação no hospital” analisados por Strauss e mencionados acima, ele fala primeiramente da “abordagem

da ordem negociada” como um acesso interacionista simbólico à realidade de organizações de todos os tipos.^{87,88} Com isso, Strauss busca combinar duas ideias: a ênfase na importância central dos processos de interação com as características estruturais das organizações.

O objetivo é mostrar, na verdade, como as consequências de ações anteriores são processadas individual e coletivamente, de forma consensual e conflituosa, pelos próprios atores, e como esse processamento em si também ocorre sob condições estruturais, as quais, por sua vez, podem estar relacionadas a processos de negociação anteriores e consequências intencionais ou não intencionais da ação (Joas, 1992b, p. 55).

O pressuposto básico está relacionado ao fato de que a negociação entre as partes envolvidas corresponde à principal característica dos processos sociais nas organizações, assim como também em outros lugares. As organizações são entendidas como constantes sistemas de negociação em fluxo, que se constituem e se reproduzem ou se transformam na ação:

Não a ênfase nas estruturas estáticas, mas, sim, na reconstrução de processos de definição mútua que se estendem de forma temporal é que se torna o foco central de uma sociologia organizacional, que se esforça para ser compatível com os pressupostos sociopsicológicos e teóricos da personalidade do interacionismo simbólico e assim também para recuperar a conexão com os objetivos mais amplos de uma transformação do pragmatismo em sociologia (Joas, 1992b, p. 54).

⁸⁷ Para uma visão geral, ver Maines & Charlton (1985), Clarke (1991) e Maines (1991).

⁸⁸ O termo foi desenvolvido por Strauss juntamente com colegas em 1963, no contexto de pesquisas em instituições psiquiátricas (Strauss, 1993, p. 248).

Em última análise, se vai muito além do âmbito das organizações, por isso que todas as formas ou tipos de ordem social são vistos como constituídos em processos de negociação. Isso não significa que somente tais processos desempenham um papel importante na estruturação da ordem social – Strauss está apenas sugerindo que *também* eles são de extrema importância para a compreensão sociológica das organizações e da ordem social. Quando falamos de negociações, não se trata necessariamente de “negociações” explícitas ou mesmo discussões com tom argumentativo (mesmo que isso não seja excluído em alguns casos, é claro). Ao contrário, se trata mais de uma metáfora que chama a atenção para o fato de que as estruturas e os padrões da ordem, ou seja, também a realidade concreta das organizações, resultam de contribuições permanentes dos participantes e de outras redes de ação mais ou menos abrangentes.

As organizações são entendidas como redes em permanente negociação, que são construídas e reproduzidas ou transformadas na ação e suas “permutações” (Strauss, 1993). As contribuições para essas negociações podem muito bem assumir uma perspectiva de conflito entre si; o que resulta disso está, então, provavelmente muito longe da intenção de cada participante. Naturalmente, os participantes também podem interagir em termos da divisão do trabalho e respectivas rotinas. Entretanto, isso corresponde à questão de cada objeto de pesquisa, que pode ser desenvolvido com base em outros conceitos.

Strauss distingue, por exemplo, o processo concreto de negociação do seu contexto, o qual pode ser determinado por características como: o número de participantes, suas experiências e *status*, a singularidade do encontro, ou o caráter repetitivo ou rotineiro das negociações, o desequilíbrio de poder entre os participantes, entre outros. Finalmente, há também um contexto estrutural mais amplo dos processos de negociação – tais como características demográficas, situações econômicas, situações políticas em geral – que pode, por sua vez, ser relacionado a processos históricos de negociação, mas que

deve ser analisado como condição dada dos processos de interação a partir de objetos concretos de pesquisa.⁸⁹ Em seu livro *Negotiations* (*Negociações*), Strauss (1979) ilustra a variedade de aplicações possíveis desse conceito teórico através, por exemplo, de estudos de caso de organizações, de políticas nacionais e internacionais, dos julgamentos de Nürenberg ou da relação entre seguradoras e seus clientes.

Uma perspectiva mais ampla integrando o conceito de “ordem negociada” sobre fenômenos sociais oferece a “perspectiva do mundo social” desenvolvida por Strauss a partir de Timotsu Shibutani (Strauss, 1991d). Com isso, ele está fazendo referência – assim como Howard Becker em seu estudo supracitado acerca dos “mundos da arte” como contextos sociais entre si mais ou menos delimitados – à ópera, ao beisebol, ao *surf*, à medicina, à homossexualidade, à matemática, entre outros. Strauss entende “arenas” como fóruns, dentro dos quais definições, processos, influências, entre outros, são disputados no interior dos “mundos sociais”. “Mundos sociais” não devem ser analisados apenas como relações de comunicação, mas também em termos de sua materialidade:

Embora a ideia de mundos sociais possa se referir de forma central aos universos de discurso, devemos ter o cuidado de não nos limitar a olhar apenas para as formas de comunicação, simbolização e universos de discursos, mas também examinar questões palpáveis como atividades, filiações, lugares, tecnologias e organizações típicas de mundos sociais específicos (Strauss, 1991b, p. 235).

⁸⁹ As aplicações dessa perspectiva podem ser encontradas em estudos sobre ciência agrícola, escolas, a indústria de bebidas alcoólicas ou procedimentos legislativos, mas também na sociologia da ciência e da tecnologia (Maines & Charlton, 1985; Strübing, 1997; Bowker & Star, 2000; Clarke, 1998).

A “perspectiva do mundo social” foi desenvolvida dentro de um amplo trabalho teórico, no qual Strauss explica, incentivado por seus colegas alemães Hans-Georg Soeffner e Fritz Schütze, o contexto geral de seus pressupostos teóricos e os situa no contexto da filosofia pragmatista e do interacionismo simbólico. Em uma entrevista, ele resume essa preocupação da seguinte forma:

Estou interessado na estreita conexão, ou melhor dizendo, na identidade da ação e da interação, e estou desenvolvendo uma teoria da ação interacionista correspondente. No início, temos o modelo da ação dos pragmatistas. [...] No centro da minha teoria da ação se encontram os atores – indivíduos, organizações, mundos sociais – que negociam, mantêm ou mesmo mudam qualquer tipo de ordem ou estrutura social. Os mundos sociais são agrupamentos de pessoas que estão ligadas por objetivos e perspectivas comuns, sem limites rígidos de filiação, assim como são típicos das organizações. Divergências ou conflitos sociais são tratados em diferentes arenas, seja dentro de um mundo social ou entre mundos. Temos analisado nos últimos tempos tais processos de negociação, por exemplo, na arena da AIDS, uma arena, que está passando por um rápido desenvolvimento e na qual a interação entre as organizações e os mundos sociais é particularmente bom de se estudar (Strauss, como referido em Legewie, 2004, p. 72-73).

Em sua argumentação, Strauss tem a teoria da ação pragmatista como ponto de partida na medida em que assume que a ação pressupõe um corpo, que está entrelaçado em interações e contextos de interpretação, e que de alguma forma implica em um “self” do ator. Os contextos de interpretação acima mencionados e os símbolos que podem ser encontrados neles surgem, por sua vez, das intera-

ções.⁹⁰ A ação não é necessariamente racional e só raramente pode ser compreendida em termos da relação entre meios e fins; ela tem sempre um lado emocional que não pode ser separado dela, consistindo, portanto, sempre no processamento do entrelaçamento entre atividades mentais e outras atividades corporais (sendo que, às vezes, a primeira – em situações problemáticas – e, às vezes, a segunda – em situações rotineiras – se tornam o centro das atenções).⁹¹

As ações e os cursos da ação se desdobram no tempo e podem ser atribuídos a sequências. As prováveis contingências nos cursos da ação e nas interações ou nas cadeias de ação acarretam reajustes de interpretações e ações. Desse modo, as diferentes perspectivas dos participantes precisam se ajustar de alguma forma. Frequentemente, isso ocorre na pré-estruturação das interpretações, que surgem da participação conjunta em um mundo ou submundo social. Os atores nas sociedades modernas pertencem normalmente a vários submundos entre si bastante heterogêneos, que em geral não são conscientes aos participantes de uma situação social. Por fim, as situações da ação estão integradas em um contexto ou matriz de condições que oferece aos atores possibilidades específicas e impõe restrições.

Em consonância com o interacionismo simbólico, Strauss não está, no entanto, interessado em ações individuais e isoladas, e sim em cadeias de ações ou interdependências, ou seja, interações, nas quais algo é feito, é “trabalhado” de forma conjunta (Strauss, 1993, p.

⁹⁰ Corpo, *self*, pensamento, interação, símbolo – tudo isso não pode de forma alguma ser compreendido como unidades óbvias, mas, sim, conceitos, que Strauss explica de forma complexa e que são sempre pensados como processos (“interagindo”, “simbolizando”) (cf. Strauss, 1993, de maneira geral sobre a explicação do seu processo de trabalho acerca dos significados, do conceito de “simbolizar” com base no exemplo de Chicago – como no caso de “Al Capone” – ou no que diz respeito à rotulação de grupos de migrantes, cf. Strauss, 1993, p. 160).

⁹¹ A ênfase nos sentimentos e a desconsideração da racionalidade da ação marcam uma clara diferença em relação à análise da ação na obra de Alfred Schütz, que deixou sua marca na sociologia do conhecimento de Berger & Luckmann; caso contrário, de maneira geral, existem muitas convergências entre as duas teorias, mesmo que Strauss prefira utilizar o termo “mundos sociais” em comparação ao termo “subuniversos” (na linguagem de Schütz, Berger & Luckmann) (Strauss, 1993, p. 159). Cf. capítulo 4.

51; Soeffner, 1991). Tais cadeias de ação, que se desdobram no tempo, espaço e nas relações sociais podem ser descritas a partir do termo “trajetória”: as trajetórias são “trajetos/percursos” temporais de ações interconectadas, podendo cada qual apresentar diferentes formas:

Para ser, agora, mais preciso, vou usar *trajetória* de duas maneiras: 1) o curso de qualquer fenômeno experimental à medida que evolui ao longo do tempo (um projeto de engenharia, uma doença crônica, a morte, uma revolução social ou problemas nacionais que lidam com a imigração em massa ou “incontrolável”) e 2) as ações e interações que contribuem para sua evolução (Strauss, 1993, p. 53).

As “trajetórias” podem ser divididas em diferentes fases; elas compreendem elementos complexos e mutáveis de concepção e implementação de ações, assim como relações complexas de efeito entre as ações envolvidas, atores biograficamente situados, corpos (e sua memória), reciprocidades, atividades e estruturas de ordem (técnica, temporal, informacional, emocional, relacionada à atividade, moral, estética). Os “atores” envolvidos são coletivos maiores, vários indivíduos ou pessoas individuais, que fazem experiências e que agem no contexto de uma “matriz de condições”.

Por fim, a dimensão da “interseccionalidade” ganha, aqui, importância⁹², ou seja, a maneira como as diferentes formas de agir (trabalhar, fantasiar, relaxar, sofrer etc.) estão entrelaçadas entre si. Strauss ilustra isso com base no exemplo dos processos de trabalho: o que é rotina para um encanador leva o dono de um vaso sanitário entupido ao pânico; o que significa tempo livre para algumas pessoas, é considerado trabalho duro para outras: é isso que diferencia o operador e os visitantes nos parques de diversão, mas também aqueles que

⁹² Na sociologia contemporânea, o termo “interseccionalidade” é usado no contexto da pesquisa (feminista) sobre desigualdade para designar dimensões de interseção da desigualdade.

fazem as compras e cozinham nas famílias, enquanto outros depois “jantam”. Strauss desenvolveu também nesse contexto uma série de conceitos, que não poderão ser discutidos aqui em detalhes.

Essa teoria da ação leva aos conceitos de “mundo social” e “arena”. O primeiro tem uma longa tradição na sociologia de Chicago e pode ser encontrado nos trabalhos de George Herbert Mead e Robert Park. O que se entende por ele? Os mundos sociais são “grupos que têm o mesmo comprometimento com certas atividades, compartilhando recursos de muitos tipos para atingir seus objetivos e construindo ideologias compartilhadas sobre como realizar seus negócios” (Clarke, 1991, p. 131).

Soeffner (1991, p. 6) explica o conceito da seguinte forma:

Do esforço relativamente permanente de várias pessoas em coordenar suas respectivas perspectivas e agir coletivamente (em vivenciar e experimentar), surge aquilo que Strauss chama de “mundos sociais” (*social worlds*): espaços relativamente permanentes de percepção e ação que são garantidos por rotinas de divisão do trabalho relativamente estáveis, ou seja, espaços “institucionalizados” de percepção e ação.

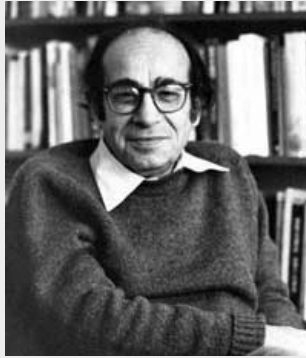
Para Strauss, o foco de um tipo de atividade – como fazer música, pesquisa – e os lugares específicos, as tecnologias e formas de organização a ela relacionados desempenham um papel central.⁹³ Os mundos sociais são diferenciados ou segmentados em si mesmos, desenvolvem seus recursos de legitimação e estabilização e também estão ligados a outros mundos sociais em inter-relações interseccionais. Quando problemas ou conflitos, ou seja, uma “questão” surge em/ou entre mundos sociais, uma “arena” social se constitui:

⁹³ Howard Becker também fala, como já mencionado, de “mundos sociais”, por exemplo, os da arte (ver acima). No contexto da sociologia do conhecimento hermenêutico em língua alemã, há uma grande afinidade com o conceito de *cena*, desenvolvido, sobretudo, por Ronald Hitzler, entre outros, que foi, no entanto, formulado de uma forma um pouco mais específica (cf. capítulo 4.3).

O conceito de arena se referirá aqui à interação dos mundos sociais em torno de questões – onde ações relacionadas a elas estão sendo debatidas, combatidas, negociadas, manipuladas e até mesmo coagidas dentro e entre os mundos sociais. [...] Os mundos sociais e seus segmentos têm suas questões internas em torno das quais os membros ou organizações debatem, manobram, negociam, tentam persuadir ou coagem. [...] A ação da arena em torno de questões significa em última análise desacordo sobre as direções da ação, ou seja, no sentido mais amplo do termo, desacordo sobre as medidas políticas a serem tomadas pelo mundo social ou submundo (Strauss, 1993, p. 225).

As arenas políticas, que temos em mente em nosso entendimento cotidiano do conceito de política, correspondem apenas a uma forma especial específica de tais arenas de negociação e disputa, que podem ser formadas em e entre organizações, tanto no mundo religioso quanto no mundo científico e artístico. Isso deixa claro que, na perspectiva de Anselm Strauss, ordem e desordem, estabilidade e mudança, as estruturas e sua liquefação devem ser sempre pensadas como processos, como “ordenação processual” (“processual ordering”) (Strauss, 1993, p. 254), assim como conceitos sociológicos precisam estar alinhados de forma correspondente, sem perder de vista o significado da ação humana:

Ele transfere discretamente, mas sistematicamente, toda “unidade de medida”, categoria ou unidade descritiva dada nas ciências sociais para um quadro conceitual definido exclusivamente para a teoria da ação. Para ele, a sociabilidade ocorre em ações significativas, seguindo a tradição dos clássicos. Isso, por sua vez, significa para ele “trabalho” – trabalho que não significa necessariamente a produção de algo e certamente tampouco um “processo” instrumental ou a “posse de”, mas, sim, a *estruturação* ativa de espaços e tempos da ação: viver (Soeffner, 1991, p. 12).



Anselm Strauss (1916-1996)

Strauss nasceu em Nova York como neto de imigrantes judeus da Alemanha. Ele estudou de 1935 a 1944 nas universidades da Virginia e Chicago e foi aluno de Herbert Blumer. As influências de Everett Hughes o levaram a estudar as organizações. Em 1945, fez seu doutorado em Chicago, onde mais tarde lecionou de 1952 a 1958 como “professor assistente”. De 1958 a 1960, foi chefe de uma unidade de pesquisa em ciências sociais na área de doenças psicossomáticas e psiquiatria no Hospital Michael Reese em Chicago; a partir de 1960, foi professor na Escola de Enfermagem da Universidade da Califórnia (São Francisco) e fundador do Departamento de Ciências Sociais e Comportamentais nessa mesma instituição.

Até a sua aposentadoria, em 1987, ele escreveu numerosos estudos empíricos, entre outros, sobre as formas de lidar com a dor, o uso de novas tecnologias em hospitais e a mudança associada a elas no trabalho com os pacientes, as doenças crônicas, o trabalho das emoções e a relação com pacientes terminais.

Sugestão de literatura

Legewie, H., & Schervier-Legewie, B. (2004). “La investigación es trabajo duro, siempre está unida a cierta dosis de sufrimiento. De ahí

que por outro lado, deba ser entretenida, divertida." Anselm Strauss en conversación con Heiner Legewie y Barbara Schervier-Legewie [90 párrafos]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 5 (3), Art. 22. Recuperado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqso403222>. [Entrevista com Anselm Strauss; contém muitas referências a sua biografia, sua formação sociológica e seus conceitos centrais.]

Soeffner, H.-G. (1991). „Trajectory“ – das geplante Fragment. Die Kritik der empirischen Vernunft bei Anselm Strauss. *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*, 4(1), 1-12. [Ótima explicação dos conceitos teóricos “mundo social”, “arena” e “trajetória”, marcada pela relação pessoal entre os autores.]

Literatura complementar

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (2017). *Awareness of Dying*. New York & Oxon: Routledge [1965]. [Exemplo de estudo do trabalho empírico de Strauss e Glaser.]

Glaser, B., & Strauss, A. L. (2008). *Grounded theory. Strategien qualitativer Forschung*. Bern: Huber [1967]. [Versão em alemão de *The Discovery of Grounded Theory*.]

Glaser, B., & Strauss, A. L. (2006). *The Discovery of Grounded theory. Strategies for qualitative research*. Aldine Transaction: New Brunswick and London. [Obra com fundamentos teóricos da teoria fundamentada.]

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1995). *Betreuung von Sterbenden. Eine Orientierung für Ärzte, Pflegepersonal, Seelsorger und Angehörige* (2. überarb. Aufl.). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht [1965]. [Versão em alemão de *Awareness of Dying*.]

Strauss, A. (2007). *Grundlagen qualitativer Sozialforschung: Datenanalyse und Theoriebildung in der empirischen soziologischen Forschung* (2. Aufl.). München: Fink.

Strauss, A. (1999). *Espelhos e máscaras. Em busca da identidade*. São Paulo: Edusp. [Versão em português de *Spiegel und Masken*.]

Strauss, A. (1968a). *Spiegel und Masken. Die Suche nach Identität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1959]. Strauss, A. (1993). *Continual permutations of action*. New York: Aldine de Gruyter. [Corresponde à “obra teórica final” de Strauss, que é até hoje pouco conhecida no mundo de língua alemã e na qual ele desenvolve a sua teoria da ação, interação e mundos sociais de forma sistemática, explicando-a com base em exemplos.]

Strauss, A., & Corbin, J. (2007). *Grounded theory: Grundlagen Qualitativer Sozialforschung*. Weinheim: PVU [1990-1996]. [Apresentação de procedimentos metodológicos que já se tornou “um trabalho clássico” na área.]

Strübing, J. (2007). *Anselm Strauss*. Konstanz: UVK. [Introdução à biografia e ao contexto de trabalho.]

Sobre a metodologia da teoria fundamentada e sua discussão atual

Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: um guia prático para a análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed. [Orientações para a realização de projetos da teoria fundamentada com forte argumentação construtivista.]

Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory. A practical guide through qualitative analysis*. London: Sage. [Versão original de *A construção da teoria fundamentada*, de Charmaz.]

Charmaz, K., & Keller, R. (2016). A Personal Journey with Grounded Theory Methodology. *Kathy Charmaz in Conversation With Reiner Keller* [60 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, 17(1), Art. 16. Retrieved from <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1601165>. [Entrevista com Kathy Charmaz sobre a metodologia da teoria fundamentada.]

Clarke, A. E. (2012). *Situationsanalyse. Grounded Theory nach dem Postmodern Turn*. Wiesbaden. VS Verlag für Sozialwissenschaften [2005]. [Ampliação da teoria fundamentada com elementos analíticos do discurso.]

Clarke, A. E., & Keller, R. (2014). Engaging Complexities: Working Against Simplification as an Agenda for Qualitative Research Today. *Adele Clarke in Conversation With Reiner Keller* [137 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, 15(2), Art. 1. Retrieved from <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs140212>. [Entrevista com Adele Clarke sobre pesquisa qualitativa.]

Clarke, A. E.; Friese, C. E.; & Washburn, R. S. (2018). *Situational Analysis: Grounded Theory After the Interpretive Turn*. Los Angeles: SAGE.

Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. London: Sage. [Versão original de *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos*, de Strauss e Corbin.]

Mey, G., & Mruck, K. (ed.) (2011). *Der Grounded-Theory-Reader*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Contém vários artigos com os fundamentos básicos, variantes e aplicações da teoria fundamentada.]

Morse, J. et al. (2009). *Developing grounded theory. The second generation*. Walnut Creek: Left Coast Press. [Contribuições do “círculo interno”, que se concentram principalmente nos desenvolvimentos atuais.]

Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed. [Orientações para a implementação da pesquisa em teoria fundamentada com forte referência ao uso de softwares de análise de texto.]

Website e crédito fotográfico

Anselm Strauss. (2014). Retrieved from <https://sociology.ucsf.edu/anselm-strauss>.

3.3.4 Pesquisa do discurso: arena e análise de temas

As ideias sobre as disputas conflituosas e as tentativas de determinação das “definições coletivas da situação”, como explicado por Becker, Gusfield ou Strauss, repercutiram amplamente nas análises da esfera pública dos meios de comunicação de massa como uma arena de discurso, bem como nas perspectivas construtivistas sociais sobre a construção social dos problemas sociais, assim como foram discutidas, por exemplo, no contexto da “virada culturalista” da pesquisa norte-americana sobre processos de mobilização dos movimentos sociais.

Movimentos sociais são analisados aqui como atores coletivos que buscam desafiar as interpretações sociais dominantes do mundo e os códigos culturais por meio dos “recursos culturais” e, portanto, também renovar ou transformar a percepção geral de tais contextos da realidade. Mais ainda do que em Gusfield, trata-se da discussão sobre novas estruturas cognitivas, da compreensão das manifestações e dos efeitos das lutas socioculturais pelas definições sob as condições dos meios de comunicação de massa. Primeiramente, são analisados como os movimentos sociais se autoconstituem com a ajuda de recursos culturais (esquemas de interpretação, rituais etc.), de que forma eles se mobilizam pelo uso estratégico de tais recursos na esfera pública social em prol de interesses e, por fim, como as ordens de significado socialmente estabelecidas são transformadas (Gamson, 1995).

Desde os anos 1980, William Gamson e seus colaboradores vêm desenvolvendo propostas para a análise de processos de discussão e mobilização pública como discursos.⁹⁴ Em sua *frame analysis*, a qual retoma de forma muito diferente as propostas de Erving Goffman sobre a “análise dos quadros da experiência” (cf. capítulo 6), ele parte do pressuposto de que os movimentos sociais estão envolvidos

⁹⁴ Alguns exemplos são as discussões sobre a “ação afirmativa” (Gamson & Modigliani, 1987) e o debate sobre a energia nuclear (Gamson & Modigliani, 1989).

em lutas de interpretação de temas específicos pela interpretação apropriada dos problemas sociopolíticos.⁹⁵ (Não apenas) Atores de movimentos sociais constroem sua interpretação do problema no contexto dos debates públicos sobre questões controversas, no intuito estratégico de alcançar uma ampla ressonância pública para as suas preocupações e de se apresentar como atores legítimos e responsáveis, assim como sujeitos capazes de oferecer soluções a problemas (Gerhards, 1992). Dessa maneira, a referência ao perigo de usinas nucleares como alvos militares em caso de guerra pode ser usada, por exemplo, para o estabelecimento de uma estreita aliança entre os movimentos antinucleares e de paz.

Gamson entende as disputas públicas documentadas na mídia impressa como o resultado dos conflitos de interpretação mencionados acima. Os atores envolvidos tentam obter a mais ampla aprovação pública possível por meio de interpretações ressonantes de sua visão do problema. Nesse sentido, os meios de comunicação são considerados como arenas centrais da construção da realidade social. Eles oferecem os “enquadramentos” de temas ou complexos de problemas que geram ressonância com seu público, ou seja, que devem ser “reconhecidos” e “adotados”. Até que ponto isso realmente acontece precisa ser demonstrado a partir dos respectivos estudos desde a perspectiva dos destinatários.

A abordagem de Gamson *et al.* (1992) inspirou algumas pesquisas que trabalharam com discurso na Alemanha nos anos 1990.⁹⁶ No en-

⁹⁵ A combinação de análises qualitativas de texto com a análise quantitativa de um grande número de dados, levantados de artigos da mídia impressa, caracteriza a especificidade dessa abordagem. Também textos e imagens (como desenhos animados, por exemplo) são analisados. O conceito de “frame” (quadro) de Goffman se refere, no entanto, aos diferentes *status* da realidade das situações sociais (por exemplo, a diferença entre o palco do teatro e a vida “real”). Em vez disso, Gamson se refere a esquemas de interpretação dos fenômenos.

⁹⁶ Exemplos de estudos tratam do debate da política ambiental, dos processos de mobilização dos movimentos sociais, de controvérsias públicas sobre o aborto, entre outros; em cada caso, foram feitas modificações específicas e desenvolvimentos adicionais. Estudos sobre o lixo, ver Keller (2009); sobre Chernobyl, ver Pöferl (1997); sobre o debate do aborto, ver Gerhards *et al.* (1998).

tanto, ele negligencia o campo do problema e da ação institucional, nos quais Gusfield se concentrou. Em última análise, permanecem em aberto as consequências que podem ser atribuídas aos “enquadramentos” que circulam nos meios de comunicação de massa.

Já no início dos anos 1990, Jürgen Gerhards (1992) havia examinado a partir da análise do enquadramento de Gamson, entre outras coisas, os processos de mobilização dos movimentos sociais e os distinguido entre as várias dimensões do discurso e das estratégias discursivas. Em tais lutas simbólicas, os movimentos sociais precisam, portanto, interpretar um tema como uma questão problemática, nomeando as causas e os responsáveis, bem como um ou mais destinatários das demandas relacionadas à intervenção do problema. Também a indicação dos objetivos, o significado de “sucesso” e a autolegitimação como agente do meio público, fazendo referência, por exemplo, a competências ou a valores, parecem ser importantes. Essas dimensões do discurso podem, como os últimos exemplos sugerem, ser analisadas no contexto de diferentes estratégias discursivas que se concentram na mobilização de apoio público e legitimação de seu próprio *status* de agente. Isso inclui “enquadramentos” dramáticos e moralizantes, bem como também, às vezes, a argumentação relacionada a fatos.

Schetsche (1996, p. 21) distingue, por sua vez, com base em Gerhards entre as dimensões da história dos problemas, os tipos de atores coletivos, os padrões de problemas ou de interpretação dos fatos e as estratégias discursivas. Ele diferencia, por exemplo, os tipos de atores: os afetados, os defensores, os especialistas, aqueles que usam os problemas a seu favor, os movimentos sociais, os empresários morais, os meios de comunicação de massa e as instituições do Estado de bem-estar social.

Adele Clarke (2012) amplia a análise do mundo social de Anselm Strauss, acrescentando a dimensão dos discursos. A esse respeito, ela fala de “análise da situação” e desenvolve a estratégia metodológica de elaborar “mapas” que tornam claras as complexas relações

entre os elementos de um mundo social. O programa de pesquisa da análise do discurso sociológica do conhecimento elaborado por Keller (2005) se baseia nos fundamentos do interacionismo simbólico e os combina com as tradições da sociologia do conhecimento, com a análise das formações históricas do conhecimento desenvolvida por Foucault, assim como com as estratégias de análise da pesquisa social qualitativa (cf. subcapítulo 4.3).

3.3.5 O trabalho das emoções e a vida profissional

Estudos do interacionismo simbólico se dedicam também à experiência, ao sentimento, ao “processamento” interativo e à “administração” individual dos sentimentos. Arlie R. Hochschild está entre as mais importantes e recentes representantes do interacionismo simbólico, que desde o início dos anos 1980 tem publicado uma série de estudos relevantes sobre o fenômeno da administração das emoções, sobre as mudanças no mundo do trabalho e sobre a conexão entre trabalho e vida familiar. Hochschild critica a forte fixação do interacionismo simbólico de Blumer pelo papel dos significados e pelas definições da situação, dentre outras coisas. Por outro lado, ela valoriza a vivência e a representação dos sentimentos nas interações e nos contextos sociais, focando seu interesse de pesquisa nisso.

Para tanto, ela trabalha com as noções da representação do eu e da administração das impressões em situações sociais de Erving Goffman. Seu antigo estudo sobre “das gekaufte Herz” (“o coração comprado”) (Hochschild, 1990) e seus trabalhos posteriores foram influenciados pelo estilo de Goffman, tanto no que corresponde às questões que pontua quanto as suas abordagens e a apresentação dos resultados (cf. capítulo 6). O tema do estudo “o coração comprado” trata do “trabalho das emoções”, ou seja, da apresentação convincente e da incorporação dos sentimentos em situações sociais.

Além de entrevistas com estudantes do sexo feminino sobre suas experiências emocionais particulares, Hochschild conta em especial

com um estudo multimétodo do treinamento das representações emocionais na formação de comissárias de bordo. Ela participou de cursos de formação e conduziu numerosas entrevistas em vários níveis da companhia aérea em questão (tanto com as comissárias de bordo como com representantes da gerência ou do departamento de contabilidade). Em ambas as áreas, privada e pública, ela pôde provar que o trabalho das emoções, como controle mais ou menos bem-sucedido da experiência emocional e da representação emocional, ocupa um lugar importante. Isso também fica claro em livros de aconselhamento, que são dirigidos às mulheres e mudaram decisivamente seu conteúdo nas últimas décadas: no passado, o objetivo era garantir uma recepção bem preparada e agradável para o marido que chegava cansado do trabalho no intuito de lhe recompensar pelas dificuldades do seu dia de trabalho; hoje, por um lado, a demonstração de competência em contextos profissionais de trabalho e a racionalização do cuidado (especialmente com crianças) se encontram em primeiro plano (Hochschild, 2003).

No estudo intitulado *Keine Zeit (Sem tempo)* (Hochschild, 1997; 2006), ela se dedica a analisar os processos de coordenação entre trabalho e vida familiar com base em um estudo em uma empresa americana considerada “progressista” em termos da promoção da conciliação entre trabalho e vida familiar. Hochschild foi capaz de circular livremente dentro da empresa, fazer observações e conduzir entrevistas em todos os níveis da empresa. Inicialmente, ficou evidente que apenas alguns funcionários realmente aproveitavam as oportunidades de trabalho em tempo parcial, das quais a empresa fazia propaganda. Por que isso era assim?

Quando comecei a olhar ao redor da empresa, comecei gradativamente a dar me conta do que estava acontecendo naquele local – a atmosfera amigável, a Coca-Cola livre, as muitas celebrações para honrar os funcionários

merecedores, os círculos de qualidade, os programas de mentoria –, o que poderia fazer com que as pessoas quisessem ser o funcionário ideal. Quando ia para casa com funcionários cansados à noite, via, no entanto, como eles conseguiam lidar com crianças choramingando, refeições improvisadas, animais de estimação para alimentar e aparelhos domésticos quebrados. Aí eu comecei a enxergar trabalho e a família não mais como complexos separados de atividades que as pessoas realizam, mas como culturas emocionais concorrentes, entrelaçadas entre si. Comecei a entender como os ambientes nada harmoniosos, que esperavam as pessoas em casa, poderiam ser compensados pelo senso de propósito, desempenho e colegialidade oferecidos pelas máquinas bem lubrificadas do local de trabalho (Hochschild, 2006, p. XXXII).

De acordo com as análises de Hochschild em meados dos anos 1990, o trabalho havia se tornado um substituto para o lar há algumas décadas e estava ocupando quotas de tempo cada vez maiores – no caso de empregos de nível superior, por “amor ao trabalho”, e no caso de trabalhadores pouco qualificados, por pura necessidade de garantir seu sustento. Dependendo da situação do trabalho e da família, os trabalhadores reagiam a isso com estratégias muito diferentes, como fugas, fantasias, ou recorrendo a produtos instantâneos para otimizar e racionalizar o tempo de trabalho doméstico ou de reprodução do tempo de trabalho, entre outros. O estudo demonstra, portanto, de forma bastante interessante a pertinência e possível contribuição do interacionismo simbólico para o diagnóstico de processos de mudança social para além do objeto concreto de pesquisa.

3.3.6 Estudos organizacionais, da ciência e da tecnologia

Desde o início, representantes do interacionismo simbólico e seus predecessores na Escola de Chicago enfatizaram a importância das or-

ganizações como processos interativos concretos da atividade humana (Hallett, Shulman & Fine, 2009; Fine, 1984). Um dos mais importantes estudos organizacionais recentes do interacionismo simbólico é o estudo de Norman Denzin (1977) sobre o desenvolvimento organizacional da indústria de bebidas destiladas dos Estados Unidos desde a proibição. Nesse estudo, Denzin analisa o “mundo social” ou a rede e interação de diferentes organizações na produção e no consumo de álcool. Ele não está interessado em um estudo detalhado de uma única organização, mas na interação historicamente complexa entre regulamentos governamentais, movimentos sociais, produtores e distribuidores de bebidas alcoólicas e clientes. Mais especificamente, suas perguntas se concentram na relação entre legalidade e ilegalidade em todos os níveis dos negócios em torno da bebida alcoólica. Ao fazer isso, ele segue a concepção das organizações proposta por Herbert Blumer:

As organizações [...] são melhor conceituadas como redes complexas e mutáveis de relações sociais. A soma total dessas relações – quer sejam reais ou apenas simbólicas, quer sejam assumidas e tidas como certas ou problemáticas e perturbadoras – constitui a organização tal como é sentida, experimentada e como o indivíduo ou membro relacionado age sobre ela. Poder, controle, coerção e ludíbrio tornam-se mercadorias centrais de negociação naquelas arenas que compõem a organização (Denzin, 1977, p. 152).

Denzin questiona como os arranjos estruturais da indústria americana de bebidas destiladas (licor) podem ser entendidos como o resultado de processos históricos, nos quais as negociações desempenharam um papel central, mas também como os processos de negociação corroboram, ao mesmo tempo, a manutenção da ordem atual desse ramo da indústria. Em que relação se encontram os consumidores de

bebidas alcoólicas e a indústria, tanto no que corresponde à situação concreta até o nível organizacional abstrato? E acima de tudo: que papel assumem o movimento contra o consumo de bebidas alcoólicas e as práticas comerciais ilegais e semilegais, entre outros?

Espero mostrar que essa tendência criminogênica (ou seja, a violação intencional e não intencional do código legal) está presente em todos os níveis da indústria e pode ser encontrada no contexto histórico do desenvolvimento da indústria, na sua estrutura atual e nos padrões relacionais que existem dentro do que parece ser um único empreendimento econômico (Denzin, 1977, p. 153).

Uma perspectiva semelhante sobre o desenvolvimento do mundo social foi perseguida em estudos sobre ciência e tecnologia, que se orientam pelo interacionismo simbólico (Strübing, 1997). Dentre os numerosos estudos, dois devem ser mencionados: Adele Clarke, estudante de Strauss e a sucessora de sua cátedra na Universidade da Califórnia, em São Francisco, realizou um amplo estudo sobre o “disciplinamento da reprodução” nos Estados Unidos desde 1910. Nele, ela analisa a interação entre diferentes áreas de pesquisa com a biologia e a medicina que reuniam esforços para desenvolver tecnologias de contracepção ou controle de natalidade. Se destacam aqui numerosas dinâmicas envolvidas no financiamento e desenvolvimento desse campo disciplinar: movimentos de melhoria das tecnologias de controle da natalidade, bem como a resistência religiosa contra as determinações “naturais” da reprodução etc. Clarke pode, assim, evidenciar o quanto os desenvolvimentos tecnológicos são controversos e improváveis nesse campo, que é constantemente rotulado por muitos como “ilegítimo” (Clarke, 1998).

A importância da linguagem no processo de produção do conhecimento nas ciências exatas foi especialmente enfatizada por

Michael Mulkay e Harry Collins com seu “modelo do discurso” dos Estudos Sociais da Ciência e colocado no contexto da pesquisa social interpretativa. Mulkay e Collins analisaram os processos de comunicação e construção do consenso dentro da gênese científica da interpretação e do conhecimento (Mulkay, 1979; Collins & Pinch, 1993). A produção do conhecimento científico é aqui entendida como resultado de negociações linguísticas. Contrariando o pressuposto de que o conhecimento das ciências exatas seria determinado pelas relações físicas do mundo e não pelo social, Mulkay reitera a partir do interacionismo simbólico ou do paradigma interpretativo os processos de interpretação e negociação, nos quais a objetividade do conhecimento científico é socialmente fixada.⁹⁷

Em especial, o pressuposto central de que o conhecimento científico se baseia em uma representação direta do mundo físico tem recebido críticas de vários lados. Por exemplo, afirmações factuais têm demonstrado depender de pressupostos especulativos. Observações têm demonstrado ser guiadas por categorias linguísticas. E a aceitação de manifestações de conhecimento tem demonstrado envolver critérios indeterminados e variáveis. O conhecimento científico oferece, portanto, necessariamente um relato do mundo físico que é mediado pelos recursos culturais disponíveis; e esses recursos não são de forma alguma definitivos. A indeterminação de critérios científicos, o caráter inconclusivo das reivindicações gerais do conhecimento científico, a dependência de

⁹⁷ Com base nessa posição do interacionismo simbólico, Harry Collins e Steven Yearley criticaram a teoria ator-rede no início dos anos 1990 como uma “recaída em um conceito positivista de ciência já superado” (Collins & Yearley, 1992). Anselm Strauss (1991d) critica a “parcialidade da teoria ator-rede”: Latour se preocupa apenas com as estratégias dos cientistas, sem ver que essas, por sua vez, são integradas nas estratégias de outros agentes (por exemplo, políticos). É por isso que Strauss propõe os conceitos analíticos de arena ou de mundo social para a investigação de processos de negociação. A respeito da posição de Latour e suas críticas ao interacionismo simbólico, ver Latour (2007; 2008).

tais reivindicações dos recursos simbólicos disponíveis indicam que o mundo físico poderia ser analisado perfeitamente de forma adequada por meio da linguagem e de pressupostos bastante diferentes daqueles empregados na comunidade científica moderna. Não há, portanto, nada no mundo físico que determine de forma única as conclusões dessa comunidade. É claro que é autoevidente que o mundo externo exerce uma restrição sobre as conclusões da ciência. Mas essa restrição opera através dos significados criados pelos cientistas em suas tentativas de interpretar o mundo. Esses significados, como vimos, são inerentemente inconclusivos, continuamente revisados e em parte dependentes do contexto social, no qual a interpretação ocorre. Se essa visão, central para a nova filosofia da ciência, for aceita, não há outra alternativa senão considerar os produtos da ciência como construções sociais, como todos os outros produtos culturais. De acordo com isso, parece haver todos os motivos para explorar até que ponto e de que forma o conhecimento científico está condicionado ao seu meio social, como a mudança de significado se dá e como o conhecimento é utilizado como um recurso cultural em tipos variados de interação social (Mulkay, 1979, p. 60).

Mulkay chama a atenção dos estudos da ciência para a retórica dos discursos científicos, bem como para os processos de negociação entre os cientistas participantes, nos quais interpretações reconhecidas de dados específicos são geradas e estabelecidas. Não se trata aqui de uma reação causada pela situação social do cientista sobre o conteúdo do conhecimento científico: “Uma formulação geral muito melhor seria de que o conhecimento científico é estabelecido por processos de negociação, ou seja, pela interpretação dos recursos culturais no curso da interação social” (Mulkay, 1979, p. 95).

Além de análises do desenvolvimento científico e tecnológico em diferentes campos, essa variante do interacionismo simbólico também inspirou estudos sobre a “medicalização” do comportamento, por exemplo, no estudo de Peter Conrad sobre a interpretação médica do “comportamento desviante” de crianças na forma de TDAH ou para substituir a categoria moral da “maldade” pela categoria médica de “patologia” (Conrad & Schneider, 1980; Conrad & Potter, 2000; Conrad, 2005a; 2005b). Em um estudo pioneiro sobre a estrutura e as consequências das classificações, Bowker e Star (2000) analisaram, por um lado, definições de doenças da OMS e, por outro, também as classificações raciais no regime do *apartheid* na África do Sul. Eles puderam demonstrar como princípios de classificação idealistas entram em conflito com práticas de classificação social.⁹⁸

Trata-se do nível concreto das situações sociais, dos pequenos grupos, das organizações, redes e arenas, “onde a ação está” (Harrington & Fine, 2006).⁹⁹ Já em 1947, Herbert Blumer havia defendido que a sociologia das organizações partisse de pessoas que realmente sentem, experimentam, agem, calculam, lutam, e não de “membros neutros”: organizações são “povoadas” e “habitadas”, mesmo que a pesquisa das organizações muitas vezes não leve isso em consideração (Hallett *et al.*, 2009, p. 489).

No contexto do interacionismo simbólico, um dos mais importantes protagonistas da atualidade é Gary Alan Fine, que se aproximou a partir da “abordagem da ordem negociada”, proposta por Strauss (ver acima), de realidades organizacionais em diversos estudos, que compreenderam desde escolas de Ensino Médio, beisebol, arte amadora

⁹⁸ Susan Leigh Star (1954-2010) escreveu numerosos artigos sobre a pesquisa científica e tecnológica inspirada no interacionismo simbólico. Entre outras coisas, ela cunhou de forma crucial o termo “objeto de fronteira”, que se encontra na fronteira entre diferentes perspectivas interpretativas. Ver Star & Griesemer (1989).

⁹⁹ Aludindo ao título do ensaio de Erving Goffman: “Where the action is” (“Onde a ação está”).

(de Howard Becker), estudo de jogos de fantasia (Fine, 1983)¹⁰⁰ até a exigência assustadoramente complexa de organizar uma cozinha de restaurante (Fine, 1996) e a produção meteorológica do “conhecimento da previsão do tempo” (Fine, 2007).

A análise sobre cozinhar em restaurantes foi realizada, por exemplo, com base em um mês de observação constante e numerosas entrevistas em quatro restaurantes (em Minneapolis e St. Paul). No que corresponde ao conteúdo, não se trata apenas da prática concreta do trabalho, mas também de questões de estética do cozinhar e comer. A respeito dessas questões, ele explica:

O que significa para cozinheiros e *chefs* estar trabalhando? Como os cozinheiros lidam com o desafio que surge da estrutura da profissão? Como os cozinheiros estruturam seu tempo de trabalho, atendendo às exigências explícitas e implícitas da gerência e dos clientes, enquanto mitigam os componentes desagradáveis do trabalho culinário? Essa questão – a interação de agência e estrutura – é abordada nos cinco primeiros capítulos. Minha análise começa com um exame microssociológico do trabalho dentro da cozinha, expandindo o foco para questões socioeconômicas mais amplas. À luz da estrutura em que estão inseridos, ao analisar as profissões, eu trabalho de baixo para cima – descrevendo escolhas comportamentais, fundamentadas nas demandas locais, antes de discutir o lugar da profissão na organização e na economia. Os ritmos de trabalho criam e são criados pela estrutura do local de trabalho. A realidade vivenciada de um trabalho consiste em sua qualidade padronizada: saber o que é esperado em minutos, horas, dias

¹⁰⁰ Com frequência, estudos na tradição do interacionismo simbólico trataram de questões da rotina diária, da formação, das imposições e mudanças de identidade. Em seu estudo clássico sobre esse assunto, Stanley Cohen e Laurie Taylor (1977) discutem as “tentativas de fuga” momentâneas e mais prolongadas da rotina cotidiana, como, por exemplo, na forma de devaneios e das mais variadas fantasias.

e semanas de trabalho. [...] O caráter artístico e a definição do trabalho é central para minha análise, uma preocupação rara em muitos discursos sociocientíficos. [...] A alimentação envolve mais dimensões sensoriais do que qualquer outra forma de arte, exceto, talvez, a “arte” do amor. [...] A partir de uma perspectiva organizacional, os cozinheiros têm de ceder ao servir seus clientes. Nem todos os pratos são economicamente ou moralmente viáveis em uma cozinha. [...] Em um restaurante, os cozinheiros devem estar cientes das exigências que lhes são impostas pelos padrões de gosto dos clientes, restrições de tempo e a economia da indústria dos restaurantes. Essas características limitam o que é possível de criar (Fine, 1996, p. 12).

3.3.7 Sexo

Os interacionistas simbólicos – assim como fica claro nos estudos no campo da medicina de Anselm Strauss acima mencionados, entre outros – também estão interessados no corpo humano, em sua experiência do cotidiano ou fora dele, assim como em sua representação.¹⁰¹ No início dos anos 1970, surgiu no contexto do interacionismo simbólico um cenário dinâmico de pesquisas sobre a vivência da sexualidade. As pesquisas em questão tomaram em especial a “teoria dos roteiros sexuais” como ponto de partida, a qual foi desenvolvida por John Gagnon e William Simon a partir do pensamento de Kenneth Burke, em seu extenso e inovador estudo sobre a conduta sexual (“Sexual Conduct. The Social Sources of Human Sexuality”) (Gagnon & Simon, 2004). Hoje, seu trabalho é tido como uma ampla perspectiva interacionista simbólica sobre a sexualidade (Jackson & Scott, 2010).

Gagnon e Simon estudaram em Chicago no início da década de 1960, quando os representantes da “segunda Escola de Chicago” haviam

¹⁰¹ Para uma visão geral dos vários aspectos, ver Waskul e Vannini (2006).

assumido seus postos de trabalho em outros locais. Mais tarde, ambos trabalharam em pesquisas sobre o comportamento sexual no Instituto Kinsey. A “conduta sexual” propõe uma fundamentação teórica sobre o comportamento sexual humano. Os roteiros sexuais criam uma relação específica dos componentes das situações, compreendendo as percepções corporais e as experiências dos indivíduos envolvidos. O conceito de roteiro se refere à relação dos elementos, que Burke chamou de componentes básicos das situações da ação humana (ato, cena, agente, forma da ação e motivações, cf. subcapítulo 3.3.2), e como ela se apresenta às vezes mais e às vezes menos consensual desde a perspectiva dos indivíduos envolvidos. Trata-se de uma espécie de estruturação dramatúrgica simbólica e de organização das situações, que orienta os processos de interação a partir de um projeto antecipado, mas que não determina a ação em todos os detalhes, mantendo espaços em aberto, os quais precisam ser preenchidos em situações concretas e que, por fim, também precisam ser permanentemente modificados ou substituídos de acordo com seu “ajuste”, avaliado de forma mútua ou unilateral (Gagnon, 2004, p. 59):

Esses roteiros fornecem o nome dos atores, descrevem suas qualidades, indicam os motivos do comportamento dos participantes e estabelecem a [sequência] de atividades apropriadas, verbais e não verbais, que devem ocorrer para que o comportamento se conclua com êxito e para permitir a transição para novas atividades. A relação desses roteiros com o comportamento concreto é bastante complexa e indireta (Gagnon, 2004, p. 114).

Se certos roteiros dos participantes forem suficientemente coordenados, o sexo em conjunto será possível. O que isso quer dizer? Imagine uma situação corriqueira de sauna em uma sauna mista. Pessoas de diferentes idades, com diferentes formas físicas e diferentes órgãos

sexuais se encontram nuas e suando em um espaço confinado (quase como num elevador). Um encontro como esse, de certa maneira tão incomum, não é uma situação sexual. Pelo menos todos os envolvidos estão trabalhando para evitar que tal situação não se transforme em uma situação sexual. Aos elementos desse trabalho de prevenção pertencem certamente elementos do enquadramento da situação (tais como a presença de funcionários da sauna vestidos, que servem uma “infusão benéfica à saúde”), mas também estratégias de autocontrole da exposição do corpo: assim como num elevador, o contato visual e o toque são evitados, mulheres cobrem o peito e sentam-se com as pernas bem cruzadas; os homens evitam se possível ereções.

Saunas seguem, em geral, um roteiro não sexual que faz referência ao relaxamento, à promoção da saúde, ao descanso etc. – uma situação completamente artificial de “sentir-se à vontade”. Tal situação, na qual várias pessoas se encontram nuas, também pode naturalmente ser encontrada na forma de sexo grupal e orgias, e para as quais as saunas certamente podem ser usadas. Nesse caso, trata-se de encontros sexuais que seguem outro roteiro: nudez e suor tornam-se o estímulo das fantasias e da excitação, observações corporais e toques recíprocos são permitidos, representações físicas e verbais de excitação convincentes são desejadas. John Gagnon apresenta outro exemplo, cuja apenas a parte inicial é aqui reproduzida:

Consideremos um homem jovem e uma mulher jovem que se encontram em uma relação social que vai resultar em relações sexuais. Ela é voluntária e não envolve a troca direta de dinheiro. Ela culmina de uma série ampla de experiências entre eles e que eles reconhecem mutuamente como sendo suscetíveis de levar a relações sexuais em seu estágio no ciclo de vida. Deixe-me especificar ainda que nenhum deles é muito experiente em concluir uma atividade sexual em relações sexuais, mas eles são o resultado tipicamente convencional da socialização da

classe média e da classe trabalhadora no que diz respeito à *performance* sexual na sociedade dos Estados Unidos. Isso sugere que ambos possuem pelo menos uma versão fragmentada da sequência de atividades que eles irão realizar, mesmo que possuam pouca prática. [...] Eles começarão a se tocar enquanto ainda estejam vestidos [...]. O casal começará por beijar-se [...] (Gagnon, 2004, p. 64).

Outros desenvolvimentos da teoria dos roteiros sexuais podem ser encontrados, por exemplo, no trabalho do sociólogo britânico Ken Plummer (1995) sobre o relato de “histórias sexuais” ou no trabalho dos sociólogos britânicos Sue Scott e Stevi Jackson. Esses últimos defendem, com base em diferentes estudos sobre as experiências sexuais de mulheres jovens, como, por exemplo, em seu ensaio “Faking like a woman” (“Fingindo como uma mulher”) (Jackson & Scott, 2007; 2011), a análise de encontros sexuais, tanto no que diz respeito à maneira como representamos nosso prazer para os outros quanto como percebemos ou interpretamos o prazer do(s) outro(s). Isso porque ainda vivemos em uma cultura – com exceção dos enclaves modernos da Internet – na qual se conhece ainda relativamente poucos lugares e situações nas quais o conhecimento sexual do corpo pode ser adquirido e transferido em encontros diretos não sexuais. No entanto, estão presentes na coordenação interativa concreta dos encontros sexuais tanto expressões físicas como interpretações relacionadas a elas, que precisam ser coordenadas e “negociadas” entre si.

O conhecimento corporal e as técnicas corporais necessárias são transmitidos em grande medida pela mídia, seja por intermédio de reportagens fotográficas e de aconselhamento sexual em revistas para jovens ou sob a forma de pornografia e pela enxurrada de livros sobre aconselhamento sexual, que não apenas têm conquistado o mercado de livros como também, especialmente, as “revistas femininas” na última década. Um exemplo bem conhecido de tais padrões de comportamento no cinema pode ser encontrado na sequência extraída

por Jackson e Scott do filme *Harry e Sally*, de Rob Reiner, de 1989, na qual a atriz principal finge de forma convincente um orgasmo diante do seu companheiro de mesa em um restaurante, demonstrando que ele não consegue distinguir orgasmos femininos reais de orgasmos falsos. Esta e muitas outras cenas oferecem roteiros que podem ser usados na experiência sexual individual para organizar os próprios encontros sexuais. Assim, a literatura dos conselhos sexuais recomenda, portanto, que as mulheres finjam um orgasmo se necessário for, seja para recompensá-lo pelos “seus” esforços na atividade sexual, seja para dar um fim aquilo de forma rápida, dada tamanha decepção.¹⁰²

3.3.8 Perspectivas futuras: interacionismo simbólico, pós-estruturalismo, estudos culturais & Co

Na última década, vimos muitos desdobramentos e conexões entre o interacionismo simbólico e outras tradições teóricas. Esses desenvolvimentos, dos quais apenas alguns podem ser mencionados a seguir, apresentam diferentes tônicas. Norman Denzin, um dos principais representantes de uma pesquisa social qualitativa interpretativa crítica, une a tradição do interacionismo simbólico com desenvolvimentos em teorias pós-estruturalistas e com estudos culturais, entre outros, em seus trabalhos sobre a análise de filmes e dos meios de comunicação, como também sobre a “sociedade cinematográfica”. Especialmente, a partir da crítica das práticas interpretativas “objetivistas” ou “cientificistas”, que se desdobraram no contexto do debate filosófico sobre pós-modernismo e pós-estruturalismo, ele ganha argumentos para uma abordagem qualitativa radical, que não mais se entrega a “sonhos positivistas”.

Mais recentemente, após estudos sobre a indústria do álcool, emoções e alcoolismo, representação racial no cinema etc., Denzin tem

¹⁰² A revista *Sexualities* publicou um grande número de artigos sobre os esforços da “atividade sexual” contemporânea. No contexto do interacionismo simbólico, ver Douglas (1988) e Douglas *et al.* (1977). Os trabalhos de Jean Claude Kaufmann sobre sexualidade também apresentam grande afinidade com o paradigma interpretativo. Ver, por exemplo, Kaufmann (2010).

defendido, em especial, uma pesquisa social eticamente comprometida, que está, por um lado, consciente da performatividade de seu próprio discurso e que utiliza, por outro, procedimentos das ciências sociais (etnografia, entrevistas) para tomar partido e, assim como a já existente pesquisa-ação, produzir juntamente com seus sujeitos de investigação por meio de procedimentos dialógicos formas científicas de afirmação, que intervêm diretamente em situações sociopolíticas (Denzin¹⁰³, 1992; 1987; 1984; Winter & Niederer, 2008).

Repetidamente, ocorrem encontros entre os estudos culturais e o interacionismo simbólico (por exemplo, Becker & Mccall, 1990; Denzin, 1992; Crane, 1994; McCarthy, 1996). Deve-se destacar, primeiramente, que os próprios estudos culturais se desenvolveram sob a influência ou ao longo da recepção do interacionismo simbólico:

Os estudos culturais receberam em terras americanas sua expressão mais poderosa com John Dewey e na tradição do interacionismo simbólico, que se desenvolveu em termos gerais a partir do pragmatismo americano. Foi Robert Park, aluno de Dewey, quem forneceu a mais poderosa análise da cultura de massa, que foi adaptada às circunstâncias deste país (Carey, 1989, p. 96, como referido em Denzin 1992, p. XIII).

As respectivas influências ficam evidentes em um estudo etnográfico de Paul Willis (1979; 1991), publicado em meados da década de 1970 sobre a cultura de resistência de jovens britânicos do meio operário nas escolas. No entanto, isso também fica evidente quando Stuart Hall faz referência às diferentes possibilidades de interpretação dos atores sociais ao lidarem com imposições identitárias ou com objetos da indústria cultural (Hall, 1997; Winter, 2001). Enquanto os protagonistas dos estudos culturais se

¹⁰³ Além de inúmeras publicações e trabalhos de pesquisa social qualitativa.

tornaram mais recentemente críticos da autocompreensão (aparentemente) “acrítica” do interacionismo simbólico e de sua prática de pesquisa e interpretação, os últimos permaneceram céticos em relação ao estilo de análise aparentemente “arbitrário” dos primeiros.

Reiner Keller (2005) e Adele Clarke (2012) também tomam o interacionismo simbólico como seu ponto de partida. Enquanto Keller o combina com a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (cf. abaixo), bem como com a perspectiva do discurso de Michel Foucault, Clarke também relaciona os pressupostos básicos da teoria fundamentada com o conceito de discurso de Foucault, assim como com tradições teóricas feministas ou também pós-modernas. Ambas as abordagens enfatizam de diferentes maneiras a importância dos discursos para a pesquisa social qualitativa e advogam por uma expansão correspondente dos instrumentos metodológicos e questões metodológicas. Keller se concentra na investigação das relações sociais do conhecimento e das políticas do conhecimento sob a forma de discursos. Clarke tem suas ferramentas analíticas voltadas para as “situações”, que, no entanto, não são mais vistas como unidades locais-espaciais isoladas, mas, sim, como unidades históricas e socio-espaciais amplamente inseridas em contextos discursivos.

3.4 Balanço e atualidade do interacionismo simbólico

De fato, visto dessa maneira, o interacionismo não só está vivo e bem, mas é um dos principais campos sociológicos de investigação e fonte de recursos conceituais. O reconhecimento disso abriria uma série de estudos importantes que poderiam informar em primeira mão, ao invés de filtros de observações, o trabalho contemporâneo. Em relação ao futuro da sociologia e da sociedade em que vivemos, as preocupações do interacionismo estão se tornando cada vez mais importantes. Nessa medida, todos nós somos interacionistas agora (Atkinson & Housley, 2003, p. 175).

Hoje somos todos interacionistas, assim como Atkinson e Housley (2003, p. 144) formularam, ou nós vivenciamos isso (continuando Atkinson e Housley) em todos os lugares – especialmente nas correntes que são atribuídas ao pós-modernismo ou ao pós-estruturalismo –, uma “reinvenção” de ideias interacionistas esquecidas (Atkinson & Housley, p. 178)? E mais: isso não é ainda mais surpreendente quando consideramos que as empresas teóricas de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu auxiliaram a desacreditar o interacionismo simbólico porque o entenderam mal e o desqualificaram como “microsociologia”?

Em seu balanço do “triste declínio, desaparecimento e glorioso triunfo do interacionismo simbólico”, Gary Alan Fine (1993; 1991) realiza uma avaliação que talvez também se aplique ao mundo de língua alemã. A morte de Herbert Blumer, em 1986, e com isso o desaparecimento da figura simbólica, marcou também o fim de uma posição teórica explícita e identificável do interacionismo simbólico. Em contrapartida, a fase seguinte e, portanto, atual, se caracterizou pelo fato de que os interacionistas simbólicos passaram a buscar referências em outros diversos paradigmas teóricos. E mais: o “glorioso triunfo” do interacionismo simbólico, reconhecível apenas à segunda vista, consiste no fato de que muitas novas tradições teóricas – como o neoinstitucionalismo de John Meyer (Hasse & Krücken, 2005) ou o já mencionado pós-estruturalismo – adotaram suas premissas básicas e as integraram de tal forma que sua origem não pode ser mais percebida:

Se o objetivo da interação simbólica é manter-se a si mesmo como um movimento de oposição distinto, então ela falhou, com cada vez mais *outsiders* tratando de questões centrais e cada vez mais *insiders* pisando fora dos limites, sem se importar com seus distintivos de coragem. Mas se o objetivo final é desenvolver a abordagem pragmatista da vida social – uma visão do poder de criação e interação de símbolos – então a interação simbólica triunfou gloriosamente (Fine, 1993, p. 81).

O interacionismo simbólico passou, portanto, não mais a existir como um “contramovimento” distinto, mas, sim, havia dado à abordagem pragmatista uma importância teórica ampla e geral (Fine, 1993, p. 81). No entanto, como explicado, ainda existem numerosos estudos que partem diretamente do interacionismo simbólico. Eles compreendem uma ampla gama de temas, começando com estudos sobre processos de formação e representação da identidade, sentimentos e o trabalho das emoções, construção social dos comportamentos e dos problemas sociais desviantes, sociologia da arte, análise das organizações e da ação coletiva, análise do poder, questões de tradições sociológicas feministas e críticas, pesquisa do discurso até empréstimos ao pós-estruturalismo e aos estudos culturais (Sandstrom *et al.*, 2001; Denzin, 1992; Dennis & Martin, 2005; Keller, 2005; Clarke, 2012).

Especialmente a acusação de uma “micro-orientação”, que muitas vezes é levantada contra essa tradição teórica e cuja legitimidade sempre esteve em discussão, não pode ser sustentada dessa forma. Revistas como *Symbolic Interaction* ou a *Society for the Study of Symbolic Interaction*, bem como os livros mais recentes sobre a história e a atualidade do interacionismo simbólico (Plummer, 1991a; 1991b), ou o *Handbook of Symbolic Interactionism*, de 1.200 páginas de Reynolds e Herman-Kinney (2003), ou as introduções teóricas específicas (por exemplo, Charon, 2006 e Sandstrom *et al.*, 2006), que até agora quase não foram citadas na Alemanha, falam pela vivacidade desse paradigma (Joas & Knöbl, 2004; 2009; Maines, 2001).

Há alguns anos, o interacionismo simbólico, ou mais especificamente as obras de Howard Becker, vem experimentando um forte *boom*, especialmente na França. Nesse contexto, Becker apontou a afinidade dos pressupostos básicos do interacionismo simbólico com a teoria ator-rede de Bruno Latour (mesmo que o próprio Latour tenda mais para uma delimitação polêmica; cf. Bourmeau & Heurtin, 1997):

Parece-me que o interacionismo simbólico, mais do que qualquer outra perspectiva sociológica, descreve claramente as intrincadas inter-relações entre o indivíduo e a sociedade: a sociedade produz o indivíduo pela criação do *self*, da mente, dos símbolos, do outro generalizado, das perspectivas e da assunção dos papéis simbólicos. Por outro lado, é o indivíduo humano que produz a sociedade humana pela interpretação ativa, autodirecionamento, assunção dos papéis, alinhando seus próprios atos com os dos outros e se comunicando. Ao considerar o humano como inteiramente social e simbólico, e ao descrever as formas complexas que levam a isso, o interacionismo simbólico dá uma contribuição importante para a perspectiva sociológica. [...] O interacionismo simbólico é uma perspectiva. Como todas as outras perspectivas, ele é limitado porque precisa focar em alguns aspectos da realidade e ignorar ou dar menos ênfase a outros. Ele é diferente de todas as outras perspectivas científicas sociais e é, em parte, uma crítica às direções tomadas por essas outras perspectivas. O interacionismo simbólico questiona o determinismo que prevalece em grande parte nas ciências sociais. Ele tenta mostrar que a possibilidade de liberdade existe apenas por meio do uso de símbolos, do *self* e da mente. E ao invés de assumir cegamente que os seres humanos são, na verdade, livres, o interacionismo simbólico mostra muitos dos limites da liberdade. A liberdade é uma questão complexa; para os interacionistas simbólicos, sua existência é possível, mas é sempre limitada (Charon, 2006, p. 228).

Sugestões de literatura: fundamentos e desenvolvimentos do interacionismo simbólico

Atkinson, P. A., & Housley, W. (2003). *Interactionism*. London: Sage. [Discussão sobre a importância do interacionismo simbólico na sociologia britânica.]

Blumer, H. (2000). *Selected works of Herbert Blumer. A public philosophy for mass society*. In S. M. Lyman, & A. J. Vidich (ed.), Urbana: University of Illinois Press [1988]. [Seleção de ensaios com textos antigos.]

Blumer, H. (1969d). *Symbolic interactionism. Perspective and method*. Engelwood Cliffs: Prentice-Hall. [Seleção de ensaios com textos importantes.]

Charon, J. M. (2006). *Symbolic interactionism. An introduction, an interpretation, an integration* (9th ed.). Upper Saddle River: Prentice Hall. [Introdução ao interacionismo simbólico contemporâneo.]

Clarke, A. E. (2012). *Situationsanalyse. Grounded Theory nach dem Postmodern Turn*. Wiesbaden. VS Verlag für Sozialwissenschaften [2005]. [Ampliação da teoria fundamentada a partir da análise do discurso.]

Coelho, M. C. (2013) (org.). *Estudos sobre interação. Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ. [Livro contendo importantes textos de autores do interacionismo simbólico: Hughes, Blumer, Goffman, Hochschild, entre outros.]

Fine, G. A. (ed.). (1995). *A second Chicago school? The development of a postwar American sociology*. Chicago: University of Chicago Press. [Contribuições a respeito da diversidade de perspectivas dentro do interacionismo simbólico.]

Fine, G. A. (1993). The sad demise, mysterious disappearance, and glorious triumph of symbolic interactionism. *Annual Review of Sociology*, 19, 61-87. [Discussão da história de sucesso do interacionismo simbólico.]

Fine, G. A. (1991). Symbolic interactionism in the post-Blumerian age. In G. Ritzer (ed.), *Frontiers of social theory. The new syntheses* (pp. 117-157). New York: Columbia University Press. [Visão geral sobre os desenvolvimentos do interacionismo simbólico na atualidade.]

Fine, G. A., & Keller, R. (2021). Tiny Publics and Social Worlds – Toward a Sociology of the Local. *Gary Alan Fine in Conversation with Reiner Keller* [66 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 22(1), Art. 8. Doi: <http://dx.doi.org/10.17169/fqs-22.1.3629>. [Entrevista com Fine.]

Keller, R. (2010). El análisis del discurso basado en la sociología del conocimiento (ADSC). Un programa de investigación para el análisis de relaciones sociales y políticas de conocimiento [57 párrafos]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 11(3), Art. 5. Retirado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs100352>.

Keller, R. (2005). *Wissenssoziologische Diskursanalyse. Grundlegung eines Forschungsprogramms*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Conexão entre perspectivas do interacionismo simbólico com considerações teóricas/analíticas do discurso e do construtivismo social.]

Maines, D. R. (2001). *The faultline of consciousness: A view of interactionism in sociology*. New York: de Gruyter. [Discussão sobre a relevância sociológica do interacionismo simbólico.]

Plummer, K. (2000). A world in the making: Symbolic interactionism in the 20th century. In B. Turner (ed.), *A companion to social theory* (pp. 193-222). Oxford: Blackwell. [Discussões sobre desenvolvimentos atuais.]

Plummer, K. (ed.) (1991a). *Symbolic interactionism*. Vol. I: Foundations and history. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited. [Contribuições a respeito dos fundamentos teóricos e da história do interacionismo simbólico.]

Plummer, K. (ed.) (1991b). *Symbolic interactionism*. Vol. II: Contemporary issues. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited. [Contribuições

acerca dos desenvolvimentos e das aplicações do interacionismo simbólico na atualidade.]

Rose, A. M. (ed.) (1962). *Human behavior and social process. An interactionist approach*. London: Routledge. [Contribuições sobre o interacionismo simbólico.]

Sandstrom, K. L., Martin, D. D., & Fine, G. A. (2006). *Symbols, selves, and social reality. A symbolic interactionist approach to social psychology and sociology* (2. Aufl.). Los Angeles: Roxbury Publishing Company. [Introdução ao atual interacionismo simbólico.]

Revista

Symbolic Interaction. Journal of The Society for the Study of Symbolic Interaction.

Website

Society for the Study of Symbolic Interaction (SSSI). (2022). *Home*. Retrieved from <http://www.symbolicinteraction.org/>.

Exercícios

- Como Mead explica a transição do gesto para o símbolo significativo?
- Pense em exemplos de gestos reflexivos humanos e discuta até que ponto eles estão integrados em um contexto geral de interação.
- Por que Mead fala do *self* como uma “estrutura social”?
- Quais são as relações fundamentais da socialização de acordo com Mead? Dê exemplos.
- Durante a Copa do Mundo de Futebol de 2006, o jogador francês Zinedine Zidane deu uma cabeçada num jogador

do time adversário que, provavelmente, o havia insultado, o que levou a sua própria expulsão e talvez até à derrota de sua própria equipe. Esse é um exemplo de reação do “eu” ou do “self” de Zidane? Justifique sua resposta.

- Explique as premissas básicas do interacionismo simbólico dando exemplos e fazendo referência às ideias de Mead.
- Como o interacionismo simbólico concebe a relação entre as interações e as formações sociais mais amplas?
- Para quais casos de comportamento desviante a perspectiva do interacionismo simbólico pode ser aplicada?
- Que questões são levantadas pelo interacionismo simbólico em tais casos? Encontre exemplos nos quais o interacionismo simbólico não pode ser aplicado e justifique sua resposta.
- Explique como os problemas sociais surgem segundo a perspectiva do interacionismo simbólico, dando um exemplo de sua própria escolha.
- Até que ponto as organizações podem ser entendidas como “negociações permanentes”? Discuta suas considerações usando um exemplo concreto.
- Desenvolva um pequeno projeto de pesquisa no qual você irá analisar, a partir da perspectiva do interacionismo simbólico, como uma jovem banda produz e executa sua música, ou como um casal se certifica de que estão apaixonados um pelo outro, ou com base em quais interpretações podemos explicar o funcionamento de um seminário na universidade, um culto religioso ou um jogo de futebol?
- Como você teria que proceder para realizar sua pesquisa de forma concreta? Experimente.

4

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO SOCIAL CONSTRUTIVISTA

MAIS OU MENOS NO MESMO PERÍODO, no qual a geração de “jovens rebeldes” vindos da Escola de Chicago se propôs a desenvolver uma sociologia simbólica interacionista do concreto, o fenomenologista social austríaco Alfred Schütz estava trabalhando na sua fundamentação da sociologia na New School for Social Research, nos Estados Unidos. Schütz, que era de Viena, havia começado ainda lá a trabalhar em cima dos fundamentos teóricos da sociologia compreensiva de Max Weber, recorrendo à fenomenologia filosófica de Edmund Husserl e Henri Bergson. Por causa da ameaça de perseguição aos judeus pelo nacional-socialismo, ele foi forçado a emigrar. Em terras americanas, entrou em contato com a filosofia do pragmatismo e a teoria da ação de Parsons, entre outros, e tentou, primeiramente, entrar em uma discussão sobre conceitos sociológicos da ação com Talcott Parsons, o qual estava trabalhando em uma “teoria geral do sistema da ação” (Junge, 2007); no entanto, essa tentativa fracassou devido à grande discrepância entre as duas abordagens.

Cada vez mais, Schütz estava interessado na relação entre, de um lado, a constituição da experiência do mundo na consciência individual e, de outro, as condições sociais desse processo de constituição na forma de estoques de conhecimento e de signos socialmente produzidos e individualmente adquiridos ou disponíveis. Em certa medida, trata-se da análise dos processos da consciência, os quais acabaram ficando em segundo plano nos trabalhos de Mead devido à primazia dada à teoria da produção interativa de símbolos significativos. Nesse sentido, Schütz fala de “signos”, de “relevância interpretativa” e de “conhecimento”, não no sentido geral dos símbolos, como faz Mead.¹⁰⁴

A partir de Schütz e recorrendo a várias tradições das ciências sociais europeias associadas aos nomes de Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Mannheim (1893-1947), mas também fazendo referência à teoria da socialização de Mead, dois alunos de Schütz, Peter L. Berger e Thomas Luckmann, desenvolveram uma “teoria da sociologia do conhecimento”, a qual publicaram em meados da década de 1960 sob o título de *A construção social da realidade*. Embora essa teoria tenha muitos paralelos com o interacionismo simbólico, ela difere dele de duas maneiras: em primeiro lugar, em vez de “símbolos significativos”, ela fala de *conhecimento social* ou de *estoques coletivos de conhecimento* produzidos em sociedades historicamente concretas. Em segundo lugar, concebe a sociedade como um duplo processo permanente de institucionalização social e de aquisição individual de tais estoques de conhecimento.

A tradição da sociologia do conhecimento que dela surge moldou os debates sobre o “construtivismo social” nos países anglo-saxões. Nos países de língua alemã, Thomas Luckmann e Hans-Georg Soeffner (nascido em 1939), entre outros, foram aqueles que deram continuidade

¹⁰⁴ Há uma discussão para entender se as posições de Mead e de Schütz se complementam ou se contradizem. A primeira é defendida no presente trabalho. Ver, por exemplo, a entrevista de Jo Reichertz (2004) com Hans Georg Soeffner.

a tais ideias. A partir dela, seus alunos desenvolveram um programa teórico de uma “sociologia hermenêutica do conhecimento”. A seguir, serão apresentadas, primeiramente, os pressupostos iniciais de Schütz. Na sequência, a teoria da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann será explicada. Por fim, será realizado um breve balanço das contribuições e dos desenvolvimentos atuais dessa posição teórica.

4.1 Fundamentos sociofenomenológicos



Alfred Schütz (1899-1959)

Alfred Schütz nasceu em Viena em 1899. Ele estudou direito, economia e filosofia. Após concluir seu doutorado em direito, trabalhou inicialmente como advogado financeiro e banqueiro para vários bancos de Viena. Ao mesmo tempo, estava interessado nos fundamentos teóricos do programa weberiano de uma sociologia compreensiva e se debruçou sobre essas questões, depois de um longo período de leituras de Henri Bergson (1859-1941), especialmente a partir da filosofia de Edmund

Husserl (1859-1938), quem ele visitou com frequência em Friburgo a partir de 1932. Schütz encontra-se, portanto, na fronteira entre filosofia e sociologia. Seu livro que trata dos fundamentos da sociologia compreensiva (*A construção significativa do mundo social*) foi publicado em 1932.

Como Schütz era de família judia, ele teve que sair de Viena no contexto da tomada de poder pelo nacional-socialismo e da perseguição aos judeus. Após uma estadia de dezesseis meses em Paris, ele foi viver com sua família nos Estados Unidos em 1939. Lá continuou trabalhando como advogado comercial para um banco e, a partir de 1943, passou a lecionar como professor convidado na New School for Social Research, em Nova York, onde foi nomeado professor de sociologia e psicologia social em 1952. Outros projetos de livros permaneceram inacabados. Seu trabalho pode ser, portanto, conhecido, principalmente, por meio de ensaios.

Schütz morreu cedo, em 1959. Com base em manuscritos deixados por ele, Thomas Luckmann organizou os dois volumes de *Strukturen der Lebenswelt (Estruturas do mundo da vida)*, que contém uma seleção sistemática de muitos pressupostos básicos. Uma edição completa de seus escritos tem sido publicada pela UVK (Editora da Universidade de Konstanz) há vários anos.

Sugestão de literatura

Schütz, A. (2018). *A construção significativa do mundo social. Uma introdução à sociologia compreensiva*. Petrópolis: Vozes. [Explica o problema inicial: como funciona a “compreensão”. O livro como um todo analisa esse processo como resultado do uso de signos e do conhecimento, o que transforma a vivência em experiência.]

Schütz, A. (1981). *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1932] [Neuausgabe Konstanz 2004]. [Versão reeditada da obra original de *A construção significativa do mundo social*.]

Schütz, A., & Luckmann, T. (1979). *Strukturen der Lebenswelt* (2 Bd.). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Explica os pressupostos básicos que fundamentam o funcionamento da vida cotidiana; o volume como um todo discute a estruturação do conhecimento da experiência do mundo da vida.]

Srubar, I. (2008). Die pragmatische Lebenswelttheorie. In J. Raab *et al.* (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 41-52). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Fornece uma introdução densa e concisa à posição de Schütz.]

Literatura complementar

Eberle, T. S. (1999). Die methodologische Grundlegung der interpretativen Sozialforschung durch die phänomenologische Lebensweltanalyse von Alfred Schütz. *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 24(4), 65-90. [Breve apresentação sistemática da importância de Schütz para o paradigma interpretativo.]

Eberle, T. S. (1984). *Sinnkonstitution in Alltag und Wissenschaft. Der Beitrag der Phänomenologie an die Methodologie der Sozialwissenschaften*. Bern: Haupt. [Discussão detalhada dos fundamentos fenomenológicos e da importância do trabalho de Schütz para a sociologia compreensiva e para a etnometodologia.]

Endreß, M. (2006). *Alfred Schütz*. Konstanz: UVK. [Introdução à vida e obra.]

Hanke, M. (2002). *Alfred Schütz. Einführung*. Wien: Passagen. [Breve introdução à vida e ao trabalho, que evidencia também em particular as referências ao pragmatismo e se concentra na teoria dos signos de Schütz.]

Schütz, A. (1979). *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zahar. [Seleção de ensaios do autor.]

Schütz, A. (1971e). *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1. Das Problem der sozialen Wirklichkeit*. ed. von M. Natanson, Den Haag: Nijhoff. [Contém os ensaios e exemplos de análise mais importantes. Ver também as versões em inglês (Schütz, 1973d) e em espanhol (Schütz, 2003b; 2008).]

Schütz, A., & Luckmann, T. (2009). *Las estructuras del mundo de la vida*. (Biblioteca de sociología). Buenos Aires: Amorrortu. [Versão em espanhol de *Strukturen der Lebenswelt*.]

Schütz, A., & Luckmann, T. (1979). *Strukturen der Lebenswelt* (2 Bd.). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Apresentação geral da posição de Schütz.]

Srubar, I. (1988). Kosmion. Die pragmatische Lebenswelttheorie. In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 41-52). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Discussão extensa e ampla da posição de Schütz, com especial atenção às referências ao pragmatismo.]

Wagner, H. R. (1983). *Alfred Schütz: An intellectual biography*. Chicago: University of Chicago Press. [Faz referência especialmente à recepção norte-americana contemporânea da obra de Schütz.]

Nota: uma ampla edição completa das obras de Alfred Schütz pode ser encontrada na editora Herbert von Halem/Köln.

Para o aprofundamento da discussão sobre a fenomenologia e a sociologia

Raab, J. et al. (ed.) (2008). *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

The Alfred Schutz Archive Established in the Memory of Alfred and Ilse Schutz. (2022). Retrieved from <https://www.waseda.jp/Schutz/AlfredEng.htm>.

Crédito fotográfico

Alfred Schutz. (2022). In Wikibéral. Extrait de: https://www.wikiberal.org/wiki/%C3%89cole_autrichienne.

Schütz aborda, primeiramente, a fundamentação teórica da sociologia compreensiva de Max Weber. Weber havia definido a sociologia como “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. Ele entende por ação social toda a ação “que, quanto ao seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (Weber, 2012, p. 3). Esse sentido “visado” ou também “subjetivo”, que os atores atribuem às suas ações, é o que a sociologia precisa compreender. Tal necessidade se assemelha ao conceito de “definição da situação” apresentado acima, pois o sentido atribuído a uma ação está relacionado a uma percepção correspondente da situação da ação. De acordo com Weber, o sentido da ação pode ser compreendido sociologicamente a partir de “tipos ideais”, recorrendo aos diferentes tipos da ação social concebidos por ele, como, por exemplo, a ação referente a fins, a valores, afetiva e tradicional.

O sentido “visado” ou “subjetivo” é, portanto, um sentido “típico”. Não se trata de questionar realmente cada ação individual em relação aos “motivos subjetivos” atribuídos pelo ator, pensado, por assim dizer, como algo único. Isso pode ser facilmente ilustrado com um exemplo: se a sociologia quer investigar o sentido que estudantes atribuem a um seminário, então ela não precisa perguntar para cada pessoa de forma individual, mas, sim, assumir a existência de “motivações típicas” por trás do sentido subjetivo de assistir a um seminário. Seu número é bastante limitado: por exemplo, passar na prova, adquirir conhecimentos, contato com outros estudantes, mesmo que se possa ter desvios em casos individuais (“sentar ao lado da simpática garota/rapaz com

o cabelo ruivo para conhecê-la/lo”). Em seu estudo sobre a ética protestante, Weber também analisou as relações de sentido típicas-ideais da ação, a fim de compreender as consequências sociais dessas ações.

Weber falou de sociologia “compreensiva”, porém a questão se e como tal “compreensão” é possível não foi mais tratada por ele. Na verdade, essa questão parecia-lhe estar resolvida por meio da “ferramenta” de construção de tipos ideais e também pela capacidade de interpretação do cientista e, portanto, não apresentava ser mais um problema. No entanto, Schütz quis entender isso em detalhes: como é possível compreender, na vida cotidiana, o sentido que os outros atribuem às suas ações? E como a “compreensão” pode se tornar ao mesmo tempo um método científico? Para Schütz, a chave para responder essas perguntas está em explicar de que forma algo como o “sentido” é construído (*constituído*) na consciência individual e como as pessoas da vida cotidiana podem chegar à conclusão de que existem outros seres humanos que usam “sentido” de forma semelhante.

Schütz viu a possibilidade de desenvolver esse “tijolo de construção que ainda faltava” na sociologia compreensiva nas ideias filosóficas desenvolvidas no início do século XX pelo filósofo Henri Bergson (1859-1941) e, especialmente, pelo fenomenologista Edmund Husserl (1859-1938). Enquanto Schütz referiu-se a Bergson para analisar mais precisamente a estrutura temporal dos processos de consciência, a fenomenologia de Husserl foi mais além, ganhando uma relevância teórica geral para seu trabalho. A fenomenologia havia entrado no campo da filosofia – assim como o já mencionado pragmatismo – a fim de desenvolver uma saída para o “beco sem saída do cartesianismo”.

René Descartes (1596-1650) havia identificado o ponto de partida do conhecimento científico do mundo na existência de um eu solitário, que poderia duvidar de tudo, menos de seus pensamentos e de sua existência (“penso, logo existo”), e que se depara desde essa posição com o mundo objetivo e material, visando reconhecê-lo. Para os pragmatistas, essa ideia parecia irrealista demais. Eles substituíram

a dúvida abstrata pela dúvida prática, ou seja, a dúvida enraizada em situações concretas e problemas da ação, como ponto de partida para os processos de pensamento e descoberta (cf. acima subcapítulo 2.1).

Os fenomenologistas propuseram uma solução diferente para o problema de Descartes, partindo da intencionalidade ou da direcionalidade da consciência: a consciência humana é sempre a consciência de algo, isto é, a relação entre o pensamento e o mundo está envolvida na atividade da consciência. Portanto, o mundo não está completamente fora do pensamento. O que a fenomenologia visava, portanto, era a reflexão e a determinação precisa das características básicas dessa atividade da consciência. A partir daí, fica claro como o conhecimento humano e mais especificamente o conhecimento científico do mundo foi construído em estruturas sensoriais cada vez mais complexas.

Em Husserl, esse argumento pode ser entendido como “fenomenológico-transcendental”, na medida em que parte de uma análise da consciência, que separa o eu de todos os vínculos mundanos. Surge, então, o problema de como a experiência do mundo social, ou seja, a existência de outros, pode ser explicada desde essa “consciência transcendental” isolada. Enquanto Husserl toma um sujeito externo ao mundo, pensante e generalizado como o ponto de partida de suas reflexões, Schütz assume que esse sujeito (e, portanto, sua consciência) sempre existiu no mundo e, mais do que isso, em contextos sociais ou intersubjetivos. O conceito de “mundo da vida” desempenha aqui um papel importante. É desse modo que Husserl denomina o mundo da experiência sensorial, a forma como os objetos são percebidos e vivenciados por nós no espaço e no tempo e os experimentamos como dados na vida cotidiana.

Segundo Schütz, as ciências sociais precisam, então, partir da descrição das estruturas básicas desse “mundo da vida cotidiana”, ou seja, daquele nível da realidade que é tomado como dado pela “atitude natural” ou pelo “senso comum” (Schütz & Luckmann, 1979, p. 23). É por isso que sua posição é chamada “mundana” ou “social

fenomenológica”. Thomas Luckmann problematizou diversas vezes o fato de que a fenomenologia social não pode ser considerada “sociologia” no sentido próprio, mas, sim, uma “protossociologia”, isto é, a explicação pré-sociológica das condições básicas da pesquisa sociológica e do objeto sociológico. No entanto, o termo “sociologia fenomenológica” é frequentemente usado de forma equivocada – até mesmo em alguns livros introdutórios (por exemplo, Abels, 2005).

A argumentação de Schütz só será explicada aqui muito brevemente. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que ela pode ser entendida como complementar à fundamentação teórica do interacionismo simbólico realizada por Mead (cf. subcapítulo 3.1). Thomas Luckmann, por exemplo, falava de uma “certa afinidade eletiva” entre os dois pensadores (Bergmann & Hoffmann, 1985), e Maurice Natanson, estudante de Schütz, escreveu uma ampla dissertação sobre Mead sob orientação de Schütz.¹⁰⁵

Por um lado, Mead havia tratado da questão de como o surgimento de símbolos significativos pode ser explicado desde uma perspectiva histórica evolutiva e até que ponto sua existência pode ser derivada de processos de interação. Além disso, ele se referiu aos processos socializadores de aquisição, nos quais as identidades humanas e as habilidades do uso de símbolos são desenvolvidas. Por fim, ele analisou a importância dos processos de comunicação e dos “universos de discurso” sociais como pré-requisitos para o desenvolvimento da identidade e o uso pragmático e situacional do símbolo.

Antes de sua emigração para os Estados Unidos, Schütz havia se dedicado ao pensamento pragmatista de James, Dewey e também de Mead, aprofundando mais tarde essas discussões e recorrendo às tradições pragmatistas europeias (especialmente Max Scheler) (Schütz,

¹⁰⁵ Uma discussão sobre a relação de Mead com várias abordagens fenomenológicas pode ser encontrada em Bergmann e Hoffmann (1985); os fundamentos pragmatistas da teoria do *mundo da vida* de Schütz são explicados em Srubar (1988; 2007).

1971a, p. 331). Ele desenvolveu uma teoria explicando como a consciência socializada funciona de forma significativa, ou seja, como a intencionalidade do comportamento humano se constitui na consciência individual. Dessa forma, busca explicar, ao mesmo tempo, a relação existente entre a autocompreensão (*Selbstverstehen*) e a compreensão do sentido de outrem, a compreensão do outro (*Fremdverstehen*) mútua, isto é, como a constituição de sentido na consciência individual estabelece uma ponte com os demais agentes, ou quais são as condições da “intersubjetividade”. Assim como para Mead, o uso humano de símbolos e a existência de sistemas de signos, como a linguagem, desempenham um papel central. Na argumentação de Schütz é possível observar, no entanto, um salto: a transição para a “intersubjetividade” não é introduzida de forma argumentativa a partir da análise dos processos da consciência, mas é o resultado de um posicionamento: “o mundo da vida cotidiana é desde sempre intersubjetivo” (Schütz, 1971a, p. 360).¹⁰⁶

Schütz considerava, entretanto, que não havia uma solução para o problema da intersubjetividade na atitude fenomenológica transcendental. Por isso, ele defendia uma fenomenologia mundana, que operasse com toda uma série de pressupostos do senso comum da atitude natural: como, por exemplo, a tese geral do *alter ego*, a intersubjetividade do mundo da vida, um *a priori* sócio-histórico (que é ao mesmo tempo um *a priori* sociocultural), a origem social e a derivação social do estoque subjetivo de conhecimento, a ampla introdução das tipificações na linguagem, e assim por diante. Essas suposições

¹⁰⁶ Schütz (1971c, p. 331) realiza, aqui, sua discussão com base nas teorias de Alfred Whitehead, William James, Charles Morris, Ernst Cassirer, Susanne Langer, entre outros. Seu interesse pelo “motivo pragmático” da “atitude natural na vida cotidiana” e a incorporação das teorias pragmatistas de James, John Dewey ou George Herbert Mead guiam suas discussões e semiótica, que será apresentada mais adiante (Schütz, 1971b; 1971c). Além dos autores mencionados acima, também suas discussões com posições teóricas, como de Gottfried Wilhelm Leibniz, Max Scheler e Jean Paul Sartre, foram importantes para a elaboração de sua própria posição fenomenológica (Schütz, 1971e, p. 113).

mundanas criaram a possibilidade de integrar conceitos do pragmatismo americano na análise do *mundo da vida* em uma fase inicial, ainda mais quando Schütz passou a conceber o *mundo da vida* não apenas como constituído na consciência subjetiva, mas também como produzido pela ação humana recíproca (Eberle, 1999, p. 80).

Por fim, Schütz também aborda a questão que trata das semelhanças e diferenças entre a compreensão corriqueira na vida cotidiana e a interpretação sociológica, bem como do que faz dessa última um procedimento científico. A seguir, serão apresentados alguns argumentos a esse respeito, que são importantes para a fundamentação teórica da sociologia do conhecimento social construtivista. As considerações metodológicas sobre a relação entre a compreensão científica social e os processos cotidianos de compreensão – a “mais importante contribuição para a fundamentação metodológica da pesquisa social interpretativa” (Eberle, 1999, p. 65) – só poderão ser abordadas parcialmente.

4.1.1 A constituição de sentido na consciência

O problema inicial de Schütz trata da formulação insuficiente do conceito de sentido por Max Weber:

E nesse ponto ficam também evidentes as limitações do trabalho teórico de Max Weber. Sua análise do mundo social é interrompida em um estágio no qual apenas aparentemente foram evidenciados os elementos do fenômeno social em sua forma mais simples ou prescindível de redução. Porém, o conceito de ação individual significativa e – por conseguinte – compreensível, noção propriamente fundamental da sociologia compreensiva, não representa em absoluto fixação unívoca de um autêntico elemento do fenômeno social, mas apenas dá

nome a uma problemática com inúmeras ramificações e que exige aprofundamento. Weber não faz nenhuma distinção entre agir enquanto curso e ação executada, entre o sentido do produzir e o sentido do produto, entre o sentido do próprio agir e do agir alheio, isto é, entre vivências próprias e vivências de outrem, entre autocompreensão e compreensão do outro (Schütz, 2018, p. 26).

E um pouco mais adiante, ele continua:

As investigações logo a seguir buscam estabelecer, partindo de questões levantadas por Max Weber, uma conexão com as conclusões seguras a que chegam ambos os filósofos acima mencionados e, com auxílio da análise da constituição, determinar de forma exata o *fenômeno de sentido*. Somente depois de definido esse conceito fundamental estaremos em condição de investigar, em análises progressivas, a estrutura de sentido do mundo social e, desse modo, de consolidar o aparato metodológico da sociologia compreensiva em um âmbito mais profundo do que o alcançado por Max Weber (Schütz, 2018, p. 33).

Nas explicações anteriores sobre o interacionismo simbólico, mas também a partir daquilo que foi apresentado sobre a Escola de Chicago, fica evidente que os seres humanos diferem dos outros seres vivos na medida em que não estão condicionados a um mecanismo simples de estímulo-resposta controlado pelo instinto, mas, sim, que um processo de pensamento reflexivo ou interpretativo entre estímulos externos e sua reação surge: uma definição da situação que recorre a símbolos significativos. Nesse contexto, falou-se com frequência de “significado(s)”. E como podemos entender a forma pela qual a consciência individual “emprega” tais significados?

O ponto de partida de Schütz consiste aqui na reflexão de Henri Bergson sobre a corrente não refletida da consciência (“durée”), a

simples vivência, a qual forma a base dos processos de consciência antes de todo e qualquer voltar-se-para reflexivo. As vivências armazenam-se na consciência, elas se “sedimentam”. Ao mesmo tempo, a consciência está situada em um contexto espacial temporal, que a confronta constantemente com novas situações e gera uma tensão de consciência específica, uma “atenção à vida” (Bergson). Dessa forma, o *voltar-se-para* do eu torna-se suas vivências; elas já formam, então, uma “experiência”, na qual a consciência se direciona para algo (intencionalidade), e o sentido, em última instância, não significa nada mais do que relacionar tais experiências umas às outras.

O ponto de partida da constituição do sentido se encontra, portanto – de acordo com Schütz, a partir de Husserl e Bergson – nessa autoconfrontação da consciência com sua duração interna da vivência. Nesse processo, numerosas pequenas experiências ou atos de consciência – a isso se aplica o conceito de “politético” (Schütz, 2018, p. 110) – se juntam formando um todo “monotético”, um bloco firme e sólido de sentido, por assim dizer – assim como uma mesa nos parece sólida, embora na verdade ela seja composta de átomos e interstícios.

O conceito de “sentido” de Schütz refere-se, em primeiro lugar, ao modo de operação da consciência individual, isto é, a direcionalidade ou intencionalidade dos atos de consciência: consciência é sempre consciência de algo, portanto intencional em relação a um objeto (de qualquer tipo) e significativo (se também é “adequado” na compreensão da vida cotidiana, isso deixamos em aberto).

Na vida cotidiana, agimos constantemente de forma significativa, interpretamos situações, pessoas, coisas, ações e muito mais. Quando entro na cozinha e como uma maçã, é um ato totalmente significativo. Sinto fome e elaboro um pequeno plano de ação para enfrentar a fome. Ou seja, transformamos nossa *vivência sensorial* em *experiência significativa*. O primeiro passo das análises de Schütz faz, portanto, referência à questão de como um determinado “sentido” se constitui na consciência subjetiva. No segundo passo, ele discorre sobre a forma

como a consciência subjetiva interpreta as atividades de consciência de outrem, de um *alter ego* (as quais, por sua vez, não são diretamente acessíveis a ele). Trata-se da transição da autocompreensão para “a compreensão do outro”.

Por fim, Schütz está interessado no processo de surgimento de uma “estrutura de sentido do mundo social”, ou seja, como nossa percepção cotidiana autoevidente do “estar na sociedade” origina-se e pode, conseqüentemente, ser analisada.

Fiquemos, no entanto, na análise da construção de sentido na consciência individual. “Sentido” significa, segundo Schütz,

a designação de determinado direcionamento do olhar a uma vivência própria, que nós, imersos no simples viver no curso da duração, somente em um ato reflexivo podemos “destacar” ante todas as outras vivências na forma de uma vivência bem-circunscrita. “Sentido” designa, portanto, uma atitude específica do eu ante o curso da sua duração. Isso vale fundamentalmente para todos os níveis e estratos do significado (Schütz, 2018, p. 71-72).

A *atividade* da consciência é aquela que ocorre na consciência individual e que é seu próprio desempenho. “Sentido” reside, portanto, no *voltar-se-para* reflexivo do próprio agente, no fato de que ele ou ela, por assim dizer, “produz pensamentos” ou “preocupa-se”. Para entender como esse sentido se constrói e se constitui, Schütz aplica um método, que ele adota de Edmund Husserl, que envolve eliminar ou “colocar em parênteses” temporariamente todas as fontes de interferência do mundo externo e concentrar-se apenas nos elementos centrais do processo de consciência.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Sobre uma explicação desse método fenomenológico de “redução eidética”, ver Eberle (1984; 1999), assim como Kurt (2002) a respeito da “concepção do homem e do método da fenomenologia social”.

Anteriormente, havíamos, no entanto, mencionado que a fenomenologia pressupõe que a consciência sempre se refere a algo, ou seja, tem conteúdo. Esses *conteúdos* de consciência são de origem social. Desse modo, segundo Schütz, embora o sentido seja construído na consciência individual (esse é o aspecto da atividade), ele é em sua essência sempre *sentido social* (esse é o aspecto do conteúdo). O sentido transforma vivências inespecíficas em experiências específicas, precisamente significativas, que se sedimentam na consciência. O pressuposto de que a experiência reflexiva de *voltar-se-para* a vivência não ocorre em um sujeito que se encontra fora das relações de mundo corresponde à transição da argumentação fenomenológica transcendental para a “fenomenológica mundana”. No contexto de sua “visão de mundo natural”, o “eu” recorre ao conhecimento e ao pré-saber individual e coletivo para transformar sua vivência em experiência e ação significativas.

A rigor, é um tanto problemático falar do “eu” que faz isto ou aquilo. Mais precisamente, trata-se de que tudo isso é feito “pela consciência” ou simplesmente “acontece na consciência”. As atividades de consciência mencionadas ocorrem, na maioria das vezes, de forma não consciente e, no que diz respeito à possibilidade de percepção, elas não se limitam apenas e de forma alguma e exclusiva à consciência. Assim, uma corrente de pequenas percepções subliminares flui de forma ininterrupta, a qual normalmente apenas se transforma em reflexão ou “pensamento consciente” quando as ações requerem atenção especial ou quando encontramos situações que funcionam como irritações e distúrbios.

Em certa medida, a própria ação pode ser também entendida como uma “interpretação” ou definição da situação (Reichertz, 2008). Os respectivos processos são entendidos como atividades da percepção que foram sedimentados e rotinizados. Por um lado, isso pode ser observado no desenvolvimento da primeira infância, na qual a realidade do mundo e a ação autodirecionada do ego são gradualmente aprendidas. Outro exemplo é a aprendizagem de situações, nas quais

temos que exercitar novas rotinas físicas: lembre-se de suas primeiras aulas de direção, nas quais você recebe ou escuta inúmeras instruções do que observar e como fazer, buscando mais tarde dar conta de todas elas – e em algum momento isso se tornará uma rotina habitual, que ainda irá requerer atenção, mas que entretanto irá exigir tão pouco esforço de sua parte que você será capaz de ouvir o rádio ou manter uma conversa com outros passageiros ao mesmo tempo que dirige.

A linguagem desempenha um papel importante em tais processos, não apenas porque os esquemas interpretativos mencionados acima são transmitidos pelos processos de comunicação, mas simplesmente porque os signos linguísticos são usados como esquemas interpretativos, sugerindo uma ordem do mundo. Dessa forma, para a consciência individual recém-chegada ao mundo,

o mundo objetual, em sua totalidade, é pré-dado de modo ordenado [...]. Denominaremos os ordenamentos que buscamos acima caracterizar, pelos quais se estrutura o respectivo contexto de experiência, *de esquemas da nossa experiência*, e propomos definir esse conceito da seguinte forma: *um esquema da nossa experiência consiste em um contexto de sentido das nossas vivências experienciais* [...] (Schütz, 2018, p. 129-130).

Para tanto, Schütz desenvolve os conceitos de conhecimento, estoques coletivos de conhecimento, tipificações etc. Os esquemas de experiência são os esquemas de interpretação ou interpretação das vivências:

Interpretação, então, não é outra coisa senão remissão, do desconhecido ao conhecido, do que é apreendido em atos de *voltar-se-para* aos esquemas da experiência [...]. Esses esquemas são contextos de sentido acabados, sempre disponíveis em estoque no modo de saber (pré-saber),

compostos por material categorialmente pré-formado ao qual a vivência a ser interpretada é referida em um novo ato sintético. Nesse sentido, os esquemas da experiência são *esquemas de interpretação* [...] (Schütz, 2018, p. 134).

Os esquemas interpretativos, com os quais relacionamos nossas vivências e as transformamos assim em experiências, podem ser entendidos como “tipos” e “tipificações”. Ao fazer isso, estamos fazendo uso de sistemas de signos e símbolos historicamente desenvolvidos, (socialmente) estruturados e distribuídos de forma diferenciada, isto é, de estoques de conhecimento que estão disponíveis como um repositório de tais esquemas interpretativos. O que significa falar de uma tal “experiência em seu modo típico”?

Podemos imaginar esse processo da seguinte forma: tomemos o exemplo de uma maçã na fruteira. Nós a vemos apenas parcialmente (pelo lado frontal), mas a percebemos em sua forma total como uma “maçã”, ou seja, a completamos (apresentamos) como um objeto total tridimensional e objetivado, atribuindo assim um conteúdo experiencial específico (quer dizer, percepções sensoriais) a uma categoria geral (maçã), que por sua vez faz parte de um conjunto adicional de categorias (fruta comestível). A maçã a nossa frente, em sua forma concreta, é ela própria um fenômeno único. Entretanto, temos apenas um conceito geral, que pode ser especificado (fresco, velho, podre etc.), mas nunca deixa o modo do típico – um mundo com conceitos únicos para fenômenos únicos não seria interativo – e comunicativamente estabilizável.

Também nossa percepção sobre as pessoas é uma tipificação: perceber alguém como “amigo” não é outra coisa senão colocá-lo sob uma categoria geral. Mesmo nossa percepção sobre pessoas especiais – meu amigo Willy – é uma tipificação: o Willy de ontem não é, a rigor, o Willy de hoje, pois seu corpo mudou, ele teve experiências diferentes etc. Identificá-lo como Willy, portanto, significa também tipificá-lo com seu nome. Em última instância, toda atribuição de

significado é, nesse sentido, um ato de tipificação, visto que não existem dois estados idênticos do mundo. O conhecimento coletivo, ou os sistemas sociais de símbolos ou de signos, nada mais é do que tipificações acumuladas e transmitidas historicamente, mutáveis e sempre apenas provisoriamente definidas de maneira satisfatória, as quais resultam, sobretudo, daquilo que é normalmente tido como relevante, importante e real (ou irreal) em uma sociedade – e que co-produzem, por intermédio de seu uso, exatamente essas relevâncias.

Tal afirmação é especialmente importante desde o ponto de vista das ciências sociais, visto que a análise de tais “tipos” permite, entre outras coisas, o acesso às experiências sociais dos membros da sociedade. Um exemplo apresentado pelo próprio Schütz a esse respeito é a figura do “forasteiro”. No contexto de suas próprias experiências migratórias, ele descreve esse tipo pela característica, que para ele não se aplica precisamente à circunstância não problemática das estruturas de relevância e esquemas de interpretação de um coletivo. Quando ele passa de uma cultura de origem com uma “realidade cotidiana” particular (incluindo as normas culturais específicas e a estruturação institucional da ação) para uma nova sociedade com sua “realidade cotidiana”, cada uma dessas realidades perde sua inquestionabilidade. Desse modo, ele sabe que existem diferentes sistemas de relevância, deparando-se com cada situação com esse conhecimento, essa experiência de relatividade.

Assim, nem o antigo nem o novo sistema de referência de experiência lhe é válido sem apresentar restrições, ou seja, parecendo-lhe “inquestionável” e “dado” assim como se apresenta para uma pessoa que nunca deixou seu contexto cultural (Schütz, 1972a; 2003). Outras análises fazem referência, por exemplo, a diferentes posições na distribuição do conhecimento (como a do especialista, do leigo e do “cidadão bem informado”). Em termos gerais, o processo de constituição de sentido pode ser descrito resumidamente, segundo Berger e Luckmann, da seguinte forma:

O sentido se constitui na consciência humana: na consciência do indivíduo, que se individualizou num corpo e se tornou pessoa por meio de processos sociais. Consciência, individualidade, corporalidade específica, sociabilidade e formação histórica-social da identidade pessoal são características essenciais de nossa espécie [...]. A consciência tomada em si mesma não é nada; é sempre a consciência de algo. Existe somente enquanto dirige sua atenção para um objeto, para um objetivo. Este objeto intencional é constituído pelas diversas realizações de síntese da consciência e aparece em sua estrutura geral e se trata de percepções, memórias ou imaginações: ao redor do núcleo, o “tema” do objeto intencional estende um campo temático, cercado por um horizonte aberto. [...] A sequência de temas inter-relacionados – chamemo-los “vivências” – ainda não é significativa em si, mas o fundamento sobre o qual pode surgir o sentido. Pois, vivências [...] para as quais o eu volve a sua atenção [...] tornam-se “experiências” delineadas. As experiências individualmente consideradas ainda não teriam sentido. [...] Sentido é a consciência de que existe uma relação entre experiências. [...] A experiência atual em dado momento pode ser relacionada com uma experiência já acontecida há pouco ou num passado remoto. Geralmente, a experiência atual não é relacionada com uma única outra experiência, mas com um tipo, um esquema de experiência, uma máxima comportamental, uma legitimação moral etc., derivados de muitas experiências e armazenados no conhecimento subjetivo ou tomados do acervo [estoque] social do conhecimento [...] (Berger & Luckmann, 2019, p. 9-10).

Os esquemas interpretativos que utilizamos dependem certamente daquilo que está, a princípio, disponível. Além disso, acontece uma seleção por meio de nossas atuais “relevâncias”, isto é, pelas exigências que nos são colocadas em um certo sentido pelas situações, nas quais nos

encontramos. Schütz explica isso em seu livro *O problema da relevância* (Schütz, 1982), a exemplo de sua própria escrita: ele está sentado no jardim de sua casa de verão, sobre a mesa, a sua frente, ele tem papel, tinta e caneta. Ao seu lado há uma tigela de frutas, ao fundo estão árvores, um lago etc. Ele ouve cortadores de grama, sente a mesa etc. Surgem pensamentos em sua mente sobre os livros que leu a respeito do assunto, e pensa nos possíveis futuros leitores de seu ensaio, que ele quer escrever em inglês, e assim por diante. Ele foca, então, sua atenção no projeto de escrever, todos os outros aspectos da situação que acabamos de mencionar são colocados num segundo plano.

Schütz descreve esse processo de concentração direcionada a um núcleo temático de “campo da consciência” com o termo “relevância”, diferenciando entre os vários elementos da estrutura de relevância: primeiro, a relevância temática ou o problema que está em jogo em uma situação, depois a relevância interpretativa como a determinação do que deve ou pode ser usado como um esquema interpretativo relevante para um problema ou um tópico, depois a relevância motivacional, a qual abrange especificamente *motivos-para* e *motivos-porque* (cf. abaixo). No entanto, o mundo sempre impõe controles, como, por exemplo, quando o escritor quer ir descansar e vê algo no quarto que ele não havia notado antes e que o obriga a conferir:

Certamente não há razão para não dormir em um quarto, no qual há um novelo de corda inofensivo, ou para retirá-lo. Entretanto, existe um perigo óbvio para ambas as partes caso o objeto prove ser uma cobra. Assim, a interpretação correta, ou pelo menos suficiente, determinará claramente como o homem continuará a se comportar (Schütz, 1982, p. 78).

Nós retiramos os esquemas interpretativos de estoques coletivos de conhecimento sócio-históricos e específicos (Schütz & Luckmann,

1979; 1984). Uma análise elementar dos processos de consciência e da construção de sentido mediada pelo social na consciência individual pode tornar compreensível a quase infinita diversidade cultural das sociedades humanas, visto que nenhuma atribuição de sentido é inata, mas apenas o fenômeno ou a necessidade de atribuição de sentido é concebido como uma capacidade humana elementar. Esse processo pode ser realizado a partir de qualquer esquema interpretativo. As restrições surgem, aqui, dos processos sócio-históricos coletivos de experiência, seleção, restrição e viabilização, que naturalmente realizam estabilizações e correções permanentes – levando também em conta a experiência de fracasso das atribuições de sentido devido às resistências do “mundo”.

4.1.2 A ação e sua estrutura de motivos

Os esquemas interpretativos acima mencionados foram adquiridos, em parte, a partir de nossa própria vivência prévia (embora recorramos a interpretações sociais disponíveis) e, em parte, as adotamos do “estoque social de conhecimento” (tal como a língua), como quando “conhecemos” ou “aprendemos”, por exemplo, o que é a “guerra”, sem que tenhamos experimentando-a “fisicamente”. O contexto de motivações por trás da ação – e não apenas da interpretação – corresponde também a um contexto de sentido. Ao definir o objeto sociológico de pesquisa, Max Weber havia diferenciado a ação do conceito de comportamento na medida em que esse último se orienta pelo sentido.

Os esquemas interpretativos, dos quais tratamos até agora, organizam, como dito, nossas experiências. Enquanto as experiências fazem referência, em primeiro lugar, a algo passado, as “expectativas” podem ser concebidas como experiências futuras imaginadas como passadas. Essa relação é importante para entendermos o que significa a ação. Schütz distingue entre a ação, ou seja, o próprio fazer em seus componentes individuais, e o ato como a forma total da ação projetada: “Distingue agir de comportamento, portanto, o ser projetado da ação

que, mediante o agir, deverá alcançar a autodoação. [Daí resulta que] podemos formular o enunciado também de modo que seja o sentido do agir a ação anteriormente projetada” (Schütz, 2018, p. 96).

Vamos explicar isso com o exemplo de uma ação complexa, que pode ser dividida em várias subações: você está preparando um jantar para amigos. Isso é primeiramente um “projeto”. Você tem o plano de cozinhar um determinado prato. A execução dessa ação se divide em várias etapas individuais (escolher uma data, fazer os convites, fazer compras, tirar os pratos do armário, fornecer os ingredientes, ligar o forno etc.), que, por sua vez, representam pequenos projetos, ou seja, ações ou objetivos intermediários dentro da ação, que às vezes exigem de você certa atenção e um *voltar-se-para*. Tudo isso acontece no modo de ação, isto é, no fazer corporal ativo, mas nem todos os elementos desse fazer exigem sua atenção reflexiva (via de regra, não é preciso desenvolver o plano para mover os dedos ou as pernas, para respirar etc.). Em relação a tais ações, Schütz fala de um “modo de pensar *futuri exacti*”, no qual a ação projetada é imaginada como passada. Somente a partir disso é que se pode pressupor em que medida ela realmente corresponde a um objetivo ou projeto visado. A ação imaginada é, portanto, o “sentido” weberiano que é atribuído a uma ação.

Schütz diferencia entre “motivos-porque” e “motivos-para”. Os *motivos-para* se referem ao objetivo de uma ação, ou seja, ao resultado pretendido de sua execução:

eu projeto o plano de visitar um conhecido, residente na minha vizinhança. Para esse fim, tenho de me levantar da minha cadeira, realizar, portanto, distintas contrações e relaxamentos musculares no meu corpo somático, passar pelo quarto ao lado até chegar à antessala do meu apartamento, descer as escadas e caminhar por toda a rua em direção à casa do meu conhecido etc. A alguém que, durante o trajeto, venha a me perguntar pelo “fundamento significativo” da minha saída, responderei ter a

intenção de visitar A, que mora na rua transversal. [...] Por ter concebido o plano de visitar A, portanto, fantasiado *modo futuri exacti*, como executado, um “ir ao apartamento de A”, o agir orientado por esse objetivo se encontra, para mim, em um contexto de sentido. Se “*motivo*” designar as expectativas relacionadas, por parte do agente, como agir, então o contexto de motivação poderá ser definido como *aquele contexto de sentido no qual se encontra um agir específico para o agente, em função do ser projetado da ação*. Esse estado de coisas pode ser expresso também na tese de que a *ação projetada modo futuri exacti como decorrida, pela qual o agir é orientado, consiste, para o agente, em motivo* (a saber, “motivo-para”) (Schütz, 2018, p. 139).

Enquanto o *motivo-para* se refere a um objetivo futuro de uma ação, o *motivo-porque* faz referência a como o projeto de uma ação foi em si constituído a partir de experiências passadas. Schütz explica isso usando o exemplo de abrir um guarda-chuva. Estou abrindo um guarda-chuva porque está chovendo. Nesse contexto, Schütz faz a distinção entre um *motivo-porque* “falso” e “verdadeiro”. O falso *motivo-porque* também poderia ser formulado como um “motivo-para”: eu abri o guarda-chuva para não me molhar (para não me sentar no cinema mais tarde com roupas molhadas etc.). O verdadeiro *motivo-porque* se refere a algo passado, nesse caso, ao fato de que realmente começou a chover, e que essa é a razão para que eu abra o guarda-chuva. Em geral: um *motivo-porque* genuíno “motiva, portanto, a constituição do projeto; o *motivo-para* ou *motivo-porque* inautêntico motiva, com base no projeto constituído, a ação que se constitui” (Schütz, 2018, p. 147).

Os *motivos-para* marcam o “projeto”, o objetivo futuro de uma ação, o resultado pretendido de sua execução. “Motivos-porque” localizam o motivo no passado: eu pego o metrô *para* chegar a tempo em um compromisso. Quero ver o loiro bonito de novo *porque* me apaixonei por ele. É importante notar que os “motivos-para” e os “motivos-porque”

não se fundem simplesmente com o tempo, se tornando congruentes; na verdade, eles geralmente divergem significativamente devido às complexas e diversas concatenações, condições e interpretações da ação na realidade social. Em geral, ambos os tipos de motivos decorrem naturalmente do que é socialmente disponibilizado como um possível conjunto de motivos.¹⁰⁸

Os motivos e esquemas interpretativos mencionados estão integrados em estruturas de relevância, ou seja, em percepções e distinções do que é situacionalmente importante para mim daquilo que não é importante, as quais surgem na vida cotidiana a partir de motivos pragmáticos de execução de ações e da solução de situações de rotina recorrentes. No caso de perturbações, irritações ou grandes reorientações da realização da ação, tais estruturas de relevância são modificadas inteiramente no sentido do pragmatismo. Portanto, não preciso saber, a partir do exemplo que acabamos de mencionar, como funciona o metrô, ou se existe uma linha alternativa de ônibus, ou quão caro será um táxi. Nada disso é relevante, mas pode tornar-se relevante assim que o metrô emperrar, o trajeto ser cancelado e assim por diante.

4.1.3 A atitude natural e as estruturas do mundo da vida

Schütz desenvolveu ainda outros momentos elementares de nossa orientação cotidiana no mundo. Na “atitude natural”¹⁰⁹ da vida cotidiana, supomos, por exemplo, que poderemos sempre agir da mesma forma ou de forma semelhante. Assim sendo, assumimos também que o mundo será o mesmo amanhã como é agora, a rigor, até mesmo no momento a seguir, ou seja, que permanecerá estável. Schütz

¹⁰⁸ Friedrich Nietzsche apresentou reflexões muito importantes sobre tais questões em seu texto de 1887, *Genealogia da moral* (Nietzsche, 2004; 2009). Charles W. Mills afirmou que a análise da relação entre ação situada e “vocabulários de motivos” era a tarefa central da sociologia do conhecimento (Mills, 1940).

¹⁰⁹ Max Scheler (1874-1928) introduziu bastante cedo a ideia de “visão de mundo relativamente natural” na tradição sociológica do conhecimento (Scheler, 1980).

chama esses pressupostos básicos sobre a constância da estrutura do mundo, que acompanha nossas ações, de “idealizações”, do “eu posso sempre-de-novo” e “e-assim-por-diante” (Schütz & Luckmann, 1979, p. 42). Narrativas como a história de Franz Kafka em *A metamorfose* (1997a), na qual o protagonista acorda pela manhã transformado em um besouro, ou filmes como a primeira parte da trilogia *Matrix*, dos irmãos Wachowski (1999), brincam com as ansiedades e os choques que uma ruptura dessas idealizações provoca.

Com isso, chegamos à análise da “estrutura de sentido do mundo social” e de nossa percepção cotidiana e evidente do “estar em sociedade”. O conceito de “mundo-da-vida” ganha, aqui, um papel importante para Schütz. Husserl havia usado esse termo para descrever a experiência do mundo em nossa vida cotidiana: por meio de nossos sentidos, percebemos as coisas em sua localização espacial e duração temporal e as experimentamos como “simplesmente dadas”. Em contrapartida, uma atitude científica em relação ao mundo se caracteriza, em geral, por exemplo, pelo questionamento desse dado “ingênuo” dos fenômenos. A sociologia deve começar, entretanto, segundo Schütz, com a descrição das estruturas básicas desse “mundo da vida cotidiana”, ou seja, daquele nível da realidade que nos aparece naturalmente dado e “inquestionável” na “atitude natural”, no “senso comum” (Schütz & Luckmann, 1979, p. 23). Os vários elementos das estruturas de relevância estão geralmente incorporados nos estoques sociais de conhecimento, como, por exemplo, na linguagem, que nomeia algumas coisas e outras não. Além da análise da constituição do sentido na consciência, temos, portanto, uma análise das estruturas.

Schütz desenvolve a “estrutura significativa do mundo social” fazendo uma análise fenomenológica das “estruturas do mundo da vida” (Schütz & Luckmann, 1979; 1984). Nesse manuscrito, editado por Thomas Luckmann após a morte de Schütz, os vários elementos da argumentação de Schütz se encontram sistematicamente relacionados uns com os outros. As estruturas do mundo da vida podem

ser ainda mais desmembradas por vários princípios estruturantes. A partir da “tônica da realidade”, diferentes esferas da realidade podem, por exemplo, ser diferenciadas, cada uma com uma estrutura fechada de sentido: o mundo da vida cotidiana, o mundo dos sonhos, os mundos da fantasia. Dentro do mundo da vida cotidiana, podemos diferenciar entre o alcance atual de uma situação e aquilo que podemos incluir à situação, entre o mundo temporal de nossos predecessores, contemporâneos e sucessores, entre nosso tempo subjetivo e o tempo do mundo, entre os elementos mencionados das estruturas de relevância e assim por diante.

Schütz também discorre, particularmente, sobre o “conhecimento do mundo da vida”, ou seja, sobre a estrutura dos estoques de conhecimento por meio dos quais constituímos nossas experiências. Adquirimos partes desses estoques de conhecimento em nossa biografia pelas experiências pessoais, mas a maior parte assumimos do estoque social de conhecimento, isto é, daquilo que foi produzido em forma de conhecimento no passado e transmitido – pela escrita, idioma, tradição etc. Tais estoques de conhecimento estão estruturados em si mesmos de forma complexa, compreendendo, por exemplo, áreas do desconhecimento, estoques gerais e especiais de conhecimento, sendo que nem todos os membros da sociedade têm acesso aos mesmos recortes. Nesse sentido, os “estoques subjetivos de conhecimento” que se originam das etapas e dos processos da experiência biográfica (nos processos de socialização, nas mais diversas situações da ação etc.) nunca são idênticos ao estoque social de conhecimento. Essas descrições dos estoques de conhecimento aplicam-se de forma bastante geral, mesmo que, naturalmente, cada sociedade histórica tenha desenvolvido estoques específicos de conhecimento, de modo que aquilo que é considerado como “relevância”, motivo etc. possa assumir manifestações históricas altamente diferentes – conforme descreveu Thomas Luckmann (1980) em um importante ensaio sobre a forma como uma cultura específica considera, por exemplo, um determinado tipo de batata como um ser humano.

Em suas análises, Schütz se concentra no nível do “mundo da vida cotidiana” como aquele nível da realidade, no qual participamos regularmente e podemos intervir e mudar, que também nos opõe e nos força a ser criativos, onde podemos nos comunicar com os outros, o que é, portanto, intersubjetivo – algo que não é possível, por exemplo, em uma outra área de sentido, como o “mundo dos sonhos”. No mundo da vida cotidiana, estamos de alguma forma ocupados em lidar com os corpos e as situações que nos são dados e que encontramos, sem que tenhamos que fazer amplas perguntas sobre a realidade da realidade ou sobre o sentido do todo e do coerente ou do ínfimo e do incoerente:

O mundo da vida cotidiana deve ser entendido como aquela área da realidade, que o adulto alerta e normal encontra simplesmente como dado na atitude do senso comum. Por simplesmente dado, caracterizamos tudo o que vivenciamos como inquestionável, todo o estado das coisas que, por enquanto, não nos causa problemas. [...] Além disso, aceito como simplesmente dado que neste meu mundo também existem outras pessoas, e não apenas corporalmente como outros objetos e entre outros objetos, mas como dotados de uma consciência que é essencialmente a mesma que a minha. Assim, desde o início, meu *mundo da vida* não é meu mundo privado, mas intersubjetivo; a estrutura básica de sua realidade nos é comum. [...] O mundo da vida, entendido em sua totalidade como o mundo natural e social, é tanto a arena quanto a área alvo da minha ação e da nossa ação mútua. [...] O mundo da vida é, portanto, uma realidade que modificamos pelas nossas ações e que, por outro lado, modifica nossas ações. Podemos dizer que nossa atitude natural em relação ao mundo da vida cotidiana é determinada todo o tempo pelo *motivo pragmático* (Schütz & Luckmann, 1979, p. 25).

Nesse sentido, assumimos que o mundo da vida, assim como nos foi dado, continua a existir – Schütz fala aqui, a partir de Husserl, da “idealização do ‘e-assim-por-diante’” – e que podemos repetir com sucesso ações que já foram realizadas – a “idealização do ‘eu posso sempre-de-novo’” (Schütz & Luckmann, 1979, p. 29). Cada situação que encontramos é caracterizada por uma mistura do “inquestionavelmente dado” e do “problemático”. O problema nos obriga a estar atentos, a pensar e a experimentar esquemas interpretativos, ou seja, aquele momento da criatividade na solução de problemas, como descrito pelos pragmatistas.

4.1.4 O eu e os outros

Até agora, temos nos concentrado principalmente na experiência e na constituição da realidade com base na perspectiva da consciência individual, evidenciando os processos que estão por trás da atribuição de sentido e, portanto, a possibilidade de compreender o sentido. Em um próximo passo das análises de Schütz, trata-se, agora, de como a consciência subjetiva deduz as atividades da consciência de outrem, um *alter ego*, que não são diretamente acessíveis a ela. Trata-se da transição da autocompreensão para a “compreensão do outro”.

Schütz considera que assumimos, por assim dizer, indiscutivelmente na “atitude natural do mundo da vida cotidiana”, que assim como nós existem outras pessoas essencialmente dotadas dos mesmos processos e das mesmas capacidades de consciência e que percebem a realidade do mundo de maneira geral da mesma forma. Aquilo que podemos enxergar deles, ou seja, a forma expressiva de seu corpo, é interpretado por nós como se eles fossem “pessoas como eu”. De fato, só temos acesso a nossos próprios processos de consciência, mas de forma alguma aos dos outros.

Em geral, Schütz se refere, aqui, à “tese geral do *alter ego*” (Schütz, 2018, p. 165), ao tratar das suposições mencionadas acima. A compreensão de sentido que outros atribuem às suas ações tem que então

ser entendida como uma transferência desses processos de sentido que conhecemos da nossa autointerpretação. Com base na tese geral do *alter ego*, ou seja, no pressuposto básico de que existem outras pessoas que são mais ou menos “como eu”, outras suposições precisam ser feitas, para que os processos intersubjetivos de compreensão e as interações sejam possíveis. Essas incluem:

- a idealização da “permutabilidade dos pontos de vista”: trata-se do pressuposto de que a outra pessoa, se estivesse no meu lugar, veria as coisas assim como eu as vejo, e vice-versa¹¹⁰;
- a idealização da “congruência dos sistemas de relevância”: assumimos que nossos sistemas de relevância, independentemente de nossa experiência de vida e situação individual, coincidem suficientemente para que possamos nos comunicar e agir de forma conjunta ou um em relação ao outro.

Schütz denomina essas duas idealizações conjuntamente de “tese geral das perspectivas recíprocas” (Schütz & Luckmann, 1979, p. 87). Ao utilizarmos uma linguagem comum, um sistema de signos com os outros, as condições básicas desses pressupostos estão sempre amplamente garantidas, precisamente pelas tipificações nelas contidas, ou seja, esquemas de interpretação, categorias, motivos, modelos de ações etc., que são típicos de sociedades historicamente específicas. A fim de entender como as áreas concretas de coordenação funcionam no mundo da vida do cotidiano (e não apenas lá), se faz necessário, portanto, olharmos mais de perto a forma como nossos signos são utilizados.

¹¹⁰ A esse respeito, ver também as observações de Mead sobre o processo de assunção dos papéis ou das perspectivas (subcapítulo 3.1).

4.1.5 Conhecimento, linguagem, signos

A constituição de sentido na consciência, como explicado acima, ocorre à medida que recorremos aos esquemas interpretativos, que retiramos do estoque social de conhecimento e que nos são muitas vezes transmitidos em processos de socialização. A forma concreta de tais esquemas e, portanto, do conhecimento, são signos de todo o tipo, e o sistema de signos mais importante das sociedades é certamente a linguagem.¹¹¹ Para Alfred Schütz, a abordagem sociofenomenológica da linguagem e dos signos se dá por meio do conceito do conhecimento, da teoria da autocompreensão e da compreensão do outro e da intersubjetividade do “mundo-da-vida”. O entendimento com os demais, bem como a atribuição de sentido da própria percepção do mundo, ocorre predominantemente recorrendo a signos linguisticamente representáveis. Schütz ilustra, assim, ao mesmo tempo, a intermediação entre o sentido individual-subjetivo e o estoque de conhecimento de significados sociais-intersubjetivos: desde o início, a relação com o signo é uma relação de comunicação pública entre o *eu* usuário de signos e os *outros* interpretadores de signos.

Schütz (1971c, p. 353; 368) distingue entre quatro tipos de signos de acordo com suas funções e suas indicações de sentido:

- *marcadores (Merkzeichen)* correspondem a marcações subjetivas para a memória, como, por exemplo, um marcador de livro, cujo significado é acessível principalmente à pessoa que fez a marcação em certa medida idiossincrática;
- *indicações (Anzeichen)* correspondem àqueles signos que sugerem algo sem que se possa afirmar um uso intencional, ou seja, intencionalidade. O movimento de folhas pode, portanto, ser considerado, por exemplo, como uma indicação de vento forte;

¹¹¹ “Este desempenho da linguagem baseia-se na determinação da função representativa dos signos, sua solidificação taxonômica semântica no sistema” (Schütz & Luckmann, 1984, p. 208).

- *signos (Zeichen)*, em sentido estrito, seriam as formações de signos que se constituem de forma intersubjetiva e possibilitam a compreensão, como a linguagem ou a escrita. Seu uso pressupõe intencionalidade ou tem que supor um uso deliberado e intencional de signos. Tal suposição sempre ocorre desde a perspectiva do observador, ou seja, daquele que percebe o signo e que chega pela sua percepção até uma “intenção”, ou mais precisamente: a um uso intencional (que, naturalmente, pode estar motivado de maneiras muito diferentes);
- *símbolos*, por fim, correspondem aos signos constituídos intersubjetivamente que fazem referência a outras esferas da realidade. Um respectivo exemplo seria a cruz cristã.¹¹²

Indicações, marcadores, signos e símbolos são fenômenos sociais e possuem um significado que transcende a situação imediata de seu uso. Nesse contexto, o conceito de *apresentação* ganha importância: signos – a exemplo da palavra “cavalo” – são um acoplamento de um portador material de signos (letras escritas ou sons produzidos pela fala) e de um significado ou de um campo de significado, que se refere a algo exterior ao próprio signo – pelo menos a pessoa que usa ou percebe um signo tira essa conclusão.

A partir de Husserl, Schütz caracteriza esse processo de “apresentação” – é a conclusão daquilo que está presente (signo) sobre aquilo que não se faz presente (significado). A apresentação é a base de todo o uso de sistemas de signos. De acordo com Schütz e Luckmann (1984, p. 207), a linguagem e outros sistemas de signos devem ser entendidos

¹¹² Esse conceito de símbolo é, portanto, limitado e se difere do utilizado por Mead. Os “símbolos significativos” de Mead incluem todos os quatro tipos de signos, desde que seu significado seja socialmente estabilizado (ao longo do tempo). Mead enfatiza, assim, a formação social e a condição do uso de signos; Schütz está interessado, aqui, no contexto referencial que um usuário/intérprete de signos relaciona aos signos. Isso pressupõe a convencionalidade social no sentido de Mead.

como estruturas apresentativas, que são construídas intersubjetivamente, historicamente sedimentadas e socialmente transmitidas.

Hans-Georg Soeffner (1989) aponta que o processo de “apresentação” se refere a uma grande variedade de formas de signos socialmente objetivados, ou seja, não apenas a sons e à escrita, mas também às imagens ou àquilo que chamamos de símbolos no mundo cotidiano, como, por exemplo, placas de sinalização convencionais nas portas de banheiros públicos. Todas essas formas de signos surgiram de ações comunicativas e têm um caráter reflexivo na medida em que, por um lado, tornam tais ações possíveis e, por outro lado, são reproduzidas ou transformadas nelas. Elas não existem dissociadas de seu uso em contextos de ação.

Os signos são sempre elementos de contextos de referência, ou seja, de sistemas de signos mais ou menos móveis que se diferem, ou que pelo menos podem se diferenciar, historicamente e entre coletivos sociais – mas também, certamente, dentro de coletivos. O próprio Schütz usa em diferentes passagens em seus textos o conceito pragmatista, acima mencionado, de “universo de discurso”, no sentido de um contexto interpretativo produzido socialmente e que antecede cada ator.¹¹³ Embora ele não introduza esse conceito de forma sistemática, sua semiótica, sua teoria da comunicação e do conhecimento podem ser, no entanto, entendidas em certos aspectos como um esboço da *formulação de uma teoria do “universo de discurso”*.

Schütz escreve em suas discussões, por exemplo, sobre o “mundo da teoria científica”, isto é, sobre um “subuniverso”, que segue regras diferentes do “mundo da vida cotidiana”, no qual os cientistas precisam adaptar-se e submeter-se às regras ali existentes, se quiserem usar

¹¹³ Ver, por exemplo, Schütz (1973a, p. 110; 1973b, p. 250; 256; 1973c, p. 323). Na tradução alemã, vários termos são usados para passar a ideia de “universo de discurso” (“linguagem comum”, “mundo do diálogo”, entre outros). Em nenhum momento o próprio conceito aparece.

signos com sucesso. Ao tratar de seus problemas, eles são apenas “relativamente livres” no uso de signos¹¹⁴:

Tudo isso, entretanto, não significa que a decisão do cientista ao enunciar o problema seja arbitrária ou que ele tenha a mesma liberdade em escolher e solucionar os problemas que o eu fantasioso tem ao preencher suas antecipações. Esse não é, de forma alguma, o caso. Naturalmente, o pensador teórico pode escolher a seu critério, determinado apenas por uma inclinação enraizada em sua personalidade íntima, pelo campo científico no qual tem interesse e possivelmente também pelo nível (em geral) a partir do qual ele gostaria de conduzir a sua investigação. Mas assim que ele decide, entra no mundo já pré-constituído de contemplação científica, que lhe foi transmitido pela tradição histórica de sua ciência. *De agora em diante, ele participará de um universo de discurso que abarca os resultados que foram alcançados por outros, os métodos que foram desenvolvidos por outros.* Esse universo teórico da ciência especial é em si uma província finita de significado, que tem seu estilo cognitivo peculiar com implicações peculiares e horizontes a serem explicados. O princípio regulador de constituição de tal província de significado, chamado de uma área especial da ciência, pode ser formulado da seguinte forma: todo o problema que surge dentro do campo científico tem que fazer parte do estilo universal desse campo e tem que ser compatível com os problemas pré-constituídos e sua solução, aceitando-os ou refutando-os. Assim, a liberdade de escolha do cientista em enunciar o problema é, de fato, muito pequena (Schütz, 1973b, p. 250).

¹¹⁴ Na infeliz tradução alemã da passagem consta: “[...] Mas assim que o cientista decide, ele entra no mundo já pré-constituído do pensamento científico, que lhe foi transmitido pela tradição histórica de sua ciência. *De agora em diante, ele participará de um mundo de diálogo.* Isso inclui resultados, que foram trabalhados por outros, problemas, que foram colocados por outros, soluções que foram propostas por outros, e métodos que foram desenvolvidos por outros” (Schütz, 1971b, p. 288).

Em relação às possibilidades de formulação de teorias científicas, ele afirma¹¹⁵: “A teorização [...] é, em primeiro lugar, apenas possível dentro de um universo de discurso que é dado ao cientista como resultado de ações teorizadoras de outras pessoas” (Schütz, 1973b, p. 256). Por fim, no contexto de suas reflexões sobre a necessidade de uma correspondência abrangente dos sistemas de relevância como base para uma “comunicação bem-sucedida” (Schütz, 1971c, p. 373), ele afirma¹¹⁶: “Quanto maiores forem as diferenças entre seus sistemas de relevância, menores serão as chances de sucesso da comunicação. A total disparidade dos sistemas de relevância torna o estabelecimento de um universo de discurso totalmente impossível” (Schütz, 1973c, p. 323).

Fazendo tais referências, Schütz deixa claro que os signos *tipificadores* e *tipificados* estão sempre integrados em um horizonte amplo de significado, que se originou a partir do uso de signos dentro de um coletivo e o qual o forma¹¹⁷:

A partir do signo, do objeto caracterizado e da consciência do intérprete dessa relação, Schütz desenvolve um conceito triádico dos signos, que tenta apreender de forma abrangente o processo sógnico e que está relacionado tanto à ação como ao objeto. Isso abre uma perspectiva

¹¹⁵ Aqui, também, a tradução alemã escolhe um termo diferente. Assim, a passagem correspondente diz: “[...] A formulação teórica [é] possível em primeiro lugar apenas dentro de um mundo de diálogo científico, que é dado ao cientista como resultado de ações teóricas de outros” (Schütz, 1971b, p. 294).

¹¹⁶ Ele considera a “linguagem técnica altamente formalizada e padronizada” como um exemplo de “grau máximo de consenso”. Na tradução alemã, a passagem citada acima diz o seguinte: “Quanto maior a diferença entre seus sistemas de relevância, menores as possibilidades de uma comunicação bem-sucedida. Em caso de sistemas de relevância totalmente diferentes, não é mais possível encontrar uma ‘linguagem comum’” (Schütz, 1971c, p. 373).

¹¹⁷ Schütz também menciona a teoria da linguagem de Saussure e se refere à ideia da arbitrariedade do signo. Em geral, porém, ele se refere mais fortemente à ideia da convenção social dos signos já formulada por Aristóteles: “Seguimos a afirmação de Aristóteles de que ‘um nome é um fonema significativo por convenção [...]’ [De Interpretatione, 16a 19] [...]. De acordo com Aristóteles, a linguagem e os signos artificiais são, em geral, nesse sentido, uma questão da convenção. Mas o conceito de convenção pressupõe a existência da sociedade, bem como a possibilidade de um certo entendimento, por meio do qual as ‘convenções’ podem ser estabelecidas” (Schütz, 1971c, p. 336).

sobre a “arbitrariedade” do signo linguístico, também denominada por Saussure como a “arbitrariedade do portador do significado”, segundo o qual a relação entre o portador do signo e o significado é aleatório, em outras palavras, arbitrário ou convencional [...]. Uma vez que o significante e o significado não estão ligados entre si pela arbitrariedade, a relação de representação constitutiva do signo é produzida pelo seu intérprete como uma atividade de construção, o qual em um ato fundador de apreensão [...] não o interpreta a ele mesmo, mas, sim, de acordo com outros esquemas de interpretação, por exemplo, como representante das vivências da consciência de um falante. Dos três elementos da relação de signo, um é consequentemente o sujeito ou o intérprete do signo, o qual é “já tacitamente tido como dado na comunicação com seus consociados, de modo que a relação do signo ou do símbolo é desde o início uma relação pública” e, por causa disso, há também sempre além de um ego pensante (ego *cogitans*) “que estabelece tais signos”, um “que interpreta os signos”, portanto o caráter comunicativo do estabelecimento e da interpretação do signo se mantém presente durante todo o tempo (Hanke, 2002, p. 62).

A conexão entre a semiótica, a teoria da comunicação e do conhecimento de Schütz pode ser resumida da seguinte forma: os coletivos sociais são comunidades de comunicação que tipificam e objetualizam suas ordens simbólicas nos sistemas de signos – eles produzem um universo comum de discurso. Essas tipificações são armazenadas como um estoque coletivo de conhecimento e subjetivamente adquiridas nos processos de socialização. Elas funcionam, então, ao mesmo tempo, em relação à vivência individual, como esquemas de experiência ativa ou de percepção (apercepção) e de interpretação, que transcendem o signo, como esquemas de apresentação, ou seja, de interpretação do que é percebido e da interpretação/ação interventiva.

O processo de apresentação, isto é, a inferência de um signo a uma referência não presente, contém quatro dimensões: a apercepção (percepção) de um signo; a apresentação real como relação de referência (por exemplo, a atribuição de um risco de giz a uma letra), um esquema referencial (o campo de objetos, ao qual é feita a referência) e uma ordem geral de interpretação ou de contexto (qual código – por exemplo, o idioma alemão – pressupõe o signo).¹¹⁸ Schütz aponta de forma contundente para o fato de que tais atividades de apresentação não se referem apenas a um signo ou a um objeto isolado, mas a uma rede de referências, da qual ele faz parte¹¹⁹:

Mas não há nem na experiência imediata nem na analógica tal coisa como um objeto isolado, que eu poderia ter experimentado sem uma relação. Cada objeto é um objeto dentro de um campo, por exemplo, um campo de percepção; cada experiência é cercada por um horizonte; ambas pertencem a um certo campo (uma “ordem”) que tem seu próprio estilo. [...] Um objeto matemático, como, por exemplo, um triângulo equilátero, faz referência a todos os axiomas e teoremas que definem esse objeto matemático, assim como a todos os teoremas etc., que se baseiam na noção de triangularidade e equilateralidade, portanto, a um quadrilátero regular, e finalmente a uma figura geométrica em geral (Schütz, 1971c, p. 344).

Ordens simbólicas, mais ou menos amplas, funcionam como sistemas de apercepção e apresentação que, partindo do uso prático e concreto dos signos, constituem a possibilidade de referências significativas a uma realidade externa ao signo. Eles formam “um

¹¹⁸ Ver o resumo da semiótica de Schütz em Hanke (2002, p. 57).

¹¹⁹ Isso também fica claro em sua discussão dos estudos de Marcel Granet sobre os sistemas de classificação chineses (Schütz, 1971c, p. 385).

contexto de significado que, sob certas circunstâncias, está disponível a todos os membros de um agrupamento social como um esquema institucionalizado de referência” (Srubar, 1988, p. 233).

Em um resumo em Hanke consta:

A nomeação linguística de coisas e eventos envolve a formação de construções e generalizações típicas, uma ordem linguística que se orienta pela relevância, que como um “cofre do tesouro de tipos pré-fabricados e disponíveis” também faz parte do mundo da vida e permite a derivação de conhecimentos socialmente transmitidos. A designação linguística “com uma certa palavra” serve para ordená-la no contexto geral da experiência e, portanto, na compreensão (Hanke, 2002, p. 67).

O sistema quase ideal de significado, a linguagem, é um pré-requisito para uma certa “dessubjetivação” da prática individual de interpretação paralela à atribuição subjetiva de sentido ou à constituição de sentido na consciência individual – ou seja, a determinação sócio-histórica do espaço de possibilidade da orientação subjetiva do indivíduo no mundo da vida. Ela é um produto sócio-histórico de processos de institucionalização e pressupõe, portanto, o mundo social historicamente situado. As chances de acesso à linguagem são distribuídas socialmente de forma desigual; a diferente e desigual distribuição social do conhecimento está diretamente relacionada a isso. O uso da linguagem é uma prática social regulada por convenções sociais e socioestruturais.

O uso dos meios de comunicação é, portanto, determinado tanto pela estrutura historicamente disponível dos meios de comunicação como pela regulamentação social concreta dos processos comunicativos [...]. O uso atual dos meios de comunicação é igualmente composto por regras, rotina e – por mais limitada que seja – pela ação

na relação-nós. Isso resulta em manutenção estrutural e mudança estrutural (Schütz & Luckmann, 1984, p. 209).

4.1.6 Metodologia das ciências sociais da compreensão de sentido

Finalmente, discutiremos brevemente as reflexões metodológicas de Schütz. Assim como mencionado acima, Schütz estava inicialmente empenhado em desenvolver uma fundamentação teórica da sociologia compreensiva de Max Weber. Esse foi o objetivo de suas análises sobre a constituição de sentido na consciência individual; a isso está associada uma teoria da compreensão do outro como uma espécie de projeção da autocompreensão: presumo, por enquanto, que a outra pessoa é mais ou menos como eu, ou seja, interpreta, pensa, age como eu, pelo menos até que se descubra que se trata de um agente da matriz, um vampiro, um fantasma, um exterminador ou simplesmente um desinformado sobre minha língua e cultura (e vice-versa).

No mundo da vida cotidiana intersubjetivo, estamos, nesse sentido, permanentemente envolvidos em processos de compreensão de sentido, que são em certa medida profundos: no caixa do supermercado, eu não penso muito sobre o significado do operador de caixa; mas quando me encontro com ele à noite como meu amante, talvez pense mais. A partir dessa análise basal da compreensão de sentido, Schütz tira, portanto, importantes conclusões para a abordagem de uma sociologia compreensiva e de seus métodos: antes de mais nada, não há uma diferença primordial entre a compreensão de sentido no mundo cotidiano e a compreensão de sentido nas ciências sociais – ambos repousam nos mesmos pré-requisitos básicos.

Ao ler este texto, você está usando a mesma competência que usa ao ler o jornal; ao observar e interpretar um fenômeno ou um comportamento no contexto de uma investigação científica, você não está fazendo nada diferente daquilo que todo “homem comum” faz na rua. Este, porém, é apenas um lado da história. A compreensão nas ciências

sociais difere dos processos de compreensão na vida cotidiana pela “atitude científica”. Dito de modo simples, isso consiste em uma exploração sistemática das atribuições de sentido. Ao fazê-lo, recorre-se a vários meios que não são utilizados na vida cotidiana, pelo menos não de forma sistemática (como, por exemplo, registros, protocolos, observações), tem-se condições próprias de tempo (posso passar um mês analisando uma entrevista) e relevância (estou interessado em contribuir para a construção da teoria científica), que diferem da relevância interpretativa dos atores no mundo cotidiano (como vou conseguir meu pão).

Considerando essas condições, pode-se, então, perguntar: como as ciências sociais podem levar em consideração a pré-constituição significativa de seu objeto de estudo? Schütz insiste que as explicações sociológicas “são construções de segunda ordem” que são (devem ser) construídas com base nas “construções de primeira ordem” do mundo cotidiano. A sociologia precisaria basicamente ter como objetivo a construção de tipos, embora tais tipos de agentes – o “forasteiro” ou também o “especialista” anteriormente mencionados são exemplos disso – tenham sempre que ser testados em relação aos dados, que os fundamentam, seguindo dois postulados:

Schütz formula isso na forma de dois postulados metodológicos: o postulado da interpretação subjetiva e o postulado da adequação. O postulado da interpretação subjetiva exige que as explicações das ciências sociais recorram ao sentido subjetivo da ação. Desde a perspectiva da construção teórica, isso significa que um homúnculo, um modelo de um agente, é construído com base em padrões típicos de um curso de ação observado, ao qual é atribuída uma consciência com *motivos-para* e *motivos-porque* típicos. [...] O postulado da adequação exige que as construções do cientista social sejam coerentes com as construções dos agentes cotidianos, ou seja, precisam ser compreensíveis e explicar uma ação de forma adequada (Eberle, 1999, p. 71).

É certo que isso ainda está colocado de forma muito geral; as várias abordagens da hermenêutica sociocientífica e, mais especificamente, da sociologia hermenêutica do conhecimento, visam elaborar propostas correspondentes mais detalhadas (cf. subcapítulo 4.3).

4.2 A construção social da realidade

Na discussão anterior sobre a *constituição* de sentido na consciência individual fica claro que essa consciência recorre a esquemas interpretativos ou, em termos mais gerais, ao conhecimento tipificado. Como tais tipificações podem ser estabilizadas nas sociedades históricas como a estrutura linguística de um “universo de discurso” complexo e socialmente compartilhado (Schütz & Luckmann, 1984, p. 327), ou como um estoque coletivo de conhecimento, e como esse, por sua vez, é adquirido pelos indivíduos nos processos de socialização, é o tema básico da “construção social da realidade” de Peter L. Berger e Thomas Luckmann: “É possível perguntar de que maneira surge a própria ordem social. A resposta mais geral a esta pergunta é a que indica ser a ordem social um produto humano, ou mais precisamente, uma progressiva produção humana” (Berger & Luckmann, 2014, p. 74).

A constituição do sentido na consciência e a construção do conhecimento no mundo intersubjetivo da vida cotidiana são, por assim dizer, dois lados da mesma moeda (Luckmann, 1999; 2008b). Essa última, contudo, constitui o verdadeiro objeto de uma *sociologia do conhecimento social construtivista de fundamentação fenomenológica*. A “teoria da sociologia do conhecimento” publicada por Berger e Luckmann em 1966 é, em vários aspectos, um trabalho-chave para os desenvolvimentos que se seguiram na sociologia do conhecimento e, ainda mais, na sociologia em geral. Como será visto, essa é uma obra teórica integrativa que enfatiza, muito antes das atuais discussões na sociologia, que as sociedades e suas consequentes visões da realidade são permanentemente “produzidas”. Uma síntese muito rica dos pressupostos básicos dessa perspectiva,

incluindo uma aplicação ao fenômeno da religião, foi apresentada por Peter Berger já nos anos 1960 (Berger, 1973; 1985). O livro sobre a “construção social da realidade” também contém muitos exemplos que ilustram claramente a linha de pensamento. A resposta às seguintes perguntas corresponde para Berger e Luckmann o objetivo de sua teoria:

[C]omo é possível que significados subjetivos *se tornem* facticidades objetivas? Ou, em palavras adquiridas às posições teóricas acima mencionadas: como é possível que a atividade humana (*Handeln*) produza um mundo de coisas (*choices*)? Em outras palavras, a adequada compreensão da “realidade *sui generis*” da sociedade exige a investigação da maneira pela qual esta realidade é construída. Esta investigação, afirmamos, constitui a tarefa da sociologia do conhecimento (Berger & Luckmann, 2014, p. 33).

Nas palavras de Stephan Wolff, essa oferta teórica é a “mais importante, talvez até a única tentativa teórica geral de desenvolver teoria social a partir de uma compreensão sistemática da importância da comunicação humana para a construção social da realidade” (Wolff, 1997, p. 50).

Berger e Luckmann resumem a relação entre o(s) ser(es) humano(s) e a sociedade na seguinte breve afirmação: “A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social” (Berger & Luckmann, 2014, p. 85).

Derivada do título de seu livro, a expressão “sociologia do conhecimento social construtivista” se estabeleceu desde então, caracterizando essa abordagem a fim de distingui-la das demais sociologias do conhecimento. Por vezes, também se fala de uma sociologia de orientação (social) fenomenológica ou de uma “nova” sociologia do conhecimento.¹²⁰ Talvez tenha que ser destacado, aqui, que Berger e

¹²⁰ Ver as sínteses da sociologia do conhecimento em Knoblauch (2005) ou Dimbath e Keller (2017).

Luckmann demonstravam pouco entusiasmo pelo rótulo do construtivismo social e eram geralmente céticos ou até mesmo repudiavam a conjuntura dos construtivismos científicos sociais, bem como as críticas relacionadas a ela.¹²¹ Assim, escreveu Luckmann:

Há mais de quarenta anos, Berger e eu tentamos reintroduzir uma antiga perspectiva do mundo humano sob o disfarce de um tratado de sociologia do conhecimento. A sociologia naquela época era uma amálgama de positivismo reducionista e da teoria estrutural-funcionalista desenvolvida por Parsons. Não era, como nós entendemos, uma ciência realista da experiência. A visão de que os humanos criaram o mundo humano havia sido introduzida na ciência moderna por Vico, se tornando, no entanto, conhecida para mim e para Berger pelos escritos antropológicos de Marx e, especialmente, pela antropologia filosófica de Plessner e Gehlen. Nós questionamos como uma realidade surge a partir das atividades humanas ao longo de muitas gerações e adquire algo como objetividade. Como uma realidade histórica que emergiu da natureza dessa maneira poderia ser socialmente sedimentada como a “segunda” natureza do homem? Menciono essa velha história a título de introdução [...] porque o título do artigo acima mencionado era *A construção social da realidade* e gostaria de ressaltar claramente que Berger e eu não *podíamos* saber nada a respeito do até então inexistente construtivismo, e que hoje não *queremos* saber sobre os últimos desenvolvimentos epistemológicos e cientificamente insustentáveis, que mais tarde foram nomeados como tal (Luckmann, 2008b, p. 33).

¹²¹ Sobre uma visão geral dos construtivismos e uma discussão crítica comedida, ver Hacking (1999; 2001); sobre uma abordagem linguística, que surpreendentemente não considera a argumentação de Berger e Luckmann, ver Searle (1997b; 1997a).

Berger e Luckmann veem sua teoria, portanto, como uma abordagem estritamente realista que explica precisamente como ocorrem os processos pelos quais o que percebemos como real é historicamente produzido. Tais processos de construção não devem ser entendidos como se fossem atos decisionistas de curto prazo, controlados, ou mesmo consensualmente combinados ou “definições” daquilo que a partir de então deve ser considerado como “real”. As literaturas fictícias ou regimes ditatoriais talvez se aproximem de tais noções. O conceito de construção aponta, ao contrário disso, para processos históricos de longo prazo, nos quais as pessoas produzem as ordens de sentido, que orientam suas ações, em sua interação e ao confrontar-se com aquilo que encontraram. Isso, naturalmente, compreende inevitavelmente o nível da realidade material, quer essa apareça como natureza, recurso ou infraestrutura produzida pelo homem.

Berger e Luckmann têm usado sua perspectiva sociológica sobre o conhecimento em muitos estudos individuais na sociologia da religião e do conhecimento e também em introduções à sociologia – às vezes mais, às vezes menos explicitamente. Esses numerosos trabalhos não poderão ser discutidos aqui (cf. o quadro com referências bibliográficas a seguir). Ao invés disso, a perspectiva básica da “construção social da realidade” ganha centralidade. Como as pessoas garantem, portanto, que uma realidade “objetiva” surja e por que elas se guiam por ela em grande medida sem se questionar?¹²²

¹²² Um resumo conciso da argumentação central, de fácil leitura e que dispensa em grande medida referências bibliográficas e específicas, pode ser encontrado em Berger e Luckmann (2019, p. 9-18).

**Peter L. Berger (1929-2017)**

Peter L. Berger nasceu em Viena em 1929. Com seus pais de origem judaica, que haviam se convertido ao protestantismo, emigrou para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Estudou sociologia e filosofia e, em 1952, concluiu seu doutorado na New School for Social Research, em Nova York, onde foi aluno de Alfred Schütz, entre outros. Pesquisou e lecionou em várias instituições, inclusive na Universidade de Boston até a sua aposentadoria. Lá dirigiu o “Instituto de Estudos de Cultura Econômica” até 2009 (hoje: Instituto de Cultura, Religião e Assuntos Internacionais).

Além de importantes introduções à sociologia e à “teoria da sociologia do conhecimento”, Berger abordou, principalmente, questões sociológicas relacionadas à religião (especialmente no hemisfério sul), relacionando-as, assim como Weber, com temas econômicos sociológicos. Entre suas numerosas publicações e pesquisas acadêmicas, escreveu dois romances, um texto autobiográfico (Berger, 2008) e também trabalhou como consultor político e econômico; recebeu vários prêmios e o título honorífico por seu trabalho.

Website

Peter L. Berger Room. [2022?]. Retrieved from <https://www.angelfire.com/or/sociologyshop/PLB.html>.

Crédito fotográfico

Peter L. Berger Room. [2022?]. Retrieved from <https://www.angelfire.com/or/sociologyshop/PLB.html>.



Thomas Luckmann (1927-2016)

Thomas Luckmann nasceu na Eslovênia em 1927 e depois viveu em Ljubljana, Klagenfurt e Viena, entre outros lugares. No final da guerra, foi convocado para a Força Aérea Alemã. Após a Segunda Guerra Mundial, Luckmann estudou linguística e filosofia em Viena e mais tarde em Innsbruck. Em 1951, foi para os Estados Unidos, primeiro trabalhando como motorista e depois continuando seus estudos na New School for Social Research, onde também conheceu Peter L. Berger. Alfred Schütz se tornou um professor importante para ele.

Luckmann concluiu seu doutorado em sociologia em 1956 e depois trabalhou em vários projetos de pesquisa e universidades, como, por exemplo, de 1960 a 1965 na New School, de 1965 a 1970 como professor na Universidade de Frankfurt/Main e depois até sua aposentadoria, em 1994, como professor de sociologia na Universidade de Konstanz.

Assim como Peter L. Berger, seus interesses se encontravam na sociologia da religião. Ao mesmo tempo, ele trabalhou mais fortemente a relação de questões teóricas da linguagem e da comunicação com a análise sociológica do conhecimento e publicou muitos artigos sobre esse assunto.

Crédito fotográfico

Privado, foto feita na conferência Schütziana na Universidade de Konstanz, em 1999, por M. Mor. Retirado de www.waseda.jp/schutz/AlfredEng.htm

Sugestão de literatura

Berger, P. L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas [1969]. [Nas páginas 15-64, contém um excelente resumo de *A construção social* ilustrado a partir do exemplo da religião.]

Berger, P. L. (1973). *Zur Dialektik von Religion und Gesellschaft. Elemente einer soziologischen Theorie*. Frankfurt a. M.: Fischer [1966]. [Versão em alemão de *O dossel sagrado*].

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes [1966]. [Sugestão: como trata-se de uma obra clássica da sociologia, ler todo o livro!]

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1980). *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Theorie der Wissenssoziologie*. Frankfurt a. M.: Fischer [1966]. [Versão em língua alemã de *A construção social da realidade*.]

A construção social da realidade e seus autores – sugestão de literatura complementar

Berger, P. L., Berger, B. & Kellner, H. (1975). *Das Unbehagen in der Modernität*. Frankfurt a. M.: Campus. [Versão em língua alemã de *The Homeless Mind*.]

Berger, P. L., Berger, B., & Kellner, H. (1973). *The Homeless Mind: Modernization and Consciousness*. New York: Random House. [Aplicação da sociologia do conhecimento a questões relacionadas à modernização nos países em desenvolvimento.]

Endreß, M. (2008). Reflexive Wissenssoziologie als Sozialtheorie und Gesellschaftsanalyse. Zur phänomenologisch fundierten Analytik von Vergesellschaftungsprozessen. In J. Raab *et al.* (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 85-96). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Resumo conciso e preciso do argumento de Berger & Luckmann, seguido por uma discussão de críticas importantes.]

Luckmann, T. (1992). *Theorie des sozialen Handelns*. Berlin: de Gruyter. [Resumo conciso de uma teoria sociológica da ação de base fenomenológica, cf. versão em espanhol em Luckmann, 1996].

Pfadenhauer, M. (2010). *Peter L. Berger*. Konstanz: UVK. [Introdução à vida e à obra.]

Schnettler, B. (2006). *Thomas Luckmann*. Konstanz: UVK. [Introdução à vida e à obra.]

Outras sugestões de literatura

Peter L. Berger é autor ou coautor de muitas introduções à sociologia bastante ricas e de numerosos textos sobre a sociologia da religião. Desses, segue uma pequena seleção:

Berger, P. L. (2014). *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Rio de Janeiro: Vozes. [Ótima introdução à sociologia, de fácil leitura.]

Berger, P. L. (2011a). *Adventures of an Accidental Sociologist: How to Explain the World Without Becoming a Bore*. New York: Prometheus Books.

Berger, P. L. (2011b). *Einladung zur Soziologie. Eine humanistische Perspektive*. München: List [1963]. [Versão em alemão de *Perspectivas sociológicas*.]

Berger, P. L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas [1969]. [Nas palavras do autor: “uma aplicação direta da mesma perspectiva teórica da sociologia do conhecimento ao fenômeno da religião”, p. 10.]

Berger, P. L., & Berger, B. (1972). *Sociology: A Biographical Approach*. New York: Basic Books. [Ótima introdução à sociologia e de fácil leitura voltada a trajetórias biográficas.]

Berger, P. L., & Berger, B. (1976). *Wir und die Gesellschaft. Eine Einführung in die Soziologie – entwickelt an der Alltagserfahrung*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt [1972]. [Tradução em língua alemã de *Sociology: A Biographical Approach*.]

Berger, P. L., & Berger, B. (1973). Socialização: como ser um membro da sociedade. In M. F. Marialice, & J. S. Martins (org.), *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. (pp. 200-214). São Paulo; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. [Versão em português de *Sociology: A Biographical Approach*.]

Berger, P. L., & Kellner, H. (1984). *Für eine neue Soziologie. Ein Essay über Methode und Profession*. Frankfurt a. M.: Fischer. [Texto no qual os autores fazem um apelo por uma sociologia orientada pelas ideias de Max Weber. Vale a pena a leitura.]

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2019). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes. [Contém um resumo de fácil leitura da argumentação de *A construção social*,

da qual é realizada uma análise diagnóstica do tempo dos processos contemporâneos de pluralização.]

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1995). *Modernität, Pluralismus und Sinnkrise: Die Orientierung des modernen Menschen*. Gütersloh: Verlag Bertelsmann Stiftung. [Versão em língua alemã de *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*.]

Llonch, M. M. G., & Garrell, A. C. (2013). *Peter L. Berger: La sociologia com a forma de consciència*. Barcelona: Editorial UOC.

Pfadenhauer, M. (2017). *The New Sociology of Knowledge: The Life and Work of Peter L. Berger*. New York: Routledge.

Thomas Luckmann também trabalhou com questões voltadas à sociologia da religião e publicou numerosos ensaios (cf. também as publicações anteriores em conjunto com Peter Berger), entre outros, é válida a leitura de:

Luckmann, T. (2007). *Lebenswelt, Identität und Gesellschaft. Schriften zur Wissens – und Protozoziologie*. Konstanz: UVK. [Seleção de análises da sociologia do conhecimento.]

Luckmann, T. (2002). *Wissen und Gesellschaft. Ausgewählte Aufsätze 1981-2002*. Konstanz: UVK. [Seleção de análises da sociologia do conhecimento, cf. versão em espanhol em Luckmann, 2008a.]

Luckmann, T. (1991). *Die unsichtbare Religion*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1967]. [Análise sociológica da religião no contexto da sociologia do conhecimento, que se dedica principalmente à questão da relação entre as formas sociais de religião e a religiosidade individual; ver versão em português em Luckmann, 2014.]

Luckmann, T. (1986). *Lebenswelt und Gesellschaft. Grundstrukturen und geschichtliche Wandlungen*. Stuttgart: UTB. [Seleção de análises individuais, incluindo, entre outros, questões da construção da identidade].

Schütz, A. & Luckmann, T. (1979). *Strukturen der Lebenswelt*. Bd. 1. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Redação e complementação realizada por Luckmann da análise das estruturas básicas do mundo da vida, por exemplo, temporais, espaciais e sociais, com base em um manuscrito de Schütz.]

4.2.1 Fundamentos teóricos

Berger e Luckmann têm como base para a sua teoria um amplo fundamento de ideias de trabalhos filosóficos e sociológicos que os antecederam, que só poderão ser brevemente mencionados aqui. Logo no início, como indicado anteriormente na citação de Thomas Luckmann, consta a relação com uma concepção da história e da realidade humana como defendida pelo filósofo italiano Giambattista Vico (1668-1744). Vico havia argumentado que as pessoas fazem sua própria história, passando por várias etapas (Vico, 1981; 2005).

Primeiramente – não de forma temporal, mas no curso da argumentação –, Berger e Luckmann fazem, então, referência às perspectivas antropológicas filosóficas de Hellmuth Plessner (1892-1985) e Arnold Gehlen (1904-1976) e apresentam uma concepção do homem como um ser de carências, caracterizado pelo seu instinto pobre e sua abertura ao mundo. Plessner havia identificado a diferença entre o humano e o animal na “excêntrica posicionalidade” do humano. Trata-se da capacidade humana de referir-se a si mesmo de forma reflexiva (como se estivesse “de fora”), ou seja, de fazer de si mesmo e da sua própria localização no mundo o objeto da própria atenção de forma distanciada (Plessner, 1975; 2003).

Arnold Gehlen considerava o homem como um “ser de carências, aberto ao mundo”, que necessita das instituições sociais como uma espécie de segunda natureza e de substituto do instinto, as quais restringem seu comportamento, ao mesmo tempo que o tornam possível (Gehlen, 1976). Esses primeiros pressupostos são importantes para se entender que os seres humanos são criaturas que se orientam

pelos sentidos e produzem interpretações do mundo, encontrando nelas sua orientação para a ação, e não em mecanismos biológicos de estímulo-resposta (de forma semelhante como Mead havia teorizado). Tais interpretações não são predeterminadas pelo mundo, razão pela qual é possível uma variedade quase inesgotável de culturas humanas. As comunidades humanas estabelecem tais interpretações como instituições de longo prazo. As instituições funcionam como um substituto do instinto, por um lado guiando a ação humana por certos caminhos (que também podem ser transgredidos repetidamente) e, por outro lado, tornando ao mesmo tempo a ação possível.

Tais orientações de sentido surgem das ações práticas das pessoas, ou seja, elas são produzidas pelas pessoas, que se encontram no enfrentamento ativo e conjunto com o mundo e precisam cuidar de sua sobrevivência e vida. Essa é a figura da argumentação marxista nos primeiros textos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) (Marx & Engels, 1969). Com base em Marx e Engels¹²³ e recorrendo ao *pragmatismo*, que também retoma essas ideias (cf. subcapítulo 2.1), Berger e Luckmann concebem a prática humana como uma atividade interativa baseada na divisão do trabalho de externalização, estabilização, objetivação, institucionalização e reaquisição das ordens (simbólicas). O que isso significa será explicado a seguir.

Para tanto, o modelo de Max Weber (1864-1920) de uma sociologia compreensiva (Weber, 2012) foi inicialmente fundamental, pois adquiriram a base de uma perspectiva teórica da ação baseada na importância da compreensão do sentido para a ação humana e do social como um contexto de sentido. Com *Émile* Durkheim (1858-1917) o grande antípoda de Weber, eles estão, no entanto, precisamente interessados naqueles mecanismos por meio dos quais as ordens simbólicas emergem como “fatos desagradáveis da sociedade” (Durkheim,

¹²³ Sobre o posicionamento da programática da “construção social” na antropologia marxista, ver, em especial, Luckmann (2002).

1984) – uma expressão do sociólogo alemão Ralf Dahrendorf (1929-2009) – como produtos da ação humana que se tornaram estranhos e como coerção exercida pelas “coisas sociais”.

As análises fenomenológicas de Alfred Schütz sobre a constituição da realidade na consciência individual são utilizadas para aprofundar a perspectiva weberiana e para descrever as estratificações e relações entre os estoques individuais e coletivos de conhecimento, bem como para compreender o modo como o conhecimento opera na estruturação da prática humana. Esses levam Berger e Luckmann também a enfatizar a ordem da realidade do mundo da vida cotidiana, o conhecimento do senso comum, do homem comum como um fundamento permanentemente produzido e reproduzido da ordem social. A teoria social pragmática e simbólica do *interacionismo simbólico* (cf. capítulo 3) oferece, então, não apenas uma ideia dos processos concretos de negociação de definições da situação e estoques de conhecimento, mas também, a partir da teoria da socialização de Mead, as ideias básicas de como os estoques de conhecimento socialmente objetivados são, por sua vez, adquiridos e assim transmitidos nos processos de socialização.¹²⁴

Como resultado de todas essas referências, Berger e Luckmann desenvolvem uma teoria da construção social do conhecimento interpretativo e da ação, que é socialmente criado, modificado, institucionalizado e comunicado aos indivíduos em processos de socialização; isso inclui tanto uma teoria da estrutura social e formação institucional quanto uma teoria da ação social (cf. um resumo em Luckmann, 1992). Mesmo que Berger e Luckmann falem de “construção”, isso não

¹²⁴ “Negociações” não se referem a processos de argumentação, mas, sim, de acordo com o teorema de Thomas, a processos que ocorrem em certa medida de forma inconsciente e permanente, ou seja, processos de indicação e interpretação recíprocos do que está em jogo em uma situação. O fato de tais processos de negociação se tornarem explícitos e receberem atenção reflexiva é um caso empírico de exceção. Sobre os paralelos entre as posições de William I. Thomas e a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, ver a comparação de Hitzler (1999b). A “análise dos quadros da experiência” de Erving Goffman, que também se orienta por Alfred Schütz e pelo pragmatismo de William James, pode ser lida como mais uma variação sobre o tema da “definição da situação” (Goffman, 1980; 2012; cf. capítulo 6).

significa de forma alguma que se trata de um processo planejado e controlado – essa seria no máximo uma entre várias formas possíveis de se produzir ordens de conhecimento e uma relativamente rara.

De fato, “construção social” se refere inicialmente apenas ao pressuposto de que se trata de construções de conhecimento feitas pelo homem. A ideia principal da “construção social da realidade” assume que a ordem social deve ser entendida como uma constante atividade de produção humana. A sociedade é uma realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Ela é estabilizada, percebida e modificada por estoques sócio-históricos de conhecimento, que são feitos pelas pessoas e que são adquiridos por elas na socialização. O conhecimento é tudo o que é tido como real, incluindo a existência de ideias ou “seres transcendentais” (tais como espíritos e divindades).

“Conhecimento” é, aqui, tudo aquilo que é tido como real, que dá sentido, ou ainda que pode ser interpretado de forma significativa, tais como padrões de ação, padrões de interpretação, normas e regras, idioma, classificações, instituições, profissões, sentimentos, rotina e conhecimento de referência. O termo “conhecimento” caracteriza ofertas socialmente objetivadas de atribuição de sentido (sentidos), que variam desde a prática rotineira de comer (“Qual mão segura o garfo?”; “Pode-se comer cachorros?”) até conhecimentos teóricos especializados (“De acordo com o imperativo categórico de Kant...”). O estoque social de conhecimento forma um reservatório de significado, que é historicamente dado a cada sujeito na forma de sistemas de signos e a eles socialmente impostos, os confrontando como um *a priori sócio-histórico* (Luckmann, 2003, p. 20).

Os esquemas de experiência, em certa medida intersubjetivos vinculantes, formam uma camada fundamental de soluções reconhecidas para problemas, que são estabelecidas por intermédio da objetivação linguística em um contexto histórico de significado, tornando-se parte do estoque coletivo de conhecimento. A pré-tipificação oferece, ao mesmo tempo, alívio, possibilitando e aproximando a interpretação

e a ação. A sociedade é, assim, realidade objetivada, ou seja, feita por pessoas e dotada de reivindicações de validade na forma de conhecimentos ou instituições, estabelecida a longo prazo, sendo, por um lado, realidade objetiva e, por outro lado, adquirida ativamente na trajetória individual, portanto, realidade subjetiva.

O estoque social (e sempre sócio-histórico!) de conhecimento é complexo, de forma alguma homogêneo e consistente; existem estruturas sociais de sua distribuição e diferenciação. Nem todo mundo tem todo o conhecimento à sua disposição; nem todos vivem – pelo menos nas sociedades modernas – no mesmo mundo. Há especialistas para isto e para aquilo, mas também há leigos desinformados. Existem hierarquias de distribuição do conhecimento e oportunidades diferenciadas e desiguais de se produzir conhecimento, de impô-lo socialmente ou adquiri-lo individualmente. Os diferentes elementos desse estoque de conhecimento são subjetivamente adquiridos, dependendo da localização social e do pertencimento de grupo.

Agora, mesmo que isso pareça bastante abstrato – você poderá fazer um simples experimento mental para visualizar essas ideias:

- Para o leitor: imagine acordar pela manhã em um corpo feminino e ser forçado a continuar o dia. O que você faria? Como ou de que forma isso mudaria a sua rotina? Como você resolveria as perturbações que isso acarretaria?
- Para a leitora: imagine acordar pela manhã em um corpo masculino e ser forçada a continuar o dia. O que você faria? Como ou de que forma isso mudaria a sua rotina? Como você resolveria as perturbações que isso acarretaria?
- Para os(as) leitores(as): imagine acordar amanhã de manhã no século XV (em uma sociedade aborígine australiana etc.).

De fato, hoje em dia temos à nossa disposição, por meio da mídia, experiências extremamente frequentes e impressionantes

da diversidade ou de confrontos com a diversidade de realidades socialmente construídas. Esse também é o conteúdo do qual são feitas comédias e tragédias.

4.2.2 Sociedade como realidade objetiva e subjetiva

A “sociedade” é pensada de duas maneiras por Berger e Luckmann: como uma realidade objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. O que se entende por isso? O sentido, a realidade significativa do mundo se revela ao sujeito reconhecedor, intérprete (*constituído* de sentido), atuante sempre como uma *realidade construída* socialmente. Esse conhecimento origina-se do estoque social suprassubjetivo de conhecimento e inclui conteúdos, como também modos de ação, regras, normas ou conceitos morais. Esse estoque de conhecimento historicamente desenvolvido e contingente é apresentado ao indivíduo pelas mais diversas instâncias mediadoras (por exemplo, família, grupos de pares, instituições educacionais, meios de comunicação de massa) como objetivamente dado (“Isso é assim mesmo!”, “Isso não se faz!”) e é adquirido pelos sujeitos nos mais diversos processos e situações, começando pela socialização na primeira infância, passando pelas diversas etapas e situações de socialização na vida, chegando até a velhice – esse processo continua até a morte.

O estoque subjetivo de conhecimento compreende não apenas o conhecimento explícito, padrões de interpretação disponíveis de forma reflexiva etc., mas também o conhecimento receitado disponível, rotinizado ou tornado hábito no corpo, para as práticas diárias. A atualização de elementos do estoque de conhecimento ocorre geralmente como um processo de rotina pragmático e inquestionável, que só requer atenção especial e trabalho reflexivo quando surgem problemas. Com isso, sentido é, assim como para Alfred Schütz, sempre sentido *social*, ou seja, em seus atributos subjetivos restantes, inacessível à análise sociológica. A estrutura

social é o mais importante nível sociológico da estruturação da ação individual e da distribuição social do conhecimento (Knoblauch, 2002).

Os processos sociais de construção que têm que preceder isso, para que haja algo que possa ser adquirido, ocorrem em processos históricos mais ou menos abrangentes e encontram sua expressão nas coisas, organizações, instituições, nos sistemas de ideias que reivindicam direito à existência e validade perante o indivíduo. A sociedade é a realidade objetivada em uma multiplicidade de universos simbólicos, ou seja, institucionalizada, legitimada, em certo sentido ativamente “realizada”, por um lado, tornada *factum*, por outro, socialmente adquirida. Dessa forma, a “definição da situação” está finalmente inserida em uma ampla teoria sociológica da realidade. Processos de objetivação social de sentido – como, por exemplo, por intermédio de sistemas de signos, instituições, linguagem e objetos materiais – são constitutivos para a “realização social” da realidade: “Dessa maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma *realização* no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente essa realidade” (Berger & Luckmann, 2014, p. 91).

A relação entre o conhecimento objetivado e a prática social da ação é concebida dialeticamente, isto é, como uma inter-relação. Toda interpretação e ação se baseia em elementos do conhecimento disponíveis, coletivos, tipificados e socialmente produzidos no respectivo contexto sócio-histórico. No processo de interpretação e ação, esses são atualizados, transformados, modificados ou ampliados diante de novos tipos de situações problemáticas. A tarefa da sociologia consiste, como argumentam Berger e Luckmann, em particular no estudo do conhecimento da vida cotidiana ou do homem comum, que forma a base da realidade social como estrutura básica de significado¹²⁵: “Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não as “ideias”,

¹²⁵ Esse postulado não precisa ser necessariamente adotado, mesmo que se aplique os fundamentos teóricos de Berger e Luckmann (Keller, 2005).

deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente esse “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (Berger & Luckmann, 2014, p. 29).

4.2.3 A realidade objetiva como um estoque coletivo de conhecimento

Os dois lados da sociedade citados até aqui – como realidade objetiva e subjetiva – serão agora examinados com mais detalhes. Começamos com a pergunta: como surgem os “estoques coletivos de conhecimento” ou a “realidade objetiva”? Berger e Luckmann propõem compreender os processos sociais fundamentais da *construção do conhecimento* como uma sequência de etapas: eles começam com a *externalização* situacional de ofertas de sentido em situações de interação, com a consolidação interativa de ações e interpretações em processos de *tipificação mútua* por diferentes atores, com a *repetição* habitual e com a *objetivação por meio da formação de instituições*, como, por exemplo, em papéis.

Somente assim a transferência a terceiros segue na forma de aquisição socialmente transmitida. Para os novatos, as instituições socialmente produzidas aparecem como algo que os confronta com reivindicações de validade e conformidade – mesmo que, historicamente falando, seja uma entidade produzida por seres humanos. Isso fica mais facilmente visível quando se trata de coisas. O vaso que foi projetado por alguém e produzido por outra pessoa pode ser usado por mim, na medida em que eu me oriento por aquilo que o vaso, por meio de sua forma, tamanho, composição material, me indica – no entanto, ele não “me obriga” de forma alguma um uso específico (eu posso, por exemplo, usá-lo de forma indevida como um instrumento musical). No entanto, se eu quiser cozinhar nele, tenho que considerar suas propriedades em minhas orientações e planos de ação. Assim, aquilo que vale para coisas ou artefatos vale igualmente para as instituições e para o conhecimento que elas manifestam:

Essa objetividade adquirida dos produtos culturais do homem vale tanto para os materiais como para os não materiais. Ela pode ser prontamente entendida no caso dos primeiros. O homem fabrica um instrumento e com essa ação enriquece a totalidade dos objetos físicos presentes no mundo. Uma vez produzido, o instrumento tem um ser próprio que não pode ser modificado de imediato pelos que se utilizam dele. Na verdade, o instrumento (por exemplo, uma ferramenta agrícola) pode até impor a lógica do seu ser aos que o utilizam, às vezes de um modo que pode não lhes ser lá muito agradável. Um arado, por exemplo, um produto humano, evidentemente, é um objeto externo não só no sentido de que os que o usam podem cair em cima dele e se machucarem, como poderiam machucar-se tropeçando numa pedra ou num toco, ou qualquer outro objeto natural. O que é mais interessante, o arado pode obrigar os que se servem dele a dispor a sua atividade agrícola, e talvez também outros aspectos de suas vidas, de um modo que se conforme com a sua própria lógica e que pode não ter sido pretendida nem prevista pelos que originariamente o conceberam. A mesma objetividade, no entanto, caracterizam igualmente os elementos não materiais da cultura (Berger, 1985, p. 22).

Um experimento mental

O que parece bastante complicado em termos do surgimento das instituições e sua reivindicação de validade é ilustrado por Berger e Luckmann em seu experimento mental usando o exemplo de uma situação de Robinson Crusoe. Vamos supor que duas pessoas que naufragaram se encontram em uma ilha deserta, vindas de diferentes culturas e entre as quais, a princípio, nenhuma comunicação linguística é possível. Como podemos imaginar o caminho que leva à construção de complexas formas sógnicas comuns e de referências

a papéis sociais pela ação e a observação alternada? *A* sobe em uma palmeira e busca um coco. Ele é observado por *B* enquanto faz isso. *A* repete isso e novamente é observado por *B*. Por outro lado, *B* repete ações (digamos: perseguir um tigre) observadas por *A*. Enquanto isso, eles fazem “sugestões sonoras”, que são, então, utilizadas por ambos. Em algum momento, suas ações e expressões sonoras, ou seja, em forma de signos, se consolidam: *A* é então aquele que sobe nas árvores; *B* caça com sucesso tigres selvagens. Se uma terceira pessoa, *C*, se juntar a eles, novamente com outro idioma, então *A* e *B*, possivelmente, deixarão claro que subir em árvores é assunto de *A* e de ninguém mais; e o mesmo se aplica à caça de tigres.

A fim de convencer *C*, *A* e *B* têm várias possibilidades à sua disposição: podem usar a força física ou eles desenvolvem uma justificativa porque as coisas são assim e não de outra forma, como uma teoria das habilidades especiais de *A*, resultantes de sua competência “única” de consultar diretamente os deuses do coqueiro etc. Assim, foi criada uma pequena instituição da divisão do trabalho dentro do grupo, na qual *A* tem o papel de subir nas árvores, *B* caçar o tigre e *C* pode se tornar um aprendiz ou encontrar uma atividade própria. É o processo pelo qual os pais explicam a um recém-nascido como é o mundo e o que pode e não pode ser feito nele, por quem e por que não é diferente – incluindo a poderosa instituição da linguagem e da linguagem correta. Com a diferença de que os pais não são os próprios inventores deste mundo e suas instituições, mas, sim, que se movem antes de mais nada ou quase exclusivamente em caminhos predeterminados.

No entanto, o exemplo da ilha não pode explicar como surge, afinal, a capacidade de utilizar signos, pois *A*, *B* ou *C* já são considerados membros adultos de grupos sociais que estão socializados e possuem competências da utilização de signos (seu encontro na ilha foi apenas acidental), mesmo que esses últimos não fossem compatíveis no início do experimento mental. Assim como para Mead, o desenvolvimento

histórico evolutivo permanece aqui, portanto, em aberto; ao contrário de Mead, entretanto, Berger e Luckmann também não afirmam querer esclarecer essa questão. Seu tema trata, afinal, da construção, legitimação, circulação, mudança, em suma: do uso do conhecimento em sociedades sócio-históricas concretas.

Institucionalização

O processo que vai de uma ação habitual à *externalização* de uma atribuição de sentido até sua forma social como *instituição* pode ser chamado de processo de *institucionalização*. Passemos agora a cada uma das etapas desse processo (Berger & Luckmann, 2014, p. 67; 2019, p. 13-14). Em primeiro lugar, a possibilidade de construção institucional resulta da já mencionada (filosófica e antropologicamente fundamentada) “abertura ao mundo” das relações humanas com o ambiente. Para sobreviver, os seres humanos ou comunidades humanas não estão condicionados a um modelo de mundo. Dependendo das condições ambientais e das coincidências históricas, podem surgir formas bem diferentes de lidar com o mundo pela ação. De acordo com Berger e Luckmann, a primeira etapa da formação da instituição consiste na frequente repetição de certas ações (comprovadas). Tais *processos de habitualização* ocorrem porque oferecem simplesmente vantagens (sabe-se como fazê-lo; economiza-se tempo e energia; estimam-se as maiores chances de sucesso), e simplesmente todo o fazer que é importante para a sobrevivência das comunidades humanas torna-se um hábito no curso histórico. Este é o ponto de partida: “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (Berger & Luckmann, 2014, p. 77).

Tudo nessa definição é importante: por um lado, as ações são “tipificadas”, ou seja, lhes é atribuído um esquema interpretativo no sentido de Alfred Schütz, tornando-se assim repetidamente “expe-

rimentáveis”. Isso se aplica não apenas às ações, mas também aos agentes: as ações tipificadas só podem ser realizadas por tipos de atores por elas encarregados:

Por exemplo, a instituição da lei postula que as cabeças serão decepadas de maneiras específicas em circunstâncias específicas e que tipos determinados de indivíduos terão de fazer a decapitação (carrascos, ou membros de uma casta impura, ou virgens de menos de certa idade ou aqueles que foram designados por um oráculo) (Berger & Luckmann, 2014, p. 77).

As instituições sempre têm uma história, um contexto histórico, uma sequência concreta de ações e interações humanas, das quais emergem e nas quais poucos ou muitos indivíduos podem estar envolvidos. Elas funcionam pela sua própria existência como uma forma de controle social do comportamento porque prescrevem como se pode agir em relação a uma área específica e quem está habilitado a fazê-lo. Quando se trata de transmiti-las aos recém-chegados (por exemplo, crianças, estrangeiros etc.), justificativas são frequentemente utilizadas – ou violência “nua e crua”. Instituições – como a do casamento heterossexual – reivindicam autoridade, mas essa autoridade pode ser contestada.

Voltemos ao processo de institucionalização. Um pré-requisito para a formação de instituições é a “tipificação”. Esse processo também pode ser entendido como *externalização* e *objetivação*. Externalização significa que o que no início era uma experiência interior, uma atividade vinculada ao corpo, é transformada em forma externa, em uma coisa, em um “signo” ou em uma “relação de signos”: fonemas linguísticos, pictogramas, signos linguísticos em forma rudimentar. A objetivação ocorre quando um signo (por exemplo, uma ferramenta primitiva, um pelo, um som) assume o mesmo significado para diferentes atores.

“Em objetivações, o sentido subjetivo de experiência e ação é separado da unicidade da “situação de origem” e se oferece como significado típico para aceitação num [estoque] social de conhecimento” (Berger & Luckmann, 2019, p. 13).

O que é chamado de *papel* na sociologia nada mais é do que um conjunto de ações, a institucionalização de modos de ação conjuntos ou cursos de ação que podem ou precisam ser realizados por categorias igualmente tipificadas de atores. A “incorporação” das instituições nos indivíduos passa por papéis e sua aquisição nos processos de socialização. As instituições são realizadas, reproduzidas e transformadas pelos indivíduos pelo seu desempenho dos papéis e estão diretamente ligadas a interesses sociais:

Somente mediante essa representação em papéis desempenhados é que a instituição pode manifestar-se na experiência real. A instituição, com seu conjunto de ações “programadas”, assemelha-se ao libreto não escrito de um drama. A realização do drama depende do repetido desempenho dos papéis prescritos por parte de atores vivos. [...] Visto na perspectiva dos vários papéis, cada um desses transporta consigo um apêndice socialmente definido de conhecimentos. As suas perspectivas, está claro, apontam para o mesmo fenômeno global, que é a dialética essencial da sociedade. A primeira perspectiva pode ser resumida na proposição segundo a qual a sociedade só existe quando os indivíduos têm consciência dela, a segunda perspectiva resume-se na proposição de que a consciência individual é socialmente determinada. [...] A análise dos papéis tem particular importância para a sociologia do conhecimento porque revela as mediações existentes entre os universos macroscópicos de significação, objetivados por uma sociedade, e os modos pelos quais esses universos são subjetivamente reais para os indivíduos (Berger & Luckmann, 2014, p. 101-105).

Tais papéis podem ser, por sua vez, agrupados em padrões típicos, constituindo, assim, formas mais complexas de instituições (pai-mãe-filho; médico-paciente). Os papéis – e, claro, as instituições – são ao mesmo tempo repositórios ou a realização do conhecimento sobre como algo deve ser feito e de quem se pode esperar que o faça – ou não. Eles têm atributos concretos, por exemplo, roupas apropriadas (uniformes, ternos...), lugares equipados (consultório médico), denominações/significados linguísticos. Eles podem se tornar portadores de amplos universos que compreendem toda uma sociedade ou subuniversos concorrentes e conflitantes. Quanto mais diferenciadas e complexas são as ordens institucionais das sociedades, maior o problema da validade ou justificativa de partes dessa ordem – ou da ordem como um todo.

Instituição e legitimação

Como já vimos, as instituições estabelecem estoques de conhecimento por tempo ilimitado, reivindicam validade para além de curtos horizontes temporais, ou seja, elas garantem sua existência para além das situações sociais individuais, escondem sua contingência histórica, empregando para tanto uma grande variedade de mecanismos de controle e sanções. Com a pré-estruturação institucional de padrões de interpretação e ação, surge ao mesmo tempo o problema do controle e dos desvios. Assim, sanções em potencial são construídas. As instituições excluem alternativas por meio de sua própria existência e pela forma de sua ordem específica de sentido das esferas da realidade. Elas ganham seu caráter de facticidade objetiva especialmente quando são transmitidas a terceiros, os quais não estiveram envolvidos em sua criação:

A transmissão do significado de uma instituição baseia-se no reconhecimento social dessa instituição como solução “permanente” de um problema “permanen-

te” da coletividade dada. Por conseguinte, os atores potenciais de ações institucionalizadas devem tomar conhecimento *sistematicamente* desses significados. Isso exige alguma forma de processo “educacional”. Os significados institucionais devem ser impressos poderosa e inesquecivelmente na consciência do indivíduo. [...] Os significados objetivados da atividade institucional são concebidos com “conhecimento” e transmitidos como tais. [...] Toda a transmissão exige alguma espécie de aparelho social. [...] O caráter particular desse aparelho variará naturalmente de uma sociedade para a outra (Berger & Luckmann, 2014, p. 95-96).

Isso também pode ser expresso em outras palavras: as instituições exigem uma justificativa simbólica para que existam por períodos mais longos no tempo e tenham validade para outros (pessoas nascidas posteriormente, pessoas vindas de fora). O processo pelo qual isso acontece é o que Berger e Luckmann chamam de *legitimação*. Trata-se de uma “objetivação de sentido de ‘segunda ordem’” (Berger & Luckmann, 2014, p. 122), na qual o sentido incorporado às instituições é mais uma vez processado e justificado em teorias explícitas de legitimação e sua reivindicação de validade fortalecida. Muito facilmente, o “conhecimento da existência factual”, ou seja, a maneira como algo (aparentemente) é, se torna, aqui, um normativo “dever ser”:

É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de “valores”. Sempre implica também “conhecimento”. [...] A legitimação não apenas diz ao indivíduo por que *deve* realizar uma ação e não outra; diz-lhe também *por que* as coisas são o que são. Em outras palavras, o “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições (Berger & Luckmann, 2014, p. 124).

A fim de estabilizar as instituições, explicações e justificativas são desenvolvidas para a sua existência e reivindicação de validade – uma história correspondente é contada, na qual a ordem institucional é justificada e provada como sendo a única solução possível, cognitivamente concebível, bem como normativamente oferecida de uma tarefa social da ação. “A legitimação ‘explica’ a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados” (Berger & Luckmann, 2014, p. 124). “A linguagem assegura a superposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado. O edifício das legitimações é construído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento” (Berger & Luckmann, 2014, p. 89).

Tais legitimações podem assumir manifestações concretas muito diferentes, desde simples receitas cotidianas, como “isso é assim mesmo”/“isso não se faz”, até teorias científicas e a elaboração de visões de mundo mais complexas (como as religiões) e que combinam elementos cognitivos (“algo é assim e assim”) com elementos normativos (“é assim que se deve ser”; “isso é bom assim”). Berger e Luckmann mencionam formas de controle de acesso aos subuniversos sociais e de permanência, tais como terapias para potenciais desviantes (Berger & Luckmann, 2014, p. 113). Os níveis de legitimação compreendem desde o uso de certos “vocabulários”, “postulados teóricos”, “teorias explícitas de legitimação” até a elaboração de “universos simbólicos” (Berger & Luckmann, 2014, p. 67).

As construções teóricas para a legitimação dos subuniversos sociais são sustentadas por uma grande variedade de outras formas de “organização social”. Além do conhecimento ou da validade cognitiva, a estabilização é, portanto, alcançada pelas relações de poder e dominação e seus recursos não linguísticos. Presume-se, por exemplo, que ocorre uma diferenciação dos estoques de conhecimento especializado nas sociedades modernas, que são sustentados por grupos de especialistas e que constituem subuniversos específicos com suas respectivas regras de acesso, práticas e repercussões na vida cotidiana.

na.¹²⁶ Os portadores desses estoques de conhecimento especializado, produzidos e reproduzidos por tempo indeterminado, são as profissões, as diversas subdisciplinas científicas e os campos de prática socialmente diferenciados, como a religião, a economia ou a política.

Berger e Luckmann falam de concepções teóricas de apoio, como mitos, teologia ou ciência, e de “campos semânticos” que agrupam, acumulam e transmitem conhecimentos específicos. Estoques sociais de conhecimento e de grupos específicos, assim como ordens simbólicas, não formam uma ordem total harmoniosa, mas, sim, competem frequentemente entre si. São os interesses de grupos concretos de pessoas e relações sociais de poder que decidem sobre sua validade relativa: “Quem tem a vara mais comprida tem maior probabilidade de impor suas definições da realidade” (Berger & Luckmann, 2014, p. 143). O poder na sociedade inclui o poder de determinar os processos de socialização e, “portanto, o poder de *produzir* a realidade [...]” (Berger & Luckmann, 2014, p. 155).

Tudo isso é, inevitável e inalteravelmente, produção humana, mesmo quando aparece como uma ordem divina e eterna. Ao lado da questão da estrutura do conhecimento surge a da divisão do trabalho e da estrutura social, das constelações de interesses, do poder, da dominação e das relações entre pessoas, grupos, atores, organizações, práticas, artefatos e estruturas institucionais manifestas que estabilizam ou transformam tais ordens. Berger e Luckmann têm, portanto, ideias muito concretas sobre a incorporação social e o impacto das ideias:

As instituições e os universos simbólicos são legitimados por indivíduos vivos, que têm localizações sociais concretas e interesses sociais concretos. A história das teorias legitimadoras é sempre parte da história da sociedade como totalidade. Não há “história das ideias” isolada do

¹²⁶ Ver Schütz e Luckmann (1979, p. 363; 1984).

sangue e do suor da história em geral. Mas devemos, ainda uma vez, acentuar que isso não significa serem essas teorias nada mais do que reflexos de processos institucionais “subjacentes”; a relação entre as “ideias” e os processos sociais que as sustentam é sempre uma relação dialética. [...] As definições da realidade têm um poder autorrealizador. As teorias podem ser *realizadas* na história [...]. Karl Marx, meditando na biblioteca do Museu Britânico, tornou-se o exemplo proverbial dessa possibilidade histórica. Por conseguinte, a transformação social deve sempre ser compreendida como estando em relação dialética com a “história das ideias” (Berger & Luckmann, 2014, p. 165-166).

4.2.4 Sociedade como realidade subjetiva

Internalização e socialização

Após a análise da “sociedade como realidade objetiva”, Berger e Luckmann voltam-se para a “sociedade como realidade subjetiva” e, portanto, à questão da *internalização* – a internalização dessa ordem na consciência individual. Sociedade, ou melhor, a realidade socialmente produzida precisa “entrar nos indivíduos” para que eles possam se mover dentro dela, ao mesmo tempo que também possam sempre produzir (e mudar) essa sociedade por intermédio de sua interpretação e ação recíproca no sentido dos processos de consciência já discutidos.

Esse processo de aquisição constitui a base geral da ação humana em sociedades historicamente concretas. Partindo das premissas básicas da antropologia filosófica introduzidas anteriormente (as palavras-chave são: o homem como um “ser de carências e aberto ao mundo”), os autores assumem, então, que as pessoas trazem ao mundo uma “disposição para a sociedade” *qua* nascimento. Trata-se dos processos de socialização subsequentes – em especial a socialização da primeira infância, geralmente referida na sociologia como

socialização primária –, nos quais as pessoas adquirem a capacidade de participar plenamente de uma realidade social existente. Nesse processo, os “outros significativos”, dos quais Georg Herbert Mead havia falado, desempenham um papel de destaque (cf. subcapítulo 3.1).¹²⁷

É sobretudo na socialização primária que as estruturas básicas do conhecimento da realidade social são internalizadas (Berger & Luckmann, 2014). Isso inclui, evidentemente, o desenvolvimento do controle corporal, a aquisição da linguagem, mas também a diferenciação entre coisas animadas e inanimadas, de seres vivos humanos e não humanos, a transmissão de uma perspectiva específica sobre o mundo, que deriva da localização social e de “idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um” (Berger & Luckmann, 2014, p. 170) desses outros significativos etc.

Com base nas considerações teóricas de William James, Charles H. Cooley e especialmente de George Herbert Mead a respeito da socialização, Berger e Luckmann enfatizam que as pessoas produzem aqui um “espelho dos outros”, ou seja, que elas constroem sua socialização e sua construção da identidade no decorrer de sua percepção das atitudes dos outros em relação a elas (não os outros são o espelho – nós mesmos somos o espelho!). Ao mesmo tempo, os outros significativos fornecem a mediação socioestrutural selecionada das estruturas do conhecimento social na consciência da criança. Pela generalização dos outros significativos, aquilo que é percebido inicialmente como a realidade específica e, ao mesmo tempo, total desde a perspectiva da socialização da criança é finalmente experimentado como uma realidade social geral, tanto em termos do aspecto do conhecimento (“isso funciona assim e assim”) quanto em termos do aspecto normativo (“isso é proibido”/“você deve fazer isso”). Essa é a base para que a sociedade, que existe como “realidade objetiva”, se torne também

¹²⁷ Berger e Luckmann se baseiam amplamente nas reflexões teóricas sobre a socialização de Cooley e Mead, que não serão repetidas aqui.

“realidade subjetiva”, ou seja, a realidade que o indivíduo constrói em sua consciência e percebe como naturalmente existente – existente exatamente assim como se apresenta.

Na socialização primária, os outros significativos inicialmente parecem ser interlocutores sem alternativas – não podemos imaginar um mundo além do seu mundo. Entretanto, quanto mais complexas são as sociedades, mais importante se tornam os processos de *socialização secundária* subsequentes em campos institucionais especiais da sociedade (“subuniversos”), como a escola, as organizações, nas quais torna-se membro e, talvez, o mais importante, o posto de trabalho que se ocupa. Lá, os processos de identificação com outros significativos desempenham um papel secundário. Devido ao fato de que os socializados estejam agora mais ou menos a par das opções e alternativas disponíveis em seu contexto social mais amplo e que assumem em face da sua socialização primária uma certa distância em relação às novas esferas da realidade que se abrem para eles, se faz necessário um forte suporte externo ao processo – por meio de teorias de legitimação, coerção etc. O uso de uma língua comum adquirido na socialização primária forma o modo básico da construção permanente da realidade:

A socialização secundária é a interiorização de [subuniversos] institucionais ou baseados em instituições. A extensão e caráter destes são, portanto, determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento. Sem dúvida, o conhecimento universalmente importante também pode ser socialmente distribuído – por exemplo, em forma de “versões” com base de classe –, mas o que temos em mente aqui é a distribuição do “conhecimento especial”, conhecimento como resultado da divisão do trabalho e cujos “portadores” são institucionalmente definidos. [...] podemos dizer que a socialização secundária é a aquisição do conhecimento de [papéis] específicos, [papéis] direta

ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho. [...] A socialização secundária exige a aquisição de vocabulários específicos de [papéis], o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Ao mesmo tempo são também adquiridas “compreensões tácitas”, avaliações e colorações afetivas desses campos semânticos. Os [“subuniversos”] [...] também são realidades mais ou menos coerentes, caracterizadas por componentes normativos e afetivos assim como cognoscitivos (Berger & Luckmann, 2014, p. 178-179).

Estruturas de plausibilidade e transformações

A vida cotidiana, ou mais precisamente: o mundo da vida intersubjetiva do cotidiano é, como vimos com Schütz, o lugar onde encontramos os outros e indicamos alternadamente e constantemente a existência dessa realidade – exatamente essa realidade! – por meio dos processos de comunicação, mantendo-a assim estável para todos nós. A manutenção das respectivas referências de sentido na consciência individual requer incessantemente um *input* comunicativo:

O veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. [...] Assim uma troca de palavras, como, por exemplo, “bem está na hora de ir para a estação” e “ótimo, querido, passe um bom dia no escritório”, implica um mundo inteiro *dentro do qual* essas proposições aparentemente simples adquirem sentido. Em virtude dessa implicação a troca de palavras confirma a realidade subjetiva desse mundo (Berger & Luckmann, 2014, p. 196).

No entanto, existem mecanismos bastante diferentes para as respectivas estabilizações: além da língua, é claro, coisas, como o fato de vestir um terno para ir ao escritório e me apresentar como “advogado” ou “advogada”. No meu mundo dos sonhos, ou seja, durante o sono, posso agir e me comunicar de maneira bem diferente: voar ou falar com ovelhas – mas o mundo dos sonhos é uma produção da minha consciência, ele não é construído de forma intersubjetiva. Berger e Luckmann compreendem todos os elementos responsáveis pela estabilidade da realidade subjetiva adquirida a partir do conceito de *estruturas de plausibilidade*:

A realidade subjetiva depende assim sempre de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação. Só é possível o indivíduo manter sua autoidentificação como pessoa de importância em um meio que confirma essa identidade; uma pessoa só pode manter sua fé católica se conserva uma relação significativa com a comunidade católica, e assim por diante (Berger & Luckmann, 2014, p. 198).

Naturalmente, as realidades subjetivas também podem se transformar. Em certo sentido, elas o fazem permanentemente, ou melhor, apresentam sempre um momento de persistência e um momento de mudança. Assim, a separação conjugal pode levar ao “colapso” do meu mundo anterior – o amor eternamente jurado acaba se apresentando como uma chama da paixão que se apagou rapidamente; um acidente me força a desistir de toda a minha vida profissional. Meu empregador vai à falência e da noite para o dia eu não tenho mais uma renda regular etc. Tudo isso nos força permanentemente a adentrar realidades, em certa medida, novas, até passar por grandes crises ou conversões no decorrer da vida, quer seja a iniciação em uma comunidade religiosa, quer seja, justamente, sua desfiliação.

Influências socioestruturais

Já foi mencionado que, especialmente na primeira infância, os outros significativos transmitem uma “realidade objetiva”, assim como ela se apresenta a partir de sua localização social específica e de suas próprias experiências biográficas. Esse é um primeiro elemento da diferente influência socioestrutural da realidade subjetiva – que, para reiterar, não trata de uma visão singular e idiossincrática da realidade (ao menos não em sentido estrito).¹²⁸ “Subjetivo” refere-se, aqui, apenas ao fato de que estamos lidando com o nível da consciência individual, no qual essa visão da realidade é (e tem que ser) construída:

A socialização realiza-se sempre no contexto de uma estrutura social específica. Não apenas o conteúdo, mas também a medida do “sucesso” tem condições sociais estruturais e consequências sociais estruturais. Em outras palavras, a análise microsociológica ou sociopsicológica dos fenômenos de interiorização deve ter sempre por fundamento a compreensão macrosociológica de seus aspectos estruturais. [E de forma complementar, consta ainda] Nossa argumentação implica a necessidade de um fundamento macrosociológico para as análises da interiorização, isto é, de uma compreensão da estrutura social dentro da qual a interiorização se realiza (Berger & Luckmann, 2014, p. 209).

Ao fazer referências à influência socioestrutural da aquisição individual dos estoques sociais de conhecimento, Berger e Luckmann fecham o círculo em direção ao antigo programa da sociologia do conhecimento: as questões sobre a estruturação social da aquisição do

¹²⁸ Tanto Schütz e Luckmann (1979; 1984) como Berger e Luckmann (1980; 2014) enfatizam as influências estruturais sociais na distribuição do conhecimento e na formação de estoques subjetivos de conhecimento.

conhecimento, às quais Karl Marx e Karl Mannheim já se referiam. Não é coincidência que eles retomam ao final suas primeiras discussões:

A concepção da dialética entre a realidade social e a existência individual na história não é de modo algum nova. Foi sem dúvida introduzida de maneira mais poderosa no moderno pensamento social por Marx. O que é necessário, porém, é aplicar uma perspectiva dialética à orientação teórica das ciências sociais (Berger & Luckmann, 2014, p. 237).

Estar dentro e fora da sociedade

Como vimos, Berger e Luckmann explicam em sua teoria como a sociedade emerge como uma realidade objetiva e como ela então se torna uma realidade subjetiva nos processos de socialização. Para que não haja mal-entendidos: o conceito de realidade subjetiva não faz referência a uma visão completamente idiossincrática e singular da realidade de um único indivíduo, justamente apenas “subjetiva”, enquanto a realidade real faz referência a algo bem diferente. “Subjetivo” aqui significa antes de tudo o processo constitucional inevitável e inescapável na consciência individual: todos nós, incluindo você, precisamos permanentemente construir a realidade da sociedade em nossa consciência – ninguém pode fazer isso por nós. Só assim você pode comprar um sorvete ou concluir seus estudos: na medida em que sua consciência sintetiza e constrói permanentemente as respectivas experiências, para que você possa, por exemplo, concluir o simples processo de comprar um sorvete ou, justamente, participar de seminários.

Isso não significa, entretanto, que o estoque social de conhecimento ou a “realidade objetiva” seja completamente congruente com a “realidade subjetiva”. Esse pode ser o caso de comunidades sociais bastante simples e de fácil controle; no entanto, na maioria das socie-

dades históricas, a estrutura institucional, a diferenciação de papéis e a ordem simbólica de significado são demasiadamente complexas para que cada participante possa ser capaz de adaptá-las completamente, permitindo que realidade externa e interna coincidam. Você mesmo pode verificar isso facilmente se tentar determinar os limites de seu próprio conhecimento da realidade. Em sociedades complexas, os indivíduos são, portanto, socializados em partes da realidade muito diferentes, que, no entanto, contêm pontos de interseção suficientes no nível cotidiano, caso contrário, a orientação bem-sucedida não seria possível mesmo no caso de coisas simples (como comprar uma passagem, usar uma bicicleta, cumprimentar alguém etc.). Diferentes indivíduos e identidades emergem também dos processos diferenciados de socialização. Além disso, há um segundo ponto:

Por outro lado, há sempre elementos da realidade subjetiva que não se originaram na socialização, tais como a consciência da existência do próprio corpo do indivíduo anteriormente e à parte de qualquer apreensão dele socialmente apreendida. A biografia subjetiva não é completamente social. O indivíduo apreende-se a si próprio como um ser ao mesmo tempo interior e exterior à sociedade. Isso implica que a simetria entre a realidade objetiva e subjetiva nunca é uma situação estática, dada uma vez por todas. Deve ser sempre produzida e reproduzida *in actu* (Berger & Luckmann, 2014, p. 173-174).

4.2.5 Dois exemplos práticos

Berger e Luckmann combinaram sua teoria da sociologia do conhecimento em particular com questões da sociologia da religião. Isso só pode ser brevemente abordado aqui: entre as várias possibilidades que as instituições têm de se justificar, ou seja, de legitimar sua existência e sua reivindicação de validade, a referência a uma razão de origem

"extra nos" representa uma opção particularmente bem-sucedida ou pelo menos promissora (Berger, 1985, p. 172). Se os deuses (ou um único Deus) agiram como criadores e criaram a ordem da realidade que pode ser experimentada desse lado, isso pode garantir a inviolabilidade dessa ordem de uma forma especial (mesmo que não por toda a eternidade, como mostra a experiência histórica). Desse modo, ela não se origina dos interesses humanos nem os serve, mas corresponde a uma vontade que transcende a existência do homem, uma criação que deve ser seguida.

Por outro lado, uma ordem existente pode ser atacada à medida que um novo Deus é encontrado e sua superioridade é defendida a longo prazo. Uma respectiva teoria ou cosmologia da realidade pode então produzir suas próprias instituições, representantes e rituais que ajudam a estabilizá-la e difundir-la através do tempo, do espaço e dos limites dos coletivos sociais. Isso ocorre por intermédio de igrejas, que podem ser entendidas como confirmações duradouras da fé, fornecendo para tanto os dispositivos necessários (sacramentos, transformações, experiências extasiantes etc.).

Nas sociedades modernas, uma situação especial resulta da pluralização da oferta de criações de sentido religiosas. O conhecimento socialmente gerado dos indivíduos sobre a existência de alternativas de interpretação religiosa do mundo transforma condições predestinadas em situações de "escolha". Berger (1992) fala aqui da "obrigação à heresia":

Uma *haíresis* significava originalmente fazer simplesmente uma escolha. [...] Para o homem pré-moderno, a heresia é uma possibilidade, mas geralmente remota; para o homem moderno, a heresia normalmente se torna uma necessidade. [...] A modernidade cria uma nova situação, na qual a seleção e a escolha se tornam um imperativo (Berger, 1992, p. 40 e seguintes).

Assim, embora a escolha sempre tenha existido como uma possibilidade, nas sociedades modernas ela se torna uma tarefa inevitável, uma obrigação para o indivíduo.¹²⁹ A rigor, trata-se, em primeiro lugar, da pluralização de instituições e legitimações, bem como das respectivas estruturas de plausibilidade: diferentes religiões competem, e todas reivindicam a interpretação superior da realidade. Já o conhecimento da existência dessas alternativas estabelece a semente para a possibilidade de escolha.

Isso se aplica não apenas às ordens de significado religiosas, mas a todas as áreas possíveis de interpretação e ação social. Isso resulta em um significado produzido socialmente do indivíduo como aquele que tem que fazer essa escolha ou pelo menos pode fazê-la. Esse significado é, frequentemente, relacionado ao conceito de “sujeito” ou “subjetividade” – como a instância que tem então que justificar a escolha entre as ofertas plurais. Assim, nas sociedades modernas, a filosofia e a psicologia foram aquelas que começaram a remexer nesse “terreno sólido”, sob o qual se esconde esse “sujeito” ou que representa o ponto de partida de sua escolha. Do ponto de vista da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, isso não é nada mais do que uma forma especial histórica da determinação social do significado do indivíduo (Berger, 1992, p. 30).

Outras aplicações dessa perspectiva sociológica sobre o conhecimento ainda merecem ser lidas: um ótimo exemplo é a análise de Berger, Berger e Kellner (1973; 1975) sobre “modernização e consciência”. Lá, os efeitos da integração estrutural nos processos de trabalho e grupos sociais são examinados em termos de seu impacto sobre as “condições de consciência” sociais, ou seja, a conexão entre as instituições de produção e os processos de consciência

¹²⁹ Essas considerações de Berger do ano de 1979 esboçam as características básicas do que mais tarde foi formulado por Ulrich Beck como a “tese da individualização” (Beck, 1986; 2011) e sua relação com a religião como um “Deus próprio” (Beck, 2008; 2009); uma clara conexão com ela também pode ser encontrada no diagnóstico da “sociedade multiopção” de Peter Gross (2005).

dos indivíduos. Isso é feito comparando as sociedades industriais ocidentais modernas com as sociedades que têm sido acusadas no debate público de “atrasar a modernização”. Em um famoso ensaio, Berger e Kellner (1965) também abordaram o tema “Marriage and the Construction of Reality” (“Casamento e a construção da realidade”). Nele, eles discutem a forma como os casais vão ajustando sua visão de mundo um ao outro no decorrer do casamento.

4.3 Balanço e atualidade da sociologia do conhecimento social construtivista

A teoria de Berger e Luckmann sobre a “construção social da realidade” é certamente uma das mais bem-sucedidas publicações sociológicas de todos os tempos. Muitos estudos recentes na área dos estudos sobre ciência, do interacionismo simbólico ou mesmo dos estudos culturais, dificilmente podem ser pensados sem a influência formadora dessa teoria. No entanto, a história do seu impacto não pode ser apresentada aqui em sua abrangência (cf. subcapítulo 4.3). Pelo menos alguns pontos centrais deverão ser mencionados para a discussão.

As principais vantagens desse programa sociológico do conhecimento residem no fato de que o foco recai sobre ambos os níveis das relações sociais do conhecimento – estoque coletivo e individual de conhecimento – em termos de suas mútuas relações constitutivas e como um processo de produção permanente. Ao mesmo tempo, Berger e Luckmann conseguem integrar diferentes *tradições clássicas* da sociologia (Marx, Durkheim, Weber) com pressupostos básicos da *antropologia filosófica* e, não menos importante, conectar considerações sociofenomenológicas com importantes argumentos do interacionismo simbólico. Ao enfatizar os processos de interação na produção e objetivação do conhecimento, eles insistem na importância das *ações* ou *práticas* para a construção da realidade social como uma produção social contínua. As referências à *relação* entre os processos

de institucionalização, legitimação, reificação e aquisição subjetiva oferecem uma concepção sistemática e abrangente da *teoria do conhecimento* na sociologia como *teoria social*.

É claro que essa abordagem foi muitas vezes criticada. A princípio, o termo “construção” causou alguns mal-entendidos. Esses não dizem respeito apenas à difusão geral sociocientífica dos “construtivismos”. Na verdade, o conceito de construção tem sido muitas vezes mal interpretado como se os processos históricos de construção aqui descritos se baseassem de fato em *atos conjuntos intencionais de construção*, como talvez seja o caso na construção de uma máquina, de um carro, por exemplo. Pode-se entender também por “construção” processos conscientes, planejados e controlados. No entanto, Berger e Luckmann estão muito mais interessados na multiplicidade das consequências não intencionais ou nos efeitos colaterais da ação social, da qual a realidade emerge como uma realidade ordenada por estoques sociais de conhecimento:

O caso paradigmático disso é a linguagem. Praticamente ninguém, por mais alheio que seja ao pensamento sociológico, negará que a linguagem é um produto humano. Toda linguagem é resultado de uma longa história da inventividade, da imaginação e até do capricho do homem. Se bem que os órgãos vocais imponham certas limitações fisiológicas à sua fantasia linguística, não há leis da natureza que se possam invocar para explicar o desenvolvimento, digamos, da língua inglesa. Nem tem esta última nenhum *status* na natureza das coisas além do seu *status* de produção humana. A língua inglesa se originou de acontecimentos humanos específicos, desenvolveu-se através de sua história graças à atividade humana, e existe unicamente até onde e enquanto seres humanos continuarem a usá-la e compreendê-la. Apesar disso, a língua inglesa se apresenta ao indivíduo como uma realidade objetiva, que ele deve reconhecer como tal, ou sofrer as consequências (Berger, 1985, p. 25).

O conceito de “conhecimento” também não fica isento de problemas, pois ele leva a uma interpretação “cognitivista”, a qual sugere que se trata, principalmente, de uma questão de conhecimento explícito conhecido, cientificamente comprovado ou um conhecimento factual produzido em face da experiência. Assim, rapidamente as pessoas parecem ser aprendizes de estoques fixos e predefinidos de conhecimento, sem que fique claro como esse processo de uso pode ser pensado em si de outra forma que não como a realização desse conhecimento por intermédio de papéis sociais.

A isso são associadas ideias de estabilidade, coerência e relação, que não fazem mais jus às complexas, caóticas e conflituosas relações do conhecimento nas sociedades modernas. Nas explicações anteriores, deveria, no entanto, ter ficado claro que o conceito de conhecimento é aqui muito mais amplo. Ele não compreende apenas as instituições e os sistemas simbólicos, mas também todas as formas de experiência armazenada, como, por exemplo, o conhecimento incorporado sobre como fazer isto ou aquilo. Com isso, Berger e Luckmann também não excluem valores e normas (ou seja, regras de comportamento e legitimações), tão pouco os sentimentos: o conhecimento sobre as relações amorosas modernas também inclui o reconhecimento e o sentir dessas emoções nessas relações.

Os autores são criticados por oferecer poucas indicações de como sua teoria poderia ser aplicada em pesquisa empírica para além de pressupostos básicos gerais que orientam a pesquisa. As análises sociológicas da religião acima mencionadas são, em si, ensaios muito generalizados e historicamente informativos. A exigência de que a pesquisa na sociologia do conhecimento precisaria ou deveria ser conduzida primeiramente no nível do “conhecimento do homem comum”, assim como Berger e Luckmann haviam defendido, também é criticada. Essa exigência acabou fomentando uma recepção e aplicação, especialmente em língua alemã, interessada, sobretudo, pelo nível micro das interações sociais e integração de grupo, levando pouco em

consideração os níveis sociais mais amplos do conhecimento (Wolff, 1997; Maasen, 1999; Keller, 2005).

Tais críticas sugerem que novos desenvolvimentos do programa original da sociologia do conhecimento social construtivista são possíveis e necessários. A “construção social da realidade” não deve ser entendida como um programa básico da sociologia do conhecimento que foi finalizado de uma vez por todas. Ao contrário, oferece um plano com numerosas sugestões, possibilidades de complementação e de revisão, como foi feito em partes nos vários desdobramentos do paradigma interpretativo. Desde que a “construção social da realidade” se tornou uma referência obrigatória na literatura sociológica (e além dela), numerosos vínculos diretos e implícitos com a posição ali desenvolvida podem ser encontrados na sociologia contemporânea.

A seguir, serão esboçados dois desdobramentos que pretendem dar continuidade ao empreendimento concebido por Berger e Luckmann de diferentes maneiras: o *neoinstitucionalismo* sociológico, fundado nos Estados Unidos, e a *sociologia hermenêutica do conhecimento*, difundida no mundo de língua alemã.

4.3.1 Neoinstitucionalismo

É pouco conhecido na sociologia que a abordagem sociológica da ciência política do *neoinstitucionalismo*, fortemente adotada na última década, retoma o programa social construtivista recorrendo de forma clara à análise institucional. Diferentes posições pertencem a essa perspectiva (Hasse & Krücken, 2005). Por um lado, é dada, a partir de Berger e Luckmann, maior ênfase à dimensão simbólica das instituições, ou seja, às legitimações, aos rituais, às ordens simbólicas manifestadas nas instituições. Por outro lado, pretende-se colocar em prática a análise das instituições apresentada na “construção social” em um programa empírico de pesquisa sociológica. Esse esforço está

associado, principalmente, a John Meyer (1992).¹³⁰ Como um dos mais importantes protagonistas do neoinstitucionalismo, ele acentua uma múltipla continuação da teoria de Berger e Luckmann:

- em primeiro lugar, o neoinstitucionalismo incorpora espaços e períodos históricos maiores, ou seja, contextos institucionais mais amplos, na análise dos processos de construção;
- em segundo lugar, a categoria dos agentes é separada do nível dos participantes imediatos das interações e ampliada a partir de variantes coletivas (por exemplo, as profissões) ou institucionais (por exemplo, o Estado), as quais participam de processos de construção social do significado. Nesse contexto, o neoinstitucionalismo enfatiza a estruturação do quadro de possibilidades da construção da realidade por meio das relações de poder;
- em terceiro lugar, a abordagem enfatiza a produtividade das inconsistências e contradições em diferentes níveis da sociedade e entre possíveis formas de identidade;
- finalmente, a quarta crítica é que Berger e Luckmann dedicaram muita atenção à categoria do “conhecimento” e negligenciaram o conceito de “significado” (*meaning*).

Com base nesses pontos, Meyer e seus colegas desenvolveram um programa de pesquisa abrangente de *análise da política mundial*, que tem pouca semelhança com as ideias originais de Berger e Luckmann. Nele, são realizadas amplas análises quantificadoras dos processos de difusão a nível mundial, ou seja, global das instituições ocidentais

¹³⁰ No entanto, uma orientação explícita do neoinstitucionalismo tendo como base a tradição sociológica do conhecimento, como faz Meyer, é rara. Para uma discussão mais detalhada sobre a fundamentação teórica do neoinstitucionalismo na sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, ver Dobbin (1994), Thomas *et al.* (1987) e Powell e DiMaggio (1991).

(por exemplo, sistemas educacionais, sua estrutura e padronização de conteúdo). Sua difusão é determinada principalmente por processos de reprodução ou imitação e pela influência de culturas internacionais de especialistas (Meyer, 2005).

4.3.2 Sociologia hermenêutica do conhecimento

Desde o início dos anos 1990, o termo “sociologia hermenêutica do conhecimento” tem sido usado nos países de língua alemã para se referir às perspectivas de pesquisa que estão ligadas à “construção social” e, em particular, aos fundamentos fenomenológicos sociais dessa perspectiva. A sociologia hermenêutica do conhecimento foi entendida, inicialmente, como uma continuação do trabalho de Berger e Luckmann de duas maneiras. Por um lado, o programa teórico apresentado se volta ao objeto de pesquisa privilegiado já aqui mencionado – o nível do “homem comum”, da “mulher comum” ou da “vida cotidiana” e os processos de compreensão dos que nele atuam –, entretanto, desde então, isso tem sido complementado por análises do lado institucional (cf. será abordado mais adiante).

Em contraste com as análises sociológicas mais abrangentes, mas que se baseiam em última instância na literatura sobre religião de Berger e Luckmann, elas seguem, contudo, uma forte orientação empírica e de pesquisa qualitativa, que também caracteriza o trabalho do interacionismo simbólico. Na sociologia hermenêutica do conhecimento, isso fez com que se retomasse, sobretudo, a questão levantada por Alfred Schütz de como os processos científicos de análise devem ser entendidos como processos de compreensão e submetidos a uma certa reflexão metodológica e a uma sistemática metodológica do procedimento. É daí que vem o novo atributo da “hermenêutica” – a perspectiva sociológica básica da “construção social” é complementada por uma reflexão sobre as implicações metodológicas e os procedimentos metodológicos de uma sociologia empírica do conhecimento, que deve fornecer informações sobre

como ela chega a suas afirmações fundamentadas a partir de seu objeto sobre a realidade, o conhecimento, a interpretação e a ação.

Sociologia hermenêutica do conhecimento – sugestões de literatura

Fundamentos:

Hitzler, R., Reichertz, J., & Schröer, N. (2020) (ed.). *Kritik der Hermeneutischen Wissenssoziologie*. Weinheim: BeltzJuventa. [Reflexões atuais sobre o estado da arte da sociologia hermenêutica do conhecimento.]

Hitzler, R., Reichertz, J., & Schröer, N. (ed.) (1999b). *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation*. Konstanz: UVK. [Posicionamento da sociologia hermenêutica do conhecimento.]

Schröer, N. (ed.) (1994). *Interpretative Sozialforschung. Auf dem Weg zu einer hermeneutischen Wissenssoziologie*. Opladen: Westdeutscher Verlag. [Primeiro posicionamento da abordagem.]

Soeffner, H.-G. (1989). *Auslegung des Alltags – Der Alltag der Auslegung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Discute o problema da interpretação como o ponto de partida da hermenêutica das ciências sociais.]

Orientações programáticas de pesquisa:

Hitzler, R. (1988). *Sinnwelten. Ein Beitrag zum Verstehen von Kultur*. Opladen: Westdeutscher Verlag. [Importante discussão da análise cultural de orientação sociofenomenológica.]

Hitzler, R., Honer, A., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2008). *Posttraditionale Gemeinschaften. Theoretische und ethnografische Erkundungen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Obra com explicações básicas sobre o conceito de comunidades pós-tradicionais e muitos exemplos empíricos].

Honer, A. (1997). *Lebensweltliche Ethnographie*. Wiesbaden: DUV. [Fundamentação de uma perspectiva etnográfica a partir de Alfred Schütz e Benita Luckmann.]

Keller, R. (2021). Sobre a práxis da Análise do Discurso da Sociologia do Conhecimento. *Pandaemonim Germanicum*, 24(44), 475-518. Doi: <https://doi.org/10.11606/1982-88372444475>.

Keller, R. (2019). El análisis del discurso basado en la sociología del conocimiento. In: Benno Herzog, & R. Jorge (ed.), *Análisis Sociológico del Discurso: Enfoques, métodos y procedimientos* (pp. 27-54). València: Publicacions de la Universitat de València.

Keller, R. (2005). *Wissenssoziologische Diskursanalyse. Grundlegung eines Forschungsprogramms*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Elaboração de um programa de análise do discurso na sociologia do conhecimento.]

Keller, R., & Pöferl, A. (2018d) (ed.). *Wissenskulturen der Soziologie. Wie Soziologie Wissen produziert*. Weinheim: Beltz/Juventa. [Obra que formula uma abordagem sociológica das culturas do conhecimento, aqui com foco específico na própria sociologia.]

Knoblauch, H. (2017). *Die kommunikative Konstruktion der Wirklichkeit*. Wiesbaden: SpringerVS. [Desenvolvimentos teóricos da abordagem de Berger e Luckmann com foco na importância fundamental dos processos de comunicação.]

Reichert, J. (2009). *Kommunikationsmacht. Was ist Kommunikation und was vermag sie? Und weshalb vermag sie das?* Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Ampla discussão do funcionamento da comunicação.]

No sentido filosófico da palavra, o termo “hermenêutico” refere-se à arte de interpretar textos, por exemplo, escritos religiosos. Assim, ele

remete a uma longa tradição, especialmente nos países de língua alemã (Kurt, 2004; Strübing & Schnettler, 2004). Na história da hermenêutica, foram desenvolvidos entendimentos muito diferentes do como e do porquê da interpretação textual. Várias obras de Hans-Georg Soeffner (nascido em 1939) se tornaram fundamentais para a sociologia hermenêutica do conhecimento (Soeffner, 1989). Soeffner enfatiza a inevitabilidade da hermenêutica nas ciências sociais, tomando a partir de Schütz a constituição básica de seu objeto como fundamento: a sociologia é uma ciência interpretativa, cujo objeto em si produz interpretações.

A hermenêutica científica social recente (Hitzler & Honer, 1997; Schröer & Bidlo, 2011) baseia-se, portanto, no pressuposto de que a pesquisa científica social envolve sempre processos de compreensão, ou seja, a interpretação de dados “significativamente constituídos”. No entanto, ela se abstém de procurar o sentido “único” e “verdadeiro” de um texto. Em vez disso, leva em conta que os sociólogos fazem perguntas sobre seus dados e que respostas diferentes podem ser esperadas dependendo da pergunta. No entanto, isso não nos isenta da obrigação de fornecer informações sobre o processo de análise ou interpretação por meio do qual afirmações sobre um dado (por exemplo, uma entrevista, uma observação, um documento de texto “natural” que surge no campo) são obtidas¹³¹:

Portanto, não se trata apenas de interpretar e compreender de forma reconstrutiva e objetiva, explicando em suas condições e consequências, aquilo que já foi implicitamente e intersubjetivamente interpretado e compreendido, mas também de tornar o modo de operação e os procedimentos de interpretação e compreensão em si o objeto de análise. Ao fazer isso, não

¹³¹ Em geral, essa é uma questão central na discussão de métodos qualitativos na sociologia. No contexto do interacionismo simbólico, a teoria fundamentada tem dado as respostas mais abrangentes a isso – que por sua vez variam.

nos encontramos – também na atitude científica – diante de um mundo interpretado amplamente simbólico, mas dentro dele (Soeffner, 1989, p. 8).

As premissas básicas essenciais da sociologia hermenêutica do conhecimento foram elaboradas no círculo de Soeffner por Norbert Schroer, Ronald Hitzler e Jo Reichertz e em discussões com Thomas Eberle e Hubert Knoblauch (Schröer, 1994; 1997; Schröer & Bidlo, 2011; Hitzler *et al.*, 1999b; Hitzler *et al.*, 2020).¹³² Consta assim, por exemplo, “no texto de fundação” em 1994, que a sociologia hermenêutica do conhecimento quer

(re)construir com base em quais relações de sentido as pessoas agem, como elas agem. A questão é como os sujeitos, nascidos em um mundo histórico e socialmente pré-interpretado, interpretam permanentemente esse mundo e assim também o mudam. Em poucas palavras: trata-se da (re)construção dos processos de como os agentes se veem constantemente “novamente” em um mundo social historicamente predefinido, ou seja, também como encontram seu caminho e como, dessa forma, também criam e mudam novamente e constantemente esse mundo (Reichertz & Schröer, 1994, p. 59).

Ou, em uma formulação mais recente em um livro, que posiciona e apresenta a variedade de pesquisas da época:

A realidade social e seu destino não resultam – pelo menos de acordo com o denominador comum heurístico teórico da ação de uma sociologia hermenêutica do conhecimento – apenas das pré-interpretações estabelecidas e garanti-

¹³² Cf. os elementos programáticos do trabalho de Hitzler (1988), Knoblauch (1995) e Eberle (2000).

das, mas também das interpretações cotidianas dessas pré-interpretações pelos atores agentes e reagentes e seus planos de ação resultantes. A realidade, fundada em referências autoevidentes a cada transmissão, é construída socialmente sempre novamente por meio de ações inter-relacionadas. Visto dessa forma, o conceito de ação se desloca para o centro de interesses das ciências sociais – um conceito de ação que se refere ao agente de duas maneiras: por um lado, o entende como um sujeito autorreflexivo que interpreta e testa, diferencia ou sintetiza estoques de conhecimento no aprendizado cotidiano. Por outro lado, ele o entende como o destinatário dos estoques de conhecimento e dos valores neles introduzidos (Hitzler *et al.*, 1999a, p. 13).

No âmbito da sociologia hermenêutica do conhecimento, além dos posicionamentos já mencionados, foram produzidos alguns trabalhos mais programáticos de orientação teórica, assim como numerosos estudos empíricos. Isso poderá ser apenas brevemente abordado aqui. Vários autores combinaram a linha de tradição acima mencionada de Schütz, Berger e Luckmann, passando pela sociologia hermenêutica do conhecimento de forma científica programática com determinadas áreas temáticas ou fenômenos. Um primeiro eixo é formado por perspectivas que lidam com o nível da construção comunicativa da realidade¹³³:

- Hubert Knoblauch (2017) enfatiza, sobretudo, os processos de “construção comunicativa da realidade” em diferentes níveis sociais. O termo “construção comunicativa” refere-se ao fato de que a construção social analisada por Berger e Luckmann aparece, principalmente, na forma empírica de processos de comunicação, podendo ser assim investigada: isso inclui, por exemplo, padrões e gêneros comunicativos no

¹³³ A esse respeito, ver a visão geral publicada por Keller, Knoblauch e Reichertz (2012).

nível micro da vida cotidiana em situações face a face, mas também processos de comunicação mais abrangentes e mediados pela mídia entre atores coletivos em arenas sociais. O termo “construção comunicativa” refere-se a um interesse de pesquisa que foi sendo desenvolvido sucessivamente por Thomas Luckmann, Jörg Bergmann e Hubert Knoblauch em Konstanz desde os anos 1980 e que resultou em uma virada ou em uma ênfase da sociologia do conhecimento com foco na comunicação (cf. também Knoblauch, 1995).

- Além de numerosas análises dos meios de comunicação de massa e de dados audiovisuais (como, por exemplo, produções televisivas como *O casamento dos sonhos*), Jo Reichertz assumiu essa ênfase dos processos de comunicação em publicações mais recentes, abordando principalmente questões de “poder de comunicação”. No centro de sua análise encontra-se a questão do poder da comunicação entre os envolvidos em situações cotidianas (Reichertz, 2009). Como a comunicação produz efeitos? E como esse poder de comunicação pode ser melhor compreendido, tendo em vista que os diversos participantes da comunicação podem reagir aparentemente de forma própria?
- Com o programa de pesquisa da *análise do discurso da sociologia do conhecimento*, Reiner Keller desenvolve uma perspectiva programática do âmbito institucional da construção social da realidade. A “construção da realidade discursiva” (Pöferl, 2004) é uma forma especial de construção comunicativa. Ela descreve todos aqueles processos da construção da realidade que acontecem em campos institucionais e organizacionais da sociedade, como, por exemplo, em arenas científicas e públicas. Em sua elaboração da análise do discurso desde a perspectiva da sociologia

do conhecimento, Keller enfatiza em especial as conexões com o interacionismo simbólico e a teoria do discurso do filósofo francês Michel Foucault (Keller, 2005; 2008 – cf. subcapítulo 3.4).

Outros perfis programáticos referem-se à etnografia analítica do mundo da vida com base fenomenológica e às abordagens específicas de dados audiovisuais:

- Anne Honer e Ronald Hitzler conceberam uma *etnografia analítica do mundo da vida* com base na sociologia do conhecimento e na fenomenologia social. Seu objetivo reside na exploração etnográfica dos mundos da vida social a partir da perspectiva dos participantes. Isso implica não apenas em adentrar os respectivos contextos de vida reais, mas também tornar-se um participante e assim não apenas fazer da “visão dos nativos” seu objeto de pesquisa, como também seus próprios processos de experiência à medida que se imerge nesses mundos da vida. Com isso, busca-se realizar também um processo de análise dessas experiências fenomenológica e metodologicamente mais controlado – provavelmente a diferença mais importante em relação às tradições etnográficas da Escola de Chicago (Hitzler, 1988; Honer, 1993; 2011).
- No contexto da sociologia hermenêutica do conhecimento, Jürgen Raab apresenta a concepção teórica e a análise material de uma hermenêutica da imagem. Essa faz jus à crescente importância da imagem visual nas sociedades contemporâneas (Raab, 2008b). Abordagens de análise de dados audiovisuais também são desenvolvidas por Reichertz e Englert (2010) e Knoblauch *et al.* (2009).

Além dessas ênfases mais programáticas, surgiu um grande número de estudos empíricos que se orientam pela *sociologia hermenêutica do conhecimento*. A variedade das respectivas pesquisas só poderá ser aqui referenciada:

- Um eixo de análise é formado por estudos da sociologia dos *eventos* e formas pós-tradicionais de comunitarização em *ceias* sociais (Gebhardt *et al.*, 2000; Hitzler *et al.*, 2008; Hitzler & Pfadenhauer, 2008; Hitzler & Niederbacher, 2010; Honer *et al.*, 2010). Esses incluem estudos sobre a “cultura dos fliperamas” (Reichert *et al.*, 2010), os “eventos urbanos” (Betz *et al.*, 2011), o dia da juventude na igreja (Gebhardt *et al.*, 2007), a *cena tecno* (Hitzler & Pfadenhauer, 2001) ou as análises de processos organizacionais relacionados a eventos (Pfadenhauer, 2008).
- Um segundo eixo faz referência à análise sociológica dos processos e rituais de comunicação. Respectivos estudos sobre formatos de televisão podem ser encontrados em Reichertz (2000), Ivány e Reichertz (2002) ou Reichertz (2007); Raab (2008b) aborda filmes em vídeo. O uso de novos formatos de apresentação e as mudanças induzidas por eles nos estilos de palestras científicas são o tema do estudo Powerpoint de Schnettler e Knoblauch (2007). O conceito de “gêneros comunicativos” desenvolvido por Thomas Luckmann e Jörg Bergmann, que denota formas institucionalizadas de comunicação no estoque social de comunicação, também passou a despertar interesse da pesquisa linguística (Günthner & Knoblauch, 1994). Por fim, as análises detalhadas de “rituais da vida cotidiana” de Soeffner (1992) fornecem uma impressionante explicação do significado e do funcionamento dos rituais no presente.

- O estudo das profissões ou da ação profissional e da ação dos especialistas também se tornou um eixo empírico de análise. Além de estudos mais gerais sobre ação profissional (Pfadenhauer, 2003; 2005), Jo Reichertz e Norbert Schröer apresentaram numerosos estudos empíricos sobre “pesquisa policial hermenêutica”, que se concentra nas ações profissionais de policiais e de investigadores (Reichertz, 1991; Reichertz & Schröer, 1996; 2003; Schröer, 2002).
- Desdobramentos etnográficos de pequenos mundos da vida com diferentes tônicas no âmbito da sociologia do conhecimento foram apresentados por Anne Honer (1997; 2011), como, por exemplo, o mundo da vida de fisiculturistas e profissionais que prestam serviços de reparo a domicílio; Saerberg (1990) analisou a orientação espacial de pessoas cegas; Knoblauch (1991; 2002), os radiestesistas e os trabalhadores pendulares, assim como os lugares de uma “sociedade fofoqueira”. A abrangência da etnografia analítica do mundo da vida foi impressionantemente documentada em um novo livro por Schröer *et al.* (2012).
- Assim como no caso de Berger e Luckmann, estudos sociológicos da religião e sobre a fronteira entre a vida e a morte, que são aqui concebidos, no entanto, como estudos empíricos, correspondem a outro eixo. Esses incluem, por exemplo, a análise da “previsão do futuro” como experiências de transcendência (Schnettler, 2004), de “notícias do além” (Knoblauch, 2007) e da “aproximação da morte” (Knoblauch & Soeffner, 1999) e desenvolvimentos atuais de experiências espirituais (Knoblauch, 2009). A metodologia da etnografia da religião é o tema de Knoblauch (2003).
- Em tempos mais recentes, um amplo cenário de pesquisa do discurso desde a perspectiva da sociologia do conhecimento

se estabeleceu. Esses incluem, partindo de uma explicação desse programa de pesquisa em Keller (2005), também o estudo de Keller (2009) intitulado *Müll – Die gesellschaftliche Konstruktion des Wertvollen* (*Lixo – a construção social do que é valioso*), bem como numerosos estudos realizados a partir da análise de discurso da sociologia do conhecimento (Keller & Truschkat, 2012; Bosančić & Keller, 2016; Keller *et al.*, 2018; Bosančić & Keller 2019). Gabriela Christmann (2004) direciona a perspectiva do discurso sobre a construção de entendimentos de espaço e identidades relacionadas ao espaço. Angelika Poferl (2004; 2017) analisa a interface entre discursos e práticas cotidianas da ação usando o exemplo do debate ambiental e as exigências resultantes de uma ação ambiental consciente.

- Em um novo eixo importante foi desenvolvido um conceito sociológico de culturas do conhecimento (Keller & Poferl, 2018a; 2018b; 2016), fazendo referência, por um lado, à análise da sociologia e a sua própria produção de conhecimento e, por outro lado, à diferença, competição e assimetria ou hierarquia entre culturas do conhecimento, como, por exemplo, numa perspectiva inter e transcultural.
- As análises da sociologia do conhecimento sobre a constituição e a construção dos direitos humanos, dos conceitos de dignidade e vulnerabilidade e (com vistas às perspectivas feministas) da relação entre igualdade e diferença constituem outro aprofundamento programático-empírico (Poferl, 2018; 2020a; 2020b).

Finalmente, há inúmeros outros trabalhos que não puderam ser incluídos nos eixos acima mencionados. Esses compreendem, por exemplo, estudos sobre a memória de Oliver Dimbath (cf. por

exemplo, Dimbath & Heinlein, 2015), o desenvolvimento da análise da subjetivação de Saša Bosančić (por exemplo, Bosančić, 2019), as propostas para a sociologia do conhecimento dos problemas sociais (Keller & Pöferl, 2020), o estudo de Darius Zifonun (2004) sobre o discurso alemão da lembrança, a investigação de Arne Niederbacher acerca da posse de armas de fogo na Alemanha (Niederbacher, 2004), o estudo sociológico de cultura e música de Ronald Kurt sobre “Índia e Europa” (Kurt, 2009), entre outros.¹³⁴

Exercícios

- Discuta a relação entre as teorias de Mead e Schütz.
- Com base em um exemplo concreto, analise a transformação da vivência em experiência descrita por Alfred Schütz.
- De acordo com Schütz, por que a coordenação de nossas ações funciona no mundo cotidiano?
- Explique o papel desempenhado pelo conhecimento na construção social da realidade.
- Discuta se e como o interacionismo simbólico e a sociologia do conhecimento social construtivista se diferenciam.
- Aplique o modelo da realidade objetiva e subjetiva a um exemplo de sua própria escolha.
- Como pode ser explicado, desde a perspectiva social construtivista, o fato de que explicações biológicas-genéticas a respeito da ação humana vêm substituindo cada vez mais teorias psicológicas ou sociológicas?

¹³⁴ Numerosas outras referências podem ser encontradas na página da internet da Seção de Sociologia do Conhecimento da Sociedade Alemã de Sociologia (DGS) (www.wissenssoziologie.de). Uma visão atual da diversidade dessa pesquisa sociológica do conhecimento no mundo de língua alemã pode ser encontrada nos volumes dos congressos publicados até então (cf. Raab & Keller, 2016; Pöferl & Pfadenhauer, 2018; Dimbath & Pfadenhauer, 2021).

- Faça um experimento mental: como pode surgir uma nova instituição?
- Compare exemplos historicamente diferentes de como as instituições têm lidado com “desviantes”.
- Faça um segundo experimento mental: quando a continuidade de uma instituição está em risco? Como os atores sociais podem “condenar instituições à morte”.
- Adote uma “postura etnográfica” e tente formular a construção do conhecimento e da realidade desde a perspectiva de uma pessoa que assume a existência de espíritos e forças mágicas (dica de leitura: *Les mots, la mort, les sorts* (1977) ou o artigo “Ser afetado” (2005), ambos de Jeanne Favret-Saada.

5

ETNOMETODOLOGIA

A PARTIR DE MEADOS DOS ANOS 1950, o sociólogo americano Harold Garfinkel (1917-2011) estabeleceu uma conexão com o trabalho de Alfred Schütz, auferindo uma tônica claramente diferente daquela que acabamos de conhecer.¹³⁵ Para esse fim, ele fundou o termo “etnometodologia”. Garfinkel fez seu doutorado sob a supervisão de Talcott Parsons; foi dele que assumiu o interesse pela possibilidade fundamental da ordem social. Dessa forma, o próprio Parsons orientou-se por questões clássicas da sociologia de Émile Durkheim e da filosofia política (especialmente de Thomas Hobbes, 1588-1679).

Entretanto, Garfinkel, que já havia lido Alfred Schütz e Edmund Husserl na época do mestrado e que mais tarde manteve contato pessoal intensivo com Schütz, entendia que a solução de Parsons para a questão da ordem social era completamente inadequada. Foram precisamente os pressupostos de Schütz sobre os processos de constituição de sentido e as motivações da ação que lhe possibilitaram a construção de uma ferramenta analítica capaz de confrontar

¹³⁵ Ver, por exemplo, as referências feitas a Schütz no texto *Seeing Sociologically (Vendo sociologicamente)*, escrito em 1948 e publicado recentemente (Garfinkel, 2006b). As consequências muito diferentes resultantes das leituras de Garfinkel e Berger e Luckmann do trabalho de Schütz servem de base ainda hoje para a separação dessas escolas sociológicas.

o modelo parsoniano da ação no contexto da sua tese de doutorado nos anos 1940 (Junge, 2007). Parsons não teria como considerar as atividades interpretativas que constituem o processo da ação a partir de seus conceitos rígidos e normativos da ação e dos papéis sociais.

As críticas de Garfinkel (2018, p. 149) a Parsons são bastante duras: ele o acusa de conceber os atores sociais como “sedados culturais” (“cultural dopes”) ou “sedados sem julgamento próprio” (“judgmental dopes”), cujas ações seriam guiadas por sistemas gerais de normas e valores, sem que fosse possível atribuir-lhes qualquer contribuição própria especial e ativa. Os atores são apresentados aqui como simples marionetes dos sistemas culturais: “Por “sedado cultural” refiro-me ao *homem-na-sociedade-do-sociólogo* que produz as características estáveis da sociedade, ao agir de acordo com alternativas preestabelecidas e legítimas de ação, fornecidas pela cultura comum” (Garfinkel, 2018, p. 149).

Por trás de tal crítica se encontram as próprias experiências de Garfinkel a partir de sua dissertação de mestrado sobre processos judiciais envolvendo assassinatos entre negros, brancos, ou entre brancos e negros, escrita no início dos anos 1940 (Bergmann, 2011). Nela, ele havia percebido que o júri não executava de forma alguma simplesmente um papel, nem aplicava de forma “automática” as leis e as normas existentes aos casos a serem julgados. Ao contrário, eles apresentavam uma criatividade interpretativa considerável ao avaliar os respectivos casos e também ao justificar mais tarde seus diferentes julgamentos. Isso acontecia, por exemplo, quando se tratava de distinguir entre “fatos” e “opiniões” ou na avaliação de “provas convincentes” (Heritage, 1984, p. 4).

Diante disso, a suposição de um controle do comportamento por normas e sistemas de valores parecia simplesmente inapropriado. Assim, em vez de abordar essa questão, como fez Parsons, por meio da formulação de uma construção teórica e de um modelo de ordem sistêmica, ele propôs examinar empiricamente como os membros

da sociedade promovem a ordem social, ou seja, como eles produzem, estabelecem, estabilizam, defendem (ou também atacam), por assim dizer, de forma rotineira, a ordem dos fenômenos sociais em seu fazer prático e cotidiano – incluindo a fala. Garfinkel descreveu essas técnicas cotidianas de produção da ordem, que podem ser encontradas de diferentes maneiras em contextos privados, bem como no local de trabalho e, não menos importante, na ciência, como “etnométodos”, isto é, como os métodos dos grupos étnicos, tribos, melhor dizendo, dos membros da sociedade nos respectivos contextos de prática.

A etnometodologia é, portanto, o programa de pesquisa que examina esses métodos. Se partimos de um conceito amplo de conhecimento, então a etnometodologia pode certamente ser atribuída à sociologia do conhecimento: ela examina métodos ou competências de produção da ordem no fazer prático. Isso compreende estoques de conhecimento, assim como práticas corporais, competências linguísticas e da ação:

O interesse do etnometodólogo está voltado para a descoberta dos “métodos” que as pessoas usam em seu cotidiano na sociedade para construir a realidade social, e mais ainda, em determinar a natureza das realidades sociais que as pessoas constroem e construíram. Por exemplo, quando o etnometodólogo examina as formas pelas quais os jurados determinam a “retidão” de um veredicto, ele se concentra em descobrir como eles tornam suas atividades como jurados “normais” – como a ordem moral de seu mundo é produzida. Os jurados são analisados em termos de como desenvolvem, através de suas atividades, ambientes e procedimentos familiares que são percebidos por eles como o mundo que eles coletivamente conhecem e tomam como seguro e certo – e através do qual e no qual é determinada a “retidão” de um julgamento (Psathas, 1980, p. 271).

Garfinkel desenvolveu sua abordagem em grande parte nos anos 1950 e no início dos anos 1960. Ele a entendia não apenas como uma alternativa à sociologia teórica sistêmica e abstrata de Parsons, mas também a distinguia das sociologias interpretativas que estavam interessadas nas percepções situacionais de participantes em eventos sociais, os quais eram entrevistados ou observados via observação participante. Fortes movimentos de distanciamento da sociologia “convencional” podem ser encontrados em seu trabalho até seus últimos escritos (por exemplo, Garfinkel, 2002).

Segundo Garfinkel, falar de uma ação – e é isso que acontece na entrevista ou em discussões de grupo – é algo completamente diferente da própria ação. Portanto, é importante observar a ação concreta no processo de sua realização – somente dessa forma a sociologia pode cumprir sua tarefa de analisar a produção da ordem social. A etnometodologia prefere o registro e a análise de eventos sociais que estão acontecendo de forma concreta (por exemplo, uma reunião de trabalho) e defende a renúncia de pressupostos teóricos ou teorias das ciências sociais que supostamente explicam o que está acontecendo em determinado lugar. O próprio Garfinkel manteve uma distância clara de seus colegas do interacionismo simbólico e de outras abordagens interpretativas. Howard Becker fez a observação em uma entrevista de que esse distanciamento sempre foi algo unilateral – por parte dos interacionistas simbólicos, Garfinkel sempre havia sido entendido como um dos seus, ou pelo menos era visto como tendo algo em comum – mesmo que ele se recusasse a ser exatamente isso (Bourmeau & Heurtin, 1997, p. 160).

Em uma publicação mais recente (Garfinkel, 2002, p. 65), partindo novamente, no entanto, de ensaios mais antigos, Garfinkel enfatiza de forma breve e sucinta que seu programa gira em torno do fato de finalmente levar a sério uma formulação famosa de Émile Durkheim. Afinal, Durkheim havia reivindicado que os fenômenos sociais fossem vistos como “coisas”, partindo de sua “realidade objetiva”. Garfinkel

sugere que “Ao contrário de certas versões de Durkheim [...], o seguinte ensinamento é adotado e usado como método de investigação: a realidade objetiva dos fatos sociais, *como* uma produção contínua das ações concertadas do cotidiano [...] é um fenômeno fundamental” (Garfinkel, 1967, p. VII, referido em Zimmerman & Pollner, 1976, p. 79).

Para Garfinkel, isso significa olhar para a construção ou produção social dessas “coisas”, ou seja, as ações e práticas concretas por meio das quais e nas quais as “coisas sociais” (e, por exemplo, também os “fatos científicos”) são feitas. Em outras palavras, os etnometodólogos analisam os métodos que as pessoas utilizam em sua vida cotidiana para construir a realidade social. Isso pode ser ilustrado pelo estudo acima mencionado dos veredictos dos jurados. Perguntas correspondentes de pesquisa podem, então, ser formuladas da seguinte forma: que métodos os jurados utilizam para assegurar-se da adequação de suas ações? Como eles constroem uma ordem moral comum do mundo que serve de guia para julgar a conduta sob acusação? Como, então, eles geram a “retidão” de seu veredicto (Psathas, 1980, p. 271)?

O tempo todo, Garfinkel enfatiza a analogia fundamental entre as práticas da vida cotidiana e a sociologia como prática: onde a última realiza estudos e produz interpretações sobre a realidade social, recorrendo aos mesmos métodos que os próprios membros da sociedade utilizam em sua prática da ação. Por esse motivo, Garfinkel fala desse último como “sociólogos leigos”, que também estão constantemente empenhados em compreender os fenômenos sociais e produzir descrições ou explicações a seu respeito.

Entretanto, do ponto de vista da etnometodologia – e esta é a *principal diferença* em relação às outras abordagens do paradigma interpretativo aqui apresentadas –, a pergunta sobre as interpretações situacionais ou as relações subjetivas de sentido deve ser dispensada. Em vez disso, o que os agentes fazem, a realização concreta da ação, é concebida como a única forma aparente da interpretação que é acessível à análise: *a própria ação (observável)* é a

interpretação. Garfinkel e a etnometodologia estão interessados em como as situações são produzidas e organizadas em sua realização pelos membros da sociedade envolvidos. É por isso que a análise sociológica deve concentrar-se nos “dados naturais” e no “como eles fazem isso?” observável das realizações da ação, por meio dos quais a ordem é produzida – naquilo que ficou famoso e talvez também notório por “doing”.¹³⁶ Não há nada social que não seja (e se não for) “feito”, “implementado”, “realizado” (“accomplished”), “performado”:

Garfinkel e, de forma mais sistemática ainda, Harvey Sacks fazem repetidamente a pergunta: “como uma ação é instaurada? [...] [Falam] da “implementação” (*doing*) de ações cotidianas como falar, questionar, discutir, para enfatizar que se trata de uma ação que tem que ser colocada sempre novamente em execução, o que implica em um entendimento mais amplo do que o conceito tradicional de ação. A partir da infinidade de tais ações diárias, os membros produzem sua ordem social. [...] Essa insistência sobre o aspecto (metódico) da “implementação” da ação, sobre o *como-algo-é-feito*, sobre o *como-algo-deve-ser-feito*, sobre a produção prática das ações, juntamente com todas as suas características, evidencia aquilo que interessa ao etnometodólogo sobre os eventos sociais, revelando a área na qual ele explora sua “indiferença etnometodológica” (Weingarten & Sack, 1976, p. 13).¹³⁷

Certamente, formas de observação participante são frequentemente utilizadas no intuito de se adquirir as capacidades de compreensão necessárias sobre os dados disponíveis, mas isso é feito numa atitude de investigação que é claramente diferente da das demais posições

¹³⁶ Assim, pode-se analisar o “fazendo orgasmo” assim como o “fazendo família” ou o “fazendo sociologia” etc.

¹³⁷ Acerca da noção de “doing”, ver Garfinkel & Sachs (1976, p. 148).

do paradigma interpretativo. A etnometodologia não está de modo algum preocupada com a compreensão dos motivos da ação, com a perspectiva dos participantes, ou com o processamento interativo de ordens simbólicas. Na verdade, seu foco consiste, por assim dizer, “quase objetivamente” e “de quem está olhando de fora” na análise dos métodos de produção da ordem social, que podem até ser familiares aos participantes dos contextos de prática social em sua forma rotineira (e, caso queiram ser “competentes”, esses precisam ser conhecidos como “conhecimento prático”!), mas que não são necessariamente utilizados de forma consciente e refletidos por eles.¹³⁸

A seleção de ensaios de 1967, *Estudos de etnometodologia*, de Garfinkel, oferece ainda a melhor introdução às ideias básicas da etnometodologia. Posteriormente, não escreveu mais monografias; foi apenas nos anos 2000 que algumas seleções de texto mais abrangentes e ensaios foram publicadas (Garfinkel, 2002). Algumas das “novas publicações” são textos que remontam há anos anteriores, antes da fundação da etnometodologia, e que precisam ser devidamente ordenadas¹³⁹; a tese concluída em 1952 não foi publicada; um livro publicado em 2008 sobre uma “teoria sociológica da informação” foi feito baseado num manuscrito de 1952.

¹³⁸ Há uma extensa, mas nem sempre produtiva, discussão entre a etnometodologia e outras posições do paradigma interpretativo, em particular, sobre quais processos de interpretação o procedimento analítico dos etnometodólogos faz referência e até que ponto esses são refletidos no processo de análise, em outras palavras, se a abordagem dita quase objetiva é realmente viável. Essa discussão foi também retomada entre a teoria ator-rede, que se orienta pelas ideias de Garfinkel, e os representantes do interacionismo simbólico.

¹³⁹ Por exemplo, um projeto de dissertação escrito em forma de esboço no ano de 1948 e que nunca mais havia sido retomado foi publicado por Garfinkel (2006b).



Harold Garfinkel (1917-2011)

Harold Garfinkel nasceu em Newark, New Jersey, em 1917, em uma família de origem judaica; seu pai era dono de uma pequena loja de móveis. Visitou alguns cursos de economia na Universidade de Newark no final da década de 1930. No outono de 1939, Garfinkel transferiu-se para a Universidade da Carolina do Norte (Chapel Hill) e iniciou seus estudos em sociologia; também visitou seminários na fenomenologia.

Sua atenção centrou-se no conceito sociológico de ação e na teoria e prática de “accounts” (relatórios e justificativas), que foram o tema tanto dos seus seminários em economia como das reflexões sociológicas contemporâneas de Charles W. Mills e Kenneth Burke. Em 1940, publicou o seu conto “Color Trouble” (“problema de cor”), que abordava a segregação racial e apresentava uma reflexão sobre a prática de “accounting” (“explicação”; “justificativa”).¹⁴⁰ Sua dissertação de mestrado, concluída em 1942, tratou de processos judiciais

¹⁴⁰ O conceito de “accounting” pode ser traduzido no português de maneiras diferentes, dependendo do contexto no qual é inserido. A presente obra usa o termo “accounting” de maneira geral no sentido de “explicação” e “justificativa”.

sobre “homicídio inter-racial e intrarracial”. Ele havia constatado que os tribunais procediam de forma diferente a depender da “constelação do homicídio”, justificando-se também de formas diferentes.

Na década de 1940, Garfinkel desenvolveu ainda mais as suas ideias sociológicas. Ao mesmo tempo, mantinha seu interesse pela fenomenologia de Edmund Husserl e Alfred Schütz. Depois de ter servido na Força Aérea durante algum tempo, Garfinkel foi para Harvard após o fim da guerra e fez seu doutorado sob supervisão de Talcott Parsons (*The Perception of the Other: A Study of Social Order (A percepção do outro: um estudo sobre a ordem social)*, de 1952). Nessa tese de doutorado, ele já criticava a teoria e o conceito de ação de Parsons no sentido de sua posterior posição etnometodológica, embora faltasse ainda o fundamento empírico. Durante a sua estadia em Harvard, se encontrou regularmente com Aron Gurwitsch e (em Nova York) com Alfred Schütz. Ele deu aula em Princeton, trabalhando mais tarde com Kurt Wolff na Universidade Estatal de Ohio e depois num projeto de investigação na Universidade de Wichita, que tratava dos julgamentos dos jurados em processos judiciais.

Numa apresentação dos resultados desse projeto, em 1954, o termo “etnometodologia” foi finalmente cunhado. No mesmo ano, Garfinkel transferiu-se para a Universidade da Califórnia em Los Angeles, onde ensinou e pesquisou até o seu emérito em 1987. Além de Garfinkel, seus alunos Aaron Cicourel, Egon Bittner, Harvey Sacks, especialmente no que diz respeito à análise da conversação, Emmanuel Schegloff (Berkeley) e Gail Jefferson (UCLA) participaram da concepção da etnometodologia. Desde 1975, existe o Instituto Internacional de Etnometodologia e Análise da Conversação, fundado por George Psathas e Jeff Coulter, o qual não apenas organiza conferências e *workshops*, mas também publica uma série de livros (*Directions in Ethnomethodology and Conversation Analysis*, organizado por Stephen Hester e David Francis).

Sugestão de literatura

Bergmann, J. (2011). Harold Garfinkel (1917-2011). *Zeitschrift für Soziologie*, 40 (4), 227-232. [Breve e concisa visão geral de sua biografia, obra e influência; também necrológico.]

Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes. [Retirado do estudo de caso “Agnes” apresentado abaixo, que ilustra muito bem a perspectiva de “doing”.]

Garfinkel, H. (2006a). Condiciones de las ceremonias exitosas de degradación', *Delito y Sociedad Revista de Ciencias Sociales*, 1(22), 115-122.

Garfinkel, H. (1997). Conocimiento de sentido común de las estructuras sociales: el método documental de interpretación en los descubrimientos de legos y profesionales, en: *El Ojo Furioso 5* (Invierno '97, Año VI, Buenos Aires): 75.

Garfinkel, H. (1980). Das Alltagswissen über soziale und innerhalb sozialer Strukturen. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.), *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit 1+2* (pp. 189-262). Opladen: Westdeutscher [1961]. [Ensaio importante sobre a perspectiva da etnometodologia.]

Garfinkel, H. (1977). Bedingungen für den Erfolg von Degradierungszeremonien. In K. Lü- Lüdersen, & F. Sack (ed.), *Seminar: Abweichendes Verhalten III. Die gesellschaftliche Reaktion auf Kriminalität* (Bd. 2, pp. 31-40). [1956]. [Ensaio clássico sobre a perspectiva etnometodológica.]

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc. [Versão original de *Estudos de etnometodologia*.]

Garfinkel, H., & Sacks, H. (1976). Über formale Strukturen praktischer Handlungen. In E. Weingarten, F. Sack, & J. Schenkein (ed.), *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns* (pp. 130-178). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Garfinkel, H., & Sacks, H. (2012). Sobre estruturas formais de ações práticas. *Veredas*, 224.

Rawls, A. W. (2018). Os estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna. *Revista Sociedade e Estado*, 33(2). [Artigo no qual a autora comenta a importância do livro *Estudos de etnometodologia*, a obra de Garfinkel em geral, em termos teóricos, metodológicos e políticos.]

Rawls, A. W. (2002). Editor's Introduction. In H. Garfinkel (2002), *Ethnomethodology's program. Working out Durkheim's aphorism* (pp. 1-64). Lanham: Rowman & Littlefield. [Introdução à vida e obra de Garfinkel baseada em sua biografia.]

Leitura complementar:

Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes. [Seleção de textos importantes.]

Garfinkel, H. (1990). A conception of, and experiments with, "trust" as a condition of stable concerted actions. In J. Coulter (ed.), *Ethnomethodological sociology* (pp. 3-54). Aldershot: Edward Elgar [1963]. [Seleção com trechos retirados de importantes textos básicos de diferentes autores.]

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc. [Versão original de *Estudos de etnometodologia*.]

Heritage, J. (1999). Etnometodologia. In A. Giddens, & J. Turner, *Teoria social hoje* (pp. 321-392). São Paulo: Editora UNESP. [Ensaio sobre a etnometodologia de Garfinkel, retomando suas ideias principais.]

Heritage, J. (1984). *Garfinkel and Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press. [Introdução recomendada.]

Hester, S., & Francis, D. (2004). *An invitation to ethnomethodology: Language, society and interaction*. London: Sage. [Livro de introdução.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2011). *Ethnomethodology*. Reihe: *Sage Benchmarks in Social Research Methods* (4. Bd.). London: Sage. [Ampla coleção de textos clássicos originais e contribuições atuais sobre a etnometodologia e a análise da conversação, com foco sobre questões relacionadas aos fundamentos metodológicos e epistemológicos, de procedimentos e da aplicação empírica.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2003) *Harold Garfinkel*. Reihe: *Sage Masters of Modern Thought* (4. Bd.). London: Sage. [Ampla coleção de textos clássicos originais e contribuições sobre a etnometodologia, seus fundamentos, desenvolvimentos, críticas, referências a outras abordagens e exemplos de aplicação.]

Patzelt, W. J. (1987). *Grundlagen der Ethnomethodologie. Theorie, Empirie und politikwissenschaftlicher Nutzen einer Soziologie des Alltags*. München: Wilhelm Fink. [Contém na primeira parte uma sistematização teórica dos pressupostos básicos da etnometodologia, seguida de uma visão geral dos estudos selecionados e finalmente uma discussão das possíveis aplicações na ciência política.]

Weingarten, E., Sack, F., & Schenkein, J. (ed.) (1976). *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Seleção de trechos traduzidos de importantes textos básicos.]

Demais trabalhos realizados na tradição da etnometodologia e da análise da conversação (seleção):

Cicourel, A. (1980). Basisregeln und Normative Regeln im Prozess des Aushandelns von Status und Rolle. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 147-188). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden. [Explicação dos conceitos básicos mencionados da etnometodologia.]

Cicourel, A. (1975). *Sprache in der sozialen Interaktion*. München: List [1972]. [Título original: *Cognitive Sociology. Language and Meaning in*

Social Interaction (Cicourel, 1974). Coleção de ensaios que inclui discussões sobre as ligações entre etnometodologia, análise da conversação e abordagens linguísticas.]

Cicourel, A. (1968). *The social organization of juvenile justice*. New York: Wiley. [Estudo etnometodológico das práticas de detenção juvenil em duas cidades da Califórnia.]

Douglas, J. D. (1973). *The social meanings of suicide*. Princeton: University Press. [Estudo detalhado da produção de dados sobre suicídio.]

Garfinkel, H. (2006b). *Seeing sociologically. The routine grounds of social action*. In A. W. Rawls (ed.), Boulder: Paradigm [1948].

Garfinkel, H. (2002). *Ethnomethodology's program. Working out Durkheim's aphorism*. Lanham: Rowman & Littlefield. [Coleção um tanto heterogênea de ensaios, o que acima de tudo também deixa claro o contraste com a sociologia convencional.]¹⁴¹

Psathas, G. (1980). Ethnotheorie, Ethnomethodologie und Phänomenologie. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 263-284). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden. [1968]. [Explicação dos princípios básicos das abordagens acima mencionadas.]

Websites

Ethnomethodology – Paul ten Have. (2022). Retrieved from <http://www.paultenhavenl/>.

International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis (IIEMCA). (2022). Retrieved from <https://uia.org/s/or/en/1100013798>.

¹⁴¹ Ver também a discussão crítica de Thomas Link (2003).

Crédito fotográfico

Harold Garfinkel. (2022). In Wikipedia. Retrieved from https://en.wikipedia.org/wiki/Harold_Garfinkel.

5.1 Agnes e a questão de como o gênero é “feito”

Antes de continuar a apresentação das premissas básicas da etnometodologia, um exemplo ilustrará primeiramente a abordagem. Nos anos 1950, Harold Garfinkel trabalhou no departamento médico da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, no Departamento de Psiquiatria. Entre outras coisas, ele estava lá dando consultoria sobre casos de bissexualidade (biológica), ou seja, indivíduos que possuíam características sexuais tanto masculinas quanto femininas e desejavam mudar ou esclarecer seu *status* oficial e físico de gênero (isto é, para feminino ou masculino). Uma das pessoas com quem Garfinkel teve várias conversas nesse contexto, a partir de novembro de 1958, chamava-se Agnes (Garfinkel, 1967, p. 116-185; 2018, p. 194-253).

Agnes trabalhava como datilógrafa para uma companhia de seguros. Ela era uma jovem mulher de 19 anos de idade com formas corporais femininas, mas com órgãos sexuais masculinos primários totalmente desenvolvidos; ela havia nascido como “menino”, tendo sido criada quando criança como tal. No entanto, Agnes relatou que sempre se sentiu como uma menina ou uma mulher e nunca havia conseguido ser e se comportar “realmente” como um menino durante sua infância. Com a puberdade, seus seios e outras formas do corpo feminino se desenvolveram; ela sempre havia sido, portanto, uma mulher por natureza. Isso só tinha sido falsamente encoberto por uma estranha aberração da natureza na forma de um pênis e testículos.

A partir da puberdade, ficou claro que ela era tanto psicológica quanto fisicamente e, na verdade, uma mulher. É por isso que, aos 17 anos, ela finalmente começou a viver como uma menina, ou melhor, como uma

garota, e a sair com um “namorado”. Após ela ter inicialmente ocultado seus órgãos sexuais masculinos de seu namorado, admitindo mais tarde diante dele como uma deformidade da natureza, a estadia no hospital também teve a intenção de dar os toques finais em sua feminilidade por meio de intervenções cirúrgicas, ou seja, substituir seus órgãos sexuais masculinos pelos femininos (o que então aconteceu).

Garfinkel, que faz suas análises com base nos documentos e relatos da clínica, bem como em suas próprias conversas regulares com Agnes – cerca de 35 horas desde o outono de 1958 até o verão de 1959 –, mostra-se visivelmente impressionado com sua aparência feminina:

A aparência de Agnes era convincentemente feminina. Ela era alta, magra, com uma silhueta muito feminina. Suas medidas eram de 38-25-38 (polegadas). Tinha cabelo louro escuro, longo e fino e um rosto jovem com feições bonitas, pele clara e rosada, tom de pêssego, nenhum pelo facial, sobrancelhas sutilmente cuidadas, e nenhuma maquiagem, exceto batom. Na primeira vez em que ela apareceu, estava vestida com um suéter apertado, que marcava seus ombros magros, seios grandes e cintura fina. Seus pés e mãos, embora um pouco maiores do que o normal para uma mulher, não chamavam a atenção de maneira alguma. Sua maneira normal de vestir-se não a distinguia de uma garota típica de sua idade e classe (Garfinkel, 2018, p. 194).

Em nossas sociedades, o *status* biológico de homem e mulher é considerado como uma categoria dicotômica fundamental e determinante da vida, predeterminada pela natureza devido à posse de um pênis ou uma vagina, à qual estão ligadas normas e obrigações morais adequadas de gênero. Como se trata de um *status* que é transmitido antes do nascimento e, portanto, aparentemente “natural”, uma mudança permanente e real entre as categorias de gênero não

está prevista na trajetória de vida das pessoas – desconsiderando os “mascarados” temporários, por exemplo, no teatro, no carnaval, nas brincadeiras das crianças e assim por diante. Entretanto, há sempre pessoas que nascem com as características físicas de um grupo de gênero, mas depois sentem que pertencem a outro grupo de gênero (ou a nenhum exclusivamente).

Garfinkel enfatiza que não se trata aqui de homossexualidade ou travestilidade no sentido de questionar categorias de gênero e expectativas normativas associadas a possíveis parceiros sexuais.¹⁴² O grupo de pessoas que Agnes representa é aquele que *exatamente não* questiona o binário, ou seja, a redução do pertencimento de gênero a duas possibilidades de *status*, mas se esforça para eliminar sua situação “ambígua”, isto é, a discrepância entre (algumas) características de gênero e sua identidade de gênero, produzindo, assim, “clareza” de atribuição ou pertencimento. Como mencionado, Agnes havia sido criada inicialmente como um menino, passando mais tarde a partir dos 17 anos de idade a viver como uma garota ou uma jovem mulher. Ela usava as respectivas roupas, falava com uma voz alterada, andava de maneira diferente, tinha um “namorado” há vários anos etc.

Agnes se tornou um caso interessante para Garfinkel e para a etnometodologia precisamente porque ela teve que aprender de forma consciente aquilo que meninas, por assim dizer, aprendem naturalmente em sua criação – como vestir-se, andar e comportar-se de forma “feminina” etc. Ela foi forçada a adquirir os “etnométodos”, por meio dos quais pareceria diante dos outros de forma convincente como uma menina e mais tarde como uma garota, mesmo possuindo ainda um pênis e testículos. Agnes é uma “metodologista praticante”: ela precisa explorar, “como se é (como homem) uma mulher”, mantendo-se extremamente atenta aos detalhes (tais como mudar a voz) em seu ambiente:

¹⁴² Também não se trata de pessoas intersexuais, ou intersexualidade, ou transexuais. Na verdade, Agnes quer ser uma mulher por completo.

Seus estudos muniram-na de conhecimento sobre como os aspectos organizados de cenários ordinários são usados pelos membros como procedimentos para tornar *aparências de sexualidade habitual* passíveis de decisão como uma questão de fato. O escrutínio que ela fazia das aparências; suas preocupações com motivação, relevância, evidência e demonstração adequadas; sua sensibilidade aos dispositivos de conversa; sua habilidade em detectar e gerenciar “testes” foram alcançados como parte de seu domínio de tarefas sociais triviais, mas necessárias, para assegurar direitos ordinários de viver. Agnes estava equipada autoconscientemente para ensinar às pessoas normais como as pessoas normais fazem a sexualidade acontecer em situações corriqueiras como uma questão de fato óbvia, familiar, reconhecível, natural e séria. Sua especialidade consistia em tratar os “fatos naturais da vida” da sexualidade socialmente reconhecida, socialmente controlada, como uma produção controlada, de forma a tornar esses fatos da vida verdadeiros, relevantes, demonstráveis, testáveis, contáveis e disponíveis para o inventário, a representação apressada, a anedota, a enumeração, ou a avaliação psicológica profissional; em suma, de forma a, inevitavelmente em harmonia com os outros, tornar esses fatos da vida visíveis e narráveis – explicáveis – para todos os fins práticos (Garfinkel, 2018, p. 243).

Em certo sentido, ela estava sendo obrigada a ser “mulher” de uma forma “melhor” do que as próprias mulheres: além do corpo e da vestimenta do ser mulher, teve que desenvolver várias técnicas de ocultação para que seu estigma de gênero não fosse percebido, como, por exemplo, ao tomar banho na praia ou nos vestiários em ambientes esportivos. Entre os métodos utilizados por Agnes estavam a troca secreta de amostras de urina no médico, a indicação de que ela “não estava com disposição para tomar banho no mar”, que estava sofrendo de “indisposições” femininas e assim por diante. Garfinkel

se refere à transição de um gênero para outro, ou seja, a realização orientada na aceitação, a *performance* do outro pertencimento de gênero (por exemplo, em conversas clínicas ou nas diversas situações sociais da vida cotidiana), como “passing” (“passagem”).

Se interpretarmos o que Agnes fazia de forma prática desde a perspectiva da etnometodologia, então pode-se dizer que ela usava vários etnométodos no intuito de manter a ordem normal de gênero na vida cotidiana normal, diante do seu namorado ou em seu local de trabalho, nos respectivos processos de interação, atribuindo-se claramente a uma categoria de gênero. Esse foi se tornando um processo cada vez mais rotineiro, mas também por ela ativamente concebido, uma realização, um “desempenho de produção” – um “doing” e um “accomplishment” (“realização”). Era precisamente nisto que Garfinkel estava interessado: como os membros da sociedade criam a ordem social – nesse caso, pela realização prática das classificações de gênero. Foi assim que ele escreveu referindo-se a Agnes e a semelhantes pacientes:

Em cada caso, as pessoas gerenciavam a aquisição de seus direitos de viver no *status* sexual escolhido, ao mesmo tempo em que operavam com as convicções realistas de que a revelação de seus segredos traria ruína, rápida e certa, na forma de degradação de *status*, trauma psicológico e perda de vantagens materiais. Cada uma teve como uma tarefa prática permanente adquirir os direitos de serem tratadas e de tratar os outros de acordo com as prerrogativas obrigatórias do *status* sexual eleito. Elas tiveram como recursos sua consciência notável e o senso de conhecimento incomum da organização e da operação das estruturas sociais que eram, para aquelas pessoas que são capazes de tomar como dado seu *status* sexuais rotinizados, fundamentos “vistos, mas não notados” dos afazeres cotidianos. [...] Nas vidas dessas pessoas, o trabalho e as ocasiões socialmente estruturadas de pas-

sagem sexual foram obstinadamente resistentes às suas tentativas de rotinizar os ciclos das atividades cotidianas. Essa obstinação aponta para a importância do *status* sexual nos afazeres da vida cotidiana como um fundamento invariável, mas não notado, na trama de relevâncias que constituem as cenas reais em mutação da vida cotidiana. As experiências dessas pessoas intersexuadas permitem uma apreciação desses fundamentos relevantes, que são, de outro modo, facilmente negligenciados, ou difíceis de capturar, por causa do caráter rotinizado e porque estão tão imbricados em um fundamento de relevâncias que estão simplesmente “lá” e que são tomados como dados (Garfinkel, 2018, p. 193-194).

Em nossas realizações práticas na vida, produzimos permanentemente nosso pertencimento de gênero de maneira semelhante. No contexto da formação da teoria feminista, se faz referência ao “doing gender”. Isso se baseia na distinção entre “sexo” e “gênero”. “Sexo” refere-se à categorização biológica ou determinação de sexo; “gênero” refere-se à constituição e à formação social do que então “distingue” um homem ou uma mulher, determinados biologicamente.¹⁴³ “*Doing gender* significa criar diferenças entre meninas e meninos e mulheres e homens, diferenças que não são naturais, essenciais ou biológicas” (West & Zimmerman, 1987, p. 137). Normalmente, não é o pênis e a vagina que podem ser usados na vida cotidiana como sinais de expressão e reconhecimento do pertencimento de gênero – afinal, essas partes do corpo são cobertas, exceto em algumas situações excepcionais:

¹⁴³ Em tais suposições, Garfinkel coincide com as observações de Erving Goffman dos anos 1950 sobre a “representação do eu na vida cotidiana” como um desempenho da ação (cf. neste capítulo sobre Goffman; cf. também as referências às discussões e diferenças entre Garfinkel e Goffman no final dos anos 1940 em Rawls, 2006, p. 3).

Ocasionalmente [...] vemos pessoas cujo gênero não é óbvio [...]. É então que começamos a procurar conscientemente por sinais de gênero assim como eles “realmente” são. Em que consistem esses sinais? Ao perguntar às pessoas como distinguem homens de mulheres, sua resposta quase sempre inclui “genitais”. Mas como nas interações iniciais as genitais raramente estão disponíveis para inspeção, essa não é claramente a evidência que se utiliza de fato [...] (Kessler & McKenna, 1978, p. VIII referido em Joas & Knöbl, 2004, p. 615).

Para Garfinkel, Agnes era de certa forma uma “experiência viva de crise”, porque aqui, em vista da consciência com a qual ela tinha que produzir seu *status* feminino, era possível observar os métodos que de outra forma são utilizados constantemente pelas pessoas e sem maior reflexão para a ordenação social de gênero. Mais tarde descobriu-se, além disso, que Agnes usava hormônios (estrogênios) às escondidas desde os 12 anos de idade, de modo que ela não havia, de forma alguma, desenvolvido características sexuais secundárias femininas de forma natural, como ela havia afirmado anteriormente, mas que também isso do seu *status* de gênero havia sido ativamente produzida por ela (Garfinkel, 2018).

5.2 Ordem social como resultado de realizações da ação

No início deste capítulo, foi mencionado que Garfinkel havia desenvolvido sua abordagem com base na fenomenologia e, em particular, a partir de Alfred Schütz, em oposição à sociologia de Talcott Parsons. Dessa forma, ele desenvolve uma nova e criativa abordagem do problema sociológico fundamental da produção e manutenção da ordem social. Parsons havia apresentado em sua obra de 1937 sobre a estrutura da ação social uma crítica contundente do modelo utilitarista da ação.

O utilitarismo assume uma visão do ser humano, na qual a orientação pela utilidade e a maximização da utilidade são decisivas para a ação individual. Hoje, essa teoria é defendida em várias disciplinas científicas (incluindo a sociologia) sob o termo “teoria da escolha racional”. Parsons refere-se, especialmente, a um representante clássico, o filósofo britânico Thomas Hobbes. Em 1651, em seu livro *Leviathan*, Hobbes justifica o surgimento da ordem estatal e social a partir do interesse próprio dos atores. Em vista das vantagens que uma autoridade reguladora e supervisora “superior” ofereceria aos indivíduos, eles seriam induzidos a ceder uma parte de seu poder de agência a uma instância superior. Assim como Émile Durkheim havia dito em sua crítica ao utilitarismo, Parsons vê também aqui um problema: pois é precisamente útil ao indivíduo não se submeter ao poder geral – a menos que todos os outros o façam. Se todos abdicarem de suas espadas, transferindo ao rei o direito da justiça, aquele que tiver uma segunda espada escondida em casa estará em vantagem.

Parsons refere-se, portanto, assim como Durkheim, aos fundamentos “morais” ou “normativos” do contrato social, ao reconhecimento de uma obrigação comum de submeter-se às regras. Em oposição à solução proposta por Thomas Hobbes para o problema da coordenação da ação e, assim, da ordem social, ele vê na existência de normas e na orientação da ação mediada por valores ou normas a verdadeira base da ordem e da coesão social: “Uma norma é uma descrição verbal do curso concreto da ação assim considerada desejável, combinada com uma injunção para fazer com que certas ações futuras estejam de acordo com esse curso” (Parsons, 2010, p. 113, referido em Schütz & Parsons, 1977, p. 29).

Segundo Parsons, a unidade de uma ação, o “unit act”, consiste nos seguintes elementos: no ator, num objetivo perseguido por ele, numa situação com condições controláveis e incontroláveis e num padrão de orientação que permite ao ator relacionar adequadamente seus objetivos à situação. A ação e a coordenação da ação nas interações

resultam da relação entre atores, seus objetivos, uma situação com seus meios e condições particulares e uma “orientação normativa” que determina a organização desses elementos. Se quisermos analisar uma ação a partir dessa perspectiva, teríamos que conhecer o ponto de vista “subjetivo” do ator.

Parsons viu a maneira de fazer isso, principalmente, no pressuposto da internalização de normas no processo de socialização. Essas compreendem regras e padrões de julgamento disponíveis de percepções cognitivas adequadas de uma situação e a escolha de padrões de comportamento. Neles estão implícitos pelo menos dois fatores de ordem:

- um contexto simbólico ou de conhecimento consensual e cognitivo, compartilhado pelos atores (todos os participantes conhecem e estão em total acordo sobre do que trata a situação);
- um sistema de normas igualmente consensual e compartilhado (todos se orientam pelas mesmas regras), que controla a seleção de ações adequadas para cada situação.

Esse modelo teórico da coordenação da ação está resumido na compreensão de Parson dos papéis. Como mencionado no início deste livro, os papéis são definidos aqui como conjuntos complexos de expectativas comportamentais que – de acordo com o pressuposto – guiam e controlam comportamentos ou ações em situações concretas. Assim, não é mais necessário que a sociologia examine as motivações subjetivas reais ou a “definição subjetiva da situação” por intermédio de um ator. Ao contrário, na perspectiva parsoniana, ela se volta para a análise das orientações culturais gerais e de complexos sistêmicos da ação ou de papéis. No entanto, diferentes problemas ficam ainda em aberto: o papel da racionalidade subjetiva da ação do ator, o problema da intersubjetividade dos estoques de conhecimento, dos sistemas de símbolos e da orientação por valores (de onde eles

vêm?) e o problema da reflexividade no sentido da reflexão dos atores sobre a sua situação da ação (Heritage, 1984, p. 22). Isso pode ser exemplificado pelo conceito de comunicação de Parsons:

A comunicação, argumenta Parsons, é garantida por um sistema comum de símbolos que são necessariamente generalizados a partir das particularidades de situações individuais [...]. A institucionalização de significados comuns para símbolos antes de seu uso em situações específicas é [...] a base sobre a qual a comunicação é possível. E, uma vez mais, com o ponto “em princípio” estabelecido, Parsons abandona a questão enquanto deixa em aberta a questão de *como* a uniformidade de significado pode ser estabelecida ou mantida em contextos de situações em si, ou, de fato, como a interação comunicativa pode prosseguir (Heritage, 1984, p. 28).

Garfinkel contesta todos os três momentos em sua tese: não se poderia presumir plausivelmente que as regras normativas determinam a ação, nem que o conhecimento intersubjetivo se basearia em tais regras ou que estaria predeterminado em seu significado, nem que as capacidades de reflexão dos atores se colocariam como um obstáculo à sua ação (porque eles não têm lugar no modelo de Parsons). Em oposição, a capacidade ativa de interpretação e julgamento dos atores é o que exatamente corresponde para Garfinkel a chave para a análise da ação. Ele extrai os argumentos necessários para esse pressuposto do trabalho de Alfred Schütz e de outros fenomenologistas (Edmund Husserl, Aron Gurwitsch ou Marvin Faber).

Husserl estava interessado em como as atividades da consciência constituem a percepção (significativa) do mundo com base em percepções sensoriais. Em um de seus trabalhos posteriores, enfatizou a ancoragem desses processos no “mundo da vida”, no mundo mundano da experiência vivenciada, que existe desde sempre como um produ-

to das cognições não refletidas dos atores. Para Alfred Schütz, esse mundo da vida é o pano de fundo do “mundo da vida cotidiana”, do mundo desde sempre intersubjetivamente gerado e compartilhado da “atitude natural”, o qual vivenciamos e assumimos como simplesmente dado e no qual os processos diários de compreensão e constituição de sentido tomam lugar recorrendo a “processos de tipificação” e estoques sociais de conhecimento existentes ou disponíveis (Schütz & Luckmann, 1979).¹⁴⁴ Para Schütz, a intersubjetividade é, ao contrário de Husserl, que ainda buscava uma base filosófica “extramundana”, um dado prático que é desde sempre realizado e mantido no mundo da vida cotidiana (Heritage, 1984, p. 54).

O próprio Schütz havia procurado ativamente o contato com Parsons após sua emigração para os Estados Unidos – afinal, os esforços de Parsons para desenvolver uma teoria sociológica da ação pareciam inicialmente apontar em direções semelhantes aos seus próprios interesses. Em abril de 1940, ele participou de um colóquio em Harvard sobre a “racionalidade nas ciências sociais” e iniciou uma longa discussão sobre a teoria da ação parsoniana, que foi acompanhada por conversas com Parsons iniciadas em outono de 1939 e uma troca de cartas que durou até abril de 1941 e que acabou “fracassando” (Schütz & Parsons, 1977).

No decorrer de seus esforços, Schütz apreciou e criticou a teoria da ação parsoniana em um longo ensaio. No centro de suas objeções críticas está o que Schütz avaliou como o conceito pouco claro da ação de Parsons: “Devo confessar que o conceito de “valores normativos da ação” continua bastante misterioso para mim, apesar do esforço considerável de minha parte e apesar de algumas explicações que Parsons gentilmente me deu em conversas particulares” (Schütz & Parsons, p. 46).

Esse também é o argumento do estudante de Garfinkel, Aaron Cicourel, em relação ao conceito dos papéis de Parsons e sua ênfase nas orientações de valor:

¹⁴⁴ Ver subcapítulo 4.1.

Ao focar o contexto interativo das propriedades estruturais da ordem social, Parsons direciona nossa atenção para orientações de valor “comuns”. Mas esta “resposta” abertamente conceitual evade a questão crucial do que é tido como “comum” e como nossos agentes tomam suas decisões com base em suas próprias orientações de valor ou em orientações de valor “comuns” em qualquer comunidade [...]. A referência a processos cognitivos e a uma teoria do significado estão ausentes nas discussões de Parsons (Cicourel, 1980, p. 160).

Mais adiante, Cicourel prossegue:

O ator tem que estar equipado com mecanismos ou regras básicas que lhe permitam identificar o pano de fundo das situações que conduziriam a uma referência “adequada” das normas; as normas seriam então regras superficiais e não fundamentais para a forma como o ator tira conclusões a respeito da assunção ou desempenho dos papéis. As regras básicas ou os processos interpretativos são, em certa medida, regras gramaticais estruturais profundas; elas capacitam o agente a produzir respostas adequadas (geralmente inovadoras) em contextos situacionais recíprocos (Cicourel, 1980, p. 167).¹⁴⁵

Os pressupostos teóricos básicos de Garfinkel baseiam-se, assim, nas discussões de Alfred Schütz sobre as estruturas fundamentais do mundo da vida, em particular sobre o funcionamento do “mundo da

¹⁴⁵ Cicourel relaciona o conceito de regras básicas à teoria linguística de Noam Chomsky da “gramática transformacional generativa” e vê a análise de Alfred Schütz sobre os mecanismos da constituição do sentido como um modelo explicativo totalmente compatível e análogo a ela (Cicourel, 1980, p. 175; 1975); há também uma lista de características básicas realizada a partir de Schütz, denominada “propriedades de processos interpretativos” (Cicourel, 1975, p. 28). Sobre a adoção dos pressupostos básicos de Schütz, ver também Psathas (1980, p. 275), o qual os explica com base em seu próprio estudo sobre a localização de endereços por motoristas de táxi.

vida cotidiana por excelência”, ou seja, sobre o mundo no qual nos deparamos com os outros em estado de consciência atenta e na forma da solução pragmática de diferentes tarefas (Garfinkel, 1980; 1990, p. 26). Garfinkel baseia-se nessas análises da intersubjetividade do mundo da vida cotidiana. Recorrendo à tradição fenomenológica, ele contrapõe Parsons, cujo conceito de ação não seria capaz de dar conta da complexidade dos processos reais da ação e interpretação por parte dos atores nem de fornecer uma explicação adequada para seu curso.¹⁴⁶

Devido à análise fenomenológica de Schütz da significatividade dos cursos de ação, Garfinkel reivindica um conceito de ação, que entende os atores sociais como agentes ativos e criativos, voltando-se, com base em pesquisa empírica, à forma como os processos de seleção e coordenação da ação por e entre os atores realmente acontecem – renunciando a referência ao “truque de mágica” quase metafísico, como, por exemplo, a suposta existência de um sistema consensual de normas e valores ou de uma ordem cognitiva claramente determinada. Garfinkel abordou esse problema nos anos 1940, e a solução que ele desenvolveu especialmente a partir de Schütz leva agora o nome de “etnometodologia”.

Enquanto Schütz tratou desses problemas, sobretudo, em tratados teóricos sociais e análises fenomenológicas, Garfinkel assume uma perspectiva estritamente *empírica*: ele questiona como os membros da sociedade ou os agentes constituem o conhecimento e produzem a ordem social dos processos e fenômenos que ocorrem em situações concretas. As idealizações e teses gerais da intersubjetividade do mundo da vida descritas por Schütz fluem na concepção de Garfinkel de “regras básicas” da produção interativa da ordem na realização da ação (Garfinkel, 1990, p. 30).¹⁴⁷ Para tanto, a etnometodologia conta, por exemplo, com:

¹⁴⁶ Ver também a comparação dos dois conceitos de ação em Heritage (1984, p. 131).

¹⁴⁷ Tais discussões podem ser encontradas não somente em Garfinkel, mas também em Aaron Cicourel, George Psathas, Harvey Sachs etc. Ver também Zimmermann e Pollner (1976) e Schütz e Luckmann (1979).

- a suposição recíproca da racionalidade ou “razoabilidade” do pensamento e da ação, bem como o pressuposto da realidade de um outro com base no senso comum”;
- o pressuposto de que é possível a compreensão suficiente da perspectiva dos outros;
- o pensamento na atitude natural evidente e pragmática do mundo da vida cotidiana;
- a tipicidade dos processos de compreensão e conhecimento;
- as idealizações do “e-assim-por-diante” (continuidade do mundo atual) e do “eu posso sempre-de-novo” (repetitividade das possibilidades da ação);
- a tese geral da “reciprocidade das perspectivas”, que consiste na “idealização da permutabilidade dos pontos de vista” e na idealização da “congruência dos sistemas de relevância”¹⁴⁸;
- o pressuposto de que o conhecimento da interação recém-iniciada é compartilhado pelos participantes e que esse é definido a ser a base de sua duração (a expectativa de que o conhecimento da relação da interação é um esquema de comunicação que é mantido conjuntamente);
- uma combinação de um conteúdo de conhecimento moral e cognitivo no sentido de que o conhecimento comumente compartilhado sobre o mundo também é visto como a forma correta e adequada para determinar esse mundo.

¹⁴⁸ O primeiro elemento denota o pressuposto recíproco de que a outra pessoa, se tomasse meu lugar, também poderia assumir minha perspectiva; o segundo elemento denota a presunção de que nossas respectivas relevâncias de ação se relacionam de forma complementar e congruente (ou que isso pode pelo menos ser estabelecido) – aquilo que eu quero e o que a outra pessoa quer se correspondem (por exemplo, um sorvete em troca de dinheiro).

Os dois últimos pontos dizem respeito à suposição da racionalidade recíproca do pensamento e da ação:

Descrições da estrutura social, cuja aplicação é guiada pela expectativa do usuário de que ele seria socialmente apoiado em sua aplicação, poderiam ser chamadas de descrições “razoáveis”. Com o termo “razoáveis”, segue-se a forma como o próprio membro da coletividade social se refere a essas descrições. As descrições razoáveis consistem em constatações, que são elementos da estrutura do conhecimento do senso comum (Garfinkel, 1980, p. 202).

Schütz havia elaborado os pontos mencionados (com exceção dos dois últimos) em estudos teóricos ou fenomenológicos, formulando assim os elementos centrais que são necessários para a estabilização e implementação de uma realidade cotidiana interativa e intersubjetivamente válida. É certo que, de acordo com Schütz, trata-se de pressupostos que a consciência individual *tem* que praticar de forma pragmática para poder existir e agir em um mundo da vida compartilhado com os outros. Somente com base nessas premissas, então, é que o social é possível, e não, como alegava Parsons, como o cumprimento de normas culturais prescritas.

Os argumentos de Schütz (e outras ideias fenomenológicas) ajudam, portanto, Garfinkel a formular seu próprio movimento de distanciamento da sociologia parsoniana: onde quer que as pessoas se encontrem, há “ordem social”, mas essa ordem não resulta da adesão a normas e precisa ser entendida como a produção ativa dos participantes em situações. Ou seja, também as características intersubjetivas do mundo da vida cotidiana consideradas por Schütz são sociologicamente acessíveis como realizações práticas da ação. A validade dessas características pode ser “testada” sociologicamente de forma experimental, e isso de uma forma indireta – à medida que as contraponha intencionalmente e se observe as consequências, pode-se evidenciar o que é tido e feito

por todos como básico. Isso revela o entrelaçamento entre adequação normativa e esquemas de conhecimento.

Para a conduta de seus afazeres cotidianos, as pessoas tomam como dado que o que é dito será compreendido de acordo com métodos [...] “Acordo compartilhado” refere-se aos vários métodos sociais para lograr o reconhecimento do membro de que algo foi *dito-de-acordo-com-uma-regra*, e não conforme um acordo demonstrável sobre questões substantivas. A imagem apropriada de um entendimento comum é, assim, uma operação, mais do que a interseção comum de conjuntos que se sobrepõem. [...] Em resumo, um entendimento comum, acarretando tal como faz uma trajetória temporal “interna” de trabalho interpretativo, necessariamente possui uma estrutura operacional (Garfinkel, 2018, p. 117).

Com isso, Garfinkel está fazendo uma “integração do ‘moral’ com o ‘cognitivo’”. [...] É essa visão de ação tratada como o produto de escolhas morais explicáveis que, por sua vez, Garfinkel coloca no centro de sua análise da organização social” (Heritage, 1984, p. 76). Ele chama tais experimentos de “experimentos de ruptura” (“breaching experiments”):

Com essas experiências, a relação básica entre as regras normativas e os eventos organizados socialmente parece ser um evento fortemente cognitivo em que as “regras” (aplicadas em comum acordo) são *constitutivas* do “que são os eventos”, ou do “que está acontecendo aqui”. Em comparação, o senso mais convencional *regulador* da regra em que se diz que as regras marcam a conduta “adequada” ou “desejável” parece ser uma questão mais secundária. Da mesma forma, a “força” das regras não parece derivar de um “consenso moral” sobre a “sacralidade” das regras, mas, sim, do fato de que, se a conduta não pode ser interpretada de acordo com as regras, a

organização social de um conjunto de “circunstâncias reais” simplesmente se desintegra (Heritage, 1984, p. 83).

Com seus alunos e alunas, Garfinkel realizou verdadeiros “experimentos de ruptura”, com os quais ele queria colocar em questão pressupostos básicos sobre a normalidade e a ordem da realidade, testando sua validade. Os experimentos de ruptura foram assim denominados porque provocavam artificialmente fortes inseguranças a respeito dos processos normais de interação, causando por vezes violentas reações nas “cobaias”. Eles tinham uma certa proximidade dos acontecimentos do movimento alternativo no início dos anos 1960, e alguns críticos viam nisso uma das chaves para o crescente interesse pela etnometodologia naquela época.

O princípio dos experimentos de ruptura nos é, hoje, familiar, quando pensamos em formatos de televisão, como as “pegadinhas do Faustão” ou vários formatos de comédia etc. A ideia é produzir perturbações em uma situação que em si é banal e cotidiana, ou seja, um desvio daquilo “que normalmente acontece em seguida” ou do “como normalmente nos comportamos aqui e ali”. Nesse processo, duas coisas tornam-se visíveis: os métodos pelos quais os membros da sociedade normalmente produzem a ordem e (dada a situação particular de crise) suas tentativas ou estratégias para transformar tais perturbações novamente em algo “ordenado”. A seguir, serão brevemente apresentados alguns exemplos que visam evidenciar as “regras básicas” da compreensão intersubjetiva e da produção da ordem, à medida que minam a “confiança” do mundo cotidiano na compreensão recíproca (Garfinkel, 1990)¹⁴⁹:

- em uma famosa experiência, ele pediu a seus alunos que se comportassem como estranhos em casa com seus pais por um certo período de tempo, perguntando, por exemplo, se

¹⁴⁹ Pense você mesmo em exemplos e os coloque em prática – assumindo os riscos!

poderiam sentar-se, se poderiam beber algo, onde estava a geladeira etc., e depois observar suas próprias reações internas e as reações dos outros participantes;

- em outra experiência, a distância entre o nariz de uma pessoa e da outra deveria ser reduzida a alguns centímetros durante uma conversa e as reações observadas;
- outro exemplo foi uma sessão de aconselhamento fictício, na qual um suposto especialista respondia a perguntas de pessoas que buscavam conselhos, de acordo com um esquema de respostas de sim ou não, anteriormente determinado. Tratava-se de observar como as próprias pessoas que buscavam conselhos interpretavam as respostas totalmente aleatórias e inconsistentes em geral como razoáveis.¹⁵⁰

Algumas dessas experiências foram relacionadas a jogos de tabuleiro, como o “jogo da velha” – um jogo no qual os dois jogadores se revezam marcando uma cruzinha em um quadrado; quem tiver primeiro três em uma fileira é o vencedor (Garfinkel, 1990) – ou um jogo de xadrez. Garfinkel escolheu tais jogos porque aqui as regras do jogo são explicitamente fixadas e o comportamento dos jogadores orienta-se normalmente por elas (nesse sentido, trata-se de um *setting* situacional que corresponde bastante à ideia parsoniana da ação social como a aplicação de normas ou regras). Os respectivos experimentadores eram obrigados a cometer violações deliberadas das regras ou a exibir comportamentos que não eram proibidos, mas que também não faziam parte das rotinas normais do jogo (por exemplo, no xadrez: pegar as peças na mão e chacoalhá-las como dados antes de movê-las).

¹⁵⁰ O último exemplo é considerado uma experiência para testar o “método documental de interpretação” (Heritage, 1984, p. 90). Ver também Garfinkel (1967, p. 79).

Nos sujeitos do teste, puderam ser observadas reações bastante diferentes: desde tentativas de explicar o comportamento “inexplicável” da outra pessoa até protestos furiosos e a interrupção do jogo. No primeiro caso, essas reações podem ser entendidas como reações cognitivas (ou seja, como uma busca de interpretações significativas do que está acontecendo), no segundo caso como reações normativas (isto é, como críticas a violações das regras) (Schneider, 2002b, p. 15).

Entretanto, as situações de jogo diferem do resto da realidade cotidiana na medida em que representam um “estado de exceção” temporário, que é também regulado por regras explícitas. Em outras situações cotidianas da ação, não se pode falar da mesma forma de um enclave temporalmente limitado, assim como que as regras sob a qual repousam são apenas em menor grau concreta e explicitamente formuladas, mas, sim, que elas são reproduzidas ou produzidas na utilização (Garfinkel, 1990, p. 22; Patzelt, 1987, p. 125). No entanto, também aqui, como no jogo, podem ser identificadas regras gerais – Garfinkel fala de “regras básicas” (Cicourel, 1980) – que fundamentam a coordenação das realizações da ação.

As experiências de ruptura visavam explorar indiretamente quais são essas regras básicas, ou seja, as formas, os métodos ou as rotinas “normais” de ordenação dos processos sociais, como, por exemplo, que suposições deixamos sempre “escapar” sem a devida verificação quando estamos conversando com outras pessoas ou quando estamos fazendo algo concreto com outras pessoas. Finalmente, isso também nos permite descobrir que temos meios à nossa disposição para mantermos algo como “normalidade” pelo maior tempo possível, ou para classificar situações e pessoas que nos confundem com base em esquemas (cognitivos) disponíveis até que tudo pareça estar novamente “esclarecido” – mesmo que isso seja feito assumindo que a outra pessoa esteja sofrendo de insolação e que por isso pareça no momento um pouco desorientada.

Experimentos de ruptura como uma abordagem de investigação para descobrir regras básicas do conhecimento cotidiano (exemplos):

Demonstração 1: ruptura do pressuposto da correspondência recíproca das estruturas de relevância (Garfinkel, 1990, p. 36).

P = Participante

E = Experimentador

Exemplo: “Pneu furado”.

“O participante contava ao experimentador, visto que ambos eram usuários da mesma frota de carros, que teve um pneu furado no dia anterior enquanto dirigia para o trabalho.

(P) Eu tive um pneu furado.

(E) O que você quer dizer com pneu furado?

O estudante relata que o participante parecia atordoado no momento. Em seguida, respondeu com um tom hostil: “O que você quer dizer com sua pergunta estúpida, o que você quer dizer com isso? Um pneu furado é um pneu furado. Isso é o que quero dizer e nada mais. Que pergunta mais louca!”

Exemplo: a namorada.

(P) “Olá, Ray, como sua namorada está se sentindo?

(E) O que você quer dizer quando pergunta como ela se sente? Você quer dizer física ou mentalmente?

(P) Quero dizer, como ela se sente? Qual é o seu problema? (Ele parecia ofendido).

(E) Nada. Mas explique um pouco mais claramente o que você quer dizer.

(P) Deixemos isso de lado. Como anda a sua admissão na faculdade de medicina?

(E) O que você quer dizer com “como ela anda”?

(P) Você sabe exatamente o que quero dizer.

(E) Realmente não sei.

(P) Qual é o seu problema? Você não está bem?¹⁵¹

¹⁵¹ Ambos os exemplos foram tirados de Garfinkel (1980, p. 206).

Demonstração 2: ruptura do pressuposto da permutabilidade recíproca dos pontos de vista (Garfinkel, 1990, p. 39).

Exemplo: Garfinkel pediu a seus alunos que escolhessem um cliente em uma loja e o abordassem e tratassem como empregado; em outra experiência, um convidado (um professor, a propósito) deveria ser abordado como garçom em um restaurante (Mehan & Wood, 1976, p. 50).

Demonstração 3: ruptura da expectativa de que o conhecimento da relação de interação é um esquema de comunicação mantido em conjunto (Garfinkel, 1990, p. 42).

Exemplo: foi pedido aos estudantes que se comportassem como estranhos em casa com seus pais por até uma hora, observando sua própria forma de reagir e a dos outros.

Demonstração 4: ruptura do pressuposto “aquilo que todos sabem” como razões aceitáveis para a ação no mundo real (Garfinkel, 1990, p. 44).

Exemplo: foram conduzidas três horas de entrevistas de admissão com participantes (estudantes) para a faculdade de medicina; depois lhes foram apresentadas entrevistas falsas que foram descritas como “realmente boas” e “bem-sucedidas”, embora os participantes estivessem fazendo ali exatamente o contrário daquilo que normalmente se espera de um comportamento adequado em entrevistas de admissão. Em seguida, foi-lhes solicitado uma avaliação da entrevista, embora tenham sido apresentadas objeções sistemáticas em relação a suas críticas.

Nos exemplos anteriores, fica claro que uma violação da suposição das estruturas de relevância, em grande parte congruentes, causa muito rapidamente problemas nos processos de interação – como aqui, em uma conversa. Isso já está presente no entendimento de Schütz sobre “tipificações”. Se uma pessoa fala de seu “amigo” ou pensa que algo é “legal”, ou seja, usa conhecimentos tipificados, a interação posterior falha, caso se tente determinar exatamente o que se entende por isso. Além disso, presume-se que as perspectivas interpretativas

e os usos de sentido entre os participantes coincidem suficientemente e que o significado de cada elemento de um evento interativo resulta ou resultará de sua incorporação nas sequências do processo:

O fato de que as pessoas podem transmitir informações umas às outras no decorrer de conversas cotidianas sem perda excessiva de informações, deturpações indevidas, distorções ou mal-entendidos, ou em outras palavras: que elas conseguem manter um fio condutor de interação mutuamente coordenada enquanto usam “expressões casuais”, parece implicar no seguinte: essas pessoas parecem reconhecer o “contexto comum de consenso não verbalizado” que “qualquer pessoa como nós” de maneira mais ou menos semelhante e típica – isso é o que elas supõem – deveria saber (Garfinkel, 1980, p. 203).

Isso também pode ser ilustrado de outra forma: Garfinkel pediu a seus alunos que gravassem uma breve conversa e depois anotassem todas as coisas que precisam ser consideradas para que cada afirmação pareça compreensível e coerente para a outra pessoa. O exemplo a seguir, “Dana”¹⁵², ilustra muito bem a “indexicalidade de elementos da realidade”, ou seja, o fato de que a propriedade de tais elementos é compreensível em si mesmo, mas somente a partir de uma situação ou no contexto de situações (e mesmo que tenham que ser assumidos hipoteticamente). O exemplo ilustra, ao mesmo tempo, o uso prático do que Garfinkel chamou de “método documentário de interpretação”, a partir de Karl Mannheim¹⁵³, e a suposição de um

¹⁵² Ver Garfinkel (1967, p. 25). A seguinte reprodução adota e cita a tradução em Schneider (2002b, p. 23). Ver também Patzelt (1987, p. 154), no qual vários experimentos de ruptura e cada dimensão analisada são explicados.

¹⁵³ Karl Mannheim (1893-1947) foi um dos fundadores mais importantes da sociologia do conhecimento. No mundo de língua alemã, Ralf Bohnsack (2007; 2020) também segue esse conceito (embora não numa perspectiva etnometodológica) e desenvolve um programa abrangente de “pesquisa social reconstrutiva”.

conhecimento cotidiano comum ou de pressupostos correspondentes acerca do contexto. Trata-se da questão daquilo que deve ser considerado em uma conversa (cf. subcapítulo 5.3) para que o todo faça sentido ou seja compreensível.

	TEXTO FALADO	PRESSUPOSTOS A RESPEITO DO CONTEXTO [NÃO VERBALIZADO]
Esposo:	Dana conseguiu colocar hoje um centavo no parquímetro sem ser levantado.	Hoje à tarde, quando eu trouxe Dana, nosso filho de 4 anos de idade, do jardim de infância para casa, ele conseguiu chegar alto o suficiente para colocar um centavo no parquímetro quando estacionamos em uma zona de parquímetros, em comparação com antigamente quando ele sempre precisava ser levantado para chegar a essa altura.
Esposa:	Você o levou para a loja de discos?	Se ele colocou um centavo no relógio, isso significa que você parou enquanto estava com ele. Eu sei que você parou na loja de discos, seja no caminho para pegá-lo ou no caminho de volta para casa. Foi no caminho de volta, visto que ele estava com você, ou você parou lá no caminho para pegá-lo e em algum outro lugar no caminho de volta?
Esposo:	Não, na sapataria.	Não, eu parei na loja de discos no caminho para pegá-lo e na sapataria no caminho para casa, quando ele estava comigo.

	TEXTO FALADO	PRESSUPOSTOS A RESPEITO DO CONTEXTO [NÃO VERBALIZADO]
Esposa:	Por qual motivo?	Sei a razão pela qual você pode ter parado na sapataria. Por que você realmente parou?
Esposo:	Comprei novos cadarços para meus sapatos.	Como você deve se lembrar, eu arrebentei recentemente um cadarço em um dos meus sapatos Oxford marrons, então parei para comprar novos cadarços.
Esposa:	Seus sapatos casuais estão precisando, sem falta, de novos saltos.	Eu estava pensando em outra coisa que você poderia ter feito. Você poderia ter trazido seus sapatos pretos casuais que realmente precisam de novos saltos. É melhor cuidar disso o mais rápido possível.

Fonte: Síntese retirada de Schneider (2002b, p. 23).

Todos esses experimentos provam a inadequação do modelo parsoniano de ação e falam a favor das análises de Schütz sobre a constituição do sentido.¹⁵⁴ A propósito, isso não refuta a existência de regras, mas limita claramente sua relevância para a execução da ação. Com a ajuda de Wolfgang Schneider, podemos, portanto, resumir:

Os diversos experimentos e análises de Garfinkel resultam em um ponto principal comum: a comunicação e a cooperação *não funcionam* com base em regras predefinidas que definem claramente o que significa uma afirmação ou qual comportamento é necessário em uma determinada situação de ação. As regras por si só não

¹⁵⁴ Para uma visão geral detalhada das análises de caso de Garfinkel, os experimentos e os problemas de pesquisa a eles relacionados, ver Patzelt (1987, p. 154).

formam uma base suficientemente bem definida para uma coordenação intersubjetiva da ação. Portanto, as atividades interpretativas dos atores e sua coordenação mútua *não podem ser substituídas por regras*. A *atividade interpretativa intersubjetivamente coordenada* dos atores corresponde ao pré-requisito constitutivo de cada interação (Schneider, 2002b, p. 27).

5.3 Conceitos teóricos

Frequentemente, são feitos comentários a respeito da difícil linguagem usada por Garfinkel para apresentar seu programa de pesquisa. Isso fica ainda mais evidente na citação original mais extensa a seguir. Ele havia intitulado o primeiro capítulo de sua coleção de ensaios sobre etnometodologia com a pergunta: “O que é etnometodologia?” As discussões iniciam da seguinte forma:

Os estudos a seguir buscam tratar atividades práticas, circunstâncias práticas e raciocínio lógico prático como tópicos de estudo empírico, e ao dedicarem às atividades mais comuns do cotidiano a atenção usualmente dispensada a eventos extraordinários, procuram estudá-las como fenômenos em si. A recomendação central desses estudos é de que as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticos aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis [*accountable*]. O caráter “reflexivo” ou “encarnado” de práticas de relato [*accounting*] e dos próprios relatos [*accounts*] forma o cerne da recomendação. Quando falo de relatável [*accountable*], meus interesses se direcionam para questões como as seguintes: eu quero dizer *observável-e-relatável*, ou seja, disponível para os membros como

práticas situadas de *olhar-e-dizer*. Quero dizer, também, que tais práticas consistem em uma realização sem fim, contínua, contingente; que elas são conduzidas e feitas acontecer sob os auspícios dos mesmos afazeres ordinários, que ao organizá-las, as descrevem; que as práticas são realizadas pelas partes daquelas situações, de cuja habilidade, conhecimento e direito ao funcionamento detalhado daquela realização (sua competência) elas obstinadamente dependem, reconhecem, usam e tomam como dados; e o fato de que aceitam sua competência sem questionar em si fornece às partes as características distintivas e específicas de uma situação e, é claro, fornece também recursos, problemas, projetos e todo o resto (Garfinkel, 2018, p. 93).

Algumas páginas adiante, ele explica: “Eu uso o termo ‘etnometodologia’ para me referir à investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana” (Garfinkel, 2018, p. 101).

Então, o que está por trás dessa definição que soa tão complicada? Garfinkel e a etnometodologia estão interessados em como situações cotidianas privadas e profissionais são produzidas e organizadas em sua realização pelos membros da sociedade envolvidos – como surge uma realização ordenada da realidade pelo “doing” permanente dos participantes. Os métodos pelos quais a ordem de tais processos é produzida são, ao mesmo tempo, os métodos pelos quais eles também podem ser explicados e justificados. Trata-se do já mencionado caráter autorreferencial, “reflexivo” das “práticas relatáveis”.

Os termos “accountable” e “account” referem-se às razões que fazem com que um curso de ação ou interação pareça coerente e significativo, portanto, como explicado e justificado, ou seja, a forma pela qual os membros da sociedade indicam constantemente uns aos outros a nor-

malidade e a ordem dos processos que estão ocorrendo. Para dar conta disso, as diversas traduções de textos da etnometodologia escolhem soluções diferentes, por exemplo, como “explicações práticas”, cujas formas e condições de aceitação podem ser ainda diferenciadas de acordo com os tipos de situação. Tais explicações podem apresentar-se de formas diferentes, como, por exemplo, quando se trata de um caso judicial ou de uma conversa íntima entre amigos (Scott & Lyman, 1976; Heritage, 1984, p. 135; Patzelt, 1987, p. 89). Além disso, há sempre muitos referenciais de mundo, como no exemplo acima da introdução da moeda no parquímetro (“Dana”), que são assumidos pelos participantes como podendo ser melhor explicados, se necessário for. Patzelt explica a ideia por trás dos *accounts* da seguinte forma:

Garfinkel cunhou o conceito etnometodológico de *account* para explicar uma questão que ele encontrou em um estudo empírico. Ele investigou a forma como cidadãos comuns, sem formação jurídica, conseguiam executar com competência seu papel de jurados em um processo judicial nos Estados Unidos, confirmando um ao outro na definição da situação, agindo realmente de forma correta como jurados, embora nenhum deles tivesse qualquer formação que lhes permitisse ter “basicamente” a certeza de estar agindo corretamente, ou de julgar a competência dos outros de forma correta. Garfinkel descobriu que os jurados tinham desde o início certas expectativas um sobre o outro, estabelecendo-as mutuamente como uma precondição, e considerando ao mesmo tempo que elas eram justificáveis: supunham reciprocamente que podiam perceber e lidar com o caso do qual estavam tratando de forma conjunta e específica, considerando de forma rotineira que suas próprias descrições e explicações sobre o que estava sendo julgado serviriam aos seus colegas como sendo altamente *factuais*, mas não como sendo descrições e explicações em princípio *questionáveis* do

objeto da deliberação. Dado o fato de que aquilo que foi realmente percebido e relatado por cada um, havia sido também aceito pelos outros como uma percepção e descrição adequada para o propósito prático, todos os jurados tiveram, assim, sua definição da situação confirmada. E visto que os jurados realmente compartilhavam essa confirmação um com o outro, realizando, portanto, um ato significativamente concertado como um júri competente, eles produziam aquela estrutura social na qual eles *foram* evidentemente em sua totalidade um júri competente, sendo capazes de demonstrar isso uns aos outros e a terceiros como uma realidade *inquestionavelmente* “externa”. A questão que se colocava fazia referência à forma de proceder dos jurados por meio da qual eles expressavam suas percepções e avaliações das características temáticas relevantes da situação, formulando essas representações de acordo com expectativas mutuamente presumidas, apresentando ser justificáveis ou não desqualificáveis as interpretações sobre suas descrições, construindo dessa forma um estoque comum de interpretações e explicações (Patzelt, 1987, p. 90).

Uma das formas cotidianas e inalteráveis da interação linguística é o uso de expressões indexadas. Esse termo, que teve origem na linguística, refere-se a palavras cujo significado só pode ser inferido a partir de um contexto situacional concreto: “aqui”, “hoje”, “ele”, “ela” etc. De acordo com Garfinkel, as seguintes características gerais do conhecimento cotidiano e de seu uso podem ser observadas (Garfinkel, 1980, p. 202):

- a indexicalidade das expressões;
- sua “imprecisão inerente”;
- a recíproca “reivindicação e suposição da congruência de sentido”;

- uma “orientação retrospectiva-prospectiva de sentido” (interpretação em face do acontecido e do que se espera que venha a acontecer);
- a aquisição de tais competências em processos situacionais de ensino e aprendizado; e finalmente
- a incerteza estrutural do sentido “concreto” das constatações cotidianas.

As práticas e interações cotidianas são “incuravelmente” permeadas por momentos indexados, os quais não requerem nenhuma explicação adicional na situação, sendo explicadas justamente a partir dela. Além disso, há sempre muitos referenciais de mundo que são abordados, os quais os participantes acreditam que poderiam ser melhor explicados, se necessário fosse. Tomemos como exemplo uma simples conversa de rua: encontro um conhecido e conversamos sobre isto e aquilo. Entre outras coisas, eu conto que ontem à noite o meteorologista da TV informou que teríamos um tempo melhor do que de fato se apresenta. Uma frase desse tipo contém muitas suposições sobre a dada estrutura do mundo: além de expressões indexadas como “ontem” ou “tempo de fato”, por exemplo, também contém uma referência à televisão, informações meteorológicas e meteorologia.¹⁵⁵ Em uma conversação normal, tal frase funciona sem que seja necessário explicar o que é um aparelho de televisão, um meteorologista, o tempo etc. Em processos de ação e interação, sempre usamos nossa competência, nosso conhecimento do mundo, sem necessidade, via de regra, de explicá-la em detalhes. Garfinkel complementa:

¹⁵⁵ Aos olhos da etnometodologia, as ciências, por exemplo, são grandes esforços humanos para a desindexalização de fenômenos ou referenciais, ou seja, tentativas de objetivar referências situacionais ou de estabilizá-las para além da situação (por exemplo, como as “leis da natureza”).

O fato de que as pessoas podem transmitir informações umas às outras no decorrer de conversas cotidianas sem perda excessiva de informações, deturpações indevidas, distorções ou mal-entendidos, ou em outras palavras: que elas conseguem manter um fio condutor de interação mutuamente coordenada enquanto usam “expressões casuais”, parece implicar no seguinte: essas pessoas parecem reconhecer o “contexto comum de consenso não verbalizado” que “qualquer pessoa como nós” de maneira mais ou menos semelhante e típica – isso é o que elas supõem – deveria saber. O discurso fluido envolvendo pequenos graus de desacordo ou equívoco torna-se viável porque as pessoas empregam expressões casuais quando conversam umas com as outras. Ao fazer isso, elas utilizam como esquemas tácitos de interpretação e expressão tais conteúdos factuais como histórias de vida mutuamente pressupostas ou uma série de visões estereotipadas sobre as regularidades da vida em grupo – regularidades que as pessoas acreditam, que podem e necessariamente precisam guiar sua participação nas interações com parceiros de conversação, já que esses provavelmente poderiam partir das mesmas ideias de regularidade (Garfinkel, 1980, p. 203).

A etnometodologia considera que as regras básicas acima mencionadas correspondem ao fundamento das ações, interações e, portanto, também das conversações. Elas permitem a constituição da realidade cotidiana como uma “ongoing accomplishment” (“realização contínua”), ou seja, como uma ordem estável produzida por meio de realizações contínuas da ação e do permanente “doing”. Toda “situação concreta” é uma “realização da realidade”. Em suas investigações, Garfinkel & Co desenvolveram vários conceitos com os quais a manutenção das ordens da realidade (incluindo ordens de interação) pode ser descrita com mais precisão. Para exemplificar, eles caracterizaram o estoque de conhecimento cotidiano empregado nas interações sociais e seu

uso pelas seguintes características: em primeiro lugar, a *indexicalidade* da linguagem utilizada desempenha um papel central; Husserl falava a esse respeito de “expressões ocasionais” em oposição a “expressões objetivas” (Garfinkel, 1980, p. 202; 210).¹⁵⁶ Isso quer dizer que o significado das expressões não pode ser determinado abstratamente, mas só pode ser compreendido a partir de sua incorporação e utilização na situação concreta e na ocasião: aqui, hoje, você. Contudo, isso também se aplica à maioria dos componentes do conhecimento que trazemos para as situações: minha tia, “o governo” etc.

As realizações da ação e da interação acontecem sob uso permanente ou produção de referenciais indexados. Ao mesmo tempo, temos métodos de desindexicalização ou “objetivação” – Garfinkel fala de esforços para “curar a indexicalidade”, por exemplo, por meio de referências a leis, normas ou (nas ciências naturais) a leis da natureza etc. A maioria das expressões utilizadas é muito vaga, pois só pode funcionar se nenhuma tentativa for feita para definir a expressão exatamente. Muitas coisas permanecem inexplicadas e ambíguas – e isso é bom! Afinal, pode-se supor a procura por explicações ou especificações, se necessário for.

Referindo-se a um termo do sociólogo do conhecimento Karl Mannheim, Garfinkel fala do “método documentário de interpretação” (Garfinkel, 2018, p. 157; 1980, p. 198). Com isso, Mannheim havia chamado a atenção para o fato de que diferentes fenômenos sociais apresentam o mesmo padrão como base, o qual pode ser analisado sociologicamente. O fenômeno concreto é então um “documento”, uma expressão desse padrão. Garfinkel enfatiza – assim como Alfred Schütz com seu conceito de tipificação – que também usamos constantemente tal método documentário de interpretação na vida cotidiana, por exemplo, quando nos comportamos adequadamente nas conversas descritas acima, porque as reconhecemos precisamente

¹⁵⁶ Há um apêndice sobre indexicalidade em Garfinkel e Sacks (1976).

como exemplos, como documentos de tal situação. Do mesmo modo, comportamentos “estranhos” ou que “despertam a atenção” podem ser usados como informação de que trata-se talvez de algo completamente diferente (por exemplo, de um interlocutor que passou a sofrer de Alzheimer ou que hoje “está com os parafusos soltos”, ou que estamos lidando com um experimento de ruptura, ou que estamos prestes a aparecer na televisão e sermos eleitos os idiotas do mês).

O “método documentário de interpretação” não é apenas um conceito científico da etnometodologia, mas também o procedimento de interpretação prático no mundo da vida cotidiana. Naturalmente, a etnometodologia não procede de forma diferente quando se volta para seus objetos de investigação. Uma vez que é uma maneira prática de construir a realidade e o conhecimento, ela depende exatamente daqueles “métodos” que as pessoas comuns também utilizam – embora existam, é claro, diferenças em relação às argumentações “válidas” e “aceitas” e ao grau das sistematizações. Aos atores sociais ou aos “membros competentes” de um contexto situacional são, assim, atribuídos um papel ativo na realização da interação: sua ação não segue uma interpretação prévia da situação, mas, sim, é essa interpretação que molda o curso posterior dos acontecimentos (Heritage, 1984, p. 104). Naturalmente, tudo isso não se aplica apenas à ordem das microssituações sociais. De fato, as organizações e instituições não funcionam de maneira diferente: elas só existem como ordem na medida em que são “realizadas” de maneira muito concreta e prática por seus membros. É isso que faz das instituições “fatos sociais” (como Durkheim as havia denominado). A *manutenção das realidades institucionais* (Heritage, 1984, p. 179) como uma ordem de eventos sucessivos ou coexistentes envolve dois elementos:

- as ações precisam ser realizadas de tal forma que possam ser analisadas no contexto do enquadramento da “explicação” relevante (por exemplo, como parte de um processo judicial);

- o enquadramento da “explicação” relevante precisa estar disponível e “em bom estado” para que as atividades possam ser situadas dentro de um único esquema interpretativo (Heritage, 1984, p. 210).

A seguir, será apresentada uma visão geral dos conceitos básicos mais importantes da etnometodologia, com base em Heritage (1984, p. 104).

Atores/ação

Os atores estão ativamente envolvidos na produção da ordem das interações sociais. Suas ações contribuem de forma reflexiva para a determinação de sentido de uma cena ou situação que se desdobra ao longo do tempo (ou seja, não reagem apenas a uma determinada situação). Por exemplo, uma saudação entre duas pessoas que se encontram pode ou não ser retribuída, e, dependendo disso, a cena assume um significado diferente. “Reflexividade da ação” significa que a ação coconstitui a situação em sua consumação, isto é, codetermina que tipo de situação está em jogo.

Assim, na ausência da retribuição de uma saudação, pode-se considerar quais são as razões para a falta de resposta etc.; uma nova situação sempre resulta disso. No entanto, isso não envolve necessariamente processos de reflexão reais e explícitos, e sim, muitas vezes, o que acontece são rotinas de produção de cursos normais da ação, enquanto os atores estão tentando realizar suas tarefas habituais. Somente no momento de uma perturbação inesperada, assim como foram introduzidas, por exemplo, de forma consciente nos experimentos de ruptura, é que essa rotina pode ser suspensa e tornar-se objeto de uma atenção, então, realmente reflexiva (por exemplo, sob a forma de medos expressos pelos participantes).

Membros e sua filiação

Na etnometodologia, o termo “membro” (*member*) não se refere à filiação formal em organizações, mas, sim, aos membros competentes de um coletivo social que estão envolvidos na produção da ordem social em um contexto situacional de um coletivo social (podendo esse ser, por exemplo, apenas duas pessoas). As sociedades modernas são caracterizadas por múltiplas afiliações e diferentes graus de adesão. Ao mesmo tempo, a categoria não faz referência à pessoa, e sim à realização contínua da ação social por intermédio dos atores sociais, ou seja, ao realizar a ação, se está demonstrando ser um membro da situação (Patzelt, 1987, p. 59). Ou, dito de outra forma, trata-se de atores como membros competentes de coletivos sociais, e não de indivíduos e suas peculiaridades. Competência significa, aqui, que tal membro normalmente pode realizar suas atividades diárias sem nenhum problema.

Reflexividade

Os métodos pelos quais a ordem é produzida são, ao mesmo tempo, os métodos pelos quais ela parece razoável ou explicável.

Realização da realidade (*doing, ongoing accomplishment*)

A ordem social é permanentemente produzida de forma interativa na ação prática.

Etnométrodos

Os métodos pelos quais os atores da prática produzem a ordem de suas interações e ações são chamados de “etnométrodos”.

Indexicalidade

O significado de *ações e expressões* resulta de sua incorporação e utilização na situação concreta. Ela não pode ser determinada ou reconhecida, independentemente da situação.

Método documentário de interpretação

Orientamos nossas ações interpretando e classificando os fenômenos como “exemplos disto ou daquilo”; essa interpretação é permanentemente ajustada e reajustada.

Explicações práticas (*accounts*):

Partimos do princípio de que os cursos da interação são razoáveis ou em princípio explicáveis (*accountable*) e que, se necessário for, os próprios participantes podem exigir e fornecer tais explicações (*accounts*) para suas ações. Dependendo da situação, essas podem ser explicações, justificativas etc. muito diferentes. Se eles se “encaixam” e são “aceitos” na situação é resolvido na própria situação.

5.4 Balanço e atualidade da etnometodologia

Embora Garfinkel tenha publicado poucos escritos ou ensaios, linhas influentes de investigação dentro da pesquisa social qualitativa emergiram de seu trabalho e de seu círculo de colegas.¹⁵⁷

5.4.1 Análise da conversação

A primeira a ser mencionada, aqui, é certamente a *análise da conversação* etnometodológica, elaborada, sobretudo, por Harvey Sacks e Emmanuel Schegloff e representada na Alemanha, por exemplo, por Jörg Bergmann, Stephan Wolff, entre outros.¹⁵⁸ Nela, o programa de pesquisa da etnometodologia está relacionado às interações linguísticas. Assim, o interesse de pesquisa está voltado à organização e à ordem da sequência de contribuições de falantes em uma grande

¹⁵⁷ Uma breve visão geral atual pode ser encontrada em Have (2004); e uma apresentação completa em Lynch e Sherrock (2003; 2011).

¹⁵⁸ Cf. os numerosos textos introdutórios, incluindo Silverman (1998); ver também Lynch e Sharrock (2011, seções 3, 4 e 5; 2003, p. 203-278).

variedade de situações de conversação.¹⁵⁹ Os representantes da análise da conversação trabalham com “dados naturais” registrados de interações linguísticas, como, por exemplo, a gravação de conversas. Eles consideram que há uma produção da ordem em cada ponto da interação linguística (“order at all points”). Nenhum detalhe – nem mesmo uma limpeza da garganta ou uma hesitação em uma reação linguística, por exemplo, a uma pergunta – pode ser *a priori* ignorado como aleatório ou irrelevante.¹⁶⁰

As longas e importantes aulas de Harvey Sacks dos anos 1960 e do início dos anos 1970 (Sacks, 1995), assim como os estudos de Emanuel Schegloff (2007), ficaram particularmente famosos. Ambos os protagonistas da análise da conversação estão interessados, entre outras coisas, na identificação e categorização dos falantes e na ordenação das realizações da fala. Essa última é examinada, por exemplo, a partir da organização e da função das sequências em pares ou da troca de falante (“turn taking”), ou seja, de referências linguísticas diretamente relacionadas e frequentemente assimétricas – como, por exemplo, padrões de perguntas e respostas ou saudações.

A análise da conversação requer uma transcrição muito precisa dos dados, pois cada detalhe é importante. Suas análises se concentram, geralmente, em aspectos formais da interação linguística para além do conteúdo e desconsideram tudo aquilo que não emerge dos dados documentados e que, por isso, não pode ser reconstruído (como, por

¹⁵⁹ No círculo de Thomas Luckmann, Jörg Bergmann, Hubert Knoblauch e outros desenvolveram aqui o programa de pesquisa de gêneros comunicativos, que combina uma perspectiva mais institucional com a análise precisa e detalhada da análise de conversação. A análise de gênero (Günthner & Knoblauch, 1994) pressupõe que existem padrões sociais para o processamento de situações linguísticas, a partir das quais os participantes da língua orientam-se (por exemplo, padrões para focar, colocar papo fora, interrogatório etc.).

¹⁶⁰ Se isso lhe parecer excessivo: como você responde a um convite a uma festa feito por alguém de quem você não gosta? Você nega o convite com a mesma rapidez com a qual normalmente o aceitaria? Partindo do pressuposto de que se trata de uma pergunta verbal direta, cara a cara - você não começa sua resposta com uma hesitação, ou seja, um pouco mais “atrasada” do que o normal?

exemplo, hierarquias de poder previamente assumidas entre falantes). Essa estreita aproximação da ideia da ordem social (aqui: de interações linguísticas) a formalidades na realização da ação, assim como a exclusão de aspectos relacionados ao conteúdo ou de condições socioestruturais, em oposição à perspectiva etnometodológica original, levou a análise da conversação a assumir uma posição ambivalente: como um programa que opera na fronteira entre linguística e sociologia, ela é valorizada, por um lado, por sua precisão metodológica, mas, por outro, ela é vista como sociologicamente pouco promissora devido a sua indiferença ao conteúdo.¹⁶¹

Em face dessa posição ambivalente, faz alguns anos que a análise da conversação tem apresentado sinais de abertura – sendo ampliada para incluir uma série de dimensões investigativas – para a análise da conversa (Deppermann, 2008) ou a *análise do discurso*, embora essa última, ao contrário da pesquisa do discurso das ciências sociais, ainda se refere exclusivamente a processos concretos de conversação. A análise da conversação também ganha relevância prática quando é relacionada à questão de como certas situações de comunicação em contextos profissionais ou ocupacionais podem ser “melhor” trabalhadas.

Estudos empíricos no contexto da análise da conversação tratam de temas como o aconselhamento sobre HIV (Silverman, 1997), o processo de chamadas de emergência de bombeiros (Bergmann, 1993), ou sobre a “fofoca” (Bergmann, 1987), entre outros. Um exemplo disso é o estudo realizado por Jörg Bergmann *et al.* sobre a comunicação de crise no cockpit do avião, que possui um objetivo muito prático e provavelmente um propósito inquestionável: com base em uma

¹⁶¹ Cf. as contribuições de Michael Billig e Emanuel A. Schegloff no tópico 3 de Lynch e Sharrock (2011). Erving Goffman também formulou bastante cedo uma clara crítica à análise da conversação, em termos da exclusão geral das “condições de sucesso para as interações linguísticas”, ou seja, das condições prévias para interações linguísticas de sucesso ou de condições que são criadas pelo contexto (cf. capítulo 6), que ela realiza. Harvey Sacks e Emanuel Schegloff haviam, aliás, estudado com Goffman e foram fortemente influenciados por ele antes de seguir Garfinkel.

análise de registros de conversas no cockpit, nas quais situações pouco claras, como, por exemplo, mudanças nos aeroportos de pouso etc., tiveram que ser esclarecidas, a análise da conversação teve como objetivo identificar “déficits” nos processos de comunicação – como, por exemplo, o ato em certa medida sistemático por parte do capitão de ignorar os argumentos do copiloto. Com isso, treinamentos prévios podem ser realizados no intuito de melhorar os respectivos processos de coordenação no cockpit – e, no melhor dos casos, de reduzir o número de quedas.¹⁶²

5.4.2 *Doing Gender*

Com base nos estudos de Garfinkel sobre “Agnes”, vários debates teóricos e estudos empíricos surgiram desde os anos 1970 na tradição da etnometodologia e nas recepções feministas posteriores, que lidam com a produção prática (e a neutralização ou subversão) do pertencimento social de gênero, ou seja, com o “(des)fazendo gênero”.¹⁶³ Em seu estudo sobre transexuais, Suzanne Kessler e Wendy McKennas (1978) mostram como as classificações de gênero são feitas ao longo de atribuições assimétricas do pênis e da vagina, qual papel – ao contrário dos problemas levantados por Garfinkel – é desempenhado por aqueles que fazem a classificação de gênero dos outros e como “genitais culturais”, ou seja, signos visíveis interpretados referentes a gênero (como certos artigos de vestuário) são usados para identificar o gênero. Para isso, Candace West e Don Zimmerman cunharam o termo “doing gender”, como mencionado anteriormente.

¹⁶² Cf. os materiais em formato on-line de Bergmann (Herr Prof. i.R. Dr. Jörg R. Bergmann, 2022).

¹⁶³ A recepção dessa perspectiva no mundo de língua alemã foi basicamente iniciada por Regine Gildemeister e Angelika Wetterer (Gildemeister & Wetterer, 1992). Entretanto, o significado social da categoria de gênero não pode ser reduzido ao processo de “doing” (Gildemeister & Wetterer, 1992).

A produção de gênero compreende uma variedade conjunta de atividades socialmente conduzidas no nível da percepção, interação e política cotidiana que dão a certas ações o significado de ser uma expressão da “natureza” feminina ou masculina. Quando vemos gênero (*gender*) como um desempenho, como uma característica adquirida da ação em situações sociais, nossa atenção distancia-se de fatores ancorados no indivíduo e concentra-se em domínios interativos e, em última instância, institucionais. De certo modo, são os indivíduos que produzem o gênero. Mas trata-se de um fazer, que está ancorado na situação social e é realizado na presença virtual ou real de outros, os quais pressupomos orientar-se por ela. Pensamos no gênero menos como uma propriedade dos indivíduos do que como um elemento que emerge em situações sociais. É o resultado e a justificativa de vários arranjos sociais, assim como um meio de legitimar uma das divisões fundamentais da sociedade (West & Zimmermann, 1991, p. 14, citado após tradução em Gildemeister & Wetterer, 1992, p. 236).

No mundo de língua alemã, Stephan Hirschauer apresentou, por exemplo, um estudo etnográfico da prática social de mudança de sexo e transexualidade que se inspira nas tradições acima mencionadas, mesmo que não represente um estudo etnometodológico clássico (Hirschauer, 1993).

5.4.3 Estudos sobre trabalho (científico)

Os “estudos sobre trabalho”, incentivados por Garfinkel e voltados mais fortemente à análise da atividade prática nos locais de trabalho, se concentram em contextos organizacionais, como, por exemplo, em escolas, tribunais, polícias ou museus. Garfinkel escreveu em 1986: “Os estudos etnometodológicos do trabalho começaram em 1972 com a observação de Harvey Sacks de que a produção local da ordem social

existia como uma ordenação de práticas de conversação [...]” (Garfinkel, 1986, p. vii). Esses estudos foram, portanto, motivados pela orientação teórica e temática e o rigor metodológico da análise da conversação, a qual aparece assumir em outros estudos etnometodológicos uma importância secundária em favor de procedimentos etnográficos:

Em sua parte mais básica, o programa de estudos sobre trabalho está voltado à análise de práticas materiais específicas e concretas que compõem o trabalho do momento a momento, do dia a dia da vida profissional. Essas práticas são tratadas como *endógenas* aos domínios de trabalho em que ocorrem e que constituem. [...] O programa de estudos sobre trabalho aborda essas questões propondo tratar como materiais relevantes para análise todas as amostras de atividade que são reconhecidas como pertencentes a um domínio de ação pelos participantes daquele domínio. Esses materiais são submetidos a uma rigorosa descrição naturalista na qual o foco é a produção, gestão e reconhecimento de competências materiais específicas, tal como são exibidas em tempo real e em ambientes nos quais seu emprego é reconhecidamente consequente. Assim, as atividades ordinárias são examinadas quanto às formas em que exibem uma prática de trabalho responsável e competente, tal como vista *pelos profissionais* (Heritage, 1984, p. 293).

Já no contexto do seu próprio trabalho em ambientes clínicos, Harold Garfinkel havia escrito, por exemplo, sobre “boas” razões organizacionais para “maus” registros clínicos”. O estudo sobre as carreiras dos doentes em uma clínica mostrou, assim, com base nos respectivos registros médicos, como a documentação dos resultados clínicos e os relatórios como um todo estavam muito incompletos. Garfinkel vê três razões para isso: primeiro, a redação do relatório leva tempo; em segundo lugar, os registros podem ser usados pelos

demaís funcionários para o controle e a avaliação dos casos; portanto, se tenta autoprotoger-se por meio de formulações vagas; e, finalmente, a discrepância entre as descrições e as ações reais complexas não podem ser de forma alguma superada. No entanto, os arquivos podem ser lidos “corretamente” pelos envolvidos, desde que sejam um membro competente no campo da prática e tenham as respectivas capacidades interpretativas (Garfinkel, 1967, p. 186-207).¹⁶⁴

Os estudos sobre trabalho dedicam-se atualmente a uma variedade de processos de trabalho bastante diferentes, aplicando-lhes uma perspectiva específica¹⁶⁵:

Os “estudos sobre trabalho” se caracterizam por seus esforços em determinar as práticas corporativas situacionais, nas quais os conhecimentos e habilidades específicas a este trabalho se materializam, através do registro preciso, descrição e análise das realizações reais de trabalho. Assim, as atividades de trabalho em seu objetivo, organização temporal e social tornam-se o foco da atenção. [...] As práticas endógenas da produção da ordem e do significado na realização do trabalho são o objeto central dos “estudos sobre trabalho” (Bergmann, 2005, p. 639).

Em particular, estudos sobre processos educacionais em escolas, bem como de processos judiciais e eventos comparáveis – os primeiros trabalhos de Garfinkel agradecem –, desenvolveram-se nesse meio-tempo, tornando-se um campo temático etnometodológico amplamente pesquisado. São escolhidas abordagens muito diferentes, algumas das quais se concentram mais na produção textual em tais

¹⁶⁴ Ver o resumo em Patzelt (1987, p. 164).

¹⁶⁵ Ver, por exemplo, Lynch e Sherrock (2003, volumes 3 e 4); Lynch e Sherrock (2011, seções 6, 7 e 8); e Rouncefield e Tolmie (2011) para encontrar numerosos textos a esse respeito.

contextos¹⁶⁶, incluindo também processos de interação, assim como em parte os demais processos.¹⁶⁷ Kalthoff (2005), por exemplo, examina os processos de cálculo no cálculo financeiro. Mais recentemente, o uso de procedimentos videográficos e a análise dos respectivos dados audiovisuais têm desempenhado um papel importante, como nos estudos sobre ensino escolar (Breidenstein, 2012).

Se os estudos sobre trabalho se voltam hoje a uma variedade de processos de trabalho, eles têm e tiveram desde o início um campo de aplicação principal no estudo das práticas de trabalho dos cientistas – também iniciado por Harold Garfinkel, que junto com Michael Lynch e Eric Livingston analisaram em 1981 a descoberta de uma estrela pulsante por um grupo de trabalho de astrônomos (Garfinkel *et al.*, 1981). Com sua aplicação no estudo sobre ciência e da sociologia da tecnologia, especialmente em investigações sobre o trabalho científico de laboratório e sua “textualização”, essa especialização da etnometodologia fundou um ramo particularmente ativo da pesquisa etnometodológica. Seus representantes são os estudos de Karin Knorr-Cetina (1984; 2005) sobre a “fabricação científica do conhecimento” ou de Bruno Latour e Steve Woolgar sobre a “vida de laboratório” (Latour & Woolgar, 1979; 1995). Com a teoria ator-rede, que mais recentemente também foi apresentada como a “teoria das conexões”, especialmente Bruno Latour deu ao programa etnometodológico uma ampla, nova e forte orientação teórica a partir da semiótica estrutural de Alexandre Greimas e seu conceito de actantes (Latour, 2007; 2008).

¹⁶⁶ Por exemplo, Wolff (1995) sobre relatórios psiquiátricos.

¹⁶⁷ Ver Latour (2009) sobre o Conselho de Estado francês; Hannken-Illjes *et al.* (2010) sobre a comparação internacional de processos judiciais; e Scheffer (2001) sobre processos de asilo.

Algumas referências bibliográficas sobre futuros desdobramentos e campos de aplicação da etnometodologia

Desdobramentos teórico-programáticos:

Latour, B. (2007). *Eine neue Soziologie für eine neue Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Desenvolvimento da teoria ator-rede, que combina a etnometodologia com a semântica estrutural. Ver também versão em espanhol da obra: Latour (2008).]

Análise da conversação:

Bergmann, J. (2000). Konversationsanalyse. In U. Flick, E. v. Kardorff, & I. Steinke (ed.), *Qualitative Sozialforschung. Ein Handbuch* (pp. 524-537). Reinbek: Rowohlt. [Oferece uma visão geral.]

Deppermann, A. (2008). *Gespräche analysieren*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. [Fundamentos teóricos e métodos.]

Have, P. T. (2007). *Doing conversation analysis* (2. Aufl.). London: Sage. [Método da análise da conversação.]

Hutchby, I., & Woofitt, R. (2008). *Conversation analysis*. London: Wiley. [Explicação da análise da conversação.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2011). *Ethnomethodology. Reihe: Sage Benchmarks in Social Research Methods* (4. Bd.). London: Sage. [Discussões sobre a etnometodologia.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2003) *Harold Garfinkel. Reihe: Sage Masters of Modern Thought* (4. Bd.). London: Sage. [Vários textos clássicos.]

Sacks, H. (1995). *Lectures on conversation*. ed. von G. Jefferson & A. S. Emanuel. London: Wiley. [Texto fundador da análise da conversação.]

Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction*. Vol. 1: A primer in conversation analysis. Cambridge: University Press. [Estudos clássicos.]

Silverman, D. (1998). *Harvey sacks: Social science and conversation analysis*. Oxford: University Press. [Introdução à análise da conversação.]

Silverman, D. (1997). *Discourses of counselling: HIV counselling as social interaction*. London: Sage. [Análises detalhadas de consultas.]

Doing gender

Kessler, S. J., & McKennas, W. (1978). *Gender. An ethnomethodological approach*. Chicago: University of Chicago Press. [Primeiro estudo etnometodológico sobre transexualidade.]

West, C., & Zimmermann, D. H. (1991). Doing gender. In J. Lorber, & S. A. Farrell (ed.), *The social construction of gender* (pp. 13-37). London: Sage. [Reimpressão do texto clássico que introduziu a perspectiva do *doing gender*.]

Estudos sobre trabalho (científico)

Bergmann, J. (2005). Studies of work. In F. Rauner (ed.), *Handbuch Berufsbildungsforschung* (pp. 639-646). Bielefeld: W. Bertelsmann. [Visão geral concisa sobre o campo.]

Garfinkel, H. (ed.) (1986). *Ethnomethodological studies of work*. London: Routledge. [Volume clássico sobre o tema.]

Garfinkel, H., Lynch, M., & Livingston, E. (1981). The work of a discovering science constructed with materials from the optically discovered pulsar. *Philosophy of the Social Sciences*, 11, 131-158. [Estudos clássicos.]

Heath, C., Hindmarsh, J., & Luff, P. (1999). Interaction in isolation: The train driver on London underground. *Sociology*, 33(3), 555-575. [Estudo de caso.]

Knoblauch, H., & Heath, C. (2006). Die workplace studies. In W. Rammert, & C. Schubert (ed.), *Technografie. Zur Mikrosoziologie der Technik* (pp. 141-162). Frankfurt/Main: Campus. [Visão geral dos estudos sobre o local de trabalho com base na etnometodologia.]

Knorr-Cetina, K. (1984). *Die Fabrikation von Erkenntnis*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Estudo clássico sobre a construção científica de fatos. Ver também a versão em francês da obra: Knorr-Cetina, (2005).]

Latour, B., & Woolgar, S. (1979). *Laboratory life. The construction of scientific facts*. London: Sage. [Estudo clássico sobre a construção científica de fatos. Ver também versão em espanhol da obra: Latour & Woolgar (1995).]

Lynch, M. (1993). *Scientific practice and ordinary action: Ethnomethodology and social studies of science*. Cambridge: University Press. [Discussão da perspectiva etnometodológica nos estudos da ciência.]

Lynch, M. (1985). *Art and artifact in laboratory science: A study of shop work and shop talk in a research laboratory*. London: Routledge. [Estudo de caso.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2011). *Ethnomethodology. Reihe: Sage Benchmarks in Social Research Methods* (4. Bd.). London: Sage. [Exemplos de estudos de caso e discussão, capítulos 6 a 8.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2003) *Harold Garfinkel. Reihe: Sage Masters of Modern Thought* (3. Bd.). London: Sage. [Discussão a respeito dos estudos sobre trabalho.]

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2003) *Harold Garfinkel. Reihe: Sage Masters of Modern Thought* (4. Bd.). London: Sage. [Estudo de caso].

Lynch, M., Livingston, E., & Garfinkel, H. (1985). Zeitliche Ordnung in der Arbeit des Labors. In W. Bonß, & H. Hartmann (ed.), *Entzauberte Wissenschaft: Zur Relativität und Geltung soziologischer Forschung. Soziale Welt Sonderband 3* (pp. 179-206). Göttingen: Schwartz. [Estudo de caso.]

5.5 Ainda em posição de combate em relação ao resto da sociologia?

Até seus mais recentes desenvolvimentos, a etnometodologia tem aparecido frequentemente, “por princípio, em posição de combate em relação à sociologia tradicional” (Weingarten & Sack, 1976, p. 19). Nomeadamente, acusa todos os paradigmas sociológicos existentes, e especialmente outras abordagens interpretativas, de inventar modelos teóricos inadequados e impô-los aos fenômenos sociais que estão sendo analisados, ou seja, de produzir apenas conhecimentos artificiais e inadequados. Por sua vez, ela exige um empirismo radical da análise dos “dados naturais”, que deve dispensar qualquer pressuposto a respeito de mecanismos de efeito ou de modelos de ordem para além da situação, justamente porque o respectivo processo social em si já produz sempre sua própria estrutura de ordem, que precisa ser apreendida. Sobre isso, exemplifica Heritage:

O programa de estudos sobre trabalho aborda essas questões propondo tratar como material relevante para análise todas as amostras de atividade que são reconhecidas como pertencentes a um domínio de ação pelos participantes desse domínio. Esses materiais são submetidos a uma rigorosa descrição naturalista na qual o foco é a produção, gestão e reconhecimento de competências materiais específicas, tal como são exibidas em tempo real e em ambientes, nos quais seu emprego é reconhecidamente consequente. Assim, as atividades ordinárias são examinadas quanto às formas em que exibem uma prática de trabalho responsável e competente, tal como vista pelos profissionais (Heritage, 1984, p. 302).

Por um lado, essa radicalidade promoveu a coesão da comunidade etnometodológica, mas, por outro lado, também causou fortes bloqueios de recepção por parte do “resto” da sociologia. Assim, as constantes questões etnometodológicas sobre o “como” da construção metodológica da realidade foram acusadas, em última instância, de apenas produzir resultados banais, além de deixar de abordar os temas e as questões sociológicas “realmente” interessantes.¹⁶⁸ A própria posição ingênua-realista de análise permanece problemática, ignorando os critérios de atenção e as condições específicas da própria atividade de observação e interpretação, como se uma descrição naturalista do que está acontecendo pudesse ser alcançada sem recorrer a processos de interpretação.¹⁶⁹ Para além dessas polêmicas mutuamente excessivas, pode-se observar recentemente uma maior “aplicação de orientação” etnometodológica, assim como uma conexão proveitosa, não dogmática, com outras perspectivas sociológicas.

¹⁶⁸ Cf. a publicação de objeções críticas de Alvin Gouldner, Anthony Giddens, James Coleman, Lewis Coser e outros em Lynch e Sharrock (2003, v. 1, p. 237-375).

¹⁶⁹ Cf., em geral, críticas em Eickelpasch (1983) e Patzelt (1987, p. 38).

Exercícios

- Explique os conceitos básicos da etnometodologia usando exemplos.
- Pense em um experimento de ruptura. Qual regra básica pode ser testada com ele?
- Com base em um exemplo de sua própria escolha, discuta de forma comparativa como o interacionismo simbólico ou a etnometodologia formularia seus problemas de pesquisa.
- Que argumentos podem ser levantados a favor e contra a defesa da etnometodologia em relação à análise de dados naturais e da renúncia de “questões de sentido”? Pode-se abrir mão de interpretações?
- Observe a si mesmo – como você participa do “doing gender”?
- Até que ponto pode-se dizer que as organizações também realizam “doing gender”?
- Quais seriam exemplos de um “undoing gender” prático da ação, ou seja, de uma subversão das classificações binárias de gênero?

6

SOCIOLOGIA DA ORDEM INTERACIONAL

ENQUANTO O FUNDADOR DA ETNOMETODOLOGIA, que você acabou de conhecer no capítulo anterior, não escreveu uma única monografia ao longo de sua vida, o autor para o qual estamos nos voltando agora representa exatamente o oposto com seus numerosos livros.¹⁷⁰ E em comparação às abordagens do paradigma interpretativo apresentadas até agora, é impressionante que o nome de Erving Goffman não esteja associado a nenhuma formação escolar sociológica, embora esse autor canadense seja um dos sociólogos mais lidos e bem-sucedidos do século XX, encontrando interesse público para muito além dos limites da disciplina.¹⁷¹ Quem é essa pessoa que, embora fosse um pouco mais jovem que Harold Garfinkel (com quem ele teve um contato ativo na época), entrou no cenário sociológico mais ou menos na mesma época – Goffman fez seu doutorado em 1953

¹⁷⁰ Ver a lista em Raab (2008, p. 107).

¹⁷¹ Nessa posição especial, Goffman se assemelha ao sociólogo francês Jean Claude Kaufmann, mencionado anteriormente, também autor de uma sociologia bastante própria, com grande influência pública, voltada – nesse caso – à vida cotidiana privada, com base na teoria fundamentada (cf. acima). Talvez isso esteja ligado à tradição dos nomes: Goffman vem de uma família judaica; cujo nome é uma variação da palavra alemã “Kaufmann” (Helle, 2001, p. 154).

na Universidade de Chicago – e em pouco tempo, por volta do final dos anos 1950, início dos anos 1960, produziu um grande número de escritos sociológicos que ainda hoje são essenciais?

[Ele] é considerado como uma personalidade não convencional, ambivalente e fascinante: um solitário tímido, um tanto difícil e um *outsider* estranho – obstinado e tão difícil de classificar como sua postura científica, contraditório e, ao mesmo tempo, mediador entre opostos como sua perspectiva sociológica (Raab, 2008a, p. 17).

Essa impressão pode ser lida como a primeira indicação de sua posição específica. Sua abordagem é frequentemente apresentada como uma perspectiva “dramatúrgica” ou “dramatológica” (Hitzler, 1992), a qual ele popularizou e provavelmente adotou de Kenneth Burke (1969), referindo-se à metáfora da vida social como um palco, no qual somos todos atores e público ao mesmo tempo. Certa vez, em uma entrevista, ele referiu-se a si mesmo de forma pejorativa como “tão interacionista simbólico quanto qualquer outro”, assim como um “funcionalista estrutural” no sentido tradicional – ele não conseguiria nem queria referir-se a si mesmo sob tais rótulos banais (Helle, 2001, p. 160). Sim, seu veredicto sobre o clube do interacionismo simbólico é bastante duro:

Você tem que chegar a uma história natural de algo, com as fases, estrutura, padrões, ou você não disse nada, ou não analisou isso. E nenhuma dessas coisas faz realmente parte do interacionismo simbólico [...]. É uma espécie de abordagem meramente crítica, primitiva, e nesse sentido eu não acho que isso vá a lugar algum [Goffman em 1980 em uma entrevista com Jef Verhoeven] (Verhoeven, 1993, p. 334).

É claro que Goffman também não é “de forma alguma” um etnometodólogo, assim como ele aponta nessa mesma entrevista, e como

também fica claro a partir de suas repetidas críticas, especialmente, à análise da conversação. No entanto, chama a atenção como Goffman aborda temas e questões muito semelhantes às de Harold Garfinkel – por exemplo, como questões de ordem de gênero ou a ordem das interações sociais; por último, mas não menos importante, seus alunos Harvey Sacks e Emanuel Schegloff identificaram-se com Garfinkel. Contudo, ele as aborda de maneira bem diferente, a quilômetros de distância da “atitude empírica” e do entusiasmo pelos detalhes dos etnométodos, que se encontram ali.

Seu rótulo desejado, se é que algo assim fosse necessário, era na melhor das hipóteses o de um etnógrafo da vida da cidade grande na tradição de pesquisa de campo de Chicago, assim como Everett Hughes praticava: “Se eu tivesse que ser rotulado de alguma maneira, teria que ser como um etnógrafo urbano hughesiano” (Raab, 2008a, p. 60). Afinal, ele foi aluno, a partir de 1945, de Ernest Burgess, Everett C. Hughes, W. Lloyd Warner, entre outros, na Universidade de Chicago. Além disso, constam também em seu trabalho referências claras à pesquisa do comportamento animal (etologia), ao pragmatismo (Dewey; Mead), à fenomenologia (Schütz) e sobretudo a Émile Durkheim e Georg Simmel (Raab, 2008a, p. 26). Durkheim foi certamente a inspiração daquilo que viria ainda a se tornar mais claramente o seu trabalho a respeito dos rituais do social e do forte interesse na regulamentação da interação social entre os indivíduos:

Sob a influência de Durkheim e Radcliffe-Brown, alguns estudantes das sociedades modernas aprenderam a procurar o significado simbólico de qualquer prática social dada e a contribuição dessa prática para a integridade e solidariedade do grupo que a emprega. Entretanto, ao voltar sua atenção para o grupo em vez do indivíduo, esses estudantes parecem ter negligenciado um tema apresentado no capítulo de Durkheim sobre a alma. Lá, ele sugere que a personalidade do indivíduo pode ser

vista como uma parcela do *mana* coletivo e que (como ele sugere em capítulos posteriores) os ritos realizados para representações da coletividade social às vezes serão realizados para o próprio indivíduo. Neste capítulo, eu quero explorar alguns dos sentidos em que a pessoa, em nosso mundo secular urbano, recebe um tipo de sacralidade que é exibido e confirmado por atos simbólicos (Goffman, 2011, p. 51).

A atenção às interações sociais deriva de Simmel, assim como o estilo de escrita frequentemente ensaístico, que usa tudo o que “passa pela sua caneta” como um dado: anedotas, reportagens de jornais, notas observacionais, impressões etnográficas e pesquisas sistemáticas de campo. Se considerarmos as várias publicações de Goffman, então três ou quatro temas principais podem ser identificados, os quais, no entanto, foram tratados de forma bastante desproporcional. Somente em um caso trata-se de uma análise realizada realmente com base em material etnográfico – no famoso estudo sobre as *instituições totais* dos “manicômios”, das psiquiatrias e de sua vida íntima (Goffman, 2001). Apesar de seu livro mais antigo e provavelmente mais famoso, *A representação do Eu na vida cotidiana* (Goffman, 2002b), também basear-se em trabalhos etnográficos realizados no âmbito da sua tese, a publicação apresenta uma abordagem muito diferente, discorrendo de forma sistemática sobre as diferentes dimensões da autoapresentação, independentemente de um campo concreto de pesquisa.

Esse modo de apresentação percorre a maioria dos livros, em que Goffman lida com a *apresentação do eu e sua incorporação nas interações* com os outros. Diferenciam-se desse suas investigações sobre a “análise dos quadros da experiência social” (Goffman, 2012), no qual Goffman discorre sobre o enquadramento das situações, com as quais nos deparamos, bem como sobre quem cria e muda os quadros interpretativos e por quais meios. Em oposição ao foco etnometodológico da realização das situações é que sua abordagem

dos elementos externos do enquadramento das situações é realizada. Finalmente, pode-se mencionar seus estudos sobre “Rede-Weisen” (“Maneiras de falar”) (Goffman, 2005b), nos quais Goffman até menciona interesse por questões de pesquisa da etnometodologia e da análise da conversação, mas cuja implementação ele critica, dando-lhes claramente outras tônicas.

Se alguém quiser, no entanto, nomear algo como o objetivo principal de suas pesquisas, então é aconselhável seguir o próprio Goffman e caracterizar seu extenso trabalho com o termo que ele mesmo sugeriu em seu discurso como presidente planejado para a Associação Americana de Sociologia pouco antes de sua morte prematura – tendo-se, no entanto, em mente que nem todo seu trabalho possa ser incluído. Assim, seu projeto corresponde menos a uma teoria do que a um programa de pesquisa – o estudo da “ordem interacional” (Goffman, 1994a). Esse teria validade de um fenômeno social a ser estudado por direito próprio, assim como a sociologia analisa as estruturas familiares ou a economia, por exemplo. Assim como existe uma esfera da economia, ou uma esfera da religião, existe também uma esfera da interação – pois, afinal, todas as formas por meio das quais as pessoas se encontram podem ser resumidas sob esse aspecto e analisadas em relação às dimensões desse encontro (ou seja, não como uma contribuição a eventos econômicos).

Essa *ordem interacional* refere-se à estruturação das “situações sociais”, ou seja, situações de encontro entre pelo menos duas pessoas concomitantemente presentes (copresentes), independentemente de ser um contato casual e fugaz ou uma situação mais duradoura. Afinal, a maior parte de nossa vida cotidiana consiste em estarmos juntos e interagir com os outros, que se encontram igualmente presentes, na medida em que os vemos e eles nos veem, em que alinhamos mutuamente nosso comportamento, nossas ações, nossa aparência, nossas formas de reagir:

Definimos as situações sociais como cenas de controle mútuo. O pesquisador tem a possibilidade de considerar essas situações sociais como o ponto de partida natural para o estudo de toda a vida social. Afinal, os indivíduos se comunicam uns com os outros, no sentido estrito da palavra, em situações sociais, e somente nelas podem exercer coerção física uns sobre os outros ou insultar uns aos outros, interagir sexualmente uns com os outros, ameaçar-se mutuamente por gestos, acariciar uns aos outros, e assim por diante. Além disso, a maior parte do trabalho deste mundo é feito em situações sociais. Portanto, é compreensível que encontremos em todas as sociedades certas formas de adaptação, incluindo sistemas normativos de imposição, que tornam possível lidar com as oportunidades e os riscos típicos das situações sociais. As situações sociais nos interessam porque, acima de tudo, elas oferecem aos indivíduos a possibilidade de criar retratos sociais de si mesmos com a ajuda de seu rosto, seu corpo e pequenos materiais disponíveis (Goffman, 1981b, p. 28).

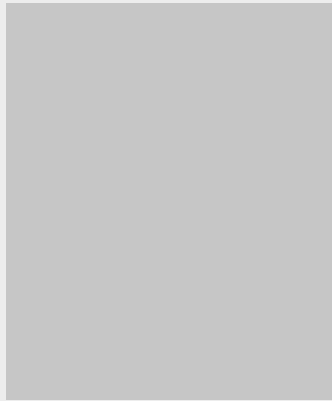
“Que tipo de criaturas encontramos no zoológico interativo?” (Goffman, 1994a, p. 68). De acordo com Goffman, as situações sociais mencionadas consistem em:

- *peessoas* como importantes instâncias portadoras e unidas móveis;
- *encontros*, ou seja, eventos, nos quais um indivíduo entra na “zona de ação”, na área de percepção e no alcance do outro;
- *conjuntos* ou times de indivíduos agindo em conjunto para realizar, por exemplo, tarefas específicas;
- *rituais*, que estruturam processos de interação; e
- *formatos de palco*, ou seja, diferentes tipos e configurações da situação.

Todos esses elementos juntos fornecem um esquema sistemático para a análise dos processos de interação – embora Goffman vise sempre o conhecimento generalizado de tais processos, que independem de pessoas. Como os diferentes elementos aparecem em muitos de seus estudos, a discussão a seguir não poderá orientar-se diretamente por eles. Ao invés disso, será necessário muitas vezes retornar a alguns deles.

Em suas reflexões, Goffman recorre às ideias de Émile Durkheim sobre a função social dos rituais. Os rituais nada mais são do que padrões e atuações socialmente estruturados que acompanham certas situações e resolvem os problemas de ação que nelas surgem. Assim, uma cerimônia fúnebre oferece, por exemplo, uma forma de lidar com a situação excepcional específica da morte de um parente de forma conjunta e socialmente apropriada. Aqui, em particular, na análise da ordem interacional, uma clara influência de Georg Simmel em suas discussões impressionistas não pode ser ignorada.

Com base em análises de materiais empíricos heterogêneos – protocolos de observação participante, outras observações em certa medida sistematizadas, notícias de jornais, fotografias publicitárias, romances de espionagem etc. – Goffman desenvolve conceitos para caracterizar os padrões típicos ou os elementos de construção da ordem interacional, nos quais tem interesse. Para tanto, ele dá diferentes ênfases em seus numerosos livros: ele examina a autorrepresentação do indivíduo em encontros sociais, a afirmação da identidade em “instituições” (totais) como em manicômios, o comportamento em lugares públicos, mas também a representação de “encontros” entre os gêneros na vida cotidiana e na publicidade, nas interações linguísticas ou de forma mais geral a determinação do *status* de realidade de tais encontros. No decorrer da apresentação será feita referência a alguns desses aspectos.



Erving Goffman (1922-1982)

Erving Manuel Goffman nasceu em Manville, Canadá, em 1922. Após concluir seu bacharelado em sociologia e antropologia na Universidade de Toronto, na primeira metade dos anos de 1940, ele se transferiu para a Universidade de Chicago em 1945 para a realização de seu mestrado. Lá ele concluiu seu doutorado em 1953 sob a orientação de Everett Hughes. Influências fortes sobre ele foram W. Lloyd Warner e o antropólogo cultural Alfred Radcliff-Brown. Enquanto isso, ele permaneceu na Universidade de Edimburgo de 1949 a 1951, onde realizou os doze meses de trabalho de campo para sua tese de doutorado nas Ilhas Shetland, na costa escocesa. Esse estudo da “conduta de comunicação em uma comunidade peninsular” foi escrito principalmente em Paris. A publicação revisada e muito posterior – que leva o seguinte título em alemão: *Wir alle spielen Theater* (em português, *A representação do Eu na vida cotidiana*) – recebeu o prêmio de melhor livro de sociologia dos Estados Unidos em 1961.

Em 1953, Goffman trabalhou em um estudo para a indústria petrolífera americana sobre os funcionários de postos de gasolina em Chicago e arredores. O livro trata do conflito de papéis diante das exigências de ter que agir como comerciante, operador e técnico

ao mesmo tempo. De 1954 a 1957, Goffman realizou pesquisas em Washington no Instituto Nacional de Saúde Mental e realizou pesquisa de campo no hospital psiquiátrico de lá. Em 1958, foi para Berkeley, para a Universidade da Califórnia. Com o apoio de Herbert Blumer, recebeu uma cátedra de sociologia em 1962. De 1968 a 1982, lecionou na Universidade da Pensilvânia (Filadélfia) como professor de Antropologia e Sociologia. Ele não apenas recebia um salário anual excepcionalmente alto, mas também recebeu inúmeros prêmios. Atuou como convidado em diversas instituições acadêmicas de prestígio.

De 1981 a 1982, Goffman foi presidente da Associação Americana de Sociologia. Ele morreu de câncer de estômago em novembro de 1982.

Sugestão de literatura

Goffman, E. (2002b). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. [Originalmente 1956/1959; é o seu trabalho mais conhecido, no qual Goffman explora as dimensões e os meios da autorrepresentação na vida cotidiana; um clássico da pesquisa sociológica dos papéis.]

Goffman, E. (1994a). Die Interaktionsordnung. In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 50-104). Konstanz: UVK. [Discurso presidencial para a Associação Americana de Sociologia, no qual Goffman traça de forma retrospectiva seu programa de pesquisa.]

Goffman, E. (1994b). Das Arrangement der Geschlechter. In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 105-158). Konstanz: UVK. [Análise detalhada da reflexividade institucional da ordem assimétrica de gênero.]

Goffman, E. (1983). *Wir alle spielen Theater. Die Selbstdarstellung im Alltag*. München: Piper [1959]. [Versão da obra *A representação do Eu na vida cotidiana* em língua alemã.]

Manning, P. (1992). *Erving Goffman and modern sociology*. Cambridge: Polity Press. [Introdução de fácil acesso e detalhada ao trabalho de Goffman.]

Raab, J. (2008a). *Erving Goffman*. Konstanz: UVK. [Breve introdução ao trabalho e ao contexto de trabalho de Goffman.]

Leitura complementar

Burns, T. (1992). *Erving Goffman*. London: Routledge. [Introdução detalhada – nem sempre de fácil acesso à vida, ao trabalho e às relações de trabalho de Goffman – por um de seus ex-alunos.]

Goffman, E. (2019). A ordem da interação: discurso presidencial da *American Sociological Association*. *Dilemas*, 12 (3), 571-603.

Goffman, E. (2012). *Quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. (2008). *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC. [Análise da relação com deficiências físicas em encontros sociais.]

Goffman, E. (2002a). Footing. In B. T. Ribeiro, & P. M. Garcez (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola. [Artigo escrito originalmente em 1979, onde ele faz críticas à abordagem da etnometodologia a partir da sua teoria dos quadros da experiência.]

Goffman, E. (2002b). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. [Ver acima o estudo mais famoso; trata da autoapresentação em situações sociais.]

Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva. [Estudo etnográfico sobre a afirmação da identidade em uma instituição psiquiátrica.]

Goffman, E. (1983). *Wir alle spielen Theater. Die Selbstdarstellung im Alltag*. München: Piper [1959].

Goffman, E. (1981a). *Geschlecht und Werbung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1976]. [Análise pioneira sobre código de gênero em anúncios publicitários.]

Goffman, E. (1973b). *Asyle. Über die soziale Situation psychiatrischer Patienten und anderer Insassen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1961]. [Versão em língua alemã de *Manicômios, prisões e conventos*.]

Goffman, E. (1972). *Stigma. Über Techniken der Bewältigung beschädigter Identität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1963]. [Versão em língua alemã de *Estigma*.]

Hettlage, R., & Lenz, K. (1991). *Erving Goffman – ein soziologischer Klassiker der zweiten Generation*. Bern: Haupt. [Explicações com referências biográficas e ensaios com discussões de trabalhos.]

Reiger, H. (2000). *Face-to-face Interaktion. Zur Soziologie Erving Goffmans*. Frankfurt a. M.: Lang. [Breve visão geral introdutória.]

Willems, H. (1997). *Rahmen und Habitus. Zum theoretischen und methodischen Ansatz Erving Goffmans*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. [Discussão teórica comparativa, que discorre sobre o trabalho de Goffman com referências a Pierre Bourdieu e Norbert Elias.]

Website

Erving Goffman – 1922-1982. [2022?]. Retrieved from <https://people.brandeis.edu/~teuber/goffmanbio.html>.

Crédito fotográfico

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.

6.1 Situações e suas pessoas: rituais de interação

O trabalho de Goffman difere do dos interacionistas simbólicos, dada sua forte ênfase aos padrões estruturais sociais na forma de rituais, que são utilizados em encontros sociais, funcionando como regras orientadoras das ações dos participantes, mesmo quando esses últimos violam deliberadamente tais regras de interação. Em uma importante frase de seu livro *Ritual de interação. Ensaio sobre o comportamento face a face*, Goffman diz que não estava tratando de “pessoas e suas situações”, mas de “situações e suas pessoas”, mais precisamente: de regras de comportamento que ligam as respectivas ações e estruturam as possibilidades de interação.

Para Goffman, as interações são referências e influências recíprocas de indivíduos sobre suas respectivas ações sob condições de copresença física (Goffman, 2002b, p. 23). Encontros sociais imediatos acontecem em todos os lugares, onde as pessoas estão concomitantemente presentes em situações, ou seja, onde se encontram em alcance auditivo e visual do outro. Em tais encontros, não temos que reinventar a maneira como nos comportamos – no máximo quando nos encontramos em uma situação completamente desconhecida, isto é, talvez em encontros interculturais com estrangeiros.

Em nossa vida cotidiana habitual, aprendemos em certa medida a “comportar-nos”, quer dizer, controlar e direcionar nossas próprias ações, ajustando-as adequadamente às ações da outra pessoa ou de outras pessoas na situação. Ao fazer isso, seguimos padrões culturais de vários tipos: cumprimentamos nossos amigos de forma diferente do que cumprimentamos nossos avós ou superiores; observamos as regras de mudança de falante, deixamos que outros tomem a palavra; respondemos a perguntas; seguramos a porta para alguém passar; oferecemos o lugar para alguém se sentar; tentamos evitar arrotar em público e buscamos exalar um cheiro agradável; tentamos desviar o olhar quando alguém está com um pedaço de macarrão pendurado no

queixo (em referência ao recentemente falecido membro honorário da Associação Alemã de Sociologia, Victor von Bülow, pseudônimo Lorient¹⁷²).

Falar de padrões culturais, ou como faz Goffman, de “rituais interativos”, aponta para o fato de que entramos, por assim dizer, em “formas” existentes que nos permitem estruturar as interações nas quais participamos. Tais formas podem ser, em certa medida, específicas da situação. Alguns fazem parte talvez, de maneira geral, do repertório básico cotidiano do comportamento aceito, outros se referem a situações muito específicas, tais como lidar com superiores. O livro *Rituais de interação* (Goffman, 2011) compreende, por exemplo, “técnicas de preservação da fachada”, “deferência e porte”, “constrangimento e organização social”, ou “onde a ação está – onde há *action*”. A sociologia de Goffman é (em suas palavras) uma “sociologia das ocasiões”, na qual as pessoas, os modos de estruturação e as ações das pessoas se encontram:

Os materiais comportamentais definitivos são as olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não. Eles são os sinais externos de orientação e envolvimento – estados mentais e corporais que não costumam ser examinados em relação à sua organização social. [...] Um dos objetivos ao se lidar com esses dados [estudos de comportamento animal, pesquisa em pequenos grupos e psicoterapia; nota RK] é descrever as unidades naturais da interação construídas a partir deles, começando com as menores possíveis – por exemplo, o movimento facial breve que um indivíduo pode fazer no jogo de expressar seu alinhamento com aquilo que está acontecendo – e terminando com acontecimentos como conferências de uma semana, esses mastodontes

¹⁷² Ver no YouTube!

interacionais que forçam até os limites aquilo que pode ser chamado de uma ocasião social. Um segundo objetivo é descobrir a ordem normativa que vale dentro dessas unidades e entre elas, ou seja, a ordem comportamental encontrada em todos os lugares povoados, sejam eles públicos, semipúblicos ou privados, e estejam eles sob os auspícios de uma ocasião social organizada ou sob as coerções mais prosaicas de um mero ambiente social rotinizado. Ambos os objetivos podem progredir por meio da etnografia séria: precisamos identificar os incontáveis padrões e as sequências naturais de comportamento que ocorrem sempre que pessoas entram na presença imediata de outras. E precisamos enxergar esses eventos como uma questão de análise por si só, analiticamente distinta de áreas vizinhas, como, por exemplo, relações sociais, pequenos grupos sociais, sistemas de comunicação e a interação estratégica. Defende-se aqui uma sociologia das ocasiões. A organização social é o tema central, mas aquilo que é organizado é a mescla entre pessoas e as atividades interacionais temporárias que podem surgir a partir disso. [...] Eu pressuponho que o estudo apropriado da interação não é o indivíduo e sua psicologia, e sim as relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente presentes umas às outras. Ainda assim, já que são atores individuais que contribuem com os materiais mais básicos, sempre será razoável perguntar quais propriedades gerais eles precisam ter se quisermos esperar esse tipo de contribuição deles. Que modelo mínimo do ator é necessário se quisermos dar corda nele, enfiá-lo entre seus colegas e ver emergir um tráfego de comportamento ordenado? Que modelo mínimo é necessário se o estudante quiser antecipar as linhas pelas quais um indivíduo, *qua* participante em interações, pode ser efetivo, ou então desmorona? [...] Não, então, homens e seus momentos. Em vez disso, momentos e seus homens (Goffman, 2011, p. 9-11).

Essa ênfase nos elementos estruturais ou padrões que moldam interações como “rituais” também é dirigida contra a etnometodologia, pela qual alguns de seus alunos haviam optado. A etnometodologia, por sua vez, esquece os fundamentos do sucesso das situações, as “condições de sucesso” (“felicity conditions”) para sua gerência bem-sucedida, ou seja, as condições de fundo, tais como as constâncias do cenário espacial, das relações existentes entre as pessoas para além das situações – não é a primeira vez que as pessoas se veem – das posições sociais que, quando tomadas todas juntas, fornecem a “base” ou o “footing”, por exemplo, de afirmações linguísticas. Para exemplificar, podemos dizer que não é qualquer um que pode assumir o microfone para o discurso presidencial na reunião de membros da Associação Americana de Sociologia. Isso requer na verdade um longo processo preparatório, os respectivos procedimentos eleitorais, conhecimento de “enquadramentos da situação” (Goffman, 2012) e muito mais. Uma análise etnometodológica, que visa apenas à produção situacional da ordem, nunca será, portanto, capaz de compreender adequadamente tal fenômeno de interação (Goffman, 2005b).

Nas “situações e suas pessoas, interessam em particular a Goffman as convenções ou os rituais sociais, as representações e apresentações do seu “Eu” pelas pessoas, a manutenção de sua identidade e a referência a cada um que se faz presente em copresença. A partir de Émile Durkheim, ele fala de um moderno “culto ao indivíduo”. O indivíduo é considerado como algo “sagrado”, e a função dos rituais consiste essencialmente em proteger esse indivíduo de “machucar-se”:

Eu uso o termo “ritual” porque estou lidando com atos em que o ator, por meio do componente simbólico desses atos, mostra o quão digno ele é de respeito ou o quão digno ele sente que os outros são de respeito. [...] Nossa fachada, então, é uma coisa sagrada, e a ordem expressiva necessária para mantê-la é, portanto, uma ordem ritual. [...] Neste capítulo, eu quero explorar alguns dos sentidos

em que a pessoa, em nosso mundo secular urbano, recebe um tipo de sacralidade que é exibido e confirmado por atos simbólicos (Goffman, 2011, p. 26; 51).

Os rituais são sistemas de regras ou códigos convencionalizados e simbolicamente carregados que orientam nosso comportamento – Goffman também fala de “regras de trânsito da interação social” (Goffman, 1974, p. 140). Estamos certamente familiarizados com saudações e despedidas como momentos fortemente ritualizados (e muitas vezes formalizados) de interação. Aqui o simbolismo ou o conteúdo simbólico das ações é óbvio, por exemplo, na mão estendida com a qual inicia-se a saudação, ou no aceno no contexto de uma “despedida dolorosa”. Tais comportamentos e movimentos corporais significam algo além de seu curso real. Nessa compreensão dos símbolos, Goffman fala de “ações simbólicas”, não no sentido mais geral do interacionismo simbólico. Entretanto, os rituais de interação não incluem apenas aqueles padrões estruturais que, por exemplo, estabelecem uma ordem e uma estrutura temporal ou hierárquica (o início e a conclusão de um encontro; quem está sentado, quem deve estar de pé, quem tem o direito de falar) e que desempenham um papel importante, especialmente em contextos de interação oficial e formal (mas de forma alguma apenas lá!).

Segundo Goffman, isso também inclui componentes muito menos óbvios das interações, como o reconhecimento básico dado inicialmente a um *alter ego* de ser um interlocutor normal e em pé de igualdade, digno de interação. Humilhações são evitadas, pequenos embaraços (como o mau hálito) são ignorados, questionamentos muito detalhados sobre declarações duvidosas são omitidos, mesmo que se tenha que dar constantemente confirmações da própria atenção pelo outro.

Tais comportamentos pertencem àqueles rituais de interação que, segundo Goffman, estruturam o “consenso operacional” para interações, que sempre se mantêm até novo aviso, ou seja, uma

espécie de acordo tácito sobre o que se trata e como proceder: uma conversa de trabalho, e não uma conversa de bar; um flerte, e não uma confissão; um culto religioso, e não um *happening*. A manutenção do consenso operacional é um elemento central na ordem interativa dos encontros, mesmo quando o quadro é brevemente abandonado, uma breve fórmula (“brincadeiras à parte agora”, “de volta ao tema”) é suficiente para nos lembrar disso.

Há rituais de confirmação (um aceno de aprovação, um *Mmmmh* na conversa), bem como os de correção de violações de normas. Os respectivos regulamentos não se referem apenas à interação com os outros, mas também dizem respeito ao controle permanente do próprio comportamento na interação, como, por exemplo, a manutenção de uma aparência física normal, as maneiras corretas de se sentar e o aviso de confirmações positivas por meio de acenos de cabeça, contato visual, sons de aprovação, gemidos de prazer (como reação ao estímulo de outra pessoa) e assim por diante. Os respectivos trabalhos de Goffman estão repletos de categorias com as quais ele nomeia e distingue os componentes individuais de tal estruturação de interações. Ele descreve, por exemplo, os diferentes graus de engajamento que se espera de alguém, que alguém diante de si mesmo pode ou tem que oferecer ou espera dos outros. Isso também inclui a regulamentação do contato visual adequado entre “encarar” e “ignorar”, o posicionamento dos corpos, a interação com conhecidos e estranhos (Goffman, 2009, p. 49):

Emita suas ordens com gravidade e gentileza e de forma reservada. Que sua voz seja bem composta, mas evite um tom de familiaridade ou simpatia com eles. [...] A perfeição dos modos, neste caso particular, é indicar pela sua linguagem que o ato é um favor e pelo seu tom que é algo evidente (Goffman, 2011, p. 64).¹⁷³

¹⁷³ Relações entre senhor e criado, citado por Goffman (2011).

Isso também inclui a observância de uma distância corporal considerada culturalmente adequada, que não exceda o “território do *self*” (Goffman, 1974, p. 54) ou, em situações de tal transgressão – por exemplo, durante o sexo ou em elevadores lotados –, é amortecida por uma grande variedade de técnicas corporais (por exemplo, evitando o contato direto dos olhos no elevador). Se considerarmos o indivíduo ou o seu corpo como uma “unidade em movimento”, rapidamente fica claro que os territórios do *self* se movem com o indivíduo – pelo menos em alguns de seus elementos. O limite do indivíduo não coincide com sua pele ou roupa, mas está (de acordo com cada cultura) para além desses. Os territórios do *self* podem ser divididos em diferentes dimensões: o próprio corpo é acessível apenas a algumas pessoas, mesmo quando vestido. A distância entre os corpos varia de acordo com as situações, nas quais nos encontramos. Equipamos nosso local de trabalho na biblioteca com utensílios que mostram que esse agora é o *nosso lugar* (com uma garrafa de água, uma maçã, blocos de notas, um talismã etc.).

Goffman fala da “caixa” que nos cerca. “Violações territoriais” – em sua pior forma, como o estupro e outras violações físicas – são punidas. Um olhar que encara também viola o território do *self* – por isso que a observação da nudez é apenas permitida às escondidas, o que pode levar a um comportamento estranho em saunas ou praias de nudismo. Como mecanismos de proteção dos territórios do *self* estão incluídas regras como não “mexer nas coisas dos outros”, não inspecionar em detalhes o quarto de outras pessoas em convites para jantares etc.

Certamente, tais rituais de reconhecimento mútuo e autorrepresentação diferem de acordo com a natureza dos respectivos encontros sociais, ou seja, entre, por exemplo, uma intensa conversa de trabalho, uma conversa descontraída entre amigos em uma festa, ou um encontro passageiro de dois desconhecidos que atravessam a rua. A esse respeito, pode-se distinguir entre “graus de centralização” das interações:

A interação não centralizada consiste nas comunicações interpessoais que resultam apenas da aproximação de pessoas, como quando dois desconhecidos em uma sala se moldam em termos do vestuário, postura e comportamento geral, cada um modificando seu próprio comportamento, visto que se encontram eles mesmos sob observação. A interação centralizada ocorre quando as pessoas concordam efetivamente em manter um único foco de atenção cognitiva ou visual por um período de tempo, como em uma conversa, em um jogo de tabuleiro [...] (Goffman, 1973a, p. 7).

As respectivas regras podem ter um caráter simétrico ou assimétrico tanto em encontros privados como públicos. Esse último se aplica, por exemplo, às formas de etiqueta entre os gêneros: o homem ajuda a mulher a vestir seu casaco, e não vice-versa. Em imagens publicitárias, a mulher olha para o homem; o homem coloca seus braços de forma protetora sobre ela (Goffman, 1981a):

Então, eu sustento que a tarefa do designer publicitário de retratar dramaticamente o valor de seu produto não é diferente da tarefa da sociedade de prover suas situações sociais com signos cerimoniais e ritualizados que permitam uma orientação mútua dos participantes. Ambos utilizam os limitados meios “visuais” disponíveis em situações sociais para contar uma história. Ambos traduzem processos, que de outro modo não são acessíveis, em formas facilmente compreensíveis. E ambos fazem uso dos mesmos meios elementares: manifestação de intenção, registro microecológico das estruturas sociais, tipificação reconhecida e externalização gestual das reações internas. [...] As imagens disponibilizadas poderiam ser algo mais real do que gostaríamos de supor: elas são para o pesquisador que estuda o ritual de uma comunidade algo semelhante como um texto escrito é para aqueles que estudam a língua que falam (Goffman, 1981a, p. 116).

Não há áreas de ordem interativa sem rituais, mesmo nas interações mais íntimas. Os rituais não são, naturalmente, apenas algo “positivo”; eles também dão forma ao que rejeitamos ou consideramos abominável. Exemplos disso são formas que visam à degradação, exposição, desvalorização do outro, como as várias violações da dignidade, que a admissão em um exército ou outra “instituição total” (Goffman, 2001) acarreta e que, de certa forma, representam o lado negativo ou o inverso das formas normais de reconhecimento. Outro rito de passagem relativamente repugnante é o “batismo equatorial”, popular nos círculos navais, no qual, por exemplo, os calouros em serviço são banhados com vísceras de peixe em sua primeira travessia do equador para se tornarem “um de nós”. No filme *The Blues Brothers*, de 1980 (dirigido por John Landis), a cena em que um dos protagonistas inicia sua estadia na prisão e é forçado a despir-se, recebendo roupas institucionais, configura outro ritual de degradação e iniciação. Também o filme *Um estranho no ninho*, de 1975 (dirigido por Miloš Forman) fornece uma série de exemplos.

6.2 A situação como palco do Eu e dos Outros

Este trabalho não está interessado nos aspectos do teatro que se insinuam na vida cotidiana. Diz respeito à estrutura dos encontros sociais – a estrutura daquelas entidades da vida social que surgem sempre que as pessoas entram na presença física imediata umas das outras. O fator fundamental nesta estrutura é a manutenção de uma única definição da situação, definição que tem de ser expressa, e esta expressão mantida em face de uma grande quantidade de possíveis rupturas (Goffman, 2002b, p. 233).

Para Goffman, a análise das “situações e suas pessoas” inclui naturalmente a atenção aos protagonistas atuantes, além de uma visão da coordenação do comportamento por intermédio de rituais de interação. Uma parte

essencial de seu trabalho trata, portanto, da questão de como os indivíduos apresentam sua identidade, o seu eu em situações sociais, ou seja, como eles querem se “apresentar” aos outros e passar uma certa “impressão”, a que figurinos recorrem (podem recorrer) no contexto situacional e como eles se reúnem formando equipes de apresentação. A rigor, não temos nenhum acesso aos outros fora de suas “autoapresentações”. Mesmo quando encontramos alguém de forma muito íntima (por motivo de simplificação: digamos, durante o sexo), ele ou ela nos é acessível apenas como uma “representação corporal” – incluindo o cheiro, os gemidos, as reações corporais, as palavras e os gestos proferidos.

Goffman defendeu essa inacessibilidade do encontro como um encontro de atores em seu livro mais famoso, *A representação do Eu na vida cotidiana* (1956, 1959)¹⁷⁴, utilizando o conceito de *desempenho do papel* e a metáfora do “mundo como um palco”, que foi provavelmente formulado com mais sucesso por William Shakespeare:

William Shakespeare (1600): All the world's a stage (from *As You Like It* 2/7):

All the world's a stage,
And all the men and women merely players:
They have their exits and their entrances;
And one man in his time plays many parts.

(*As You Like It* Act 2, scene 7, p. 139–143)

O mundo é um palco e todos os homens e mulheres são na verdade

atores: têm suas saídas e suas entradas e no decorrer da vida atuam

em vários papéis.

(Do jeito que você gosta, ato 2, cena 7).

¹⁷⁴ Essa é uma completa reformulação de sua tese sobre a “conduta de comunicação em uma comunidade peninsular”, que foi aceita na Universidade de Chicago em 1953 e que trata de um estudo de campo da comunidade de pequenos rebanhos nas Ilhas Shetland, mas que não contém mais referências às questões originais ou ao contexto histórico específico – uma característica frequente do trabalho de Goffman.

As metáforas do teatro e dos papéis, assim como a análise das representações, que na verdade são representações no sentido de encenações ou “performances”, e não menos importante a própria síntese de Goffman *desse* estudo e sua abordagem como “perspectiva dramatúrgica” (Goffman, 2002b, p. 220) com um olhar para o “eu e sua representação” (Goffman, 2002b, p. 230), são o que explica a rotulação geral, por vezes verdadeira, de sua perspectiva como uma abordagem essencialmente dramatológica ou dramatúrgica.¹⁷⁵ Qual é então o objetivo desse estudo de Goffman tido como o mais famoso? A esse respeito, ele escreve:

Meu entender, este trabalho serve como uma espécie de manual que descreve detalhadamente uma perspectiva sociológica a partir da qual é possível estudar a vida social, principalmente aquela que é organizada dentro dos limites físicos de um prédio ou de uma fábrica. Descreverei uma série de aspectos que formam, juntos, um quadro de referência aplicável a qualquer estabelecimento social concreto, seja ele doméstico, industrial ou comercial. A perspectiva empregada nesse relato é a da representação teatral. Os princípios de que parti são de caráter dramatúrgico. Considerarei a maneira pela qual o indivíduo apresenta, em situações comuns de trabalho, a si mesmo e a suas atividades às outras pessoas, os meios pelos quais dirige e regula a impressão que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho diante delas (Goffman, 2002b, p. 9).

Quando Goffman fala de *representações do eu*, caracterizando, assim, todas as atividades com as quais os participantes tentam influenciar a percepção dos outros que se encontram presentes em

¹⁷⁵ A esse respeito, ver, em especial, Hitzler (1992), Habermas (1981) e as contribuições em Willems (2009).

uma situação, então trata-se de *performances* ativas. Basicamente, aquilo que Harold Garfinkel havia considerado em relação ao acima mencionado (cf. subcapítulo 5.1) pertencimento de gênero feminino de Agnes é tematizado. De forma mais ou menos consciente, moldamos a forma como os outros nos veem – embora não possamos ter de forma alguma certeza de nosso sucesso a esse respeito. Pode ser que não tenhamos recursos suficientes para evocar a impressão que queremos sobre nós. Em todo o caso, está no olhar, no pensamento, nas mãos dos outros o que eles fazem dela.

As representações do nosso eu nos está disponível apenas de forma limitada. Afinal, elas ocorrem pela transmissão involuntária de informações, como, por exemplo, pela nossa postura tensa, nossa voz trêmula, o rubor que se eleva até nossos rostos etc. – nem tudo pode ser controlado, ou pelo menos de forma permanente, funcionando, mesmo assim, como superfície de sinais, na qual os outros leem, como um “equipamento expressivo”. Deve ser feita uma distinção entre “expressões dadas e expressões emitidas” (Goffman, 2002b, p. 14).

Entretanto, com o termo *representações*, Goffman está referindo-se a tentativas ativas de criar impressões. Isso pode ser ilustrado a partir de um exemplo do livro mencionado. Aqui Goffman cita um episódio de um romance de William Samson (*A Contest of Ladies*, Londres 1956), que trata do comportamento de um inglês passando suas férias na Espanha:

Mas, em todo o caso, ele cuidou de evitar o olhar de quem quer que fosse. Antes de tudo tinha de deixar claro àqueles potenciais companheiros de férias que não lhe interessavam absolutamente. Olhou por entre eles, em torno deles, acima deles, com os olhos perdidos no espaço. Era como se a praia estivesse vazia. Se por acaso uma bola fosse jogada em sua direção, pareceria surpreendido. Deixaria então um sorriso divertido iluminar-lhe o rosto (Preedy Amável), olharia em torno, atordoado por ver que havia gente na praia, atirá-la-ia de volta, sorrindo

para si mesmo e não para as pessoas, e então voltaria a examinar despreocupad[o] e indiferentemente o ambiente. Mas era hora de dar uma pequena amostra, a do Preedy Ideal. Com gestos esquivos deu, a quem quisesse olhar, a oportunidade de ver o título de seu livro, uma tradução espanhola de Homero, clássico, portanto, mas não audacioso nem cosmopolita, e então juntou com esmero seu roupão de praia e a sacola num monte, protegendo-os da areia (Preedy Metodico e Sensato); levantou-se vagarosamente para espreguiçar seu enorme corpo à vontade (Preedy Felino) e jogou para o lado as sandálias (Preedy afinal Despreocupado). A união de Preedy e o mar! Havia vários rituais possíveis. O primeiro consistia no passeio que virara corrida e mergulho direto na água, suavizando-se depois num “crawl” enérgico e sem salpicos em direção ao horizonte. Mas, é claro, não realmente para o horizonte. De súbito, ele se viraria de costas e levantaria grandes salpicos brancos com as pernas, de certo modo demonstrando assim que poderia ter nadado até mais longe se quisesse, e em seguida ficaria de pé por um pouco fora da água para todos verem quem era. A outra linha de ação era mais simples, evitava o impacto da água fria e o risco de parecer animado demais. A questão cifrava-se em demonstrar estar tão habituado ao mar, o Mediterrâneo e a esta praia em particular, que tanto poderia estar no mar como fora dele. Consistia numa lenta caminhada e na descida até à beira d’água – nem mesmo notando que os pés estavam molhados, uma vez que, terra e água, tudo era igual para ele – com os olhos no céu, examinando gravemente os presságios do tempo, invisíveis para os outros (Preedy Pescador Local) (Goffman, 2002b, p. 14-15).

É claro que Goffman vê as diferenças entre a vida e o teatro: uma apresentação teatral é apresentada por atores em frente e para um público, cuja contribuição é muito específica e limitada, e o qual só pode ser compreendido em certa medida como parte ativa do evento

(mesmo que vaiar, invadir o palco etc. sejam, é claro, possíveis). Além disso, o espetáculo teatral é bem cronometrado; a cortina cai às dez, depois aplausos e a saída. Os atores e as atrizes são, em parte, profissionais que ensaiam de antemão a título de demonstração o que deve ser apresentado, e isso de acordo com um roteiro que existe e que é conhecido por todos em forma de texto.

Na vida real, raramente há um roteiro escrito, e não há frequentemente a possibilidade de ensaiar de antemão; ao contrário, trata-se provavelmente de uma constante peça de improviso. Certamente os limites temporais das situações formam algo semelhante à abertura e ao fechamento da cortina, mas a duração das peças executadas varia consideravelmente. Por fim, o público e os atores são um só. Normalmente, o consenso operacional funciona, isto é, as representações e o papel desempenhado pelos participantes orientam-se pelos regulamentos da situação e pelas regras de conduta que evitam contradições obstrutivas.

No entanto, existem paralelos também muito claros. Por exemplo, tentamos influenciar a partir de nossas apresentações – que também podem incluir disfarces e a encenação de “fatos falsos” (um tema popular de comédias e filmes policiais) – a percepção que os outros têm sobre nós e, inversamente, estamos constantemente atentos às informações sobre aqueles que se fazem presentes. Isso pode ser claramente ilustrado pelas “técnicas de manipulação da identidade deteriorada”, como, por exemplo, a ocultação de estigmas físicos, aos quais Goffman dedicou um livro inteiro. Lá ele cita a declaração de um jovem que está praticamente cego e que se comporta com sua namorada da seguinte maneira:

Dei um jeito de evitar que Mary soubesse que minha vida não era boa durante duas dúzias de sodas e três filmes. Usava todos os artifícios que havia aprendido. Prestava uma atenção especial todas as manhãs à cor

de seu vestido e então ficava com olhos, ouvidos e sexto sentido alertas para qualquer pessoa que pudesse ser Mary. Não corria nenhum risco. Se não tivesse certeza, cumprimentava com familiaridade todas as pessoas que se aproximavam. Provavelmente elas pensavam que eu estava louco, mas eu não me importava. Sempre segurava a sua mão quando íamos para o cinema à noite, e quando voltávamos e ela me guiava sem o saber; dessa forma, não tinha que me preocupar com o meio-fio e com degraus (Goffman, 2008, p. 77-78).

Não conseguimos ver aqui paralelos com o caso de Agnes, que Garfinkel investigou? Lá, seu pênis era a característica potencialmente propensa ao estigma, pelo menos no contexto de sua aparência feminina. A abordagem do estigma é importante para a análise das representações do eu, uma vez que é nele que a conexão entre representações e as normas sociais torna-se especialmente visível. Portadores de um estigma – ou seja, uma característica que pode ser usada para o descrédito (por exemplo, moral) – são potencialmente excluídos da plena aceitação social e, muitas vezes, forçados a usar técnicas complexas de encenação. O que é considerado um estigma varia, é claro, de acordo com a situação e o contexto social-histórico – diferentes estigmas foram estabelecidos no regime nacional-socialista e nas democracias ocidentais de hoje.

Os estigmas físicos (como no exemplo acima) diferem dos estigmas “sociais” variáveis, tais como características biográficas (por exemplo, a permanência na prisão) ou preferências sexuais “erradas” (pense nas perseguições à homossexualidade!). Caso alguém queira ou tenha que atribuir-se a categoria dos “normais”, buscando, portanto, encobrir a potencial discrepância e evitando ser considerado membro do grupo dos desacreditados, isso requer diferentes técnicas de representação.

Retornemos ao mundo como um teatro e à ideia desenvolvida por Goffman e que ficou bastante famosa do homem como aquele

que desempenha papéis de forma *ativa*. De acordo com as definições usuais, o termo “papel” denota um conjunto de expectativas comportamentais atribuídas aos detentores das posições sociais.¹⁷⁶ A sociologia imagina a sociedade como um grande espaço social, no qual existem diferentes posições em certa medida inter-relacionadas. Algumas dessas posições estão situadas mais acima na estrutura social, outras mais abaixo. Algumas fazem referência a atividades profissionais (médico, educador...), outras a tarefas familiares (pai – mãe – filho) ou ao âmbito privado (amante, amigo, colecionador de selos...), enquanto outras são específicas de uma situação (convidado em uma festa, viajante em um trem...).

As sociedades precisam assegurar que as posições, que sempre ficam livres (por um período curto ou longo), sejam ocupadas por novos indivíduos que, uma vez lá, façam aquilo que precisa ser feito. Toda vez que um indivíduo ocupa tais posições, espera-se que as expectativas de comportamento relacionadas a elas sejam cumpridas (e depois recompensadas) – em caso de descumprimento, ocorrem punições e sanções negativas. Isso corresponde à ideia do “homo sociologicus”, o modelo humano original da sociologia (Dahrendorf, 2006).

No início do presente livro, foi destacado como Parsons falava de forma muito esquemática de regras relacionadas aos papéis, assim como de sua execução pelos portadores de papéis. Em contrapartida, a tradição interpretativa aponta para o fato de que o desempenho de um papel não pode de forma alguma ser entendido como uma simples realização da regra, mas precisa ser compreendido como uma interpretação ativa das regras, na qual múltiplos processos de desempenho e identificação de papéis ocorrem. Robert E. Park o havia formulado desta forma:

¹⁷⁶ Sobre o conceito de papéis, ver Dahrendorf (2006) e Goffman (1973a).

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo o homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos reconhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos reconhecemos a nós mesmos. [...] Em certo sentido, e na medida em que essa máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos para chegar a viver – essa máscara é nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Ao final, a concepção que temos de nosso papel torna-se nossa segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas (Park, 1950d, p. 249, como referido em Goffman, 2002b, p. 27).

A contribuição de Goffman foi fundamental para a teoria sociológica dos papéis. Goffman distingue entre os vários *componentes das representações*, os quais serão brevemente explicados a seguir.

- Acreditar no próprio papel é muito importante para a sua realização. Isso fica ainda mais claro quando ele é escancarado, quando uma representação assume características do cínico e o representante parece desprezar aqueles que se alinham ao seu papel. O cálculo frio de um papel representado é um caso-limite bastante raro no palco cotidiano. Assumir um papel significa frequentemente ser “afetado” por ele.
- Segundo Goffman, a *fachada* ou o “equipamento expressivo” compreende o “repertório padronizado de expressão” que pertence a uma apresentação. Isso inclui como elementos da “fachada pessoal”, por exemplo, figurinos (uniformes, ternos...), gênero, idade, expressões faciais, gestos, posturas físicas etc., que indicam com quem estamos lidando,

ou, como componentes não móveis do “cenário”, também a decoração, mobília e pequenas peças móveis (livros, instrumentos médicos...).

- A “realização dramática do papel” inclui todos os comportamentos que, durante a representação do papel, apresentam as atividades envolvidas de tal forma que essas causem a respectiva impressão. Nesse contexto, Goffman também fala de “técnicas de manipulação da impressão”. Professores universitários, por exemplo, parecem mais convincentes quando se posicionam de maneira firme a favor de uma teoria e contra outra – mas não quando admitem que todas estão “de alguma forma certas”. As realizações dramáticas tornam-se relevantes à medida que o “fazer real” permanece ou tenha que permanecer invisível, como é frequentemente o caso do trabalho científico. Nesse caso, tem que haver grandes pilhas de papel, cabelos despenteados e um escritório ou laboratório desorganizado.¹⁷⁷
- A representação do papel compreende também um *componente idealizador* no sentido de que confirma normalmente normas sociais ou valores oficialmente reconhecidos, colocando o ator sob “bons holofotes”. O médico agiria, assim, como um ajudante desinteressado em momentos de emergência, que pensa no dinheiro somente em último caso.
- Representações exigem também um constante *controle da expressão*. O professor não pode arrotar na frente da turma; o piloto na cabine não pode gaguejar, balbuciar (devido ao consumo de álcool) nem falar sobre sua briga

¹⁷⁷ Ver também as análises de Goffman sobre “diversão na representação” (Goffman, 1973a) e de “interações estratégicas” que são conduzidas em termos da utilidade e “razoabilidade” (Goffman, 1981b).

conjugal da noite passada e o consumo de uísque ocorrido como consequência ao divulgar informações sobre o voo.

- Representações correm por vezes o risco de serem expostas como “representações falsas”, caso os envolvidos levanten primeiras suspeitas. Esse tem sido um tema bastante comum de filmes do gênero farsa e comédia, mas também da revelação nos últimos anos de políticos alemães, que usam o atributo do doutorado para obter mais prestígio. Delatores, espiões, detetives e agentes são representantes de representações falsas ou de suas “revelações”.

Além das representações individuais no desempenho dos papéis e de seus atributos, outros elementos estão incluídos na metáfora do palco. Assim, Goffman fala de *ensemble* ou de “equipe” de representação, referindo-se a “qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular” (Goffman, 2002b, p. 78). Tal equipe pode trabalhar de forma conjunta para estabelecer um conjunto de papéis em relação a outros. Esse é o caso, por exemplo, de um restaurante, onde a cozinha, o balcão, os garçons e as garçonetes representam o todo diante dos clientes. Em outro sentido, também estamos falando de uma equipe quando se trata de construir e manter a definição da situação, que tem o desempenho dos papéis como base. O médico precisa do paciente para poder ser médico, e vice-versa. Ambos trabalham juntos como uma equipe para produzir e executar de acordo com os papéis a situação “exame médico”.

A “região” e o “comportamento regional” também exercem influência sobre o desempenho dos papéis. Goffman fala, por exemplo, de *região de fachada* e *região de fundo ou dos bastidores*: no restaurante, a área dos clientes como região de fachada com todos os seus adereços fica separada da normalmente (felizmente) invisível região dos bastidores da cozinha, onde garçons e garçonetes se comportam

de forma muito diferente e podem expressar sua frustração sobre os clientes impertinentes sem fazer rodeios. Em seu famoso estudo sobre a instituição total dos manicômios, Goffman (2001) fala da “vida íntima” dessa instituição, referindo-se a todas aquelas áreas nas quais os reclusos zombam dos funcionários ou tentam de uma forma ou de outra subverter às escondidas as regras oficiais da instituição. Obviamente, a natureza pública ou privada de um lugar também desempenha um papel importante no controle da própria expressão (mesmo que isso pareça ficar confuso em tempos da internet 5.0) e das próprias representações. Se bocejamos sem colocar a mão à frente da boca, se nos vestimos de forma despreocupada, qual expressão escolhemos etc., depende disso.

Finalmente, Goffman também assinala que as “comunicações fora do papel” são sempre observáveis. Isso pode acontecer, por um lado, quando um ator ou uma equipe se retira da região de fachada e de repente começa a falar na região de bastidores de maneira completamente diferente sobre os então ausentes clientes e pacientes, que estavam, no entanto, presentes na região de fachada. Isso também pode acontecer quando uma equipe “zomba” da competência de outra equipe, ou seja, não se dedica durante um certo tempo ao seu desempenho de papel esperado. No entanto, isso também acontece quando a pessoa que desempenha o papel sinaliza que o atual papel ou o desempenho atual do papel não é a única realidade possível, que ele ou ela são também algo a mais do que esse papel, ou que o presente desempenho de papel também tem seus limites. Especialmente essas últimas ponderações fazem referência a um fenômeno, ao qual Goffman denominou *distanciamento dos papéis*:

Portanto, se voltarmos ao carrossel, vemos que a situação é especialmente transformadora para os meninos aos 5 anos de idade. Ser um cavaleiro de carrossel não é mais claramente suficiente, e esse fato precisa ser devidamente

demonstrado a partir do próprio caráter. Os pais provavelmente não podem mais cavalgar junto, e a corrente que supostamente deve evitar uma queda é muitas vezes ignorada. Um cavaleiro marca provavelmente o ritmo de acordo com a música, à medida que bate com uma mão ou um pé contra o cavalo, um sinal precoce de que se é dono da situação. [...] Através de suas ações, a criança diz: “O que eu também sou, eu não sou apenas alguém que consegue ficar parado com muita dificuldade em cima de um cavalo de madeira”. [...] [A] separação “efetiva” expressa e alcançada entre o indivíduo e seu suposto papel eu chamarei de “distanciamento dos papéis”. Trata-se de uma abreviação: o indivíduo não nega de fato o papel, mas o *self* factual contido no papel para todos os atores que aceitam o papel (Goffman, 1973a, p. 93; 121).

Distanciar-se de um papel não significa de forma alguma a sua rejeição ou mesmo recusa em desempenhá-lo (como o exemplo do carrossel poderia sugerir). Tampouco resulta de erros ou inadequações no desempenho dos papéis, o que talvez possa ser atribuído a uma falta de competência. Ao contrário, Goffman se refere à capacidade humana de sinalizar aos outros, no desempenho de papéis e em relação às características essenciais de um papel concreto, que se é mais do que esse papel, que se é capaz, em certa medida, de colocar-se acima dele ou ao seu lado – e assim, reconhecendo-o, confirmando-o e relativizando-o como um papel:

O conceito de distanciamento dos papéis nos fornece um recurso sociológico para lidar com um tipo de divergência entre a prescrição dos papéis e o comportamento real dos papéis. [Assim] sabemos que o distanciamento muitas vezes não é introduzido de forma individual, mas pode ser previsto com base nas características de idade e gênero do detentor do papel. O distanciamento do papel

é uma parte (mas, é claro, apenas uma parte) do papel típico; esse aspecto sociológico, que se tornou rotineiro, não deve nos escapar apenas porque o distanciamento do papel não faz parte do quadro normativo do papel (Goffman, 1973a, p. 130).

Utilizando o exemplo da cirurgia e das diferentes posições na medicina ou grupos de *status* que participam de procedimentos cirúrgicos (por exemplo, o cirurgião chefe pode apresentar-se diante das enfermeiras como “homem”, ou mesmo como aquele que executa uma atividade profissional), Goffman analisa de forma muito convincente quais funções e significados o exercício do distanciamento dos papéis tem no contexto de situações concretas – e isso a depender de quem está exercendo-o: “É exatamente aqui, nas manifestações do distanciamento dos papéis, que se encontra o estilo pessoal do indivíduo” (Goffman, 1973a, p. 171).

A fala do “estilo pessoal do indivíduo” contida na última citação refere-se a um conceito que está intimamente ligado à análise das “representações do eu”. Pois, quem ou o que é esse “eu” que está sendo representado? Existe mesmo um “eu” por trás da representação, ou, na famosa frase de Friedrich Nietzsche, um “autor por trás do ato”? Na sociologia, e ainda mais na psicologia social, fala-se de “identidade” (do eu) para denotar a autopercepção do indivíduo. Também de acordo com Goffman, a questão de um núcleo verdadeiro ou autêntico desse eu, de uma “identidade própria” se torna, no entanto, inútil. Primeiramente, o eu emerge, afinal, dos processos de socialização da assunção dos papéis: “Um *self* espera, então, que o indivíduo assuma uma posição; ele só tem que conformar-se com a pressão exercida sobre ele, e ele encontrará um *eu* feito para ele. *Fazer* significa, de acordo com Kenneth Burke, *ser*” (Goffman, 1973a, p. 98).

[...] E o que é “a gente mesmo” [*oneself*], esta coisa palpável de carne e osso? Um conjunto de funções caracteristicamente sobrepostas nas atividades literais, ordinárias, mas separadas de mil maneiras em outros âmbitos do ser. Assim também as pessoas com quem nos relacionamos (Goffman, 2012, p. 691).

De forma consequente, Goffman desenvolveu em seu estudo sobre “a manipulação da identidade deteriorada” (Goffman, 2008) a distinção entre três conceitos de identidade: identidade social, pessoal e do eu. Assim, ele fala de *identidade social* quando se trata de como um indivíduo é visto pelos *outros*: quer percebemos um desconhecido como homem ou mulher, negro ou branco, velho ou jovem, socialmente superior ou pobre, encontrando-o com as respectivas expectativas sobre os papéis, isso resulta de um processo de aplicação dos sistemas sociais de categorização, que nos estão disponíveis. Além disso, ele diferencia a identidade social *virtual* da *real*. Enquanto a primeira compreende o que tomamos como típico dos membros de uma categoria específica, a segunda faz referência àquilo que distingue o indivíduo particular e atual disso (possivelmente em seu benefício ou desvantagem).¹⁷⁸

Zombando levemente de seus companheiros de guilda, Goffman introduz, em segundo lugar, a noção de *identidade pessoal*:

Acredita-se que em círculos sociais pequenos e existentes há certo tempo, cada membro venha a ser conhecido pelos outros como uma pessoa “única”. O termo “único” é sujeito a pressões de cientistas sociais amadores que gostariam de lhe dar um conteúdo mais caloroso e criativo, algo que não o fizesse correr o risco de ser derrubado, pelo menos

¹⁷⁸ O estudo de Goffman sobre “estigma” (Goffman, 2008) trata essencialmente de casos, nos quais a identidade social real é determinada como moralmente e/ou fisicamente deficiente, levantando a questão sobre as formas como os sujeitos lidam seguindo essa categorização.

por sociólogos; não obstante, o termo envolve algumas ideias relevantes (Goffman, 2008, p. 50).

Para Goffman, não é a noção de “essência interior” de um indivíduo que caracteriza o conceito de *identidade pessoal*. Essa forma de identidade é definida por ele a partir de duas características: primeiro, ela inclui uma “marca positiva” ou “etiqueta de identidade” que é socialmente estabelecida como uma característica de singularidade, como o rosto ou uma foto da pessoa em questão ou uma impressão digital. Em segundo lugar, a “combinação única de dados da história de vida”, que não pode ser encontrada para nenhuma outra pessoa na terra, corresponde ao elemento central da identidade pessoal. Ambos os elementos estão conectados um ao outro: o indivíduo único XY, com sua história de vida única (incluindo origem familiar, nome, data e local de nascimento, escola e trajetória profissional etc.) se parece, então, assim e assim e pode ser reconhecido em qualquer lugar do mundo por sua impressão digital. Portanto, o indivíduo aparece como “uma entidade sobre a qual se pode estruturar uma história, há um caderno à sua espera pronto para ser preenchido. Ele é, certamente, um objeto para biografia” (Goffman, 2008, p. 56).

A partir do psicólogo e psicanalista alemão-americano Erik Erikson (1902-1994), Goffman finalmente aborda, em terceiro lugar, o conceito de *identidade do eu*, que corresponde ao “sentido subjetivo de sua própria situação e sua própria continuidade e caráter que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais” (Goffman, 2008, p. 91).

A categoria da identidade do eu refere-se à relação reflexiva do indivíduo com sua identidade social e pessoal, com suas experiências, com sua trajetória de vida, com seu corpo e “caráter”. No entanto, ela não é independente de influências sociais. Tais formas de *identidade política* apelam, por exemplo, para identificações com grupos sociais, aos quais se pertence ou deve pertencer ou dos quais se distingue. Elas

oferecem fórmulas ou modelos para as identidades do eu: sentir-se e vivenciar-se como um alemão, um sociólogo, um homossexual ou heterossexual – e isso completamente, de corpo e alma.

No estudo *Manicômios, prisões e conventos* (Goffman, 2001), realizado com base em observação participante, Goffman trata, portanto, de como os indivíduos afirmam e apresentam sua identidade do eu mesmo sob condições de extrema heteronomia:

Acreditava, e continuo a acreditar, que qualquer grupo de pessoas – prisioneiros, primitivos, pilotos ou pacientes – desenvolve uma ideia própria que se torna significativa, razoável e normal, desde que você se aproxime dela, e que uma boa forma de conhecer qualquer desses mundos é submeter-se à companhia de seus participantes, de acordo com as pequenas conjunturas a que estão sujeitos (Goffman, 2001, p. 8).

Tais instituições – por exemplo, mosteiros, quartéis, navios, instituições psiquiátricas ou campos de concentração – são descritas por ele como “instituições totais”:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportam de forma ilegal (Goffman, 2001, p. 11).

As instituições totais têm, portanto, exigências muito amplas em relação aos seus ocupantes e diferem de acordo com seu propósito

organizacional concreto. Por exemplo, em prisões e instituições psiquiátricas, a distinção entre funcionários da instituição e pessoas que foram alojadas de forma compulsória desempenha um papel central. Quando alguém se torna um ocupante de tal instituição, os componentes preexistentes da identidade social são, em primeiro lugar, tipicamente retirados: a pessoa recebe uma roupa institucional, torna-se um número em um uniforme etc.

Goffman discute inúmeras características das instituições totais que não poderão ser abordadas aqui. Dentre outras coisas, ele analisa a “carreira moral do doente mental” e a “vida íntima” das instituições. Assim, ele observa e fala de processos de *ajustamentos primários*. Trata-se de todos aqueles comportamentos nos quais os detentos seguem corretamente as regras oficiais da instituição. Deles, ele distingue os *ajustamentos secundários*, ou seja, a criação de uma esfera secundária “subversiva”, na qual passa-se a afirmar novamente a particular identidade do eu, por meio, por exemplo, de piadas sobre os funcionários da instituição, de competências físicas ou psicológicas especiais em negócios no mercado negro etc. De acordo com Goffman (2001), essa é a possibilidade de sobreviver em um manicômio.

6.3 Situações e seus enquadramentos

Goffman insiste fortemente na importância das definições da situação. De fato, as situações não geram suas necessidades a partir de si mesmas. Na verdade, aquilo que deve ser feito desde o ponto de vista dos participantes surge de suas definições dessa situação – uma avaliação que Goffman retira do trabalho de William e Dorothy Thomas (cf. capítulo 2). Por essa razão, a análise da ordem interacional também precisa considerar quais definições da situação (por exemplo, na forma do consenso operacional) são utilizadas – e com quais consequências.

Goffman discute esse tema de forma geral e fundamental em seu livro *Os quadros da experiência social* (Goffman, 2012). Após um exame

de importantes clássicos do pragmatismo e da fenomenologia social, ele dá, primeiramente, ao tema da definição da situação uma tônica própria e independente, falando de “quadros” ou “enquadramentos” (“framing”), os quais estabelecem o caráter da realidade de uma situação. O termo “quadro” ou “frame” é em alemão (“Rahmen”) de difícil compreensão se comparado àquilo que se entende por ele. Certamente você conhece expressões que dizem que “algo foi retirado de contexto”, ou “que algo deve ser colocado em seu devido contexto”. Tais formulações sugerem, de certa maneira, que um contexto ou um quadro é algo que dá uma forma, uma estruturação a uma situação (incluindo limites, assim como a moldura de um quadro marca os limites entre o conteúdo e o ambiente).

De maneira geral, Goffman usa o termo de duas formas. Por um lado, ele fala de (diferentes) quadros ou enquadramentos, indicando que podemos dar às situações um *status* muito diferente da realidade. É dessa forma que são estabelecidas as condições *sob as quais pensamos que algo é real*. Assim, conseguimos diferenciar, por exemplo, a interação em um palco de teatro daquela “na vida real” – o quadro do teatro destaca algo das necessidades da realização cotidiana da ação, e as coisas que são feitas no palco não são “a vida real”. Tal enquadramento não é historicamente natural. Você pode estar familiarizado com a história dos primeiros filmes com ferrovias que correm em direção aos espectadores nas telas de cinema – causando pânico em massa.

Goffman também se questiona sobre como o caráter real das situações pode mudar por meio de encenações, novos participantes ou redefinições. Esse é, por exemplo, um tema popular de programas de “pegadinhas” ou dos filmes de James Bond, nos quais em numerosas cenas amorosas e de flerte não fica claro se os sentimentos são reais ou um ato de espionagem, que pode até terminar com uma faca nas costas.

Em seu segundo uso, Goffman utiliza o conceito de quadro como a “definição da situação”. Os quadros são, aqui, algo como interpretações básicas ou, melhor, padrões gerais de interpretação que as pessoas

usam quando interpretam um acontecimento, ou seja, tornando-o acessível de uma forma significativa.¹⁷⁹

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; “quadro” é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência (Goffman, 2012, p. 34).

Com seu conceito de quadro, Goffman está defendendo nem mais nem menos do que uma integração e superação das diversas abordagens do paradigma interpretativo, incluindo a “definição da situação” de Thomas e Thomas, as análises pragmatistas dos processos de consciência de William James, ou a teoria da constituição do significado de Alfred Schütz. Ele está interessado em “tentar isolar alguns dos esquemas fundamentais de compreensão disponíveis em nossa sociedade, a fim de compreender os acontecimentos e analisar as vulnerabilidades especiais a que estão sujeitos esses quadros de referência” (Goffman, 2012, p. 33)

A esses quadros básicos (*frames*), Goffman inclui a distinção entre processos e eventos naturais e sociais ou físicos, que são vistos como processos naturais e processos sociais, que estão ligados a intenções e ações, portanto, também precisam ser respondidos e explicados.

Em relação ao primeiro uso do conceito de quadro, Goffman está especialmente interessado em como as transições entre quadros

¹⁷⁹ Nesse sentido, o conceito de enquadramento também tem sido usado em alguns estudos sobre discursos no âmbito do interacionismo simbólico a partir de Goffman. Na antropologia cognitiva e na linguística de orientação cognitiva, é utilizado um conceito de enquadramento mais fortemente formalizado, que não poderá ser discutido aqui.

situacionais ocorrem. Assim, ele fala de tons (“keys”) e do processo de tonalização (“keying”), a fim de deixar claro como um quadro situacional primário é transformado em outra coisa. Por exemplo, uma luta entre duas pessoas também pode ocorrer como uma brincadeira (até mesmo os animais lutam um com o outro de brincadeira), sendo difícil de reconhecer de fora o que é brincadeira e o que é sério. O acontecimento pode ser deslocado para um palco de teatro, onde os atores interpretam dois lutadores, que por sua vez só estão representando a luta. É possível sair do quadro teatral, assim como é possível sair de qualquer enquadramento situacional, e a suposta brincadeira se transforma em algo realmente sério. Então, aquilo que é capturado lá no palco, no filme, na foto é realmente o que aconteceu?

Esse é um tema popular a partir do qual filmes são feitos. Ao longo de análises e anedotas de histórias de crimes e dos respectivos filmes, Goffman evidencia como as situações sempre se apresentam sob uma nova perspectiva, ou seja, experimentam um novo enquadramento, na medida em que as várias tentativas de encenação, com base nas quais os participantes agem, revelam-se sempre como novas descobertas de vidas duplas e novos disfarces, até talvez como sonhos ou sonhos dentro de um sonho, assim como no filme *Vingador do futuro*, de 1990 (dirigido por Paul Verhoeven).

Em seus últimos trabalhos, Goffman voltou-se tanto para a “análise de quadro da conversação” (Goffman, 2012, p. 601) quanto para a ordem de gênero.¹⁸⁰ Nas contribuições relacionadas à conversação, ele insiste contrapondo a análise da conversação de orientação etnometodológica no fato de que as “condições de sucesso” (assim como o título de um ensaio em Goffman, 2005b, p. 199-264) precisam ser levadas em consideração na interação linguística para que análises densas de situações de conversação possam, assim, ser realizadas. Em outras palavras, o

¹⁸⁰ Ver também suas contribuições do final dos anos 1970 sobre as maneiras de falar (Goffman, 2005b).

que está em jogo aqui é a não exclusão da análise de enquadramentos geralmente conhecidos das situações de conversação – assim como a análise da conversação exige. Goffman formulou isso da seguinte forma: “Tenho dito que afirmações pressupõem não apenas um texto anterior e coisas do contexto imediato, mas também conhecimento importado, e é bem possível argumentar que esse conhecimento não é totalmente desordenado” (Goffman, 2005a, p. 225).

O que a análise da conversação não vê são as tais “condições de sucesso” para a realização da conversação, ou seja, todos os fatores e condições que precisam ser estabelecidos para que uma interação linguística realmente ocorra com sucesso, para que possamos vivenciar aquilo que está acontecendo diante de nós como “normal”, reagindo a ele com a respectiva “normalidade”.

Deixe-me resumir: quando nos comunicamos pelo correio, telefone, frente a frente, ou até mesmo apenas por estarmos na presença imediata um do outro, então temos um dever: de tornar nosso comportamento compreensível e relevante para os outros, de tal forma que eles possam observar o que está acontecendo. Independente daquilo que normalmente fazemos: temos que orientar nossas atividades a partir da consciência dos outros, ou seja, a partir de sua capacidade de ler nossas palavras como uma indicação de nossos sentimentos, pensamentos e intenções. Isso limita o que dizemos e fazemos, mas também nos abre tantas referências a Deus e ao mundo, assim como o outro consegue processar como suposição (Goffman, 2005a, p. 264).

Goffman dedica também outras análises de quadro ao enquadramento elementar do código de gênero, que permeia a ordem interacional nas sociedades modernas. Goffman havia dedicado uma análise detalhada a esse código nos anos 1970, com base em

fotografias publicitárias. Gênero, não religião, era “o ópio do povo” (Goffman, 1994b, p. 131). Sua pergunta a esse respeito gira em torno da peculiaridade de que esse código, por um lado, estabelece uma forte assimetria, ao mesmo tempo que confia ao grupo dos desfavorecidos, às mulheres, uma especial deferência ou gentileza, espaços de retiro e proteção, que em sua realização concreta confirma, por sua vez, o código, ou até mais, sua existência e razão de ser: o sexo “frágil” deve ser protegido porque foi enquadrado como o “sexo frágil” (ou seja, construído como sexo frágil), existindo como “sexo frágil” apenas *por essa razão*. Goffman fala em tais casos de “reflexividade institucional” – *porque as mulheres são tratadas de forma diferente, é que elas “são” diferentes, embora o código dê a impressão de que seja o contrário*:

E embora as pessoas de ambos os sexos sejam bastante semelhantes em suas excreções e sua eliminação, o ambiente no qual as mulheres realizam esses atos teria que ser, apesar disso, um pouco mais gentil, mais espaçoso e melhor equipado do que o exigido pelos homens – ao menos, nós na América parecemos pensar assim. [...] Mas a organização dessas segregações como tais não pode estar relacionada aos fenômenos biológicos em si, mas apenas às concepções gerais dos fenômenos biológicos. Ela até mesmo diz respeito ao funcionamento dos órgãos que diferem de acordo com o gênero, mas nada nesse funcionamento exigiria biologicamente a segregação; esse arranjo é um fenômeno puramente cultural. Aqui, então, temos um caso de reflexividade institucional: a segregação dos banheiros é apresentada como uma consequência natural da diferença entre as categorias de gênero, quando na verdade é mais um meio de reconhecer, se não de criar, essa diferença (Goffman, 1994b, p. 132).

Em seu estudo ainda atual sobre a “representação dos sexos” (Goffman, 1981a) no “quadro de imagens” da fotografia publicitária, Goffman usa numerosos exemplos para ilustrar como a ordem assimétrica dos gêneros é encenada, entre outras coisas, pelos meios de representação:

- do tamanho relativo do corpo (no qual a mulher parece menor);
- da maneira feminina (terno, carinhoso) de tocar os objetos, o corpo dos homens e o seu próprio corpo;
- da hierarquia a partir da função (com homens no papel principal);
- da representação “na família” orientada na criança;
- da disponibilidade física e atratividade sexual em rituais de subordinação;
- do desvio permissível e limitado da “normalidade”.

Em meados dos anos 1970, Goffman apresenta estudos de imagem pioneiros que veem as imagens, que são, afinal, produzidas artificialmente, como uma espécie de texto, como um documento da cultura e de seu código de gênero – com possibilidade de respectiva análise. A pesquisa iniciada por ele desde então a respeito da ordem de gênero o leva em seu ensaio “Das Arrangement der Geschlechter” (“O arranjo dos gêneros”) (Goffman, 2005b, p. 105-158) ao conceito teórico supramencionado de *reflexividade institucional*.

Com base em inúmeros exemplos, ele explica como as sociedades produzem assimetrias de gênero e lidam com elas em rotinas institucionais que, no entanto, são ao mesmo tempo modos de produção dessa assimetria, ainda que invoquem para fins legitimadores uma suposta diferença anterior natural dos gêneros. Ao mesmo tempo, ele discute as microtecnologias de categorização de gênero, os “anúncios de pertencimento de gênero” (“gender displays”) utilizados e a

vulnerabilidade do corpo feminino em relação à agressão masculina incorporada na assimetria acima mencionada.

Em uma avaliação da contribuição de Goffman para a análise das relações de gênero, Helga Kotthoff enfatiza a superioridade de sua abordagem sobre as mais recentes abordagens pós-modernas e desconstrutivas (como as de Judith Butler), que ela considera residir, principalmente, na atenção dada por Goffman à materialidade dos corpos e seus processos (mulheres dão à luz e menstruam, homens não), bem como na sua insistência na ancoragem institucional das atribuições de gênero e das possibilidades da ação disponíveis, que daí surgem ou que se contrapõem (Kotthoff, 2005, p. 162).

6.4 Balanço e atualidade da sociologia da ordem interacional

A sociologia precisa estudar a sociedade simplesmente porque ela está lá. Essa foi a resposta sucinta de Goffman à questão do significado de sua disciplina:

Todos concordamos, penso eu, que nossa tarefa é estudar a sociedade. Se você me perguntar por que e com que propósito, vou lhe dizer simplesmente: porque ela está lá. [...] No que me diz respeito, eu acho que temos que estudar a vida social humana de forma naturalista, *sub specie aeternitatis*. Do ponto de vista das ciências físicas e biológicas, a vida social humana é apenas uma cicatriz pequena e torta na face da natureza, não sendo muito apta a uma análise profunda e sistemática. E isso é realmente assim. Mas é justamente a nossa cicatriz [...] (Goffman, 1994a, p. 102).

Goffman foi acusado de não estar interessado nas “questões realmente grandes” da sociologia: estrutura social, relações de poder etc.

Ele teria, portanto, esboçado essencialmente uma sociologia da classe média burguesa e de sua vida cotidiana. Isso não foi um problema para ele, que admitiu abertamente que considerava a sociedade e suas “grandes estruturas” como a coisa primordial ou mais importante, mas que só estava interessado em “coisas secundárias”. Tampouco deve-se esperar que a análise da ordem interacional poderia “contribuir para as grandes perguntas sociológicas”. Ele era cético em relação à crítica social e às explicações sociológicas.

Posso apenas sugerir que aquele que quiser combater a falsa consciência e despertar as pessoas para seus genuínos interesses terá muito trabalho a fazer, porque o sono é muito profundo. E eu não pretendo aqui fornecer uma canção de ninar, mas apenas entrar sorratamente e observar a maneira como as pessoas roncam (Goffman, 2012, p. 37).

Portanto, ainda é surpreendente que ele tenha chegado com seu trabalho ao topo da Associação Americana de Sociologia – como, aliás, fizeram alguns outros representantes do paradigma interpretativo. Devido à sua enorme originalidade e fácil compreensão, os livros de Goffman alcançaram um sucesso público e duradouro para além da sociologia como nenhum outro. Seus conceitos são indispensáveis para as pesquisas sociológicas atuais sobre as interações, os papéis sociais, a autorrepresentação na “sociedade da encenação” (Willems, 2009), as instituições totais, os códigos de gênero ou a maneira de lidar com estigmas, mesmo que muitas vezes não fique mais claro que eles realmente têm origem nos trabalhos de Goffman – tanto que se tornaram um bem público sociológico. Além disso, eles têm relevância imediata para a ação (no bom e no mal sentido) – para arquitetos, organizadores de todos os tipos que lidam com projetos de espaços públicos e privados, criando, assim, “possibilidades de

palco” para espetáculos interativos, mas também para *coaches* de carreira profissional que “otimizam” a autoapresentação. Pode ser devido a sua natureza solitária e sua própria imensa produtividade que ele não tenha fundado a sua própria “escola”.

A orientação estrutural geral de seu trabalho, dirigida à ordem interacional e que apenas raras vezes seguiu referências mais específicas de campos de ação especiais (como a psiquiatria), provavelmente também contribuiu para isso. Se suas ideias são hoje utilizadas em áreas e campos de trabalho muito diferentes, a fim de examinar as ordens interacionais que podem ser encontradas ali (por exemplo, na vida profissional), então essa disparidade provavelmente contribuiu para o fato de que os trabalhos não se fundem formando uma “Escola de Goffman”. No entanto, o sucesso contínuo de seus livros contribuiu para que seu nome não caia no esquecimento disciplinar e que ele seja lembrado como um dos sociólogos mais influentes do século XX – “um dos maiores escritores vivos da atualidade”, como escreveu o *New York Times Book Review*, em 1971, por ocasião da publicação de seu livro *Relations in Public (Relações em Público, em alemão Das Individuum im öffentlichen Austausch)* (Goffman, 1974).

Exercícios

- Procure exemplos (da televisão: um *talk show*; da vida privada: uma refeição familiar etc.) de diferentes situações interacionais e crie um inventário dos rituais de interação que são usados nessas situações.
- Além do quadro teatral, você conhece outros exemplos nos quais o “status da realidade” de uma situação muda? Como você o descreveria?
- Compare um filme de James Bond mais antigo (ou um gênero semelhante) dos anos 1960 com um filme de Bond mais recente, dos anos 2000. Que variações de representação,

equipes, região de fachada e de bastidores e encenações podem ser encontradas?

- Você conhece situações nas quais o “consenso operacional” entre as partes envolvidas foi rompido? Como isso aconteceu? Frequentemente “situações embaraçosas” (como o mau cheiro de outra pessoa) são processadas. Como isso é feito?
- Os hospitais são “instituições totais”? Aponte razões a favor ou contra. Elabore um projeto para estudar as interações em uma instituição total.
- Você acha que a importância do enquadramento de gênero diminuiu nos tempos atuais? Explique sua avaliação.
- Analise representações de gênero em imagens publicitárias atuais e em estúdios fotográficos (por exemplo, como no caso de “fotografias de casal” – você encontrará muitos exemplos na Internet). Faça descrições precisas das diferenças e das semelhanças. Com base nelas, desenvolva conceitos pertinentes.
- Use exemplos para explicar o fenômeno do distanciamento dos papéis. Uma distância demasiada dos papéis pode colocar o desempenho dos papéis em risco?
- Discuta o argumento de Goffman sobre as “condições de sucesso” em comparação à perspectiva etnometodológica da “ordem por meio da realização da ação”.
- Pense sobre a influência que a estruturação de espaços públicos e privados pode ter sobre as interações que ali acontecem. Formule recomendações de estruturação a partir de tais considerações e à luz das conclusões dos trabalhos de Goffman sobre a ordem interacional.

7

UM BALANÇO PRELIMINAR DO PARADIGMA INTERPRETATIVO

AO FINAL DA PRESENTE OBRA INTRODUTÓRIA, resta apenas um balanço preliminar. As diversas perspectivas do paradigma interpretativo aqui apresentadas influenciaram a história da sociologia e de disciplinas relacionadas em todo o mundo e continuam a fazê-la ainda hoje em uma diversidade que aqui pôde ser apenas tangenciada. No entanto, elas não se fundiram em uma única base teórica comum, embora sempre encontrem em suas diferentes tônicas ressonâncias uma na outra, passando a sensação de uma respectiva integração. Talvez a história de sucesso e o constante êxito do paradigma interpretativo se deva precisamente pela diversidade mantida de cada uma das abordagens. Nesse sentido, gostaríamos apenas de recapitular alguns pontos.

Em geral, pode-se afirmar com base no que foi dito que a orientação da sociologia ao longo das questões de pesquisa da Escola de Chicago e, posteriormente, da análise dos processos de interação simbolicamente mediados acarretou uma constante mudança e expansão do pensamento e da pesquisa sociológica. Ela constitui, hoje, um arcabouço “inquestionavelmente dado” e evidente da pesquisa

social qualitativa; muitos de seus pressupostos foram difundidos por uma grande variedade de desenvolvimentos teóricos sociológicos (Atkinson & Housley, 2003). Espera-se também que tenha ficado claro que as abordagens apresentadas não se limitam *per se* e inevitavelmente à análise microsociológica dos processos de interação ou à construção subjetiva de sentido.

Enquanto o interacionismo simbólico está ainda explicitamente presente como uma perspectiva teórica no mundo anglo-saxão (embora mais ou – mais frequentemente – menos), passando por novos desdobramentos, ele se difundiu na sociologia de língua alemã pelos pressupostos básicos da pesquisa social qualitativa. Entretanto, novas revistas, como a *Symbolische Interaktion (Interação Simbólica)*, ou várias publicações ou séries de livros recentes com um pano de fundo pragmatista e interacionista simbólico demonstram no mundo de língua alemã, juntamente com abordagens etnográficas na sociologia, um novo interesse por esses fundamentos e empreendimentos sociológicos tradicionais.

Por outro lado, a sociologia do conhecimento social construtivista de Berger e Luckmann deu origem no mundo de língua alemã à formulação de um perfil especial sob a forma da sociologia hermenêutica do conhecimento e a numerosos estudos empíricos sobre questões a respeito do conhecimento. A etnometodologia e a análise da conversação estabeleceram-se em todos os países com muito sucesso como paradigmas específicos de pesquisa. A sociologia de Goffman tem sido e continua a ser amplamente recebida, permitindo uma investigação detalhada dos processos estruturantes de encontros sociais, sem resultar em uma respectiva formação escolar.

O confronto que se desenvolveu entre os representantes da sociologia interpretativa e dos modelos teóricos estruturalistas ou estruturais funcionalistas nos anos 1950 e 1960 deu origem desde o início dos anos 1970 a desenvolvimentos que reuniram esforços para integrar as diversas orientações paradigmáticas. Esses incluem,

por exemplo, *a teoria da ação comunicativa* de Jürgen Habermas (1981), *a teoria da estruturação* de Anthony Giddens (1992), ou *a teoria da prática* de Pierre Bourdieu (1993, 2012) e por último, mas não menos importante, os *estudos culturais*, os quais surgiram, por sua vez, em grande parte da constelação de paradigmas, fato esse que muitas vezes é negligenciado (Hall, 1997; Hörning & Winter, 1999; Bromley *et al.*, 1999).

No entanto, a construção e recepção dessas abordagens teóricas demonstram com frequência o problema de que apenas alguns aspectos da rica oferta do paradigma interpretativo foram adotados ou que a respectiva recepção foi feita de forma muito simplificada. Portanto, é recomendada a referência direta a cada uma das posições, dos estudos e das abordagens originais, pelo menos quando persistir a impressão de que a sociologia está “se perdendo” em jogos teóricos abstratos ou pesquisas empíricas de teste de hipóteses, que são apenas insuficientemente capazes de apreender a dinâmica dos fenômenos sociais. Essa foi, afinal de contas, a motivação inicial, descrita desde o início, das posições aqui apresentadas.

Atualmente, encontramos no campo do próprio paradigma interpretativo abordagens que são mais “fiéis” à tradição em oposição a esforços para abrir ou ampliar o campo para outros desenvolvimentos teóricos sociológicos. Em ambos os casos existem numerosas discussões e estudos. Isso foi apontado repetidas vezes no livro. Entretanto, os respectivos desenvolvimentos só puderam ser, aqui, em sua diversidade tangenciados – uma visão completa teria extrapolado o escopo da introdução. Seu objetivo principal consiste em contribuir para o reconhecimento das possibilidades analíticas e da vitalidade dessa tradição sociológica clássica em suas produções e diferenças formativas. A ampla apresentação de desenvolvimentos mais recentes – autores, objetos e descobertas – são certamente motivos suficientes para um próximo livro, se não para vários livros.

Exercícios

Pegue o exemplo anteriormente mencionado, no qual a abordagem do interacionismo simbólico é aplicado a uma situação na banheira de Lorient, ou o seguinte esquete “Amigo secreto”, do programa *Porta dos Fundos* (2015). Analise agora uma dessas situações com base na perspectiva de cada uma das outras abordagens apresentadas. Como as questões de pesquisa da análise podem mudar? Que impacto isso tem sobre os resultados? Como esses últimos estão relacionados entre si?

Referências

Abels, H. (2005). *Interaktion, Identität, Präsentation. Kleine Einführung in interpretative Theorien der Soziologie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Alfred Schutz. (2022). In Wikibéral. Extrait de: https://www.wikiberal.org/wiki/%C3%89cole_autrichienne.

Anderson, E. (2002). The ideologically driven critique. *American Journal of Sociology*, 107(6), 1.533-1.550.

Anderson, E. (1999). *Code of the street: Decency, violence and the moral life of the inner city*. New York: W.W. Norton.

Anderson, N. (2018). *Le hobo – Sociologie du sans-abri*. Paris: Armand Colin.

Anderson, N. (1923). *The Hobo. The sociology of the homeless man*. Chicago: University Press. Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.) (1981). In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 147-188). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden.

Anselm Strauss. (2014). Retrieved from <https://sociology.ucsf.edu/anselm-strauss>.

American Sociological Association (ASA). (2023). *ASA Presidents*. Retrieved from www.asanet.org/about/presidents.

Atkinson, P. A., & Housley, W. (2003). *Interactionism*. London: Sage.

Auwärter, M., Kirsch, E., & Schröter, K. (ed.) (1976). *Seminar: Kommunikation, Interaktion, Identität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Baker, P. J. (1981). Die Lebensgeschichten von W. I. Thomas und Robert E. Park. In L. Wolf (ed.), *Geschichte der Soziologie. Studien zur kognitiven, sozialen und historischen Identität einer Disziplin* (Bd. 1, pp. 244-270). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Baugh, K. Jr. (1990). *The methodology of Herbert Blumer*. Cambridge: University Press.

Beck, U. (2011). *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34.

Beck, U. (2009). *El Dios personal: La individualización de la religión y el «espíritu» del cosmopolitismo*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

Beck, U. (2008). *Der eigene Gott. Von der Friedensfähigkeit und dem Gewaltpotential der Religionen*. Frankfurt a. M.: Verlag der Weltreligionen.

Beck, U. (2000). The cosmopolitan perspective: The sociology of the second age of modernity. *British Journal of Sociology*, 51(1), 79-105.

Beck, U. (1986). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001). *El normal caos del amor: Las nuevas formas de la relación amorosa*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1994). *Das ganz normale Chaos der Liebe*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Becker, H. S. (2015). *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Becker, H. S. (2012?). *Interaction. Some Ideas. Vortrag An Der Universität Grenoble*.

Becker, H. S. (2009a). *Trucos del oficio: cómo conducir su investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Becker, H. S. (2009b). *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Zahar.

Becker, H. S. et. al. (ed.) (2009). *Institutions and the Person. In Honor of Everett C. Hughes*. Chicago: Aldine.

Becker, H. S. (2008a). Epilogue to the 25th Anniversary Edition. In ders. *Art worlds. Aktualisierte und erweiterte Jubiläumsausgabe zum 25 jährigen Erscheinen* (pp. 372-386).

Becker, H. S. (2008b). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Becker, H. S. (2008c). *Los mundos del arte: sociología del trabajo artístico*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Becker, H. S. (2008d). *Art worlds. Aktualisierte und erweiterte Jubiläumsausgabe zum 25 jährigen Erscheinen*. Berkeley: University of California Press [1982].

Becker, H. S. (2007). *Telling about society*. Chicago: University of Chicago Press.

Becker, H. S. (2003a). *Paroles et Musiques*. Paris: L'Harmattan.

Becker, H. S. (2003b). *Making sociology relevant to society*. Vortrag auf der ESA Tagung 2003 in Murcia, Spanien.

Becker, H. S. (2000). *Die Kunst des professionellen Schreibens. Ein Leitfaden für die Geistes und Sozialwissenschaften*. Frankfurt a. M.: Campus [1986].

Becker, H. S. (1999). The Chicago school, so-called. *Qualitative Sociology*, 20(1), 3-12.

- Becker, H. S. (1998). *Tricks of the trade. How to think about your research while you're doing it*. Chicago: University of Chicago Press.
- Becker, H. S. (1986a). *Photography and sociology* [1974].
- Becker, H. S. (1986b). *Doing things together. Selected papers*. Evanston: Northwestern University Press.
- Becker, H. S. (1981). *Außenseiter. Zur Soziologie abweichenden Verhaltens*. Frankfurt a. M.: Fischer [1963].
- Becker, H. S. (1977). *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Becker, H. S. (1967). *Whose side are we on? Social Problems*, 14(3), 239-247.
- Becker, H. S. (ed.) (1966). *Social problems: A modern approach*. New York: Wiley.
- Becker, H. S., & Keller, R. (2016). Ways of Telling about Society. Howard S. Becker in Conversation With Reiner Keller [65 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 17(2), Art. 12.
- Becker, H. S., & McCall, M. M. (ed.) (1990). *Symbolic interaction and cultural studies*. Chicago: University of Chicago Press.
- Becker, H. S., & Ragin, C. (ed.) (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. New York: Cambridge University Press.
- Becker, H. S., Faulkner, R. R., & Kirshenblatt-Gimblett, B. (ed.) (2006). *Art from start to finish. Jazz, painting, writing, and other improvisations*. Chicago: University of Chicago Press.
- Becker, H. S., Geer, B., Hughes, E. C. (1995). *Making the grade. The academic side of college life*. New Brunswick: Transaction [1968].
- Becker, H. S., Geer, B., Hughes, E. C., & Strauss, A. L. (1992). *Boys in white. Student culture in medical school*. New Brunswick: Transaction [1961].
- Belliger, A., & Krieger, D. J. (ed.) (2006). *ANThology. Ein einführendes Handbuch zur Akteur- Netzwerk-Theorie*. Bielefeld: transcript.
- Benkel, T. (ed.) (2010). *Das Frankfurter Bahnhofsviertel. Devianz im öffentlichen Raum*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Berger, P. L. (2014). *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Berger, P. L. (2011a). *Adventures of an Accidental Sociologist: How to Explain the World Without Becoming a Bore*. New York: Prometheus Books.
- Berger, P. L. (2011b). *Einladung zur Soziologie. Eine humanistische Perspektive*. München: List [1963].

Berger, P. L. (2008). *Im Morgenlicht der Erinnerung. Eine Kindheit in turbulenter Zeit*. Wien: Molden.

Berger, P. L. (1992). *Der Zwang zur Häresie. Religion in der pluralistischen Gesellschaft*. Freiburg: Herder [1979].

Berger, P. L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas [1969].

Berger, P. L. (1979). *The Heretical Imperative: Contemporary Possibilities of Religious Affirmation*. New York: Doubleday Publishing.

Berger, P. L. (1973). *Zur Dialektik von Religion und Gesellschaft. Elemente einer soziologischen Theorie*. Frankfurt a. M.: Fischer [1966].

Berger, P. L., & Berger, B. (1976). *Wir und die Gesellschaft. Eine Einführung in die Soziologie – entwickelt an der Alltagserfahrung*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt [1972].

Berger, P. L., & Berger, B. (1973). Socialização: como ser um membro da sociedade. In M. F. Marialice, & J. S. Martins (org.), *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. (pp. 200-214). São Paulo; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

Berger, P. L., & Berger, B. (1972). *Sociology: A Biographical Approach*. New York: Basic Books.

Berger, P. L., & Kellner, H. (1984). *Für eine neue Soziologie. Ein Essay über Methode und Profession*. Frankfurt a. M.: Fischer.

Berger, P. L., & Kellner, H. (1981). *Sociology Reinterpreted: An Essay on Method and Vocation*. New York: Anchor Books.

Berger, P. L., & Kellner, H. (1965). Die Ehe und die Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Abhandlung zur Mikrosoziologie des Wissens. *Soziale Welt*, 16, 220-235.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2019). *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2014). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes [1966].

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1995). *Modernität, Pluralismus und Sinnkrise: Die Orientierung des modernen Menschen*. Gütersloh: Verlag Bertelsmann Stiftung.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (1980). *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Theorie der Wissenssoziologie*. Frankfurt a. M.: Fischer [1966].

Berger, P. L., Berger, B. & Kellner, H. (1975). *Das Unbehagen in der Modernität*. Frankfurt a. M.: Campus.

- Berger, P. L., Berger, B., & Kellner, H. (1973). *The Homeless Mind: Modernization and Consciousness*. New York: Random House.
- Bergmann, J. (2011). Harold Garfinkel (1917-2011). *Zeitschrift für Soziologie*, 40 (4), 227-232.
- Bergmann, J. (2005). Studies of work. In F. Rauner (ed.), *Handbuch Berufsbildungsforschung* (pp. 639-646). Bielefeld: W. Bertelsmann.
- Bergmann, J. (2000). Konversationsanalyse. In U. Flick, E. v. Kardorff, & I. Steinke (ed.), *Qualitative Sozialforschung. Ein Handbuch* (pp. 524-537). Reinbek: Rowohlt.
- Bergmann, J. (1993). Alarmiertes Verstehen: Kommunikation in Feuerwehrnotrufen. In T. Jung, & S. Müller-Doohm (ed.), *Wirklichkeit im Deutungsprozeß. Verstehen und Methoden in den Kultur- und Sozialwissenschaften* (pp. 283-328). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Bergmann, J. (1987). *Klatsch. Zur Sozialform der diskreten Indiskretion*. Berlin: de Gruyter.
- Bergmann, W., & Hoffmann, G. (1985). Mead und die Tradition der Phänomenologie. In H. Joas (ed.), *Praktische Intersubjektivität. Neuere Beiträge zum Werk George Herbert Meads* (pp. 93-130). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Bernstein, E. (2007). *Temporarily yours. Intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Betz, G., Hitzler, R., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2011). *Urbane Events*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Bizeul, D. (2003). *Avec ceux du FN. Un sociologue au Front National*. Paris: La Découverte.
- Blanc, A., & Pessin, A. (ed.). *L'Art du Terrain. Melanges offerts à Howard S. Becker*. Paris: L'Harmattan.
- Blumer, H. (2018). Sociedade como interação simbólica. *Plural*, 25(2), 282-293.
- Blumer, H. (2004). *George Herbert mead and human conduct*. Walnut Creek: Alta Mira Press.
- Blumer, H. (2000). *Selected works of Herbert Blumer. A public philosophy for mass society*. Urbana: University of Illinois Press [1988].
- Blumer, H. (1990). *Industrialization as an agent of social change: A critical analysis*. In von D. R. Maines, & T. J. Morrione (ed.), New York: Aldine de Gruyter.
- Blumer, H. (1982). *El Interaccionismo simbólico. Perspectiva y Metodo*. Barcelona: Hora.

Blumer, H. (1981). Der methodologische Standort des Symbolischen Interaktionismus. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.), *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 80-146). Reinbeck: Rowohlt [1969].

Blumer, H. (1980). A natureza do interacionismo simbólico. In D. C. Barnlund, C. D. Mortensen et al. (org.), *Teoria da comunicação. Textos básicos* (pp. 119-137). São Paulo: Mosaico.

Blumer, H. (1979). *Critiques of research in the social sciences. An appraisal of Thomas and Znaniecki's „The Polish Peasant in Europe and America“. With a new introduction by the author.* New Brunswick: Transaction [1939].

Blumer, H. (1970). *Movies and conduct.* New York: Arno Press [1933].

Blumer, H. (1969a). Society as symbolic interaction. In H. Blumer (ed.), *Symbolic interactionism. Perspective and method* (pp. 78-89). Engelwood Cliffs: Prentice-Hall.

Blumer, H. (1969b). Sociological implications of the thought of George Herbert Mead. In H. Blumer (ed.), *Symbolic interactionism. Perspective and method* (pp. 61-77). Engelwood Cliffs: Prentice-Hall.

Blumer, H. (1969c). Suggestions for the study of mass-media effects. In H. Blumer (ed.), *Symbolic interactionism. Perspective and method* (pp. 183-194). Engelwood Cliffs: Prentice-Hall.

Blumer, H. (1969d). *Symbolic interactionism. Perspective and method.* Engelwood Cliffs: Prentice-Hall.

Blumer, H. (1939). *An appraisal of Thomas and Znaniecki's Polish peasant in Europe and America.* New York: Social Science Research Council Bulletin 44.

Blumer, H. (1938). Social psychology. In E. P. Schmidt (ed.), *Man and society. A substantive introduction to the social sciences* (pp. 144-198). New York: Prentice-Hall.

Bohnsack, R. (2020). *Pesquisa social reconstrutiva: introdução aos métodos qualitativos.* Petrópolis: Vozes.

Bohnsack, R. (2007). *Rekonstruktive Sozialforschung* (8. Aufl.). Stuttgart: Utb.

Bosančić, S. (2019). Die Forschungsperspektive der Interpretativen Subjektivierungsanalyse. In G. Alexander, A. Steffen, & B. Saša (ed.), *Subjekt und Subjektivierung. Empirische und theoretische Perspektiven auf Subjektivierungsprozesse.* Wiesbaden: Springer VS, pp. 43-64.

Bosančić, S., & Keller, R. (ed.) (2019). *Diskursive Konstruktionen. Kritik, Materialität und Subjektivierung in der wissenssoziologischen Diskursforschung.* Wiesbaden: Springer VS.

- Bosančić, S., & Keller, R. (ed.) (2016). *Perspektiven wissenssoziologischer Diskursforschung*. Wiesbaden: Springer VS.
- Bourdieu, P. (2012). *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1993). *Sozialer Sinn*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1980].
- Bourmeau, S., & Heurtin, J-P. (1997). La carrière déviante du professeur Becker. Entretien avec Howard Becker. *Politix*, 10(37), 155-166.
- Bowker, G., & Star, S. L. (2000). *Sorting things out: Classification and its consequences*. Cambridge: MIT Press.
- Brand, K-W., Eder, K., & Pöferl, A. (ed.) (1997). *Ökologische Kommunikation in Deutschland*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Brandom, R. B. (2001a). *Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism*. Harvard University Press, [2000].
- Brandom, R. B. (2001b). *Begründen und Begreifen. Eine Einführung in den Inferentialismus*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Breidenstein, G. (2012). *Zeugnisnotenbesprechung. Zur Analyse der Praxis schulischer Leistungsbewertung*. Opladen: Barbara Budrich.
- Brock, D. et al. (2009). *Soziologische Paradigmen nach Parsons. Eine Einführung*. Wiesbaden: VS Verlag für Wissenschaften.
- Brock, D., Junge, M., & Krähnke, U. (2007). *Soziologische Theorien von Auguste Comte bis Talcott Parsons. Einführung* (2. Auf.). München: Oldenbourg.
- Bromley, R., Göttlich, U., & Winter, C. (ed.) (1999). *Cultural studies. Grundlagentexte zur Einführung*. Lüneburg: zu Klampen.
- Bryant, A., & Charmaz, K. (ed.) (2010). *The SAGE handbook of grounded theory*. London: Sage [2007].
- Bulmer, M. (1984). *The Chicago school of sociology. Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*. Chicago: University of Chicago Press.
- Burns, T. (1992). *Erving Goffman*. London: Routledge.
- Burke, K. (1989). *On symbols and society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Burke, K. (1969). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press [1945].
- Burke, K. (1966). *Language as symbolic action*. Berkeley: University of California Press.
- Calhoun, C. (ed.) (2007). *Sociology in America. A history*. Chicago: University of Chicago Press.

Calhoun, C., & Van Antwerpen, J. (2007). Orthodoxy, heterodoxy, and hierarchy: 'Mainstream' sociology and its challengers. In C. Calhoun (ed.), *Sociology in America. A History* (pp. 367-410). Chicago: University of Chicago Press.

Carey, J. W. (1989). *Communication as culture*. Boston: Unwin Hyman.

Castellani, B. (1999). Michel Foucault and symbolic interactionism. *Studies in Symbolic Interaction*, 22(3), 247-272.

Cefaï, D. (2002). The field training project: A pioneer experiment in fieldwork methods. Everett C. Hughes, Buford H. Junker and Raymond Gold's re-invention of Chicago field studies in the 1950's. *Antropolitica*, 9, 25-76.

Cefaï, D., & Trom, D. (ed.) (2001). *Les formes de l'action collective. Mobilisation dans des arènes publiques*. Paris: Puf.

Center for the Study of Law & Society, UC Berkeley. (2022). Retrieved from <https://csls.berkeley.edu/>.

Chapoulie, J-M (2001). *La tradition sociologique de Chicago, 1892-1961*. Paris: Seuil.

Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: um guia prático para a análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory. A practical guide through qualitative analysis*. London: Sage.

Charmaz, K., & Keller, R. (2016). A Personal Journey with Grounded Theory Methodology. *Kathy Charmaz in Conversation With Reiner Keller* [60 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, 17(1), Art. 16. Retrieved from <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:o114-fqs16o1165>.

Charon, J. M. (2006). *Symbolic interactionism. An introduction, an interpretation, an integration* (9th ed.). Upper Saddle River: Prentice Hall.

Christmann, G. B. (2004). *Dresdens Glanz, Stolz der Dresdner. Lokale Kommunikation, Stadtkultur und städtische Identität*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Christmann, G. (2007). *Robert E. Park*. Konstanz: UVK.

Cicourel, A. (2011). *Método y medida en sociología*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.

Cicourel, A. (1980). Basisregeln und Normative Regeln im Prozess des Aushandelns von Status und Rolle. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 147-188). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden.

Cicourel, A. (1975). *Sprache in der sozialen Interaktion*. München: List [1972].

- Cicourel, A. (1974). *Cognitive Sociology: Language and Meaning in Social Interaction*. New York: Free Press.
- Cicourel, A. (1970). *Methode und Messung in der Soziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1964].
- Cicourel, A. (1968). *The social organization of juvenile justice*. New York: Wiley.
- Clarke, A. E. (2012). *Situationsanalyse. Grounded Theory nach dem Postmodern Turn*. Wiesbaden. VS Verlag für Sozialwissenschaften [2005].
- Clarke, A. E. (2005). *Situational Analysis: Grounded Theory After the Postmodern Turn*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Clarke, A. E. (1998). *Disciplining reproduction: American life scientists and the "Problem of Sex"*. Berkeley: University of California Press.
- Clarke, A. E. (1991). Social worlds/arenas theory as organizational theory. In D. R. Maines (ed.), *Social organization and social process: Essays in honor of Anselm Strauss* (pp. 119- 158). Hawthorne: Aldine de Gruyter.
- Clarke, A. E., & Keller, R. (2014). Engaging Complexities: Working Against Simplification as an Agenda for Qualitative Research Today. *Adele Clarke in Conversation With Reiner Keller* [137 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research, 15(2), Art. 1. Retrieved from <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:o114-fqs140212>.
- Clarke, A. E.; Friese, C. E.; & Washburn, R. S. (2018). *Situational Analysis: Grounded Theory After the Interpretive Turn*. Los Angeles: SAGE.
- Coelho, M. C. (2013) (org.). *Estudos sobre interação. Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Cohen, S., & Taylor, L. (1992). *Escape Attempts: The Theory and Practice of Resistance in Everyday Life* [1976].
- Cohen, S., & Taylor, L. (1977). *Ausbruchsversuche. Identität und Widerstand in der modernen Lebenswelt*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1976].
- Collins, H. M., & Pinch, T. J. (1993). *The golem: What everyone should know about science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collins, H. M., & Yearley, S. (1992). "Epistemological Chicken". In A. Pickering (ed.), *Science as practice and culture* (pp. 301-326). Chicago: University of Chicago Press.
- Conrad, P. (2005a). Shifting engines of medicalization. *Journal of Health and Social Behaviour*, 46, 3-14.
- Conrad, P. (2005b). *Identifying hyperactive children. The medicalization of deviant behavior*. Farnam: Ashgate [1976].

- Conrad, P., & Potter, D. (2000). From hyperactive children to ADHD adults: Observations on the expansion of medical categories. *Social Problems*, 47, 49-82.
- Conrad, P., & Schneider, J. (1980). *Deviance and medicalization. From badness to sickness*. St.Louis: Mosby Comp.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2010). *Weiterleben lernen. Verlauf und Bewältigung chronischer Krankheit* (3. Aufl.). Bern: Huber [1988].
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. London: Sage.
- Corbin, J., & Strauss, A. (1988). *Unending Work and Care: Managing Chronic Illness at Home*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Coser, L. A. (1978). American Trends. In Bottomore, T. & Nisbet, R. (ed.), *History of sociological analysis*, (pp. 283-321). New York: Basic Books.
- Coulon, A. (1995). *A Escola de Chicago*. Campinas, SP: Papirus.
- Crane, D. (ed.) (1994). *The sociology of culture*. Cambridge: University Press.
- Cressey, P. (1932). *The taxi-dancehall. A sociological study in commercialized recreation and city life*. Chicago: University Press.
- Dahrendorf, R. (2006). *Homo sociologicus* (16. Aufl.). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften [1959].
- Dahrendorf, R. (1991). *Homo sociologicus: ensaio sobre a história, o significado e a crítica da categoria de papel social*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Deegan, M. J. (2007). The Chicago school of ethnography. In P. Atkinson et al. (ed.), *Handbook of ethnography* (pp. 11-25). London: Sage.
- Deegan, M. J. (2002). *Race, hull house, and the University of Chicago: A new conscience against ancient evils*. Westport: Praeger.
- Deegan, M. J. (1988). *Jane Addams and the men of the Chicago school, 1892-1913*. New Brunswick: Transaction Books.
- Dennis, A., & Martin, P. J. (2005). Symbolic interactionism and the concept of power. *The British Journal of Sociology*, 56(2), 191-213.
- Denzin, N. (1992). *Symbolic interactionism and cultural studies: The politics of interpretation*. Cambridge: Blackwell.
- Denzin, N. (1987). *The alcoholic self*. Beverly Hills: Sage.
- Denzin, N. (1984). *On understanding emotions*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Denzin, N. (1977). Notes on the criminogenic hypothesis: A case study of the American liquor industry. *American Sociological Review*, 42, 905-920.

- Deppermann, A. (2008). *Gespräche analysieren*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- DeVault, M. L. (2007). Knowledge from the field. In C. Calhoun (ed.), *Sociology in America. A History* (pp. 155-182). Chicago: University of Chicago Press.
- Dewey, J. (2012). The reflex arc concept in psychology. *Psychological Review*, 3, 357-370. Retrieved from http://www.brocku.ca/MeadProject/Dewey/Dewey_1896.html.
- Dewey, J. (2007). *Erfahrung und Natur*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1925].
- Dewey, J. (2004a). *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Mortara.
- Dewey, J. (2004b). Die Struktur der Forschung. In J. Strübing, & B. Schnettler (ed.), *Methodologie Interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte* (pp. 223-244). Konstanz: UVK [1938].
- Dewey, J. (2003). *Die menschliche Natur. Ihr Wesen und ihr Verhalten*. Zürich: Pestalozzianum [1922].
- Dewey, J. (2002). *Wie wir denken*. Zürich: Verlag Pestalozzianum [1910].
- Dewey, J. (1996). *Die Öffentlichkeit und ihre Probleme*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgemeinschaft [1927].
- Dewey, J. (1979). *Como pensamos*. 2nd edn. São Paulo: Nacional.
- Dewey, J. (1956). *A natureza humana e a conduta: introdução à psicologia social*. Bauru: Brasil S.A.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and education*. New York: Columbia University Press. [dt.: Demokratie und Erziehung. Eine Einleitung in die philosophische Pädagogik. Weinheim: Beltz 2000.].
- Dewey, J., & Cunha, M. V. (2007). *Democracia e educação: capítulos essenciais*. (Ensaio comentado.) São Paulo: Ática.
- Diaz-Bone, R., & Schubert, K. (1996). *William James zur Einführung*. Hamburg: Junius.
- Dilthey, W. (2004). Die Entstehung der Hermeneutik. In J. Strübing, & B. Schnettler (ed.), *Methodologie interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte* (pp. 19-42). Konstanz: UVK [1900].
- Dimbath, O., & Heinlein, M. (2015). *Gedächtnissoziologie*. Paderborn: Wilhelm Fink.
- Dimbath, O., & Keller, R. (2017). Was ist Wissenssoziologie? Zur Orientierung in einem unübersichtlichen Forschungsgebiet. *Soziopolis*. Retrieved from <https://www.sozipolis.de/verstehen/was-tut-die-wissenschaft/artikel/was-ist-wissenssoziologie/>

Dimbath, O., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2021). *Gewissheit. Beiträge und Debatten zum 3. Sektionskongress der Wissenssoziologie*. Weinheim: BeltzJuventa.

Dobbin, F. R. (1994). Cultural models of organization: The social construction of rational organizing principles. *Carne*, 117-142.

Dotter, D. (2004). *Creating deviance. An interactionist approach*. Lanham: Alta Mira Press.

Douglas, J. D. (1989). *The myth of the welfare state*. New Brunswick: Transaction.

Douglas, J. D. (1988). *Love, intimacy and sex. Sociological observations*. London: Sage.

Douglas, J. D. (1973). *The social meanings of suicide*. Princeton: University Press.

Douglas, J. D. (ed.) (1971). *Crime and justice in American society*. New York: Bobbs-Merrill.

Douglas, J. D. (ed.) (1970a). *Observations of deviance*. New York: Random House.

Douglas, J. D. (ed.) (1970b). *Deviance & respectability. The social construction of moral meanings*. New York: Basic Books.

Douglas, J. D., & Johnson, J. M. (ed.) (1977). *Existential sociology*. Cambridge: University Press.

Douglas, J. D., & Waksler, F. C. (1982). *The sociology of deviance: An introduction*. Boston: Little, Brown.

Douglas, J. D., Rasmussen, P., & Flanagan, C. A. (1977). *The nude beach*. Beverly Hills: Sage.

Drake, St. C., & Cayton, H. A. (1993). *Black metropolis. A study of negro life in a northern city*. New York: Harper & Row [1945].

Dubiel, H. (1992). *Kritische Theorie der Gesellschaft. Eine einführende Rekonstruktion von den Anfängen im Horkheimer-Kreis bis Habermas*. Weinheim: Juventa.

Duneier, M. (2002). What kind of combat sport is sociology? *American Journal of Sociology*, 107(6), 1.551-1.576.

Duneier, M. (1999). *Sidewalk*. New York: Farrar, Strauß & Giroux.

Durkheim, E. (2019). *As regras do método sociológico*. Petrópolis: Vozes.

Durkheim, E. (1984). *Die Regeln der soziologischen Methode*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1895].

Dux, G. (2000). *Historisch-genetische Theorie der Kultur. Instabile Welten. Zur prozessualen Logik im kulturellen Wandel*. Weilerswist: Velbrück.

Eberle, T. S. (2000). *Lebensweltanalysen und Handlungstheorie. Beiträge zur Verstehenden Soziologie*. Konstanz: UVK.

Eberle, T. S. (1999). Die methodologische Grundlegung der interpretativen Sozialforschung durch die phänomenologische Lebensweltanalyse von Alfred Schütz. *Österreichische Zeitschrift für Soziologie*, 24(4), 65-90.

Eberle, T. S. (1984). *Sinnkonstitution in Alltag und Wissenschaft. Der Beitrag der Phänomenologie an die Methodologie der Sozialwissenschaften*. Bern: Haupt.

Edwards, D., Ashmore, M., & Potter, J. (1995). Death and furniture: The rhetoric, politics and theology of bottomline arguments against relativism. *History of the Human Sciences*, 8, 25-49.

Eickelpasch, R. (1983). Das ethnomethodologische Programm einer ‚radikalen‘ Soziologie. In R. Eickelpasch, & B. Lehmann (ed.), *Soziologie ohne Gesellschaft?* (pp. 63-106). München: Fink.

Endreß, M. (2008). Reflexive Wissenssoziologie als Sozialtheorie und Gesellschaftsanalyse. Zur phänomenologisch fundierten Analytik von Vergesellschaftungsprozessen. In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 85-96). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Endreß, M. (2006). *Alfred Schütz*. Konstanz: UVK.

Erving Goffman – 1922-1982. [2022?]. Retrieved from <https://people.brandeis.edu/~teuber/goffmanbio.html>.

Ethnomethodology – Paul ten Have. (2022). Retrieved from <http://www.paultenhave.nl/>.

Farbermann, H. A. (1985). The foundations of symbolic interaction: James, Cooley and Mead. In H. A. Farbermann, & R. S. Perinbanayagam (ed.), *Foundations of interpretive sociology: Original essays in symbolic interaction* (Supplement 1 zu Studies in Symbolic Interaction. A Research Annual, pp. 13-28). Greenwich: Jai Press Inc.

Faris, R. L. (1967). *Chicago sociology: 1920-1932*. Chicago: University of Chicago Press.

Faulkner, R. R., & Becker, H. S. (2008). Studying something you are part of: The view from the bandstand. *Ethnologie française*, XXXVIII(1), 15-22.

Faulkner, R. R., & Becker, H. S. (2009). *“Do you know...?” The jazz repertoire in action*. Chicago: University of Chicago Press.

Favret-Saada, J. *Les Mots, La Mort, Les Sorts*. Paris: Gallimard, 1977.

Favret-Saada, J. Ser afetado. Tradução de Paula de Siqueira Lopes. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

Fine, G. A. (2007). *Authors of the Storm: Meteorologists and the culture of prediction*. Chicago: University of Chicago Press.

Fine, G. A. (2004). *Everyday genius. Self-taught art and the culture of authenticity*. Chicago: University of Chicago Press.

Fine, G. A. (1996). *Kitchens: The culture of restaurant work*. Berkeley: University of California Press.

Fine, G. A. (ed.). (1995). *A second Chicago school? The development of a postwar American sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Fine, G. A. (1993). The sad demise, mysterious disappearance, and glorious triumph of symbolic interactionism. *Annual Review of Sociology*, 19, 61-87.

Fine, G. A. (1991). Symbolic interactionism in the post-Blumerian age. In G. Ritzer (ed.), *Frontiers of social theory. The new syntheses* (pp. 117-157). New York: Columbia University Press.

Fine, G. A. (1984). Negotiated orders and organizational cultures. *Annual Review of Sociology*, 10, 239-262.

Fine, G. A. (1983). *Shared fantasy. Role-playing games as social worlds*. Chicago: University of Chicago Press.

Fine, G. A., & Keller, R. (2021). Tiny Publics and Social Worlds – Toward a Sociology of the Local. *Gary Alan Fine in Conversation with Reiner Keller* [66 paragraphs]. Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research, 22(1), Art. 8. Doi: <http://dx.doi.org/10.17169/fqs-22.1.3629>.

Frazier, F. E. (1932). *The negro family in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.

Gagnon, J. H. (2004). *An interpretation of desire. Essays in the study of sexuality*. Chicago: University of Chicago Press.

Gagnon, J., & Simon, W. (2004). *Sexual conduct* (2. Aufl.). New York: Aldine de Gruyter.

Galliher, J. F. (1995). Chicago's two worlds of deviance Research: Whose side are they on? In G. A. Fine (ed.), *A second Chicago school? The development of a postwar American sociology*. (pp. 164-187). Chicago: University of Chicago Press.

Gamson, W. A. (1995). Constructing social protest. In Johnston, & Klandermans (ed.), *Social movements and culture*. (pp. 85-106). Minneapolis: University of Minnesota Press.

- Gamson, W. A. (1988a). Political discourse and collective action. In *International Social Movement Research*, 1, 219-244.
- Gamson, W. A. (1988b). The 1987 distinguished lecture: A constructionist approach to mass media and public opinion. *Symbolic Interaction*, 2, 161-174.
- Gamson, W. A., & Lasch, K. E. (1983). The political culture of social welfare policy. In S. E. Spiro, & E. Yuchtman-Yaar (ed.), *Evaluating the welfare state. Social and political perspectives* (pp. 397-415). New York: Academic Press.
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95, 1-37.
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. In R. D. Braungart, M. M. Braungart (ed.), *Research in political sociology*, 3, 37-177.
- Gamson, W. A., & Stuart, D. (1992). Media discourse as a symbolic contest: The bomb in political cartoons. *Sociological Forum*, 7, 55-86.
- Gamson, W. A., Croteau, D., Hoynes, W., & Sasson, T. (1992). Media images and the social construction of reality. *Annual Review of Sociology*, 18, 373-393.
- Garfinkel, H. (2018). *Estudos de etnometodologia*. Petrópolis: Vozes.
- Garfinkel, H. (2008). *Toward a sociological theory of information*. Boulder: Paradigm.
- Garfinkel, H. (2006a). Condiciones de las ceremonias exitosas de degradación', *Delito y Sociedad Revista de Ciencias Sociales*, 1(22), 115-122.
- Garfinkel, H. (2006b). *Seeing sociologically. The routine grounds of social action*. In A. W. Rawls (ed.), Boulder: Paradigm [1948].
- Garfinkel, H. (2002). *Ethnomethodology's program. Working out Durkheim's aphorism*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Garfinkel, H. (1997). Conocimiento de sentido común de las estructuras sociales: el método documental de interpretación en los descubrimientos de legos y profesionales, en: *El Ojo Furioso* 5 (Invierno '97, Año VI, Buenos Aires): 75.
- Garfinkel, H. (1990). A conception of, and experiments with, "trust" as a condition of stable concerted actions. In J. Coulter (ed.), *Ethnomethodological sociology* (pp. 3-54). Aldershot: Edward Elgar [1963].
- Garfinkel, H. (ed.) (1986). *Ethnomethodological studies of work*. London: Routledge.
- Garfinkel, H. (1980). Das Alltagswissen über soziale und innerhalb sozialer Strukturen. In *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 189-262). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden. [1961].

Garfinkel, H. (1977). Bedingungen für den Erfolg von Degradierungszeremonien. In K. Lü- Lüdersen, & F. Sack (ed.), *Seminar: Abweichendes Verhalten III. Die gesellschaftliche Reaktion auf Kriminalität* (Bd. 2, pp. 31-40). [1956].

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall Inc.

Garfinkel, H., & Sacks, H. (2012). Sobre estruturas formais de ações práticas. *Veredas*, 224.

Garfinkel, H., & Sacks, H. (1976). Über formale Strukturen praktischer Handlungen. In E. Weingarten, F. Sack, & J. Schenkein (ed.), *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns* (pp. 130-178). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Garfinkel, H., Lynch, M., & Livingston, E. (1981). The work of a discovering science constructed with materials from the optically discovered pulsar. *Philosophy of the Social Sciences*, 11, 131-158.

Gebhardt, W. et al. (2007). *Megaparty Glaubensfest: Weltjugendtag: Erlebnis – Medien – Organisation*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Gebhardt, W., Hitzler, R., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2000). *Events. Soziologie des Außergewöhnlichen*. Opladen: Leske & Budrich.

Geer, B. et al. (ed.) (1968). *Learning the ropes*. New York: Basic Books.

Gehlen, A. (1976). *Anthropologische Forschung*. Reinbek: Rowohlt.

George Herbert Mead. (2022). In Wikipédia. Retirado de https://pt.wikipedia.org/wiki/George_Herbert_Mead.

Gerhards, J. (1992). Dimensionen und Strategien öffentlicher Diskurse. *Journal für Sozialforschung*, 3/4, 307-318.

Gerhards, J., Neidhardt, F., & Rucht, D. (1998). *Zwischen Palaver und Diskurs. Strukturen öffentlicher Meinungsbildung am Beispiel der deutschen Diskussion zur Abtreibung*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Giddens, A. (1992). *Die Konstitution der Gesellschaft. Grundzüge einer Theorie der Strukturierung*. Frankfurt a. M.: Campus.

Gildemeister, R., & Wetterer, A. (1992). Wie Geschlechter gemacht werden. Die soziale Konstruktion der Zweigeschlechtlichkeit und ihre Reifizierung in der Frauenforschung. In G. Axeli-Knapp, & A. Wetterer (ed.), *Traditionen Brüche. Entwicklungen feministischer Theorie* (pp. 201-254). Freiburg: Kore.

Girtler, R. (2004a). *Zehn Gebote der Feldforschung*. Wien: Lit.

- Girtler, R. (2004b). *Der Strich. Soziologie eines Milieus*. Neuauflage. Wien: Lit [1985].
- Girtler, R. (2002). *Die feinen Leute: Von der vornehmen Art, durchs Leben zu gehen* (3. Aufl.). Wien: Böhlau.
- Girtler, R. (2001). *Methoden der Feldforschung* (4. Aufl.). Stuttgart: Utb.
- Glaser, B. G. (1978). *Theoretical sensitivity. Advances in the methodology of grounded theory*. Mill Valley: The Sociology Press.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (2017). *Awareness of Dying*. New York & Oxon: Routledge [1965].
- Glaser, B., & Strauss, A. L. (2008). *Grounded theory. Strategien qualitativer Forschung*. Bern: Huber [1967].
- Glaser, B., & Strauss, A. L. (2007). *Time for dying*. New Brunswick: Transaction [1968].
- Glaser, B., & Strauss, A. L. (2006). *The Discovery of Grounded theory. Strategies for qualitative research*. Aldine Transaction: New Brunswick and London.
- Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1995). *Betreuung von Sterbenden. Eine Orientierung für Ärzte, Pflegepersonal, Seelsorger und Angehörige* (2. überarb. Aufl.). Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht [1965].
- Goffman, E. (2019). A ordem da interação: discurso presidencial da *American Sociological Association*. *Dilemas*, 12 (3), 571-603.
- Goffman, E. (2012). *Quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2010). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2009). *Interaktion im öffentlichen Raum*. Frankfurt a. M.: Campus [1963].
- Goffman, E. (2008). *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Goffman, E. (2005a). Glücksbedingungen. In ders. (ed.), *Rede-Weisen. Formen der Kommunikation in sozialen Situationen* (pp. 199-264). Konstanz: UVK, [1983].
- Goffman, E. (2005b). *Rede-Weisen. Formen der Kommunikation in sozialen Situationen*. Konstanz: UVK [1976-1983].
- Goffman, E. (2002a). Footing. In B. T. Ribeiro, & P. M. Garcez (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Edições Loyola.

- Goffman, E. (2002b). *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Goffman, E. (1994a). Die Interaktionsordnung. In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 50-104). Konstanz: UVK.
- Goffman, E. (1994b). Das Arrangement der Geschlechter. In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 105-158). Konstanz: UVK.
- Goffman, E. (1994c). *Interaktion und Geschlecht*. Konstanz: UVK.
- Goffman, E. (1986). *Interaktionsrituale. Über Verhalten in direkter Kommunikation*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1967].
- Goffman, E. (1983). *Wir alle spielen Theater. Die Selbstdarstellung im Alltag*. München: Piper [1959].
- Goffman, E. (1981a). *Geschlecht und Werbung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1976].
- Goffman, E. (1981b). *Strategische Interaktion*. München: Hanser [1969].
- Goffman, E. (1980). *Rahmen-Analyse. Ein Versuch über die Organisation von Alltagserfahrungen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1974].
- Goffman, E. (1974). *Das Individuum im öffentlichen Austausch. Mikrostudien zur öffentlichen Ordnung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1971].
- Goffman, E. (1973a). *Interaktion: Spaß am Spiel. Rollendistanz*. München: Piper [1961].
- Goffman, E. (1973b). *Asyle. Über die soziale Situation psychiatrischer Patienten und anderer Insassen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1961].
- Goffman, E. (1972). *Stigma. Über Techniken der Bewältigung beschädigter Identität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1963].
- Goffman, E. (1967). Where the action is. In E. Goffman (ed.), *Interaction ritual* (pp. 149-270). New York: Doubleday.
- Gouldner, A. W. (2013). *La crisis de la sociología occidental*. Buenos Aires. Editorial Amorrortu.
- Gouldner, A. W. (1974). *Die westliche Soziologie in der Krise* (2 Bd.). Reinbek bei Hamburg: Rowohlt [1970].
- Grazian, D. (2008). The Jazzman's true academy. Ethnography, artistic work and the Chicago blues scene. *Ethnologie française*, XXXVIII(1), 49-57.
- Gross, N. (2007). Pragmatism, phenomenology, and twentieth-century American sociology. In C. Calhoun (ed.), *Sociology in America. A History* (pp. 183-224). Chicago: University of Chicago Press.

- Gross, P. (2005). *Die Multioptionsgesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Günthner, S., & Knoblauch, H. (1994). Forms are the food of faith. Gattungen als Muster kommunikativen Handelns. *KZfSS*, 46(4), 693-723.
- Gusfield, J. R. (2009). *La Culture des problèmes publics*. Tradução de Daniel Cefai. Paris: Économica.
- Gusfield, J. (2003). Action collective et problèmes publics. Entretien avec Daniel Cefai & Dany Trom. In C. Daniel, & P. Dominique (ed.), *Les sens du public* (pp. 63-78). Paris: Puf. Retrieved from https://www.u-picardie.fr/curapp-revues/root/48/1_ACTION_COLLECTIVE.pdf_52cfbb16d24b7/1_ACTION_COLLECTIVE.pdf
- Gusfield, J. R. (2000). *Performing action. Artistry in human behavior and social research*. New Brunswick: Transaction.
- Gusfield, J. R. (1996). *Contested meanings: The construction of alcohol problems*. Madison: University of Wisconsin Press.
- Gusfield, J. R. (1986). *Symbolic crusade. Status politics and the American temperance movement*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press [1963].
- Gusfield, J. R. (1981). *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: University of Chicago Press.
- Gusfield, J. R., Arijón, T., & Nijensohn, C. (2014). *La cultura de los problemas públicos: El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. (Sociología y política. Rumbos teóricos). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Habermas, J. (2018). *Teoría de la acción comunicativa*, 2 v. Madrid: Trotta.
- Habermas, J. (2015). *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Tecnos.
- Habermas, J. (1985). *Zur Logik der Sozialwissenschaften*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1967].
- Habermas, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns* (2 Bd.). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Hacking, I. (2001). *¿La construcción social de qué?* Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Hacking, I. (1999). *Was heißt, soziale Konstruktion? Zur Konjunktur einer Kampfvokabel in den Wissenschaften*. Frankfurt a. M.: Fischer.
- Haferkamp, H. (1975). *Kriminelle Karrieren. Handlungstheorie, teilnehmende Beobachtung und Soziologie krimineller Prozesse*. Reinbek: Rowohlt.
- Halas, E. (1983). Florian Znaniecki – Ein verkannter Vorläufer des Symbolischen Interaktionismus. *Zeitschrift für Soziologie*, 12(4), 341-352.

- Hall, P. M. (2003). Interactionism, social organization and social processes. *Symbolic Interaction*, 26(1), 35-55.
- Hall, S. (ed.) (1997). *Representation: Cultural representations and signifying practices*. London: Open University Press.
- Hallett, T., Shulman, D., & Fine, G. A. (2009). Peopling organizations. The promise of classic symbolic interactionism for an inhabited institutionalism. In P. S. Adler (ed.), *The Oxford handbook of sociology and organization studies* (pp. 486-509). Oxford: University Press.
- Hanke, M. (2002). *Alfred Schütz. Einführung*. Wien: Passagen.
- Hannken-Illjes, K., Kozin, A., & Scheffer, T. (2010). *Criminal defence and procedure. Comparative ethnographies in the United Kingdom, Germany, and the United States*. New York: Palgrave Macmillan.
- Haraway, D. J. (1995a). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspectives. *Feminist Studies*, 14, 575-599.
- Haraway, D. J. (1995b). Situiertes Wissen: Die Wissenschaftsfrage im Feminismus und das Privileg einer partialen Perspektive. In Diess (ed.), *Die Neuerfindung der Natur. Primaten, Cyborgs und Frauen* (pp. 53-97). Frankfurt a. M.: Campus.
- Haraway, D. J. (1991). Manifiesto para ciborgs: ciencia, tecnología y feminismo socialista a finales del siglo XX. In D. J. Haraway, *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinvención de la naturaleza*, Madrid: Cátedra.
- Harold Garfinkel. (2022). In Wikipedia. Retrieved from https://en.wikipedia.org/wiki/Harold_Garfinkel.
- Harrington, B., & Fine, G. A. (2006). Where the action is. Small groups and recent developments in sociological theory. *Small Group Research*, 37(1), 1-16.
- Harvey, L. (1987). *Myths of the Chicago School of Sociology*. Aldershot: Gower.
- Hasse, R., & Krücken, G. (2005). *Neo-Institutionalismus*. Bielefeld: transcript.
- Have, P. T. (2004). Ethnomethodology. In C. Seale et al. (ed.), *Qualitative research practice* (pp. 151-164). London: Sage.
- Have, P. T. (2007). *Doing conversation analysis* (2. Aufl.). London: Sage.
- Heath, C., Hindmarsh, J., & Luff, P. (1999). Interaction in isolation: The train driver on London underground. *Sociology*, 33(3), 555-575.
- Heideking, J. (1999). *Geschichte der USA* (2. Aufl.). Tübingen: A. Francke.
- Helle, H. J. (2001). *Theorie der Symbolischen Interaktion. Ein Beitrag zum Verstehenden Ansatz in Soziologie und Sozialpsychologie* (3. Aufl.). Opladen: Westdeutscher Verlag.

- Heritage, J. (1984). *Garfinkel and Ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press.
- Heritage, J. (1999). Etnometodologia. In A. Giddens, & J. Turner, *Teoria social hoje* (pp. 321-392). São Paulo: Editora UNESP.
- Herr Prof. i.R. Dr. Jörg R. Bergmann. (2022). Abgerufen von https://ekvv.uni-bielefeld.de/pers_publ/publ/PersonDetail.jsp?personId=190519.
- Hester, S., & Francis, D. (2004). *An invitation to ethnomethodology: Language, society and interaction*. London: Sage.
- Hettlage, R., & Lenz, K. (1991). *Erving Goffman – ein soziologischer Klassiker der zweiten Generation*. Bern: Haupt.
- Heurtin, J-P., & Bourmeau, S. (1997). La carrière déviante du professeur Becker. Entretien avec Howard Becker. *Politix*, 10(37), 155-166.
- Hilgartner, S., & Bosk, C. L. (1988). The rise and fall of social problems: A public arena model. *American Journal of Sociology*, 94(1), 53-78.
- Hill, P. B. (2002). *Rational-Choice-Theorie*. Bielefeld: transcript.
- Hirschauer, S. (1993). *Die soziale Konstruktion der Transsexualität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Hitzler, R. (2012). *Der gemeine Macciavellismus. Soziologie politischen Handelns*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Hitzler, R. (2010). *Eventisierung. Drei Fallstudien zum marketingstrategischen Massenspaß*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Hitzler, R. (1999a). Welten erkunden. Soziologie als (eine Art) Ethnologie der eigenen Gesellschaft. *Soziale Welt*, 50(4), 473-483.
- Hitzler, R. (1999b). Konsequenzen der Situationsdefinition. Auf dem Weg zu einer selbstreflexiven Wissenssoziologie. In R. Hitzler, J. Reichertz, & N. Schröder (ed.), *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation* (pp. 289-308). Konstanz: UVK.
- Hitzler, R. (1992). Der Goffmansch. Überlegungen zu einer dramatologischen Anthropologie. *Soziale Welt*, 43(4), 449-461.
- Hitzler, R. (1988). *Sinnwelten. Ein Beitrag zum Verstehen von Kultur*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Hitzler, R., & Honer, A. (ed.) (1997). *Sozialwissenschaftliche Hermeneutik*. Opladen: Leske + Budrich.
- Hitzler, R., & Niederbacher, A. (2010). *Leben in Szenen: Formen juveniler Vergemeinschaftung heute*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Hitzler, R., & Pfadenhauer, M. (2008). *Kompetenzen durch Szenen: Die unsichtbaren Bildungsprogramme juveniler Gemeinschaften*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Hitzler, R., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2001). *Techno-Soziologie. Erkundungen einer Jugendkultur*. Opladen: Leske & Budrich.

Hitzler, R., Honer, A., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2008). *Posttraditionale Gemeinschaften. Theoretische und ethnografische Erkundungen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Hitzler, R., Reichertz, J., & Schröer, N. (2020) (ed.). *Kritik der Hermeneutischen Wissenssoziologie*. Weinheim: BeltzJuventa.

Hitzler, R., Reichertz, J., & Schröer, N. (1999a). Das Arbeitsfeld einer hermeneutischen Wissenssoziologie. In R. Hitzler, J. Reichertz, & N. Schröer (ed.), *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation* (pp. 9-16). Konstanz: UVK.

Hitzler, R., Reichertz, J., & Schröer, N. (ed.) (1999b). *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation*. Konstanz: UVK.

Hochschild, A. R. (2006). *Keine Zeit. Wenn die Firma zum Zuhause wird und zu Hause nur Arbeit wartet* (2. Aufl.). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften [1997].

Hochschild, A. R. (2003). *The commercialization of intimate life*. Berkeley: University of California Press.

Hochschild, A. R. (1997). *The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work*. New York: Metropolitan Books.

Hochschild, A. R. (1990). *Das gekaufte Herz. Zur Kommerzialisierung der Gefühle*. Frankfurt a. M. [1983].

Hochschild, A. R. (1983). *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley: University of California Press.

Holz, K., & Wenzel, U. (2003). Struktur und Entwicklung. Zur Methodologie der Rekonstruktion von Kultur. In U. Wenzel, B. Bretzinger, & K. Holz (ed.), *Subjekte und Gesellschaft. Zur Konstitution von Sozialität* (pp. 198-232). Weilerswist: Vellbrück.

Honer, A. (2011). *Kleine Leiblichkeiten. Erkundungen in Lebenswelten*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Honer, A. (1999). Bausteine zu einer lebensweltorientierten Wissenssoziologie. In R. Hitzler, J. Reichertz, & N. Schröer (ed.), *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation* (pp. 51-70). Konstanz: UVK.

- Honer, A. (1997). *Lebensweltliche Ethnographie*. Wiesbaden: DUV.
- Honer, A. (1993). *Lebensweltliche Ethnographie: ein explorativ-interpretativer Forschungsansatz am Beispiel von Heimwerker-Wissen*. Wiesbaden: DUV.
- Honer, A., Meuser, M., & Pfadenhauer, M. (ed.) (2010). *Fragile Sozialität: Inszenierungen, Sinnwelten, Existenzbastler*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Hörning, K. H., & Winter, R. (ed.) (1999). *Widerspenstige Kulturen. Cultural Studies als Herausforderung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Howies Home Page. (2012). Retrieved from <http://www.howardsbecker.com/articles.html>.
- Hughes, E. C. (2009). *French Canada in transition*. Oxford: Oxford University Press [1943].
- Hughes, E. C. (1993a). Preface. In E. C. Hughes (ed.), *The sociological eye. Selected papers* (pp. XV-XXV). New Brunswick: Transaction [1971].
- Hughes, E. C. (1993b). The place of field work in social science. In E. C. Hughes (ed.), *The sociological eye. Selected papers* (pp. 496-506). New Brunswick: Transaction [1960].
- Hughes, E. C. (1993c). *The sociological eye. Selected papers*. New Brunswick: Transaction [1971].
- Hutchby, I., & Woofitt, R. (2008). *Conversation analysis*. London: Wiley.
- Ickstadt, H. (2006). A tale of two cities. Kultur und ihre gesellschaftliche Funktion im Chicago der Fortschrittsära. In J. N. Schmidt, & H-P. Rodenberg (ed.), *Chicago. Porträt einer Stadt* (pp. 103-126). Frankfurt a. M.: Insel.
- International Institute for Ethnomethodology and Conversation Analysis (IEMCA). (2022). Retrieved from <https://uia.org/s/or/en/1100013798>.
- Iványi, N., & Reichertz, J. (2002). *Liebe (wie) im Fernsehen. Eine wissenssoziologische Analyse*. Opladen: Leske & Budrich.
- Jackson, S., & Scott, S. (2011). Putting the interaction back into sex. Für eine interpretative Soziologie der verkörperten Lust. In R. Keller, & M. Meuser (ed.), *Körperwissen* (pp. 107- 128). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Jackson, S., & Scott, S. (2010). *Theorizing sexuality*. London: Open University Press.
- Jackson, S., & Scott, S. (2007). Faking like a woman? Towards an interpretive theorization of sexual pleasure. *Body & Society*, 13(2), 95-116.
- Jäger, L. (2010). *Saussure zur Einführung*. Hamburg: Junius.

- Jahoda, M., Lazarsfeld, P. F., & Zeisel, H. (2007). *Die Arbeitslosen von Marienthal. Ein soziographischer Versuch über die Wirkungen langandauernder Arbeitslosigkeit* (20. Aufl.). Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1933].
- James, W. (2009). *On a certain blindness in human beings*. London: Penguin [1889].
- Joas, H. (1996). *The Creativity of Action*. Chicago: University of Chicago Press.
- Joas, H. (1993a). Pragmatism in American Sociology. In H. Joas (ed.), *Pragmatism and Social Theory* (pp. 14-54). Chicago: University of Chicago Press.
- Joas, H. (1993b). The Creativity of Action and the Intersubjectivity of Reason. Mead's Pragmatism and Social Theory. In H. Joas (ed.), *Pragmatism and Social Theory* (pp. 238-261). Chicago: University of Chicago Press.
- Joas, H. (1993c). Role Theories and Socialization Research. In H. Joas (ed.), *Pragmatism and Social Theory* (pp. 214-237). Chicago: University of Chicago Press.
- Joas, H. (1993d). *Pragmatism and Social Theory*. Chicago: University of Chicago Press.
- Joas, H. (1992a). *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H. (1992b). Von der Philosophie des Pragmatismus zu einer soziologischen Forschungsstradition. In H. Joas (ed.), *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie* (pp. 23-65). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H. (1992c). Die Kreativität des Handelns und die Intersubjektivität der Vernunft. Meads Pragmatismus und die Gesellschaftstheorie. In H. Joas (ed.), *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie* (pp. 281-308). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H. (1992d). Rollen- und Interaktionstheorien in der Sozialforschung. In H. Joas (ed.), *Pragmatismus und Gesellschaftstheorie* (pp. 250-280). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H. (1992e). *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H. (1985). *George Herbert Mead. A Contemporary Re-examination of His Thought*. Cambridge: MIT Press.
- Joas, H. (1980). *Praktische Intersubjektivität. Die Entwicklung des Werkes von G. H. Mead*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Joas, H., & Knöbl, W. (2009). *Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Joas, H., & Knöbl, W. (2004). *Sozialtheorie. Zwanzig einführende Vorlesungen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- Jost, E. (2003). *Sozialgeschichte des Jazz. Erweiterte Neuauflage*. Frankfurt a. M.: Zweitausendeins [1982].
- Jung, M. (2001). *Hermeneutik zur Einführung*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Junge, M. (2007). Talcott Parsons. In D. Brock, M. Junge, & U. Krähnke (ed.), *Soziologische Theorien von Auguste Comte bis Talcott Parsons. Einführung* (2. Aufl., pp. 191-220) München: Oldenbourg.
- Kaczynski, G. J. (2008). *La Connaissance Comme Profession*. Paris: L'Harmattan.
- Kaesler, D., & Vogt, L. (ed.) (2000). *Hauptwerke der Soziologie*. Stuttgart: Alfred Körner.
- Kafka, F. (1997a). *A metamorfose*. Tradução e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kafka, F. (1997b). *Die Verwandlung*. München: DTV [1915].
- Kalthoff, H. (2005). Practices of calculation. Economic representation and risk management. *Theory, Culture & Society*, 22(2), 69-97.
- Kaufmann, J. C. (2013). *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal.
- Kaufmann, J. C. (2010). *Sex@mour*. Paris: Armand Collin [dt. Sex@amour. Wie das Internet unser Liebesleben verändert. Konstanz: UVK 2011].
- Kaufmann, J.-C. (2005). *Schmutzige Wäsche. Ein ungewöhnlicher Blick auf gewöhnliche Paarbeziehungen*. Konstanz: UVK [1992].
- Kaufmann, J.C. (1995) *Corps de femmes, regards d'hommes. Sociologie des seins nus*. Paris: Nathan.
- Kaufmann, J.-C. (1992). *La Trame conjugale. Analyse du couple par son linge*. Paris: Natha.
- Keller, R. (2021). Sobre a práxis da Análise do Discurso da Sociologia do Conhecimento. *Pandaemonim Germanicum*, 24(44), 475-518. Doi: <https://doi.org/10.11606/1982-88372444475>.
- Keller, R. (2019). El análisis del discurso basado en la sociología del conocimiento. In: Benno Herzog, & R. Jorge (ed.), *Análisis Sociológico del Discurso: Enfoques, métodos y procedimientos* (pp. 27-54). València: Publicacions de la Universitat de València.
- Keller, R. (2010). El análisis del discurso basado en la sociología del conocimiento (ADSC). Un programa de investigación para el análisis de relaciones sociales y políticas de conocimiento [57 párrafos]. *Forum Qualitative Sozialforschung/*

Forum: Qualitative Social Research, 11(3), Art. 5. Retirado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs100352>.

Keller, R. (2009). *Müll – Die gesellschaftliche Konstruktion des Wertvollen: Die öffentliche Diskussion über Abfall in Deutschland und Frankreich*. (2. Aufl.) VS Verlag für Sozialwissenschaften [1998].

Keller, R. (2008). *Michel Foucault*. Konstanz: UVK.

Keller, R. (2005). *Wissenssoziologische Diskursanalyse. Grundlegung eines Forschungsprogramms*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Keller, R. (2003). Der Müll der Gesellschaft. Eine wissenssoziologische Diskursanalyse. In R. Keller, A. Hirsland, W. Schneider, & W. Viehöver (ed.), *Handbuch Sozialwissenschaftliche Diskursanalyse Bd. 2: Exemplarische Anwendungen* (pp. 197-232). Opladen: Westdeutscher.

Keller, R., & Meuser, M. (ed.) (2017). *Alter(n) und vergängliche Körper*. Wiesbaden: SpringerVS.

Keller, R., & Poferl, A. (2020). Soziale Probleme. Wissenssoziologische Überlegungen. *Soziale Probleme*, 31, 141-163. Doi: <https://doi.org/10.1007/s41059-020-00080-z>.

Keller, R., & Poferl, A. (2018a). Soziologie der Wissenskulturen – Wissenskulturen der Soziologie. Eine Einführung. In R. Keller, & A. Poferl (ed.), *Wissenskulturen der Soziologie. Wie Soziologie Wissen produziert* (pp. 7-17). Weinheim: Beltz-Juventa.

Keller, R., & Poferl, A. (2018b). Form und Feld. Soziologische Wissenskulturen zwischen diskursiver Strukturierung und erkenntnisorientiertem Handeln. In R. Keller, & A. Poferl (ed.), *Wissenskulturen der Soziologie. Wie Soziologie Wissen produziert* (pp. 18-39). Weinheim: Beltz-Juventa.

Keller, R., & Poferl, A. (2018c). Die ‚Andersheit‘ der Wissenskulturen. In A. Poferl, & M. Pfadenhauer (ed.), *Wissensrelationen: Beiträge und Debatten zum 2. Sektionskongress der Wissenssoziologie* (pp. 418-420). Weinheim: Beltz/Juventa.

Keller, R., & Poferl, A. (2018d) (ed.). *Wissenskulturen der Soziologie. Wie Soziologie Wissen produziert*. Weinheim: Beltz/Juventa.

Keller, R., & Poferl, A. (2016). Soziologische Wissenskulturen zwischen individualisierter Inspiration und prozeduraler Legitimation. Zur Entwicklung qualitativer und interpretativer Sozialforschung in der deutschen und französischen Soziologie seit den 1960er Jahren [76 Absätze]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 17(1), Art. 14. Retrieved from <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1601145>.

- Keller, R., & Truschkat, I. (ed.) (2012). *Methodologie und Praxis der Wissenssoziologischen Diskursanalyse Bd. 1: Interdisziplinäre Perspektiven*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Keller, R., Knoblauch, H., & Reichertz, J. (ed.) (2012). *Kommunikativer Konstruktivismus*. Wiesbaden: Springer VS.
- Keller, R.; Hornidge, A., & Schünemann, W. (ed.) (2018). *The Sociology of Knowledge Approach to Discourse. Investigating the Politics of Knowledge and Meaning-making*. London: Routledge.
- Kessler, S. J., & McKenas, W. (1978). *Gender. An ethnomethodological approach*. Chicago: University of Chicago Press.
- Klepper, M. (2006). Die Großstadt schärft den Blick: Der Schriftsteller James T. Farrell und die 'Chicago School' in der Soziologie. In J. N. Schmidt, & H-P. Rodenberg (ed.), *Chicago – Portrait einer Stadt* (pp. 191-208). Frankfurt: Insel Verlag.
- Knoblauch, H. (2017). *Die kommunikative Konstruktion der Wirklichkeit*. Wiesbaden: SpringerVS.
- Knoblauch, H. (2009). *Populäre Religion: Auf dem Weg in eine spirituelle Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Knoblauch, H. (2008). Sinn und Subjektivität in der qualitativen Forschung. In H. Kalthoff, S. Hirschauer, & G. Lindemann (ed.), *Theoretische Empirie. Zur Relevanz qualitativer Forschung* (pp. 210-233). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Knoblauch, H. (2007). *Berichte aus dem Jenseits: Nahtod-Erfahrungen*. Erfstadt: Hohe.
- Knoblauch, H. (2005). *Wissenssoziologie*. Konstanz: UVK.
- Knoblauch, H. (2003). *Qualitative Religionsforschung: Religionsethnographie in der eigenen Gesellschaft*. Paderborn: Schöningh.
- Knoblauch, H. (2002). *Kommunikative Lebenswelten. Zur Ethnographie einer ‚geschwätzigen‘ Gesellschaft*. Konstanz: UVK.
- Knoblauch, H. (1999). *Religionssoziologie*. Berlin: de Gruyter.
- Knoblauch, H. (1995). *Kommunikationskultur. Die kommunikative Konstruktion kultureller Kontexte*. Berlin: de Gruyter.
- Knoblauch, H. (1994). Erving Goffmans Reich der Interaktion – Einführung von Hubert A. Knoblauch. In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 7-49). Konstanz: UVK.

Knoblauch, H. (1991). *Die Welt der Wünschelrutengänger und Pendler. Erkundungen einer verborgenen Wirklichkeit*. Frankfurt a. M.: Campus.

Knoblauch, H., & Heath, C. (2006). Die workplace studies. In W. Rammert, & C. Schubert (ed.), *Technografie. Zur Mikrosoziologie der Technik* (pp. 141-162). Frankfurt/Main: Campus.

Knoblauch, H., & Soeffner, H.-G. (ed.) (1999). *Todesnähe: wissenschaftliche Zugänge zu einem außergewöhnlichen Phänomen*. Konstanz: UVK.

Knoblauch, H., Raab, J., & Schnettler, B. (2002). Wissen und Gesellschaft. Grundzüge der sozialkonstruktivistischen Wissenssoziologie Thomas Luckmanns. In T. Luckmann (ed.), *Wissen und Gesellschaft. Ausgewählte Aufsätze 1981-2002* (pp. 1-44). Konstanz: UVK.

Knoblauch, H., Schnettler, B., Raab, J., & Soeffner, H.-G. (ed.) (2009). *Video Analysis: Methodology and Methods: Qualitative Audiovisual Data Analysis in Sociology*. Frankfurt a. M.: Lang.

Knorr-Cetina, K. (1984). *Die Fabrikation von Erkenntnis*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Knorr-Cetina, K. (2005). *La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Koob, D. (2007). Lorient als Symbolischer Interaktionist. Oder: Warum man selbst in der Badewanne gelegentlich soziale Ordnung aushandeln muss. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 8 (1), Art. 27. Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/1-07/07-1-27-d.htm>.

Kothoff, H. (2005). Geschlecht als Interaktionsritual? In E. Goffman (ed.), *Interaktion und Geschlecht* (pp. 159-194). Konstanz: UVK.

Kurt, R. (2009). *Indien und Europa: Ein kultur – und musiksoziologischer Verstehensversuch*. Bielefeld: transcript.

Kurt, R. (2004). *Hermeneutik. Eine sozialwissenschaftliche Einführung*. Konstanz: UVK.

Kurt, R. (2002). *Menschenbild und Methode der Sozialphänomenologie*. Konstanz: UVK.

Lamnek, S. (2007). *Theorien abweichenden Verhaltens I: Klassische Ansätze* (8. Aufl.). Stuttgart: Utb.

Latour, B. (2009). *The making of law. An ethnography of the conseil d'État*. Oxford: Polity Press.

Latour, B. (2008). *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial.

Latour, B. (2007). *Eine neue Soziologie für eine neue Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Latour, B., & Woolgar, S. (1995). *La vida en el laboratorio. La construcción de los hechos científicos*. Madrid: Alianza.

Latour, B., & Woolgar, S. (1979). *Laboratory life. The construction of scientific facts*. London: Sage.

Legewie, H. (2004). Forschung ist harte Arbeit, es ist immer ein Stück Leiden damit verbunden. Deshalb muss es auf der anderen Seite Spaß machen. Anselm Strauss im Interview mit Heiner Legewie und Barbara Schervier-Legewie. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 5(3). Retrieved from <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/562/1218>.

Legewie, H., & Schervier-Legewie, B. (2004). "La investigación es trabajo duro, siempre está unida a cierta dosis de sufrimiento. De ahí que por otro lado, deba ser entretenida, divertida." Anselm Strauss en conversación con Heiner Legewie y Barbara Schervier-Legewie [90 párrafos]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 5 (3). Recuperado de <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/562/1222>.

Lengermann, P., & Niebrugge, G. (2007). Thrice told: Narratives of sociology's relation to social work. In C. Calhoun (ed.), *Sociology in America. A History* (pp. 63-114). Chicago: University of Chicago Press.

Liewellyn, N., & Hindmarsh, J. (ed.) (2011). *Organisation, interaction and practice: Studies of ethnomethodology and conversation analysis*. Cambridge: University Press.

Lindner, R. (2002). Robert E. Park (1864-1944). In D. Kaesler (ed.), *Klassiker der Soziologie* (Bd. 1). *Von Auguste Comte bis Norbert Elias* (pp. 213-229). München: Beck.

Lindner, R. (1990). *Die Entdeckung der Stadtkultur. Soziologie aus der Erfahrung der Reportage*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Link, T. (2003). Rezension zu: Harold Garfinkel, Ethnomethodology's Program. *Gesprächsforschung – Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion*, 4, 26-35.

Llonch, M. M. G., & Garrell, A. C. (2013). *Peter L. Berger: La sociologia com a forma de consciència*. Barcelona: Editorial UOC.

Löw, M., & Ruhne, R. (2011). *Prostitution. Herstellungsweisen einer anderen Welt*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Luckmann, T. (2014). *A religião invisível*. São Paulo, SP: Ohlo d'Água; Ed. Loyola.

Luckmann, T. (2008a). *Conocimiento y sociedad: Ensayos sobre acción, religión y comunicación*. (Estructuras y procesos. Ciencias sociales). Madrid: Trotta.

Luckmann, T. (2008b). Konstitution, Konstruktion: Phänomenologie, Sozialwissenschaft. In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 33-40). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Luckmann, T. (2007). *Lebenswelt, Identität und Gesellschaft. Schriften zur Wissens- und Protozoziologie*. Konstanz: UVK.

Luckmann, T. (2003). Von der alltäglichen Erfahrung zum sozialwissenschaftlichen Datum. In I. Srubar, & S. Vaitkus (ed.), *Phänomenologie und soziale Wirklichkeit. Entwicklungen und Arbeitsweisen* (13-26). Opladen: Westdeutscher.

Luckmann, T. (2002). *Wissen und Gesellschaft. Ausgewählte Aufsätze 1981-2002*. Konstanz: UVK.

Luckmann, T. (1999). Wirklichkeiten: individuelle Konstitution und gesellschaftliche Konstruktion. In R. Hitzler, J. Reichertz, & N. Schröer (ed.), *Hermeneutische Wissenssoziologie. Standpunkte zur Theorie der Interpretation* (pp. 17-28). Konstanz: UVK.

Luckmann, T. (1996). *Teoría de la acción social*. Barcelona: Paidós Ibérica.

Luckmann, T. (1992). *Theorie des sozialen Handelns*. Berlin: de Gruyter.

Luckmann, T. (1991). *Die unsichtbare Religion*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1967].

Luckmann, T. (1986). *Lebenswelt und Gesellschaft. Grundstrukturen und geschichtliche Wandlungen*. Stuttgart: UTB.

Luckmann, T. (1980). Die Grenzen der Sozialwelt. In ders. (ed.), *Lebenswelt und Gesellschaft. Grundstrukturen und geschichtliche Wandlungen* (pp. 56-92). Paderborn: Schöningh.

Lurie, A. (1990). *Varna oder Imaginäre Freunde*. Zürich: Diogenes [1967].

Lurie, A., & Menéndez, I. (1989). *Amigos imaginarios*. Barcelona: Tusquets.

Lyman, S. M., & Vidich, A. J. (2000). *The problem of a public philosophy: A sociological perspective*. Blumer.

Lynch, M. (1993). *Scientific practice and ordinary action: Ethnomethodology and social studies of science*. Cambridge: University Press.

Lynch, M. (1985). *Art and artifact in laboratory science: A study of shop work and shop talk in a research laboratory*. London: Routledge.

Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2011). *Ethnomethodology. Reihe: Sage Benchmarks in Social Research Methods* (4. Bd.). London: Sage.

- Lynch, M., & Sharrock, W. (ed.) (2003) *Harold Garfinkel. Reihe: Sage Masters of Modern Thought* (4. Bd.). London: Sage.
- Lynch, M., Livingston, E., & Garfinkel, H. (1985). Zeitliche Ordnung in der Arbeit des Labors. In W. Bonß, & H. Hartmann (ed.), *Entzauberte Wissenschaft: Zur Relativität und Geltung soziologischer Forschung. Soziale Welt Sonderband 3* (pp. 179-206). Göttingen: Schwartz.
- Maasen, S. (1999). *Wissenssoziologie*. Bielefeld: transcript.
- Maines, D. R. (2001). *The faultline of consciousness: A view of interactionism in sociology*. New York: de Gruyter.
- Maines, D. R. (ed.) (1991). *Social organization and social process: Essays in honor of Anselm Strauss*. Hawthorne: Aldine de Gruyter.
- Maines, D. R., & Charlton, J. C. (1985). The negotiated order approach to the analysis of social organization. In H. A. Farberman, & R. S. Perinbanayagam (ed.), *Foundations of interpretive sociology: Original essays in symbolic interaction. Studies in symbolic interaction* (Supplement 1, pp. 271-306). Greenwich: Jay Press.
- Makropoulos, M. (2004). Robert Ezra Park (1864-1944). Modernität zwischen Urbanität und Grenzüberschreitung. In L. Hofmann, T. F. Korta, & S. Niekisch (ed.), *Culture Club. Klassiker der Kulturtheorie* (pp. 48-66). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Manning, P. (1992). *Erving Goffman and modern sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (1969). *Die deutsche Ideologie*. Retrieved from http://www.mlwerke.de/me/me03/me03_009.htm.
- Matthews, F. H. (1977). *Robert E. Park and the Chicago school*. Montreal and London: McGill-Queen's University Press.
- McCarthy, E. D. (1996). *Knowledge as culture. The new sociology of knowledge*. London: Routledge.
- Mead, G. H. (2010). *Mente, self e sociedade*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, [1934].
- Mead, G. H. (2008). *La filosofía del presente*. Madrid: Boletín Oficial del Estado; Centro de Investigaciones Sociológicas (Clásicos del Pensamiento Social, 9).
- Mead, G. H. (1973). *Geist, Identität und Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1934].
- Mead, G. H. (1969a). *Philosophie der Sozialität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- Mead, G. H. (1969b). *Sozialpsychologie*. Neuwied: Luchterhand [1956].
- Mehan, H., & Wood, H. (1976). Fünf Merkmale der Realität. In E. Weingarten, F. Sack, & J. Schenkein (ed.), *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns* (pp. 29-63). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Merz-Benz, P. U., & Wagner, G. (2002). *Der Fremde als sozialer Typ*. Konstanz: UVK.
- Meuser, M., & Löschper, G. (2002). Einleitung: Qualitative Forschung in der Kriminologie. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 3 (1), Art. 12.
- Mey, G., & Mruck, K. (ed.) (2011). *Der Grounded-Theory-Reader*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Meyer, J. (2005). *Weltkultur. Wie die westlichen Institutionen die Welt durchdringen*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Meyer, J. W. (1992). From constructionism to Neo-Institutionalism: Reflections on Berger and Luckmann. Perspectives. *The Theory Section Newsletter of the American Sociological Association*, 15(2), 11-12.
- Mikl-Horke, G. (1997). *Soziologie. Historischer Kontext und soziologische Theorie-Entwürfe*. München: Oldenbourg.
- Mills, C. W. (1975). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mills, C. W. (1973). *Kritik der soziologischen Denkweise*. Darmstadt: Luchterhand.
- Mills, C. W. (1940). Situated actions and vocabularies of motive. *American Sociological Review*, 5(6), 904-913.
- Moebius, S., & Reckwitz, A. (ed.) (2008). *Poststrukturalistische Sozialwissenschaften*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Mohr, M., Schimpel, F., & Schröer, N. (2006). *Die Beschuldigtenvernehmung*. Hilden: Verlag Deutsche Polizeiliteratur GmbH.
- Morrione, T. J. (2004a). Editors introduction. In Blumer (ed.), *George Herbert Mead and human conduct* (pp. 1-13).
- Morrione, T. J. (2004b). Herbert Blumer – A biography. In Blumer (ed.), *George Herbert Mead and human conduct* (pp. 179-184).
- Morris, C. W. (1976). Fundamentos da teoria dos signos. Rio de Janeiro: Ed. USP – Livraria Eldorado Tijuca.
- Morris, C. W. (1972). *Grundlagen der Zeichentheorie*. München: Hanser [1938].
- Morse, J. et al. (2009). *Developing grounded theory. The second generation*. Walnut Creek: Left Coast Press.

- Mulkay, M. (1991). *Sociology of science. A sociological pilgrimage*. Buckingham: Indiana University Press.
- Mulkay, M. (1979). *Science and the sociology of knowledge*. London: Harper Collins.
- Newman, K. (2002). No shame: The view from the left bank. *American Journal of Sociology*, 107(6), 1.577-1.599.
- Newman, K. (1999). *No shame in my game: The working poor in the inner city*. New York: Russell Sage Foundation.
- Niederbacher, A. (2004). *Faszination Waffe: Eine Studie über Besitzer legaler Schusswaffen in der Bundesrepublik Deutschland*. Neuried: ars una.
- Nietzsche, F. (2009) *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (2004). *Zur Genealogie der Moral*. München: Oldenbourg Akademie [1887].
- Palmer, V. M. (2007). *Field studies in sociology*. Denton: Rogers Press [1928].
- Papcke, S., & Oesterdiekhoff, G. W. (ed.) (2001). *Schlüsselwerke der Soziologie*. Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Pape, H. (2004). *Charles Sanders Peirce. Zur Einführung*. Hamburg: Junius.
- Park, R. E. (2017). A migração humana e o homem marginal. *Sociabilidades Urbanas*, 1(3), 14-123.
- Park, R. E. (2005). *Race and culture*. London: Routledge.
- Park, R. E. (1999). La ciudad. fenómeno natura. In E. Park (ed.), *La ciudad: y otros ensayos de ecología urbana* (pp. 141-148). España: Ediciones del Serbal.
- Park, R. E. (1967). A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In O. G. Velho (ed.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Park, R. E. (1955). *Society. Collected papers* (vol. III). Glencoe: The Free Press.
- Park, R. E. (1952a). The city. Suggestions for the investigation of human behaviour in the city environment. In R. E. Park (1952), *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II, pp. 13-51), ed. von E. C. Hughes et al. Glencoe: The Free Press [Neuabdruck des Aufsatzes von 1915/1925].
- Park, R. E. (1952b). The city as a social laboratory. In R. E. Park (1952), *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II, pp. 73-87), ed. von E. C. Hughes et al. Glencoe: The Free Press [1929].

Park, R. E. (1952c). Sociology, community and society. In R. E. Park (1952), *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II, pp. 178-209), ed. von E. C. Hughes *et al.* Glencoe: The Free Press.

Park, R. E. (1952d). The city as a natural phenomenon. In R. E. Park (1952), *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II, pp. 118-127), ed. von E. C. Hughes *et al.* Glencoe: The Free Press.

Park, R. E. (1952e). *Human communities. The city and human ecology. Collected papers* (vol. II.). Glencoe: The Free Press.

Park, R. E. (1950a). An Autobiographical Note. In R. E. Park, *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I, pp. V-IX), ed. von E. C. Hughes *et al.* Glencoe: The Free Press.

Park, R. E. (1950b). Human migration and the marginal man. In R. E. Park (ed.), *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I, pp. 345-356), C. H. Everett *et al.* (ed.), Glencoe: The Free Press [1928].

Park, R. E. (1950c). Personality and cultural conflict. In R. E. Park (ed.), *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I, pp. 357-371), C. H. Everett *et al.* (ed.), Glencoe: The Free Press [1931].

Park, R. E. (1950d). Our racial frontier on the Pacific. In R. E. Park (ed.), *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I, pp. 138-151), C. H. Everett *et al.* (ed.), Glencoe: The Free Press [1926].

Park, R. E. (1950e). Cultural conflict and the marginal man. In R. E. Park (ed.), *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I, pp. 372-376), C. H. Everett *et al.* (ed.), Glencoe: The Free Press [1937].

Park, R. E. (1950d). *Race and culture. The collected papers of Robert Ezra Park* (vol. I). ed. von E. C. Hughes *et al.* Glencoe: The Free Press.

Park, R. E. (1928). Human migration and the marginal man. *American Journal of Sociology*, 33, 881-893.

Park, R. E. (1915). The city. Suggestions for the Investigation of Human Behaviour in the City Environment. *American Journal of Sociology*, 20, 577-612.

Park, R. E., & Burgess, E. W. (1924). *Introduction to the science of sociology* (2. Aufl.). Chicago: University of Chicago Press [1921].

Patzelt, W. J. (1987). *Grundlagen der Ethnomethodologie. Theorie, Empirie und politikwissenschaftlicher Nutzen einer Soziologie des Alltags*. München: Wilhelm Fink.

Peirce, C. S. (2004). Aus den Pragmatismus-Vorlesungen. In J. Strübing, & B. Schnettler (ed.), *Methodologie interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte* (pp. 201-222). Konstanz: UVK [1903].

- Peirce, C. S. (1993). *Semiotische Schriften* (Bd. 3). ed. von H. Pape, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Pessin, A. (2004). *Un sociologue en liberté. Lecture de Howard S. Becker*. Laval: Presse universitaire.
- Peter L. Berger Room. [2022?]. Retrieved from <https://www.angelfire.com/or/sociologyshop/PLB.html>.
- Pfadenhauer, M. (2017). *The New Sociology of Knowledge: The Life and Work of Peter L. Berger*. New York: Routledge.
- Pfadenhauer, M. (2010). *Peter L. Berger*. Konstanz: UVK.
- Pfadenhauer, M. (2008). *Organisieren: Eine Fallstudie zum Erhandeln von Events*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Pfadenhauer, M. (2005). *Professionelles Handeln*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Pfadenhauer, M. (2003). *Professionalität – eine wissenssoziologische Rekonstruktion institutionalisierter Kompetenzdarstellungskompetenz*. Opladen: Leske + Budrich.
- Plessner, H. (2003). Los grados de lo orgánico y el hombre. *Clínica y pensamiento*, (2), 7-26.
- Plessner, H. (1975). *Die Stufen des Organischen und der Mensch. Einleitung in die philosophische Anthropologie*. Berlin: De Gruyter [1928].
- Plummer, K. (2003). Continuity and change in Howard S. Becker's work. An interview with Howard S. Becker. *Sociological Perspectives*, 46(1), 21-39.
- Plummer, K. (2000). A world in the making: Symbolic interactionism in the 20th century. In B. Turner (ed.), *A companion to social theory* (pp. 193-222). Oxford: Blackwell.
- Plummer, K. (ed.) (1997). *The Chicago School. Critical assessments*. London: Routledge.
- Plummer, K. (1995). *Telling sexual stories. Power, intimacy and social worlds*. London: Routledge.
- Plummer, K. (ed.) (1991a). *Symbolic interactionism*. Vol. I: Foundations and history. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- Plummer, K. (ed.) (1991b). *Symbolic interactionism*. Vol. II: Contemporary issues. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- Poferl, A. (2020a). How to talk about difference and equality? Human dignity, gender, and the cosmopolitics of the social. In H. Winkler, & A. Poferl (ed.),

Multiple Gender Cultures, Sociology, and Plural Modernities (pp. 195-224). London, New York: Routledge.

Poferl, A. (2020b). Würde oder Humanität? Die Kosmopolitik des Sozialen. In M. Holzinger, & O. Römer (ed.), *Soziologische Phantasie und politisches Gemeinwesen. Perspektiven einer Weiterführung der Soziologie Ulrich Becks, Soziale Welt, Sonderband 24* (pp. 97-124). Baden-Baden: Nomos.

Poferl, A. (2018). Cosmopolitan Entitlements. Human Rights and the Constitution of Human Beings as Human Rights Subjects. *Transnational Social Review*, 8 (1), 79-92.

Poferl, A. (2017). Zur ‚Natur‘ der ökologischen Frage: Gesellschaftliche Naturverhältnisse zwischen öffentlichem Diskurs und Alltagspolitik. In R.-J. Jana (ed.), *Naturkonzepte* (pp. 75-98). Wiesbaden: Springer VS.

Poferl, A. (2009). The Cultural Constitution of Reality. Commentary on Peter Burke. In I. Mihaela (ed.), *Literary into Cultural History*. Bucharest: New Europe College.

Poferl, A. (2008). Das ganz normale Chaos der Liebe. Ulrich Beck und Elisabeth Beck-Gernsheim über die Liebe in der Zweiten Moderne. In Y. Niekrenz, & D. Villányi (ed.), *Liebeserklärungen* (pp. 166-181). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Poferl, A. (2007). *Die kulturelle Konstitution von Wirklichkeit. Kommentar zu Peter Burke*. Bukarest (Vortragsmanuskript).

Poferl, A. (2004). *Die Kosmopolitik des Alltags. Zur Ökologischen Frage als Handlungsproblem*. Berlin: edition sigma.

Poferl, A. (1997). Der strukturkonservative Risikodiskurs. Eine Analyse der Tschernobyl ‚media story‘ in der Frankfurter Allgemeinen Zeitung. *Ökologische Kommunikation in Deutschland*, 106-154. Doi: https://doi.org/10.1007/978-3-322-83299-3_8.

Poferl, A., & Pfadenhauer, M. (2018) (ed.). *Wissensrelationen: Beiträge und Debatten zum 2. Sektionskongress der Wissenssoziologie*. Weinheim: Beltz/Juventa.

Porta dos Fundos. (2015, dezembro 14). Amigo secreto. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=C9nSNkqv_x8&t=117s.

Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (1991). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.

Pragmatism Cybrary. [2022?]. *Where have pragmatists come from? A pragmatic genealogy*. Retrieved from <http://www.pragmatism.org/genealogy.htm>.

- PrechtI, P. (2000). *Descartes zur Einführung*. Hamburg: Junius.
- PrechtI, P. (1994). *Saussure zur Einführung*. Hamburg: Junius.
- Psathas, G. (1980). Ethnotheorie, Ethnomethodologie und Phänomenologie. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 263-284). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden. [1968].
- Raab, J. (2008a). *Erving Goffman*. Konstanz: UVK.
- Raab, J. (2008b). *Visuelle Wissenssoziologie. Theoretische Konzeption und materiale Analysen*. Konstanz: UVK.
- Raab, J. et al. (ed.) (2008). *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Raab, J., & Keller, R. (ed.) (2016). *Wissensforschung – Forschungswissen. Verhandlungen des ersten Sektionskongresses der Sektion Wissenssoziologie*. Weinheim: Beltz/Juventa.
- Rawls, A. W. (2018). Os estudos de etnometodologia de Garfinkel: uma investigação sobre os alicerces morais da vida pública moderna. *Revista Sociedade e Estado*, 33(2).
- Rawls, A. W. (2006). Respecifying the study of social order – Garfinkels transition from theoretical conceptualization to practice in details. In H. Garfinkel, *Seeing sociologically. The routine grounds of social action*. ed. von A. W. Rawls, (pp. 1-98). Boulder, Colorado: Paradigm [1948].
- Rawls, A. W. (2002). Editor's Introduction. In H. Garfinkel (2002), *Ethnomethodology's program. Working out Durkheim's aphorism* (pp. 1-64). Lanham: Rowman & Littlefield.
- Reckwitz, A. (2008). *Unschärfe Grenzen. Perspektiven der Kultursoziologie*. Bielefeld: transcript.
- Reichertz, J. et al. (2010). *Jackpot. Erkundungen zur Kultur der Spielhallen*. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften.
- Reichertz, J. (2009). *Kommunikationsmacht. Was ist Kommunikation und was vermag sie? Und weshalb vermag sie das?* Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Reichertz, J. (2008). Das Ich als Handlung oder das handelnde Ich? In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 75-84). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Reichertz, J. (2007). *Die Macht der Worte und der Medien*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Reichertz, J. (2004). Das Handlungsrepertoire von Gesellschaften erweitern. Hans-Georg Soeffner im Gespräch mit Jo Reichertz. *Forum Qualitative Sozialforschung* (3), Art. 29. Retrieved from <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/3-04/04-3-29-d.htm>.

Reichertz, J. (2002). *Die Abduktion in der qualitativen Sozialforschung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Reichertz, J. (2000). *Die Frohe Botschaft des Fernsehens: Kulturwissenschaftliche Untersuchung medialer Diesseitsreligion*. Konstanz: UVK.

Reichertz, J. (1991). *Aufklärungsarbeit. Kriminalpolizisten und Feldforscher bei der Arbeit*. Stuttgart: Enke.

Reichertz, J., & Englert, C. (2010). *Einführung in die qualitative Videoanalyse: Eine hermeneutisch-wissenssoziologische Fallanalyse*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Reichertz, J., & Schröer, N. (ed.) (2003). *Hermeneutische Polizeiforschung*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Reichertz, J., & Schröer, N. (ed.) (1996). *Qualitäten polizeilichen Handelns. Beiträge zu einer verstehenden Polizeiforschung*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Reichertz, J., & Schröer, N. (1994). Erheben, Auswerten, Darstellen. In N. Schröer (ed.), *Interpretative Sozialforschung. Auf dem Weg zu einer hermeneutischen Wissenssoziologie* (pp. 56-84). Opladen: Westdeutscher.

Reiger, H. (2000). *Face-to-face Interaktion. Zur Soziologie Erving Goffmans*. Frankfurt a. M.: Lang.

Reynolds, L. T., & Herman-Kinney, N. J. (ed.) (2003). *Handbook of symbolic interactionism*. Oxford: Rowman & Littlefield.

Riesman, D., & Becker, H. S. (1993). Introduction to the transaction edition. In E. C. Hughes (ed.), *The sociological eye. Selected papers* (pp. V-XIV). New Brunswick: Transaction [1971].

Robertson, R. (1993). Cultural relativity and social theory: Werner Stark's sociology of knowledge revisited. In E. Leonard, H. Strasser, & K. Westhues (ed.), *In search of community. Essays in memory of Werner Stark, 1909-1985* (pp. 84-96). New York: Fordham University Pres.

Rock, P. (2007). Symbolic interactionism and ethnography. In P. Atkinson et al. (ed.), *Handbook of Ethnography* (pp. 26-38). London: Sage.

- Rock, P. (1979). *The making of symbolic interactionism*. London: Macmillan Press.
- Rose, A. M. (ed.) (1962). *Human behavior and social process. An interactionist approach*. London: Routledge.
- Rothenberg, J., & Fine, G. A. (2008). *Art worlds and their ethnographers. Ethnologie française, XXXVIII* (1), 31-37.
- Rouncefield, M., & Tolmie, P. (ed.) (2011). *Ethnomethodology at work*. New York: Ashgate.
- Sacks, H. (1995). *Lectures on conversation*. ed. von G. Jefferson & A. S. Emanuel. London: Wiley.
- Sacks, H. (1990). An initial investigation of the usability of conversational data for doing sociology. In J. Coulter (ed.), *Ethnomethodological sociology* (pp. 208-253) [1972].
- Saerberg, S. (1990). *Blinde auf Reisen*. Köln: Böhlau.
- Sandstrom, K. L., Martin, D. D., & Fine, G. A. (2006). *Symbols, selves, and social reality. A symbolic interactionist approach to social psychology and sociology* (2. Aufl.). Los Angeles: Roxbury Publishing Company.
- Sandstrom, K. L., Martin, D. D., & Fine, G. A. (2001). Symbolic interactionism at the end of the century. In G. Ritzer, & B. Smart (ed.), *The handbook of social theory* (pp. 217-231). London: Sage.
- Scheff, T. J. (1983). *Das Etikett Geisteskrankheit. Soziale Interaktion und psychische Störung*. Frankfurt a. M.: Fischer.
- Scheff, T. J. (1975). *Labeling Madness*. New Jersey: Spectrum Books.
- Scheffer, T. (2001). *Asylgewährung. Eine ethnographische Analyse des deutschen Asylverfahrens*. Stuttgart: Lucius & Lucius.
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction*. Vol. 1: A primer in conversation analysis. Cambridge: University Press.
- Schegloff, E. A. (1990). Sequencing in conversational openings. In J. Coulter (ed.), *Ethnomethodological sociology* (pp. 271-305).
- Scheler, M. (1980). *Die Wissensformen und die Gesellschaft. Probleme einer Soziologie des Wissens. Gesammelte Werke* (Bd. 8). Bern: Francke.
- Schetsche, M. (1996). *Die Karriere sozialer Probleme. Eine soziologische Einführung*. München: Oldenbourg.
- Schiffauer, W. (1991). *Die Migranten aus Subay. Türken in Deutschland. Eine Ethnographie*. Stuttgart: Klett-Cotta.

Schmidt, J. N. (2006). Vom Fort zur Metropole: Stationen in Chicagos Geschichte. In J. N. Schmidt, & H.-P. Rodenberg (ed.), *Chicago. Porträt einer Stadt* (pp. 17-57). Frankfurt a. M.: Insel.

Schmidt, J. N., & Rodenberg, H.-P. (ed.) (2006). *Chicago. Porträt einer Stadt*. Frankfurt a. M.: Insel.

Schneider, W. L. (2002a). *Grundlagen der soziologischen Theorie. Bd. 1: Weber-Parsons-Mead-Schütz*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Schneider, W. L. (2002b). *Grundlagen der soziologischen Theorie. Bd. 2: Garfinkel – RC – Habermas – Luhmann*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Schneider, J. W. (1985). Social problems theory: The constructionist view. *Annual Review of Sociology*, 11, (pp. 209-229).

Schnettler, B. (2006). *Thomas Luckmann*. Konstanz: UVK.

Schnettler, B. (2004). *Zukunftsvisionen – Transzendenz Erfahrung und Alltagswelt*. Konstanz: UVK.

Schnettler, B., & Knoblauch, H. (ed.) (2007). *Powerpoint-Präsentationen. Neue Formen der gesellschaftlichen Kommunikation von Wissen*. Konstanz: UVK.

Schröer, N. & Bidlo, O. (ed.) (2011). *Die Entdeckung des Neuen: Qualitative Sozialforschung als Hermeneutische Wissenssoziologie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Schröer, N. et al. (ed.) (2012). *Lebenswelt und Ethnographie*. Essen: OLDIB.

Schröer, N. (2002). *Verfehlte Verständigung? Kommunikationssoziologische Fallstudie zur interkulturellen Kommunikation*. Wiesbaden: UVK.

Schröer, N. (1997). Wissenssoziologische Hermeneutik. In R. Hitzler, & A. Honer (ed.), *Sozialwissenschaftliche Hermeneutik* (pp. 109-132). Opladen: Leske + Budrich.

Schröer, N. (ed.) (1994). *Interpretative Sozialforschung. Auf dem Weg zu einer hermeneutischen Wissenssoziologie*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Schütz, A. (2018). *A construção significativa do mundo social. Uma introdução à sociologia compreensiva*. Petrópolis: Vozes.

Schütz, A. (2008). *El problema de la realidad social. Escritos I*. Amorrortu Editores, Buenos Aires.

Schütz, A. (2003a). El forastero. Ensayo de psicología social. In: S. Alfred. *Estudios sobre teoría social* (pp. 95-107). Amorrortu Editores, Buenos Aires.

Schütz, A. (2003b). *Estudios sobre teoría social. Escritos II*. Amorrortu Editores, Buenos Aires.

- Schütz, A. (1982). *Das Problem der Relevanz*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Schütz, A. (1981). *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt. Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1932] [Neuausgabe Konstanz 2004].
- Schütz, A. (1979). *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Schütz, A. (1973a). Some leading concepts of phenomenology. In A. Schütz (ed.), *Collected papers I: The problem of social reality* (pp. 99-117). Den Haag [1945].
- Schütz, A. (1973b). On multiple realities. In A. Schütz (ed.), *Collected papers I: The problem of social reality* (pp. 207-259). Den Haag [1945].
- Schütz, A. (1973c). Symbol, reality and society. In A. Schütz (ed.), *Collected papers I: The problem of social reality* (pp. 287-356). Den Haag [1955].
- Schütz, A. (1973d). *Collected papers I: The problem of social reality*. ed. von M. Natanson, Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A. (1972a). Der Fremde. In A. Schütz (ed.), *Gesammelte Aufsätze. Bd. 2. Studie zur soziologischen Theorie*. In A. Brodersen (pp. 53-69). Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A. (1972b). *Gesammelte Aufsätze. Bd. 2. Studie zur soziologischen Theorie*. ed. von A. Brodersen, Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A. (1971a). Symbol, Wirklichkeit und Gesellschaft. In M. Natanson (ed.), *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1* (pp. 331-414) [Neuabdruck in ders.: *Die kommunikative Ordnung der Lebenswelt*. Konstanz 2003, 119-197].
- Schütz, A. (1971b). Über die mannigfaltigen Wirklichkeiten. In M. Natanson (ed.), *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1* (pp. 237-298) [dt. Fassung von Schütz 1973b].
- Schütz, A. (1971c). Symbol, Wirklichkeit und Gesellschaft. In M. Natanson (ed.), *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1. Das Problem der sozialen Wirklichkeit*. In M. Natanson (ed.), (pp. 331-414). Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A. (1971d). Über die mannigfaltigen Wirklichkeiten. In M. Natanson (ed.), *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1. Das Problem der sozialen Wirklichkeit* (pp. 237-298). Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A. (1971e). *Gesammelte Aufsätze. Bd. 1. Das Problem der sozialen Wirklichkeit*. ed. von M. Natanson, Den Haag: Nijhoff.
- Schütz, A., & Luckmann, T. (2009). *Las estructuras del mundo de la vida*. (Biblioteca de sociología). Buenos Aires: Amorrortu.
- Schütz, A. & Luckmann, T. (1979). *Strukturen der Lebenswelt*. Bd. 1. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- Schütz, A. & Luckmann, T. (1984). *Strukturen der Lebenswelt*. Bd. 2. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Schütz, A., & Parsons, T. (1977). *Zur Theorie sozialen Handelns. Ein Briefwechsel*. ed. von W. Sprondel, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Scott, M. B., & Lyman, S. M. (1976). Praktische Erklärungen. In M. Auwärter, E. Kirsch, & K. Schröter (ed.), *Seminar: Kommunikation, Interaktion, Identität* (pp. 73-114). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Searle, J. R. (1997a). *La construcción de la realidad social*. Barcelona: Paidós.
- Searle, J. R. (1997b). *Die Konstruktion der gesellschaftlichen Wirklichkeit. Zur Ontologie sozialer Tatsachen*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt.
- Shaw, C. (1930). *The Jack-Roller: A delinquent boy's own story*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Shibutani, T. (ed.) (1973). *Human nature and collective behaviour: Papers in honor of Herbert Blumer*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Shibutani, T. (1962). Reference groups and social control. In A. M. Rose (ed.), *Human behavior and social process. An interactionist approach* (pp. 128-147). London: Routledge.
- Shibutani, T. (1961). *Society and personality. An interactionist approach to social psychology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Shibutani, T. (1955). Reference groups as perspectives. *The American Journal for Sociology*, (6), (pp. 562-569).
- Silverman, D. (1998). *Harvey sacks: Social science and conversation analysis*. Oxford: University Press.
- Silverman, D. (1997). *Discourses of counselling: HIV counselling as social interaction*. London: Sage.
- Simmel, G. (2015). *Sociología: Estudios sobre las formas de socialización*. (Sección de obras de Sociología). México D.F.: FCE.
- Simmel, G. (1992). *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1908].
- Sinclair, U. (2000). *Der Dschungel*. Reinbek b. Hamburg: Rowohlt [1905/1906].
- Sinclair, U., & Samons, A. (2012). *La jungla*. Madrid: Capitán Swing Libros.
- Snow, D. A., & Davis, P. W. (1995). The Chicago approach to collective behavior. In G. A. Fine (ed.), *A second Chicago school? The development of a postwar American sociology* (pp. 188-220). Chicago: University of Chicago Press.

- Society for the Study of Symbolic Interaction (SSSI). (2022). *Home*. Retrieved from <http://www.symbolicinteraction.org/>.
- Soeffner, H.-G. (1992). *Die Ordnung der Rituale. Die Auslegung des Alltags* (Bd. 2). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Soeffner, H.-G. (1991). „Trajectory“ – das geplante Fragment. Die Kritik der empirischen Vernunft bei Anselm Strauss. *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History*, 4(1), 1-12.
- Soeffner, H.-G. (1989). *Auslegung des Alltags – Der Alltag der Auslegung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Spector, M., & Kitsue, J. I. (1977). *Constructing social problems*. Menlo Park: Cummings.
- Srubar, I. (1988). Kosmion. Die pragmatische Lebenswelttheorie. In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 41-52). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Srubar, I. (2009). *Kultur und Semantik*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Srubar, I. (2008). Die pragmatische Lebenswelttheorie. In J. Raab et al. (ed.), *Phänomenologie und Soziologie. Theoretische Positionen, aktuelle Problemfelder und empirische Umsetzungen* (pp. 41-52). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Srubar, I. (2007). *Phänomenologische und soziologische Theorie. Aufsätze zur pragmatischen Lebenswelttheorie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Star, S. L., & Griesemer, J. (1989). Institutional ecology, translations and boundary objects: Amateurs and professionals in Berkeley's museum of vertebrate zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, 19 (3), 387-420.
- Steinert, H. (2010). *Max Webers unwiderlegbare Fehlkonstruktionen: Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Steinert, H. (1973). *Symbolische Interaktion. Arbeiten zu einer reflexiven Soziologie*. Stuttgart: Ernst Klett.
- Strauss, A. (2007). *Grundlagen qualitativer Sozialforschung: Datenanalyse und Theoriebildung in der empirischen soziologischen Forschung* (2. Aufl.). München: Fink.
- Strauss, A. (1999). *Espelhos e máscaras. Em busca da identidade*. São Paulo: Edusp.
- Strauss, A. (1993). *Continual permutations of action*. New York: Aldine de Gruyter.

Strauss, A. (1991a). The Chicago tradition's ongoing theory of action/interaction. In A. Strauss (ed.), *Creating sociological awareness. Collective images and symbolic representations* (pp. 3-32). New Brunswick: Transaction.

Strauss, A. (1991b). A social world perspective. In A. Strauss (ed.), *Creating sociological awareness. Collective images and symbolic representations* (pp. 233-244). New Brunswick: Transaction.

Strauss, A. (1991c). *Grundlagen qualitativer Sozialforschung*. München: Utb [1987].

Strauss, A. (1991d). *Creating sociological awareness. Collective images and symbolic representations*. New Brunswick & London: Transaction.

Strauss, A. (1979). *Negotiations. Varieties, contexts, processes and social order*. San Francisco: Jossey-Bass.

Strauss, A. (1976). *Images of the American city*. New Brunswick: Transaction [1961].

Strauss, A. (1968a). *Spiegel und Masken. Die Suche nach Identität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1959].

Strauss, A. (ed.) (1968b). *The american City. A sourcebook of urban imagery*. London: Penguin Press.

Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.

Strauss, A., & Corbin, J. (2007). *Grounded theory: Grundlagen Qualitativer Sozialforschung*. Weinheim: PVU [1990-1996].

Strübing, J. (2007). *Anselm Strauss*. Konstanz: UVK.

Strübing, J. (1997). Symbolischer Interaktionismus revisited – Konzepte für die Wissenschafts – und Technikforschung. *Zeitschrift für Soziologie*, 26(5), 268-378.

Strübing, J., & Schnettler, B. (ed.) (2004). *Methodologie interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte*. Konstanz: UVK.

The Alfred Schutz Archive Established in the Memory of Alfred and Ilse Schutz. (2022). Retrieved from <https://www.waseda.jp/Schutz/AlfredEng.htm>.

The Mead Project. Foundational documents in sociological social psychology. Department of Sociology, Brock University, St. Catharines, Kanada. (2022). Retrieved from https://scout.wisc.edu/archives/r10882/the_mead_project_foundational_documents_in_sociological_social_psychology.

Thomas, G. M. et al. (1987). *Institutional structure. Constituting state, society and the individual*. Newbury Park: Sage.

Thomas, W. I. (1967). *The unadjusted girl. With cases and standpoint for behavior analysis*. New York: Harper & Row [1923].

- Thomas, W. I. (1965a). Der polnische Bauer in Europa und Amerika. In W. I. Thomas (ed.), *Person und Sozialverhalten* (pp. 63-85). Neuwied am Rhein: Luchterhand.
- Thomas, W. I. (1965b). *Person und Sozialverhalten*. Neuwied am Rhein: Luchterhand.
- Thomas, W. I., & Thomas, D. S. (1928). *The child in America*. New York.
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (2004). Methodologische Vorbemerkung. In J. Strübing, & B. Schnettler (ed.), *Methodologie interpretativer Sozialforschung. Klassische Grundlagentexte* (pp. 245-264). Konstanz: UVK [1918].
- Thomas, W. I., Znaniecki, F., & Zarco, J. (2004). *El campesino polaco en Europa y en América*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Boletín Oficial del Estado (Clásicos del pensamiento social, 3).
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1958). *The Polish peasant in Europe and America*. New York: Dover [1918].
- Thrascher, F. (1927). *The gang: A study of 1313 gangs in Chicago*. Chicago: University Press.
- Turner, R. (1976). Rollenübernahme: Prozeß versus Konformität. In M. Auwärter, E. Kirsch, & K. Schröter (ed.), *Seminar: Kommunikation, Interaktion, Identität* (pp. 115-139). Frankfurt a. M.: Suhrkamp [1962].
- University of Chicago Library. Guide to the Everett Cherrington Hughes Papers 1922-1982. (2006). Retrieved from <https://www.lib.uchicago.edu/e/src/findingaids/view.php?eadid=ICU.SPCL.ECHUGHES>.
- Valladares, L. P., & Park, R. E. (ed.) (2017). *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Venkatesh, S. (2008). *Underground economy. Was Gangs und Unternehmen gemeinsam haben*. Berlin: Econ.
- Verhoeven, J. (1993). An interview with Erving Goffman, 1980. *Research on Language and Social Interaction*, 26 (3), 317-348.
- Vico, G. (2005). *Ciência Nova*. (Textos clássicos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas.
- Vico, G. (1981). *Die neue Wissenschaft von der gemeinschaftlichen Natur der Nationen*. Frankfurt a. M.: Klostermann [1725].
- Volkart, E. H. (1965). Einführung: Soziales Verhalten und Definition der Situation. In W. I. Thomas (ed.), *Person und Sozialverhalten* (pp. 9-52). Neuwied am Rhein: Luchterhand.

Wacker, R. F. (1995). The sociology of race and ethnicity in the second Chicago school. In G. A. Fine (ed.), *A second Chicago school? The development of a postwar American sociology* (pp. 136-163). Chicago: University of Chicago Press.

Wacquant, L. (2002). Scrutinizing the street: Poverty, morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography. *American Journal of Sociology*, 107(6), 1.468-1.532.

Wagner, H. R. (1983). *Alfred Schütz: An intellectual biography*. Chicago: University of Chicago Press.

Waskul, D. S., & Vannini, P. (ed.) (2006). *Body/Embodiment. Symbolic interaction and the sociology of the body*. Aldersho: Ashgate.

Weber, M. (2012). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: UnB. v. I.

Weber, M. (2007). *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*. Erftstadt: AREA Verlag [1905].

Weber, M. (2006) *A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática.

Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Weber, M. (1980a). Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie. In ders. (1980), *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (7. Aufl., pp. 427-474). Tübingen: Mohr [1913].

Weber, M. (1980b). Die ‚Objektivität‘ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In ders. (1980), *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (7. Aufl., pp. 146-214). Tübingen: Mohr [1904].

Weber, M. (1972). *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie* (5. revidierte Aufl.). Tübingen: Mohr [1922].

Weingarten, E., & Sack, F. (1976). Ethnomethodologie. Die methodische Konstruktion der Realität. In E. Weingarten, F. Sack, & J. Schenkein (ed.), *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns* (pp. 7-28). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Weingarten, E., Sack, F., & Schenkein, J. (ed.) (1976). *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Wenzel, H. (1990). *George Herbert Mead zur Einführung*. Hamburg: Junius.

Wenzel, U., Bretzinger, B., & Holz, K. (ed.) (2003). *Subjekte und Gesellschaft – Zur Konstitution von Sozialität*. Weilerswist: Velbrück.

- Werse, B. (ed.) (2008). *Drogenmärkte. Strukturen und Szenen des Kleinhandels*. Frankfurt a. M.: Campus.
- Werneck, A. (2008). Segredos e truques do pesquisador outsider – Entrevista com Howard S. Becker. *Dilemas*, 1(1), 157-171. Recuperado de <https://www.howardsbecker.com/articles/werneck.pdf>.
- West, C., & Zimmermann, D. H. (1991). Doing gender. In J. Lorber, & S. A. Farrell (ed.), *The social construction of gender* (pp. 13-37). London: Sage.
- West, C., & Zimmermann, D. H. (1987). *Doing gender. Gender & Society*, 1(2), 125-151.
- Whyte, W. F. (2005). *The Street Corner Society. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro.
- Whyte, W. F. (1996). *Die Street corner society: die Sozialstruktur eines Italienviertels*. Berlin: de Gruyter [1943].
- Willems H. (ed.) (2009). *Theatralisierung der Gesellschaft* (2 Bd.). Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Willems, H. (1997). *Rahmen und Habitus. Zum theoretischen und methodischen Ansatz Erving Goffmans*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- Willis, P. E. (1991). *Aprendendo a ser trabalhador. Escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Willis, P. E. (1979). *Spaß am Widerstand. Gegenkultur in der Arbeiterschule*. Frankfurt a. M.: Syndikat.
- Wilson, T. P. (1980). Theorien der Interaktion und Modelle soziologischer Erklärung. In Arbeitsgruppe Bielefelder Soziologen (ed.). *Alltagswissen, Interaktion und gesellschaftliche Wirklichkeit* (pp. 54-79). Opladen: Springer Fachmedien Wiesbaden. [1970].
- Winter, R. (2001). *Die Kunst des Eigensinns. Cultural Studies als Kritik der Macht*. Weilerswist: Vellbrück.
- Winter, R., & Niederer, E. (ed.) (2008). *Ethnographie, Kino und Interpretation – die performative Wende der Sozialwissenschaften*. Der Normann K. Denzin-Reader. Bielefeld: transcript.
- Wirth, L. (1927). *The Ghetto*. Chicago: University Press.
- Wolff, S. (1995). *Text und Schuld. Die Rhetorik psychiatrischer Gerichtsgutachten*. Berlin: de Gruyter.
- Zifonun, D. (2004). *Gedenken und Identität. Der deutsche Erinnerungsdiskurs*. Frankfurt a. M.: Campus.

Zimmerman, D. H., & Pollner, M. (1976). Die Alltagswelt als Phänomen. In E. Weingarten, F. Sack, & J. Schenkein (ed.), *Ethnomethodologie. Beiträge zu einer Soziologie des Alltagshandelns* (pp. 64-10). Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Znaniecki, F. (2010). *Cultural reality*. Milton Keynes: Bibliolife [1919].

Znaniecki, F. (1986). *The social role of the man of knowledge*. New York: Columbia University Press [1940].

Znaniecki, F. (1969). *On humanistic sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Znaniecki, F. (1936). *Social actions*. Poznan: Universität Poznnan, und New York: Farrar & Rinehart.

Znaniecki, F. (1934). *The method of sociology*. New York: Farrar & Rinehart.

Zorbaugh, H. (1929). *The gold coast and the slum: A sociological study of Chicago's near Northside*. Chicago: The University of Chicago Press.



E-mail: edipucrs@pucrs.br

Site: editora.pucrs.br



facebook.com/edipucrs



twitter.com/edipucrs



instagram.com/edipucrs